

Teoria e metodologia da comunicação

Tendências do século XXI

José Marques de Melo





comunic
ação

TEORIA E METODOLOGIA
DA COMUNICAÇÃO
(tendências do século XXI)

José Marques de Melo

Prêmio Jabuti 2013



PARTE

I

PANORAMA TEÓRICO

CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

O campo das ciências da comunicação tem registrado grande expansão em todo o mundo, mas se encontra num beco sem saída, enfrentando impasse de natureza histórica.

Nossa comunidade acadêmica está sendo chamada a decidir se quer permanecer no patamar em que estacionou durante o século XX, com raízes ancoradas no pensamento social do século XIX, ou se deve transitar em direção ao século XXI, vislumbrando as demandas da sociedade complexa que nos vem atropelando inexoravelmente.

Estabelecer sintonia fina com o porvir, sinalizando mudanças radicais na agenda investigativa, constitui o grande desafio das instituições que formam os estrategistas e os gestores das indústrias criativas. Mas também dos dirigentes daqueles serviços correlatos que dão sustentação operacional e revitalização crítica aos produtores de conteúdos.

Sem qualquer pretensão salvacionista, o autor deseja contribuir para essa inadiável reviravolta teleológica, reunindo textos produzidos em anos recentes, de modo a sensibilizar nossas vanguardas para agir pedagogicamente, tanto no ambiente universitário quanto nos corporativos.

As ideias aqui apresentadas dão continuidade ao debate iniciado nos livros *História do Pensamento Comunicacional* (São Paulo: Paulus, 2003), *A esfinge midiática* (São Paulo, Paulus, 2005), *História política das ciências da comunicação* (Rio de Janeiro, Mauad, 2008), *A batalha da comunicação* (Sorocaba, EdUniso, 2008), *Pensamiento comunicacional latino-americano: entre el saber y el poder* (Sevilha, Comunicación Social, 2009), *História do jornalismo* (São Paulo, Paulus, 2012) e *Metamorfose da folkcomunicação* (São Paulo, Editae, 2013).

É bem verdade que a comunidade acadêmica brasileira já vem refletindo sobre a questão, apesar do compasso de espera denotado nas articulações com o Estado, o mercado e a sociedade civil. Essa vacilação reflete o ânimo das vanguardas nacionais, algumas manietadas pelo populismo que contaminou a academia nos tempos da transição entre o regime autoritário e o estado de direito; outras, neutralizadas pelo temor de enfrentar o desconhecido. Isso transparece de modo inequívoco na coletânea organizada por Daniel Castro, *Reflexão sobre as políticas nacionais de comunicação* (Brasília, IPEA, 2010).

Se os ensaios reunidos neste livro servirem como estímulo ao rompimento dessa letargia que nos imobiliza intelectualmente, o autor sentir-se-á plenamente gratificado. Mas se passarem em brancas nuvens, só lhe resta esperar que venham a ser resgatadas pelas futuras gerações.

Elas seguramente vão construir o edifício de um campo do conhecimento que tenha identidade brasileira, sem perder sua vocação universal e sem renunciar ao compromisso local, convertendo cada cidadão em depositário das utopias que embalaram as gerações precedentes.

1.1. COMUNIDADE TURBULENTA

A expansão dos estudos comunicacionais no espaço universitário constitui fato relevante no mundo contemporâneo. Segundo Wolfgang Donsbach (2006, p. 437), trata-se do campo de pesquisa que, nos “últimos 30 anos”, experimentou o “maior crescimento” em relação a outros ramos do saber.

Daí o interesse das novas gerações pela institucionalização do campo, buscando mapear a fortuna cognitiva acumulada, cuja natureza empírica mostra-se evidente e determinante.

Entende-se por investigação “empírica” aquela pesquisa resultante dos processos de observação da realidade, ensejando conhecimento capaz de ser aplicado à práxis. “Sua principal finalidade é responder às perguntas colocadas acerca de fenômenos, procurando aumentar o grau de conhecimento existente” (Dencker e Da Viá, 2001, p. 66).

Produtos da coleta de dados factuais, documentados e sistematizados, as fontes empíricas se convertem em instrumentos fundamentais para a análise de tendências e formulação de previsões.

Como ensinou Florestan Fernandes (1967, p. 13), “o tratamento analítico

dos fenômenos estudados alarga o campo de observação, tornando evidentes os aspectos da realidade social”. Ou melhor, sem conhecimento empírico, torna-se precária ou limitada a reflexão teórica.

Nesse sentido, vale recordar a lição dos filósofos Max Horkheimer e Theodor Adorno (1973, p. 122) a propósito da pesquisa social: “a reflexão crítica sobre os seus princípios [...] é tão necessária [quanto] o conhecimento profundo dos seus resultados [desde que] conduzida segundo os seus próprios métodos e de acordo com os modelos característicos do seu trabalho”.

Numa demonstração cabal de “imaginação sociológica”, Wright Mills (1972, p. 11) posiciona claramente as ciências sociais na “idade do fato”, de modo “a perceber, com lucidez, o que está acontecendo no mundo”. Para distinguir a práxis e a pesquisa, ele prefere denominar “empirismo abstrato” (p. 59) o trabalho realizado no meio acadêmico.

1.2. OBJETO VOLÁTIL

Ainda que não exista consenso sobre a natureza do objeto das ciências da comunicação, o fato é que, há meio século, vem se estruturando uma comunidade que pesquisa os fenômenos da interação simbólica. Eis porque a identidade do seu objeto cognitivo permanece na sombra, sem transparência.

Aliás, essa vacilação, aparentemente terminológica, já era notada pelo primeiro presidente da associação mundial dos estudiosos da área (Terrou, 1964, p. 7-15). Tanto assim que a entidade sob sua liderança empregou duplo significado em sua denominação, conotando uma tensão ao mesmo tempo geopolítica e sociocultural. Em língua inglesa, privilegia o conceito de processo ou suporte, contido na palavra *mass communication*, mas em língua francesa predomina a concepção de produto ou conteúdo, sob o termo *informação*.

Tal dicotomia prevaleceu até o fim do século passado. Em plena fase da hegemonia anglófona, a entidade alterou a denominação original para conciliar as duas correntes, passando a ser conhecida como International Association for *Media and Communication* Research. Como o idioma inglês vem se convertendo em *língua franca* da academia, são puramente ornamentais as denominações codificadas nas duas outras “línguas oficiais” da organização – a francesa *information* ou a espanhola *comunicación social*.

Aliás, o termo *comunicação social* foi introduzido no repertório de toda a

sociedade ocidental pela Igreja Católica, através do Decreto Conciliar *Inter Mirifica*. Tendo inspiração instrumental (meios e técnicas de difusão), sua intenção é inegavelmente humanista (ética e ecumênica), em oposição sutil à massificação atribuída à palavra anglo-americana e como recusa ao suposto elitismo da expressão francesa (Dale, 1973, p. 163-165).

Essa falta de convergência semântica favoreceu as vanguardas acadêmicas que, suprimindo as adjetivações, optaram pelo termo *comunicação*, na verdade “inventado” pelos enciclopedistas franceses, já em 1753 (Mattelart, 1995, p. 11). De fato, Bacon reconheceu, em seu “sistema geral do conhecimento humano”, a existência de um novo objeto de estudo científico, denominando-o “ciência de comunicar”. Comportando duas disciplinas – a Crítica e a Pedagogia –, tinha como objeto unificador o Discurso. Este, por sua vez, compreendia três unidades cognitivas: o instrumento, o método e o ornamento (Marques de Melo, 1966, p. 72).

Os tempos passaram, mas a indefinição persistiu. Raymond Nixon (1963, p. 4) já apontava a tendência vocabular dominante nos países de língua inglesa, consagrando o uso do singular e do plural com sentidos distintos: *Comunicações* (meios); *Comunicação* (mensagens).

Tal distinção foi também endossada por Mattelart e Sieglau (1979, p. 12-13). Fundamentados nos escritos econômicos de Karl Marx, eles sugerem tal distinção entre as formas pré-capitalistas de transporte dos bens e dos símbolos (dependentes da economia e da tecnologia) e os modos pós-capitalistas de difusão de ideias e do conhecimento (alavancados pela política e ideologia). Assim sendo, as *comunicações* têm natureza infraestrutural e a *comunicação* está situada no patamar da superestrutura.

Na sociedade contemporânea, torna-se cada vez mais difícil estabelecer os limites entre os dois espaços, motivando comentário identificador de Armand Mattelart (1995, p. 15). “Objeto continuamente superado por si mesmo, como todo emblema da modernidade [...], suscita uma trajetória infinita.” Trata-se, portanto, de um “objeto de estudo volátil, não estabilizado e dificilmente estabilizável”, cuja alternativa exclusiva é prosseguir, ir adiante.

Nos idos de 1960, quando ainda estavam em maturação as ideias de “campo científico” defendidas por Pierre Bourdieu (Ortiz, 1983), a noção de “campo de estudos” já era empregada por Raymond Nixon (1963, p. 10) e por outros acadêmicos.

Sua definição do campo comunicacional é ampla e elucidativa.

Campo latitudinal que cruza as linhas longitudinais de muitas disciplinas afins, usando sua metodologia apropriada – documentos, sondagens, testes em laboratórios etc. – sempre que necessária para tratar problemas específicos. O desempenho funcional do comunicador profissional é o que confere a este campo seu caráter distintivo e sua particularidade.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade, indispensável ao movimento do campo, não significa a perda de identidade das disciplinas que o compõem, em se tratando do estudo de objetos particulares, não raro localizados.

Linda Putnam (2001, p. 38-39), ao fazer um balanço de meio século de ação da International Communication Association, ICA, sugere que essa entidade pode ser tomada como espelho da comunidade internacional da área. Se, nos primeiros tempos, imperava um clima de unidade, sem excluir a diversidade, no fim do século predominava um ambiente marcado pela “fragmentação, fermentação e legitimação”. Diante disso, ela assume o compromisso de estimular a mudança de atitude dos novos pesquisadores, em busca de uma “comunidade dialógica”.

Passado um quinquênio, o novo presidente da ICA reconhecia os avanços obtidos, embora fizesse algumas advertências. Constatava que o crescimento do campo, embora provocasse uma evidente “erosão epistemológica”, não interferira na produtividade do mundo acadêmico. Graças à prevalência da “pesquisa empírica”, o campo da comunicação acumulara “conhecimento em muitas áreas”.

O desafio remanescente é, sem dúvida, recuperar uma “orientação normativa” para não ficar paralisado pela simples acumulação de dados. “A pesquisa em comunicação tem o potencial e o dever de focalizar agendas que possam ajudar a sociedade a desenvolver uma melhor comunicabilidade [...] tanto no contexto nacional quanto global” (Donsbach, 2006, p. 446-447).

Desafiada por esse compromisso disciplinar, vem sendo constante o interesse da geração emergente pela “volta às origens” para descobrir as singularidades do campo ou as peculiaridades de disciplinas. Destacam-se nessa corrente os alemães Maria Löblich (2007) e S. Averbek (2008), os brasileiros Marialva Barbosa (2010) e Antonio Hohlfeldt (2009), o português Jorge Pedro Sousa (2010), o mexicano Gustavo Adolfo León Duarte (2009), o argentino Maximiliano Duquelsky (2006), o espanhol-catalão Jordi Xifra (2006) e a inglesa Karin Wahl-Jorgensen (2004, 2000).

1.3. CAMPO MOVEDIÇÃO

A ideia de que a Comunicação configura um campo turbulento, em processo de contínua ebulição, foi disseminada por Wilbur Schramm, em 1983, quando teve o privilégio de liderar o debate sobre o passado, o presente e o futuro da nossa área de estudos.

Ao definir Comunicação como “processo social básico”, Wilbur Schramm (1954) vislumbrava um campo científico caracterizado por amplitude cognitiva e pluralidade metodológica. Por isso mesmo, alguns anos depois, ao revisar o avanço das pesquisas na área, ele exortaria os comunicólogos a não considerá-la como seu “território exclusivo” de estudos. Seu argumento era o de que a natureza dos fenômenos comunicacionais os convertia necessariamente em “focos de interesse” de qualquer “disciplina relacionada com a sociedade humana e o comportamento humano” (Schramm, 1972, p. 6-7).

Na verdade, as ações comunicacionais dos seres humanos já vinham sendo objeto de reflexões teóricas ou de observações empíricas no âmbito das universidades, em disciplinas como Linguística, Educação, Psicologia, Antropologia etc. Isso, bem antes da emergência da nova área acadêmica, à qual os alemães se referem inicialmente como *zeitungswissenschaft* e depois *publizistik*. Que os franceses denominariam *information*. E os norte-americanos chamariam simplesmente de *mass communication* ou *media* (Marques de Melo, 1970, p. 35-83).

Essa *identidade* acadêmica traduzia a vocação típica dos estudos relacionados com o jornalismo, a propaganda, o divertimento e a teleducação. Correspondendo às funções essenciais dos *mass media* enquanto instituições sociais (McQuail, 1994, p. 11-22), eles foram agrupados no segmento das “ciências sociais aplicadas”. Seus quadros de referência encontravam-se no âmago do sistema produtivo. Ou seja, nas rotinas das empresas produtoras e distribuidoras de bens simbólicos (jornais, emissoras de rádio ou televisão, editoras de livros e revistas, casas cinematográficas, agências de propaganda etc.). Aquelas que os filósofos da Escola de Frankfurt rotulavam como “indústria cultural” (Horkheimer e Adorno, 1970, p. 7-14).

Não é sem razão que os cursos pioneiros instalados nas universidades atuam como instâncias de formação profissional, de certo modo reproduzindo os paradigmas vigentes na indústria. São modelos que haviam sido

codificados ou normatizados pelas corporações midiáticas. O corpo docente que os difundia tinha sido recrutado segundo critérios de competência ocupacional.

Só mais tarde a pesquisa dos fenômenos comunicacionais ocuparia espaço nas atividades universitárias, ensejando equilíbrio entre prática e teoria. Tais estudos assumem a tendência do experimentalismo ou da pesquisa aplicada (Balle, 1997, p. 22) – testando em laboratórios ou submetendo a observações empíricas os modelos oriundos do mercado, para melhorá-los, atualizá-los, renová-los.

Mas a delimitação de *fronteiras* entre os núcleos acadêmicos não significou o distanciamento das emergentes *ciências da informação e da comunicação* (Mucchielli, 1995, p. 7-10; Lazar, 1992) em relação às ciências sociais básicas (história, sociologia, antropologia, politicologia). Nem tampouco em relação às humanidades (filosofia, literatura, belas artes). Lembre-se de que os primeiros cursos, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos da América, estão inseridos nas universidades. O que permitia aos estudantes das escolas de jornalismo, cinema, editoração, relações públicas, radiotele-difusão ou publicidade a circulação pelas áreas conexas.

Esse contato deu-se em vários sentidos: a assimilação dos *conteúdos* inerentes às mensagens; o aprendizado das *metodologias* indispensáveis à sua produção e difusão (estética, linguagem, tecnologias, mercadologias); a compreensão das *teorias* relativas aos efeitos socioculturais dos sistemas midiáticos (Nixon, 1963).

O perfil *profissionalizante* de tais cursos (Benito, 1982, p. 219-249), previamente demandados e continuamente mantidos sob a vigilância das corporações respectivas (jornalistas, publicitários, cineastas etc.), deu-lhes grande vitalidade. Da cooperação com o sistema produtivo (empresas midiáticas) resultaram estágios, intercâmbios, financiamento de pesquisas.

Não obstante ocupassem o mesmo espaço acadêmico – faculdade ou instituto – e partilhassem o terreno comum dos suportes de difusão – os meios de comunicação de massa – os cursos sempre mantiveram autonomia didática. Destinando-se a formar profissionais, preservaram a heterogeneidade de ofícios. Daí a observação de Alba y Buenaventura (1997, p. 15): “É comum ver nos Estados Unidos, por exemplo, que as universidades separam o que as universidades latino-americanas tendem a aglutinar:

jornalismo, cinema, televisão e os *communication studies*”.

Enquanto *objeto de estudo*, a Comunicação tem sido alvo de interesse de inúmeras disciplinas científicas, que a refletem teoricamente e analisam empiricamente, a partir dos seus respectivos paradigmas. Mas enquanto *campo acadêmico* (Miége, 1995), sua *identidade* tem se caracterizado pelo delineamento de *fronteiras*, estabelecidas em função dos *suportes tecnológicos* (mídia) que asseguram a difusão dos bens simbólicos e do *universo populacional* a que se destinam (comunidades/coletividades).

Assim sendo, trata-se de um campo delimitado por duas variáveis:

- 1) A *indústria midiática* (organizações manufatureiras ou distribuidoras de cultura: jornal, livro, revista, rádio, televisão, cinema, vídeo, disco e congêneres, além dos instrumentos telemáticos em processo de configuração);
- 2) Os *serviços midiáticos* (empresas terciárias, dedicadas ao planejamento, produção e avaliação de mensagens, dados e informações, a serem difundidos pela mídia ou a ela concernentes – anúncios, campanhas, pesquisas, divertimentos etc.).

A principal fronteira é a que decorre dos limites entre dois segmentos coagentes.

De um lado, os atos de *comunicação interpessoal* (tradicionalmente objetos de estudos das ciências da *linguagem* ou das ciências do *comportamento*) e os atos de *comunicação grupal* (geralmente privilegiados pelas ciências da *educação* ou pelas ciências da *administração*).

De outro lado, os atos de *comunicação comunitária* (circunscritos a organizações complexas ou a espaços geograficamente contíguos, cuja abrangência pressupõe o uso de suportes tecnológicos de alcance reduzido) e os atos de *comunicação pública* (mediados por tecnologias de largo alcance e disponíveis a todos os membros da coletividade abrangidos pelo raio de audiência do canal). Esses últimos eram processos historicamente sem retroalimentação, mas hoje as inovações tecnológicas restauram a interatividade, que possibilita o diálogo imediato, mas nem sempre instantâneo, entre emissor e receptor.

O campo acadêmico da *midialogia* corresponde a esse segundo segmento, incluindo os atos de *comunicação comunitária* (comunicação organizacional, comunicação corporativa, comunicação institucional) e os atos de

comunicação pública (comunicação massiva, comunicação mercadológica, cibercomunicação). Por sua vez, o campo da *comunicologia* tem investigado os fenômenos típicos da comunicação interpessoal e grupal.

Trata-se de campos vocacionados para a *interdisciplinaridade*, na medida em que seus objetos específicos são produtos cujo conteúdo está enraizado no território das demais disciplinas que constituem o universo científico. Além disso, os bens culturais que fluem através dos suportes midiáticos penetram no tecido social, constituindo estímulos para observações empíricas das ciências da sociedade. Tais conhecimentos servem como fonte permanente de retroalimentação dos processos produtivos no âmbito das indústrias midiáticas.

Nesse sentido, as ciências sociais representam *fontes de conhecimento básico*, das quais os midiólogos, enquanto produtores de *conhecimentos aplicados*, não podem prescindir.

A *Midiologia* tem, assim, um perfil multifacético, englobando as diferentes *profissões* que gravitam em torno das *indústrias e serviços midiáticos*. No quadro atual da sociedade brasileira, estão plenamente configurados, em decorrência de regulamentação legal (Santos, 1995), quatro núcleos profissionais: 1) Jornalismo; 2) Publicidade e Propaganda; 3) Relações Públicas; 4) Radialismo e Teledifusão.

Conquistaram legitimação universitária, mas não alcançaram ainda *status* corporativo, três núcleos profissionais: 1) Cinematografia; 2) Videoplastia; 3) Editoração.

Existem, contudo, espaços atomizados de atuação profissional, ainda não estruturados corporativamente nem reconhecidos pela academia, mas demandados crescentemente pelas indústrias/serviços midiáticos: 1) Entretenimento massivo; 2) Teleducção; 3) Divulgação científica; 4) Comunicação cultural; 5) Comunicação organizacional; 6) Comunicação educativa; 7) Informação digital; 8) Pesquisa midiática.

Trata-se de um conjunto de nichos profissionais a ser contemplado pelos currículos dos cursos de comunicação, naturalmente de acordo com a vocação de cada universidade, em consonância com as demandas do seu entorno comunitário.

SABER APLICADO

Qualquer campo do conhecimento humano se constitui no bojo de um processo destinado a compreender e controlar os fenômenos sociais respectivos. Começa na base da sociedade, robustecido pelo senso comum. Amplia-se e desenvolve-se no interior das organizações profissionais. Culmina com a sua legitimação cognitiva por parte da academia.

Esse estoque de saber que a humanidade transforma em patrimônio coletivo provém da confluência de duas fontes:

- a) *Práxis* – aplicação do saber acumulado pelas sociedades, e, dentro delas, pelas corporações profissionais. Sua meta é desenvolver modelos produtivos, transmitindo-os às novas gerações para acelerar o processo civilizatório.
- b) *Teoria* – apropriação do saber prático pela academia, que o submete a permanente reflexão, sistematização e atualização. Através do ensino e da pesquisa, a universidade atua como formadora de recursos humanos e como produtora de conhecimentos.

A inserção de um novo campo do conhecimento na estrutura acadêmica traduz a sua legitimação social. Implica, ao mesmo tempo, seu aperfeiçoamento e avanço contínuos. Tal fenômeno é situado por dentro do contexto denominado “desenvolvimento explosivo da ciência” (Granger, 1993, p. 9-13). A formação de novos profissionais se faz de maneira a combinar o saber já testado pela práxis (quase sempre manualizado) e o pensamento inovador (produzido pela reflexão e convalidado pela pesquisa).

2.1. ITINERÁRIO

Quando a comunicação se torna um novo campo do saber? Vale a pena

retomar, aqui, o roteiro contido no meu livro de estreia na vida acadêmica (Marques de Melo, 1970):

Comunicação interpressual: trata-se de um longo processo que flui do século III a.C., na Grécia (retórica), completando-se na França, no século XVIII (enciclopedismo).

Comunicação massiva: começa no século XVII (Alemanha), quando o jornal diário começa a exercer impacto na sociedade urbana, fortalecendo-se nos Estados Unidos, no século XX. Nessa conjuntura, emergem as indústrias midiáticas, demandando recursos humanos capacitados e conhecimentos novos destinados a neutralizar as incertezas dos investidores.

Elucidar a emergência do campo comunicacional no país que conquistou hegemonia internacional nessa conjuntura de transição milenar constitui tarefa que só pode ser feita através do resgate daquela ação crucial desencadeada pela sociedade civil, temerosa dos efeitos negativos da mídia, entre outros fatores.

As primeiras escolas norte-americanas de Jornalismo são caudatárias das perplexidades comunitárias diante da exacerbação sensacionalista dos jornais diários (imprensa amarela). No panorama europeu, elas seriam produto da mudança de postura exercida pela Igreja Católica, que supera a visão apocalíptica da imprensa, passando a considerar seu potencial moralizador (Leão XIII e Pio XI).

A aceitação desse novo campo do saber pelas universidades conduz ao aparecimento das primeiras instituições destinadas a formar comunicadores. Inicialmente jornalistas, depois cineastas, publicitários, relações públicas, extensionistas, divulgadores científicos, produtores culturais etc.

Três fluxos convergentes determinam a eclosão de tal fenômeno:

Industriais: as empresas da área informativa demandam recursos humanos qualificados e investem na sua formação. Um marco histórico foi a doação feita por Pulitzer à Universidade de Columbia para criar uma escola pós-graduada de Jornalismo (1910). Ela constitui um modelo para as instituições congêneres dos USA, do mesmo modo que o seria a escola de Jornalismo fundada na Universidade de Missouri (1908) para formar repórteres.

Profissionais: os trabalhadores midiáticos reivindicam aperfeiçoamento intelectual para ter melhores oportunidades ocupacionais e ao mesmo tempo fortalecer as corporações a que pertencem. O Congresso Europeu de

Jornalistas realizado em Portugal (1899) reivindica a criação de escolas profissionais, inicialmente implantadas na França.

Cívicos: requerendo produtos culturais de qualidade, a sociedade civil reage ao abastardamento da imprensa diária, ou melhor, à sua popularização. Trata-se de movimento liderado pela classe média, na qual se incluem os intelectuais. Temerosos do nivelamento por baixo, eles preconizam linguagens e temáticas mais sintonizadas com as aspirações das classes trabalhadoras, porém capazes de influir no processo de ascensão social.

2.2. NATUREZA

Trata-se de um “campo científico” plenamente enquadrado naquela noção de “campo social” (Bourdieu, 1976, p. 88).

Contudo, o campo comunicacional não se confunde com as rubricas vigentes no universo dos cientistas hegemônicos, ou seja, os produtores de *ciência básica* (físicos, botânicos ou sociólogos). Emerge no bloco das chamadas *ciências aplicadas*, entre as quais a medicina, a engenharia e o direito constituem protótipos dotados de maior semelhança.

Perfila a Comunicação como uma ciência convencional ou ordinária? A resposta é negativa.

Kuhn (1971, p. 139) estabelece uma escala distintiva entre a *ciência ordinária* ou *normal* e a *ciência extraordinária* ou *ciência em crise*.

O campo comunicacional assume a fisionomia típica da “ciência em crise”. Como explica o referido autor: “reconhecer a crise” é o “prelúdio apropriado ao surgimento de novas teorias”. Ele argumenta que “o nascimento de uma nova teoria rompe com uma tradição de prática científica e introduz outra nova que se completa com regras diferentes e de acordo com um marco referencial também distinto...” (Kuhn, 1971, p. 140).

Nesse sentido é que se forma um aglomerado de *disciplinas*, composto por cinco segmentos da atividade intelectual:

Artes: linguagens e estilos, formatos e tendências (Estética, Artes Plásticas, Literaturas);

Humanidades: reflexões e especulações sobre sua natureza e impactos sociais (da Filosofia da Comunicação à Pedagogia e à História da Comunicação);

Tecnologias: suportes que permitem a difusão das mensagens (Imprensa,

Telecomunicações, Informática);

Ciências sociais: análises sistemáticas sobre os fatores que determinam os atos comunicacionais e seus reflexos no organismo social (da Sociologia da Comunicação à Antropologia da Comunicação, passando pela Ciência Política aplicada à Comunicação – seja no âmbito da Comunicação Política ou das Políticas de Comunicação – e pela Psicologia da Comunicação – na vertente da Opinião Pública ou do Imaginário Coletivo);

Conhecimento midiológico: saberes acumulados no interior das corporações profissionais e das agências produtoras de bens midiáticos. Eles fazem a simbiose entre as práticas legitimadas pela aplicação cotidiana e as inovações advindas das universidades ou dos centros de pesquisa que prestam serviços especializados. Incluem-se aqui Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, Bibliologia, Hemerografia, Cinematografia, Radialismo, Teledifusão, Entretenimento, Cibernídia etc.

A terminologia de Kuhn é plenamente compatível com o ethos latino. Por exemplo, a SFSIC, sociedade aglutinadora dos comunicólogos franceses, optou claramente pela *autonomia disciplinar*, adotando o termo *Sciences de l'Information et de la Communication* (Michelli, 1995). Mas, numa outra perspectiva, pode ser entendido informalmente, ou seja, como mero *segmento acadêmico*: os anglo-saxões o situam dessa maneira, usando indistintamente as expressões *Communication Science*, *Communication Research* ou *Communication Scholarship* (Rosengren, 2000).

Miége (2000, p. 128) reconhece a natureza complexa do nosso campo, insistindo na articulação indispensável entre o conhecimento midiático e o conhecimento acadêmico.

O pensamento comunicacional constituiu-se, portanto, ao mesmo tempo, como contribuição de teóricos (geralmente rompendo com suas *disciplinas* ou *escolas* de origem) e com a sistematização de concepções que dependem diretamente da atividade profissional e social. É inútil procurar qual teria sido, das duas, a *fonte* dominante; além disso, podemos prever que tal coprodução acabará por se acentuar no futuro, mesmo correndo, às vezes, o risco de que não sejam respeitadas as exigências mínimas de qualquer trabalho intelectual que corresponda às indispensáveis regras metodológicas.

Por sua vez, Newcomb (2000, p. 16) prefere distanciar-se daquilo que ele chama de “guerras teóricas”, recorrendo a uma angulação nitidamente empírica. Ele postula a interação entre a pesquisa acadêmica e as demandas

do sistema midiático.

[...] nós precisamos reconhecer inicialmente a existência de problemas definidos não por nós, através das complicadas fendas abertas pelos nossos pressupostos ou metodologias, mas efetivamente pelas circunstâncias que configuram os objetos reais do nosso estudo. Trata-se de desafios e mudanças na evolução, aplicação e desdobramento das novíssimas tecnologias da comunicação, que exigem, segundo meu ponto de vista, novas perspectivas para o nosso trabalho. Eu não estou reivindicando que nossas tarefas sejam 'determinadas' pela tecnologia. Ao contrário, eu estou preocupado com o modo pelo qual nós criamos verdadeiramente nossas questões. Na minha opinião, as atividades acadêmicas de vanguarda e a pesquisa de ponta devem ser definidas pelas questões nas quais elas estão enraizadas.

Eis a hipótese formulada pelo cientista midiático de maior expressão no âmbito da teledifusão norte-americana:

Para sermos inovativos, nós devemos esclarecer a estreita margem entre as questões definidas pelo conhecimento científico já acumulado e as questões definidas por aqueles que controlam as indústrias, tecnologias e as aplicações a serem feitas. Mais do que nunca, cabe-nos reconhecer quais são as questões postas por ambos os lados, seja aquelas derivadas dos nossos estudos prévios, seja aquelas indicadas pelos que trabalham no seio das indústrias, contendo sinalização importante para o trabalho inovador. Essas novas questões podem direcionar a pesquisa para aspectos como a expansão massiva dos canais de distribuição, os desafios por eles antepostos aos setores de comunicação eletrônica, seja nas empresas comerciais, seja nos serviços públicos, as desafiadoras políticas implementadas pela regulamentação dessas mudanças, a convergência global da propriedade e a criação de conglomerados midiáticos dominando os novos cenários da indústria comunicacional.

2.3. RAÍZES

A Midiologia Brasileira projeta-se desde os fins do século XIX, focalizando exclusivamente a mídia impressa. Configura-se, porém, como campo de estudos profissionais na metade do século XX, englobando e comparando toda a mídia massiva.

No final dos anos 1960, adquire perfil acadêmico, justamente porque as escolas de comunicação priorizam a pesquisa, iniciando os programas de pós-graduação na área. O conhecimento empírico sobre os processos midiáticos começa a robustecer-se, assumindo nas décadas de 1970 e 80 a fisionomia de um campo específico, situado na fronteira do sistema acadêmico com o sistema produtivo. Sua legitimidade projeta-se durante a década de 1990, a partir dos desafios de sistematização gnosiológica (estudos midiológicos) e

ao mesmo tempo correspondendo às demandas de natureza empírica (estudos midiáticos).

Inventariar criticamente tais incursões no terreno da midiologia brasileira e ao mesmo tempo delinear as identidades que marcam os nossos sistemas midiáticos na conjuntura histórica da globalização tem sido o meu *leit motiv* nesta fase da maturidade acadêmica. Para tanto, organizei um projeto temático ao qual venho me dedicando como pesquisador e para o qual tenho obtido adesões de discípulos e colaboradores universitários. Nesta comunicação tentarei expor minhas metas e instrumentos de trabalho, bem como alguns resultados preliminares.

Trata-se evidentemente de uma empreitada que está a exigir, todo o tempo, maior articulação nos planos diacrônico e sincrônico.

No primeiro caso, para sistematizar e consolidar o patrimônio midiológico brasileiro, delineando fronteiras geoculturais ou sociocientíficas. No segundo caso, para confrontá-lo com as tendências conjunturais, mapeando as identidades midiáticas brasileiras numa quadratura histórica demarcada por processos simultâneos de globalização e regionalização.

Optei naturalmente pela metodologia comparativa, visando estabelecer nexos entre elementos estruturais e conjunturais e ao mesmo tempo compatibilizar dados processuais e contextuais. A meta é construir, a curto prazo, uma memória da midiologia brasileira (inventário e análise crítica dos estudos sobre os processos e os atos de comunicação massmidiáticos). Ao mesmo tempo, estimular a construção de conhecimento novo sobre fenômenos midiáticos peculiares a essa conjuntura de transição secular.

Os estudos midiológicos começam em 1690, na Universidade de Leipzig, quando Tobias Peuceur defende sua tese de doutorado (*De relationibus novellis*) e outros pesquisadores como Fritsch, Weise e von Stieler desenvolvem estudos sobre a natureza do jornal diário e seu impacto na sociedade alemã (Prakke, 1971). Sua continuidade seria marcada, nos séculos XVIII e XIX, por um ritmo intermitente, no âmbito das Humanidades, refletindo em certo sentido a repercussão dos fenômenos midiáticos na conformação da opinião pública (Nixon, 1963).

Eles viriam assumir uma dimensão permanente durante o século XX, fortalecidos pelas estratégias empresariais de respaldar suas tomadas de decisões em estudos empíricos.

A midiologia perde o seu caráter original de estudo isolado de cada *medium*, convertendo-se em pesquisa comparada dos *media*, cujo pano de fundo foi o “Radio Research Project”, sob a liderança de Paul Lazarsfeld. Ao comparar o jornal e o rádio como meios de comunicação massiva ele verificou que o seu uso pelos cidadãos se fazia de maneira complementar e cumulativa, formulando a “lei de todos ou nenhum”. Concluía, portanto, que o estudo dos *mídia* pressupunha uma estratégia comparativa por estarem imbricados *num sistema midiático* que afetava igualmente a economia, a sociedade e a cultura (Schramm, 1964 e 1997).

Da mesma forma, eles encontrariam abrigo nas universidades, quando se instituem na Alemanha os pioneiros institutos de *publizistik*, *zeitungswissenschaft* ou *kommunikationsforschung* ou se criam nos Estados Unidos as inovadoras escolas de *journalism* e os centros avançados de pesquisa em *mass communication* (Benito, 1982, e Lowery & DeFleur, 1995).

A fundação da IAMCR (International Association for Media and Communication Research), em Paris, 1957, constitui fator decisivo para desencadear uma ofensiva gnoseológica, esboçando uma taxionomia internacionalmente validada.

A complexidade assumida pela *mídia* massiva na sociedade pós-industrial motivaria uma avalanche de estudos críticos, em duas perspectivas.

Uma vertente é de natureza *midiológica*, sistematizando teorias e metodologias sobre os processos de geração (pesquisa) e transferência (ensino/extensão) de conhecimentos relativos aos fenômenos comunicacionais massivos e suas inter-relações com os fenômenos da comunicação interpessoal ou grupal.

A outra corrente é de natureza *mediática*, acumulando evidências sobre os processos de produção, difusão, recepção e retroalimentação de mensagens mediadas por tecnologias de largo alcance ou de porte industrial.

Ela não se confunde, evidentemente, com o modismo francês criado por Régis Debray em seu *Cours de médiologie générale* e em seus *Manifestes médiologiques* (Debray, 1991 e 1995). Trata-se de uma corrente de estudos que recusa o protagonismo dos *meios* de comunicação enquanto difusores de mensagens ou significados, reivindicando a primazia das *mediações* entre técnica e cultura, ou melhor, entre as ideologias e as tecnologias midiáticas.

2.4. FONTES

A midiologia brasileira foi desencadeada em meados do século XIX pelo publicista carioca Fernandes Pinheiro. Ele publica, em 1859, o primeiro estudo especulativo sobre a gênese da mídia impressa em território nacional, suscitando polêmica sobre a mítica tipografia holandesa do século XVII.

Sua “tese” mobilizaria a dupla de jornalistas/historiadores pernambucanos José Higino Duarte Pereira (1883) e Alfredo de Carvalho (1899), que a transformariam em “hipótese” de pesquisa. Através da consulta a fontes fidedignas, no Brasil e na Holanda, eles cotejam documentos, proclamando a “falácia” dos historiadores “oficiais”, em que se fundamentou Fernandes Pinheiro.

Nesse ínterim, o bibliógrafo baiano Vale Cabral (1881) e o jornalista pernambucano Pereira da Costa (1891) publicariam os primeiros inventários sobre os produtos gerados pelos prelos portugueses atuantes no Brasil nos séculos XVIII e XIX (Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro).

Trata-se, contudo, de intentos precursores de natureza eminentemente historiográfica.

Os verdadeiros contornos da midiologia brasileira somente começam a assumir nitidez na primeira metade deste século, através dos marcos fincados pelos comunicadores/pesquisadores: Barbosa Lima Sobrinho (1923), B. dos Santos Leitão (1926), J. Canuto Mendes de Almeida (1931), Ernani Macedo de Carvalho (1940), Rubens Porto (1941), Vitorino Prata Castelo Branco (1943) e Carlos Rizzini (1946).

Tais estudos seriam continuados, dentro das universidades, no âmbito das empresas, associações e sindicatos, como trabalho voluntário ou de caráter pessoal. No segmento jornalismo, por Danton Jobim (1957) e Luiz Beltrão (1960); da propaganda, por Genival Rabelo (1956) e Caio Domingues (1959); das relações públicas, por Teobaldo Andrade (1962) e Walter Poyares (1967); da editoração, por Frederico Porta (1958) e Amaral Vieira (1969); da bibliologia, por Wilson Martins (1957) e Antonio Houaiss (1967); da cinematografia, por Guido Logger (1956) e Paulo Emilio Salles Gomes (1957); do radicalismo, por Mário de Moura (1956) e Saint-Clair Lopes (1957); da teledifusão, por Péricles Leal (1964) e Wilson Aguiar (1967); da quadrinhologia, por Álvaro de Moya (1970) e Moacyr Cirne (1970); da fotografia, por Boris Kossoy (1980) e Arlindo Machado (1984); da

videologia, por Cândido José Mendes de Almeida (1984) e Luiz Fernando Santoro (1989); da semiótica, por Décio Pignatari (1968) e Lucrecia Ferrara (1977); da teoria da informação, por Marcello C. D'Azevedo (1971) e Isaac Epstein (1973); da teoria da cultura de massa, por Salomão Amorim (1968) e Muniz Sodré (1972); e dos estudos culturais, por Heloisa Buarque de Holanda e Carlos Alberto Pereira (1980), entre outros pioneiros.

A literatura dos renovadores e inovadores é vasta, podendo ser localizada nos repertórios bibliográficos em que inventariámos seletivamente o conhecimento disponível sobre comunicação no Brasil, incluindo brasileiros e brasilianistas (Marques de Melo, 1984, 1995, 1999).

2.5. PARADIGMA

Luiz Beltrão converteu-se em ícone nacional das ciências da comunicação por seu tríplice pioneirismo: fundador do primeiro instituto universitário de pesquisa (1963), criador da primeira revista científica (1965) e autor da primeira tese de doutorado (1967) nessa área do conhecimento (Duarte, 2001, p. 127).

Tal posição de vanguarda justificou a criação do “Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação”, através do qual a comunidade acadêmica reconhece anualmente o mérito de pessoas ou instituições que demonstram excelência na pesquisa. Ao tomar a iniciativa (1997), a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, INTERCOM, quis prestar uma homenagem ao nosso pioneiro, incentivando também as novas gerações a ampliar a fronteira do conhecimento que ele desbravou.

Nascido em Olinda (Pernambuco), Brasil, no dia 8 de agosto de 1918, Luiz Beltrão realizou seus estudos humanísticos no Seminário de Olinda e no Ginásio Pernambucano, em Recife, graduando-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da antiga Universidade do Recife, hoje Universidade Federal de Pernambuco.

Mas sua vida profissional foi inicialmente dedicada ao Jornalismo. Como jornalista, atuou em vários órgãos da imprensa pernambucana, tornando-se líder sindical da categoria e alcançando projeção nacional. Ao participar de congressos jornalísticos no país e no exterior, escreveu ensaios e monografias em que refletiu criticamente a profissão e seu impacto na sociedade.

Tais reflexões geraram o livro *Iniciação à filosofia do jornalismo*, que lhe

garantiu o Prêmio Orlando Dantas em 1959, patrocinado pela Editora Agir (Rio de Janeiro). Lançada nacionalmente, a obra representou uma virada em sua carreira. A atividade profissional colocou-se em segundo plano, à medida que avançava seu engajamento acadêmico.

Preocupado com a formação universitária dos jovens jornalistas, Beltrão aceitou o convite para ensinar Ética e Técnica do Jornalismo na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora de Lourdes, em João Pessoa, Paraíba. Ao mesmo tempo, apresentou o projeto para a criação do Curso Superior de Jornalismo na Universidade Católica de Pernambuco, iniciativa acolhida pela congregação dos jesuítas e implementada a partir de 1961.

Suas aulas de Jornalismo são previamente escritas, antes de expostas em sala de aula, acumulando conhecimento que lhe permitiria publicar quatro livros sobre o processo de produção jornalística e seus gêneros fundamentais. Da mesma forma, ele anotaria as experiências pedagógicas que vivenciou na preparação de jornalistas profissionais, convertendo-as em livro publicado pelo CIESPAL, Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo da América Latina.

Sua aproximação ao CIESPAL e às ideias comunicacionais ali difundidas por cientistas europeus e norte-americanos o induzem a criar, em 1963, o ICINFORM, mantido mediante convênio com a Universidade Católica de Pernambuco. Esse núcleo foi responsável pelo lançamento da primeira revista científica da área, *Comunicações & Problemas*, publicada a partir de 1965, tomando como modelo sua congênere norte-americana, *Journalism Quarterly*.

A repercussão nacional e internacional do trabalho inovador realizado por Luiz Beltrão no Nordeste Brasileiro, formando jornalistas e pesquisando os fenômenos da comunicação pública, foi o fator decisivo para que o Governo Castelo Branco o convidasse a assumir a direção da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, onde atuou durante o biênio 1965-1967. É ali que defende sua tese de doutoramento sobre Folkcomunicação, convertendo-se no primeiro Doutor em Ciências da Comunicação do Brasil. Esse trabalho, parcialmente publicado em livro, *Comunicação e folclore* (São Paulo, Melhoramentos, 1971), tem caráter seminal, gerando inúmeros estudos e pesquisas produzidos nos anos seguintes, alguns sob a forma de livros, outros sob a forma de artigos para revistas especializadas e comunicações apresentadas em reuniões científicas no país e no exterior.

Após sua passagem pela Universidade de Brasília, Beltrão atua como docente e pesquisador no CEUB, Centro de Estudos Universitários de Brasília, trabalho compartilhado com intensa atividade internacional, convidado para cursos, seminários, palestras e conferências, principalmente na América Latina. O resultado dessa profícua vida intelectual é a publicação de uma trilogia sobre *Teoria da Comunicação: Fundamentos Científicos da Comunicação* (1973), *Teoria Geral da Comunicação* (1977) e *Teoria da Comunicação de Massa* (1986).

Convidado a trabalhar na Fundação Nacional do Índio, FUNAI, ele se dedica a avaliar o comportamento da imprensa brasileira diante da questão indígena, cujas principais evidências foram reunidas no livro *O índio, um mito brasileiro* (Petrópolis, Vozes, 1977).

Como pioneiro dos estudos científicos sobre comunicação no Brasil, Luiz Beltrão foi escolhido pela XX Assembleia Geral da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM) como patrono de nosso campo do conhecimento.

Sua vida profissional começa em 1936, na redação do *Diário de Pernambuco*, onde trabalha inicialmente no arquivo do jornal, mas logo passaria ao *front* jornalístico, garimpando notícias, produzindo textos e editando matérias. A seguir, convidado pelo governador Agamenon Magalhães, assume a chefia de redação do jornal diário de apoio ao governo do estado.

Sua produção como repórter ainda permanece inédita e, portanto, desconhecida das novas gerações. Dela apenas ganhou notoriedade seu livro *Itinerário da China (Um repórter visita o milenar e novo país do Extremo Oriente)*, publicado em 1959 pela Imprensa Oficial do Estado de Pernambuco.

Atuando em vários órgãos da imprensa pernambucana, tornou-se líder sindical da categoria, obtendo projeção nacional. Ao participar de congressos da categoria, no país e no exterior, escreveu ensaios e monografias sobre a profissão e seu impacto na sociedade.

Preocupado com a formação universitária dos jovens jornalistas, Beltrão aceita convite para ensinar Jornalismo na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora de Lourdes, em João Pessoa, Paraíba, testando o modelo que desenvolveu no Curso Superior de Jornalismo na Universidade Católica de

Pernambuco, a partir de 1961.

Baseado na experiência e no conhecimento acumulados, publicou quatro livros sobre a rotina jornalística: *Técnica de jornal* (Recife, ICINFORM, 1964), *A imprensa informativa: técnica da notícia e da reportagem no Jornal Diário* (São Paulo, Folco Masucci, 1969), *Jornalismo interpretativo: filosofia e técnica* (Porto Alegre, Sulina, 1976) e *Jornalismo Opinativo* (Porto Alegre, Sulina, 1980)

Da mesma forma, sistematizou as práticas pedagógicas vivenciadas na preparação de jornalistas profissionais para preparar o curso de pós-graduação ministrado em Quito, depois reunidas em livro publicado pelo Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para a América Latina, sob o título *Métodos de enseñanza de la técnica del periodismo* (Quito, Ciespal, 1963).

Na Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, onde atuou durante o período 1965-1967, concluiu a pesquisa e escreveu a tese de doutoramento sobre folkcomunicação, o que o converteria no primeiro Doutor em Ciências da Comunicação do Brasil.

Tal estudo geraria inúmeros estudos e pesquisas que produziu nos anos seguintes. Alguns sob a forma de livros, outros sob a forma de artigos e comunicações científicas. Dando continuidade a essa linha de trabalho, publicou a obra emblemática *Folkcomunicação, a comunicação dos marginalizados* (São Paulo, Cortez, 1980). Ali procura ampliar o conceito inicial, fortemente influenciado por suas concepções jornalísticas, buscando incluir as dimensões persuasivas, diversionais e educativas do processo de folkcomunicação.

Contudo, a versão integral da sua histórica tese de doutorado somente ganharia difusão sob a forma de livro neste novo século, graças ao empenho do professor gaúcho Antonio Hohlfeldt *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias* (Porto Alegre, Editora da PUCRS, 2001).

Destacando-se academicamente pela “teoria da folkcomunicação” (Trigueiro, 2001, p. 49), ele pesquisou o impacto da mídia no Brasil para confirmar o que já havia sido observado em sociedades plenamente desenvolvidas: os “fluxos da comunicação massiva” não se esgotam no ato da recepção direta das mensagens pelas pessoas que constituem as audiências.

Beltrão percebeu que a etapa da recepção possuía natureza distinta daquela descrita na “teoria do fluxo em duas etapas” (Lazarsfeld e Katz). A “tradução” das mensagens para os códigos locais não era processada individualmente, por típicos “líderes de opinião”. Sua pesquisa reuniu evidências distintas. Os conteúdos midiáticos, em zonas distanciadas dos centros urbanos ou nas periferias metropolitanas, passavam por leituras grupais ou traduções comunitárias, efetuadas por “agentes coletivos” (BELTRÃO, 2001).

Essa descoberta o induziu a concluir que os fluxos pós-recepção integram o “sistema da folkcomunicação”. Ele é responsável por transposições de linguagem e adaptações dos significados difundidos pelo “sistema de comunicação massiva”, configurando, segundo seus próprios valores, os “sentidos” efetivamente assimilados pelas audiências “marginalizadas” (BELTRÃO, 2004, p. 73-88).

A tese repercutiu na comunidade acadêmica, suscitando manifestações relevantes como a de Umberto Eco, impressionado com o desenvolvimento autônomo desse processo comunicacional.

As massas do Nordeste informam-se através da literatura de cordel, das histórias em quadrinhos em xilogravuras, vendidas nas feiras e distribuídas nas farmácias. [...] Luiz Beltrão me convenceu, com argumentação irrefutável, que não é o rádio nem a televisão que fornecem as informações. As comunicações através dos folhetos e das histórias em quadrinhos não são, por enquanto, monopólio de ninguém: elas se desenvolvem por si mesmas (ECO, 1966).

O paradigma construído por Luiz Beltrão fundamentava-se, do ponto de vista antropológico, na concepção dialética do folclore defendida por Edison Carneiro, que o entendia como uma forma “rudimentar” de “reivindicação social” ou como “fruto da resistência oferecida pelas camadas populares” (CARNEIRO, 1965, p. 15-25).

Trata-se de uma perspectiva analítica que produz desdobramentos no segundo ciclo de estudos promovido pela INTERCOM, quando a “teoria das brechas” começa a ganhar densidade. A explicitação dessa ideia, que aflora no ciclo da Intercom de 1979, vai ser melhor fundamentada nos ensaios escritos por Anamaria Fadul, Carlos Eduardo Lins da Silva e Luiz Fernando Santoro para o ciclo de 1980. Vide Carlos Eduardo LINS DA SILVA (coord.), *Comunicação, hegemonia e contrainformação*, São Paulo, Cortez, 1981, p. 9-38. Fica explícita, nesse momento, a dissonância em relação aos

pesquisadores que exercitavam “dupla cegueira”. Enxergando a mídia como espaço exclusivo de difusão da ideologia das classes dominantes na sociedade, eles “adotam uma atitude de menosprezo em relação aos meios de comunicação das classes subalternas, considerados tão somente como manifestações reacionárias” (MARQUES DE MELO, 1980, p. 11).

Não foi sem razão que Jesus Martín-Barbero identificou nos “pioneiros trabalhos de Luiz Beltrão” plena sintonia com a estratégia de pesquisa denominada contra-hegemonia comunicativa:

ao indagar a atualidade e a vigência das formas de comunicação popular na riqueza cultural de suas festas e discursos, tanto rurais como urbanos, religiosos e cívicos, dos signos messiânicos aos políticos, passando inclusive pelos grafitos eróticos e até mesmo pornográficos (BARBERO, 1999, p. 39).

Quase quarenta anos depois da sua morte, o nosso artífice das ciências da comunicação continua a ser mais lembrado através do aporte folkcomunicacional.

O primeiro número da revista *Comunicações & Problemas* (1965) lançou a plataforma da nova disciplina conhecida como Folkcomunicação. Seu artigo sobre o “ex-voto” suscitava o olhar dos pesquisadores da comunicação para um tipo de objeto que já vinha sendo competentemente estudado pelos antropólogos, sociólogos e folcloristas, mas negligenciado pelos comunicólogos.

O argumento implícito era o de que as manifestações populares, acionadas por agentes de “informação de fatos e expressão de ideias”, tinham tanta importância comunicacional quanto aquelas difundidas pelos *mass media*. Por isso mesmo ele recorria ao arsenal metodológico já testado e aperfeiçoado no estudo das manifestações convencionais do *mass journalism* (formatadas de acordo com os canais pós-gutenbergianos) e as transportava para analisar as ricas expressões daquilo que ele sugeria como integrantes do *folk-journalism* (veiculadas em canais pré-gutenbergianos ou usando tecnologias tão rudimentares quanto a *prensa* de Mogúncia).

Na verdade, Beltrão descobrira que os processos modernos de comunicação massiva coexistiam, no espaço brasileiro-nordestino, com fenômenos de comunicação pré-moderna. Eram reminiscências do período medieval-europeu, transportadas pelos colonizadores lusitanos e historicamente aculturadas, aparentando uma espécie de *continuum* simbólico. Tais veículos de comunicação popular ou de folkcomunicação, como ele preferiu

denominar, mesmo primitivos ou artesanais, atuavam como meros retransmissores ou decodificadores de mensagens desencadeadas pela indústria da comunicação de massa (jornais, revistas, rádio, televisão).

Mais do que isso: ele identificou teoricamente uma semelhança entre tais processos e aquele que Lazarsfeld e seus discípulos haviam observado na sociedade norte-americana, mais conhecido como o paradigma do “two-step-flow-of-communication”. No entanto, as hipóteses de Luiz Beltrão davam um passo adiante em relação aos postulados de Paul Lazarsfeld e Elihu Katz. Enquanto esses cientistas atribuíam um caráter linear e individualista ao fluxo comunicacional em duas etapas, porque dependente da ação persuasiva dos “líderes de opinião”, o pesquisador pernambucano tinha a premonição de que o fenômeno era mais complexo, comportando uma interação bipolar (pois incluía o *feedback* protagonizado pelos “agentes populares” no contato com os “meios massivos”) e revelando natureza coletiva. A reinterpretação das mensagens não se fazia apenas em função da “leitura” individual e diferenciada das lideranças comunitárias. Mesmo sintonizadas com as “normas de conduta” do grupo social, ela continha fortemente o sentido da “coesão” grupal, captando os signos da “mudança social”, típico de sociedades que sofrem as agruras do meio ambiente e necessitam transformar-se para sobreviver.

Em certo sentido, Luiz Beltrão antecipava observações empíricas suficientes para fortalecer as teorias das “mediações culturais” de Jesus Martín-Barbero e das “frentes culturais” e de Jorge González, constituintes do cerne das contribuições de ambos ao pensamento comunicacional latino-americano.

Antes, a originalidade dos estudos de Luiz Beltrão havia merecido aplausos do maior folclorista brasileiro, que foi Luís da Câmara Cascudo. Depois de ler o artigo sobre o “ex-voto” publicado na revista do ICINFORM, Mestre Cascudo endereçou uma carta estimuladora, destinada a elevar o astral do seu autor.

O incentivo de Câmara Cascudo foi decisivo. Tanto assim que Luiz Beltrão sistematizou e ordenou suas observações sobre as manifestações da comunicação popular nordestina, ancorando-as nas teorias do *folk-lore* e confrontando-as com os paradigmas da *mass communication*. Dois anos depois, resgatou as evidências empíricas e interpretou-as segundo as teorias

da comunicação de massa e da cultura popular.

Suas ideias estão sendo resgatadas, atualizadas e aprofundadas no Brasil pela Rede FOLKCOM, constituída com o apoio da Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. Trata-se de um coletivo de pesquisadores das *interfaces* entre comunicação massiva e cultura popular que vem se reunindo anualmente nas Conferências Brasileiras de Folkcomunicação, desde 1998, nos *campi* de diversas universidades, em todas as regiões do país.

No plano internacional, o pensamento de Luiz Beltrão tem inspirado as produções científicas dos Grupos de Estudos de Folkcomunicação criados pelas organizações de ciências da comunicação, como é o caso da ALAIC (Asociación Latinoamericana), LUSOCOM (Federação Lusófona) e CONFIBERCOM (Confederación Ibero-americana).

Paralelamente à produção científica sobre os fenômenos sociais da comunicação e do jornalismo, Luiz Beltrão dedicou-se à literatura, escrevendo contos e romances. Seu primeiro livro literário foi o romance *Os senhores do mundo* (Recife, 1950). Depois surgiram *Quilômetro zero* (Recife, 1958), *A serpente no atalho* (Brasília, 1974), *A greve dos desempregados* (São Paulo, 1984).

Sua última fase intelectual foi marcada pelo memorialismo, dela resultando dois livros póstumos: *Contos de Olanda* (Recife, 1989) e *Memórias de Olinda* (Recife, FIAM, 1996).

A consagração dessa atividade como ficcionista e memorialista ocorre com a sua eleição para a Academia Brasiliense de Letras, onde atuou destacadamente até sua morte, no dia 24 de outubro de 1986. Ela ganha nova dimensão com a sua redescoberta pelo escritor gaúcho Antonio Hohlfeldt, autor do recente ensaio “Luiz Beltrão, do jornalismo à literatura”, publicado pela *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, vol. XXVI, n. 1, São Paulo, Intercom, p. 69-78.

A propósito da sua faceta literária, Hohlfeldt diz, enfaticamente:

Para quem leia o conjunto de seis livros de ficção de Luiz Beltrão, editados entre 1950 e 1989, uma constatação salta logo aos olhos: excetuando-se os dois livros de contos, que apresentam excelentes trabalhos e alguns menos inspirados, os romances e novelas evidenciam um amadurecimento literário que se traduz tanto na escolha dos temas quanto na linguagem com que aborda cada um deles.

Reverenciado pela comunidade acadêmica como o pioneiro dos estudos

científicos sobre comunicação no Brasil, Luiz Beltrão teve a sua trajetória intelectual descrita no livro organizado por Roberto Benjamin *Itinerário de Luiz Beltrão* (Recife, AIP/UNICAP, 1998). Sua atuação científica constituiu o objeto de duas teses de doutorado, defendidas em São Paulo, Fátima Feliciano, *Luiz Beltrão, um senhor do mundo* (São Paulo, ECA-USP, 1993) e Rosa Nava, *Comunicações & Problemas: o primeiro periódico científico em comunicação no Brasil* (São Paulo, UMEESP, 2002).

Sua obra de estreia no cenário intelectual brasileiro – *Iniciação à filosofia do jornalismo* (1960) – integra a coleção denominada “Clássicos do Jornalismo Brasileiro”, publicada pela EDUSP. Ele ganhou, portanto, lugar de realce na galeria jornalística composta pelo seu conterrâneo, o pernambucano Barbosa Lima Sobrinho, bem como pelo baiano Rui Barbosa, pelos paulistas Carlos Rizzini e Danton Jobim e pelos cariocas Carlos Lacerda e Alceu de Amoroso Lima.

Conquistou também projeção internacional desde que o escritor italiano Umberto Eco publicou simpático artigo no jornal *L'Espresso* de Milão (1966), reconhecendo a singularidade das suas pesquisas folkcomunicacionais, foco da tese de doutorado que defenderia no ano seguinte na Universidade de Brasília. O pioneiro olindense mereceu também posição privilegiada entre os 250 teóricos da comunicação escolhidos pela Universidade de Málaga, Espanha, para integrar a plêiade digital *Pensar en la Comunicación* – www.infoamerica.org.

Mas o ápice da consagração acadêmica de Luiz Beltrão deu-se sem dúvida em 1997, quando foi escolhido para emprestar o seu nome ao prêmio nacional que distingue os principais produtores científicos da área. Anualmente, a INTERCOM, com o apoio do Programa Globo Universidade, confere o Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação a personalidades e instituições que se destacaram por relevantes contribuições ao nosso campo do conhecimento.

Ausente das prateleiras das livrarias, a bibliografia de Luiz Beltrão vem sendo consultada apenas pelos estudiosos do pensamento comunicacional que se dispõem a transpor os umbrais das bibliotecas especializadas. Incluem-se evidentemente nessa categoria aqueles que se interessam por explorar outras dimensões do seu percurso intelectual.

Emergem, como consequência, distintas facetas de Luiz Beltrão,

permitindo sua redescoberta pelos jovens pesquisadores. Motivados pela curiosidade de saber quem foi e qual o legado do pioneiro nacional das ciências da comunicação, eles querem ter acesso às fontes.

Por isso mesmo, a INTERCOM decidiu lançar a coleção Beltranianas, cujo título inicial, *Fortuna Crítica de Luiz Beltrão – Dicionário Biobliográfico* (2013), oferece um roteiro completo para o resgate do seu pensamento comunicacional, conforme lista a seguir reproduzida:

1. Comunicação

1.1. Teoria

Fundamentos científicos da comunicação (1973); Marketing, cultura e comunicação (1977); Midiologia (2006); Pedagogia da comunicação (2006); Sociedade de massa: comunicação e literatura (1972); Teoria da comunicação (2006); Teoria da comunicação de massa (1986) e Teoria geral da comunicação (1977).

1.2. Folkcomunicação

Comunicação e folclore (1971); Folkcomunicação (2001); Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados (1980); Folkcomunicação: teoria e metodologia (2004) e Mídia e folclore (2001).

2. Jornalismo

2.1. Teoria

Iniciação à filosofia do jornalismo (1960); Enseñanza de la técnica del periodismo (1963); Imprensa informativa (1969);

Jornalismo interpretativo (1976); Jornalismo opinativo (1980) e Teoria e prática do jornalismo (2006).

2.2. Praxis

Índio, um mito brasileiro (O) (1977); Itinerário da China (1959) e Memória de Olinda (1996).

3. Ficção

3.1. Contos

Quilômetro zero (1960) e Contos de Olanda (1989).

3.2. Romances

Greve dos desempregados (A) (1984); Senhores do mundo (1950) e Serpente no atalho (1974) e Sombras do ciclone (1968).

Em sua “aclaração” sobre a “oportunidade” da coleção Beltrianas, explica Osvando de Moraes sua vocação “iluminista”: “em pleno século XXI traz como proposta a sistematização temporal e a ordenação alfabética da produção intelectual de Luiz Beltrão” (Moraes, 2013, p. 11).

CARTOGRAFIA INTERNACIONAL

Fato evidente e relevante, a expansão dos estudos comunicacionais no espaço universitário tem aguçado o interesse das novas gerações pela História do campo, pois o seu fortalecimento acadêmico pressupõe estratégias de autoconfiança para demandar legitimação institucional.

O sintoma perceptível é o volume ascendente do conhecimento empírico sobre essa temática, no último decênio. Destacam-se os trabalhos escritos ou organizados pelos alemães Löblich e Scheu (2011), pelos norte-americanos Park e Polley (2008), pelo espanhol Godoy (2008), pelo brasileiro Marques de Melo (2008, 2003), pelo mexicano Duarte (2007), pelo português Sousa (2006), pelo francês Olivesi (2006), pelo inglês MacQuail (2003), pelo italiano Bechelloni, associado à ítalo-brasileira Vassalo de Lopes (2002).

A tarefa de mapear a fortuna historiográfica acumulada repousa preliminarmente na elucidação de duas variáveis substantivas: a invenção do objeto e a instituição do campo, bem como na definição de dois fatores adjetivos: historiográfico e empírico.

Preliminarmente, convém definir o que é fonte historiográfica e qual é a natureza da pesquisa empírica.

Qual é o significado da fonte historiográfica? Não se trata de fonte “histórica”, quer no sentido de “observação documental” como é comum nas ciências sociais (Duverger, 1962, p. 115-132), quer na acepção histórica “clássica” (Rodrigues, 1969, p. 234-238) ou de acordo com a “escrita” da “nova história” (Burke, 1992, p. 25-31), nem tampouco na linha das “novas” fontes de coleta dos dados sobre o passado (Pinsky, 2006).

Adotamos aqui aquele conceito próprio da pesquisa em comunicação, ou seja, como fonte “secundária”, indispensável à “revisão de literatura” (Asa

Berger, 2000, p. 21-33). Sua destinação intencional corresponde aos historiógrafos da comunicação (pesquisadores do campo), ainda que possa ser útil aos historiadores da comunicação (estudiosos dos objetos).

Assim sendo, os historiadores geram fontes baseadas na observação dos fatos, enquanto os historiógrafos se dedicam a conceber fontes amparadas na análise sistemática dos fatos conhecidos.

A distinção entre o labor histórico e o historiográfico, no âmbito comunicacional, fica ainda mais nítida se atentarmos para a observação sobre a pesquisa social empírica feita por Max Horkheimer e Theodor Adorno (1973, p. 122) : “a reflexão crítica sobre os seus princípios” {seara do historiógrafo} “é tão necessária” (quanto) “o conhecimento profundo dos seus resultados” {território do historiador}, desde que “conduzida segundo os seus próprios métodos e de acordo com os modelos característicos do seu trabalho”.

3.1. ESTADOS UNIDOS

Densa, plural e contínua, a contribuição dos Estados Unidos reflete inegavelmente a legitimidade cedo alcançada pelo campo da comunicação, tanto o campo social quanto o campo acadêmico. Para entender esse processo histórico pode ser útil a consulta aos ensaios críticos de Marshall McLuhan (1951) e de Christopher Brookermann (1984) sobre as interações orgânicas entre cultura erudita, massiva e popular.

O principal artífice da historiografia norte-americana foi sem dúvida Wilbur Schramm, cujos primeiros balanços históricos sobre o avanço da pesquisa em comunicação datam de 1954, quando publica seu livro *Process and effects of mass communications*. Essa obra tornou-se uma espécie de bíblia dos iniciantes no campo. A seleção dos textos ali incluídos revela sua linha de análise histórica do conhecimento comunicacional acumulado no país, concepção que ele explicitará em 1961, ao inaugurar uma série de palestras sobre o novo ramo do saber. Logo traduzido no Brasil (1964), abrindo a coletânea *Panorama da comunicação coletiva* (Rio, Fundo de Cultura), tal ensaio difunde a tese dos quatro pais fundadores das ciências da comunicação nos EUA. Mas sua contextualização só seria conhecida integralmente quando apareceu seu livro póstumo *The beginnings of communication study in America* (1997). Editado por dois de seus diletos ex-

alunos, esse volume contém uma segunda parte, na qual os discípulos Steven Schaffee e Everett Rogers reconhecem Wilbur Schramm como o verdadeiro fundador do campo.

Antes disso, a tese de Schramm já vinha sendo contestada por jovens pesquisadores, como Daniel Czitrom (1982), que reivindicava esse mérito para cientistas da Escola de Chicago como John Dewey e Robert Park. Outros, como Timothy Clander (1999), se dedicaram a estudar as origens da pesquisa norte-americana no contexto da guerra fria.

Controvérsias dessa natureza motivaram o famoso colóquio sobre a revisão crítica da trajetória histórica da pesquisa comunicacional norte-americana, dirigido por Everett Dennis e Helen Wartella (1996), encorajando novos estudos empíricos sobre o tema. Participaram desse evento acadêmicos seniores, que anotavam relevantes variáveis. James Carey (1989) destacou outros protagonistas, entre eles Harold Innis. Gertrude Robinson (1994) agendou a contribuição histórica da mulher, valorizando também as raízes europeias da pesquisa ianque e canadense.

O maior e mais bem elaborado volume de contribuições dessa natureza tem a assinatura de Everett Rogers, que focalizou a tensão histórica entre duas subdisciplinas do campo comunicacional – comunicação massiva e comunicação interpessoal (1999) – e inventariou criticamente o itinerário histórico de dois segmentos cognitivos – comunicação intercultural (1999) e comunicação internacional (2003).

Vale a pena, finalmente, salientar a preocupação da ICA no sentido de fazer balanços históricos periódicos do conhecimento comunicacional: o debate sobre o “fermento” cognitivo, animado por George Gerbner (1983), o seminário sobre o “futuro” do campo, liderado por Mark Levy e Michael Gurvich (1994) e a tentativa de avaliação do “estado da arte” sobre teoria e pesquisa da comunicação, promovida por William Benoit (2004, 2005).

Sinalizadoras de tendências particulares são as iniciativas de Edmond Lauf, estudando sincronicamente a diversidade nacional na autoria dos artigos publicados pelos principais periódicos internacionais do campo da comunicação (2005); a de Barbie Zelizer (2008), inventariando diacronicamente quais as implicações das variáveis “comunicação, cultura e crítica” na pesquisa do jornalismo; ou a de Zixue Tai (2009), analisando a estrutura do conhecimento e a dinâmica acadêmica peculiar à pesquisa sobre

o agendamento da mídia, durante o decênio 1996-2005.

Esse desafio constante da nossa comunidade no sentido de legitimar-se academicamente sensibilizou o editor do *Journal of Communication*, provocando atos expressivos e denotando a tendência cada vez crescente para disciplinarizar o campo da comunicação. Michel Plau (2008) organiza um painel comparativo dos progressos feitos pela pesquisa da comunicação, em suas interfaces com a sociologia, a psicologia social, a política e a economia, sem deixar de acompanhar o desenvolvimento dos estudos específicos de comunicação organizacional e comunicação política e das metodologias vigentes (empíricas ou críticas).

Reveladora da preocupação cultivada pela vanguarda norte-americana para acompanhar os indicadores de aspirações da comunidade internacional é a instituição de um espaço onde os presidentes da ICA mostram suas percepções do sentimento predominante em cada momento.

Assim sendo, Linda Putnam reconhece a importância das dissidências cognitivas (2001), Wolfgang Donsbach mostra sensibilidade pela construção da identidade acadêmica do campo (2006) e Patrice Buzzanell proclama a reconciliação dos atores eventualmente em tensão para lograr um ambiente em que todos possam estar de bem com a vida (2010).

Nesse sentido, duas obras recentemente lançadas no mercado acadêmico podem ser úteis para suscitar o debate sobre a comunidade universitária da comunicação e as tendências do conhecimento gerado pela comunicação empírica – Peter Simonson, *Refiguring Mass Communication* (Urbana Chicago, University of Illinois Press, 2010) – e do saber ancorado na teoria crítica – Emile McAnany, *Saving the world: a brief History of Communication for Development and Social Change* (Urbana Chicago, University of Illinois Press, 2012).

3.2. ALEMANHA

Embora ostentando pioneirismo nos modernos estudos midiáticos, a Alemanha, onde Tobias Peucer defendeu a primeira tese doutoral sobre Jornalismo, em 1690, possui evidente descontinuidade historiográfica, denotando um quadro histórico de avanços e recuos.

Se há indícios da intensa atividade intelectual da Universidade de Leipzig, no século XVII (Casasús, 1990), novas pistas historiográficas só aparecem no

século XIX (Nixon, 1963). Então, o conhecimento comunicacional já se encontrava no estágio da divulgação científica, graças ao empenho dos enciclopedistas germânicos Benzenberg e Krug. Seus verbetes sobre liberdade de imprensa chegam precocemente ao Brasil, por volta de 1810, traduzidos por Hipólito José da Costa e publicados no *Correio Brasiliense* (Marques de Melo, 2003).

O período áureo das ciências da comunicação na sociedade teuta vai se dar no início do século XX, documentado pela historiografia em função de episódios emblemáticos: os primórdios da *zeitungswissenschaft*, especialmente o protagonismo de Karl d'Esher, primeiro *scholar* alemão do jornalismo (Nixon, 1963), e o interesse que Max Weber demonstra pelo estudo sociológico da imprensa, fato reconstituído e contextualizado por Enrique Martin Lopez (1992).

Isso explica porque o reitor Walter Williams decidiu conhecer o modelo alemão de ensino antes de inaugurar a pioneira escola de Jornalismo da Universidade de Missouri, em 1908 (Williams, 1929). Entende-se também a recomendação de completar seus estudos na Alemanha, dada por John Dewey ao discípulo Robert Park, no limiar da Escola de Chicago. Park faz doutorado na Universidade de Heidelberg, onde defendeu em 1903 tese sobre a “multidão e o público”, retornando a Chicago para realizar estudos sobre a imprensa dos imigrantes estrangeiros e outras correlatas (Rogers, 1994, p. 175).

O vanguardismo alemão só voltaria à agenda da comunidade acadêmica internacional no período posterior à Segunda Guerra Mundial, através do desempenho de dois intelectuais enigmáticos: o jornalista Otto Groth e a politicóloga Elizabeth Noelle-Neumann.

Groth ocupou papel fundamental no desenvolvimento do Jornalismo como disciplina científica autônoma. Estimulado por seu mentor intelectual, Max Weber, começou a escrever em 1910 sua primeira obra – *Die Zeitung* –, em 4 tomos, somente publicada no biênio 1928-1930. Tornou-se obra clássica, figurando como fonte de referência para formar as primeiras gerações de jornalistas que passaram pela universidade. Seu autor lecionou Jornalismo em Munich, até 1934, quando repudiou o regime nazista e em consequência foi banido da vida intelectual alemã.

Com o fim da guerra, Groth assumiu a direção do Instituto de Jornalismo

Ilustrado de Munich, onde escreveu sua obra definitiva, uma enciclopédia em 7 volumes sobre a ciência do jornalismo. Falecido em 1965, deixou um legado precioso que repercute, até hoje, dentro e fora da Alemanha (Belau, 1966).

Formada em Jornalismo pela Universidade de Mainz, Elizabeth Noelle dedicou-se ao estudo dos fenômenos da opinião pública. Fundou em 1947 o Instituto de Demoscopia, destinado a conhecer os efeitos das pesquisas de opinião pública sobre a formação de atitudes dos cidadãos imersos na sociedade midiática. O conjunto de evidências empíricas acumuladas embasou sua teoria da “espiral do silêncio”, segundo a qual as pessoas comuns tendem a endossar o ponto de vista da maioria, comportando-se no estilo “maria-vai-com-as-outras”.

Elizabeth teve, no pós-guerra, papel destacado na recomposição dos estudos de comunicação nas universidades alemãs. Por isso mesmo ganhou projeção internacional e foi acusada veladamente de haver inibido o avanço da “teoria crítica” em seu país (Loblich & Scheu, 2011, p. 14). Falecida recentemente, seu necrológio não escapou de insinuações dos seus desafetos sobre suposta simpatia pelo regime nazista.

Aliás, esse tipo de desconfiança pesou sobre toda a comunidade que trabalhou no campo comunicacional antes da ascensão de Hitler ao poder. O grande desenvolvimento nacional dos estudos de comunicação, nas décadas anteriores, serviu de pretexto para bloquear ou desencorajar ações de crescimento da área no pós-guerra.

Os gestores “aliados” entendiam que o conhecimento estocado pelos comunicólogos alemães fora apropriado por Goebels e seus colaboradores para gerar processos persuasivos danosos à sociedade. Esta é a razão porque reduziram 2/3 da capacidade instalada nas universidades em que se pesquisava comunicação (Beth & Pross, 1987, p. 18).

Tal política desestabilizadora perdurou até os anos 1970, quando começa o *boom* comunicacional na Alemanha, inclusive motivando a historiografia da área. A produção de conhecimento empírico de natureza histórica tem sido constante, embora restrito aos que dominam o idioma nacional. Não tem sido fácil acompanhar externamente os progressos históricos alemães, em parte descritos e comentados por autores fluentes em inglês, francês e espanhol ou traduzidos numa dessas línguas.

As fontes que abriram a cortina alemã para a comunidade ibero-americana foram escritas ou organizadas por Erich Feldmann (1972), H. Prakke (1977), Beth & Pross (1987).

O intercâmbio Alemanha-América Latina mostrou-se intensivo durante a Guerra Fria, quando as fundações Adenauer, Ebert e Neumann patrocinaram projetos de pesquisa relevantes, desenvolvidos pelo CIESPAL (Equador) e pela FELAFACS (Peru).

Essa memória do conhecimento alemão sobre a comunicação periférica está documentada em várias obras individuais ou coletivas, destacando-se o inventário feito por Michael Kunczik (1984) sobre o impacto da comunicação nos processos de mudança social e o painel liderado e organizado por Jurgen Wilke (1992) a propósito dos sistemas midiáticos de Argentina, Brasil, Guatemala, Colômbia e México.

Dentre as contribuições do pensamento alemão ao campo comunicacional encontra-se evidentemente aquela corrente forte e duradoura representada pela “teoria crítica” oriunda da Escola de Frankfurt. Nutrida pelas ideias fundadoras de Adorno e Horkheimer, nos anos 30, ela tem sido retemperada pelas ousadas interpretações de Hans Magnus Enzensberger, pela densa exegese feita por Jurgen Habermas ou pelas controvérsias lançadas por Nicolas Luhman.

São escassos ou inexistentes os estudos brasileiros sobre as tendências dos estudos comunicacionais da Alemanha. Um dos raros analistas dessa comunidade acadêmica é o pesquisador gaúcho Francisco Rudiger, mais interessado na Escola de Frankfurt (especialmente Habermas). Essa lacuna começou a ser preenchida com a publicação do bem documentado ensaio de Francisco Rudiger sobre a “Trajetória da publicística como proposta criadora de uma nova ciência da comunicação autônoma nos países de língua alemã” (*Comunicação & Sociedade*, 57, p. 103-128, 2012).

3.3. FRANÇA

A tradição comunicológica francesa remonta ao século XVIII, considerado como o “século das luzes”, quando os enciclopedistas Diderot e D’Alembert inscrevem as ciências da comunicação na árvore do conhecimento socialmente legitimado.

Em sua antologia dos “textos essenciais” para o estudo das ciências da

“informação e comunicação”, Daniel Bounoux (1993) situa dois marcos históricos para o nascimento do saber francês. A gênese do “objeto” é atribuída a Etienne de la Boétie (1550) em sua digressão sobre a “servidão voluntária”, enquanto o mérito de deslanchar o “campo” é creditado a D’Alembert (1751), inaugurando a taxonomia da comunicação, ao escrever o “discurso preliminar” da “enciclopédia ou dicionário racional das ciências, das artes e dos ofícios”, bem como a Jean-Jacques Rousseau (1762), desbravando a “pedagogia da comunicação”, nas reflexões intituladas “Emile ou sobre a educação”.

Quando se dá o início do pensamento francês sobre a comunicação de massa, segmento cognitivo que Régis Debray rotulou como “midiologia”? Jean Cazeneuve (1982) indica Serge Tchakotine como seu artífice ao publicar, em 1939, seu tratado sobre a “mistificação das massas pela propaganda política”. Por sua vez, Jerome Bourdon (2000) atribui essa glória a Gabriel Tarde, que percebe com lucidez o papel catalisador de jornal diário na formação da opinião pública, pautando as conversações domésticas. Mas Robert Chesnais (2001) prefere recuar no tempo, apontando Condorcet (1792) como seu desbravador, na reflexão sobre a doutrina da “propaganda” erigida pela Igreja Católica ao justificar a criação da Congregação *Propaganda Fide*, potencializando o proselitismo evangélico através da imprensa.

Contudo, Francis Balle (1997) reivindica o patronato dos modernos estudos franceses da comunicação para Fernand Terrou, ao abrir-lhe as portas da universidade, através do Instituto Francês de Imprensa, fundado em 1937 na Sorbonne. Ali se forma a vanguarda contemporânea das “ciências da informação e da comunicação”, cuja liderança intelectual é exercida por Jacques Kayser, o iniciador dos estudos de imprensa comparada, e a figura-chave da UNESCO para a constituição da nossa comunidade acadêmica internacional.

Papel semelhante ao exercido por Terrou, nos anos 30, abrindo picadas para o estudo científico da imprensa, seria desempenhado, nos anos 1970 por Robert Escarpit, a quem as autoridades educacionais francesas confiaram o planejamento do novo campo de estudos. Seu livro *Theorie générale de l’information e de la communication* (Paris, Hachette, 1976) reflete a nova orientação que a academia francesa adotou, tendo a SFISC, Société Française

des Information et de la Communication, como aglutinadora da comunidade acadêmica nacional.

A mais recente historiografia francesa está dividida em quatro blocos analíticos: Mucchielli (1995) e Bougnoux (1998) discutem a natureza do campo; Bautier & Cazenave (2000) e Miége (2004) refletem sobre suas origens; Flichy (1991) e Balle (1997) esboçam sua periodização; enquanto Boure & Paillart (1992), Mattelart (1995), Wolton (1999) e Miége (2000) comparam as correntes de pensamento.

3.4. ITÁLIA

A primazia do estudo científico da comunicação no mundo ocidental cabe historicamente à Itália, pois foi em Roma, no século I d.C., que se deu continuidade à tradição retórica aristotélica. Marco Fabio Quintiliano (30-96), embasado no erudito legado de Aristóteles e resgatando a fortuna empírica de Cícero, elabora sua *Institutionis Oratoria*, obra composta por doze livros, contendo um panorama teórico e prático da oratória latina.

Traduzido para o espanhol em 1996 e publicado pela Universidade de Salamanca, no marco das comemorações do XIX centenário do falecimento do autor, esse tratado de retórica demonstra a vastidão do conhecimento acumulado naquela época, dando conta da complexidade processual da comunicação humana.

Na cronologia dos estudos italianos, os continuadores pedagógicos de Quintiliano são os Padres da Igreja – Clemente de Alexandria, Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino –, que aplicaram sua “retórica escolar” ao “magistério eclesial” (Redondo Garcia, 1959) e à “pregação apostólica” (Esteves Rei, 1998).

Desse período em diante, existe uma escassez historiográfica sobre a comunicação italiana, o que pode espelhar a inibição intelectual provocada pela imposição da censura prévia no século XVI.

Os poucos indícios evidentes são os documentos pontifícios sobre os fenômenos da interação simbólica na era gutembergiana, denotando a “mentalidade da época”, mais sensível aos “malefícios” da imprensa do que aos “benefícios” atualizadores da vida em sociedade (Dale, 1973, p. 16).

A presença italiana no panorama mundial das ciências da comunicação ganha significação nos primórdios da IAMCR, não apenas porque Milão foi

escolhida como sede da assembleia de consolidação da entidade, mas também pela presença de Francesco Fattorello, diretor do Centro Nazionale Italiano per gli Studi sull'Informazione, sediado na Cidade Universitária de Roma.

Consultando toda a documentação disponível sobre a gênese da IAMCR é sintomática a escassez, quase omissão, de informações sobre o ensino e a pesquisa da comunicação na Itália. Compareceram à assembleia de Milão várias personalidades, de distintas cidades, entre elas o historiador Giuliano Gaeta, o psicólogo Francesco Alberone e o jornalista Domenico De Gregorio (Milous Vejvoda (org.), *IAMCR, dossier*, Praga, IJI, 1989). Todos são produtores de obras em que ficam claros seus ideais comunicacionais. O mesmo não acontece com Fattorello, cujo único livro em circulação no nosso continente intitula-se *Introducción a la Técnica Social da Información*, cujo conteúdo é muito esquemático e por vezes confuso.

Na verdade, a Itália só ganhou visibilidade comunicacional por intermédio da circulação dos textos de autoria de Umberto Eco, que se tornou o ícone mundial dos estudos semióticos, e de Mauro Wolf, professor da Universidade de Bolonha, autor de manuais de teoria da comunicação, contendo visões críticas muito instigantes, além de Giuseppe Richeri, também de Bolonha, dedicado ao estudo da comunicação internacional.

A novidade alvissareira do nosso campo é a ascensão da Scuola Fiorentina di Comunicazione (SFC), liderada por Giovanni Bechelloni e Milly Buonano, pesquisadores atualizados e produtivos, abertos ao diálogo internacional e muito receptivos a parcerias com a América Latina, especialmente com o Brasil.

3.5. INGLATERRA

O protagonismo inglês no campo comunicacional adquiriu visibilidade internacional desde que o país se tornou sede da IAMCR. Em 1972, no congresso de Buenos Aires, James Halloran é eleito presidente dessa associação, transferindo para a cidade de Leicester seu quartel-general, ali permanecendo durante vinte anos.

Halloran, especialista em reeducação carcerária, liderou um estudo nacional sobre a violência na mídia, ganhando notoriedade fora do país. Convidado pela UNESCO para participar do debate mundial sobre essa questão, ascendeu imediatamente ao circuito acadêmico e passou a influir na

alocação de recursos provenientes dos fundos internacionais para a pesquisa em comunicação. Autor de um livro sobre formação de atitudes, tendo como variável principal a televisão (1970), organizou duas antologias que conquistaram interesse público, uma sobre os efeitos da televisão (1970) e outra sobre manifestações de rua (1970). Adotando uma perspectiva crítica, não lhe foi difícil ganhar a confiança dos colegas que gravitavam nos círculos internacionais e chegar à presidência da IAMCR.

Contou com a cumplicidade dos países do bloco comunista, durante a guerra fria, organizou congressos mundiais em cidades da chamada “cortina de ferro”, por exemplo, Leipzig (1980) e Praga (1984). Recebeu também subsídios estatais e forte apoio político de lideranças históricas – especialmente o russo Yassen Zassoursky, o finlandês Kaarle Nordestreng e o polonês Valery Pisarek. Sua gestão “imperial” foi contestada pela nova geração em 1988 (Barcelona) e só terminou em 1992 (Guarujá), com a ascensão negociada de seus vice-presidentes, Cees Hamelick e Hamid Mowlana.

A sede da IAMCR foi transferida para outros países, mas retornou à Inglaterra, quando o contingente feminino conquistou a direção da entidade. Assumiu inicialmente a canadense Robin Mansell, residente em Londres. Docente da Universidade de Sussex, ela tem liderado pesquisas sobre a sociedade do conhecimento (1988). Sucedida por Anabelle Sreberny, que ocupava o lugar de Halloran na Leicester University, mantém-se a hegemonia anglófona na comunidade mundial da área.

A influência britânica no campo da comunicação se deu também através da corrente dos estudos culturais (Storey, 1996), na qual Raymond Williams exerceu papel significativo, contribuindo inclusive no segmento historiográfico (1992).

Contribuições relevantes se cruzam na bibliografia inglesa. Devemos a Dennis McQuail (1994) exaustivo inventário histórico das teorias da comunicação. Somos tributários de Peter Corner, Philip Schleisinger e Roger Silvestrone pelo fecundo inventário crítico que editaram sobre a trajetória internacional da pesquisa midiática.

Também não podemos esquecer as incursões historiográficas de Peter Burke para assegurar mais adequada interação entre a História e o conhecimento (2003).

Sua parceria com Asa Briggs garantiu um oportuno balanço da história da mídia (2004), revisando fatos, revisitando cenários e desvendando as iniciativas de inovadores como Gutemberg e Bill Gates, que vincularam suas biografias, de forma indelével, à revolução das comunicações.

Historiadores típicos do século XXI, Burke e Briggs confessam que combinaram métodos arcaicos e modernos para escrever o livro – partes escritas a mão, partes digitadas no computador. Por isso mesmo, eles se mostram “otimistas”. Confiantes no “futuro do livro”, acreditam em sua sobrevivência, convivendo com as “novas formas de comunicação”, da mesma forma que aconteceu com os “manuscritos” na era das publicações, configurando uma “nova divisão de trabalho” no território midiático.

CARTOGRAFIA NACIONAL

Ancorados numa revisão da contemporânea literatura teuto-franco-americana sobre o resgate da memória do campo acadêmico da Comunicação nos países hegemônicos, os pesquisadores alemães Löblich & Scheu (2011, p. 1) listaram cinco categorias de análise historiográfica: a intelectual (pensamento), a biográfica (autoral), a institucional (entidades), a disciplinar (estatutário) e a contextual (conjuntural).

Ao fazer o inventário da historiografia comunicacional brasileira, identificamos um conjunto heterogêneo de fontes, cuja natureza e significado ficam mais compreensíveis se as organizarmos de acordo com a referida categorização. Vamos apresentar, a seguir, as referências selecionadas, distribuindo os textos, sempre que possível, em ordem cronológica, para tornar esta cartografia não só operacional, mas acessível aos jovens pesquisadores.

Advertimos que se trata de um repertório bibliográfico, constituído por livros e coletâneas, sendo desejável sua ampliação para incluir a literatura “cinzenta”, especialmente teses e dissertações, bem como artigos em periódicos e anais, escassamente consultados nesta pesquisa.

4.1. HISTÓRIA INTELECTUAL

Quem primeiro esboçou o universo cognitivo dos embrionários estudos brasileiros, no contexto internacional da pesquisa em comunicação, foi Luiz Beltrão, em palestra proferida na ABI, Rio de Janeiro, em 1965. Seu texto intitulado “La investigación científica de los medios de información”, está incluído no livro organizado por Jorge Fernández, *Enseñanza de periodismo y medios de información colectiva* (Quito, Ciespal, 1965). Focalizando o

impacto dessa pesquisa no meio universitário, o autor retornou à questão, em outra conferência, proferida em 1967, na Faculdade Cásper Líbero. Sob o título “A pesquisa dos meios de comunicação e a universidade”, foi divulgada na coletânea editada por José Marques de Melo, *Panorama Atual da Pesquisa em Comunicação no Brasil* (São Paulo, Cásper Líbero, 1968).

Nessa ocasião, José Marques de Melo faz o inventário mundial dos avanços da pesquisa em comunicação, sugerindo sua periodização, em artigo publicado na revista *Comunicações & Problemas* (Recife, ICINFORM, 1966), ampliando portanto o roteiro histórico contido na sua monografia de pós-graduação, apresentada ao CIESPAL (Equador). Traça, ao mesmo tempo, um quadro das iniciativas vigentes no âmbito empresarial, bem como das ideias circulantes na academia brasileira. A primeira versão desse ensaio foi disseminada no opúsculo *A pesquisa em comunicação* (São Paulo, Cásper Líbero, 1968), depois revista e incorporada ao livro *Comunicação social: teoria e pesquisa* (Petrópolis, Vozes, 1970).

Complementando tal ofensiva exploratória, Marques de Melo procura desvendar uma incógnita que o inquietou precocemente, qual seja a prevalência de fontes de inspiração norte-americana, se comparadas com as procedentes de outras zonas de influência. A oportunidade de corresponder a esse desafio surgiu durante sua permanência nos Estados Unidos, para realizar estudos pós-doutorais. Curioso para saber o que os ianques sabiam sobre os fenômenos da comunicação no Brasil, peregrinou pelas bibliotecas universitárias, deparando-se com um volume considerável de fontes. Ao retornar ao país socializou suas anotações críticas, reunidas no livro *Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil* (1976). Prosseguindo nessa empreitada bibliográfica, promoveu, com a ajuda de Ada Dencker e vários outros colaboradores, o levantamento exaustivo das fontes nacionais, posteriormente reunidas no volume *Inventário da pesquisa em comunicação no Brasil, 1883-1983*, publicado pela INTERCOM (1984).

Contribuição relevante foi adicionada por Luiz Costa Lima (1969), quando publicou na revista *Tempo Brasileiro* elucidativo ensaio no qual oferece uma leitura brasileira, historicizando criticamente as teorias sobre comunicação e cultura de massas em circulação no meio acadêmico. Tal esforço interdisciplinar suscitou o interesse de outros pesquisadores, que ampliaram a visão ecumênica de Costa Lima. Ecléa Bosi (1972) discutiu as relações entre

comunicação, cultura de massa e cultura popular. Samuel Pfromm Neto (1976) documentou as fontes psicopedagógicas que nutrem a pesquisa brasileira. Enquanto Renato Ortiz (1988) desentranha as ideias que embasaram nossa “indústria cultural”, ensejando a “moderna tradição brasileira”, Lucia Santaella (1992) resgata as fontes de inspiração semiótica que podem iluminar o caminho dos estudiosos da nossa “cultura das mídias”. Todas essas correntes intelectuais mereceriam cuidadosa revisão de Francisco Rudiger (2002) na tentativa de discernir a “trajetória histórica” da nossa pesquisa em comunicação como “ciência social crítica”.

Quais são os projetos intelectuais hegemônicos e as tendências observadas no país? José Marques de Melo procurou responder a essa questão no ensaio “Pedagogia da Comunicação: as experiências brasileiras”, em capítulo do livro *Contribuições para uma pedagogia da comunicação* (1974), onde destaca projetos intelectuais em processo de maturação no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Porto Alegre e Recife.

Mais tarde, Marques de Melo (2003, 2004, 2008, 2010) faria um balanço do pensamento comunicacional brasileiro, seja em suas conexões com outros espaços geopolíticos, seja cruzando os caminhos com outras áreas do conhecimento humanístico.

Uma das mais recentes contribuições para mapear intelectualmente esse campo de trabalho provém dos historiadores Ana Paula Goulart Ribeiro e Michael Herschmann, organizadores da coletânea *Comunicação e História* (Rio de Janeiro, Mauad, 2008). Fazendo uma análise pluridisciplinar, a obra amplia o objeto de estudo além das fronteiras entre os dois segmentos claramente enunciados para incluir enfoques de disciplinas conexas.

4.2. HISTÓRIA AUTORAL

A focalização dos intelectuais historicamente relevantes para o campo da comunicação foi iniciada por José Marques de Melo, que desvendou as raízes intelectuais de Paulo Freire, descortinando as ideias matrizes da sua pedagogia da comunicação dialógica (1981). Exercício semelhante foi feito posteriormente em relação a outros personagens históricos, como Frei Caneca, Costa Rego, Carlos Rizzini e Luiz Beltrão, cujos perfis estão reunidos num dos capítulos da sua *História do pensamento comunicacional* (2003).

As estratégias que determinam tal recorte historiográfico estão devidamente sistematizadas no ensaio “A biografia como alternativa metodológica”, incluído no livro *História política das ciências da comunicação* (Rio de Janeiro, Mauad, 2008, p. 81-87).

No final do século XX, Marques de Melo deu continuidade a essa linha de trabalho, lançando, na Universidade Metodista de São Paulo, o programa coletivo de estudos sobre a difusão dos paradigmas da escola latino-americana de comunicação nas universidades brasileiras. Os resultados iniciais desse inventário foram apresentados durante a 48ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A Profa. Dra. Sandra Reimão tomou a iniciativa de publicá-los em edição especial da revista *Comunicação & Sociedade* (1996).

Esse projeto teve continuidade através do mutirão investigativo destinado a mapear a memória de três “grupos comunicacionais” brasileiros.

O Grupo Gaúcho foi biografado pelos alunos da primeira turma de Mestrado em Comunicação da PUC-RS, na qual o professor Marques de Melo atuou como Professor Visitante, contando com a assistência da Profa. Maria Beatriz F. Rahde (1997). O Grupo de São Bernardo foi pesquisado com a assistência da professora Samantha Castelo Branco (1999) e os Grupos do Centro-Oeste tiveram as suas histórias de vida reconstituídas por equipe liderada pelo professor Jorge Duarte (2001), então respaldado pelo CEUB, Centro Universitário de Brasília.

Nesse ínterim, Roberto Benjamin desvenda o “itinerário de Luiz Beltrão”, com a finalidade de celebrar os seus 80 anos de nascimento, incluindo uma série de depoimentos sobre o pioneiro olindense que tivera a ousadia de fundar o campo da comunicação no Brasil (1998). Seu vanguardismo seria enaltecido novamente na coletânea organizada por Marques de Melo e Trigueiro (2007), reunindo estudos e depoimentos sobre o “pioneiro das ciências da comunicação no Brasil”.

Alguns contemporâneos de Luiz Beltrão também já tiveram suas histórias de vida pesquisadas. Carlos Augusto Calil e Maria Tereza Maldonado (1986) reuniram estudos que reconhecem Paulo Emílio Salles Gomes como um “intelectual na linha de frente”. Paulo da Rocha Dias (2004) traçou um perfil polifacético de Carlos Rizzini, considerado o “amigo do Rei” pela sua estreita ligação com os Diários Associados de Assis Chateaubriand. Gustavo Barroso,

Anke Finger e Rainer Guldin (2008) documentaram o pensamento filosófico de Vilém Flusser, o intelectual tcheco que chegou ao Brasil, fugindo da “barbárie nazista”, aqui produzindo instigantes reflexões sobre a fotografia e outras plataformas comunicacionais.

Concomitantemente, a Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação iniciou um subprojeto dedicado aos pensadores paradigmáticos da Escola Latino-Americana de Comunicação. Coordenado pelo professor Marques de Melo, essa linha de estudos foi implementada, em parceria com Juçara Brittes, responsável pelo resgate da história de vida de Luiz Ramiro Beltrán (1998); Paulo da Rocha Dias, encarregado de organizar a reconstituição da trajetória intelectual de Jesus Martín-Barbero (1999); Cristina Gobbi e Marly dos Santos, responsáveis pela pesquisa das contribuições de Décio Pignatari, Muniz Sodré e Sérgio Caparelli ao pensamento comunicacional latino-americano (2000); Maria Aparecida Ferrari, Elydio dos Santos Neto e Cristina Gobbi, artífices da reconstituição do legado educomidiático de Mário Kaplun (2006); além de Cristina Gobbi e Antonio Luis Herbelê, que ajudaram a coletar e ordenar as ideias de Eliseo Verón (2008).

Dentre os “personagens que fizeram história” no universo da imprensa brasileira, alguns deles militaram no front acadêmico, sendo incluídos na série em quatro volumes coordenada por Marques de Melo e publicada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em parceria com a Rede Alfredo de Carvalho. No primeiro e segundo volumes (2005) figuram os perfis de Rui Barbosa, Barbosa Lima Sobrinho, Roquette Pinto, Gilberto Freyre, Carlos Lacerda, Luiz Beltrão, Mario Erbolato, Juarez Bahia e Vitorino Prata Castelo Branco. Ao terceiro volume (2008) comparecem Frei Caneca, Costa Rego, Carlos Rizzini, Danton Jobim e Pompeu de Souza. Finalmente, estão biografados no volume IV (2009) algumas figuras emblemáticas: Alfredo de Carvalho, Nabantino Ramos, Adelmo Genro Filho e Daniel Herz.

O protagonismo feminino mereceu atenção do Professor Marques de Melo, que estimulou seus discípulos a identificar as lideranças atuantes no *front* latino-americano (2003) e aquelas mais atuantes no espaço acadêmico brasileiro, integrando o olimpo das “Valquírias Midiáticas” (2010).

As novas lideranças brasileiras do campo da comunicação vem sendo reconhecidas publicamente, através do Prêmio Luiz Beltrão, outorgado anualmente pela INTERCOM. Suas histórias de vida constam das antologias

organizadas por Antonio Hohlfeldt (2004) e por Cristina Gobbi (2010).

4.3. HISTÓRIA INSTITUCIONAL

Muniz Sodré alavanca esta vertente analítica com o artigo “Por que uma escola de comunicação?”, publicado na *Revista de Cultura Vozes* (1972), como parte de um dossiê orientado para diagnosticar a situação do ensino e da pesquisa da área em todo o país. Participam desse debate Francisco Dória, Geraldo Queiroz, Roberto Benjamin, Antonio González e Pedro Benjamin Garcia.

Vasculhando a documentação oficial sobre o nosso ensino superior, Marcello e Cybele de Ipanema (1973) reconstituíram a cronologia das iniciativas e motivações que marcaram o desenvolvimento inicial do ensino do jornalismo e da comunicação no Brasil, em artigo publicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Trilha dessa natureza seria percorrida com entusiasmo por Erasmo de Freitas Nuzzi, seja periodizando a regulamentação do ensino de comunicação, valendo-se do acervo jurídico emanado dos organismos federais (1992), seja atuando como “testemunha ocular da História”, recuperando a memória da pioneira escola de Jornalismo Cásper Líbero, em São Paulo (1997).

Numa perspectiva distinta, Marques de Melo e seus discípulos (2006) mapearam o panorama pedagógico das instituições reconhecidas como “matrizes brasileiras” – Cásper Líbero, ESPM, ECA-USP e PUC-SP – em comparação com escolas que continham propostas inovadoras – casos da FAENAC e do SENAC.

Perfis institucionais diversos compõem o elenco da nossa historiografia comunicacional, embora seja raquítica a safra referente aos institutos de pesquisa situados fora do *campus*. Exceção singular é a biografia sincrônica do IBOPE, escrita por Silvana Gontijo (1996), narrando a sua trajetória institucional em sintonia com os produtos gerados pela organização, ou seja, as pesquisas de opinião pública que vem realizando há seis décadas em todo o país.

Outra entidade peculiar é a UCBC, prosperando na fronteira entre o *campus* e o claustro, cuja biografia, resgatada por Pedro Gilberto Gomes (1995) revela uma instituição emblemática. Catalisando aspirações

provenientes das igrejas, das universidades e dos movimentos sociais, a UCBC produz um tipo de conhecimento capaz de contribuir para o fim do regime político, mesmo enfrentando as agruras daqueles tempos de repressão.

As instituições pioneiras do campo comunicacional tem sido objeto de investigação das novas gerações, como explicitam as obras organizadas por Marques de Melo & Gobbi (1999, 2010) focalizando comparativamente o ICINFORM (Brasil), o ININCO (Venezuela) e o CIESPAL (Equador).

Perfis autônomos de sociedades científicas legitimadas publicamente foram editados por José Salvador Faro (1992), focalizando a gênese da INTERCOM; por Cristina Gobbi (2008), que recuperou a memória institucional da ALAIC, bem como por Margarida Kunsch, que documentou momentos decisivos vividos por uma associação acadêmico corporativa – ABECOM (1992) – e por um movimento político-acadêmico – ENDECOM (2007). Marialva Barbosa (2007) restaurou as linhas de pensamento cultivadas pela INTERCOM, implícitas no modo de pensar dos seus ex-presidentes.

A mais recente incursão nesse território associativo foi empreendida pela SOCICOM, em parceria com o IPEA, que dedicou um volume do *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil* (2010) à “memória das associações científicas e acadêmicas da comunicação” em nosso país, onde estão registradas as marcas biográficas de grandes entidades, como a INTERCOM e a COMPÓS, mas também de associações de médio porte, como a SBPJOR e a SOCINE, sem descuidar das pequenas organizações, como a FOLKCOM e a ABCiber, todas em processo de consolidação.

Cogita-se a publicação, na próxima edição do *Panorama* (2011), dos resultados da pesquisa sobre a História do Campo da Comunicação no Brasil, que vem sendo realizada pela Rede Alcar, sob a liderança de Marialva Barbosa.

4.4. HISTÓRIA DISCIPLINAR

Coube a Gilberto Freyre o mérito de agendar o estatuto disciplinar da comunicação no Brasil, ao reivindicar o reconhecimento do seu vanguardismo no estudo científico da imprensa como fonte para as ciências humanas.

Desde 1934, o “solitário de Apipucos” vinha proclamando o pioneirismo

verde-amarelo na aplicação da “técnica de pesquisa” que herdara do historiador pernambucano Pereira da Costa (1851-1923).

Na Introdução à primeira edição de sua obra sobre o escravo nos anúncios de jornais (Recife, 1961), ele se limita a registrar essa metodologia como “uma contribuição originalmente brasileira para as Ciências do Homem” .

Mas, na introdução à 3ª edição (São Paulo, 1979), quando o campo acadêmico da comunicação estava amadurecendo, ele amplia seu significado, declarando que se trata de “sistemática científica”, denominada Anunciologia. Atribuindo a McLuhan a paternidade da nova disciplina, iniciada com a publicação do seu livro *The mechanical bride* (1951), Freyre na verdade polemiza sobre o estatuto disciplinar da comunicação, pelo viés historiográfico.

Através do ensaio “A imprensa como objeto de estudo científico no Brasil: as contribuições de Gilberto Freyre e Luiz Beltrão”, capítulo do livro *Estudos de jornalismo comparado* (São Paulo, Pioneira, 1972), José Marques de Melo reconhece o protagonismo de Gilberto Freyre, enaltecendo seu papel no âmbito das ciências humanas, mas destacando o pioneirismo de Luiz Beltrão no segmento do Jornalismo.

Na mesma conjuntura, Eduardo Portela (1970), Samuel Pfromm Neto (1972), Gabriel Cohn (1973), Egon Schaden (1974) e Decio Pignatari (1974) sugerem, respectivamente, as ligações históricas da Comunicação com disciplinas como a Literatura, a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia e a Semiótica, da mesma forma que Virgílio Noya Pinto sugerira seus liames com a própria História (1967), reiterados tempos depois, no quadro da cultura brasileira (1986). Igual iniciativa tomou, bem mais tarde, Samuel Pfromm Neto (1998), para reivindicar a estreita ligação da Comunicação com a Educação.

Sem perder de perspectiva os laços exógenos com o arcabouço teórico das ciências humanas, os estudiosos da comunicação não deixaram de fortalecer suas vinculações endógenas, atreladas ao pragmatismo do mundo profissional. O balanço histórico desse conjunto de disciplinas orgânicas, coordenado por Marques de Melo (1983), documentando a trajetória histórica das disciplinas estruturadas e dos segmentos embrionários, contou com a participação de Gisela Goldstein (jornalismo), Cicilia Peruzzo (relações públicas), Roberto Queiroz (rádio), José Manuel Morán (televisão), Luiz

Beltrão (folkcomunicação), entre outros.

Diagnósticos semelhantes voltariam a ser realizados pela INTERCOM, sob o comando de Maria Immacolata Lopes, no ano em que essa entidade celebrava seu 20º Aniversário (1999), bem como em oportunidades de diálogo com a comunidade internacional, seja durante o Colóquio Brasil-Itália (2000), seja por ocasião do congresso mundial da IAMCR (2004).

Semelhante exercício de revisão e reflexão disciplinar teria lugar em São Paulo, durante a comemoração dos 450 anos de fundação da cidade, em simpósio desenvolvido no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, cuja memória foi resgatada por Marques de Melo & Adami em coletânea denominada *São Paulo na Idade Média* (2004).

A mais recente tentativa de mapeamento disciplinar do campo da comunicação no Brasil deve-se a Marques de Melo (2008a), que mobilizou treze pesquisadores: Elias Machado (Jornalismo), Neusa Demartini Gomes (Publicidade e Propaganda), Margarida Kunsch (Relações Públicas), Sonia Virginia Moreira (Rádio), Sandra Reimão (Televisão), Raquel Paiva (Comunicação Cidadã), Cristina Schmidt (Folkcomunicação), Arquimedes Personi (Comunicação e Saúde), Sebastião Squirra (Cibercomunicação), Cesar Bolaño e Valerio Brittos (Economia Política da Comunicação) e Adolpho Queiroz (Marketing Político).

Reflexões críticas sobre a natureza disciplinar de áreas estratégicas estão presentes em obras de autoria individual: Adelmo Genro legou consistente plataforma sobre o Jornalismo como forma de conhecimento (1987), Margarida Kunsch discute o estatuto das Relações Públicas na modernidade (1997), Lucia Santaella e Jorge Vieira (2008) reivindicam o estatuto de metaciência para a semiótica; Muniz Sodré (2009) reflete sobre a “teoria do acontecimento”, valorizando a simbiose da notícia com a narrativa ficcional, para explicitar a nova identidade do Jornalismo; Luis Maranhão questiona o poder da publicidade perante o consumidor indefeso (2010); José Marques de Melo oferece tripla contribuição – resgata as “identidades brasileiras” peculiares à nossa teoria do Jornalismo (2006), sugere balizas para construir a História da Folkcomunicação (2008) e propõe um roteiro histórico para o registro do desenvolvimento da Economia Política da Comunicação no país (2010).

Essas teses sobre a “multidisciplinaridade” do campo da comunicação

coexistem naturalmente com aquelas que pregam a diluição das fronteiras entre as disciplinas, advogando a emergência de um espaço “transdisciplinar”, como, por exemplo, Maria Immacolata V. Lopes (2000 e 2003).

4.5. HISTÓRIA CONTEXTUAL

José Salomão David Amorim faz a primeira análise contextual dos estudos de comunicação no Brasil, no livro de Charles Wright – *Comunicação de massa* (Rio de Janeiro, Bloch, 1968), em apêndice intitulado “Panorama da cultura de massa no Brasil”, tendo ao final um comentário sobre “tendências dos estudos”.

Os passos seguintes seriam dados por José Marques de Melo (1976), ao situar o paradoxo comunicação/incomunicação no mapa geopolítico nacional, proclamando-a como variável relevante para a consolidação da área acadêmica. Luiz Beltrão, Carlos Alberto de Medina e Anamaria Fadul acrescentam suas contribuições para bem entender o espaço regional brasileiro, no qual florescem singulares culturas populares.

Octavio Ianni (1976) lança o grito de alerta: é inviável a compressão da natureza da indústria cultural sem enquadrá-la na moldura do imperialismo. Tais advertências repercutem vivamente na postura crítica assumida pela INTERCOM, refletindo-se no temário dos livros resultantes dos seus primeiros congressos: ideologia e poder (1979), classes subalternas (1980), populismo (1981) e contra-hegemonia (1982).

Sintoma desse engajamento contextual mostra-se evidente nos conteúdos das publicações da autoria de sócios que formam a vanguarda da emergente associação: Carlos Eduardo Lins da Silva mostra-se desafiado pela “crise ambiental” (1978), Lucia Santaella está atenta ao papel da “ideologia” na produção de linguagem (1980), Luiz Beltrão dedica-se a mapear a “comunicação dos marginalizados” (1980), Albino Rubim advoga a centralidade do “capitalismo” no entendimento histórico da comunicação, Ciro Marcondes denuncia o “discurso sufocado” (1982), enquanto Regina Festa dedica-se ao fortalecimento da “imprensa alternativa” (1986), Maria Immacolata V. Lopes pesquisa o “rádio dos pobres” (1988) e Luiz Fernando Santoro produz “vídeo popular” (1989).

Maria Immacolata Lopes (1990) legitimou e sistematizou esse tipo de

análise, inserindo a pesquisa em comunicação no contexto do desenvolvimento do mercado cultural no Brasil, ou seja, compreendendo a pesquisa acadêmica no quadro do desenvolvimento econômico do país, base estratégica do sistema cultural hegemônico.

Na passagem do século, as mudanças significativas que ocorreram no cenário internacional, com o fim da guerra fria, transparecem a “centralidade” da comunicação na sociedade do futuro.

Perante os desafios emergentes, há os que explicitam perplexidade em relação à “força transformadora” da “era pós moderna”, como demonstraram Monica Rector e Eduardo Neiva (1997), ou os que denotam esperança na “metamorfose da ideologia”, alavancando uma “sociedade civil mundial”, de acordo com as ideias reunidas por Ladislaw Dowbor (2000).

No ambiente pluralista sempre cultivado pela INTERCOM frutificam abordagens instigantes, num espectro que vai do “pragmatismo utópico” (2004), inventariado por Marques de Melo & Gobbi, à constatação feita por Lucia Santaella (2005) sobre a difícil convergência entre as “comunicações e as artes”, motivando a indagação de Cosette Castro: “por que os *reality shows* conquistam audiências?” (2006).

Enquanto Marialva Barbosa (2007) defende a alternativa contextual, estabelecendo conexões entre memória e narrativa no percurso do olhar historiográfico, Nilda Jacks reage prontamente, notificando a “emergência dos estudos de recepção” (2008). Muitas outras respostas certamente vão aparecer.

Consciente da complexidade do problema, a INTERCOM decidiu promover um seminário nacional para discernir todas as nuances existentes. Elas estão anotadas no livro organizado por Cristina Gobbi, estimulando o avanço das “ciências da comunicação no Brasil democrático” (2008).

4.6. GANHOS E PERDAS

A sensação de complexidade constitui não apenas uma sinalização para garantir oportunidades a todas as correntes de pensamento que gravitam em torno do campo comunicacional, mas deve ser interpretada como alerta para a reflexão crítica das nossas vanguardas acadêmicas.

Durante o exaustivo percurso documental para construir esta memória das ciências da comunicação no limiar do século XXI, verificamos que a maior

dificuldade enfrentada foi a quantidade de fontes disponíveis, o que exigiu naturalmente um comportamento seletivo. Contudo, outra barreira dimensionada, mas não solucionada, foi a compreensão generalizada de um campo funcionalmente fragmentado e teoricamente multifacetado.

Nesse sentido, vale a pena considerar as sugestões anotadas pela pesquisadora norte-americana Susan Herbst (2008), ao discutir o “futuro da pesquisa em comunicação”, tomando como referência suas “disciplinas” legitimadas, porém incluindo na análise suas “interfaces” acadêmicas.

Sua tese é a de que as “lutas institucionais” travadas pelo campo da comunicação para ocupar espaços na academia, não obstante sua legitimação nos *campi* norte-americanos, está ensejando situações perigosas, como por exemplo o “isolamento” dentro das nossas comunidades segmentadas. Os pesquisadores-líderes esquecem de dialogar com as demais microcomunidades universitárias e também negligenciam a transferência do conhecimento produzido pelas nossas equipes de pesquisa para o mundo real da comunicação, ou seja, as empresas, o governo e as organizações comunitárias. Essa atitude de incomunicação cognitiva pode gerar efeitos perversos para o “futuro” das nossas atividades, em decorrência do poder de persuasão difusa que tais instâncias possuem na alocação de recursos públicos para aplicação no desenvolvimento científico e tecnológico.

Finalmente, convém refletir sobre a anotação contundente de Herbst, ou seja, seu temor de que a onda “pós-disciplinar” possa conduzir a comunidade das ciências da comunicação ao descompromisso com as nossas raízes intelectuais, os nossos marcos epistemológicos e as nossas responsabilidades sociais, apostando na “geleia geral” do saber liberado da avaliação de resultados ou investindo no fortalecimento de estruturas corporativas manejadas por lideranças que se impõem pelo “poder” de coação institucional, o que pode conduzir ao “vale-tudo” do conflito oculto.

Felizmente, a comunidade brasileira da área, prevenindo-se contra esse tipo de contingência, está buscando formas de organização acadêmica que reconheçam a nossa complexidade e possam vislumbrar estratégias de sobrevivência através do diálogo e da parceria, seja entre disciplinas, seja entre campos sociais, seja entre instâncias decisórias.

Este é o papel que vem, no último quinquênio, desempenhando a Federação Brasileira das Sociedades Científicas e das Associações

Acadêmicas de Comunicação, SOCICOM, contando com a adesão de quinze entidades representativas das macrocomunidades (holísticas) ou das microcomunidades (segmentadas).

A iniciativa de publicar anualmente o *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil*, em convênio com o IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, constitui indício de que o inventário cognitivo aqui esboçado terá continuidade e aperfeiçoamento. O segundo volume da referida trilogia contém o perfil histórico de cada associação. Na verdade, é um roteiro implícito para guiar o trabalho dos pesquisadores motivados a preencher as lacunas desse modesto inventário.

Trata-se de capitalizar o esforço empreendido por duas de suas filiadas que vem realizando balanços periódicos das tendências da pesquisa brasileira na área, nas últimas quatro décadas: Marques de Melo (INTERCOM, 1984), Lopes (INTERCOM, 1999), Lopes & Marques de Melo (INTERCOM, 2005) e Braga & Lopes (COMPÓS, 2010).

Os resultados dos levantamentos da pesquisa empírica promovidos pela INTERCOM (2011), em seus congressos regionais (São Paulo, Londrina, Cuiabá, Boa Vista, Maceió) e nacional (Recife), certamente irão trazer subsídios valiosos para embasar os debates travados em nossa comunidade acadêmica nesta conjuntura que marca a alvorada do século XXI.

MATRIZES BRASILEIRAS

O papel da Comunicação na História constitui preocupação muito recente, agendado apenas na segunda metade do século XX. Aliás, tem sido escasso o interesse dos historiadores pelas variáveis de natureza cultural nas transformações estruturais da sociedade. Predominaram em sua “escrita”, durante muito tempo, os fatores políticos, secundados pelos econômicos e finalmente as variáveis socioculturais. É o que explica Peter Burke:

De acordo com o paradigma tradicional, a história diz respeito essencialmente à política. [...] A política foi admitida para ser essencialmente relacionada ao Estado: em outras palavras, era mais nacional e internacional do que regional. [...] Embora outros tipos de história [...] não fossem totalmente excluídos [...], eram marginalizados no sentido de serem considerados periféricos. [...] Por outro lado, a nova história começou por se interessar por virtualmente toda a atividade humana (Burke, 1992, p. 10-11).

A historiografia brasileira reflete essa tendência imobilista. Na revisão teórico-metodológica que fez da História do Brasil, José Honório Rodrigues dizia claramente: “A historiografia brasileira, expressão da sua História, representava, até há pouco tempo, e ainda representa em significativa proporção, a sociedade velha e arcaica... [...] expressão do seu apego às tradições...” (Rodrigues, 1969, p. 32).

5.1. CENÁRIO HISTÓRICO

Não espanta que a primeira reflexão sistemática sobre a questão comunicacional tenha sido esboçada por Leôncio Basbaum, Político e historiador marxista, autor do clássico *História sincera da república* (1957). No livro *História e consciência social* (São Paulo, Fulgor, 1967), o autor reconhece a sua importância na configuração da História. Consequente da

ação cotidiana do homem nos grupos primários, trata-se de fenômeno gerador da consciência social.

“A História é precisamente o resultado da atividade social humana, continuada e consequente, a que se denomina *práxis*. [...] A característica da vida humana reside no fato de que o homem está sempre *tomando decisões e transformando-as em atos*. Através desses atos – ou ações –, manifestação suprema da vida consciente, o homem ergue civilizações e faz a História” (Basbaum, 1967, p. 15).

Robustecendo a tese a respeito da comunicação nesse processo, ele argumenta:

No decurso de sua História, desde o seu aparecimento na Terra, os homens tiveram de entrar em relações uns com os outros, movidos por dois imperativos: em primeiro lugar o instinto básico de sobrevivência e, a seguir, o instinto gregário. [...] O que nos interessa [...] pois, inicialmente, no estudo da interação humana são as várias formas de relações que os homens criariam entre si, no decurso de sua vida social, as formas como agem uns sobre os outros ou como buscam entender-se para sobreviver (Basbaum, 1967, p. 79).

Complementa, anotando: “A História se nos apresenta como um produto indireto, mas imediato da ação humana social. *Indireto*, porque o homem ao agir faz a História inconscientemente; *imediato*, porque toda sua ação resulta em História” (Basbaum, 1967, p. 191).

Fundada na ideia motriz da *cooperação*, a comunicação funciona, nesse processo, como instrumento do equilíbrio, permitindo o entendimento entre os homens, ou seja, neutralizando o poderio das forças contraditórias, para assegurar a *coexistência*.

Reafirmando a ideia da “existência humana solidificada através da cooperação” (Marques de Melo, 1970, p. 20), o autor proclama: “Não fosse o sentimento de comunicação, ideológica e afetiva, e os homens se teriam devorado uns aos outros na luta pela vida” (Basbaum, 1967, p. 82).

Trata-se de uma concepção da História ancorada no legado marxista. Adam Schaff explica didaticamente: trabalho, pensamento e comunicação constituem o tripé da evolução social.

O trabalho humano é inseparavelmente ligado à consciência, isto é, ao pensamento, que por sua vez é, geneticamente, inseparavelmente ligado à fala. [...] O trabalho humano é baseado na cooperação, a qual é impossível sem o pensar em termos de ideias e sem comunicação. Essa é a dialética da influência mútua, que possibilita explicar-se o processo de comunicação sem recorrer a milagres da metafísica (Schaff, 1968, p. 154).

Se a comunicação, na perspectiva marxista, é intrínseca ao processo de humanização, ela adquire dimensão extrínseca, na visão braudeliana. Como produto do seu trabalho, o homem cria artefatos comunicacionais que passam a desempenhar o papel de alavancas civilizatórias.

Retomando essa linha de análise, Virgílio Noya Pinto situa a questão na atualidade, privilegiando o comportamento da juventude. Ele aponta a “revolução das comunicações” como vetor das mudanças radicais ensejadas e enfrentadas pelo homem contemporâneo.

Um trabalho nesse campo poderá mostrar, numa retrospectiva, a hipertrofia do espaço geográfico com relação ao homem e as etapas sucessivas de sua contração ante o avanço das técnicas de comunicação. No reverso da medalha, a pulverização do homem em culturas isoladas e o movimento de ruptura das barreiras cuja tendência é fazer surgir o *homem universal*, similar na sua forma de pensar, de vestir, de se alimentar, de se comportar (Pinto, 1967, p. 181).

Na sequência, o historiador uspiano procura aterrisar no universo brasileiro, tendo como elementos norteadores: *tempo, espaço e técnica*.

A relação entre espaço geográfico e a evolução do homem é inerente, porém o que se observa é que, nesta inter-relação, cada vez mais o homem se liberta das limitações impostas pelo espaço. Essa libertação se faz exatamente através do emprego da técnica. Com a técnica, o binômio tempo-espaço vem deixando de ser obstáculo em função das comunicações e o conjunto das relações dos homens e das sociedades vem se modificando rapidamente (Pinto, 1970, p. 3).

Mais adiante, ele reforçaria seu argumento, introduzindo a noção de *cultura*: “O homem, como todo animal, está sujeito às necessidades do meio, que têm de ser atendidas para que os indivíduos possam sobreviver e procriar. Para tanto, ele desenvolve um ambiente secundário, artificial. Esse ambiente nada mais é do que a cultura” (Pinto, 1986, p. 5-6).

Depois, faz uma correlação entre todas as variáveis para formular seu projeto brasileiro de “história das comunicações”:

Podemos definir a comunicação como o conjunto das relações dos homens entre si, das formas de expressão das quais se serve do emprego de técnicas. [...] Para uma análise da história das comunicações do Brasil é preciso considerar as transformações pelas quais, aos poucos, o espaço foi vencido – ou ainda não – como barreira nas relações dos homens entre si (Pinto, 1986, p. 8-7).

Finalmente, ele adota o ponto de vista de Lucien Febvre, parceiro de Braudel na *École des Annales*, virando as costas ao passado para tecer a História:

Sempre parto dos problemas da atualidade para pensar na História, no seu desfiar, no seu presente. [...] Quanto mais estudo a História, quanto mais percorro esse processo do homem, mais tenho certeza de que há um substrato humano que não se modifica, que é uma permanência. Amor, ódio, vingança, nobreza, fidelidade etc. são coisas que ressaltam a origem. Ou seja, é um substrato que não se modifica ao longo da História (Pinto, 1997, p. 15).

A variável *comunicação* figura, nesse processo, como artifício usado pelo homem para recompor sua imagem perante a História, sempre que ocorrem mudanças na estrutura da sociedade. “Os períodos históricos têm mostrado que o homem vai refazendo sua própria maneira de olhar-se. [...] Há momentos em que ocorre uma espécie de libertação, de frouxidão dos costumes, [...] e, ao mesmo tempo, a reação a eles, provocando [...] períodos puritanos” (Pinto, 1997, p. 15).

Daí a “metamorfose” operada pela humanidade, sempre que surgem novas ideias, produzindo novas invenções, como a imprensa, a fotografia, o cinema e a televisão. “Há uma evidente preocupação com o registro do tempo em que se vive. Isso me faz pensar que a sociedade está sempre buscando algo capaz de registrar o seu processo histórico” (Pinto, 1997, p. 21).

5.2. FATOR GEOGRÁFICO

O entendimento das relações entre espaço e comunicação pressupõe a compreensão de dois fenômenos históricos: o processo de ocupação do solo e o fluxo migratório.

Para desvendar o primeiro aspecto, Asis N. Ab’Saber (1968, p. 55-71) oferece um mapa elucidativo das características geográficas nacionais, devidamente situado no quadro do sistema colonial aqui engendrado pelos portugueses.

Fonte complementar é sem dúvida o conjunto de ensaios organizado por Sérgio Buarque de Holanda (1968) sobre a nossa expansão territorial, entre eles os ensaios escritos sobre a ocupação do vale amazônico (Arthur César Ferreira Reis), as bandeiras como empreendimento expansionista no sudeste (Myriam Ellis), as monções enquanto movimento de alargamento das nossas fronteiras em direção ao sul, incluindo a Colônia do Sacramento (Sérgio Buarque de Holanda) e o papel da guerra dos emboabas na exploração aurífera das Minas Gerais (Odilon Nogueira de Matos).

O segundo fator, ou seja, o fluxo das migrações internas decorre menos das

condições ecológicas e mais de fatores socioeconômicos. Avulta aqui o papel desempenhado pela comunicação, seja no aspecto físico (pois as vias artificiais quebraram as barreiras do espaço geográfico), mas principalmente no aspecto cognitivo (através dos canais de informação que superam o tempo no conhecimento das novidades), atraindo os migrantes de uma parte para outra do território nacional (Camargo, 1968, p. 115).

A descrição dos “caminhos antigos” que determinaram os principais focos de povoamento no período colonial foi esboçada com maestria por Capistrano de Abreu (1930). “O historiador cearense traça o quadro das penetrações, mostrando os seus motivos e os seus roteiros, as razões por que alguns geraram focos de povoamento, enquanto outros deixaram apenas o conhecimento de zonas percorridas ” (Sodré, 1973, p. 93).

Sérgio Buarque de Holanda (1957) anotou certos detalhes do processo de interiorização, sobretudo as “situações surgidas do contato entre uma população adventícia e os antigos naturais da terra, com a consequente adoção, por aquela, de certos padrões de conduta e, ainda mais, de utensílios e técnicas próprios dos últimos”.

Contudo, para elucidar o impacto geoeconômico desse processo de povoamento, é indispensável recorrer à interpretação de Caio Prado Junior (1942) que descarta a hipótese do determinismo geográfico, evidenciando a prevalência dos interesses da metrópole imperial, em vários momentos históricos.

Chamando atenção para a originalidade de Caio Prado Junior, que percebeu o imperativo exógeno de alimentar o comércio europeu como variável decisiva na relação espaço-comunicação no Brasil, Dante Moreira Leite explica:

A nossa economia não estava dirigida para as necessidades do mercado interno, mas para as exigências do mercado europeu. Isso determina o tipo de exploração do solo e de organização da produção [...] bem como as pequenas proporções da economia de subsistência, isto é, destinada ao consumo dos colonos (Moreira Leite, 1969, p. 151).

Manuel Diegues Junior (1970, p. 182) reforça essa tese, demonstrando que o Brasil se desenvolveu como “arquipélago cultural”, composto por “ilhas” incomunicadas, eventualmente mantendo relações via litoral. Daí a necessidade de encurtar as distâncias, criando alternativas de intercâmbio intelectual.

Fonte preciosa para compreender historicamente a complexidade da comunicação física, em nosso país, é o livro de Mário Travassos *Introdução à geografia das comunicações brasileiras* (Rio, José Olympio, 1942). O panorama contemporâneo foi descrito e analisado exaustivamente por Hervé Henry e Neli Aparecida de Mello – *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território* (São Paulo, Imprensa Oficial, 2005).

Se não reconheciam teoricamente a comunicação como fator interveniente no processo histórico, os historiadores brasileiros adotavam também postura metodológica que recusava até mesmo os meios de comunicação de massa como fonte historiográfica.

Ignoravam ou resistiam às ousadas teses de historiadores como o canadense Harol Innis, que defendia em seu clássico livro *Empire and communications* (1950) o papel determinante dos meios de comunicação no desenvolvimento de civilizações imperiais como Egito, Grécia e Roma.

Algumas exceções figuram nesse panorama ortodoxo, como Caio Prado Junior e Sérgio Buarque de Holanda, referidos anteriormente. O primeiro compreendeu o potencial civilizatório da cidade de São Paulo, justamente por ser o centro do “sistema hidrográfico da região” (Prado Junior, 1936). O segundo resgatou a “cartografia indígena” para entender o significado dos “caminhos e veredas” que marcaram a fisionomia expansionista da sociedade bandeirante (Buarque de Holanda, 1957).

Nem mesmo a difusão das ideias de Innis, feita nos anos 1970 por seu discípulo Marshall McLuhan, sensibilizaria a comunidade historiográfica.

Na segunda edição do livro *A pesquisa histórica no Brasil* (São Paulo, Nacional, 1969) e terceira edição do livro *Teoria da história do Brasil* (São Paulo, Nacional, 1969), José Honório Rodrigues mostra as razões que predispõem os historiadores contra o uso das mensagens disseminadas pelas empresas de comunicação como fontes de pesquisa. Mas ele próprio recomenda seu uso, desde que o pesquisador esteja munido de referencial crítico para a seleção das fontes, indicando um conjunto de jornais, revistas e obras literárias, inclusive autobiografias e relatos de viagem, suscetíveis de aproveitamento histórico.

Precursor nesse terreno foi sem dúvida Gilberto Freyre, que dinamizou, a partir de 1922, a pesquisa de história social, recorrendo à imprensa do século XIX para escrever sua tese de pós-graduação *Social life in Brazil in the middle*

of the 19th century, defendida na Columbia University, somente traduzida e difundida no Brasil em 1964. Posteriormente, toda a obra de Freyre fundamentou-se na imprensa da época como fonte fidedigna (Marques de Melo, 1972, p. 31-46).

A assimilação dessa fonte só se daria lentamente, como aliás reconhece Tania Regina de Luca (2006), em seu ensaio “História dos, nos e por meio dos periódicos”.

Papel decisivo nessa ruptura foi desempenhado por Ana Maria Camargo, cuja tese de doutorado *A imprensa periódica como instrumento de trabalho* (USP, 1976) endossou o uso da imprensa como fonte de pesquisa.

Contudo, a mudança do panorama só se daria quando, nos anos 1980 e 90 do século passado, ganha legitimidade no Brasil a plataforma da História Nova francesa, cujas inovações metodológicas haviam sido testadas pela École des Annales desde a década de 1930 (Luca, 2006, p. 112).

5.3. HISTÓRIA MIDIOCÊNTRICA

Enquanto a comunidade historiográfica repensava seus paradigmas e sua metodologia, livres atiradores foram seduzidos pelo desenvolvimento da indústria midiática nacional e escreveram sua história segmentada. O inventário exaustivo dessas fontes foi realizado pela equipe do Programa Nacional de Microfilmagem dos Periódicos Brasileiros, sob a liderança de Esther Bertoletti – “Bibliografia da imprensa”, em *Periódicos Brasileiros em Microformas* (Rio, Biblioteca Nacional, 1985, p. 341-429).

Deixando de lado os historiadores que revisaram a história da nossa imprensa no fim do século XIX e começo do XX, objeto do meu livro *História do pensamento comunicacional* (São Paulo, Paulus, 2003), vale a pena destacar os autores que trouxeram contribuições relevantes para o campo comunicacional no período pós-guerra.

Dentre eles, dois merecem realce pelo pioneirismo midiocêntrico: Hélio Vianna e Carlos Rizzini, ambos sintomaticamente vinculados às emergentes escolas de comunicação. Vianna (1945) publica sua coletânea de monografias *Contribuições à história da imprensa brasileira*, e Rizzini (1946), seu tratado *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Outras obras assinadas por esses escritores seriam lançadas posteriormente.

A seguir aparecem três livros do mesmo calibre sobre diferentes meios de

comunicação. Um sobre o próprio livro, assinado por Wilson Martins – *A palavra escrita* (São Paulo, Anhembi, 1957) –, que mais tarde publicaria uma vasta obra sobre a *História da inteligência brasileira*, focalizando principalmente a comunicação literária. Outro de autoria de Alex Vianny – *Uma introdução ao cinema brasileiro* (Rio, MEC, 1959), inspirador de uma vasta bibliografia que Jean Claude Bernardet revisaria criticamente na obra *Historiografia clássica do cinema brasileiro* (São Paulo, Anablume, 1995). O terceiro focaliza a comunicação erudita em vários momentos da vida nacional, principalmente a relação entre autor, obra e público; assinado por Antonio Cândido, *Literatura e sociedade* (São Paulo, Nacional, 1965) tem valor inquestionável.

Mas a obra emblemática sobre a mídia impressa só apareceria na década posterior, exercendo grande impacto na academia por sua natureza singular, ou seja, fazendo uma interpretação marxista do desenvolvimento dos jornais e revistas no país. *A história da imprensa no Brasil* (Rio, Civilização Brasileira, 1964) sobreviveu à morte do autor, alcançando a quarta edição, leitura fundamental em nossos cursos de comunicação.

Também é da mesma conjuntura o manual elaborado por Juarez Bahia, publicado inicialmente com o título *Três fases da imprensa brasileira* (1960), depois revisto e ampliado sob o título *Jornal: história e técnica* (São Paulo, Ática, 1990), cuja 4ª edição ainda está em circulação, sendo bem acolhido pelo circuito universitário nacional. Na sequência cronológica, apareceu a obra *História da comunicação* (Brasília, UNB, 1967), da mesma natureza, assinada pelo casal Marcello e Cybelle de Ipanema, sem contudo lograr reedição.

Vêm servindo como fonte de referência sobre a história das profissões, embora esgotados, alguns livros esquemáticos, descritivos ou simplesmente memorialísticos. O mais abrangente é de autoria de Mauro Almeida – *A comunicação de massa no Brasil* (Belo Horizonte, Júpiter, 1971). Na área do radialismo, destacam-se os ensaios do escritor Saint-Clair Lopes *Comunicação, radiodifusão, hoje* (Rio, Temário, 1970), José Ramos Tinhorão, *Música popular – do gramofone ao rádio e televisão* (São Paulo, Ática, 1981), e Mário Ferraz Sampaio, *História do rádio e da televisão no Brasil* (Rio, Achiamé, 1984). Os setores de publicidade, propaganda e relações públicas são enriquecidos com as contribuições de Genival Rabelo –

Os tempos heroicos da propaganda (Rio, PN, 1956), Ricardo Ramos – *História da propaganda no Brasil* (São Paulo, ECA-USP, 1972), Cândido Teobaldo, *Panorama histórico das relações públicas* (São Paulo, ECA-USP, 1972), José Roberto Whitaker Penteado, *A propaganda antiga* (São Paulo, Pioneira, 1974) e Luiz Maranhão Filho, *No tempo do reclame* (Recife, UFPE, 2002).

Nas décadas seguintes, ganham repercussão obras interpretativas como *O Controle da informação no Brasil* (Antonio Costella, Petrópolis, Vozes, 1970), cujo autor lançaria depois o manual *Comunicação: do grito ao satélite* (1978), várias vezes reeditado. Também se inclui nesse conjunto a tese de doutorado de José Marques de Melo, publicada originalmente com o título de *Sociologia da imprensa brasileira* (Petrópolis, Vozes, 1973), reeditada com o título *História social da imprensa* (Porto Alegre, Edipucrs, 2003).

É o mesmo caso dos livros de Paulo Emilio Salles Gomes – *Humberto Mauro, Cataguazes e cinearte* (São Paulo, Perspectiva, 1974), Maria Nazareth Ferreira – *A imprensa operária no Brasil* (Petrópolis, Vozes, 1978), Maria Elvira Federico – *História da comunicação: Rádio e TV no Brasil* (Petrópolis, Vozes, 1982), bem como o ensaio retrospectivo de Sérgio Mattos – *História da televisão brasileira* (Salvador, Inimá, 2000 e Petrópolis, Vozes, 2002).

Desse contingente fazem parte algumas obras sobre a indústria cultural: a de Laurence Hallewell – *O livro no Brasil* (São Paulo, Edusp, 1985) –, recentemente lançada em edição atualizada, trata do setor de produção editorial, enquanto o “outro lado” do processo editorial encontra-se coberto pelo ensaio de Marisa Lajolo e Regina Zilberman – *A formação da leitura no Brasil* (São Paulo, Ática, 1996).

Enquanto Boris Kossoy resgata os primórdios da fotografia – *Hércules Florence – 1883: a descoberta isolada da fotografia no Brasil* (São Paulo, Anhembi, 1976) –, Heloise Costa e Renato Rodrigues da Silva dão conta da sua trajetória na sociedade atual – *A fotografia moderna no Brasil* (São Paulo, Cosac Naify, 2004).

Sonia Virgínia Moreira faz um inventário crítico da nossa trajetória radiofônica, publicado inicialmente em 1991, mas agora revisto, atualizado e editado, em *O rádio no Brasil* (Rio, Mil Palavras, 2000). Por sua vez, Moacyr Cirne envereda pela *História e crítica dos quadrinhos brasileiros* (Rio,

Europa, 1990).

Recentes obras coletivas resgatam a trajetória histórica de campos profissionais ou áreas de interesse, suscitando igual atenção. É o caso da *História da propaganda no Brasil* (São Paulo, TAQ, 1990), organizado por Renato Castelo Branco e outros; de *Leitura, história e história da leitura* (Campinas, Mercado de Letras, 2000), compilado por Márcia Abreu, e do recente e-book sobre a *História das Relações Públicas* (Porto Alegre, Edipurs, 2008), editado por Claudia Moura.

Perfilam nesse território as obras resultantes do laboratório de história oral liderado por Alzira Alves de Abreu na FGV, dentre elas *A imprensa em transição* (Rio, FGV, 1976), *Eles mudaram a imprensa* (Rio, FGV, 2003), *Elas ocuparam as redações* (Rio, FGV, 2006).

Um filão que vem seduzindo alguns pesquisadores, de tempos em tempos, é o da história-denúncia, em certo sentido inaugurado por Fernando Segismundo com o livro *Imprensa brasileira: vultos e problemas* (Rio, Alba, 1962), no qual ele rotula Hipólito da Costa como “jornalista venal”, provocando celeuma patriótica. Alinham-se, nessa corrente, os livros de Genival Rabelo – *O capital estrangeiro na imprensa brasileira* (Rio, Civilização Brasileira, 1966), José Maria Campos – *A tragédia da propaganda no Brasil* (Rio, Collector's, 1983) e Daniel Herz – *A história secreta da Rede Globo* (Porto Alegre, Tchê, 1987).

Há também os que privilegiam o reverso do espelho, ou seja, a história como ingrediente da atividade midiática. Ou melhor, a história recriada nas páginas dos jornais, nas telas do cinema e congêneres. A obra-chave para compreender essa relação assimétrica entre o comunicador (sujeito da produção) e o historiador (figurante ou consultor) foi escrita por Maria Helena Capelato – *Imprensa e história do Brasil* (São Paulo, Contexto, 1988), discutindo o jornal como documento, a imprensa oficial, a imprensa contestadora e, naturalmente, também o papel do jornal na história. Pertencem a essa linhagem o livro do brasilianista Mark Curran – *História do Brasil em cordel* (São Paulo, Edusp, 2001), Boris Kossoy – *Fotografia e história* (São Paulo, Ática, 1989), Maria Lourdes Motter – *Ficção e história* (São Paulo, Vilipress, 2001) e Narciso Lobo – *Ficção e política: o Brasil nas minisséries* (Manaus, Valer, 2000).

Tem sido intensa a produção de estudos monográficos, privilegiando

episódios, entidades, pessoas ou períodos. Mesmo correndo o risco de omissões, julgo necessário realçar algumas contribuições especiais.

A História da imprensa diversional conta com três estudos especiais: *Folhetim – uma história* (São Paulo, Cia. das Letras, 1996), escrito magnificamente por Marlyse Meyer; *Histórias de cordéis e folhetos* (Campinas, Mercado de Letras, 1999), fruto da laboriosa pesquisa de Márcia Abreu em arquivos brasileiros e portugueses, e *A guerra dos gibis* (São Paulo, Cia. das Letras, 2004), narrativa cativante de Gonçalo Junior, desvendando os bastidores da campanha de que foi vítima a indústria dos quadrinhos no país, bem como da reação em cadeia desencadeada pelos empresários do ramo.

Por sua vez, a história da mídia audiovisual registra quatro obras singulares. O rádio está representado pela monografia de Luis Carlos Sartori – *Rádio nacional, o Brasil em sintonia*, 2ª ed. (Rio, Jorge Zahar, 2005). O cinema aparece com destaque no livro em que Maria Rita Galvão faz a *Crônica do cinema paulistano* (São Paulo, Ática, 1975). À televisão corresponde o oportuno estudo de Cristina Brandão sobre *O Grande Teatro Tupi do Rio de Janeiro* (Rio, Ed. UFRJ, 2005). Não poderia faltar a obra representativa da teleducação, de autoria do escritor Samuel Pfromm Neto – *Telas que ensinam* (Camoinas, Alínea, 1998).

O lote mais volumoso é sem dúvida referente ao jornalismo, por razões supervenientes. Seus exemplos variam do ensaio polemizador, como ocorre com os trabalhos assinados por Isabel Lustosa – *Insultos impressos* (São Paulo, Cia. das Letras, 2000) – ou por Bernardo Kucinski – *Jornalistas e revolucionários* (São Paulo, Scritta, 1991), incluindo também estudos contextuais, como os que foram escritos pela equipe local: Carlos Eduardo Lins da Silva compareceu com o ensaio *O adiantado da hora* (São Paulo, Summus, 1991); Adisia Sá inscreveu a análise do material recolhido na pesquisa ocupacional sobre *O jornalista brasileiro* realizada por encomenda da FENAJ (Fortaleza, FENAJ, 1999); Cristiane Costa penetra nas entranhas da corporação jornalística brasileira, retomando o inquérito feito por João do Rio, no início do século passado, demonstrando que existe um contínuo fluxo bidirecional entre o jornalismo e a literatura – *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil: 1904 @ 2004* (São Paulo: Cia. das Letras, 2005).

O repertório pode ser ampliado, com a inclusão daqueles títulos matizados

pelo caráter regional. Mas se trata de uma lista tão grande, fugindo ao propósito deste ensaio, que adota o prisma exclusivamente regional. Mas seria uma injustiça não me referir ao monumento hemerográfico representado pela *História da imprensa de pernambuco* (1821-1954). Obra em catorze volumes escrita pelo jornalista Luiz do Nascimento, seus originais foram confiados pelo autor à Editora da Universidade Federal de Pernambuco. Resultante de exaustiva pesquisa documental, realizada em bibliotecas e arquivos, esta obra de referência atualiza e complementa os *Anais da imprensa periódica pernambucana de 1821-1908*, incursão pioneira de Alfredo de Carvalho, o guardião da memória da nossa imprensa no início do século XX.

5.4. MIDIOLOGIA HISTORICIZADA

Tal ciclo de observação sobre o impacto e o avanço institucional da imprensa chega ao seu ponto culminante com a publicação do livro emblemático de Marialva Barbosa – *História cultural da imprensa (1800-2000)* (Rio, Mauad, vol. 1 – 2008, vol. 2 – 2010).

Não temos nenhuma dúvida em situar essa obra no mesmo patamar ocupado pela vanguarda nacional da história da mídia. Sua instigante, deliciosa, sedutora, e em certo sentido *sherlockiana* obsessão de recolher os vestígios do tempo perfila como narrativa de fôlego sobre o desenvolvimento e a modernização da nossa mídia impressa. O aparente reducionismo espacial – por ela estar concentrada no território carioca – ganha elasticidade e densidade, durante o curso da escrita, justamente pela captação da amplitude extraterritorial do objeto pesquisado.

A imprensa carioca extrapola a natureza geopolítica que a poderia atrelar ao estigma paroquial ou provincial para se tornar a expressão viva da universalidade brasileira. Ela assimila mestiçamente os padrões importados d'além mar. Mais do que isso: processa os modelos aculturados e os difunde para todos os quadrantes da nossa geografia. Esse fluxo perdura até quando a Cidade Maravilhosa cataliza a hegemonia típica das capitais nacionais.

Marialva Barbosa revela, nessa obra, uma impressionante capacidade empática. Comporta-se metodologicamente como historiadora, periodizando a trajetória da imprensa cultivada pela Belacap. Mas ao mesmo tempo recorre ao empirismo jornalístico para reconstruir cenários dotados de exuberante

simbolismo. Ou para pinçar e projetar personagens singulares que dão sentido aos jogos de cena. Nesse diapasão, constrói uma narrativa brilhante, nutrida pela facticidade subjetiva e sofisticada pela interpretação heterodoxa.

A autora conquista lugar de destaque na constelação dos historiadores midiáticos brasileiros pela ousadia de romper com os padrões da pesquisa histórica tradicional. Mesmo transgredindo os postulados epistemológicos em que se fundamentam seus predecessores, ela não os recusa como fontes irradiadoras de sabedoria utilitária. Ancorada na sutileza da reportagem em profundidade para tecer o perfil enigmático de Hipólito da Costa, ela esboça instantâneos elucidativos de Wainer e Chateaubriand. Da mesma forma, ampara-se na sensibilidade literária para construir descrições apetitosas de ambientes e de conjunturas, eivadas de sabor coloquial. A exemplo de Werneck Sodré, explorou a riqueza das coleções de jornais microfilmados para separar o joio do trigo. Ou seja, para navegar habilidosamente entre a tempestade metafórica dos gêneros informativos e a calmaria metonímica dos gêneros opinativos, vestígios indelévels das fontes que privilegiou.

Por isso mesmo a comunidade acadêmica confiou-lhe em 2008 a responsabilidade de liderar a Rede Alcar, com a finalidade de fortalecer a construção da nossa história midiática.

Dentre os episódios históricos que se tornaram efemérides midiáticas, naquela conjuntura, está sem dúvida a instalação da imprensa no Brasil, por obra e graça da transferência compulsória do poder instituído em Portugal. Esse acontecimento adquire conotação legendária, e em certo sentido mítica, pois representa um tipo de iniciativa poucas vezes ousado e sempre frustrado. Por isso mesmo, constantemente lembrado.

Entretanto, esse fato histórico até hoje não foi suficientemente reconstituído, analisado e compreendido. Paira sobre ele uma névoa cognitiva, desafiando os investigadores das ciências da comunicação, particularmente do jornalismo.

5.5. DOGMA E CONTROVÉRSIA

Com ele me deparei na alvorada da carreira acadêmica, quando fiz a iniciação nos meandros da história do Brasil para tentar elucidar uma das questões controversas da história da nossa imprensa. Os manuais adotados nessa disciplina convertiam a questão numa espécie de axioma incontestável.

A enunciação era mais ou menos a seguinte: a proibição da imprensa em território brasileiro correspondia a uma estratégia do governo colonial no sentido de impedir que as tipografias difundissem ideias libertárias ou independentistas.

A tese hegemônica na historiografia nacional foi assim descrita por Alfredo de Carvalho no artigo “Gênese e progressos da imprensa periódica no Brasil”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo I, Edição comemorativa, Rio de Janeiro, 1908, p. 17-18. Aclamado como a maior autoridade na matéria, ele explica:

Em todo o transcurso do período colonial, não houve, no Brasil, talvez manifestação de progresso a que a metrópole deixasse de corresponder com medidas proibitivas, ou providências vexatórias, ditadas por uma política suspicaz que antevia na prosperidade da vasta possessão americana a certeza da sua independência. Uma legislação, severa até a crueldade, regulava [...] toda a vida econômica e industrial, e a introdução de quaisquer melhoramentos nela imprevisos vinham prontamente embargar... [...] Assim, a obstinada oposição ao estabelecimento da imprensa determinou [...] certas falhas da nossa construção sociogênica...

Convertida em dogma legitimado pela sociedade, essa interpretação política permaneceu inquestionável até meados do século XX, quando Nelson Werneck Sodré, numa perspectiva marxista, publica sua alentada *História da imprensa no Brasil* (Rio, Civilização Brasileira, 1966). A hipótese formulada é a de que o desenvolvimento da imprensa está atrelado ao desenvolvimento da sociedade capitalista, donde se inferia que a ausência da burguesia no Brasil explicava a implantação tardia da nossa imprensa.

Apesar de não argumentar suficientemente, Nelson Werneck Sodré ampliou a compreensão do fenômeno, introduzindo variáveis conjunturais. Quando seu livro apareceu, o historiador já se encontrava no ostracismo político, vítima da perseguição do governo militar que assumiu o poder em 1964, sendo essa obra quase ignorada pela academia.

Nessa altura, eu me defrontava com uma opção acadêmica inadiável. Compulsoriamente inscrito no programa de doutorado da recém fundada Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo (1967), eu precisava satisfazer uma exigência: definir o objeto da minha tese e apresentar o projeto de investigação correspondente.

A exaustiva revisão da literatura sobre história da imprensa no Brasil, feita na ocasião, mostrou um panorama desolador. Tanto os textos publicados no

Brasil quanto os circulantes em Portugal eram lacônicos e imprecisos sobre o episódio da repressão à nossa imprensa colonial. Tive a sensação de participar de um ensaio orquestral no qual os músicos repetem a mesma melodia, sem variação de tom. Quase todas essas obras careciam de evidências coletadas em fontes primárias.

Ungido pela aura de historiador paradigmático, que desvendara o enigma historiográfico da tipografia holandesa do século XVII, pesquisando na Holanda a documentação disponível no Arquivo das Índias Ocidentais, Alfredo de Carvalho conquistou notoriedade e reconhecimento. Repetida com reverência, sua tese sobre o controle das atividades de impressão no Brasil adquiriu *status* de verdade nacional.

Com exceção do já referido livro de Werneck Sodré, fundamentado na economia política, encontrei apenas uma fonte que não engrossava a corrente de natureza político legal. Trata-se do ensaio “O fenômeno jornalístico na cultura brasileira” (1958), de autoria de Danton Jobim, que alinhava um conjunto de variáveis culturais. Esse episódio está descrito e contextualizado no capítulo 19 do meu livro *História política das ciências da comunicação* (Rio, Mauad, 2008, p. 175-184).

Foi a partir dessa controvérsia que construí minha tese de doutorado, finalmente concluída em 1972 e defendida em 1973 na Universidade de São Paulo: sob o título “Fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil”.

Depois de examinar detidamente as fontes secundárias disponíveis, cotejando evidências empíricas e comparando argumentos exegeticos, concluí que a imprensa tardia brasileira foi produto de uma série de elementos estruturais e de circunstâncias conjunturais. Em síntese, convenci-me de que a ausência da imprensa em todo o nosso período colonial resultou menos de uma conspiração urdida pela corte lusitana, explicando-se pela persistência de fatores diversos que refletem o anacronismo das instituições que constituem nossa sociedade.

Em linguagem folhetinesca, limpei a barra de Portugal, matizando o papel que, no outro lado do Atlântico, lhe tem sido atribuído como vilão responsável pela morte precoce da nossa imprensa, para demonstrar que o comportamento lusitano na época não fugiu ao padrão convencional do colonialismo europeu. Constatei dupla postura de Portugal enquanto potência

colonizadora. Se por um lado não favorecera a instalação de prelos no Brasil, por outro, apoiara a reintrodução da tipografia na Ásia, endossando o uso catequético em Macau e adjacências.

Minha linha de raciocínio era a seguinte: a imprensa funcionou, nos projetos coloniais, como instrumento de dominação cultural, injetando valores e atitudes nas colônias periféricas, sempre que isso era necessário. Onde os fatores socioculturais inibiam ou tornavam dispensável o uso da imprensa, esta foi postergada, minimizada, dificultada. O processo de difusão da cultura dominante foi realizado através de outros instrumentos, mais eficazes, como documentou fartamente o jornalista-historiador Carlos Rizzini, em sua clássica obra *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil* (Rio, Kosmos, 1946, 2ª ed., São Paulo, IMESP, 1988).

Mais adiante, quase num fechar de olhos, a corte lusitana proclama indispensáveis os serviços da imprensa, ao se estabelecer no Rio de Janeiro. Assim, em 1808, os prelos foram imediatamente instalados, passando a funcionar a todo vapor. E o fato absolutamente não favoreceu a nossa independência política nem ameaçou a estabilidade do império. Até mesmo porque a mão que liberou sua instalação foi a mesma que regulamentou a aplicação da censura prévia. Conclusão: nenhum meio de comunicação, inclusive a imprensa, tem o condão de mudar a realidade por si só, podendo acelerar as mudanças quando a sociedade amadureceu para desencadeá-las e sedimentá-las.

Estávamos em plena euforia da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação quando minha tese foi publicada sob a forma de livro. Negando o papel intrinsecamente revolucionário da imprensa, o livro não encontrou ambiente propício para ser lido e debatido. Se não passou em brancas nuvens, também não provocou desdobramentos. Frustrou-me a cortina de silêncio que o eclipsou, sem mesmo ser contestado.

Até em Portugal, onde meus livros anteriores conquistaram leitores atentos, o volume intitulado *Sociologia da imprensa brasileira* (Petrópolis, Vozes, 1973) despertou interesse. A conjuntura, aliás, não era favorável, estando toda a península ibérica imersa em clima de efervescência política, com o esgotamento dos regimes autoritários. O pavio do 25 de abril já estava aceso, prenunciando a mudança de cenário e de correntes.

Nesse sentido, não é possível deixar sem registro a tendência detectada no

Brasil, em fins do século passado, quando se difundiu, no âmbito das ciências da comunicação, uma atitude de menosprezo pelos acontecimentos e pelos personagens que fizeram a história. Chegamos à situação-limite de ver excluído dos currículos acadêmicos o estudo da história da imprensa.

Diante dessa recusa sutil, mas corrosiva, foi lançado um movimento nacional cuja proposta aparente era de natureza comemorativa. Apesar disso, seus participantes se comprometeram com a restauração da memória da imprensa e o resgate da sua história. Essa frente de mobilização intelectual adotou como ícone o pioneiro dos estudos históricos sobre o jornalismo brasileiro, anteriormente citado.

5.6. RESGATE DA MEMÓRIA

A Rede Alfredo de Carvalho para o Resgate da Memória da Imprensa e para a Construção da História da Mídia no Brasil – Rede Alcar – surgiu como organização não governamental, estando hoje constituída como sociedade científica, de âmbito nacional. Fundada no dia 5 de abril de 2001, na cidade do Rio de Janeiro, sua finalidade inicial era a de contribuir para a democratização do sistema midiático nacional, preparando a celebração do Bicentenário da Imprensa Brasileira (1808-2008).

A estrutura de rede permitiu o funcionamento dinâmico, assegurando liberdade de iniciativa aos organismos que reuniu e promovendo inúmeras atividades, coordenadas de modo pluralista por um comitê nacional.

Integrados por pesquisadores de diferentes disciplinas das ciências da comunicação, Grupos Temáticos desenvolvem atividades de pesquisa durante todo o ano, apresentadas e discutidas durante os Congressos, realizados anualmente em diferentes partes do território nacional, bem como dos Seminários, promovidos ocasionalmente, por iniciativa de instituições públicas ou privadas.

Neste primeiro decênio de mutirão intelectual, foi acumulado um acervo de monografias sobre a História das Indústrias Midiáticas no Brasil. Livros ou coletâneas vêm sendo igualmente publicados, em parceria com editoras universitárias ou organismos de interesse público, beirando duas dezenas de títulos.

A Rede Alfredo de Carvalho pretende estabelecer nexos entre a Galáxia de McLuhan e a Galáxia de Bill Gates. Instituição ancorada em sua época, mas

antenada no porvir, ela tem se robustecido na medida em que tem sido capaz de acalentar utopias, otimizando as demandas típicas da emergente sociedade digital.

Dessa maneira, conquista adesões e projeta-se no cenário contemporâneo. Está justamente aí o diferencial entre essa cruzada e a iniciativa liderada, há um século, pelo seu patrono.

Ao anoitecer do século XIX, o historiador Alfredo de Carvalho havia feito pesquisas essenciais para compreender o itinerário da mídia impressa brasileira, propondo-se, na alvorada do século XX, a inventariar o panorama dos jornais e revistas publicados no país, durante o primeiro século da sua vigência.

Acolhida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a ideia se transformou em projeto respaldado pelo governo nacional, gerando uma exposição jornalística, aberta ao público, na capital republicana e em outros estados da federação brasileira, em 1908.

A comunicação desse projeto foi efetuada aos sócios do IHGB pelo secretário perpétuo em sessão realizada na 13^a sessão ordinária da instituição, no dia 29 de julho de 1907. Max Fleuiss, “Apresentação”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil, Tomo I, Rio de Janeiro, 1908, p. V-XIII.

Como resultado desse esforço incomensurável, do qual participaram ilustres historiadores e hemerógrafos de várias províncias, foram editados dois volumes da Revista do IHGB, reproduzindo os inventários elaborados pelos pesquisadores estaduais das regiões norte-nordeste, bem como o ensaio monográfico escrito magnificamente por Alfredo de Carvalho.

Infelizmente os catálogos referentes às regiões situadas ao sul do território nacional, tendo como divisor geopolítico a Bahia, desapareceram no incêndio que, naquela ocasião, destruiu preciosos originais depositados nos prelos da Imprensa Nacional. Esse episódio sinaliza a triste maldição que se projetaria sobre a memória da nossa imprensa, penalizada pela incúria institucional e desprezada pelas nossas vanguardas intelectuais.

Não fosse a ação preservacionista da Biblioteca Nacional e de algumas Bibliotecas Estaduais/Municipais ou a dedicação laboriosa de alguns colecionadores particulares, o itinerário percorrido pela nossa imprensa no

século XX teria sido apagado definitivamente da memória brasileira. Todo esse acervo mapeado foi microfilmado graças à ofensiva liderada quixotesicamente por Esther Bertoletti, uma guerreira comprometida com o resgate dos arquivos europeus sobre o período colonial brasileiro. Ela ainda acalenta o sonho de ver instalado em nosso país uma hemeroteca nacional, a exemplo do que ocorre em países europeus ou nos EUA, dando aos jornais e revistas o mesmo valor documental atribuído aos livros, como explica na Nota Prévia, *Periódicos brasileiros em microforma, catálogo coletivo*, Rio de Janeiro, *Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo consagrado à Exposição Comemorativa do Primeiro Centenário da Imprensa Periódica no Brasil, Tomo I, Rio de Janeiro, 1908, p. 1-89.

O descaso em relação à memória da imprensa traduz em certo sentido a atitude pátria referente à própria memória nacional, principalmente no âmbito da cultura não erudita, condenando ao esquecimento as instituições, os fatos e os personagens que fizeram História da Vida Cotidiana. Um agravante dessa situação é o despreparo das novas gerações de profissionais midiáticos – jornalistas, publicitários, radialistas ou teledifusores – formados pelas nossas universidades, que possuem escasso conhecimento sobre a trajetória midiática brasileira.

Peter Burke (2008) explica que a “relação dos brasileiros com seu passado é mais tênue do que aquela construída nos países europeus e mesmo nas demais nações latino-americanas”. O historiador inglês sugere que, ao contrário dos europeus, que convertem os “museus e os nomumentos” em lugares privilegiados da memória, os brasileiros extraem suas “visões do passado” principalmente no carnaval e nas telenovelas, em que a visão “tende a ser crítica”.

Essa carência histórica transforma os novos profissionais da área em reféns involuntários dos gêneros e formatos alienígenas, reproduzindo continuamente modelos oriundos de matrizes descoladas da nossa realidade. Trata-se de fenômeno determinado pela ignorância em relação aos padrões midiáticos já testados em território nacional, muitas vezes ausentes das lições disseminadas pelos seus mestres, tanto na academia quanto na indústria.

Foi precisamente com a intenção de neutralizar essa lacuna cognitiva que tomou corpo o novo movimento cultural. Sua meta é desenvolver ações voluntárias e independentes, embora metodologicamente articuladas, no

sentido de completar o inventário desencadeado há um século e ao mesmo tempo tecer a malha que dá sentido ao complexo midiático brasileiro.

Nesse projeto está implícita a ambição de motivar jovens pesquisadores para retomar as hipóteses e os roteiros esboçados, dando continuidade ao plano fundamental de construir a história midiática brasileira. Trata-se de resgatar os dois séculos já palmilhados e ao mesmo tempo iluminar as ações a serem empreendidas nesta conjuntura em que alimentamos a utopia de fincar a bandeira nacional no novo mapa do mundo.

A eloquência mais evidente da oportunidade dessa estratégia tem sido a publicação de novas obras que resgatem aspectos negligenciados da nossa história midiática ou problematizem seus postulados teóricos, como é o caso das coletâneas organizadas por Lucia Maria Bastos Neves, Marco Morel e Tânia Ferreira – *Histórias e imprensa, representações culturais e práticas de poder* (Rio, DP&A editora, 2006), e por Ana Paula Goulart e Micael Herschmann – *Comunicação e história, interfaces e novas abordagens* (Rio, Mauad, 2008).

Em fins de 2010, a Rede Alcar, já institucionalizada como sociedade científica associada à Federação Brasileira de Associações Acadêmicas de Comunicação, SOCICOM, fez um balanço do acervo de conhecimentos até então acumulado:

Em que pese o crescimento expressivo das pesquisas, dos evidentes avanços teóricos e metodológicos, observa-se ainda a carência de reflexões conceituais mais globais sobre períodos, processos, meios de comunicação. Com isso, a pesquisa apresenta-se, ainda, de forma fragmentada, o que impede, em certa medida, maior complexificação das análises. [...]

Assim, a regionalização das ações da ALCAR, a constituição de núcleos de pesquisa e a realização de pesquisas temáticas, com a participação de todas as regiões do país são algumas das ações não apenas para solidificar a Associação, mas, sobretudo, os estudos históricos sobre a mídia no Brasil. [...]

A contiguidade com outros campos de saber – notadamente a história –, que leva a uma natural aproximação com pesquisadores desta área das Ciências Humanas, por outro lado nos obriga a sedimentar nossos referenciais teóricos e metodológicos de análise, para que possamos ter reconhecido o nosso lugar de pesquisadores históricos da mídia, não abandonando a ideia de que a troca de conhecimento entre os dois campos é fundamental. Nesse sentido, a participação frequente e sistemática de pesquisadores oriundos da história tem enriquecido as discussões nos grupos. Assim, no nosso entendimento, torna-se fundamental a institucionalização dessas parcerias, fazendo do campo de estudos de história da mídia um lugar de participação plural, com a necessária multiplicidade de olhares, sem que percamos a

liderança do processo.

Detentora do universo do chamado tempo presente para as suas análises, que se realizam em concomitância com a vida que se desenvolve em processos cada vez mais complexos, nos quais as ações de comunicação assumem protagonismo incontestado, os estudos de comunicação não valorizam, de maneira geral, a dimensão histórica. Há, portanto, que mostrar na própria área e para os nossos próprios pares as razões da urgência da inclusão da dimensão histórica em nossas análises. Não por mera questão de construção de um lugar de fala reconhecido e validado, mas por acreditar que o entendimento de processos que se faz em concomitância com o tempo da vida só pode ser compreendido numa dimensão que é, sempre, histórica (Barbosa, 2010).

A conclusão decorrente desse diagnóstico sinaliza que muitos caminhos têm de ser percorridos para a conquista da pretendida historicização da mídia como alavanca da sua legitimação pela sociedade.

O êxito alcançado pelo IX Congresso Nacional de História da Mídia, realizado em Ouro Preto, MG, com a presença de 600 participantes, constitui indicador valioso da importância que a nova geração de pesquisadores atribui ao balanço crítico passado como balizador confiável do futuro.

Em seu balanço sobre o desenvolvimento da Rede Alcar, Maria Berenice da Costa Machado (UFRGS), atual presidenta da entidade, salienta “a convergência de pesquisadores e profissionais da Comunicação e de áreas afins, interessados em estudos avançados, de caráter interdisciplinar, cujo foco central de análise recaia sobre os processos históricos da mídia”. A seguir, destaca outros indicadores: “Os números da Alcar crescem a cada novo Encontro, como se pode observar no site e nos anais disponíveis. Importa destacar os números finais do VIII Encontro Nacional de História da Mídia, com 420 inscritos, representando 21 Estados brasileiros, além de participantes da Argentina e de Angola; mais de duas centenas de trabalhos aprovados, envolvendo 85 instituições, universidades e centros de pesquisa; duas conferências internacionais; um debate sobre os 150 anos do padre-inventor Roberto Landell de Moura, tido como o pai da mídia rádio. Os nove encontros da Alcar reuniram cerca de três mil pessoas, entre pesquisadores e ouvintes, que debateram aproximadamente 2.000 papers”.

Seu relato focaliza também a disseminação do conhecimento novo realizada através de “livros impressos e e-books [...], do [Jornal Alcar](#) e duas edições anuais da *Revista Brasileira de História da Mídia*” (Machado, 2013).

PERIODIZAÇÃO BANDEIRANTE

A sociedade paulista apresenta algumas singularidades no seu itinerário comunicacional, historicamente determinadas por contextos de natureza político-econômica ou geocultural.

Durante o período da colonização lusitana, São Paulo caracterizou-se como espaço típico de germinação da identidade brasileira. Abrigando processos de interação simbólica que correspondiam às demandas das camadas rústicas da população, plasmou a mestiçagem étnica e nutriu a miscigenação cultural, fatores decisivos para a independência nacional.

O primeiro governo monárquico não conseguiu ocultar sua desconfiança, dificultando a implantação da imprensa nos Campos de Piratininga, como consequência da ousadia paulista no episódio da independência e de outros mal-entendidos. Ao postergar o funcionamento da tipografia, reivindicada pelas autoridades provinciais, a Corte sonegou à elite regional o usufruto dos benefícios ensejados pelos seus produtos intelectuais.

Essa defasagem começa a declinar na fase republicana, cuja edificação contou, aliás, com expressiva participação de lideranças paulistas. Em meados do século XX, São Paulo protagonizaria feitos notáveis no âmbito comunicacional, assumindo a vanguarda das indústrias midiáticas do país (rádio, cinema, livro). Fomenta o pioneirismo no campo da Publicidade, das Relações Públicas, do Ensino de Jornalismo, da Imprensa Sindical e da Comunicação Empresarial, além de disseminar inovações como a Offset, a Televisão e a Internet, sem deixar de fortalecer a identidade brasileira, mesmo num cenário emoldurado pela globalização cultural.

É importante contextualizar alguns desses episódios para melhor compreensão do panorama histórico.¹

6.1. PERÍODO COLONIAL

No alvorecer da sociedade brasileira, São Paulo constituiu terreno fértil para o florescimento das redes contra-hegemônicas de circulação de informações e de ideias que Luiz Beltrão mais tarde identificaria como “sistema de folkcomunicação”.²

A “situação geográfica privilegiada” que ela ocupou no processo de colonização, “por ser o centro do sistema hidrográfico da região”, tornou a cidade de São Paulo “o centro do sistema de comunicação do planalto”. Como bem descreveu Caio Prado Júnior, “o contato entre as diferentes regiões povoadas e colonizadas se faz necessariamente pela capital”, onde desemboca a “antiga trilha dos índios, transformada em principal artéria da capitania”.³ Essa e outras trilhas foram responsáveis pela “projeção exterior” de São Paulo, determinando sua influência na “vida econômica” e na “paisagem” da região em que está localizada, o que “abrange não somente o Estado de que é capital, mas invade Estados vizinhos”.⁴

Referindo-se às “veredas” utilizadas pelos “paulistas”, para transpor “as matas espessas ou as montanhas aprumadas”, dilatando as “fronteiras” do império luso-brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda diz que elas constituíram uma espécie de “cartografia indígena” dotada de grande “poder de abstração, que não se concilia facilmente com certas generalizações [...] acerca da mentalidade primitiva”. Se “entre os povos que ignoravam a palavra escrita, esses meios de comunicação” representavam “um admirável instrumento para triunfar sobre as condições mais poderosas e hostis”, é natural que os bandeirantes recorressem frequentemente à “comunicação indireta a fim de transmitir advertências e notícias, sempre que uma necessidade urgente se apresenta”. Dentre as evidências anotadas pelos historiadores encontra-se o “processo de sinalização por meio de fogueiras e rolos de fumaça, usado até hoje pelas nossas populações rurais”.⁵

Ao mesmo sistema pertencem aquelas formas de expressão cultural engendradas pela catequese jesuítica no pátio do Colégio erigido no Planalto de Piratininga, embrião da atual metrópole paulistana. Elas foram basilares para fortalecer as redes alternativas de comunicação adotadas pelos missionários inacianos, na sua interlocução com os nativos. Seu principal motor foi a “língua geral”, que as tribos indígenas já cultivavam em todo o

litoral brasileiro. Segundo Capistrano de Abreu, a língua geral era “assim chamada por sua área de distribuição”. Predominava “próximo de beira mar”, sendo produto de três migrações: a dos carijós ou guaranis, a dos tupiniquins e a dos tupinambás. “O centro de irradiação das três migrações deve procurar-se entre o rio Paraná e o Paraguai.”⁶ Devidamente codificada, ela se difundiu não apenas entre os “curumins” (índios catequizados), mas, sobretudo, entre os “mamelucos” (filhos mestiços de lusitanos e indígenas).

Isolada da metrópole e praticamente ignorada pela burocracia estatal existente na sede do governo colonial, a sociedade paulista viu-se na contingência de recorrer a esse meio de comunicação como estratégia de sobrevivência. Em seu “Esboço da história econômica de São Paulo”, Alice Canabrava explica que o fracasso da agroindústria açucareira em São Vicente, no século XVI, empurrou a sociedade paulista para uma “economia de subsistência” que se projetou durante os séculos XVII e XVIII. Para ter acesso aos “objetos manufaturados que não estavam em condições de produzir”, os paulistas adotaram um “gênero de vida novo, cujo escopo essencial foi a captura do índio”, convertido em “mercadoria de troca”.⁷

Empunhada como arma para expandir as fronteiras nacionais, a “língua geral” teve papel preponderante na busca do ouro e dos diamantes.⁸ Canabrava assim define o bandeirante: “um novo tipo social [...] caracterizado como resultado de uma projeção de forças econômicas e sociais da capitania vicentina e que historicamente se perpetuou até nossos dias como um símbolo de audácia, de pioneirismo, de empreendimento e de vigor físico e mental”.⁹ Seu uso generalizou-se de tal modo que só a partir de 1758, depois da expulsão dos jesuítas e no rastro da intervenção feita pelo Marquês de Pombal, a “língua portuguesa” seria adotada, no sentido de neutralizar a “tupização da vida cultural brasileira”.¹⁰

A desolação e a decadência paulista agravaram-se bem antes, quando ocorreu a redução do seu território, provocando despovoamento intensivo.¹¹ Tal episódio foi assim resumido por Caio Prado Junior: “A descoberta do ouro em Minas Gerais, pouco depois seguida pela de Goiás e Mato Grosso, representa a meta final do esforço tenaz dos paulistas durante quase dois séculos, votado ao reconhecimento de todo o território que havia de constituir o Brasil de hoje, e à procura de metais preciosos. São Paulo encerra sua obra

e entra numa fase de prolongada estagnação. Não só interrompe sua ação colonizadora, mas se despoeva. Seus habitantes [...] vão se estabelecer em novas capitanias criadas à sua custa”.

A região desbravada pelos bandeirantes, onde havia fartura de minerais preciosos, foi amputada pela carta régia de 1720, passando a constituir capitania independente, sob o nome Minas Gerais.¹²

Nem mesmo as reformas pombalinas seriam suficientes para alterar o quadro de indigência cultural que caracterizava a fisionomia da sociedade colonial brasileira. São Paulo não foge ao perfil esboçado por José Honório Rodrigues:¹³ “Se no litoral havia ainda alguns rudimentos de cultura e instrução, a gente do interior regredia, ou, mesmo, se barbarizava, pois era incapaz de manter os contatos indispensáveis a uma civilização evoluída. [...] A vida econômica era atrofiada, sem liberdade nenhuma. [...] O mercado externo era fechado pela política do governo, e a disseminação da propriedade, as distâncias, as dificuldades de comunicação tornavam precário o mercado interno. [...] A barbarização da gente do interior, sem escola, sem livro e sem imprensa, continua seu processo negativo”.

Massaud Moisés reconstitui apropriadamente o hiato cultural visível na fisionomia da sociedade paulista. “Depois de Anchieta, temos de aguardar muito tempo para que a vida cultural em São Paulo volte ao nível em que o missionário a deixou; razões de vária ordem histórico-econômica-social explicam que São Paulo, nos séculos seguintes, viesse a ocupar posição inferior à de outros centros culturais da Nação. Em tais momentos de crise, a atividade literária entrava em recesso ou degradava. É o que acontece praticamente ao longo dos séculos coloniais...”¹⁴

O Brasil ingressa na era tipográfica logo após a chegada da Corte Portuguesa, quando o Regente D. João VI autoriza a criação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro (1808) e a instalação de um prelo na Bahia (1811). No entanto, permanecendo vigente, o aparato repressivo inibe a expansão da imprensa em outras partes do território nacional.¹⁵

A alforria da imprensa ocorre no dia 13 de maio de 1808. Mas, segundo Costella, “mal se instalava a imprensa e já em 24 de junho de 1808 – um mês depois, portanto – exteriorizavam-se as inevitáveis preocupações em torno da censura. [...] Essa preocupação com a censura se antecipou até mesmo às de

ordem administrativa, pois normas nesse sentido só foram baixadas pelo aviso de 26 de junho de 1808. Logo depois, [...] D. João, por decreto de 27 de setembro, nomeou censores régios”.

Logo que a censura foi abolida em Portugal, durante a liberalização empreendida pela Revolução do Porto (1820), os governos regionais de quatro províncias aproveitaram o vácuo legal para instalar oficinas tipográficas (1821): Pernambuco, Maranhão, Pará e Minas Gerais.¹⁶

6.2. FASE IMPERIAL

São Paulo continuava ausente do mapa da imprensa, mesmo tendo sido palco do episódio que representou o divisor de águas da vida política nacional.¹⁷ Segundo Boris Fausto, a estratégia de “fazer de São Paulo o cenário da ruptura final” foi idealizada pelo ministro paulista José Bonifácio de Andrada, que patrocinava a tese da Monarquia Constitucional para o Brasil, opondo-se à convocação de uma Assembleia Constituinte. Reconhecido como o Patriarca da Independência, trata-se de figura controversa. “Politicamente, era um liberal conservador”, embora defendesse “ideias progressistas no campo social”, como a abolição da escravatura, a reforma agrária e o estímulo à imigração estrangeira.

Às margens do riacho Ipiranga, no dia 7 de setembro de 1822, D. Pedro lançou o brado separatista: “Independência ou morte!”, catalisando as aspirações coletivas que aplainaram o “caminho da emancipação política”.¹⁸

Somente depois de completado o processo da independência e coroado o primeiro Imperador do Brasil, o governo paulista passou a reivindicar a instalação de uma tipografia. D. Pedro I acolhe favoravelmente a petição, mas a burocracia imperial faz vista grossa, protelando o desfecho. Durante os anos 1823-1824, quando os ânimos estavam acirrados na Corte do Rio de Janeiro, em meio às disputas constitucionais, o governador paulista apela inutilmente ao monarca brasileiro, sem conseguir demover seus resistentes acólitos, que certamente contabilizavam perdas e ganhos políticos de tal providência. Naquela conjuntura, visionários como José Bonifácio Andrada, que fora artífice do “libelo paulista contra a pretensão recolonizadora das Cortes”, permaneciam firmes na defesa de uma Constituição liberal. Quando o Imperador dissolveu a Constituinte, outorgando a Carta de 1824, José

Bonifácio já havia sido afastado do ministério, robustecendo as fileiras oposicionistas. A “crença abolicionista” e o endosso à tese da “justiça social”, contrariando “o interesse dominante na quase totalidade da população branca”, acabaram por afastar o Patriarca da Independência do centro de poder, condenando-o a um “prolongado exílio”.¹⁹

Por esse e por outros supostos motivos, a população letrada de São Paulo esperaria até 1827 para ter acesso à tecnologia da imprensa.

O que explica o aparecimento tardio da imprensa paulista? O historiador Affonso de Freitas argumenta que essa lentidão é fruto das condições precárias existentes na sociedade local. “Como em geral sói acontecer com todos os inventos, a imprensa não antecipou, prevenindo-as, as necessidades sociais, aparecendo tão somente pela decorrência das mesmas”.²⁰ Ele destaca dois fatores responsáveis pela inibição da sociedade paulista ao desenvolvimento da imprensa: comércio pouco competitivo (dispensando anúncios para atrair compradores) e governo sem oposição ostensiva (despreocupado do cortejo popular em busca de apoio aos seus atos).

A imprensa paulista expandiu-se durante a primeira metade do século XIX. Não se trata, evidentemente, de “obra do acaso”. Massaud Moisés em certo sentido a considera como “fruto da instalação da Faculdade de Direito”, argumentando que o “sintoma expressivo desse estado de coisas é a proliferação de revistas paulistanas de alto nível intelectual, geralmente nascidas no ambiente da escola do Largo de São Francisco”.²¹

No entanto, os jornais e revistas publicados durante os dois impérios tinham “vida efêmera”. A maioria sequer durava uma “estação” e poucos conseguiram atravessar a barreira do “século”.

Affonso de Freitas diz que somente a partir de 1860 o “jornalismo foi se desenvolvendo progressivamente em correspondência com o desenvolvimento intelectual e material de S. Paulo”.²²

6.3. ETAPA REPUBLICANA

Sem dúvida, as transformações operadas na economia paulista durante a Primeira República²³ criaram melhores condições para a expansão do jornalismo impresso.

Sintoma dessa pujança da economia paulista no fim do século XIX é

certamente a hegemonia conquistada no cenário político brasileiro. “Nos primeiros anos da república, São Paulo liderava indiscutivelmente a vida política nacional, fato claramente evidenciado pelo controle que a máquina política estadual exerceu sobre a presidência durante 12 anos, a partir de 1894”.

Tanto assim que em 1914 “todos os municípios paulistas, em número de 174, dispõem de imprensa própria, sendo raros os que não contam com mais de um periódico de publicação regular”, como anotou diligentemente Affonso de Freitas. Ele assinala também a ascensão dos jornais dos imigrantes estrangeiros, “tão acatados pelas massas ledoras quanto aqueles venerandos representantes da velha imprensa”.²⁴

São Paulo finalmente abandonava a retaguarda da imprensa nacional, conquistando a primazia do jornalismo brasileiro, o que inspira justo orgulho regional ao seu principal historiador. “Hoje a imprensa periódica de S. Paulo, indiscutivelmente a mais desenvolvida de todas as outras circunscrições brasileiras, apresenta todas as características do mais adiantado jornalismo e amplamente satisfaz as necessidades e as exigências da sociedade moderna em que o progresso da civilização transformou o velho e lendário domínio dos bandeirantes.”²⁵

A modernização da imprensa, espaço privilegiado de comunicação informativa ou utilitária, reflete naturalmente o dinamismo das transações comerciais e industriais, responsáveis pelo surgimento das atividades regulares de comunicação persuasiva. São produtos da mesma conjuntura as primeiras agências de propaganda e o pioneiro serviço de relações públicas.

6.4. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

O parque industrial de São Paulo foi construído no fim do século XIX e sedimentado nas primeiras décadas do século XX.

Heitor Ferreira Lima apresenta dados comparativos que atestam a mudança radical. Em 1900, funcionavam 165 estabelecimentos industriais, cifra que se agigantara em 1920 para 4.145 unidades fabris. Contudo, o principal contraste era de natureza qualitativa. “Antes, o que existia eram pequenas oficinas artesanais que mal davam para atender às necessidades locais e determinados produtos de consumo imediato.” O autor completa o panorama,

atualizando-o. “Dessa forma – em tempo relativamente curto – cinquenta anos apenas – construímos nosso parque manufatureiro e com ele pudemos ir suprindo o mercado interno em suas necessidades de artigo de consumo imediato.”²⁶

A expansão do mercado consumidor de produtos nacionais, abastecido por diferentes indústrias, que passam a competir entre si (e muitas vezes com as mercadorias importadas) para merecer a preferência dos compradores potenciais, induz fabricantes e comerciantes a recorrer aos anúncios em jornais e revistas. Mas o que eles querem não é tão somente a compra do espaço nas páginas impressas, incluindo, sobretudo, a produção da mensagem persuasiva. Para atender a essa demanda surgem as agências de propaganda.

A primeira empresa do ramo foi a Publicidade Eclética, fundada em maio de 1914, pela dupla de jornalistas João Cataldi e Jocelyn Bennaton. Depois surgiram outras: Didier & Vandagnoti, Harris, Pettinati e Edanée. As agências estrangeiras só entrariam no mercado paulista nas décadas de 1920 e 30, quase sempre acompanhando clientes que montavam fábricas em território nacional. A precursora foi a Ayer & Son, que veio servir a Ford. Logo depois, aportariam a Thompson e a McCann Erickson, disputando com as agências paulistas as contas da General Electric, Westinghouse, Squibb etc.²⁷

A pioneira Eclética inaugurou tanto a corretagem de anúncios, assumindo o papel do anunciante (fabricante ou comerciante) na relação com o veículo (jornal, revista, rádio etc.), quanto a identificação do mercado consumidor potencial. Explicando “como trabalha” sua agência, o sucessor dos fundadores, Julio Cosi, enumerou as etapas de uma campanha. “Uma vez incumbida de realizar a propaganda de um determinado produto, nossa empresa, como qualquer outra agência de publicidade organizada, procura saber tudo o que nos poderá ser de grande utilidade na interpretação das qualidades daquele produto ao público. Antes de mais nada, fazemos um estudo completo da história do produto, desde sua fabricação: suas vantagens em face de outros produtos concorrentes, sua distribuição, sua publicidade no passado – se já é conhecido – etc. Também medimos o potencial aquisitivo dos clientes e procuramos descobrir as diversas peculiaridades do mercado para o produto em questão, passamos em seguida ao estudo dos veículos de propaganda mais adequados para o público que desejamos alcançar,

examinando cuidadosamente suas características como elemento difundidor de cultura e propaganda, sua influência no meio onde é divulgado, seu alcance em qualidade e localidade, seus preços, e só então é que nos empenhamos no planejamento definitivo da campanha de propaganda.”²⁸

A conjuntura mostrou-se favorável também ao florescimento das Relações Públicas. Atividade híbrida, situada na fronteira entre o Jornalismo e a Propaganda, as Relações Públicas haviam sido instituídas na América do Norte no início do século XX, no momento em que o capitalismo selvagem vai sendo substituído por relações de produção mais equilibradas. Ao procurar harmonizar os benefícios do capital e do trabalho e ao patrocinar o diálogo entre o interesse público e os interesses privados, os novos profissionais da comunicação institucional ganham espaço na sociedade moderna. A primeira empresa a criar um serviço de Relações Públicas no Brasil foi a multinacional de origem canadense Light & Power, em 1914, na tentativa de reduzir os conflitos que se avolumavam nos setores da energia elétrica e da água potável, cujo monopólio comercial lhe fora outorgado pelo governo brasileiro.

Vivíamos então o impacto da urbanização e da industrialização estimuladas pelos governos republicanos, chegando ao ápice dos fluxos migratórios procedentes da Europa e da Ásia. As massas urbanas se agitavam ciclicamente, instigadas pelas nascentes organizações sindicais, fazendo greves e desencadeando movimentos de protesto contra a carestia de vida ou a ineficácia dos concessionários de serviços públicos.

O pioneiro Departamento de Relações Públicas que a Light instalou na agência paulista, confiando seu comando a Eduardo Pinheiro Lobo, teve “ecos importantes, que ficaram sempre marcados na história da comunicação brasileira”. Sua função precípua foi “harmonizar os interesses diversos da empresa e do público”.²⁹

Para bem entender o contexto em que prospera tal iniciativa, é conveniente lembrar que São Paulo estava imersa na onda sindicalista, cujo combustível era canalizado pelas páginas da imprensa operária. Trata-se de episódio emblemático através do qual transparece o acirramento dos conflitos entre as classes sociais no Brasil.

Em sua diligente avaliação desse período histórico, Maria Nazareth Ferreira, com autoridade de desbravadora do segmento de estudos da

comunicação operária, afirma que a “politização das classes trabalhadoras” é produto da “ativação da vida intelectual, com a fundação de jornais, clubes, circulação de livros e revistas científicas, debates sobre os problemas sociais e políticos, divulgação de informações internacionais...”.³⁰ São Paulo concentra, nessa ocasião, 42% dos títulos em língua portuguesa e 88,3 % dos títulos em idiomas estrangeiros da imprensa operária publicada no território nacional.

Na esteira dos acontecimentos que marcam o desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira perfila o aparecimento do rádio. Se Pernambuco com a sua “rádio-clubes” (1919) e o Rio de Janeiro com a sua “rádio-sociedade” (1923) disputam a primazia das atividades radiofônicas no Brasil, São Paulo vai ocupar lugar de realce no fortalecimento do “rádio publicitário”.

Embora a Sociedade Rádio Educadora Paulista tenha sido criada em 1923, a emissora radiofônica por ela mantida entrou no ar, em caráter experimental, durante o ano seguinte, enfrentando sérias dificuldades financeiras. Com a captação de recursos doados por empresas privadas e pelo Estado de São Paulo, adquiriu um transmissor da Western Electric, que começou a ser operado somente em 1925.

A raiz da equação estava justamente no modelo radiofônico adotado inicialmente pelo Brasil. Inspirado no modelo europeu, o rádio estava impedido de veicular propaganda comercial. Sua subsistência dependia das contribuições dos radio-ouvintes, das instituições beneméritas e do poder público. Estava destinado a ser veículo da elite, vocacionado para a divulgação científica e a difusão da cultura erudita, de acordo com a plataforma inicial concebida por Roquette Pinto.

No entanto, os visionários da radiodifusão paulista tinham intenções democráticas. Mário Ferraz Sampaio, observador participante dessa fase heroica da radiofonia paulista, oferece um testemunho importante. “Acompanhando o rádio desde o seu nascedouro em São Paulo, [...] posso adiantar que [...] os propósitos dos fundadores não eram propriamente elitistas: o rádio que imaginaram era aquele que se faria para a cultura e a educação, mas também para divertir o povo em suas horas de lazer.”³¹

Esses ideais permanecem incubados até 1932, “data símbolo do rádio propagandístico”, de acordo com a anotação feita pelo antropólogo João Baptista Borges, autor do pioneiro estudo sobre rádio e mobilidade social no

Brasil. Ele observa que a democratização do rádio paulista se dá como consequência do desenvolvimento econômico estimulado pela Segunda Guerra Mundial, produzindo a ampliação do nosso mercado interno e alterando a mentalidade antipublicitária dos nossos comerciantes e industriais. Diante da concorrência esboçada por distintos fabricantes e marcas diferenciadas para os mesmos produtos, não havia outra saída senão persuadir os consumidores potenciais, através de anúncios. E naturalmente o rádio foi beneficiário imediato dos investimentos publicitários feitos pelos anunciantes nacionais e pelos fabricantes estrangeiros.

“Surgindo meio de surpresa, titubeando em seus primeiros dias de vida, [...] o rádio constituiu-se ao mesmo tempo em produto e em instrumento de expansão e consolidação do processo civilizatório urbano-industrial no país, através da difusão por toda a realidade brasileira de valores vinculados ao estilo de vida que aos poucos se esboçava entre nós.”³²

6.5. NA VANGUARDA DAS INOVAÇÕES

São Paulo passou a ser chamada de “locomotiva do Brasil”, desde que assumiu a liderança do processo de industrialização, ampliando o mercado de trabalho para a mão de obra disponível no exército de reserva de outras regiões brasileiras e distribuindo bens e serviços para o mercado consumidor nacional.

A expressão metafórica ganhou intensidade na conjuntura posterior à Segunda Guerra Mundial, que coincide também com o período de redemocratização nacional e de crescimento da rede midiática, polarizando o complexo que depois seria rotulado como “indústria cultural”.

É justamente nesse âmbito cultural-midiático que São Paulo passa a ocupar posição de vanguarda no panorama nacional, assimilando inovações procedentes do exterior, processando-as e transferindo-as para outras regiões, além de galvanizar avanços e conquistas cujos antecedentes situam-se em outros espaços da geografia brasileira.

Tal elenco começa pela educação superior dos profissionais da comunicação. Antiga reivindicação dos jornalistas, a criação de uma escola para formação específica arrastava-se desde 1918, quando a Associação Brasileira de Imprensa, ABI, realiza no Rio de Janeiro o primeiro congresso nacional da categoria. Em 1935, Anísio Teixeira, fundador da Universidade

do Distrito Federal, cria uma cátedra de jornalismo e confia sua direção a Costa Rego,³³ mas o projeto logo foi abortado pelo Estado Novo, que fechou a própria universidade. Enquanto a ABI insistia junto ao Ministério da Educação, pleiteando a abertura de uma carreira no sistema federal, o empresário paulista Cásper Líbero antecipa-se à ação estatal, tomando a iniciativa de criar a primeira escola de Jornalismo do país. A instituição começa a funcionar em 1947, agregada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tornando-se ponto de referência para entidades congêneres que iriam surgir em várias partes do nosso território, nas décadas posteriores.

Pouco depois, a capital paulista seria o palco de um evento planejado com pompa e circunstância. Em 1950, Assis Chateaubriand aqui inaugurou a primeira estação de televisão da América Latina.

“A festa foi transmitida dos estúdios instalados no morro do Sumaré, sendo captada em televisores estrategicamente situados no centro da cidade de São Paulo, de modo a suscitar a atenção popular.”³⁴

A cidade recebeu a inovação com absoluto ceticismo. Tanto assim que a imprensa ignorou solenemente o ato inaugural. Poucos se davam conta de que, através do pórtico paulista, o Brasil ingressava definitivamente na era da comunicação de massa. Embora Chateaubriand tenha entoado loas ao seu próprio feito, nas colunas que publicava em jornais de sua propriedade, talvez ele próprio tenha contribuído para que a inauguração passasse em brancas nuvens. Sérgio Matos dá uma chave para decifrar o mistério, lembrando que o timoneiro dos Diários e Emissoras Associados manteve os preparativos “às escondidas, pois ele queria inaugurar a televisão no Brasil antes do México e de Cuba”,³⁵ países que acabaram sendo beneficiários dessa inovação no mesmo ano.

Expandindo-se rapidamente por todo o país, o berço paulista da nossa televisão continuou fértil, propiciando formatos que conquistaram popularidade, como o teleteatro da TV Tupi, as telenovelas da TV Excelsior, os festivais da TV Record ou os programas educativos da TV Cultura. Na atualidade, São Paulo continua na dianteira das mutações tecnológicas, tendo protagonizado os testes para implantação da imagem de alta definição em laboratório montado na Universidade Mackenzie.³⁶

Da mesma maneira que havia se adiantado, nos anos 1960, assimilando o

processo de impressão ofsete, São Paulo teve lugar garantido na primeira fila da informatização da imprensa diária, no transcorrer da década de 1980.

Os louros cabem à empresa Folha de S. Paulo, cujo engajamento nas transformações dos padrões jornalísticos tem se mostrado antológico.

Mota & Capelato anotaram com perspicácia o início dessa “revolução tecnológica”, observando que em 1967 rodava-se no Brasil o primeiro jornal em ofsete – o diário *Cidade de Santos* –, teste que determinou a adoção do mesmo sistema, em 1968, pelo matutino *Folha de S. Paulo*.³⁷

Por sua vez, Ruth Vianna³⁸ percorreu os bastidores da pugna para informatizar os jornais brasileiros, destacando dois momentos na trajetória da *Folha de S. Paulo*. Inicialmente, a informatização localiza-se na gráfica: em 1973, a fotocomposição é totalmente renovada. Finalmente, ela invade a redação: em 1983 as máquinas datilográficas são substituídas pelos terminais de computador.

Paralelamente a essas transformações de natureza tecnológica, São Paulo testemunhava e ao mesmo tempo nutria um novo filão comunicacional que iria crescer no interior das grandes empresas. Fazendo a mediação entre o capital e o trabalho, mas assumindo o prisma dos estrategistas empresariais, floresceria na Grande São Paulo um novo tipo de imprensa destinada a reduzir as tensões no interior das fábricas, dos bancos ou das construtoras.

O inventário histórico realizado por Gaudêncio Torquato transparece nitidamente a liderança paulista nesse campo. O primeiro jornal empresarial foi aqui editado em 1925 pela Light. Outras publicações que marcaram a fisionomia da área também são paulistas: o boletim *Nossa Estrada* (1929), o jornal *Ferrovia* (1938), as revistas *Vida na GMB* (1949) e *Família VW* (1963). Desde 1967, São Paulo sedia a entidade que aglutina todos os projetos brasileiros dessa natureza: a Associação Brasileira de Jornalismo e Comunicação Empresarial, ABERJE.³⁹

A internet chega ao Brasil em 1988, contando com a participação decisiva da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP. E já em 1994, o jornal *O Estado de S. Paulo* utilizava a rede mundial de computadores para fazer a cobertura da Copa Mundial de Futebol. No entanto, o passo decisivo para a nossa presença no espaço digital se dá em 1996, com a fundação da UOL, Universo On Line, através de uma parceria

entre as empresas *Folha de S. Paulo* e Editora Abril,⁴⁰ empreendimento que assumiria a dianteira dos produtores de conteúdo em língua portuguesa.

“A grande contribuição dessa nova empreitada, chamada UOL, além de agregar sob um mesmo guarda-chuva conteúdos de dois gigantes da comunicação analógica, foi ser responsável pelos primeiros experimentos com vídeos na internet brasileira.”⁴¹

6.6. POLO DE CONVERGÊNCIA

Tantas singularidades transformam São Paulo num espaço de convergência, ou melhor, num polo midiático cujo conteúdo é o próprio vanguardismo local/regional. Atraindo contingentes de visitantes, durante todo o ano, a cidade se torna vitrine da produção estadual, exibindo mercadorias, imagens e símbolos que procedem de toda a geografia paulista, percorrendo “trilhas” e “veredas” que muitas vezes ganham notoriedade mundial.

São Paulo, locomotiva do Brasil. São Paulo, pátria dos bandeirantes. São Paulo, terra de oportunidades. As metáforas tornam-se realidade palpável neste início de milênio, como bem definiu Jomar Moraes.

“Na tentativa de explicar a grandiosidade de São Paulo, como centro de gravidade da economia nacional, muitos rótulos já foram usados. São Paulo continua a ser tudo isso, mas [...] não há mais dúvida de que a cidade [...] tornou-se também a capital dos serviços e da tecnologia, símbolos maiores da economia globalizada. Que cidade brasileira, senão ela, poderia acolher, num único ano, 15 milhões de pessoas em torno de feiras e exposições e movimentar 2,5 bilhões de dólares somente com turismo de negócios?”⁴²

^{1.} Fonte complementar para esse exercício cognitivo é sem dúvida o livro coletivo *São Paulo na Idade Mídia* – organizadores: José Marques de Melo e Antonio Adami – São Paulo, Arte & Ciência Editora, 2004.

^{2.} Luiz BELTRÃO, *Folkcomunicação*, Porto Alegre, Editora da PUCRS, 2001.

^{3.} Caio PRADO JR., *A cidade de São Paulo: geografia e história*, 13ª ed., São Paulo, Brasiliense, p. 27-28.

^{4.} *Ibid.*, p. 80-81.

^{5.} Sérgio Buarque de HOLANDA, *Caminhos e fronteiras*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1957, p. 22-23.

- [6.](#) J. Capistrano ABREU, Capítulos de História Colonial (1500-1800), 5ª ed. Brasília, Editora da UnB, 1963, p. 40.
- [7.](#) Ernani da Silva BRUNO, São Paulo: terra e povo, Porto Alegre, Editora Globo, 1967, p. 22-23.
- [8.](#) Ibid., p. 23-24..
- [9.](#) Sérgio Buarque de HOLANDA (org.), História Geral da Civilização Brasileira, tomo I, A Época Colonial, vol. 1, Livro V, Cap. II, “As bandeiras na expansão geográfica do Brasil”, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 273-281.
- [10.](#) José Honório RODRIGUES, Aspirações nacionais, São Paulo: Fulgor, 1963, p. 45.
- [11.](#) Caio PRADO JR., A cidade de São Paulo: geografia e história, 13ª ed., São Paulo, Brasiliense, p. 32.
- [12.](#) Sérgio Buarque HOLANDA (org.), História Geral da Civilização Brasileira, tomo I, A Época Colonial, vol. 2, “Cronologia sumária”, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 460.
- [13.](#) José Honório RODRIGUES, Aspirações nacionais, São Paulo, Fulgor, 1963, p. 44.
- [14.](#) Ernani da Silva BRUNO, São Paulo: terra e povo, cap. 9 (A literatura em São Paulo – Massaud Moisés). Porto Alegre, Editora Globo, 1967, p. 193.
- [15.](#) Antonio COSTELLA, O controle da informação no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1970, p. 20-21.
- [16.](#) José MARQUES DE MELO, História Social da Imprensa, Porto Alegre, Editora PUCRS, 2003, p. 95.
- [17.](#) Boris FAUSTO, História do Brasil, 2ª ed., São Paulo: EDUSP, 1995, p. 129-134 e 147-152.
- [18.](#) Sérgio Buarque de HOLANDA (org.), História Geral da Civilização Brasileira, tomo I, O Brasil Monárquico, vol. 1, Livro 5, “A caminho da emancipação política”, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 355-417.
- [19.](#) Sérgio Buarque de HOLANDA (org.), História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, O Brasil Monárquico, vol. 1, Livro 2, “O movimento da independência”, São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968, p. 166-167.
- [20.](#) Affonso de FREITAS, “A imprensa periódica de São Paulo”, em Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: vol. XIX, São Paulo: 1915, p. 523.
- [21.](#) Massaud MOISÉS, “A literatura em São Paulo”, em Ernani da Silva BRUNO, São Paulo: terra e povo, Porto Alegre, Editora Globo, 1967, p. 197.
- [22.](#) Affonso de FREITAS, op. cit., p. 537.
- [23.](#) Joseph LOVE, A locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 149.
- [24.](#) Affonso de FREITAS, “A imprensa periódica de São Paulo”, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo: vol. XIX, São Paulo: 1915, p. 537-538.
- [25.](#) Ibid., p. 541.
- [26.](#) Heitor Ferreira LIMA, “O parque industrial em São Paulo”, em Ernani da Silva BRUNO, São Paulo: terra e povo, Porto Alegre, Editora Globo, 1967, p. 113-118.
- [27.](#) Genival RABELO, Os tempos heroicos da propaganda, Rio de Janeiro, PN, 1956, p. 81-94.

- [28.](#) Genival RABELO, Os tempos heroicos da propaganda, Rio de Janeiro, PN, 1956, p. 92-93.
- [29.](#) Mirtes Vitoriano TORRES, Gênese do Pensamento Brasileiro nas Relações Públicas (tese de doutorado), São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, 2005.
- [30.](#) Maria Nazareth FERREIRA, A imprensa operária no Brasil, 1880-1820, Petrópolis, Vozes, 1978, p. 48.
- [31.](#) Mario Ferrraz SAMPAIO, História do Rádio e da Televisão no Brasil e no mundo (memórias de um pioneiro), 2ª ed., Campos, Ed. Fenorte, 2004, p. 119.
- [32.](#) João Baptista Borges PEREIRA, Cor, profissão e mobilidade – o negro e o rádio em São Paulo, São Paulo, Pioneira, 1967, p. 45-62.
- [33.](#) José MARQUES DE MELO, História do Pensamento Comunicacional, São Paulo, Paulus, 2003, p. 293-316.
- [34.](#) José MARQUES DE MELO, Imprensa Brasileira: personagens que fizeram História, vol. I, São Paulo, IMESP, 2005, p. 131.
- [35.](#) Sérgio MATTOS, História da Televisão Brasileira, 2ª. Ed., Petrópolis, Vozes, 2002, p. 171.
- [36.](#) Ibid., p. 154.
- [37.](#) Carlos Guilherme MOTA; Maria Helena CAPELATO, História da Folha de S. Paulo, 1921-1981, São Paulo, IMPRES, 1980, p. 200-201.
- [38.](#) Ruth VIANNA, A informatização da imprensa brasileira, São Paulo, Loyola, 1992, p. 30-32.
- [39.](#) Gaudêncio TORQUATO, Jornalismo Empresarial, São Paulo: Summus, 1984, p. 27-28.
- [40.](#) Walter LIMA, “Webmídia: capítulo paulista da mídia emergente”, em José MARQUES DE MELO e Antonio ADAMI (orgs.), São Paulo na Idade Mídia, São Paulo, Arte & Ciência, 2004, p. 339-348.
- [41.](#) Walter LIMA, “Webmídia: capítulo paulista da mídia emergente”, José MARQUES DE MELO e Antonio ADAMI (orgs.), São Paulo na Idade Mídia, São Paulo, Arte & Ciência, 2004, p. 345.
- [42.](#) Jomar MORAES, “A capital da nova economia”, <<http://www.planetajota.jor.br/sampa.htm>>, Ano V, n. 292, 2/5/2000.

MAPA CAETÉ

A pesar de lançada em território fértil, à margem de canais e lagoas, no final do século XIX, a semente do pensamento comunicacional só germinaria, nas Alagoas, durante o século XX. O plantio foi ousado pelo pioneiro Dias Cabral, adepto da corrente histórica antilusitana, mas as árvores cognitivas só brotariam quando irrigadas pela Geração Alfredo de Carvalho (Marques de Melo, 2012a, p. 327-338).

Seu prócer alagoano foi Joaquim Thomas Pereira Diégues, ufanista assumido, que nutriu os nossos estudos midiológicos, colhendo a primeira semente. Essa árvore frutificaria admiravelmente, ao ser cultivada pela corrente denominada “telúrica”, bem como ao ser enxertada pela “diáspora cate” (Marques de Melo, 2004, p. 69-86).

Integrada, na sequência histórica, por ícones como Craveiro Costa, Abelardo Duarte, Theo Brandão, Moacir Medeiros de Sant’Anna, a “corrente telúrica” vem recebendo contribuições relevantes da autoria de Douglas Apprato Tenório, Luis Sávio de Almeida e Antonio Sapucaia.

Trata-se de árvore frondosa, enxertada a distância pela “diáspora caeté”, composta por figuras emblemáticas da vida provincial. Intelectuais como Octavio Brandão, Costa Rego, Raul Lima, Tadeu Rocha, José Augusto Guerra, Arnaldo Jambo, Valdemar Lima, Ricardo Ramos, Reinaldo Santos, Audálio Dantas, Luitgarde de Oliveira Cavalcanti Barros, Marcelo Ricardo e Marcelo Bulhões contribuíram significativamente.

Adicionamos a este acervo os nossos próprios aportes (Marques de Melo, 2003 e 2004), conscientes do reducionismo teleológico adotado no plano metodológico. Por isso mesmo, revisitamos oportunamente o nosso universo comunicacional para destacar o vanguardismo de Theo Brandão no segmento

folkcomucacional (Marques de Melo, 2008b). Da mesma maneira, esboçamos as histórias de vida de intelectuais santanenses – Valdemar Lima, Tadeu Rocha, Luitgarde O. C. Barros e Marcello Ricardo – que nutriram o pensamento alagoano, ao explorar distintos ângulos comunicacionais, motivados pelas raízes sertanejas (Marques de Melo, 2008b). Sugerindo terrenos inexplorados (comunicações espaciais e comunicação cultural), suscitamos o interesse e a atenção da comunidade historiográfica e sociográfica (Marques de Melo, 2008 e Marques de Melo & Gaia, 2010).

Nosso propósito, para decifrar a esfinge alagoana (Marques de Melo, 2004), é sem dúvida ampliar o território cognitivo ali dimensionado, vislumbrando três novos segmentos: a safra nucleadora – professores-pesquisadores que constituíram as equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos estudos comunicacionais nas universidades alagoanas, integradas por adventícios ou nativos transitórios, bem como pelos que permaneceram ou decidiram fixar-se em Alagoas. Observadores forâneos – pesquisadores pertencentes a outras comunidades nacionais ou estrangeiras que se interessaram por temas ou problemas alagoanos, no campo comunicacional, e os estudaram especificamente, deixando registros bibliográficos. Prata da casa – novos pesquisadores diplomados pelos cursos de comunicação das universidades alagoanas, realizando pesquisas de iniciação científica, graduação e pós-graduação sobre os fenômenos comunicacionais alagoanos ou projetando olhares alagoanos sobre objetos situados em outras geografias, incorporando suas reflexões ao acervo do pensamento comunicacional.

Nossa intenção é, portanto, completar o mapeamento já iniciado, avançando no sentido de lhe dar sustentação biobibliográfica. Nossa meta é construir um acervo de referências socioculturais destinado a subsidiar o trabalho de docentes e estudantes da área de comunicação social, que desconhecem a riqueza da comunicologia alagoana e não valorizam a singularidade da midiologia caeté.

Área pouco explorada, a história do pensamento alagoano não vem acumulando dados fundamentais para nutrir e fortalecer a nossa identidade cultural, numa conjuntura em que o processo de globalização acelerada vem desfigurando a fisionomia das sociedades periféricas e incentivando a mimetização do comportamento metropolitano.

Sem pretender restaurar uma espécie de regionalismo tradicionalista, a pesquisa aqui iniciada destina-se a construir um padrão de conhecimento “glocalizado”, valorizando as ideias enraizadas na cultura alagoana, mas reconhecendo as influências forâneas inexoravelmente assimiladas pela comunidade acadêmica (Marques de Melo & Gaia, 2010).

A meta é completar o “mapa” do conhecimento comunicacional gerado em território alagoano ou pela diáspora caeté, ampliando o universo cronológico já esboçado para incluir as contribuições posteriores ao estabelecimento dos estudos da área nas universidades locais (Marques de Melo, 2004).

Assim sendo, o projeto tem ambição não apenas histórica, mas sobretudo didático-pedagógica, construindo um banco de dados capaz de alavancar o trabalho docente, sem esquecer a necessária revisão crítica dos avanços e recuos denotados no correr do tempo.

Trata-se, evidentemente, de um trabalho de equipe que vem exigindo a participação de pesquisadores situados em diferentes patamares da vida universitária (pós-doutorado, pós-graduação e iniciação científica).

Tomamos como referência inicial as principais fontes geradoras do conhecimento alagoano no campo da comunicação, sobretudo a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Alagoas, do século XIX ao século XXI, assim como a Série Estudos Alagoanos publicada pelo DEC, Departamento Estadual de Cultura, anos 1960, e o Catálogo 2012 da EDUFAL, Editora da Universidade Federal de Alagoas. Foram igualmente valiosas as consultas feitas ao Acervo Moacir Medeiros de Sant’Ann e ao ABC das Alagoas, obra editada pelo Senado Federal.

A metodologia adotada tem nítido perfil híbrido, combinando a análise historiográfica, a exegese político-cultural, bem como a observação participante

Além de estudos bibliográficos indispensáveis nesta primeira fase, vamos recorrer à história de vida para resgatar os perfis intelectuais dos sujeitos do conhecimento comunicacional para fazer oportunamente a análise dos resultados baseados no método comparativo.

Apresentamos, a seguir, perfis dos ícones representativos de três gerações.

7.1. SÉCULO XIX: VISIONÁRIO

João Francisco Dias Cabral nasceu em Maceió, no dia 17/12/1834 e faleceu

na mesma cidade no dia 19/07/1885. Filho de Francisco Dias Cabral e de Maria do Rego Cabral, começou a estudar em Maceió, mas aos quatorze anos transferiu-se para Salvador, completando a formação básica no Colégio Santo Antônio para depois seguir a carreira de médico, diplomando-se em 1856 na Faculdade de Medicina da Bahia. No retorno à terra natal, dedicou-se à clínica médica e ao ensino secundário, vindo a ser Diretor do Liceu de Artes e Ofícios. Vocacionado para a pesquisa científica, participou da fundação do Instituto Archeológico e Geográfico de Alagoas, merecendo a escolha dos seus pares para assumir o cargo de secretário perpétuo daquela associação civil. Ali teve chance de desenvolver estudos e pesquisas, disseminadas através da *Revista do IAGA*, por ele fundada em 1872, projetando a entidade em âmbito nacional.

Publica o primeiro inventário da imprensa alagoana, escrito em 1870 sob a forma de comunicação destinada aos sócios do IAGA. Trata-se do texto fundacional do Pensamento Comunicacional Alagoano, focalizando a implantação e o desenvolvimento da imprensa nas Alagoas, veiculado pela *Revista do Instituto Archeológico e Geográfico de Alagoas*, n. 5, Maceió, Typografia do Jornal das Alagoas, 1874, p. 99-109.

Dias Cabral filia-se à corrente histórica antilusitana, então vigente no país, condenando a obtusidade da colonização portuguesa pelos obstáculos criados à implantação precoce da imprensa, e enaltecendo a tentativa feita pelos invasores holandeses, no século XVII. Defende também a tese de que o espírito nacional só eclodiria após a abdicação de Pedro I, quando o governo transitório (Regência) afrouxou os elos da servidão imperial, propiciando a institucionalização das províncias e permitindo que as localidades assumissem suas próprias identidades.

Em tal contexto, a imprensa adquire função, força, significado. Foi produto desse movimento de afirmação provincial que se criou em Maceió, em 1831, uma sociedade patriótica, destinada a trazer do Recife uma tipografia, onde se publicou no mês de agosto o jornal *Iris Alagoense*, o nosso primeiro hebdomadário.

Embora reconheça o pioneirismo do tipógrafo francês Adolpho Emile de Bois Garin, responsável pelas primeiras edições do jornal alagoano, Dias Cabral enaltece os “decanos dos nossos typográficos”: João Simplício da Silva Maia e Bartolomeu José de Carvalho, aprendizes que rapidamente

dominaram a técnica da impressão em Alagoas.

Assinala com pertinência o clima de coação à liberdade de imprensa, perpetrado pelas oligarquias locais, responsáveis pela fuga precoce do tipógrafo francês, o que voltaria a ocorrer em relação a outros adventícios que protagonizaram a história da nossa imprensa. Seu inventário das iniciativas destinadas ao desenvolvimento da imprensa e do jornalismo em terras alagoanas é marcado pelo reconhecimento das renhidas contendas políticas entre grupos adversários, tornando o exercício do jornalismo uma atividade de risco e a manutenção da imprensa um empreendimento umbilicalmente ligado ao poder público.

Sua conclusão é em certo sentido pessimista, proclamando que, em Alagoas, o solo reservado à imprensa tem sido árido, em face do ambiente de temor enfrentado por aqueles “nobres lutadores” que ousaram praticar o jornalismo. Como jornalista, ele colaborou no *Diário das Alagoas* e no *Diário da Manhã*.

Além de haver delineado o perfil da atividade comunicacional pública, Dias Cabral fez incursões através de outros processos comunicacionais, situados na fronteira daqueles fenômenos rotulados por Luiz Beltrão como folkcomunicacionais. Ele realizou trabalhos de campo destinados a resgatar as contribuições negras, indígenas e lusitanas para a construção de símbolos que forjaram a identidade cultural alagoana.

Alagoas tem uma dívida intelectual com Dias Cabral, primeiro secretário perpétuo do IAGA. Reconhecido como “sábio” por seus contemporâneos, ele peregrinou por diversos territórios cognitivos, legando às novas gerações uma cartografia da cultura alagoana, a ser explorada, aprofundada, continuada.

Esse resgate foi em certo sentido deslanchado por Moacir Medeiros de Sant’Ana (1985) e agora conquista a adesão de Luis Sávio de Almeida (2004). Ambos constroem perfis comparativos, estabelecendo paralelos entre Dias Cabral e dois outros pensadores alagoanos. Sant’Ana compara seu trabalho historiográfico com o de Craveiro Costa, escritor da geração seguinte, enquanto Almeida busca afinidades com seu companheiro Silva Croatá, cofundador do Instituto Histórico de Alagoas.

Dentre suas publicações de interesse para o campo comunicacional, destacam-se: “Esboço histórico acerca da fundação e desenvolvimento da imprensa em Alagoas”, *Revista do IAGA*, v. I, n. 5, p. 99-109 (1874);

“Narração de alguns sucessos relativos à Guerra dos Palmares”, *Revista do IAGA*, v. I, n. 7, p. 1161-1187 (1875); “Esclarecimento acerca da significação de alguns termos da língua tupi, conservados na geografia das Alagoas”, *Revista do IAGA*, v. I, n. 8, p. 202-206 (1876); “Pesquisa rápida acerca da fundação de alguns templos da Vila de Santa Madalena da Lagoa do Sul, agora Cidade das Alagoas”, *Revista do IAGA*, v. II, n. 11, p. 1-11; “Vestígios de uma antiga família estabelecida na Vila de Santa Madalena da Lagoa do Sul”, *Revista do IAGA*, v. II, n. 11, p. 14-25.

7.2. SÉCULO XX: RETIRANTE

Pedro da Costa Rego nasceu em Pilar (1889), transferindo-se, aos 11 anos de idade, para o Rio de Janeiro. Educado pelo tio, o jornalista Antonio José de Oliveira e Silva, fez-se um jornalista dos mais respeitados no Brasil. Foi secretário da agricultura de Alagoas (1912); deputado federal em três legislaturas (1915-1917, 1918-1920 e 1921-1923); governador de Alagoas (1924-1928) e senador (1929-1930 e 1935-1937). Faleceu no Rio de Janeiro aos 65 anos de idade (1954).

Não obstante tenha sido um jornalista que desfrutou de grande prestígio em sua época, Costa Rego vem sendo vítima do esquecimento nacional, como ocorre com tantos outros profissionais da imprensa. Quem lhe faz justiça é Fernando de Azevedo, que o arrola como um dos proeminentes jornalistas brasileiros do século XX, em sua obra clássica *A cultura brasileira*, escrita em 1943 (Azevedo, 1963, p. 697).

Na sua trajetória pública, destacam-se duas facetas: o jornalista e o político. O jornalismo serviu-lhe de escada para ascender na política. As duas atividades confluíram para uma terceira vertente – o escritor –, esta motivada pelo convívio com os literatos que habitavam o cenário do “Correio da Manhã”, estimulando-o à publicação de três livros.

Se o desempenho político de Costa Rego suscitou controvérsias, sua ação jornalística mostra-se consistente e coerente. Foi um profissional sério, disciplinado, rigoroso e respeitado pela sua corporação. Daí o convite que lhe fizeram os dirigentes da Universidade do Distrito Federal, UDF, para implantar a primeira Cátedra de Jornalismo do Brasil.

Sua pedagogia da austeridade fez escola, embora mantivesse, fora da redação do jornal, relações cordiais com seus colaboradores. Ele se tornou

figura lendária na imprensa carioca, motivando depoimentos de seus aprendizes de jornalismo, como Otto Lara Resende e Antonio Callado.

Na década de 1940, o *Correio da Manhã* liderava a imprensa da capital da república. Na cúpula da redação, pontificava uma “República das Alagoas”, chefiada por Costa Rego, e integrada por Aurélio Buarque de Holanda, Graciliano Ramos e Rodolfo Mota Lima. “Mandão, exigente e irritadiço, porém competente, o redator-chefe zelava pela *ortografia da casa*, expressão cunhada por Paulo Bittencourt pra definir o jeito de ser do jornal” (Moraes, 1992, p. 241).

Antonio Callado, que seria o sucessor de Costa Rego da chefia da redação, assim descreve a atuação daquele grupo: “Os alagoanos, na prática, cuidavam do texto. Não tinham nada de ranhetas, não; apenas fiscalizavam a linguagem e o estilo. Naquela época, aprendia-se português muito melhor do que hoje, havia mais consciência do valor da língua” (Moraes, 1992, p. 241).

Se no topo figuravam os alagoanos, o conjunto da redação era formado por uma equipe de qualidade, pois Costa Rego se esmerava em recrutar jornalistas competentes.

O episódio da contratação de Graciliano Ramos para integrar aquela redação é muito emblemático. As relações entre Costa Rego e Graciliano Ramos eram mutuamente respeitadas e cordiais.

“Correndo contra o relógio, Costa Rego e Graciliano Ramos raramente conversavam durante o fechamento. O redator-chefe fazia questão de que seus artigos fossem lidos previamente por Graciliano, que, concentrado na tarefa, com ar grave, desestimulava os que pretendiam abordá-lo” (Moraes, 1992, p. 242).

Eles se conheciam desde os tempos em que haviam militado na política alagoana. Aurélio Buarque de Holanda, o amigo que os reaproximou, neles identificava qualidades literárias, além da origem territorial comum. Cabe-lhe a iniciativa de encorajar Costa Rego para reunir em livro uma seleção dos seus escritos jornalísticos e de seus discursos políticos, convencendo-o do mérito literário que possuíam. Prontifica-se a redigir-lhe o prefácio, onde o designa como “jornalista ideal” pelo cultivo de dois atributos da escrita: precisão e síntese.

Por isso, seu biógrafo não se equivoca ao dizer:

O jornalista e o escritor formavam uma simbiose perfeita. Os artigos, as crônicas e os discursos que produziu, todos se somam na beleza do estilo, que se alicerça em

frases bem construídas. São escritos altamente conceituosos, e muitos chegam a ser antológicos. Alguns deles estão aconchegados nas páginas de *Águas Passadas, Na terra natal e Economia mal dirigida*, dimensionando a arte de escrever do jornalista-escriptor (Sapucaia, 1989, p. 10).

Todavia, para ser completo, seu perfil precisaria incluir a sua atividade docente. Ela se resume, contudo, a um traço no seu registro biográfico.

Mesmo sem ter frequentado nenhum curso superior, já que no Rio estudou apenas no Mosteiro de São Bento, tornou-se professor do Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia, no Rio de Janeiro, lecionando a cadeira de História das Américas, fato este que diz da sua inteligência e da sua capacidade intelectual (Sapucaia, 1989, p. 10).

Quando faleceu, em 1954, a sociedade carioca tributava a Costa Rego homenagem de estadista.

A obra publicada de Costa Rego compõe-se de três volumes. O conteúdo dos dois primeiros, *Na terra natal* (1928) e *Economia mal dirigida* (s/d), refere-se à sua intervenção exclusivamente na política.

Somente *Águas passadas* (1952) contém pistas da sua atuação jornalística. Ela inclui também o ensaio que produziu em 1930, *Como foi que persegui a imprensa*, defendendo-se das acusações dos seus adversários na política alagoana de que havia perseguido a imprensa durante sua gestão governamental.

O livro tem duas partes. A primeira é uma coletânea de discursos e ensaios sobre temas diversos. A segunda enfeixa as notas da viagem que o autor fez à Europa em 1948.

Do conjunto da obra, quatro capítulos são dedicados especificamente ao jornalismo. Três são peças de oratória e um se configura como ensaio de combate (melhor dizendo: de defesa) política. Examinando cada um desses textos, é possível identificar as concepções jornalísticas esposadas por Costa Rego. Elas estão situadas em quatro eixos temáticos: a) Natureza do jornalismo; b) Missão do jornalista; c) Direito de resposta; d) Relação entre imprensa e governo. Quem fez a exegese do seu pensamento jornalístico foi a jornalista Lidiane Diniz, em dissertação de mestrado defendida em 2010 na Universidade Metodista de São Paulo.

7.3. SÉCULO XXI: TELÚRICO

Douglas Apratto Tenório nasceu em São Miguel dos Campos, no dia 1º de

janeiro de 1945, onde cursou o primeiro grau. Transferindo-se para Maceió, completou sua formação secundária no Colégio Guido Fontgalland e graduou-se em História na Universidade Federal de Alagoas. A pós-graduação foi realizada na Universidade Federal de Pernambuco, onde obteve os títulos de mestre e doutor em História.

Sua carreira acadêmica foi desenvolvida na UFAL, onde galgou os postos mais elevados na escala docente como professor de História do Brasil e no plano da gestão pública como diretor de instituto e secretário de Estado. Obteve reconhecimento intelectual, ocupando cadeiras vitalícias na Academia Alagoana de Letras e no Instituto Histórico de Alagoas, entre outras distinções. Atualmente é vice-reitor da mais importante universidade comunitária do Estado, CESMAC, Centro Universitário de Maceió.

Data de sua temporada pernambucana o interesse pelos fenômenos comunicacionais, seja no âmbito da comunicação cultural (imprensa), seja no domínio da comunicação espacial (ferrovias). Uma de suas primeiras experiências investigativas foi a repartição de tarefas que propôs ao colega de mestrado, Pedro Teixeira, quando desafiados pelo mestre Armando Souto Maior a inventariar os vestígios da imprensa alagoana do fim do século XIX nos arquivos públicos pernambucanos. Eles apresentaram em dupla o trabalho na sala de aula, optando Douglas por converter sua parte da pesquisa em livro que circulou na academia em 1977.

É justamente nessa obra da mocidade que Douglas esboça seu pensamento comunicacional, vislumbrando o desenvolvimento da imprensa alagoana como parte integrante de uma conjuntura bafejada pelos “ventos da modernização” do estado de Alagoas.

Diferente da maioria dos pensadores nacionais, que desenvolveram ideias fragmentadas, Douglas Apprato mostra-se propenso a pensar holisticamente os fenômenos comunicacionais, não estabelecendo fronteiras entre as comunicações espaciais (transportes) e as comunicações culturais (mídia).

Reconstituindo o “surto de melhoramentos” que ocorreu em Maceió e em cidades do interior, ele não perde de perspectiva as redes de locomoção urbana e as vias de comunicação intermunicipais e interestaduais (estradas de rodagem, portos, ferrovias etc.) como elementos da infraestrutura providencial para o transporte de mercadorias, pessoas, notícias e ideias.

Nesse sentido é que Apprato concebe a imprensa não apenas como “fonte

histórica”, mas como instituição dinamizadora do progresso local, alavancado pelas suas vanguardas culturais.

O desafio de resgatar a explicitação do seu pensamento comunicacional pressupõe um recorte na sua prolífica historiografia. Por isso mesmo, vou me limitar a um segmento específico, ou seja, o bloco de livros em que faz disseminação científica, dialogando extrapares.

Trata-se de uma amostra constituída por três obras: *Capitalismo e ferrovias no Brasil* (1979), *A tragédia do populismo* (1993) e *Metamorfose das oligarquias* (1997), aos quais vou me referir, no correr desta análise exploratória, respectivamente, de modo abreviado: “Ferrovias”, “Populismo” e “Oligarquias”.

É justamente em “Ferrovias” que Douglas mostra a natureza holística da sua compreensão do fenômeno da comunicação, embora privilegie a visão infraestrutural, reservando aos demais a ênfase para os fatores superestruturais.

Em “Ferrovias”, o fenômeno social da comunicação recebe tratamento substantivo, catalisando o foco de metade dos capítulos, sendo que em cinco o autor conceitua, problematiza e argumenta a propósito das “comunicações físicas” (os caminhos de ferro em Alagoas, nordeste, Brasil e Inglaterra), deixando apenas um para apreender o sentido das “comunicações culturais” (a imprensa como fonte histórica).

Sua tese é a de que as ferrovias cumpriram papel decisivo na dinamização de economias dependentes e autárquicas, conduzindo aos portos marítimos as mercadorias produzidas no interior do país e ao mesmo tempo transportando produtos culturais gerados além mar para abastecer a mídia nacional ou então para difundir a cultura de massa junto aos consumidores potenciais. Essa dupla face é reconhecida pelo autor, que assim indica a essência do referido livro.

Nas duas obras posteriores, a comunicação figura secundariamente, sendo incluída como fator adjetivo e elemento complementar da sociedade alagoana, no apagar das luzes do século XIX e durante todo o século XX. No bojo dessas mudanças estão os aparatos midiáticos.

Em “Oligarquias”, o viés comunicacional que suscita maior atenção é o uso intensivo da imprensa como instrumento de poder ou como arma para neutralizar a ação política dos adversários. É o que o oligarca Euclides Malta

não hesitou em usar para se fortalecer politicamente.

Para fazer frente às duras acusações da imprensa adversária, Euclides adquiriu equipamentos modernos e importados para o jornal *A Tribuna*, que passou a ser o mais bem dotado do estado. Por meio da máquina administrativa, ajudava os outros órgãos que adotavam uma linha de discreto apoio a seu grupo ou, no máximo, se mantinham equidistantes das críticas, e por outro lado dificultava a vida dos persistentes jornais de oposição (Apprato, 1997, p. 98).

Finalmente, convém prestar atenção à advertência feita por Douglas Apprato, relativizando o fator comunicacional num processo extremamente complexo e multifacetado:

[...] o fenômeno oligárquico é mais complexo; não se restringe apenas a indivíduos ou a famílias que governam indefinidamente o Estado. É preciso também sentir as transformações por que passa uma sociedade que sai aos poucos do casulo agrário-isolacionista para uma timidíssima urbano-industrialização. Faz-se necessário conhecer mais amplamente a formação histórica de Alagoas e a evolução da nossa sociedade, desde os primórdios do período colonial, quando se consolidou a ocupação e a propriedade da terra. É preciso ir mais além, percorrer a modernização da última metade do século XIX, com a revolução nos transportes ferroviários e na navegação e chegar até o advento da República (Apprato, 1997, p. 131).

Sua bibliografia é composta por inúmeros títulos, dos quais são importantes o livro-reportagem *A tragédia do populismo* (Maceió, Edufal, 1995) e os ensaios sobre *Capitalismo e ferrovias no Brasil* (Curitiba, HD Livros, 1996) e *Metamorfose das oligarquias* (Curitiba, HD Livros, 1997). Também vale a pena incluir o álbum-memória *Redescobrimos a cartofilia alagoana* (Recife, Massangana, 2008), escrito em parceria com Carmen Lúcia Dantas.

Uma lista exaustiva de seus livros e artigos publicados em revistas pode ser consultada no *ABC das Alagoas*, tomo I, p. 81-83, de autoria de Francisco Reinaldo Amorim de Barros (Brasília, Senado Federal, 2005).

Além de publicar artigos de divulgação na imprensa alagoana – *Revista Mocidade*, *Jornal de Alagoas*, *Diário de Alagoas*, *Jornal de Hoje* e *Correio de Maceió* –, Douglas Apprato coordenou algumas séries históricas que repercutiram intensamente em Alagoas, com o apoio da *Gazeta de Alagoas*, onde foram inseridos os fascículos respectivos. As mais recentes foram intituladas *Enciclopédia municípios de Alagoas* (2006) e *Memória cultural de Alagoas* (2001). A primeira inventariou o passado e o presente de todos os municípios integrantes das 16 microrregiões geopolíticas de Alagoas. A segunda focalizou as trajetórias de 25 intelectuais alagoanos que se

projetaram na cultura brasileira. Elas foram precedidas pelo documentário *Memória Legislativa*, também encartado semanalmente no jornal das Organizações Arnon de Mello, em 1999, contendo os perfis biográficos de parlamentares emblemáticos do nosso Estado.

PARTE

II

CALEIDOSCÓPIO METODOLÓGICO

EMPIRISMO

Enquanto espaço aglutinador de estudos que focalizam as interações simbólicas entre pessoas, instituições e comunidades, a Comunicação ainda carece de precisão conceitual, donde surge a dificuldade de estabelecer marcos cronológicos. Mesmo assim, torna-se indispensável esboçar fronteiras para guiar o itinerário das novas gerações.

8.1. CRONOLOGIA

Quando aparece o campo da comunicação? O objeto de estudo parece evidente no mundo ocidental, através da obra de Marco Fábio Quintiliano, autor de *Institutionis Oratoriae*, composta por doze livros, configurando o “acontecimento intelectual mais importante da última década do século primeiro da nossa era” (Ortega, 1996, p. 11). Porém, a constituição do campo tem sido motivo de controvérsia entre os historiadores.

Jorge Pedro de Sousa (2009, p. 60) credits esse mérito a Tobias Peucer, autor da tese doutoral *De relationibus novellis*, defendida na Universidade de Leipzig, Alemanha (1690). Armand Mattelart (1995, p. 11) atribui a primazia aos enciclopedistas franceses, argumentando que Diderot, D’Alembert e seus pares legitimaram o novo campo de estudos, catalogando-o como “ciência de comunicar”, tanto no *Discours préliminaire* (1751) quanto no corpo da *Encyclopedie des sciences, des arts et des métiers* (1772). Por sua vez, Everett Rogers (1995) reconhece Wilbur Schramm como o “verdadeiro fundador do campo”. Sua justificativa enaltece a assessoria que ele prestou à comunidade internacional, respaldando a ofensiva bélica norte-americana para neutralizar a propaganda nazista durante a II Guerra Mundial.

Não faltam, contudo, os que preferem buscar marcos internacionais,

simbolizando a constituição de uma comunidade acadêmica, que vem funcionando, há meio século, como ponto de referência para os que pesquisam e produzem conhecimento comunicacional no mundo inteiro. São considerados seus artífices os franceses Jacques Kayser e Fernand Terrou, convidados pela UNESCO para assessorar suas estratégias de comunicação, incluindo a criação da *International Association for Mass Communication Research*, meta alcançada em Paris, 1957.

Pertencendo a essa comunidade desde a fundação, o Brasil teve em seu representante, Danton Jobim, uma espécie de “cardeal” do jornalismo, que além desse papel fundador, desempenharia mais tarde uma função-chave na sedimentação do campo da comunicação no próprio país.

A História do campo comunicacional brasileiro pode ser concebida em três fases que refletem a marcha civilizatória da nossa sociedade. Estruturadas em períodos sintonizados com o tecido da nossa identidade cultural, elas estão descritas, a seguir, no quadro do empirismo comunicacional brasileiro (Marques de Melo, 2011).

8.1.1. Empirismo difuso

1. Período cabralino – europeização: desde a chegada de Pedro Álvares Cabral (1500) até a expulsão dos Jesuítas (1759), exploradores e missionários percorreram o nosso território, deixando registros sobre os resquícios das sociedades indígenas ou sobre as inscrições atribuídas aos aventureiros que por aqui passaram. O mais preciso roteiro desse período encontra-se no livro de Luiz Beltrão – *Comunicação e folclore* (São Paulo, Melhoramentos, 1970). Pistas utilitárias para melhor discernir sua fisionomia podem ser encontradas em obras de referência como as de Alfredo de Carvalho, *Pré-história sulamericana* (Recife, 1910), *Aventuras e aventureiros no Brasil* (Rio de Janeiro, Pongetti, 1920), Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e fronteiras* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1957), Egon Schaden, *Aculturação indígena* (São Paulo, Pioneira, 1969). Ainda que ignorando conscientemente o espaço lusitano, vale a pena consultar, para fins comparativos, a antologia organizada por Luis Ramiro Beltrán, *La comunicación antes de Colón* (La Paz, Cibec, 2008).
2. Período pambalino – lusitanização: a ascensão do Marquês de Pombal ao comando do governo português (1750) representa de fato o início da

colonização portuguesa no Brasil. O conhecimento existente sobre o período focaliza o declínio da “língua geral” (tupi-guarani) e a difusão compulsória da língua portuguesa como código de comunicação ensinado nas escolas públicas instaladas em locais estratégicos do território nacional. Discute também a natureza da comunicação persuasiva instituída nos processos de evangelização das tribos indígenas, bem como o fluxo das ideias que penetravam na população colonizadora, contrabandeadas nos porões dos navios ou introduzidas clandestinamente na bagagem dos visitantes estrangeiros. Esse período está bem delineado na obra pioneira de Carlos Rizzini, *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil* (Rio de Janeiro, Kosmos, 1946), e contextualizado por Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1948) e por Maria Beatriz Nizza da Silva, *Cultura no Brasil colonial* (Petrópolis, Vozes, 1981), sendo útil, para entender suas variáveis, a consulta a fontes canônicas como aquelas de autoria de Teodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional* (Salvador, Câmara Municipal, 1955), José Honório Rodrigues, “A vitória da língua portuguesa no Brasil colonial”, ensaio incluído no livro *História viva* (São Paulo, Global, 1985, p. 11-48), Barbosa Lima Sobrinho, *A língua portuguesa e a unidade do Brasil* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1958), mas também o estudo monográfico de Carlos Guilherme Mota, *A ideia de revolução no Brasil* (Rio de Janeiro, Globo, 2008).

3. Período joanino – brasilianização: ao proclamar o Brasil como Reino Unido a Portugal, abrindo os nossos portos às “nações amigas” (1808), o Príncipe Regente, logo depois coroado como D. João VI, criava condições para superar o estatuto colonial e caminhar em direção à independência política. O saber acumulado focaliza a nossa autonomia comunicacional, tornando a língua portuguesa um idioma mestiço, ao incorporar palavras e sentidos oriundos das línguas nativas e dos dialetos africanos. Privilegia também o impacto da imprensa na formação da identidade nacional e os embates dos seus editores com a censura governamental. Período rico e extenso, sua compreensão pode ser facilitada pela leitura de obras gerais como as de Maria Beatriz Nizza da Silva, *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro – 1808-1821* (São Paulo, Nacional, 1977), e de Antonio Costella, *O controle da informação no Brasil* (Petrópolis, Vozes, 1970), ou de estudos específicos como os de Isabel Lustosa, *Insultos impressos* (São Paulo, Cia.

das Letras, 2000) e de Maria Beatriz Nizza da Silva, *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade* (Rio de Janeiro, EdUERJ).

8.1.2. Empirismo concreto

4. Período barbosiano – cognição: gênese da conversão dos fatos comunicacionais em objeto de estudo sistemático. O lócus desse período é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde o Cônego Januário da Cunha Barbosa os inclui na agenda investigativa (1839), difundindo seus resultados nas páginas da Revista do IHGB ou nos livros publicados pelos sócios. Trata-se de iniciativa que seria continuada, após seu falecimento (1846), pelo Cônego Fernandes Pinheiro, também estudioso da persuasão cristã nas sociedades indígenas, além de se haver interessado pela questão da imprensa, publicando artigo (1859) que provocou celeuma na historiografia nacional. O pano de fundo da historiografia cultivada pelo IHGB pode ser visto em duas obras escritas em distintos contextos: José Honório Rodrigues faz um inventário da gênese e do desenvolvimento institucional em *A pesquisa histórica no Brasil* (São Paulo, Nacional, 1969), enquanto Astor Antônio Diehl, em *A cultura historiográfica brasileira* (Passo Fundo, Ediupf, 1998), realiza uma exegese crítica do pensamento histórico ali estimulado.
5. Período lacerdiano – aplicação: a luta pela inclusão do saber jornalístico no sistema educativo, iniciada pelo repórter Gustavo de Lacerda, fundador da Associação Brasileira de Imprensa (1908), converte a ABI em alavanca do conhecimento aplicado à profissão e dos debates sobre as dimensões socioculturais ou político-econômicas do jornalismo. Fontes autorizadas para entender o complexo institucional que caracteriza a ABI são os livros de Fernando Segismundo, *ABI, 80 anos* (Rio de Janeiro, Unigraf, 1988), e de Edmar Morel, *A trincheira da liberdade: História da ABI* (Rio de Janeiro, Record, 1985).
6. Período liberiano – formação: ao instituir a primeira Faculdade de Jornalismo do país (1943), o empresário Cásper Líbero (1943) induz o Estado a reconhecer as demandas industriais, fortalecidas pela criação da Escola Superior de Propaganda (1951). Convertido em segmento universitário que se alastrou rapidamente em todo o país, tais unidades de ensino passam a formar especialistas nos ramos emergentes desse setor

produtivo. Os cenários desse período estão resgatados na coletânea organizada por José Marques de Melo, *Pedagogia da comunicação: matrizes brasileiras* (São Paulo, Angellara, 2006).

8.1.3. Empirismo abstrato

7. Período beltraniano – área de pesquisa: o projeto pedagógico implantado por Luiz Beltrão na Universidade Católica de Pernambuco (1961) tem como alicerce o trabalho de pesquisa, dando novo sentido ao jornalismo, compreendido como disciplina integrante do conjunto das ciências da comunicação. O panorama desse período foi esboçado por José Marques de Melo em *Contribuições para uma pedagogia da comunicação* (São Paulo: Ed. Paulinas, 1974).
8. Período jobiniano – campo intelectual: superação do estágio atomizado em que se desenvolveram os segmentos produtivo, associativo e acadêmico para assumir personalidade conglomerada. O ponto de partida foi o congresso nacional de comunicação, liderado por Danton Jobim, estimulando a integração laboral e a interdisciplinaridade investigativa (Rio de Janeiro, ABI, 1971), finalmente reconhecida pelo Estado, promotor da I CONFECOM – Conferência Nacional de Comunicação (Brasília, 2010). Fontes recomendadas: Margarida Kunsch, *O ensino de comunicação* (São Paulo, ABECOM, 1992) e *Ensino de comunicação* (São Paulo, ECA-USP, 2007), Marques de Melo, *Pesquisa em comunicação no Brasil* (São Paulo, Cortez, 1983), e Vassalo de Lopes e outros, *Pensamento comunicacional brasileiro* (São Paulo, INTERCOM, 2005).
9. Período pós-jobiniano – comunidade acadêmica: a publicação do *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil – 2000-2010*, em Brasília (IPEA, 2011), sinaliza um novo período do campo, antecipando a inserção soberana do Brasil na comunidade acadêmica da área, como se torna evidente na realização do I Congresso Mundial de Comunicação Íbero-americana (São Paulo, 2011). Pistas para vislumbrar esse período estão disponíveis na obra coletiva organizada por Marques de Melo, *O campo da comunicação no Brasil* (Petrópolis, Vozes, 2009).

8.2. LITURGIA

Na expectativa de atrair jovens pesquisadores para a exploração e análise

dos indicadores aqui apresentados, vamos incluir algumas notas sobre o protagonismo dos personagens que estão situados nas pontas dessa cronologia histórica. Trata-se de figuras que perfilam uma espécie de liturgia do campo comunicacional: no início, dois cônegos que foram convertidos em arautos da nossa Historiografia; no período transicional da última fase, o “cardeal” ungido pela profissão e pela academia para nos representar no cenário mundial.

8.2.1. Cônegos

O cônego Januário da Cunha Barbosa assume a dianteira desse novo campo do saber, promovendo, em 1839, na fundação do IHGB, a inclusão dos fenômenos comunicacionais na agenda da instituição. Evidenciados nas edições da Revista do Instituto, tais estudos teriam continuidade com os estudos do Cônego Fernandes Pinheiro e de vários outros intelectuais.

Clérigo prestigiado pela hierarquia eclesial e jornalista combativo respeitado pela elite política, Cunha Barbosa tinha o dom da oratória, tomando parte ativa na campanha pela independência, ao lado de José Bonifácio. Companheiro de Gonçalves Ledo na fundação do jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, foi preso e deportado, só retornando ao país em 1824, quando foi nomeado Capelão Imperial, vindo a participar, como cofundador, da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838.

O relatório lido no dia 25 de maio de 1839 trata das inscrições rupestres existentes na Pedra da Gávea (Rio de Janeiro), cuja autoria fora atribuída a navegadores fenícios que teriam visitado o Brasil antes de Cabral. O parecer do cônego é taxativo: “os caracteres [...] não apresentam semelhança alguma de uma inscrição fenícia, cananeia, cartaginesa ou grega”. Parecendo “sulcos gravados pelo tempo, entre dois veios de granito”, lembram os historiadores do IHGB que “os fenícios escreviam da direita para a esquerda” (Costa, 1942, p. 414).

Estudos dessa natureza seriam desenvolvidos, em outros lugares e em outros tempos, por pesquisadores interessados na dinâmica da comunicação pré-cabralina. O inventário preliminar feito por Angyone Costa (1942, p. 429-430) sobre “as inscrições lapidares de fundo indígena” demonstra que alguns pesquisadores pretendem nelas discernir a “ideologia selvagem”. Daí a advertência: cumprindo papéis bem mais prosaicos, tais registros perfilam

função diversional – “distração de índio” – ou utilitária – “comunicação de lugar” –, quando não se limitam ao âmbito meramente informativo – “comunicado de acontecimento ou de passagem”.

O legado do cônego Cunha Barbosa não se limita às inscrições petrográficas, incluindo outras dimensões da comunicação no Brasil pré-cabralino. Enfeixada no livro *Investigações sobre as povoações primitivas da América* – essa contribuição balizou o trabalho de outros pesquisadores de sua época, tendo em vista a credibilidade granjeada pelo autor, considerado por José Honório Rodrigues (1969a, p. 38) como o “primeiro teórico e prático da pesquisa histórica” nacional.

Coube-lhe o privilégio de agendar a questão da “colonização do índio”, problematizando a “propagação do cristianismo” e revisando empiricamente as estratégias de catequese empregadas pelos jesuítas. O cônego adota uma linha de conduta caracterizada como “humanismo racional que expressa uma razão antiescravista” (Lindoso, 1990, p. 85), identificando, nas festas indígenas, impregnadas pela alegria contagiante implícita nos cantos e danças, formas de resistência passiva ao regime de trabalho compulsório e de confinamento educativo imposto pelos colonizadores.

Se a pesquisa sobre inscrições lapidares vai ter continuadores do porte de Alfredo de Carvalho (1910), Ladislau Neto (1885) ou Valle Cabral (1887), o estudo crítico sobre a propaganda jesuítica teria no Cônego Fernandes Pinheiro seu principal herdeiro temático.

Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro nasceu no Rio de Janeiro, em 1825. Teve formação eclesiástica, conquistando, por concurso, a cátedra de Retórica do Colégio Imperial de Petrópolis. Exerceu também o jornalismo, tornando-se um dos principais artífices do “ensaísmo histórico”. Publicou volumosa obra literária, sendo um dos pioneiros na produção de obras didáticas que embasaram o preparo intelectual de várias gerações.

Segundo Joaquim Ribeiro (1958, p. 115), seu principal mérito foi o de “antecipador em relação a diversos aspectos da nossa vida retrospectiva”.

Como era homem douto e de larga erudição, só tomava para estudos aspectos mal interpretados e obscuros de nossa historiografia. [...] Não há dúvida de que abriu caminhos para os historiadores futuros. [...] Versando temas parciais do nosso passado, [...] tornou-se, pelo mérito de suas achegas, uma das fontes fundamentais para a nossa historiografia especializada (p. 100-101).

Trata-se de argumento endossado por Werneck Sodré (1964, p. 326-327):

E não era a literatura tão desinteressante, no tempo, que já não merecesse o exercício da crítica, das reconstituições históricas e biográficas... [...] Nesse sentido, não é possível desmerecer a tarefa de um Fernandes Pinheiro... [...] É digna de atenção, entretanto, a tarefa daqueles iniciadores que reuniram os dados, ordenaram a matéria, estabeleceram paralelos, discriminaram influências – tudo dentro de uma deficiência natural que os levou à parcialidade. [...] Tais trabalhos [...] são indicações precisas de um desenvolvimento literário que exigia um grande esforço dos seus raros cultores.

Ingressando no IHGB em 1834, dois anos depois ele apresenta aos pares a dissertação “Breves reflexões sobre o sistema de catequese seguido pelos jesuítas no Brasil”, publicado na Revista, tomo XIX, 1836, p. 379-397. Trata-se de uma defesa convicta das estratégias de propaganda religiosa praticadas pelos discípulos de Santo Inácio de Loyola no Brasil-colônia. Rejeitando a tese de Varnhagen sobre a natureza da filantropia jesuítica, implantada através de “meios violentos”, o jovem cônego assegura que a congregação dos inacianos recorria a meios “suasórios” para converter os indígenas ao cristianismo, conduzindo-os à civilização.

Sua peroração final não deixa margem a dúvidas a respeito do endosso que o historiador confere aos métodos da catequese jesuítica, cuja interrupção pelo governo pombalino contribuiu, do seu ponto de vista, para a “aniquilação” das comunidades indígenas antes aldeadas. Por isso mesmo, Fernandes Pinheiro diz que a tábua de salvação dos nativos brasileiros seria o resgate das “tradições da catequese jesuítica” naturalmente escoimados os “abusos que nela se haviam introduzido”.

O Cônego voltaria a analisar a questão indígena e outras correlatas em sua vasta bibliografia, que está à espera de um jovem engajado na iniciação científica, disposto a ordenar e selecionar sua fortuna intelectual.

8.2.2. Cardeais

Os estudos sobre os processos de comunicação se desenvolveram, em nosso país, desde meados do século XIX, mas na verdade a noção de “campo” data dos anos 1970. Até então, as práticas sociais e os respectivos estudos produzidos pela academia eram segmentados pelas disciplinas que compõem o universo das ciências da comunicação. Vários fatores convergem para a nova forma de organização do trabalho e do conhecimento.

O detonador desse movimento de reconhecimento nacional foi o então Presidente da ABI, que promoveu, no Rio de Janeiro, em 1971, o I Congresso

Nacional de Comunicação. Esse emblemático congresso foi concebido, convocado e realizado por iniciativa de Danton Jobim, personagem hoje desconhecido das novas gerações.

Figurando entre as principais lideranças jornalísticas da sua geração, sua presença no segmento erudito se deu a partir de 1938. Danton publicou seu primeiro livro, intitulado *Problemas do nosso tempo*. Nele faz reflexões críticas sobre o jornalismo e a política, distanciando-se do marxismo-leninismo, referencial que marcara sua trajetória política no período 1923-1934.

Lança o segundo livro, denominado *A experiência Roosevelt e a revolução brasileira*, traduzido para o inglês com o título *Two revolutions*. Publica em 1942 novo livro de jornalismo internacional – *Para onde vai a Inglaterra?* –, resultado de sua atuação como repórter e analista do *front* europeu durante a Segunda Guerra Mundial.

Mas sua adesão ao território universitário somente se daria no fim dessa década, período marcado pelo fim do conflito bélico internacional, pela deposição do ditador Getúlio Vargas e pela retomada da vida democrática no território nacional.

Em 1948, participa como docente fundador do curso de Jornalismo da Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Tinha como assistente seu colaborador no jornal *Diário Carioca*, o jornalista Pompeu de Souza. A dupla Danton-Pompeu transfere para a universidade o cabedal de conhecimentos acumulados no exercício da profissão, com a intenção de formar uma nova geração de jornalistas.

A conquista do *status* acadêmico foi responsável, em grande parte, pelo reconhecimento internacional que daria relevo à sua trajetória intelectual. Esse itinerário começa em 1952, quando ele recebe o Prêmio Maria Moors Cabot, atribuído anualmente pela Universidade de Columbia a jornalistas latino-americanos que se destacam na luta em defesa da liberdade de imprensa.

No ano seguinte (1953), Danton Jobim é convidado para atuar como Professor Visitante da Universidade do Texas, onde ministra curso sobre Jornalismo Latino-Americano. Suas aulas despertam grande interesse nos professores e alunos pelo ineditismo da análise que focalizava a natureza mestiça do jornalismo praticado no Brasil. Ele esboça o perfil singular do

jornalismo brasileiro, enraizado na tradição francesa do jornalismo opinativo e atualizado pelas influências do jornalismo informativo norte-americano, assimiladas intensivamente no pós-guerra, quando a América Latina se converte em satélite da economia e da cultura dos EUA.

Como resultado dessa experiência bem sucedida na Universidade do Texas, ele se converte no primeiro acadêmico brasileiro a publicar artigo na conceituada revista *Journalism Quarterly* (vol. 31, n. 1, 1954), p. 61-66, sob o título *French and US Influence Upon the Latin American Press*. Trata-se da síntese de suas preleções, editada pelo renomado pesquisador Robert Desmond, consultor internacional da UNESCO para o campo da comunicação de massa e responsável pela seção de comunicações estrangeiras do referido periódico científico, patrocinado pela Association for Education in Journalism, AEJ.

Contudo, a sua consagração acadêmica iria efetivamente ocorrer em 1957, na cidade de Paris. A convite de Jacques Kayser, o mais importante cientista da comunicação da sua época, também assessor da UNESCO, como Desmond, ele atua como Professor Visitante na Sorbonne. Ali publicou o livro *Introduction au journalisme contemporain*, com prefácio do famoso Kayser. Nesse mesmo ano, participa, na sede da UNESCO, da já mencionada conferência mundial, reunida com a intenção de fundar a IAMCR, International Association for Mass Communication Research, sendo eleito para compor a primeira diretoria da entidade (Marques de Melo, 2007 e 2008).

Ungido pelo reconhecimento internacional, tanto na França quanto nos Estados Unidos, Danton Jobim assumiria papel decisivo na construção do espaço acadêmico que desaguaria na constituição do campo comunicacional brasileiro.

Esse novo ciclo começa em 1958, quando ele participa, em Quito, Equador, da reunião preparatória para a fundação do CIESPAL, Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para a América Latina. Jobim chegou a cogitar, em diálogo com as lideranças da UNESCO, a possibilidade desse novo organismo internacional vir a ter sua sede no Rio de Janeiro. Infelizmente, não encontrando muito apoio, desistiu de levar adiante a iniciativa.

Porém, entusiasmado com a boa repercussão de suas ideias jornalísticas no

exterior, Danton anima-se a divulgá-las também no Brasil. Em 1960, publica o livro *Espírito do jornalismo* (Rio de Janeiro, Livraria São José), contendo a tradução das suas conferências parisienses e outros ensaios. Reeditado pela EDUSP, em 1992, esse livro integra a coleção “Clássicos do jornalismo brasileiro”, tendo recebido excelente introdução escrita por Carlos Eduardo Lins da Silva.

Em 1961 ele publica em Quito, Equador, seu livro *Pedagogia del periodismo: Métodos de enseñanza orientados para la prensa escrita*, resultado do curso ministrado no CIESPAL no ano anterior. Rapidamente esgotada, por se tratar de obra inédita e ousada, a segunda edição circula em 1964.

Mas a valorização do potencial pedagógico demonstrado internacionalmente por Jobim não produz ecos recompensadores no interior da academia brasileira. Aliás, a própria conjuntura política mostrou-se desfavorável. Com o golpe militar de 1964, as perspectivas de florescimento intelectual no país eram desmotivadoras, quando não assumiam formato nitidamente castrador.

Compreende-se, dessa maneira, que o nosso personagem tenha reduzido seu ímpeto acadêmico, buscando compensações no terreno da política, onde viria a ter um papel relevante na resistência democrática ao crescente autoritarismo que se projetou em todo o Cone Sul da América.

São, portanto, episódicos ou burocráticos os registros de sua participação final no mundo acadêmico. Por exemplo, em 1968, ao ser criada a Escola de Comunicação da UFRJ, a partir da estrutura do primitivo curso de Jornalismo da Universidade do Brasil, ele assume o cargo de vice-diretor.

No ano seguinte, afasta-se do cargo de vice-diretor da ECO para assumir seu primeiro mandato de Senador. Danton Jobim permaneceu lecionando na instituição e participando de atividades acadêmicas, na medida do possível, até sua morte, em 1978.

Mas tudo indica que quis dar ao seu canto de cisne um sentido público, promovendo o congresso de 1971 para reivindicar do Estado políticas de comunicação capazes de corrigir as distorções remanescentes no sistema nacional.

Pelo menos é isso que transparece no seu discurso de encerramento. Três ideias-chave definiram sua compreensão do evento: juventude,

desenvolvimento e democracia. As ideias privilegiadas pelo orador podem ser resumidas da seguinte maneira: 1. Celebrou a maturidade da “juventude” que participou ativamente dos debates; 2. Enfatizou que o “desenvolvimento” só pode ser alcançado com “democracia” e comunicação; 3. Reivindicou uma “política global de comunicação”, para a formulação da qual contribuiriam as teses endossadas pelo congresso.

Proclamado pelo seu idealizador como um “acontecimento histórico na vida da ABI”, o I Congresso Nacional de Comunicação realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, no período de 11 a 16 de setembro de 1971, reunindo jovens professores e pesquisadores que ocupariam nos anos seguintes papéis decisivos na constituição do campo acadêmico da comunicação no Brasil. A consulta aos *Anais do 1º Congresso Nacional de Comunicação* (Rio de Janeiro, ABI, 1971) comprova plenamente essa hipótese.

Contudo, a importância política desse congresso está explícita na epígrafe de discurso de abertura proferido por Danton Jobim: “Por uma política nacional de comunicação no Brasil”. Trata-se do “desafio do seu tempo”, que a seu ver, a ABI acolhia patrioticamente, argumentando que “deixar a iniciativa a cargo exclusivamente do Governo é até perigoso, porque conduz inevitavelmente à hipertrofia do Estado, em detrimento da democracia”.

EXPERIMENTALISMO

A pesquisa experimental constitui-se, segundo Duverger (1962, p. 99), como uma experiência “provocada e controlada”, gerando saber utilitário. Esse conhecimento é produzido por pesquisadores que “observam” de forma rigorosa e sistemática os fenômenos, submetendo seus relatos ao julgamento dos pares, na especialidade, com a intenção de validá-los corporativamente.

No campo da comunicação, a natureza da pesquisa experimental foi previamente descrita por Marques de Melo (1970, p. 98) como “experiências controladas, em grupos de receptores ou em mercados-piloto, com a finalidade de testar mensagens ou avaliar o impacto de canais”. A seguir, seleciona algumas das experiências relevantes.

É o estudo de um novo jornal ou revista, cuja edição zero se distribui a uma amostra de leitores em potencial, que apresentam críticas e sugestões depois de efetuar a leitura. É o estudo de um novo programa de televisão, exibido em circuito fechado a um grupo especial de telespectadores, que emitem opiniões, ou apresentam reações determinadas.

A quem interessa esse tipo de pesquisa? Principalmente aos tomadores de decisão nos processos comunicacionais, que delas se valem para fazer investimentos, orientar planejamento, supervisionar recursos humanos, mas também para treinar os futuros profissionais da área.

9.1. SINGULARIDADE BRASILEIRA

No Brasil, o universo da pesquisa orientada para experimentar produtos, campanhas e veículos desenvolveu-se fora das muralhas universitárias, contrastando com a matriz norte-americana, onde esse filão investigativo nasceu dentro do próprio *campus*. A metodologia para aferição da audiência

da mídia eletrônica está enraizada na tese de doutorado que Georges Gallup defendeu na Universidade de Iowa nos anos 1930, sendo posteriormente importada pelo fundador do IBOPE, Auricélio Penteado, que a adaptou para a realidade brasileira. Hoje, existem no país dezenas de empresas que realizam pesquisas dessa natureza, prestando serviços aos gestores midiáticos.

O interesse da academia pela pesquisa experimental remonta aos anos 1980, quando os órgãos federais de fomento ao ensino superior instituem a obrigatoriedade dos equipamentos didáticos nos cursos de comunicação. Vivíamos uma conjuntura marcada pela tecnofobia e pelo teorismo. “Apesar da hegemonia então exercida pelos adversários do empirismo, a força da lei atuou no sentido de estruturar atividades de ensino comprometidas com a aplicação prática dos conhecimentos assimilados pelos jovens na sala de aula...” (Marques de Melo, 2008b, p. 76).

O crescimento e a sedimentação desse tipo de pesquisa foram em grande parte amparados e fomentados pela INTERCOM, ao criar um espaço próprio para a experimentação comunicacional, denominado EXPOCOM.

Passadas duas décadas, a configuração da nossa comunidade acadêmica se tornou diversificada, contribuindo para neutralizar preconceitos. Tanto assim que as duas principais sociedades científicas do campo da comunicação pautaram a pesquisa empírica como tema principal dos seus congressos anuais: COMPÓS (Braga, Lopes & Martino, 2010) e INTERCOM (Barbosa & Moraes, 2011).

Mas a problemática ainda suscita inquietações, como, por exemplo, aquelas sinalizadas por Antonio Hohlfeldt (2011) ao questionar se a pesquisa empírica é possível num país com tradição escravista. Ou por Regina Rosetti (2010), advertindo que a inovação na pesquisa em comunicação depende de uma ruptura epistemológica com o “empirismo ingênuo”. Ou por Raquel Paiva (2011), indagando, com implícito ceticismo, se há “lugar para a empiria” na pesquisa da comunicação comunitária. Talvez por isso mesmo Marialva Barbosa (2011b) tenha se antecipado, proclamando: “Não precisamos ter mais medo do contágio”.

Por isso, achei imprescindível contextualizar esta narrativa, situando-a institucionalmente, na expectativa de esclarecer os leitores mais jovens.

9.2. SABER APLICADO

A Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM – vem se consolidando como a organização não-governamental que reúne a maior comunidade acadêmica do campo comunicacional, na América Latina. Tem fomentado o balanço das tendências da pesquisa científica nessa área do conhecimento, há mais de três décadas, em nosso país. Para tanto, abriu espaço privilegiado, em seu congresso anual, à apresentação e ao debate dos estudos realizados pelos pesquisadores atuantes nas universidades, empresas, órgãos públicos e movimentos sociais.

Durante os primeiros anos, a INTERCOM privilegiou os estudos convencionais (empíricos ou teóricos), oriundos dos projetos individuais de doutorado, mestrado ou iniciação científica. Mas, no início da década de 1990, a diretoria tomou a iniciativa de estimular a pesquisa experimental desenvolvida nos cursos de graduação, incluindo os trabalhos laboratoriais feitos durante a formação profissional e os projetos de conclusão de curso (experimentais ou monográficos).

Essa ofensiva decorreu do alerta feito por pesquisadores que atuam em duas frentes simultâneas, no mercado e na academia, temerosos da esclerose precoce de instituições que operam distanciadas da realidade. Nilson Laje, por exemplo, em palestra proferida no II Simpósio da Pesquisa em Comunicação da região Sul (Curitiba, 1992), advertia para o equívoco da “velha tese”: “é melhor importar do que produzir”. Concitando as novas gerações a “mudar radicalmente de rumo”, ele apontava o caminho: “admitir e respeitar as especificidades das práticas de comunicação no ensino e na pesquisa” (Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. XVI, n. 1, São Paulo, INTERCOM, 1992, p. 168).

Nessa conjuntura, foi instituída a jornada anual que valorizou a pesquisa experimental em comunicação, mobilizando os estudantes e professores da graduação no espaço que veio a se firmar como EXPOCOM.

A primeira EXPOCOM foi realizada como evento integrante da programação do XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, sob a liderança do prof. Paulo Rogério Tarsitano, que esteve em sua coordenação pedagógica durante vários anos. Ele a tomou como objeto de pesquisa, valendo-se do método da observação participante. Dessa investigação, resultou a tese de doutorado, defendida em 1999 na Universidade Metodista de São Paulo, sob o título “A EXPOCOM como

agente gerador de qualidade no ensino da comunicação social”.

A hipótese levantada e comprovada evidenciou que houve uma mudança nas estratégias didáticas dos cursos de graduação, atribuindo maior atenção aos estudos aplicados, ou seja, àqueles desenvolvidos nos laboratórios, familiarizando os futuros profissionais com as rotinas vigentes no mercado e procurando inová-las. Avaliando o primeiro quinquênio da EXPOCOM, Tarsitano observou que “as instituições de ensino que dela participaram apresentaram uma sensível evolução da sua qualidade, perceptível nos trabalhos inscritos”. Argumentou que a competitividade instaurada pela premiação dos melhores trabalhos, diretriz que plasmava o espírito inicial da exposição e do concurso, motivara as escolas de comunicação a supervisionar melhor os trabalhos inscritos pelos respectivos alunos, tanto no “conteúdo quanto na fundamentação teórica”.

Avaliando a iniciativa, na mesma conjuntura, o coordenador local do congresso INTERCOM 1997, prof. Rafael Souza Silva (PUC-Santos), endossou a providência tomada pela vanguarda da nossa associação. “A inscrição de 600 trabalhos na IV EXPOCOM demonstrou o crescente interesse do alunado da graduação em participar e aperfeiçoar seus conhecimentos...” (Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. XX, n. 2, p. 180).

9.3. SABER AVALIADO

Se, no início, a EXPOCOM ficava restrita à exposição dos trabalhos selecionados para visita dos congressistas e julgamento por parte de um júri misto, constituído por acadêmicos e profissionais, a partir de 2001 sua estrutura passou a incluir um simpósio acadêmico, destinado a debater os “avanços metodológicos”, os “conceitos” e as “categorias” empregados nos laboratórios geradores dos produtos inscritos pelos participantes (Marques de Melo, 2003, p. 227).

Mas o gigantismo do evento, decorrente do volume de trabalhos inscritos, a exacerbação de ânimos criada junto aos estudantes de graduação, pela natureza competitiva da mostra, bem como a “euforia” mercadológica provocada pela “premiação” junto aos mantenedores das escolas, constituíram sintomas não ignorados pelos conselhos superiores da INTERCOM. Por isso mesmo, o balanço do primeiro decênio do projeto

conduziu à decisão de redimensionar sua estrutura, “em função de duas variáveis: incluir essa atividade na era digital e atualizar o sistema taxonômico vigente para torná-lo mais transparente, consensual e operativo” (Marques de Melo & Queiroz, *Unidade e diversidade na comunicação*, São Paulo, INTERCOM, 2008, p. 29).

Além de regionalizar o processo de seleção e de informatizar o processo de inscrições, foram instituídas categorias taxonômicas e critérios decisórios, de acordo com os seguintes objetivos:

- a) Estimular o desenvolvimento e o aprimoramento da pesquisa experimental nos cursos de graduação;
- b) Promover o intercâmbio entre as escolas de comunicação, professores e estudantes;
- c) Apresentar à comunidade acadêmica nacional a produção dos cursos de comunicação social no que se refere à área laboratorial das respectivas habilitações;
- d) Apresentar ao mercado os novos talentos das diversas habilitações de comunicação: jovens, de norte a sul, de leste a oeste, com ideias criativas, ousadas e viáveis, verdadeiros protagonistas de uma sociedade que começa a entrar em sua maturidade.

Durante o recente congresso sediado na cidade do Recife, de 2 a 6 de setembro de 2011, transcorreu a XVIII Jornada da Pesquisa Experimental em Comunicação. Ali foram apresentados 301 trabalhos pré-selecionados pelos congressos regionais. Efetuados durante o primeiro semestre de 2011, esses encontros avaliaram os trabalhos inscritos pelas respectivas escolas de comunicação, que selecionaram previamente os melhores projetos desenvolvidos ao longo do ano letivo de 2010. Cada instituição teve o direito de inscrever apenas um trabalho em cada uma das modalidades componentes das cinco categorias comunicacionais que correspondem aos cursos de graduação existentes nas universidades nacionais: 1) Cinema e Audiovisual; 2) Produção Editorial e Transdisciplinar; 3) Jornalismo; 4) Relações Públicas; 5) Publicidade e Propaganda.

A última atividade do congresso INTERCOM, em Recife, na tarde de 6 de setembro, foi inteiramente dedicada ao anúncio dos vencedores dos troféus EXPOCOM 2011, atribuídos aos melhores trabalhos produzidos durante o ano passado. O principal auditório da Universidade Católica de Pernambuco

foi reservado exclusivamente para acolher as delegações procedentes de todos os Estados que foram pré-selecionados nas 5 regiões geopolíticas do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Estudantes e professores ocuparam todos os lugares disponíveis para conhecer o veredicto do Júri Nacional que classificou os melhores trabalhos nos três dias do congresso.

9.4. SABER COMPARTILHADO

A festa foi planejada em seus mínimos detalhes pela equipe comandada pela vice-presidente da INTERCOM, professora Nélia del Bianco (UnB). Coube ao Reitor da UNICAP, Padre Pedro Rubens e ao Presidente da INTERCOM, professor Antonio Hohlfeldt, fazer a entrega dos primeiros troféus aos estudantes vencedores.

Foram premiados 70 trabalhos, cabendo às regiões Sudeste e Nordeste o maior número de troféus (24 cada uma). A seguir, estão: Sul (11), Norte (7) e Centro-Oeste (4).

São Paulo catalisou 13 estudos premiados, assim distribuídos: Universidade Cruzeiro do Sul, *Filme não ficcional e radionovela*; Centro Universitário Belas Artes, *Pesquisa de opinião e assessoria governamental*; Faculdades Integradas Rio Branco, *Pesquisa laboratorial de TV e jornalismo utilitário*; Faculdade Cásper Líbero, *Assessoria ao Terceiro Setor*; UNESP, Bauru, *Organização de evento*; Anhanguera de Santa Bárbara do Oeste, *Fotografia publicitária*; PUC-SP, *Campanha publicitária*; Centro Universitário Barão de Mauá, *Jornal impresso*; Universidade de Sorocaba, *Documentário em áudio*, e UNITAU, *Jornalismo interpretativo*.

Note-se que as vencedoras em 2011 foram instituições consideradas periféricas, na capital ou no interior, quase sempre escolas de pequeno ou médio porte, tomando o lugar antes ocupado pelas universidades tradicionais. Desse grupo, somente a Casper Líbero permaneceu em evidência, mesmo assim conquistando apenas um troféu.

Da região sudeste, além dos treze trabalhos premiados em São Paulo, dez troféus foram destinados a Minas Gerais e um ao Rio de Janeiro.

A região Sul contemplou onze trabalhos premiados. Desses, seis estão ancorados no Rio Grande do Sul, três, no Paraná, e dois, em Santa Catarina.

No espaço nordestino, os 24 troféus foram assim distribuídos: na dianteira, Ceará (8 troféus), Rio Grande do Norte (6) e Pernambuco (5). Na retaguarda,

ficaram o Maranhão (2 troféus), além de Alagoas, Bahia e Paraíba, cada um embolsando um troféu.

As regiões Norte e Centro-Oeste pouco a pouco vão conquistando presença no cenário nacional. No Norte, a primazia cabe ao Pará, detentor de cinco prêmios, ficando o Amazonas e Rondônia com um, cada, dos sete troféus atribuídos pelo Júri Nacional. No Centro-Oeste, dos quatro prêmios atribuídos, dois ficaram em Goiás e dois em Mato Grosso.

No que tange às instituições, verifica-se uma maior equidade na decisão do Júri nacional, contemplando quase meia centena de unidades de ensino superior, o que reflete a competitividade saudável instaurada em função da transparência normativa. Mas algumas se destacaram pela acumulação de maior número de troféus. Entre as universidades públicas, as mais aquinhoadas foram a UFRN (quatro prêmios) e a UFPA (quatro prêmios); entre as universidades privadas, a prevalência coube à UNICAP (três prêmios) e à UNIFOR (três prêmios). Sintomático é que todas elas pertencem a regiões antes pouco destacadas nas premiações da EXPOCOM.

Surpreendente também é o protagonismo que começa a ser alcançado por instituições recentes ou distantes dos centros hegemônicos, como são os casos da Faculdade Boas Novas (Manaus) – prêmio de melhor *portal*; Faculdade Tiradentes de Alagoas – prêmio de melhor *ensaio fotográfico*; Faculdade Maringá (PR) – prêmio de melhor *fotografia artística*; Faculdade Interamericana de Porto Velho (RO) – prêmio de melhor *campanha promocional*; Instituto de Educação Superior da Paraíba – prêmio de melhor *publicidade digital*; Faculdade do Vale do Ipojuca (PE) – prêmio de melhor *livro reportagem*.

Essa tendência merece uma reflexão profunda por parte dos dirigentes das grandes escolas, que não raro fortalecem rotinas burocráticas embutidas nos projetos pedagógicos dos cursos, inibindo a liberdade de criação dos docentes e engessando a inovatividade dos discentes. Suas produções laboratoriais podem parecer modernas ou avançadas, mas no fundo constituem reproduções de produtos midiáticos sem alma, dialogando com o passado e o presente, sem captar os sinais do futuro. Pobres de inventividade, acomodam-se com a mesmice institucionalizada. E começam a ser ultrapassadas pelas escolas novas: ágeis, flexíveis, cheias de vida...

9.5. SABER APERFEIÇOADO

Os indicadores anotados sugerem inúmeras reflexões, a ser amadurecidas, debatidas, analisadas.

De qualquer maneira, o espaço hoje ocupado pela EXPOCOM, nos congressos da INTERCOM, representa uma conquista que deve ser preservada, melhorada, incentivada. Trata-se de marca inconfundível da identidade brasileira no campo da pedagogia da comunicação, unindo ensino e pesquisa, teoria e prática, academia e mercado.

A natureza dinâmica dessa atividade pressupõe uma atenção especial da vanguarda da INTERCOM, no sentido de garantir a continuidade do evento, evitando mudanças episódicas ou casuísticas. Trata-se de fortalecer uma cultura institucional, socializando, junto a docentes e estudantes, normas e procedimentos, evitando que se sintam confundidos com alterações na regra do jogo, durante o processo, para solucionar conflitos típicos ou impasses residuais. Como lembra Antonio Hohlfeldt (2011, p. 94), “A consequência mais nefasta [...] é que estamos sempre começando de novo, como que redescobrimo o mundo a cada momento”.

Torna-se fundamental concluir um ciclo de vigência, aplicação e avaliação das normas contidas no manual *Procedimentos intercom* (Moraes, 2010, p. 147-167), organizadas pela equipe liderada por Nélia del Bianco, mas incorporando as diretrizes consensuais, emanadas do grupo pioneiro, capitaneado por Paulo Rogério Tarsitano, incluindo também ideias e regras agregadas por Celso Falasci, J. B. Pinho, Fernando Almeida, Adolfo Queiroz, Robson Bastos, Sueli Mara Ferreira, Marcelo Lopes, Márcio Fernandes, bem como dos funcionários Maria do Carmo Barbosa e Genio Nascimento, entre outros.

Em outras palavras, não podemos perder de vista a historicidade dos processos, enfeitiçados pelo “presentismo”, correndo o risco, em relação ao qual nos adverte Marialva Barbosa (2011, p. 81): “O fato de começarmos, muitas vezes, de um novo marco zero, a cada dia”, acarreta “enormes dificuldades”.

O grande enigma persistente está na aferição da qualidade dos trabalhos premiados, de modo a indicar em que medida eles constituem mera reprodução do que pratica o mercado ou são experimentos inovadores, capazes de mostrar aos dirigentes empresariais o potencial criativo da universidade.

Talvez isso possa ser feito, periodicamente, através de ensaios produzidos pela equipe que se encontra na coordenação do evento, explicando aos participantes da EXPOCOM a lógica empregada pelos júris regionais e nacionais para premiar os melhores trabalhos. Esse relato pode ser ilustrado com peças dos produtos emblemáticos, sinalizando aos novos participantes e à comunidade em geral os avanços alcançados nos laboratórios didáticos mantidos pelas universidades e instituições congêneres.

Para colimar a atual etapa da EXPOCOM é desejável que seja preparado, para 2014, um seminário nacional “Piracicaba + 20”, com a intenção de projetar o futuro desse segmento vital para a maturidade da comunidade acadêmica brasileira no campo das ciências da comunicação.

Como subsídio prévio, recomenda-se a elaboração de um estudo linear, avaliando diacronicamente as diferentes implicações metodológicas e teleológicas da EXPOCOM, de modo a identificar sincronicamente eventuais lacunas não visíveis a olho nu. Isso pode ser feito com tranquilidade, no próximo biênio, envolvendo os diretores regionais, que agora passam a ser peças-chave no aperfeiçoamento do evento.

Não resta dúvida sobre o papel catalisador exercido pela EXPOCOM na projeção da INTERCOM junto à sociedade. Induzindo os futuros pesquisadores da área a não fugir da realidade, contribui para estimular o uso da criatividade e da inventividade.

Por isso mesmo, convém não perder de vista o horizonte sinalizado por Maria Immacolata V. de Lopes:

[...] a pesquisa na graduação define-se como didática, porque centrada na produção da comunicação que se realiza como trabalho sistemático de formulação de demandas de comunicação e cultura. [...] A pesquisa didática, ao formular as demandas, propõe-se a respondê-las através de produtos concretos [...] que tanto ampliem os formatos [...] existentes no mercado como renovem o exercício profissional da comunicação em função da pluralidade e que enriquecem a cultura e democratizam a sociedade (Lopes, 2003, p. 290).

Renovar, inovar, transformar os processos comunicacionais pode ser o ponto de partida para edificar uma sociedade livre e solidária, mas também próspera e feliz.

DIGITALISMO

A cobertura que a mídia impressa e eletrônica vem dedicando ao advento da sociedade digital tem suscitado uma euforia coletiva neste final da primeira década do século XXI. Temos a sensação de estar vivendo um novo milenarismo, baseado na crença de que a revolução tecnológica contém a solução para todos os problemas da humanidade.

Esse deslumbramento midiático contamina o espaço acadêmico, povoando o imaginário de estudantes e professores. Nas faculdades de comunicação, particularmente, a temática digital predomina em congressos, seminários, cursos de extensão, ensejando dossiês nas revistas científicas. Matérias especiais em jornais laboratório, bem como em projetos experimentais, privilegiam o universo digital na forma ou no conteúdo.

10.1. DEBATE CÍCLICO

Sintomaticamente, começam a surgir advertências sobre o perigo de devastação das culturas tradicionais. Há quem diga, sem meios tons, que começam a entrar em quarentena ou a ser congeladas aquelas manifestações comunicacionais cujos suportes ainda estão ancorados nas velhas tecnologias.

Schmidt (2007, p. 30), por exemplo, transparece uma atitude de perplexidade, questionando os modos de comunicação dos grupos populares/marginalizados na arena digital. “Quais configurações adquirem as manifestações populares? Que recursos de linguagem utilizam para se colocar no global? Como estabelecem a comunicação com o seu mundo? Como ocorre a folkcomunicação?”

Caracterizado como “espaço pervasivo”, que se infiltra pelas “dobras e frestas” do tecido social, Lemos & Palácios (2001, p. 7) apreenderam a

essência do fenômeno. “O milênio termina marcado por uma Revolução Tecnológica Informacional que está reconfigurando o conjunto das sociedades humanas em todos os seus aspectos, implodindo barreiras de Tempo & Espaço e colocando a Informação como elemento central de articulação das atividades humanas”.

Dois indicadores permitem compreender melhor a situação:

1) A velocidade com que a internet vem se expandindo em todo o planeta. Se em 1995, ano do seu deslanche, a rede mundial de computadores – *www*, *world wide web* – beneficiava 16 milhões de usuários, em 2001 a cifra havia pulado para 400 milhões, alcançou 1 bilhão em 2005, e há estimativas de que duplicará no próximo ano, totalizando 2 bilhões de internautas (Castells, 2003, p. 8).

2) O interesse crescente da audiência midiática pelas formas digitais. Para melhor aferir essa variável, fizemos um teste comparativo, através do Google, a base de dados de maior difusão nacional. Teclando as palavras-chave *mídia digital* e *mídia impressa*, encontramos resultados surpreendentes. O estoque acumulado de referências à *mídia digital* atingia o patamar de 87.100.000 unidades de informação, enquanto as menções à *mídia impressa* chegavam ao limite de 404.000 unidades.

No contra-fluxo da euforia digital, os movimentos populares reivindicam políticas públicas capazes de reduzir ou eliminar as barreiras que dividem grupos, comunidades ou até mesmo nações, em ambiente conflituoso. Elas identificam claramente a raiz do problema, ou seja, a criação de um “fosso digital”, fenômeno mais conhecido pelas denominações em língua inglesa – *digital divide* – ou espanhola – *brecha digital*.

10.2. CONCEITO AMBÍGUO

O desafio de repensar o desenvolvimento da sociedade digital torna indispensável precisar o seu conceito, para saber exatamente de qual sociedade estamos falando.

A peregrinação lexical feita através dos dicionários não ajuda muito o entendimento. O adjetivo digital aparece registrado em sentido estrito, relativo a dígito, número, intervalo, quase sempre em oposição a analógico. Aurélio (1999, p. 681) faz associações com o universo simbólico, mencionando o som digital, a imagem digital.

Nos glossários de ciências da comunicação, sua presença é mais frequente.

Em língua inglesa, nota-se evidente evolução conceitual no correr do tempo. Ellmore (1990), Watson e Hill (1993) e Weiner (1996) restringem o conceito ao universo tecnológico, mas Abbercrombie e Longhurst (2007) alargam o sentido, apreendendo sua extensão ao âmbito social, incluindo verbetes sobre comunidade digital, revolução digital e brecha digital.

Em francês, a tendência é semelhante. Balle (1998) faz concessão ao anglicismo, no plano tecnológico – imagem e som –, porém advertindo seus leitores para a expressão francófona equivalente – *numerique*. Cabin (1998) ignora completamente o vocábulo digital, embora contemple conceitos correlatos: ciberespaço ou espaço virtual.

Em língua portuguesa, a situação é consensual em Portugal, pois Rodrigues (2000), Szymaniak e colaboradores (2000), Cascais (2001) se limitam a registrar o adjetivo *digital* e o substantivo *digitalização* com sentidos tecnologicamente circunscritos. No Brasil, o quadro é pouco destoante. Katz, Doria & Costa Lima (1971) já dimensionavam o fenômeno digital no momento em que o campo da comunicação florescia no Brasil. O autor do verbete é Francisco Antonio Doria (1971, p. 91-92), que possui formação na área de ciências exatas, explicando sua significação cibernética. Se Rabaça e Barbosa (1978) já incluem o adjetivo em sua significação numérica, tendo Doria como fonte, Erbolato (1985) sequer fez referência. O reducionismo tecnológico vai prevalecer também nos dicionários mais recentes: Mello (2003) inclui o adjetivo digital e o verbo digitalizar, enquanto Pizotti (2003) incorpora dez vocábulos – todos com significação técnico-operacional.

Embora ignorem o adjetivo digital, Queiroz e Silva e colaboradores (1983) do glossário “Temas básicos em comunicação”, organizado pela INTERCOM, introduzem o universo da digitalização na comunidade acadêmica da nossa área.

Através de verbetes relativos ao fenômeno gerado pela convergência da informática, telecomunicações e novas tecnologias da comunicação, os autores explicam como a nova sociedade se instala no Brasil.

Legitimado pela revista científica da INTERCOM, o conceito de *sociedade digital* se difunde organicamente. Quem inova é Berta Sichel, sócia atuante da INTERCOM, na década de 1980. Autora do artigo “A sociedade digital”, ela explica que a sociedade contemporânea é uma “sociedade da informação”

ou “sociedade do conhecimento”, advertindo: “A digitalização da sociedade é um processo irreversível”. Sua previsão é no sentido de que “talvez demore meio século”, mas “nada deterá nem domínio, nem mesmo uma guerra” (Sichel, 1984, p. 20).

As previsões de Sichel estão se confirmando velozmente, mas ainda não podemos caracterizar o Brasil como “sociedade digital”.

Estamos no limiar dessa sociedade, já que persistem no arquipélago brasileiro ilhas “analógicas” cuja transformação não se dará por obra e graça da tecnologia. Elas compõem aquele polo nutrido pelo “déficit de pensamento” que mantém suas populações analfabetas do ponto de vista democrático, como Nosty (2005, p. 283) descreve contundentemente.

10.3. EUFORIA COLETIVA

De que forma a comunidade acadêmica tem enfrentado essa questão? Trata-se, ainda, de objeto a ser melhor explorado, desafiando o talento dos nossos pesquisadores.

Nesse sentido, a situação brasileira tem certas analogias com o panorama espanhol, onde o reduzido compromisso acadêmico se reflete na escassa “ação política” e participação na “gestão pública” (Nosty, 2005, p. 161). Trata-se de peculiaridade que Bustamante atribui à falta de sensibilidade política do empresariado, enfatizando que “as lacunas da pesquisa integral das indústrias culturais” decorrem do “escasso compromisso cultural das empresas e fundações privadas” (Bustamante, 2002, p. 29).

A revisão da bibliografia brasileira sobre a sociedade digital mostra que o conhecimento produzido é bastante fragmentado, descontínuo, em processo de sistematização orgânica.

Sem pretender abarcar toda a nossa fortuna cognitiva, identificamos o que traz contribuições relevantes para balizar o debate sobre a questão digital. Dois conjuntos se destacam. O primeiro constituído pelas explorações precoces (década de 1980). O segundo, pelos aportes em circulação na passagem do século.

Cronologicamente, a primeira incursão foi promovida pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, ao realizar em 1981 o seminário “Quem tem medo do computador?”. Estimulando o diálogo entre jornalistas e especialistas em informática, dirimiu dúvidas que inquietavam a categoria, à

véspera e durante o processo de informatização das redações de jornais.

Esse evento histórico gerou um livro coletivo, *Que é isso, computador?*, cujo título foi engenhosamente criado por José Hamilton Ribeiro. Seu organizador se inspirou no livro-reportagem de Fernando Gabeira *Que é isso, companheiro?*. Suas teses circularam amplamente durante o auge dos conflitos entre jornalistas e empresas, pavimentando o processo de substituição das velhas máquinas de escrever pelos novos terminais de computadores (Ribeiro, 1998, p. 158).

Episódio controvertido da revolução digital brasileira, sua compreensão pode ser enriquecida pela leitura de dois livros contextuais, escritos originalmente como teses de pós-graduação, no Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP: *Mil dias – os bastidores da revolução em um grande jornal*, escrito por Carlos Eduardo Lins da Silva (São Paulo, Trajetória Editorial, 1985) e *Informatização da imprensa brasileira*, de autoria de Ruth Penha Alves Vianna (São Paulo, Loyola, 1992).

Aliás, as pesquisas de Lins da Silva e de Alves Vianna estão ancoradas na agenda precoce que o Departamento de Jornalismo da ECA-USP esboçou, confrontando as reflexões de profissionais e pesquisadores dedicados à problemática das novas tecnologias. Tais debates foram resgatados pela Editora-laboratório COM-ARTE nos opúsculos: *Comunicação e novas tecnologias* (1982) e *Adeus a Gutenberg? A editoração diante das novas tecnologias* (1983).

Mas o conceito de *sociedade digital* ganhou notoriedade, no país, por iniciativa da INTERCOM, figurando como tema de capa do *Boletim Intercom*, n. 48 (São Paulo, 1984), que publicou um dossiê com artigos de três especialistas: Berta Sichel, José Hamilton Ribeiro e Letícia Faria. No ano anterior, eles haviam participado do VI Congresso da INTERCOM, na cidade paulista de Bertioga. Anamaria Fadul, sua coordenadora, assumiu publicamente a liderança da interlocução entre intelectuais, empresários e governantes sobre as políticas nacionais de informação e comunicação. A polêmica lei da reserva de mercado da informática para as indústrias estrangeiras catalisou o interesse coletivo.

Por isso mesmo, Fadul organizou um debate aberto ao público no auditório do jornal Folha de S. Paulo, na véspera do congresso INTERCOM 1983. Ali,

um produtivo e rico colóquio sobre a sociedade digital contou com a participação de personalidades como William Mellody (Austrália), Marike Pelinshi (Canadá), Emile McAnany (EUA), Giuseppe Richeri (Itália), Vilém Flusser (França), Adriano Duarte Rodrigues (Portugal), bem como dos latino-americanos Hector Schmucler (Argentina), Jesus Martín-Barbero (Colômbia), Ligia Fadul (México) e dos brasileiros Milton Vargas, Shozo Motoyama, Walter Garcia e Ana Mae Barbosa. A memória do evento foi recuperada e publicada sob a forma de livro (Fadul, 1986).

Apareceu, na sequência, a primeira obra brasileira que explica em detalhes “a revolução do computador, das comunicações e do robôs”, produzindo a “sociedade inteligente”. Siqueira (1987, p. 6) diz que “além de documentar jornalisticamente uma amostra internacional do que acontece no âmbito das novas tecnologias da informação, *A sociedade inteligente* traz uma proposta de mudança apaixonada da realidade brasileira”. Expondo a tese central do livro, o autor adverte: “nós, brasileiros, podemos transformar profundamente este país”, mas, a “disponibilidade dessas tecnologias, por si só, não operará nenhum milagre, nem bastará para produzir a tão sonhada metamorfose nacional, se o homem brasileiro não estiver preparado para usá-las, para absorvê-las, para desenvolvê-las e para criá-las incessantemente”. Trata-se de lição até agora não inteiramente assimilada pela nossa vanguarda, política ou intelectual...

10.4. FORTUNA CRÍTICA

Mais complexa, enfeixando a resposta da comunidade acadêmica às inquietações provocadas pela euforia digital inicialmente referida, a safra atual pode ser reunida em quatro grupos: 1) descrições panorâmicas; 2) análises específicas; 3) estudos empíricos; e 4) reflexões teóricas.

As descrições abrangentes privilegiam questões atuais e cenários futuros da sociedade digital, tendo como foco as políticas públicas ou suas interfaces com o mercado e a sociedade civil. Lemos e Cunha (2003) aglutinam os “olhares” dos programas brasileiros de pós-graduação, na tentativa de apreender as expressões da “cultura contemporânea” no espectro digital. Barbosa Filho, Castro e Tome (2005) apresentam um balanço da “convergência tecnológica” no Brasil, destacando projetos de “inclusão social” respaldados pelo governo Lula. Bolaño (2007) elege a “economia

política da internet”, contestando seu papel como “instrumento de integração mundial” e mostrando as “contradições nele presentes”, determinadas por “assimetrias” entre os seus participantes quanto ao “capital político, econômico e simbólico” disponível. Por sua vez, Marques de Melo e Moraes (2008) discutem nuances peculiares ao mercado na sociedade digital, averiguando de que forma a “convergência midiática” se materializa na internet e questionando o “fosso entre as demandas profissionais e as ofertas acadêmicas” para finalmente identificar quais são as inovações processadas nos “gêneros, formatos e conteúdos” que dissemina cotidianamente.

Através de análises específicas, pesquisadores vinculados a distintas gerações e originários de várias disciplinas trazem contribuições relevantes. Pfromm Neto (1998) resgata historicamente as apropriações das novas tecnologias da comunicação pelas ciências da educação para otimizar os processos de aprendizagem a distância. Squirra (1998) descreve o itinerário percorrido pelo jornalismo para lograr interação dinâmica no ciberespaço. Moraes (2001) enfatiza a dimensão política, revelando o “poder dos conglomerados transnacionais” nas mutações da “comunicação virtual”. Baldessar (2003) investiga o “cotidiano dos jornalistas com o computador na redação”. Lemos (2004) inventaria o impacto da cibercultura no espaço urbano, antecipando as “cibercidades” emergentes no Brasil e Portugal. Machado (2006) preocupa-se com os “modos de enunciação do cinema no ciberespaço”. Bolaño & Britos (2006) constroem um caleidoscópio da “televisão brasileira na idade digital”. Trivinhos (2007) questiona a “lógica da vida humana” no interior da “democracia cibercutural”.

Apesar de escassas, as observações empíricas enriquecem o conhecimento sobre os usos e aplicações das inovações digitais nas corporações profissionais. Pinho (2000) descobriu o potencial da internet para difundir estratégias de publicidade e vendas. Machado (2003) descortinou o ciberespaço como fonte para os jornalistas. Essa área também se beneficiou das contribuições propiciadas por Machado e Palácios (2003), que selecionaram “modelos de jornalismo” experimentados no espaço digital construído pelo laboratório de jornalismo *on-line* para testar inovações e consolidar métodos de trabalho. Numa outra direção, Pinho (2003a) diagnosticou pragmaticamente os espaços ocupados pelo jornalismo na rede mundial de computadores, com a finalidade de embasar o “planejamento e

produção da informação *on-line*". Pinho (2003b) também enveredou pela área de Relações Públicas, observando as "técnicas e estratégias para informar e influenciar públicos de interesse".

10.5. REFLEXÕES TEÓRICAS

As reflexões teóricas são mais valorizadas pelos pesquisadores gaúchos (Rudiger, Martins e Silva, Primo) e paulistas (Santaella).

Rudiger (2002) começa a pensar os "processos de informatização", explicando como as "novíssimas formas dessas tecnologias" podem servir de pretexto para a "elaboração das diversas teorias da tecnocultura contemporânea".

Depois de fazer a "crítica da cibercultura", Rudiger (2004) elabora um instigante roteiro para compreender e analisar as "teorias da cibercultura". Intenção semelhante é a de Martins e Silva (2004), que organizaram uma antologia de textos indispensáveis ao entendimento da "genealogia do virtual".

Nessa linha também se perfila Santaella (2004), propondo uma metodologia para "navegar no ciberespaço", embasada nas observações que fez sobre os "traços específicos que caracterizam o leitor que navega através das arquiteturas líquidas do ciberespaço". Santaella (2007) complementa sua proposta com uma reflexão teórica sobre as "linguagens líquidas na era da mobilidade".

Merece destaque, ainda, a contribuição de Primo (2007), focalizando a "cognição mediada pela interatividade". Sua hipótese de trabalho é a de que nem tudo que o computador reproduz tem potencialidade interativa. Durante a pesquisa ele encontrou evidências consistentes, mas não suficientes para transformar em conhecimento. Daí a postura humilde que assume publicamente o autor, recomendando novas investigações, para não correr o risco de construir teorias destituídas de suporte empírico.

O balanço do conhecimento estocado sobre a sociedade digital ainda não permite generalizações capazes de inspirar ações concretas na realidade brasileira.

Todavia, algumas pistas podem ser úteis para esboçar as políticas públicas demandadas pela sociedade.

Vamos anotar as contribuições que sinalizam estratégias de intervenção no

cenário nacional.

- 1) Não basta a universalização do acesso às tecnologias digitais, através das políticas de “inclusão social” (Barbosa Filho, Castro e Tome, 2005), para construir um sistema de comunicação “democrático e pluralista” (Ramos e Bianco, 2008).
- 2) A interatividade mediada pelo computador pressupõe um “emissor interagente” (Primo, 2007) e um “leitor imersivo” (Santaella, 2004).
- 3) Tanto a formação de um quanto do outro depende de fatores institucionais: ultrapassar o “fosso entre as demandas profissionais e as ofertas acadêmicas” (Marques de Melo e Moraes, 2007), bem como agilizar mudanças comportamentais, oxigenando a mentalidade dos educadores, nem sempre propensos a valorizar os “processos de educação a distância” (Pfromm Neto, 1998).
- 4) De natureza estrutural, a barreira mais importante foi enunciada claramente por Siqueira (1987): “a tão sonhada metamorfose nacional” não vai prosperar enquanto “o homem brasileiro não estiver preparado para usá-las, para absorvê-las, para desenvolvê-las e para criá-las incessantemente”.

Trata-se, a rigor, de um plano de ação política que precisa retroagir no tempo para enfrentar o problema crucial da sociedade brasileira. Paulo Freire (1967) o rotulou apropriadamente como “mutismo” congênito, gerador da nossa sistêmica “cultura do silêncio”.

Mas esse tipo de fenômeno não é exclusivamente brasileiro. Ele corresponde ao que o Nosty define como “déficit midiático” no panorama hispano-europeu, precedendo a “brecha digital” do novo século. Enraizado no “fosso midiático-cultural” que determina o “metabolismo da recepção”, vai inibir o fluxo das mensagens, pois, em situações dessa natureza, “a audiência está condicionada pela psicologia, cognição e entorno cultural do indivíduo” (Nosty, 2005, p. 14).

A verdade é que estamos perante aquele desafio que generalizamos como “exclusão comunicacional”, também perceptível num grande número de países, justamente “aqueles que ainda não lograram construir democracias estáveis, onde todos os cidadãos poderiam usufruir os benefícios da modernidade” (Marques de Melo & Tosta, 2008, p. 83).

A construção das políticas de comunicação para a sociedade digital, em

qualquer país, não pode prescindir da experiência mundial acumulada. Até mesmo porque a “sociedade em rede está se constituindo em torno do planeta” (Castells, 2003, p. 225).

Os obstáculos que o Brasil deve ultrapassar, nesta conjuntura, são os mesmos que atemorizam as sociedades periféricas. Pela incerteza que trazem “em termos de emprego, educação, proteção social e estilos de vida”, eles provocam uma “sensação de desconforto com os processos atuais de mudança” (Castells, 2003, p. 225-226).

Ungido como a maior autoridade no conhecimento da sociedade digital, o sociólogo espanhol destaca três variáveis que não podem ser esquecidas pelos estrategistas das políticas públicas:

- 1) Liberdade: as redes digitais propiciam “comunicação livre e global”, mas sua “infraestrutura” corre o perigo de ter “donos”, que podem controlar seu “uso” em função de “interesses” comerciais, ideológicos e políticos.
- 2) Marginalidade: o risco oposto é o da “exclusão” por motivos institucionais, mas também pela incapacidade educacional e cultural ou pela precariedade da infraestrutura tecnológica.
- 3) Competência: a capacidade de processar informação e gerar conhecimento deve ser universalizada, começando pelas crianças. Isso implica fazer uma autêntica revolução cultural: mudar a tecnologia, reconstruir escolas, reciclar professores, instituir a pedagogia da interatividade e fortalecer a cidadania, capacitando cada pessoa para aprender e pensar de forma autônoma.

Esta é a pauta que devemos incluir nas atividades de ensino e pesquisa das nossas universidades.

DESENVOLVIMENTISMO

A ideia da comunicação como alavanca civilizatória ou reguladora do progresso tem ocupado lugar constante na agenda dos estudos comunicacionais, permeando a própria constituição do campo. Este se fortalece na conjuntura desenvolvimentista, quando a Organização das Nações Unidas (ONU), na esteira do pós-guerra, demonstra preocupação com os países subdesenvolvidos, cuja estagnação econômica representava um barril de pólvora.

A esperança de fomentar o crescimento econômico, retirando-os do atraso imposto pelo antigo sistema colonial, visava elevá-los à condição de nações desenvolvidas. Através da redução dos níveis de pobreza e criação de oportunidades de trabalho, pretendia-se incrementar o mercado interno. Ampliando o consumo nacional, cogitava-se reduzir o fosso entre as classes sociais, evitando a eclosão de rebeliões populares, ou seja, instaurando o progresso sem alterar as estruturas societárias.

11.1 SOCIEDADE EXCLUDENTE

Nos idos de 1960, o desenvolvimento induzido pela industrialização tardia funcionou como artifício para exorcizar o fantasma da Revolução Cubana que invadiu o imaginário dos países latino-americanos. O processo de substituição das importações, consequência imediata da economia de guerra, alavancou um surto de progresso que nos permitiu sair do sufoco, embora grandes contingentes da população nacional permanecessem na marginalidade. Tal situação foi agravada pelas migrações entre campo e cidade, enfraquecendo a agricultura e formando bolsões de desempregados nas periferias urbanas.

Esse fenômeno, originalmente batizado como “revolução das expectativas crescentes”, logo depois passou a configurar uma espécie de “revolução das frustrações crescentes”, à medida que o desenvolvimento da sociedade excluía os menos instruídos, portanto destituídos de requisitos para ingressar no mercado de trabalho.

Assim sendo, a mística do desenvolvimento começava a definhar, na medida em que as mudanças sociais não se generalizavam, beneficiando apenas as classes médias e os trabalhadores qualificados. Logo, a academia reformulou sem referencial teórico, substituindo o conceito de desenvolvimento pelo de modernização. Tratava-se de legitimar o desenvolvimento sem justiça social, estratificando o bem-estar de poucas camadas da sociedade, o progresso dentro da ordem.

Introduzido na agenda oficial brasileira pelo economista Roberto Campos, o binômio comunicação–desenvolvimento foi assimilado pelo Estado autoritário. Persuadindo os comandantes militares a investir na infraestrutura das comunicações, o Estado modernizou e ampliou estradas, portos e aeroportos, além de implantar as redes de telecomunicações, precursoras das infovias. Beneficiadas pela atualização tecnológica, as empresas midiáticas passaram a difundir mensagens modernizadoras, naturalmente filtradas pelos detentores do poder.

Fenômeno complexo, a comunicação só pode disseminar a mística do desenvolvimento em sistemas democráticos. Interdependentes, um fator não pode inibir o outro. Foi o que aconteceu em nosso país. Na ausência de democracia, o “milagre econômico”, alardeado pela mídia sob mordação, se converteu em miragem.

Quando as turbulências do mercado financeiro internacional produziram um curto-circuito em toda a engrenagem da economia, o fantasma da inflação galopante voltou a povoar o imaginário brasileiro.

11.2. CETICISMO IMOBILISTA

A experiência traumática induziu o ceticismo em relação ao tripé mídia, economia e política, instaurando uma espécie de imobilismo no cenário nacional, favorecendo a exacerbação dos movimentos de resistência ao governo, que os combateu com requintes de crueldade, sem lograr a adesão da sociedade.

Apesar de sua inclusão episódica na agenda nacional, depois da transição democrática, a ideia de uma comunicação para o desenvolvimento permaneceu congelada. Ela volta a adquirir importância nessa conjuntura em que o Estado decide acelerar o desenvolvimento, mas não obtém a participação ativa da sociedade. Esse impasse é certamente motivado por um sistema de comunicação enfeitado pelas demandas da elite, insensível às aspirações dos contingentes que estão situados nos patamares subalternos.

Tenho acompanhado tal debate desde o momento em que a tese proposta pela UNESCO ganhou repercussão em nosso país. Como uma espécie de observador participante, minha atenção foi despertada há exatamente meio século, quando, influenciado pelas ideias de Celso Furtado, ingressei nos quadros institucionais da SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, órgão motivado pela mística desenvolvimentista do governo Kubitschek. Ali, fui intelectualmente enriquecido pela leitura dos textos provenientes da CEPAL, começando a penetrar no emaranhado conceitual das teorias do desenvolvimento econômico. Confesso que me deixei seduzir muito mais pela exegese dos pensadores contemporâneos da economia política do que pelos postulados convencionais da política econômica.

Tive a sorte de contar com a orientação de dois professores jovens, recém-chegados da Europa. Germano Coelho, filiado ao humanismo cristão do Padre Lebrecht, que inspirou o desenvolvimentismo solidário praticado em áreas empobrecidas da ocidente europeu, na esteira do Plano Marshall, e Vamireh Chacon, entusiasta das doutrinas que embasaram o desenvolvimentismo alemão do pós-guerra, sem contudo esconder sua simpatia pelas ideias socialistas que transpareceram criticamente em sua obra inicial.

Mas não ignorei a literatura que fundamenta o monetarismo capitalista, guiado pelo didatismo contido nos manuais escritos por Arnóbio Graça. Também não deixei de tomar conhecimento das diretrizes peculiares à planificação econômica comunista, nesse caso penetrando no cipoal dogmático, marca registrada do manual de economia política da Academia de Ciências da URSS.

Contudo, minha prova de fogo adveio na ocasião em que, como jornalista profissional, tive de escrever matérias sobre acontecimentos ancorados em razões econômicas – a guerra da lagosta, uma espécie de “batalha de Itararé”

globalizada, ameaçando as boas relações entre a França e o Brasil; a desativação de ramais ferroviários que operavam no vermelho, decretada pelo governo Castelo Branco, antecipando a agenda neoliberal do governo Collor; os biscateiros da cidade do Recife, avós ou bisavós dos “bolsistas” que hoje formam a legião de desempregados e subempregados inscritos nos programas de redistribuição de renda instituídos pelo ciclo governamental FHC–Lula–Dilma.

11.3. CONJUNTURAS AVALIADAS

Foi exatamente pela consciência das minhas lacunas cognitivas que busquei reforçar meu conhecimento e ampliar minha compreensão sobre o papel desempenhado pela economia política nos processos comunicacionais. Tratei não apenas de suprir minhas próprias carências, mas de estimular os jovens pesquisadores a ampliar sua bagagem de saber.

E o fiz academicamente, escrevendo artigos e ensaios de modo a articular pensamento e ação. Minha primeira incursão foi publicada no terceiro capítulo do livro *Comunicação, opinião, desenvolvimento* (Petrópolis, Vozes, 1971), onde expressei perplexidade perante os índices mínimos fixados pela UNESCO para considerar um país desenvolvido ou em fase de crescimento.

Meu argumento era o de que o Brasil preenchia quase todos os requisitos necessários, mas não lograva avanços significativos. Persistia a exclusão de vastos contingentes da população dos benefícios do desenvolvimento. Estes alimentavam o êxodo rural, que só poderia ser estancado com a reforma agrária, que afinal nunca aconteceu, inchando as periferias metropolitanas com o afluxo de trabalhadores sem qualificação, condenados à marginalidade social.

Se, nessa exploração inicial, minha perspectiva de análise focalizava o mundo rural, o espaço urbano foi privilegiado no livro *Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação* (Petrópolis, Vozes, 1976). Ali, focalizei o pensamento de Marshall McLuhan e Daniel Lerner, discutindo criticamente sua aplicabilidade à realidade brasileira, bem como resgatando ações públicas, como as que resultaram no planejamento urbano para corresponder às aspirações de lazer dos paulistanos e as que conduziram ao descompasso da universidade no sentido de produzir conhecimento comunicacional sintonizado com as demandas da sociedade. Complementam essa coletânea

dois estudos sobre o impacto do desenvolvimento tecnológico nos padrões de codificação da nossa imprensa.

Nesse ínterim, procurei entender como se construiu o imaginário das vanguardas hegemônicas na academia brasileira, importando as teses vigentes nos EUA sobre comunicação, desenvolvimento e modernização. Deparei-me não apenas com as teorias genuínas ali concebidas e difundidas, mas com o manancial empírico, fartamente ancorado na realidade brasileira, nutrindo a doutrina do extensionismo rural. Essa fortuna cognitiva está documentada no livro *Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil* (Petrópolis, Vozes, 1978).

Voltei a me debruçar sobre a questão, na década de 1980, integrando a força-tarefa organizada pelo SELA, Sistema Econômico Latino-Americano, para avaliar a pertinência, na América Latina, daquelas teses lançadas pela Comissão MacBride, estrategicamente deixadas em quarentena pela UNESCO, quando sofreu o ataque devastador da diplomacia norte-americana, que impediu a aplicação das PNCs, políticas nacionais de comunicação, rotuladas como estadistas e intervencionistas. Beneficiei-me enormemente das ideias compartilhadas por meus colegas latino-americanos, especialmente Luis Ramiro Beltrán, Guido Groscors, Rafael Roncagliolo e Patricia Anzola, entre outros. Tratei de compreender o comportamento brasileiro, naquela conjuntura, em certo sentido refluindo às tendências hegemônicas no continente, justamente porque nossa sociedade civil hesitava em fortalecer políticas de comunicação endossadas pelos tecnocratas que dominavam o aparelho burocrático do Estado durante o regime autoritário 1964-1988. Minhas ponderações estão enfeixadas em dois ensaios concatenados: um destinado à comunidade acadêmica nacional, inserido na coletânea *Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise* (Campinas, Papirus, 1989), organizada pela INTERCOM, e um dirigido à comunidade internacional, como capítulo do livro organizado por Fred Casmir, *Communication in development* (Norwood, Nova Jersey, Ablex, 1991).

Os ensaios anteriores, situados no universo do pensamento, reúnem questões de natureza teórico-histórica. Procurei também adentrar o território empírico, examinando ações comunicacionais que refletem o impacto do desenvolvimento nacional no sistema brasileiro de comunicação. Publiquei

dois artigos emblemáticos dessa vertente analítica: um mais amplo, inventariando o desenvolvimento das indústrias culturais no país – *The Cultural Industries in Brazil*, *The Journal of International Communication*, 1-2, 1994, p. 5-17, Sydney, Austrália –, um mais específico, tratando das estratégias de exportação das telenovelas – *Development of the Audiovisual Industry in Brazil from importer to exporter of television programming*, *Canadian Journal of Communication*, v. 20, 1995, p. 317-328, Calgary, Canadá.

Todas essas questões, contemporâneas da conjuntura bipolar da guerra fria, e as que surgiram posteriormente, na transição para o mundo globalizado, que pretende adotar perfil multipolar, foram revisadas holisticamente, constituindo o cerne da antologia *Entre el saber y el poder – pensamiento comunicacional latinoamericano*, publicada inicialmente no México (2007), por iniciativa da UNESCO, e relançada na Espanha (2008) pela Editorial Comunicación Social (Sevilha), com o apoio do Ministério da Cultura do Estado Espanhol.

A extensa digressão biobibliográfica contribui para esclarecer a motivação do autor, ao retomar, neste livro, o binômio “comunicação–desenvolvimento”, emoldurado pelo lema “ordem e progresso”, explícito em nosso ideário republicano e estampado na bandeira nacional. Na verdade, o pano de fundo da questão reside na contingência de avaliar criticamente a diretriz governamental em processo, ou seja, a aceleração do crescimento econômico.

11.4. ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Advogando a tese segundo a qual promover o desenvolvimento do país significa a “melhoria das condições de vida da população”, a presidente Dilma Rousseff argumenta que a palavra desenvolvimento “havia sido praticamente banida”, reaparecendo em seu programa de governo, entendida como “desenvolvimento com distribuição de renda, tanto das famílias como da renda regional”. Para atingir essa meta, ela advoga uma “comunicação muito mais democrática” (Rousseff, 2010).

Nesse sentido, sua proposta mostra-se convergente com o ponto de vista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, para quem o desenvolvimento não é apenas um “valor”, mas um “método”, exercitado através da democracia.

Daí a peroração: a democracia “é parte inseparável do desenvolvimento” (Cardoso, 2011).

Brasil: Comunicação, democracia e desenvolvimento (Brasília, IPEA, 2011) pretende ser uma contribuição para o debate nacional em torno das questões que estão na ordem do dia, agendadas pela sociedade, repercutindo intensamente na mídia. Sem ambicionar coerência textual, o livro agrupa três conjuntos de estudos elaborados no último quinquênio, enfeixando as ideias que o autor vem expressando na ágora acadêmica.

A primeira parte é constituída por ensaios que revisam diacronicamente o arcabouço teórico do pensamento comunicacional brasileiro. Integram a segunda parte, perfis biográficos ou exegeses autorais sincronicamente localizados no tempo e no espaço. Finalmente, o terceiro bloco congrega as questões conjunturais relevantes para a compreensão da práxis comunicacional vigente no país neste novo século.

Trata-se de repertório cognitivo que demonstra o engajamento intelectual do autor na dinâmica da comunidade acadêmica da comunicação, sempre antenado nas pautas que prevalecem na sociedade civil, também sintonizado com as demandas dos movimentos populares e o tratamento que merecem dos agentes do poder (econômico, institucional e midiático). Em verdade, é uma obra que dá sequência às questões analisadas em livros anteriores, sem pretender pontificar ou profetizar, com o intuito exclusivo de fomentar o debate pluralista, ensejando a reflexão crítica.

AMBIENTALISMO

Fiel ao espírito do tempo e buscando manter sintonia com as demandas coletivas, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, INTERCOM, vem adotando a estratégia de focalizar temas da atualidade em seus congressos anuais.

Neste ano, a comunidade acadêmica sinalizou claramente sua preferência pela questão ambiental. Certamente motivada pela principal efeméride da ONU, que proclamou 2008 como o Ano Internacional do Planeta Terra, nossa vanguarda definiu o gancho capaz de suscitar o entusiasmo da nova geração. O recorte “Mídia, ecologia e sociedade” emergiu naturalmente como tema para o Congresso de Natal.

Igual diretriz havia prevalecido em 1992, quando nossa diretoria escolheu, para o congresso de São Bernardo do Campo, SP, tema coincidente com a Cúpula da Terra, mais conhecida como Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ou simplesmente ECO-92. Nessa ocasião, foi escolhido o binômio “Comunicação e meio ambiente”, título do livro-memória coordenado por Ada Dencker e Margarida Kunsch.

Nessa ocasião, o debate adquiriu contornos claramente regionais, procurando entender a questão ecológica no contexto latino-americano. Dencker (1996, p. 21) resgatou o preciso significado político da controvérsia sobre o papel dramático atribuído à mídia. Se naquela conjuntura esperava-se que os meios de comunicação promovessem uma “mudança de comportamento” de modo a gerar soluções capazes de “proteger o meio ambiente e concomitantemente promover o crescimento econômico”, tinha-se nítida compreensão do paradoxo implícito nessa equação. “A América Latina necessita desenvolver sua economia para suprir as necessidades básicas de

sua população hoje, em grande parte, em estado de miséria.” E não havia qualquer vacilação estratégica: “Não existe aqui uma escolha: ecologia ou economia”. Preconizando “formas de desenvolvimento autossustentável”, imaginava-se a possibilidade de lograr “o crescimento econômico com a preservação da natureza”.

12.1. ESPÍRITO DO TEMPO

Ao prefaciar o volume que reúne, uma década após, três dezenas de artigos escritos pelos participantes do XXXI Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, inventariando o estado da questão sobre mídia ambiental, não resisti à tentação de fazer uma analogia com a obra principal do sociólogo francês Edgar Morin. Ele publicou em 1967 um livro paradigmático, denominado *L'Esprit du temps*, cujo primeiro volume obteve repercussão mundial, justificando o lançamento do segundo, dez anos depois. Quando preparou a quarta edição do primeiro volume, lançado concomitante à primeira tiragem do segundo volume, o autor recorreu à ironia para justificar o acréscimo de dois subtítulos: respectivamente, “neurose” e “necrose”, correspondentes ao “espírito do tempo” em cada conjuntura.

Foi a mesma percepção que tive ao organizar, em 2008, o ciclo do qual resultou esta coletânea. Bem que o livro organizado por Dencker e Kunsch, em 1992, poderia ter “neurose” como subtítulo, da mesma forma que o termo “necrose” se aplica como uma luva ao conjunto das reflexões aqui contidas. O livro do século passado traduzia a obstinação pela causa ambiental, provocando medos e temores, de certo modo aplacados com o paliativo do “desenvolvimento sustentável”. Essa antologia que recolhe o pensamento emergente no século XXI não consegue eclipsar o pânico que se instaura em todos os quadrantes, motivado pela sensação de que o “efeito estufa”, o “esfriamento do planeta” e outros indicadores alarmantes podem conduzir nosso planeta à destruição.

Não falta quem transforme automaticamente a indústria midiática em bode expiatório, atribuindo-lhe papel negativo, pela cobertura que a ecologia recebe nas páginas dos jornais impressos ou nas manchetes dos telejornais. Não seria demasiado acrescentar que a elite, inclusive a intelectual, converteu a mídia em vilã do mundo contemporâneo.

12.2. COMPLEXO DE CULPA

Essa condenação unilateral vem minando a autoestima da corporação jornalística, perceptível no “complexo de culpa” denotado por inúmeros profissionais que comparecem à cena pública para debater a questão. Dessa maneira, legitimam ingenuamente os movimentos que pretendem acionar mecanismos de controle da informação. Agem como se a filtragem do noticiário despoluísse o meio ambiente e o cerceamento da liberdade de expressão impedisse a destruição do pulmão ecológico simbolizado pela floresta amazônica.

Por isso mesmo, a diretriz que propus aos meus colegas da INTERCOM foi a de que o debate de Natal não fosse contaminado pelo vírus reproduzido nos fóruns ambientalistas. Ou seja, evitasse a colocação da mídia no banco dos réus. Em vez de responsabilizá-la genericamente pelas mazelas da sociedade, promovesse um inventário crítico das suas potencialidades preventivas. Deslocando o eixo analítico da “cobertura” para melhor discernir o “conteúdo”, poderíamos dar passos decisivos para equilibrar satisfatoriamente a relação homem–natureza. Enfim, desejávamos alterar a “agenda”, neutralizando a tentação “apocalíptica” que vem consumindo as energias de uma academia quase à deriva...

Se as intenções correspondem aos atos e às palavras, só os leitores desta coletânea podem aferir. Aqui estão enfeixadas as contribuições que solicitamos aos colegas de outros países e a integrantes da comunidade acadêmica nacional. Elas refletem a diversidade de pensamento que tem prevalecido em nossa associação (Barbosa, 2007), dando voz a todas as correntes. Mas também demonstram a nossa constante preocupação com a pluralidade cultural que marca a fisionomia brasileira, pois nenhuma região ficou de fora nessa ciranda investigativa. Evidenciam finalmente a segmentação etária da comunidade, evitando o monopólio da fala por uma geração ou outra. Todos foram estimulados a se expressar.

O primeiro bloco é constituído pelas reflexões oriundas de outros países, embora circunscritas ao universo ibero-americano. O panorama nacional está descrito e interpretado, na segunda parte, por intelectuais dos mais diferentes campos do conhecimento, refletindo a diversidade de enfoques que marcam a fisionomia do ambientalismo brasileiro. Finalmente, o terceiro conjunto é constituído por trabalhos que resgatam as peculiaridades regionais,

demonstrando que o nosso país enfrenta múltiplas adversidades, cuja superação vem sendo objeto, no plano sociomidiático, de estudos e pesquisas desenvolvidos pelas escolas de comunicação vinculadas ao sistema universitário brasileiro.

Fica evidente, em vários capítulos, a contradição inerente ao debate ambiental, que vem sendo estigmatizado pela hegemonia dos países ricos, cujo discurso criminaliza as regiões empobrecidas. Atribuindo aos países periféricos ações antiecológicas, no presente, o bloco metropolitano denota amnésia histórica. Esquece todo o seu passado colonial, devastador em relação à natureza e predador no campo da cultura.

Deslocar a questão ecológica do gueto político-ambientalista em que tem sido enclausurada, de forma sensacionalista, pela “neurose” midiática, para situá-la no irrestrito universo sociocultural, conduzindo à superação da “necrose” acadêmica que a vem esterilizando, constitui a ambição tática dos organizadores do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

12.3. VASOS COMUNICANTES

Finalmente, cabe registrar que o fórum de debates sobre mídia, ecologia e sociedade foi agendado na cidade de Natal, no ano em que o Brasil comemora o 110º aniversário de nascimento do humanista potiguar Luis da Câmara Cascudo, responsável pela preservação do maior patrimônio brasileiro, a cultura do seu povo.

Seu instigante conceito de ecologia está implícito na concepção original do evento que ensejou este livro e pode ser útil aos seus leitores críticos.

“A ecologia, como um sistema de vasos comunicantes, provoca, adapta, modifica, anima, mantém o movimento da população. [...] A ecologia teve suas épocas de esplendor, de grande prestígio. [...] A educação, forma simpática da ecologia espiritual, possui suas transfigurações e baseou desmarcadas esperanças. [...] A educação não faz melhores, mas sim os aptos. [...] Da radiosa panaceia educacional restam a lição de prudência e os elementos reais para o entendimento do problema humano...”

PARTE

III

MOSAICO SISTÊMICO

RAÍZES DO PENSAMENTO USPIANO

O Brasil é realmente uma terra de contrastes, como bem percebeu Roger Bastide (1959). No plano cultural, o tardio funcionamento da universidade enseja um desses contrastes. As primeiras iniciativas vão se dar apenas no século XX, não por decisão do governo federal, mas pelo voluntarismo de governos locais.

Na década de 1930, começam a funcionar as nossas instituições pioneiras: a USP, Universidade de São Paulo, criada em 1934 pelo governador Armando de Salles Oliveira, e a UDF, Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), fundada em 1935 pelo prefeito Pedro Ernesto.

A USP se inspira no tradicional sistema europeu, e a UDF incorpora muitos traços da moderna universidade norte-americana. Na primeira, o fenômeno da comunicação aparece residualmente, só florescendo na década de 1960, quando foi criada a escola de comunicações culturais. Na segunda, a reflexão acadêmica sobre as fronteiras entre conhecimento e socialização se institucionaliza através da cátedra de jornalismo, confiada ao tirocínio do legendário Costa Rego.

13.1. TRADIÇÃO ARISTOCRÁTICA

Mas, no caso paulista, há evidências das relações entre a comunicação social e a universidade que poderiam ser denominadas precoces, embora eivadas de conflitos.

O projeto de criação da USP é precedido por uma mobilização da opinião pública, a partir do inquérito realizado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* junto às elites nacionais, suscitando a conveniência de se criar uma universidade no país, além de sondar sobre a natureza dessa instituição. A orientação e

realização dessa sondagem foi confiada ao sociólogo Fernando de Azevedo, em 1926, quando este era redator do jornal.

Tal como explicado por Ernesto de Souza Campos na *História da Universidade de São Paulo* (1954, p. 106), quando fundada, em 1934, sua composição incluía uma ampla infraestrutura comunicacional, composta por rádio, editora, filmoteca, discoteca, biblioteca, além de um serviço de extensão, para tornar “eficiente” a propagação do conhecimento gerado pelas unidades de ensino e pesquisa.

Em sua descrição do ambiente cultural de São Paulo, naquela conjuntura, o historiador reconhece a existência de um forte núcleo jornalístico (Campos, 1954, p. 71), mas deixa no ar a pergunta óbvia: como pode a USP contribuir para a formação de recursos humanos.

Trata-se de enigma a decifrar, pois o autor do livro citado possuía uma trajetória na vida pública nacional que eliminava qualquer indício de ingenuidade. Ernesto de Souza Campos exercera duas funções públicas que poderiam ensejar a elucidação do enigma, seja como reitor da USP, seja como Ministro da Educação. Até mesmo porque em sua descrição da trajetória da USP ele faz a defesa serena da propaganda como “elemento criador a se desdobrar em novas fontes do saber” (Campos, 1954, p. 71).

Ao analisar o processo de transformação porque passou a Universidade de São Paulo no período fundacional, o historiador Carlos Guilherme Mota destaca o aristocracismo peculiar ao seu núcleo de poder, o que permite supor que a barreira ao campo comunicacional estava justamente no comportamento apocalíptico que permeia a cúpula decisória da instituição, “na passagem da concepção aristocrática de cultura para a cultura de massa” (Mota, 1977, p. 47).

A mudança de atitude vai se dar através da pressão externa resultante da “conjuntura histórica” que emerge nos anos 1960, como bem o explica o historiador Virgílio Noya Pinto: “a ideia de criação de uma escola de comunicação emerge” quando “as novas tecnologias e novos pensares transformam aquele setor em não só estratégico, como de profunda repercussão social” (Pinto, 1994).

Mesmo assim a unidade criada em 1966 encontrou muitas resistências na conservadora *nomenklatura* uspiana. Sua denominação original – Escola de Comunicações Culturais – reflete nitidamente o preconceito com que foi

encarada pelos próprios criadores. A adoção do adjetivo *culturais* para explicitar a natureza do substantivo *comunicações* não deixa margem a dúvidas. Tanto assim que o elenco original dos seus cursos excluiu a propaganda, apesar de constituir uma carreira prestigiada pelo mercado de trabalho (Marques de Melo, 2010, p. 55).

Tal omissão foi corrigida nos anos 1970. “Por ser uma unidade profundamente relacionada com os movimentos socioeconômicos, a ECA vive cotidianamente a pressão do processo histórico e sofre o impacto das novas tecnologias [...], sendo meta constante [...] a formação de bons profissionais nas áreas de sua competência” (Pinto, 1994).

Todavia, a USP não excluiu a Comunicação como objeto de estudo, crítica ou investigação. Trata-se de um fenômeno sociocultural que mereceu atenção de vários dos seus docentes fundadores. Tais ideias foram recuperadas posteriormente pela equipe encarregada de desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão na nova unidade, principalmente no programa de Doutorado em Comunicações Culturais, iniciado em 1967, formando a primeira turma de professores titulados na própria instituição.

Assim sendo, a Comunicação demorou a ser atividade cognitiva dotada de autonomia na Universidade de São Paulo. Apesar de reconhecido como campo social pelos seus fundadores, o campo acadêmico demorou trinta anos para conquistar legitimidade. Essa área do saber só constituiria objeto de ensino, aprendizagem, pesquisa e reflexão trinta anos depois da fundação da universidade.

Trata-se de um processo cumulativo que envolveu pelo menos duas gerações, responsáveis pela formação do pensamento comunicacional uspiano. O pensamento seminal tecido pelos pioneiros-fundadores e continuado por seus discípulos-inovadores tem perfil hegemonicamente masculino. Apenas uma mulher fez parte do elenco dos 21 docentes que contribuíram para formar a geração encarregada de fortalecer o pensamento semeador, disseminado por seus sucessores renovadores, formados em outras unidades da universidade ou na própria instituição. Dos 18 docentes incluídos no segundo contingente, o segmento feminino forma um terço da equipe (Marques de Melo, 2014).

Cada pensador é representado por um dos seus textos paradigmáticos, permitindo a compreensão de suas ideias, no contexto em que foram

propostas. Para estabelecer essa relação entre autores e obras, entre texto e contexto, incluímos notas biobibliográficas que pretendem ser elucidativas das relações de gênero nas raízes do Pensamento Comunicacional Uspiano.

13.2. PIONEIROS

Constituído por cientistas recrutados em universidades forâneas, esse grupo também inclui humanistas brasileiros portadores de notório saber que contribuíram para arejar o pensamento uspiano em formação. Trata-se de um contingente masculino, cujas ideias comunicacionais se projetarão mais tarde nas matrizes disseminadas pela primeira geração dos professores da Escola de Comunicações Culturais.

1. *Fernando de Azevedo*

Mineiro de São Gonçalo do Sapucaí, Fernando de Azevedo (1894-1974) teve formação jesuítica, notabilizando-se como educador progressista e sociólogo de vanguarda. Exerceu também o jornalismo e ocupou funções executivas na administração pública, em setores de educação e cultura.

Docente fundador da Universidade de São Paulo, foi o responsável pelo desenvolvimento das Ciências Sociais, tomando a iniciativa de recrutar jovens mestres franceses, alemães e norte-americanos para ministrar os primeiros cursos dessa área na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Autor de obra oportuna e relevante, legou à academia dois textos referenciais: um de feição didático, *Princípios de sociologia* (São Paulo, Melhoramentos, 1956, 7ª. ed.), e um de natureza ensaística, *A cultura brasileira* (São Paulo, IBGE, 1943), que respaldam o estudo da comunicação social e fundamentam a cognição em diversas disciplinas.

Além de ter formado alguns dos pensadores que embasaram o repertório comunicacional uspiano – como é o caso dos seus assistentes e sucessores Antonio Candido e Florestan Fernandes, suas ideias marcaram a fisionomia intelectual dos docentes que desbravaram esse campo, antes e durante a implantação da ECA, especialmente Egon Schaden. Também pertencente à primeira geração brasileira de cientistas sociais, ele ajudou a construir o edifício cognitivo da pós-graduação em Comunicações Culturais.

O texto a seguir transcrito, datado do início dos anos 1960, traduz com perspicácia o contexto político-social que marcou nossa gênese acadêmica.

Publicado originalmente em 1962 pela Revista de Antropologia da USP,

esse texto resgata o espírito do tempo em que se desenvolveu no país a engrenagem midiática, suscitando a reflexão crítica da universidade sobre o impacto do progresso na vida cotidiana (modernização) e seus reflexos na economia política (desenvolvimento).

Trata-se de ensaio elaborado de acordo com o figurino típico dos trabalhos acadêmicos da época, mas cuja adoção em sala de aula, na conjuntura que emoldurou os “anos de chumbo” na USP, podia acarretar consequências imprevisíveis para seus responsáveis. É que o autor figurava como *persona non grata* aos dirigentes universitários da época.

Isso, apesar da conotação em certo sentido conservadora atribuída ao autor pela vanguarda radical da universidade, como era o caso do historiador Carlos Guilherme Mota. Em seu polêmico livro *Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974* (São Paulo, Ática, 1977), ele resgata a participação de Fernando de Azevedo na fundação da USP como integrante da “elite anticapitalista” empenhada na criação de uma universidade que não reproduzisse os anacronismos pedagógicos da Universidade de Coimbra.

Não obstante, Mota argumenta que o “aristocracismo” peculiar ao grupo o induz a comportar-se de forma apocalíptica perante a cultura de massa que se avizinhava ao nosso país. O medo do “nivelamento social” e da “participação política” das massas na vida nacional inibia essa corrente intelectual em que se engajara Fernando de Azevedo. Tal sentimento está explícito no texto escolhido para esta coletânea, no qual o autor alerta que “progresso” não se confunde com “mudança social”, pressupondo o “progresso da ciência”.

Mesmo configurando um estudo rigorosamente submetido aos cânones universitários, parecia temeridade publicá-lo naquela conjuntura. É que o autor estava na lista negra das instâncias reitorais da época. Ele mesmo explica essa contingência em seu livro de memórias *História da minha vida* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1971). Depois de haver enfrentado o autoritarismo de Janio Quadros, então governador de São Paulo, Azevedo ficou indignado com a perseguição de colegas e ex-alunos pelos golpistas de 1964, que instauraram um Inquérito Policial Militar (IPM) para punir vários cientistas da USP. Ele assumiu ostensivamente a defesa dos perseguidos, denunciando à imprensa a complacência das autoridades uspianas.

Ainda que o folheto “A ideia de progresso” não contivesse ideias subversivas, o simples fato de editá-lo e reeditá-lo podia ensejar retaliações

do aparelho repressivo. Por isso, tanto eu quanto o professor Schaden pagamos preço elevado: fomos demitidos das funções docentes para só retornar à USP com a anistia política de 1979. Longe de ter sido gesto heroico, nossa decisão foi puramente acadêmica, na busca de tranquilidade cívica, com a sensação do dever cumprido.

Obras consultadas: Fernando Azevedo, *História da minha vida*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1971; Ernesto de Souza Campos, *História da Universidade de São Paulo*, São Paulo, EDUSP, 2004; Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974*, São Paulo, Ática, 1977.

2. Roger Bastide

Roger Bastide (1898-1974) fez parte da Missão Francesa que ajudou a consolidar as ciências sociais na Universidade de São Paulo. Aqui permanecendo de 1938 a 1954, pesquisou os fenômenos da cultura brasileira. Tornou-se o intérprete da intelectualidade junto aos movimentos populares, publicando livros e ensaios sobre o cafuné e o candomblé, bem como sobre outros aspectos da nossa cultura, cujos traços fundamentais estão reunidos no livro *Brasil, terra de contrastes* (1957).

Ajudou Fernando de Azevedo a implantar a cátedra de Sociologia, orientando as pesquisas iniciais de Florestan Fernandes sobre o folclore da cidade de São Paulo, de Antonio Candido sobre a cultura caipira e de Gilda de Mello e Souza sobre o barroco, além de outros pesquisadores.

A motivação de Bastide ao escrever o texto a seguir reproduzido, *Sociologia do folclore brasileiro* (São Paulo: Anhembi, 1959), foi entender a peculiaridade do nosso folclore como “cultura de exportação”, em parte oriunda da África e em parte procedente da Europa. É nesse sentido que ele considera o Brasil como “arqueocivilização” que mescla dinamicamente o erudito e o popular.

Examinando detidamente a obra de Roger Bastide sobre o folclore brasileiro, Fernanda Areas Peixoto sugere: “O primitivo e o arcaico na obra de Bastide ensinam menos sobre o passado e sobre as origens do que sobre o presente”, problematizando e colocando em xeque o saber canonizado. A “diferença” oferece “modelos utópicos” que orientam os processos de “transformação”.

Certamente por isso é que não causou surpresa a Roger Bastide, quando esteve na Escola de Comunicações Culturais, em sua última visita à USP, que

o referido texto ainda estivesse circulando entre os estudantes dos novos cursos de comunicação, com os quais fez questão de dialogar cordialmente, denotando uma atitude de perplexidade investigativa e ao mesmo tempo de satisfação intelectual.

Obras consultadas: Antonio Candido, “Roger Bastide e a Literatura Brasileira”, *Recortes*, São Paulo, Cia. das Letras, 1993, p. 99-104; Forestan Fernandes, *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*, Petrópolis, Vozes, 1979, Gilda Mello e Souza, “A Estética Pobre de Roger Bastide”, *Revista do IEB*, São Paulo, USP, 1978; Fernanda Areas Peixoto, *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*, São Paulo, EDUSP, 2000; Maria Isaura Pereira de Queiroz, “Nostalgia do outro e do alhures”, em *Roger Bastide*, São Paulo, Ática, 1983, p. 7-77.

3. Fernand Braudel

Integrante da Missão Francesa que contribuiu para o fortalecimento da Universidade de São Paulo, o historiador Fernand Paul Braudel (1902-1985) viveu em São Paulo no triênio 1935-1938, depois de haver lecionado na Argélia (1923-1933). Essa convivência com povos e sociedades diferentes exerceu muita influência na sua atividade historiográfica, reforçando a necessidade de combinar estrutura e conjuntura no estudo das civilizações.

Quando publicou em 1959 seu livro sobre a civilização mediterrânea no tempo de Felipe II, em parte escrito no Brasil, instituiu um novo paradigma que combina análise diacrônica e sincrônica para compreender os fatos históricos, cuja demonstração foi feita com sabedoria e ousadia pelos discípulos da *École des Annales*.

Essa concepção historiográfica está evidente no artigo “Conceito de país novo”, escrito em 1936, a pedido dos seus alunos paulistas para a revista *Filosofia, Ciências e Letras*. Comparando a sociedade francesa com a brasileira, ele reconhece que a França padecia de um engessamento institucional, subordinando as conjunturas sociais à estrutura econômica. Enquanto isso, o Brasil desfrutava de flexibilidade capaz de condicionar o econômico ao social, embora a sociedade estivesse sujeita a flutuações “tanto no sentido ascensional como no do naufrágio”.

Na opinião de Fernando Novaes, Braudel foi um dos “maiores historiadores” do século XX, sendo figura proeminente no Brasil, admirado justamente porque tinha “postura muito firme” na defesa de suas ideias.

O texto a seguir reproduzido, “Cartografia do mundo atual”, datado de 1935, constitui fonte significativa para exemplificar o raciocínio do historiador, cuja explicitação teórica vamos encontrar em alguns dos seus livros posteriores, especialmente na “Gramática das Civilizações”.

A difusão do pensamento braudeliano se fez de modo intenso no *campus* da USP, através dos pesquisadores que seguiram seus cursos aqui ou na Sorbonne. Seu principal exegeta é sem dúvida o professor Eduardo d’Oliveira França, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, secundado por seu discípulo na Escola de Comunicações e Artes, Virgílio Noya Pinto.

Braudel manteve permanente relação com seus colegas e seguidores brasileiros, tendo sido alvo de merecidas homenagens em 2002, ano do seu centenário.

Obras consultadas: Alan Bullock e R. E. Woodings, *20th Century Culture*, New York, Harper & Row, 1983; Fernando Novaes, “Depoimento: Braudel e a missão francesa”, *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, São Paulo, IEA-USP, 1994; Paulo Henrique Martinez, “Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP”, *Revista de História*, 140, 2002, p. 11-27.

4. Sérgio Buarque de Holanda

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) iniciou sua participação na vida acadêmica paulista em 1947, como professor de História Econômica do Brasil na Escola de Sociologia e Política, então agregada à Universidade de São Paulo. Mas só em 1958 conquista em concurso público a cátedra de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com a tese “Visão do Paraíso”.

Antes disso, perfilara uma carreira intelectual brilhante como jornalista, ensaísta e gestor cultural. Além de publicar o clássico *Raízes do Brasil* (1936), ganhou notoriedade como diretor do Museu Paulista, cargo ocupado desde 1946.

Sua trajetória jornalística começa em 1921, colaborando com o *Rio Jornal*, e tem continuidade em 1924, quando atua como redator da agência francesa *Havas*, na sucursal do Rio de Janeiro, passando em 1927 à agência norte-americana *United Press* e ao *Jornal do Brasil*. Em 1929, assume o cargo de correspondente dos *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, situado em

Berlim, retornando ao Brasil em 1931 para prestar serviços novamente às agências *Havas* e *United Press* e mais adiante ao *Diário de Notícias*.

A carreira docente foi iniciada em 1936, quando ingressa na Universidade do Distrito Federal como assistente dos professores Hauser e Troughon, da Missão Francesa no Rio de Janeiro, lecionando respectivamente História da Civilização Contemporânea e Literatura Comparada. Tem também oportunidade de cooperar com universidades estrangeiras: França, Itália, Estados Unidos e Chile.

No âmbito da Universidade de São Paulo: Sérgio funda e dirige o Instituto de Estudos Brasileiros, que passou a preservar o acervo pessoal de escritores do porte de Mario de Andrade e Graciliano Ramos, bem como a Brasileira de José Mindlin.

Entretanto, sua maior obra nesse período foi sem dúvida a coleção paradigmática “História Geral da Civilização Brasileira”, cujas duas primeiras fases – Brasil colonial e Brasil imperial – ficaram sob a sua responsabilidade direta. Desse e de outros projetos de pesquisa participaram alguns pesquisadores que depois se engajariam em atividades científicas na ECA-USP, entre eles José Ferreira Carrato e Antonia Fernanda de Almeida Pacca Wrigth.

Ao ser indagado pelo acadêmico Richard Graham, editor da revista *Hispanic American History Review*, qual o conselho que daria aos historiadores mais jovens, Sérgio respondeu com uma bela lição de comunicabilidade. “O que consegui fazer, bem ou mal, não me veio como dádiva milagrosa. Veio como uma conquista gradual sobre uma fraqueza minha, não sei se adquirida ou congênita: falava e escrevia como se fosse para mim mesmo...” E completou argumentando: “Algumas vezes, isso exigiu uma pesquisa longa e cuidadosa, e eu tinha que estar vigilante [...] para ser conciso [...] porque [...] o leitor pode cansar-se de você”.

Trata-se em verdade de uma exteriorização do seu *humanismo* intrínseco, condição que o autor manifesta no texto a seguir reproduzido. O foco da narrativa é o significado do existencialismo sartreano, na tentativa de “vulgarizar suas ideias”, quando confrontado com a “subjetividade” inerente à noção de “possibilidade”, contida na filosofia de Kierkegaard e ao sentido de “necessidade”, peculiar ao pensamento de Heidegger.

Não é sem razão que Buarque de Holanda conclui seu artigo “A procura de

um humanismo” resgatando a velha querela entre ciência e filosofia para endossar existencialmente a postura de Cícero, que “trouxe a filosofia do Céu para as cidades e as moradas dos homens”, vigilante no sentido de evitar um “salto no vazio”.

Obras consultadas: Renato Martins, *Sérgio Buarque de Holanda*, Rio de Janeiro, Azougue Editorial, 2009; Antonio Candido, Um homem de duas cidades, *Jornal da USP*, p. 9, São Paulo, USP, 19/09/2011; Silvia Miguel, “IEB faz 50 anos e lembra Sérgio Buarque de Holanda”, *Jornal da USP*, p. 8, São Paulo, USP, 19/09/2011.

5. João Cruz Costa

João Cruz Costa (1904-1978) começou a estudar Medicina, mas desviou-se de rota quando viajou a Paris para se especializar. Ele tinha predileção pela Psicologia e desejava enveredar pela Psiquiatria, quando foi persuadido pelo professor Georges Dumas, amigo do Brasil influente na Sorbonne, a estudar Filosofia. Retornando ao país preparou-se para o ingresso na Universidade de São Paulo, onde estudou com os mestres franceses da primeira geração, vindo a se tornar assistente do professor Jean Maugé. Doutorou-se em 1940, com a tese *Crítica das ideias políticas tomistas de Suarez*, sendo indicado pelo professor Maugé para sucedê-lo na regência da cátedra de Filosofia, o que se efetivou logo em seguida.

Cruz Costa já estava respondendo por essa Cátedra em 1945, quando foi aberto o concurso público de professor catedrático de Filosofia. Esse concurso só foi realizado em 1954, depois de protelado, várias vezes, em decorrência dos embargos interpostos pelos seus concorrentes.

Autor de obra significativa sobre a história do pensamento filosófico brasileiro, iniciada em 1938 com o ensaio *Alguns aspectos da filosofia no Brasil* (São Paulo, FFCL) e continuada com a publicação da sua tese de cátedra *O desenvolvimento da filosofia no Brasil no século XIX* (São Paulo, FFCL, 1954), culmina com o livro-síntese *Contribuição à história das ideias no Brasil* (Rio de Janeiro, José Olympio, 1956), reeditado pela Editora Civilização Brasileira (1967). Desta obra, reproduzimos aqui uma de suas partes conclusivas.

Perseguido pelo governo militar, foi demitido da USP em 1966, passando a desenvolver atividades no exterior, quer como conselheiro da Biblioteca do Congresso em Washington (EUA), quer como docente/pesquisador da

Universidade de Reims (França), onde conquistou o título de Doutor Honoris Causa. Faleceu em 1978.

“Seus últimos anos foram amargurados pela seriedade uniformizada que tomou conta do país”, como descreveu seu discípulo José Arthur Gianotti. Esse ambiente era inaceitável para alguém como João Cruz Costa, que “passou a vida argumentando e caçoando contra o germanismo fenomenológico e o historicismo crociano que alimentaram o pensamento da direita”.

Fazendo um balanço da atuação do Mestre, Gianotti afirma que

sem Cruz Costa, a nova geração que começa a ocupar os postos da filosofia paulista não seria o que é, não teria encontrado a ponte entre o ensino francês que, vindo pronto de fora, punha em perigo as possibilidades de nosso enraizamento, e a tradição portuguesa do soldado prático, ao mesmo tempo gatuno e pensador.

Além de José Arthur Gianotti, que o sucedeu na direção do Departamento de Filosofia da USP, Cruz Costa formou vários filósofos que passaram a ocupar postos importantes nas universidades brasileiras. Dentre eles, encontram-se Livio Teixeira, que deu as primeiras aulas de filosofia na Escola de Comunicações Culturais, e Linneu de Camargo Schützer, que atuou na pós-graduação, na década de 1960.

Obras consultadas: Bruno Bontempi Junior, “Rivalidade, parricídio intelectual e invasão de fronteiras na trajetória de Cruz Costa”, *Anos 90*, v. 16, n. 29, p. 155-181, Porto Alegre, 2009; Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, João Cruz Costa, *Dicionário Biobibliográfico* (consulta feita em 18/02/2013); Hebe C. Boa-Viagem A. Costa, “Resgatando a memória dos pioneiros: João Cruz Costa”, *Boletim da Academia Paulista de Psicologia*, v. 28, n. 2, São Paulo, 2008; José Arthur Gianotti, “João Cruz Costa”, *Estudos Avançados*, vol. 8, n. 22, São Paulo, IEA-USP, 1994; “Entrevista com João Cruz Costa”, *Trans/form/Ação*, Marília, vol. 34, 2011.

6. Fidelino de Figueiredo

Fidelino de Figueiredo (1888-1967) pertenceu à geração de intelectuais portugueses que combateu o obscurantismo cultural e o absolutismo político responsáveis pelo fechamento das portas lusitanas às inovações científicas e aos ideais democráticos.

Ungido pela fama de introdutor dos estudos de literatura portuguesa na Espanha (Madri) e nos Estados Unidos (Berkeley), ele foi contratado em

1938 para realizar tarefa semelhante na Universidade de São Paulo, onde permaneceu até 1951.

Além de implantar a Cátedra de Literatura Portuguesa, Figueiredo desenvolveu pesquisas que serviram como paradigma para outras universidades brasileiras, formando uma geração brasileira de pesquisadores e produzindo conhecimentos relevantes, divulgados em primeira mão pelo boletim *Letras* e depois ampliados sob a forma de artigos de revistas, capítulos de livros ou coletâneas de ensaios críticos. Além disso, promoveu atividades valiosas de extensão universitária, ministrando cursos destinados ao grande público ou escrevendo matérias acessíveis aos cidadãos comuns regularmente publicadas pelos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Discípulo intelectual do humanista espanhol Miguel de Unamuno, notabilizou-se pelo espírito liberal e pelo antipositivismo convicto, o que transparece com nitidez no seu livro *As duas Espanhas* (1931), onde profetiza os acontecimentos que desembocaram na Guerra Civil e nutriram o Regime Franquista, argumentando que a “civilização hispânica” estava ancorada num “princípio de luta” entre “duas Espanhas inconciliáveis, mas indispensáveis uma à outra” (Rodriguez, 2001).

Fidelino de Figueiredo formou alguns dos pesquisadores uspianos que embasaram o pensamento comunicacional disseminado na Escola de Comunicações Culturais, principalmente Julio Garcia Morejón. Nosso primeiro diretor a ele dedicou um ensaio antológico, *Dos colecionadores de angústias* (1967), no qual analisa detidamente sua correspondência com Miguel de Unamuno. Também gravitaram, em seu entorno, os catedráticos Antonio Soares Amora, seu sucessor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e Rolando Morel Pinto, baluarte do pensamento literário cultivado na recém-criada Escola de Comunicações Culturais. Quando essa unidade acadêmica da USP foi criada em 1966, Figueiredo já se encontrava em Lisboa, onde veio a falecer, em 1967. Mas suas ideias iluminaram a formação da primeira geração dos pensadores comunicacionais uspianos.

O texto a seguir reproduzido trata da concepção obsoleta dos gêneros literários reduzidos ao universo da ficção para alargar a noção de literatura, entendida como forma de conhecimento que resulta da intuição profunda e da expressão comunicativa.

Obras consultadas: Antonio Soares Amora, “Fidelino de Figueiredo na

origem dos estudos de Literatura Portuguesa no Brasil”, *Estudos Avançados*, vol. 8, n. 22, São Paulo, 1994; Julio Garcia Morejón, *Dos colecionadores de angustias*, Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1967; Ricardo Velez Rodriguez, *Um liberal português do século XX: Fidelino de Souza Figueiredo*, Juiz de Fora, UFJF, Centro de Pesquisas Estratégicas, 2001.

7. Claude Lévi-Strauss

Considerado um dos pais do estruturalismo em ciências humanas (Leach, 1973), as teses de Claude Lévi-Strauss (1908-2009) sobre as trocas simbólicas nas sociedades primitivas serviram de fundamento para as transposições teóricas que nutriram a compreensão dos processos comunicacionais em sociedades modernas.

As contribuições relevantes desse antropólogo para as ciências da comunicação estão contidas no livro *As estruturas elementares do parentesco* (1947), cujas evidências empíricas foram colhidas no Brasil, durante as missões aqui realizadas nos anos 1930 e 40. Docente fundador da Universidade de São Paulo, Lévi-Strauss lecionou antropologia na metrópole paulistana, mas fez pesquisas de campo em tribos do Brasil central, colhendo acervo precioso para suas obras paradigmáticas.

Sua primeira incursão em território brasileiro se deu, como professor e pesquisador, em meados dos anos 1930, quando aqui permaneceu durante cinco anos, retornando periodicamente nas décadas de 40 e 50 do século passado, como pesquisador e conferencista. Suas impressões dessas curtas estâncias brasileiras foram narradas com irônica sabedoria no livro *Tristes trópicos* (1955).

Mas ele não se limitou a observar o cotidiano das nossas populações indígenas para relatar aos pares da comunidade científica mundial. Dedicou-se também à observação de fenômenos eurocêntricos para transformar em matéria-prima jornalística, publicando artigos em revistas culturais ou nos suplementos de fim de semana dos jornais diários. Dessa maneira, polemizava com os intelectuais brasileiros, causando impacto ou simplesmente despertando apetites investigativos.

Foi no exercício de uma dessas narrativas que Lévi-Strauss perfilou papel emblemático, desbravando o universo cultural que Luiz Beltrão posteriormente descortinaria, rotulando como folkcomunicação (Marques de Melo, 2008).

Trata-se do artigo “Papai Noel Supliciado”, difundido pela revista mensal *Anhembi*, v. 6, n. 16, que circulou na edição de março de 1952, p. 12-26. Publicada em São Paulo pelo jornalista Paulo Duarte, seu propósito era formar correntes de opinião pública, estimulando a vanguarda intelectual.

Esse texto focaliza o insólito episódio estampado nas manchetes dos jornais franceses em dezembro de 1951, relatando o auto de fé protagonizado no adro da Catedral de Dijon, onde um boneco do Papai Noel foi enforcado e depois queimado, na véspera do Natal, na presença de grupos atônitos de crianças.

A encenação simbolizava o desejo clerical de preservação das tradições natalinas genuinamente gaulesas, sob ameaça de desagregação pela escalada de inovações ianques. Perpetrados pelos contingentes militares estacionados no velho continente, logo depois da vitória aliada que derrotou o nazismo, tais atos contaram também com a participação das equipes civis, engajadas em programas assistenciais subsidiadas pelo Plano Marshall.

Na verdade, o acontecimento embutia o sentimento de capitulação cultural do povo francês, violentado pela dominação germânica, durante a guerra, e seduzido pela modernidade que os aliados norte-americanos difundiam largamente através dos programas de reconstrução europeia, no pós-guerra.

O cerne da questão era a decadência dos costumes tradicionais, representados pelo culto cristão do presépio, e sua substituição pelo signo pagão do Papai Noel. Nessa cruzada ecumênica, agentes eclesiais católicos e evangélicos uniram esforços, abençoados pelas respectivas autoridades hierárquicas.

Trata-se de embate entre o culto à pobreza, implícito na tradição franciscana de revalorização do nascimento de Cristo, e o mito da prosperidade explícito na veneração à figura paternal do velho Noel, distribuindo presentes às crianças. Não surpreende a entronização gradativa do Papai Noel e a decadência da lapinha do menino Jesus, na esteira de uma economia aviltada pela privação, até mesmo dos bens essenciais. No transcurso do conflito bélico, isso ocorreu não apenas na França, mas em escala mundial, tendo em vista a expansão capitalista no ocidente europeu.

A exegese feita pelo autor, tendo como fonte a notícia publicada pelo jornal *France Soir* (24/12/1951), explicita um tipo de análise dos elementos constitutivos dos fatos, antecipando a interpretação folkcomunicacional

desenvolvida por Luiz Beltrão em sua tese de doutorado na Universidade de Brasília (1967), relacionando os fatos difundidos pela imprensa com as categorias instituídas pela antropologia e pela etnografia.

Em razão disso, não hesitei em incorporar esse texto de Lévi-Strauss à antologia *Folkcomunicação* que preparei para uso dos alunos e professores da Universidade de São Paulo, publicada pela Editora Comunicações e Artes (1971). Desse volume participaram outros desbravadores do território da folkcomunicação, como por exemplo os brasileiros Ariano Suassuna, Luis da Câmara Cascudo, Mauro Mota, Hernani Donato etc. (Marques de Melo, 1971).

Duas observações finais de Lévi-Strauss merecem reflexão por parte das novas gerações de pesquisadores engajados nessa disciplina.

A primeira é de natureza metodológica: a análise realizada foi de corte sincrônico, mas as evidências sugerem que os pesquisadores chegariam a idênticas conclusões se tivessem priorizado a análise diacrônica.

A segunda tem feição teleológica: da mesma maneira que os sacerdotes de Dijon tiveram razão ao denunciar os paradoxos do já referido “auto de fé”, deve-se reconhecer iguais oportunidades para a defesa dos patronos de Papai Noel.

Obras consultadas: Edmund Leach, *As ideias de Lévi-Strauss*, São Paulo, Cultrix, 1973; Claude Lévi-Strauss, *As estruturas elementares do parentesco*, Petrópolis, Vozes, 1976; José Marques de Melo, *Folkcomunicação*, São Paulo, ECA-USP, 1971; *Mídia e cultura popular*, São Paulo, Paulus, 2008.

8. Donald Pierson

O sociólogo norte-americano Donald Pierson (1900-1995) foi um dos mais importantes *brazilianists* – pesquisadores que privilegiaram o Brasil em suas agendas acadêmicas. Discípulo de eminentes cientistas sociais, como Robert Park e Robert Redfield, da Universidade de Chicago, visitou o país pela primeira vez no início dos anos 1930, conhecendo as cidades de Salvador e Rio de Janeiro.

Só em 1939, quando tinha familiaridade com a sociedade e a cultura brasileiras, fez parte da equipe dos acadêmicos dos EUA que colaboraram para o fortalecimento da Sociologia no Brasil, vinculados à Escola de Sociologia e Política, fundado em São Paulo, em 1933, mas que passou à condição de unidade agregada à USP, quando a instituição foi criada em

1934.

Contando com o apoio da burguesia paulista e a simpatia de grandes intelectuais brasileiros como Gilberto Freyre, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, Pierson instaurou um modelo dinâmico de formação pós-graduada, envolvendo seus alunos em pesquisas de campo, sempre contemplando variáveis comunicacionais no âmbito dos grupos primários. Nesse sentido, ele demonstrou pleno conhecimento da experiência acumulada por seu mestre Robert Park.

Atuou também em conexão com as editoras do Rio e São Paulo, publicando textos que seus alunos traduziram das obras clássicas norte-americanas, muitos deles tratando de relações de vizinhança, isolamento comunitário e conversações interpessoais e intergrupais.

Seu livro *Teoria e pesquisa em sociologia* (1953) foi uma espécie de bíblia da pesquisa empírica, alcançando mais de vinte edições, distribuídas pela Cia. Editora Melhoramentos. Da mesma forma, *Cruz das almas* (1951) se converte em fonte de referência obrigatória nos estudos de comunidade, que precedem a mais recente bibliografia de comunicação comunitária.

Em São Paulo, ele formou uma série de intelectuais brasileiros que adquiriram notoriedade, como por exemplo Darcy Ribeiro, Octavio da Costa Eduardo, Levy Cruz.

A este seleto grupo somam-se Florestan Fernandes, Antonio Candido, Sérgio Buarque de Holanda, Egon Schaden ou Hiroshi Saito, que contribuíram de forma direta ou indireta para o desenvolvimento da pesquisa avançada em Comunicações Culturais na USP.

Ainda não se fez um inventário das contribuições de Donald Pierson para a pesquisa comunicacional brasileira, cujos rastros estão visíveis nas teses defendidas pela geração que sedimentou e fortaleceu a pós-graduação na ECA-USP.

Para simbolizar tal influência, foi selecionado o texto, a seguir reproduzido, “Isolamento, contacto e conversação”, capítulo do livro *Cruz das almas* (1966), aqui publicado justamente no ano em que a ECA-USP foi instituída.

Obras consultadas: AEL, *Donald Pierson*, Campinas, IFCH, UNICAMP, 2009; Mariza Correa, *História da antropologia no Brasil*, testemunhos: Emilio Willems e Donald Pierson, Campinas, Editora da UNICAMP, 1987;

Florestan Fernandes, *A Sociologia no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1977;

Octavio Ianni, *Sociologia e sociedade no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1975; Edgard S. G. Mendoza, “Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil”, *Sociologias*, n. 14, Porto Alegre, 2005; Lúcia Lippi Oliveira, “Donald Pierson e a Sociologia no Brasil”, *Boletim bibliográfico*, n. 23, p. 35-48, Rio de Janeiro, ANPOCS, 1987.

13.3. BALUARTES

Nesse segmento estão agrupados os docentes da segunda geração uspiana – os discípulos dos professores fundadores –, também constituída por figuras da intelectualidade brasileira recrutadas pela USP.

9. Antônio Soares Amora

Paulistano de nascimento e vivência (1917-1999), mas herdeiro de tradições cearenses que influíram em seu empreendedorismo, cultivou traços de personalidade lusitana por opção acadêmica e vínculos matrimoniais, o que determinou seu estilo diplomático de agir e triunfar.

Dedicou-se ao estudo da literatura, frequentando na Universidade de São Paulo as aulas de Fidelino de Figueiredo e revelando grande interesse pela literatura portuguesa. Recompensado pelo mestre, tornou-se professor assistente, vindo a sucedê-lo na cátedra, quando este concluiu seu estágio no Brasil, em 1951. Prestou concurso público em 1955, conquistando notoriedade pela clareza didática e pela competência como gestor.

Casou-se com Helena, filha de Fidelino de Figueiredo, mantendo forte ligação com o acervo do sogro e mestre.

Além de consolidar a cátedra de estudos portugueses criada na USP, realizou também missão semelhante nas universidades de Hamburgo (Alemanha) e Wisconsin (EUA).

Em 1959, foi nomeado diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, onde reuniu uma equipe jovem e promissora, comprometida com a instauração de uma faculdade moderna e modelar, sendo respaldada pela contratação de docentes e discentes em tempo integral. Parte dessa equipe foi transferida para a Escola de Comunicações Culturais da USP, conduzindo-a de acordo com uma filosofia de trabalho dinâmico e transformador.

Foi justamente essa capacidade de liderança e empreendimento que determinou a transferência de Amora para o mundo midiático, no qual desempenhou funções relevantes nas áreas de televisão e produção editorial,

respectivamente na Fundação Padre Anchieta (TV Cultura) e na Editora Abril.

O livre trânsito que ele possuía nesse universo beneficiou seus colegas de Assis e da USP, especialmente Julio Garcia Morejón, Rolando Morel Pinto, José Ferreira Carrato e André Casquel Madrid, na adoção de processos dinâmicos no ensino e na pesquisa das Comunicações Culturais.

Para melhor delinear sua personalidade intelectual, vale a pena recorrer ao perfil que dele compôs Massaud Moisés: “Figura de professor, historiador e crítico representativo do melhor espírito universitário [...] {serviu} de modelo em que mais de uma geração se espelhou...”.

Autor de obra multivariada nos campos da História e Teoria da Literatura, deu especial atenção ao problema dos gêneros literários, em linhas gerais concebidos no texto que reproduzimos a seguir, lembrando que seu raciocínio está ancorado na visão de Fidelino de Figueiredo e sua argumentação inspira-se nos conceitos de Benedetto Croce.

Obras consultadas: Larousse Cultural, “Antonio Soares Amora”, *Brasil A/Z*, São Paulo, Editora Universo, 1988, p. 37; Massaud Moisés, Antonio Soares Amora, *Anais do XXII Congresso Internacional da ABRAPLIP*, s.d.; Wikipedia, “Antonio Soares Amora”, consulta feita em 21/02/2013.

10. Antonio Cândido de Mello e Souza

Carioca de nascimento (1918), mineiro por tradição familiar e paulista por opção ocupacional, Antonio Cândido de Mello e Souza pertence à primeira geração de intelectuais formados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde fez carreira acadêmica.

Inicialmente, estudou direito, matriculando-se também no curso de ciências sociais, ao qual deu preferência, tendo sido aluno-assistente de Roger Bastide e de Fernando de Azevedo, colega de turma de Florestan Fernandes e Egon Schaden, mas também vinculando-se literariamente ao grupo que editou a revista *Clima*, juntamente com Paulo Emilio Salles Gomes e Almeida Salles.

Da Sociologia migrou para a História da Literatura, dedicando-se intensamente ao universo brasileiro, através de estudos diacrônicos que foram enfeixados em seu clássico *Formação da literatura brasileira* (1959) e de estudos sincrônicos, reunidos em diversas obras, das quais as mais significativas são *Os parceiros do Rio Bonito* (1964) e *Literatura e sociedade* (1965), publicadas na conjuntura que marcou a criação da Escola de

Comunicações Culturais.

Cândido foi um dos pensadores uspianos que participou do grupo de Assis, no princípio da década de 1960, mas acabou por aceitar convite para ser professor associado da Universidade de Paris, entre 1964-1966. No seu retorno a São Paulo, estava na ordem do dia a criação da Escola de Comunicações Culturais, tendo ele adotado atitude simpática à nova unidade da USP, orientando candidatos ao doutorado nessa nova área do saber, como foi o caso de Jacob Guinsburg e mais tarde de Ismail Xavier, aproximando-se de objetos ainda não legitimados pela academia, respectivamente teatro e cinema.

É bem verdade que o seu interesse pelos aspectos sistêmicos da literatura o conduz necessariamente à compreensão dos circuitos da produção e do consumo do livro e de seus congêneres, motivando a leitura e o debate dos textos de sua autoria que focalizam singularidades brasileiras. Dentre tais escritos, destacou-se o artigo “Dialética da malandragem”, dedicado a elucidar os signos da indústria cultural, precocemente identificados no “romance de costumes” *Memórias de um sargento de milícias* (1894).

Incluído nesta coletânea, tal artigo provoca sensíveis reflexões dos agentes midiáticos em relação ao que transparece com nitidez o romancista Manuel Antonio de Almeida, conotando picarescamente uma “terra sem males definitivos”, onde “não se trabalha, não se passa necessidade”.

Em sua anotação final, Antonio Cândido adverte que, em vez de compor um “panorama documentário do Brasil joanino”, o autor do romance produz uma “fábula realista”, retratando a “sociedade parasitária e indolente da era dos homens livres” gerada pela “brutalidade do trabalho escravo que o romancista elide junto com outras formas de violência”.

Obras consultadas: Almanaque Abril, *Quem é quem na História do Brasil*, São Paulo, Editora Abril, 2000, p. 141; Larousse Cultural, *Brasil A/Z*, São Paulo, Editora Universo, 1987, p. 158; Jorge Ruedas de la Serna, *História e literatura: homenagem a Antônio Cândido*, Campinas, Editora UNICAMP, 2003.

11. José Ferreira Carrato

José Ferreira Carrato nasceu em Minas Gerais, mas viveu em São Paulo durante o período de sua formação acadêmica na Universidade de São Paulo, onde doutorou-se em História do Brasil, supervisionado por mestres do porte

de Sérgio Buarque de Holanda. Dedicou-se ao estudo da sociedade mineira, particularmente suas igrejas e centros de formação religiosa, sobretudo o Colégio do Caraça.

Bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian, em Portugal, e do Instituto de Cultura Hispânica, em Madrid, empreendeu viagens de estudo à França, Itália, Suíça, Áustria e Alemanha.

É autor de obra consistente, de acordo com os padrões típicos da história documental. Publicou os seguintes livros: *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça* (fruto da sua tese de doutorado, incluído na Coleção Brasileira), *Os monges viajantes da Irlanda*, *A crise dos costumes nas Minas do século XVIII*, *Povoamento e música nas Minas setecentistas*, além de *Iluminismo e escolas coloniais mineiras* (obra resultante da sua tese de livre-docência).

Militou também no rádio e na televisão, onde conquistou troféus emblemáticos, entre eles o de “melhor programador de rádio e TV do IV Centenário da cidade de São Paulo”.

Lecionou inicialmente nas Faculdades de Filosofia de Franca e de Assis, candidatando-se para reger a cadeira de História da Civilização Brasileira na Escola de Comunicações Culturais, o que ocorreu nos primeiros anos da instituição, onde também supervisionou teses de doutorado, como a de André Casquel Madrid, que estudou os primórdios de rádio e da televisão no Brasil.

Membro da Academia Mineira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, desempenhou o papel de primeiro editor da *Revista de Comunicações Culturais*, publicando na edição n. 1 (1967) um bem documentado ensaio sobre o Padre Joaquim Viegas de Menezes, considerado o “pai da imprensa mineira”, delineando o mundo em que ele vivia. É justamente o capítulo introdutório desse longo estudo que reproduzimos nesta antologia.

Trata-se de contribuição notável para recompor as peças do quebra-cabeça que se formou a propósito da implantação da imprensa no Brasil, confirmando em parte a tese de que o governo português agiu desta maneira por razões de natureza econômica (preservando o monopólio das indústrias para o Reino) mais do que por simples miopia política (impedindo a independência da colônia americana). Brasileiros do porte de Hipólito José da Costa, frei Veloso e padre Viegas de Menezes foram estimulados a conhecer os meandros da atividade editorial em Lisboa, na oficina do Arco do Cego,

sem que isso ameaçasse o império português.

Da mesma maneira agiu o padre Viegas de Menezes, de volta a Minas Gerais, munido da tecnologia de impressão calcográfica. Ele foi persuadido pelo governador da capitania de Minas Gerais a imprimir, em 1807, um poema encomiástico louvando os méritos do governador lusitano, como bem o pontua o professor Jairo Farias Mendes (2002, p. 29-30).

Obras consultadas: Guia do candidato II, Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1967, p. 41-42; Colaboradores, *Revista da Escola de Comunicações Culturais*, n. 1, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1967, p. 5; José Marques de Melo, *Sociologia da imprensa brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1973; Jairo Farias Mendes, “A história da imprensa em Minas Gerais”, em Guilherme Rezende, *Impasses e perspectivas da imprensa em Minas Gerais*, São João Del Rei, Editora da UFSJ, 2012, p. 16-36.

12. Florestan Fernandes

Personalidade marcante da sociologia brasileira, Florestan Fernandes (1920-1995) é um exemplo de ascensão na vida acadêmica por méritos próprios. Nascendo em família pobre, filho de uma empregada doméstica, trabalhou duro para estudar e seguir carreira universitária. Iniciou os estudos de ciências sociais na Escola de Sociologia e Política, incorporando-se depois à primeira geração dos pensadores uspianos.

Destacou-se como aluno fora de série que não desperdiçou as oportunidades surgidas. Em seu depoimento sobre o “jovem Florestan”, o colega de turma Antonio Cândido anota: “tendo sido estudante notável, quando se formou, mais de um professor quis tê-lo como assistente”.

Desde o início de seus estudos pós-graduados, Florestan se interessou pelos fenômenos folclóricos, produzindo uma série de artigos em jornais e revistas que circularam na Escola de Comunicações Culturais por indicação de professores que haviam sido seus colegas, discípulos ou referentes, entre eles Egon Schaden, Hiroshi Saito, Virgilio Noya Pinto, José Marques de Melo.

Da mesma maneira, suas ideias sobre o livro como fonte de cultura, o escritor como agente intelectual e a escola como agência de socialização, bem como suas opções e reflexões metodológicas influenciaram vários docentes inscritos no programa de doutorado em Comunicações Culturais.

Sua contribuição intelectual foi inestimável, mesmo sem ter participado da

docência em nossa instituição, pois na conjuntura em que nos instalávamos e fortalecíamos, ele estava empenhado em resistir ao autoritarismo crescente no país.

Quem tiver a curiosidade de examinar o “Sumário biobliográfico” que Maria Arminda do Nascimento Arruda inclui em sua antologia *Florestan Fernandes: leituras e legados* compreenderá com nitidez sua identidade com os aspectos comunicacionais da nossa sociedade, sobretudo no período entre 1942 e 1968.

O texto a seguir reproduzido data precisamente desse momento em que a vida democrática brasileira envereda pelo estrangulamento, conotando retrocesso civilizatório. Através dele, o autor manifesta perplexidades sobre o fluxo interativo entre os sociólogos e o grande público.

Dentre os livros publicados que mais se aproximam do campo comunicacional, destacam-se *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo* (1961), *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), *O folclore em questão* (1978), *O significado do protesto negro* (1989).

Cassados seus direitos políticos em 1969, Florestan Fernandes é impedido de lecionar na Universidade de São Paulo, transferindo-se para universidades dos EUA e do Canadá. Com a anistia política de 1979, retorna ao país, contratado inicialmente pela PUC-São Paulo. Considerado o patrono da “sociologia crítica” no país, filia-se ao Partido dos Trabalhadores elegendo-se Deputado para representar São Paulo na Assembleia Nacional Constituinte.

Obras consultadas: Almanaque Abril, *Quem é quem na História do Brasil*, São Paulo, Editora Abril, 2000, p. 205; Maria Arminda N. Arruda, *Florestan Fernandes: leituras e legados*, São Paulo, Global, 2010; Antonio Candido, “O jovem Florestan”, em Maria Arminda N. Arruda, *Florestan Fernandes: leituras e legados*, São Paulo, Global, 2010, p. 347-374; Débora Maza, “Florestan Fernandes”, em Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero e Jader de Medeiros Britto (orgs.), *Dicionário de Educadores Brasileiros*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002, p. 369-381.

13. Eduardo d’Oliveira França

Beneficiário da fortuna cognitiva legada pela Missão Francesa à universidade brasileira, Eduardo d’Oliveira França formou-se em História na USP, em 1937, fazendo-se discípulo de Fernand Braudel e naturalmente filiando-se à Escola dos Anais.

Paulista nascido em Queluz, estudava direito quando irrompeu o conflito armado que passou a ser conhecido como Revolução Constitucionalista de 32, em cujas fileiras ele se inscreveu. Pouco depois, foi criada a Universidade de São Paulo, onde ele se matriculou no curso de História, fez o bacharelado e imediatamente matriculou-se no doutorado, sob a tutela de Braudel, com a tese “A realeza em Portugal e as origens do absolutismo”. Com o retorno desse catedrático à França, ele o sucedeu na cátedra de História da Civilização Moderna e Contemporânea e deu sequência aos estudos braudelianos que procuravam caracterizar a especificidade da colonização ibérica.

Dentre os seus discípulos, destacou-se o jovem Virgílio Noya Pinto, que também foi estimulado a complementar seus estudos doutorais na França, onde estudou com Braudel, vindo posteriormente a assumir a direção do Departamento de Estudos Históricos na Escola de Comunicações Culturais da USP.

Além dessa vinculação intelectual com o discípulo Virgílio Noya Pinto, o professor França assumiu a direção da própria Escola na década de 80, quando a instituição ainda se encontrava tutelada pelas instâncias superiores da universidade. Essa experiência mereceu um depoimento à revista *Estudos Avançados* (v. 8, n. 22, 1994), transcrito a seguir:

A ECA estava naquela situação de escola nova que ainda não possui seus próprios catedráticos e que, por isso, precisa tomar como empréstimo docentes titulares de outras unidades para dirigi-la. [...] Encontrei a ECA já em plena atividade. [...] Promovi vários concursos para as cátedras, com o objetivo de que fosse escolhido um diretor dentre os seus próprios professores. [...] A Escola acolheu-me com benevolência...

O texto a seguir reproduzido permite compreender a razão pela qual Eduardo d'Oliveira França encontrou ambiente confortável para encerrar a aplainar o terreno que conduziu a Escola de Comunicações e Artes à autonomia didática e científica.

Obras consultadas: Maria Helena Capelato e outros, “Escola uspiana de História”, *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, São Paulo, USP, 1994; Eduardo de Oliveira França, “Um professor de História”, *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, São Paulo, USP, 1994; Diogo Roiz e Marilena Farias, “Eduardo d'Oliveira França e a escrita de uma história das civilizações”, *Emblemas*, Goiânia, UFG, s/d.

14. Gilda de Mello e Souza

Paulistana, Gilda de Mello e Souza (1919-2005) desfrutou a infância na fazenda dos pais em Araraquara, retornando à capital para fazer o curso secundário no colégio Stafford e o curso superior na USP. Este, concluído em 1940. Ali manteve contato com os mestres franceses, fazendo-se discípula de Roger Bastide, de quem se tornou assistente em 1943 e sob cuja orientação escreveu sua tese de doutorado *A moda no século XIX* (1950).

Em 1954, decidiu mudar de objeto de estudo, transitando da sociologia para a filosofia. Nessa ocasião, foi convidada pelo chefe do departamento de filosofia, Cruz Costa, para assumir a regência da disciplina *Estética* e mais tarde para assumir a chefia do próprio departamento, no período 1969-1972.

Nessa posição, ela contribuiu para o desenvolvimento da filosofia no âmbito da nova Escola de Comunicações Culturais, indicando a professora Lupe Cotrim e depois o professor Livio Teixeira. Esse momento coincide com o estímulo da universidade à titulação dos professores das escolas novas. Em função disso, ela concorda em supervisionar a tese de doutorado de Paulo Emilio Salles Gomes, focalizando Humberto Mauro e a escola de cinema de Cataguazes.

Casada com o crítico e historiador da literatura Antonio Cândido, manteve sempre bom relacionamento com a nossa escola, mesmo depois de aposentada.

O texto de sua autoria incluído nesta coletânea, tratando do barroco brasileiro, resgata sua ligação intelectual com o sociólogo Roger Bastide. Reflete também o método de análise que ela adota em obra posterior, no qual o primado do visual comandava sua percepção.

Além da tese de doutorado sobre a moda, sua obra inclui três outros livros: *O tupi e o alaúde*, *A ideia e o figurino* e *Exercícios de leitura*.

Obras consultadas: Agência Fapesp, “Gilda de Mello e Souza morre aos 86 anos”, São Paulo, 27/12/2005; Walnice N. Galvão, “Gilda de Mello e Souza: um percurso intelectual”, *Revista USP*, n. 69, São Paulo, 2006; Bento Prado Junior, “Gilda de Mello e Souza”, *Discurso*, n. 26, São Paulo, 1996.

15. Julio Garcia Morejón

Espanhol naturalizado brasileiro, fez estudos de filologia românica na Universidade de Salamanca, imigrando para o Brasil ainda jovem. Doutorou-se na Universidade de São Paulo com a tese *Unamuno y Portugal*, publicada

em 1964 pelo Instituto de Cultura Hispânica de Madri, como edição comemorativa do centenário de nascimento de Unamuno. Sua segunda edição apareceu em 1971 com o selo da Editorial Gredos e prefácio do linguista Dámaso Alonso que enaltece a sólida formação, a inteligência serena e a intuição crítica do autor, assegurando a autenticidade da obra.

Destacou-se na vida acadêmica de São Paulo como Catedrático de Língua Espanhola e Literatura Hispano-Americana da USP e diretor da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, sendo convidado pelo reitor Gama e Silva para integrar a comissão encarregada de criar a Escola de Comunicações Culturais. Nomeado seu primeiro diretor, esteve à frente da instituição durante o primeiro biênio, deixando marcas profundamente humanísticas, enraizadas nas ideias de Miguel de Unamuno e Fidelino de Figueiredo, cujos perfis intelectuais estão contidos no texto escolhido para integrar esta coletânea.

Outro pensador ibérico que de certo modo influenciou Julio Garcia Morejón na definição de princípios para a arrojada Escola de Comunicações Culturais da USP foi Ortega y Gasset, cujo conceito de universidade evocou no seu discurso de posse, em 1966, guiando professores e alunos a não se contentar com a importação de matrizes culturais, para valorizar a busca de caminhos próprios. Sua opção é de uma clareza admirável: “É preciso buscar caminhos próprios da nossa autenticidade universitária”. E conclui: “Em nosso caso, deve ser especificamente brasileira com dimensão universal”.

Se nos idos de 1968 julgou-se impossibilitado de dar continuidade a esse modelo de escola, em decorrência da barbárie estudantil que irrompeu nas ruas de Paris e se alastrou pelos *campi* do mundo inteiro, ele sinalizou aos jovens doutores em processo de formação, reiterando o discurso orteguiano e concitando-os a agir como “poder espiritual”. Ou seja, representar a “serenidade” diante do “frenesi, da frivolidade e da estupidez”.

Pouco depois da sua renúncia ao cargo de diretor da nossa escola, Julio Garcia Morejón aposentou-se de sua cátedra na Universidade de São Paulo para dedicar-se à criação e desenvolvimento da Universidade Ibero-Americana, instituição que seus herdeiros, depois de sua morte, preferiram transferir a uma rede universitária privada, perdendo a identidade cultural de origem.

De qualquer maneira, seu legado intelectual permaneceu vigente na Escola

de Comunicações Culturais da USP, através dos discípulos que formou e que passaram a integrar o corpo docente dos primeiros tempos, como Celia Berretini, Monica Rector, Eduardo Peñuela Canizal, Cremilda Medina, Maria Elvira Federico etc.

Obras consultadas: Dámaso Alonso, “Prologo”, *Unamuno y Portugal*, Madri, Gredos, 1971, p. 9-14; Manoel Lelo Belotto, “A trajetória da Faculdade de Ciências e Letras de Assis”, em *Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 1958-2008*, Assis, UNESP, 2008; Julio Garcia Morejón, *Discurso de posse*, São Paulo, USP, Escola de Comunicações Culturais, 1966; Virgilio Noya Pinto, Escola de Comunicações e Artes, *Estudos Avançados*, v. 8, n. 22, São Paulo, IEA-USP, 1994.

16. Rolando Morel Pinto

Nasceu em Camocim (Ceará), onde fez os estudos primários e secundários, transferindo-se para São Paulo na fase do ensino superior. Graduiu-se em Letras Clássicas pela USP e em Direito pela PUC-SP, trabalhando inicialmente como professor dos colégios Anglo-Latino e Bandeirantes. Ingressou no magistério universitário como docente das Faculdades de Filosofia de Taubaté e de Assis, sendo admitido posteriormente na Universidade de São Paulo, onde deu aulas de Literatura Brasileira e completou sua formação acadêmica, defendendo as teses de doutorado e livre-docência, de acordo com a mentalidade instaurada por Fidelino de Figueiredo. Por isso mesmo, fez parte da equipe constituída por Antônio Soares Amora para desenvolver o programa de ensino e pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, onde chegou a ocupar o cargo de Diretor.

Suas teses sobre Graciliano Ramos e Oliveira Paiva despertaram interesse nacional, quando publicadas sob a forma de livro, de certo modo influenciando na decisão de Julio Garcia Morejón ao convidá-lo a integrar o corpo docente fundador da Escola de Comunicações Culturais da USP, em 1966, assumindo a direção do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, bem como a organização das primeiras atividades de extensão cultural. Para tanto, contribuiu seu relacionamento com o mundo profissional da comunicação, como colaborador do Suplemento Literário do Estado de São Paulo e diálogo regular com escritores e produtores de propaganda, rádio e televisão.

Essa interface com o sistema midiático, resultante da sua concepção da

língua portuguesa como sistema de comunicação mundial, facilitou também sua cooperação com os departamentos profissionais da nova instituição. Tanto assim que ele se dispôs a orientar colegas mais jovens inscritos no programa de doutorado em Comunicações Culturais. Defenderam teses, sob sua orientação, pesquisadores do jornalismo como José Marques de Melo e Gaudêncio Torquato, da mesma forma que Candido Teobaldo Andrade, das relações públicas, e Dino Preti, produtor de teleeducação.

Em seu perfil intelectual, dois fatores mostraram-se relevantes: a “sólida formação de língua e literatura” e a “mente aberta à discussão” (Preti, 2010). Tais predicados podem ser aferidos no texto a seguir reproduzido, que estabelece relação de causa e efeito entre a língua portuguesa e a unidade nacional.

Quando a Escola de Comunicações Culturais foi alterada, nos anos 1970, para se adaptar ao espírito da reforma universitária da USP, Morel Pinto retornou aos quadros da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na USP, ali permanecendo até a aposentadoria.

Obras consultadas: Manoel Lelo Bellotto, A trajetória da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, *Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 1958-2008*, Assis, UNESP, 2008; José Aderaldo Castelo, *Cadeira de Literatura Brasileira*, São Paulo, USP-FFLCH-IEB, s/d; Dino Preti, *Pronunciamento como Professor Emérito*, São Paulo, USP-FFLCH, 2010.

17. Flávio Motta

Pintor e desenhista, nasceu na cidade de São Paulo em 1923, dedicando-se também ao ofício de historiador, o que o motiva a compor a equipe jovem da Faculdade de Filosofia da USP, onde se gradua em Filosofia, dedicando-se a História da Arte, sob a influência de Roger Bastide e de outros mestres das primeiras gerações.

Mais tarde, vinculou-se ao grupo de Lourival Gomes Machado, desenvolvendo trabalhos sobre estética, o que o habilita a concorrer à Cátedra de História da Arte aberta na Faculdade de Urbanismo e Arquitetura da USP. Torna-se ali dedicado colaborador de Vilanova Artigas, auxiliando-o na reformulação do currículo da instituição.

Publica em 1957 seu estudo “Contribuição ao Estudo da Arte Nouveau no Brasil” e em 1965 veicula através da revista “Cadernos Brasileiros”, v. 7, n. 2, o instigante artigo “Art Nouveau: um estilo entre a flor e a máquina”.

Participa da movimentação, liderada por Walter Zanini, para fundar o Instituto de Artes na USP, o que o aproxima dos artistas de vanguarda, entre eles o fotógrafo Thomas Farkas, aceitando orientar a tese de doutorado que este inscrevera no Departamento de Jornalismo da ECA. Esse trabalho enfrenta poderosa resistência por parte de setores conservadores da universidade, inconformados com o uso de filmes e materiais congêneres para a demonstração das hipóteses estabelecidas.

Conquista em 1975 o prêmio de arte-comunicação da APCA, Associação Paulista dos Críticos de Artes, pelos painéis realizados no Elevado Costa e Silva, na cidade de São Paulo.

O texto a seguir transcrito, “As artes plásticas em São Paulo”, foi originalmente publicado na coletânea *São Paulo: terra e povo*, Editora Globo, 1967, p. 207-228. Trata-se de um bem elaborado panorama sobre a riqueza cultural do patrimônio acumulado pela nossa sociedade, na conjuntura em que foi criada a Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo.

Obras consultadas: Daniel Bueno, “Flávio Motta e o vazio de Steinberg”, *SIB News*, São Paulo, Sociedade dos Ilustradores do Brasil, 2013; Juliana Braga Costa, *Rapporto Brazile*, São Paulo, Zodiac, Itaú Cultural, 2012; Flávio Motta, *Enciclopédia Itaú Cultural*, São Paulo, 2009, Artes Visuais; Larousse Cultural, “Flávio Motta”, em *Brazil A/Z*, São Paulo, Editora Universo, 1988, p. 545.

18. Cidmar Teodoro Pais

Formado em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, dedicou-se particularmente a pesquisas no âmbito linguístico, sendo um dos fundadores do GEL, Grupo de Estudos Linguísticos, sociedade científica que aglutinou estudiosos de vários ramos do conhecimento, interessados nas perspectivas semiótica e cibernética, o GEL atraiu vários docentes da Escola de Comunicações Culturais, entre eles o matemático Osvaldo Sangiorgi, cuja tese de doutorado Cidimar aceitou orientar. Esse foi o vínculo que o trouxe posteriormente para atuar como docente da nossa pós-graduação em ciências da comunicação.

O texto escrito por Cidimar Teodoro Pais sobre semiótica da cultura, a seguir reproduzido, foi recolhido no Portal do GEL – Grupo de Estudos Linguísticos, São Paulo, USP, constituindo fonte relevante para esclarecer a

contribuição do autor ao campo da comunicação.

19. Decio de Almeida Prado

Nasceu em São Paulo em 1917, pertencendo ao grupo de jovens intelectuais, juntamente com Antonio Candido e Paulo Emilio, que editou a revista *Clima* na década de 1940. Antes disso, porém, ele fundou o Grupo Universitário de Teatro, engajando-se na criação da EAD, Escola de Arte Dramática, e do TBC, Teatro Brasileiro de Comédia.

Projetou-se como crítico teatral do jornal *O Estado de S. Paulo*, ingressando na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, onde estudou com o corpo docente fundador. Defendeu tese de doutorado sobre o ator João Caetano e publicou vários livros de crítica e análise teatral. Ali assumiu a regência da cadeira de Literatura Dramática.

Colaborou também com a Escola de Comunicações Culturais da USP, orientando a tese de doutorado de Miroel Silveira.

Obra consultada: Larousse Cultural 1988, *Brasil A/Z*, São Paulo, Editora Universo, p. 663.

20. Linneu de Camargo Schützer

Advogado formado pela tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, destacou-se nessa profissão, ganhando notoriedade nos tribunais, defendendo a reitoria da USP, em demanda judicial patrocinada pelo governador Jânio Quadros.

Casado com a publicitária Hilda Ulbrich Schützer, prestou serviços de advocacia para várias agências de propaganda e lecionou na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

Dedicou-se também ao estudo da filosofia, no Departamento liderado por João Cruz Costa, lecionando a matéria na Escola de Comunicações Culturais, onde acolheu a inscrição do professor Clovis Garcia no programa de doutorado, cuja tese foi defendida sob sua orientação.

O texto a seguir reproduzido explicita sua simpatia pelo positivismo, cuja vocação pedagógica ele identifica na gênese da própria disciplina.

Obras consultadas: Alzira Alves de Abreu, “Hilda Schutzer”, *Dicionário Histórico-Biográfico da Propaganda no Brasil*, Rio de Janeiro, FGV, 2007, p. 226-227; Hilda Ulbrich Schutzer, Entrevista biográfica, s/d.

21. Emilio Willems

Cientista social alemão que chegou ao Brasil em 1931, como imigrante, “ansioso por escapar à crise econômica e à iminente catástrofe política que iria abalar a Alemanha”. Licenciado em Ciências Econômicas e doutor em Filosofia pela Universidade de Berlim, trabalhou inicialmente como professor de “colégio de padres” em Brusque, Santa Catarina, e depois em São Paulo, no Colégio Rio Branco.

Vinculou-se à Escola de Sociologia e Política, incentivado por Donald Pierson, ali fundando a revista *Sociologia*. Acompanhou a implantação da Universidade de São Paulo, onde foi acolhido por Fernando de Azevedo e prestou concurso de livre-docência, sendo nomeado para reger a disciplina de Antropologia em 1941.

Dedicou-se inicialmente ao estudo dos “contatos culturais” em comunidades caiçaras, cujos resultados preliminares foram divulgados na *Revue Internationale de Sociologie* (1934). No país, publicou com a participação de colegas como Herbert Baldus e discípulos como Gioconda Mussolini, artigos sobre aculturação, tanto na revista *Sociologia* quanto na *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, muitos deles explorando explicitamente variáveis comunicacionais. Dentre eles, destaca-se o ensaio sobre imprensa e opinião pública (1939), adiante reproduzido.

Em depoimento à antropóloga Mariza Correa, Willems explica as causas da sua “transmigração” para os Estados Unidos, onde fixou-se a partir dos anos 1950, deixando claro que o motivo preponderante foi a maior disponibilidade de fontes de recursos para dar prosseguimento a suas pesquisas e dos seus alunos.

Ao se afastar da USP, confiou a regência da cadeira de Antropologia a Egon Schaden, que mais tarde se encarregaria de desenvolver estudos de antropologia da comunicação na Escola de Comunicações Culturais, onde as ideias de Emilio Willems circulariam amplamente nas décadas de 1960 e 70.

Obras consultadas: Mariza Correa, *História da Antropologia no Brasil (1930-1960)*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1987; Gleice Divitis, *Gênese da Antropologia da Comunicação no Brasil* (Dissertação de mestrado), São Bernardo do Campo, UMEESP, 2009; Egon Schaden, “A antropóloga da comunicação e a cultura brasileira”, em José Marques de Melo, *Pensamento Comunicacional Uspiano*, v. I, São Paulo, ECA-USP, 2011, p. 167-184.

TEMPO DE MATRIARCAS

É inegável que o interesse pelo estudo do campo da comunicação sob o prisma historiográfico se legitimou em 1983, quando a revista *Journal of Communication* (v. 33, n. 2) realiza um colóquio internacional sobre os desafios da nossa disciplina. Coube a Wilbur Schramm a abertura do debate intitulado *The Ferment in the Field*. Ele o faz com a competência discursiva que lhe foi peculiar, esboçando um panorama retrospectivo, logo a seguir comentado e problematizado por dois dos seus discípulos prediletos, Everett Rogers e Steven Chaffee.

O mesmo colóquio voltou a ser feito dez anos depois por iniciativa de Mark Levy e Michael Gurevich, que reúnem o conjunto dos textos produzidos por acadêmicos de todo o mundo, publicando o livro *Defining Media Studies* (New York, Oxford, 1994).

Mas só depois que Everett Rogers lançou *A History of Communication Study – a biographical approach* (1994) a bibliografia historiográfica do campo acadêmico da comunicação começou a crescer em toda parte, com o aparecimento de novos e surpreendentes estudos.

Por sua vez, a publicação do texto inacabado de Wilbur Schramm *The Beginnings of Communication Study in America – a personal memoir* (1997) provocou reações na comunidade universitária ianque (Glander, 2000). Uns endossaram, outros refutaram as teses dos seus editores, Steven Chaffee e Everett Rogers. A eles, a filha Mary Schramm Coberly confiou a revisão dos originais de uma obra que fora preservada na memória do computador pessoal do pai, mas só liberada para circulação uma década após a morte do autor. Aqueles discípulos do mestre de Stanford procederam com lisura e rigor, mas foram além do esperado, completando o volume com dois

capítulos exegéticos, naturalmente polêmicos.

O inventário das incursões recentes sobre essa problemática está esboçado no ensaio intitulado “Memória do campo acadêmico da comunicação: estado da arte do conhecimento empírico de natureza historiográfica”, que escrevi para o livro dedicado ao tema do Congresso 2011 da INTERCOM (Barbosa e Moraes, 2011, p. 19-75).

14.1. ESPIRAL DO SILÊNCIO

A safra dos estudos sobre as raízes e o desenvolvimento das Ciências da Comunicação no século XX vem gerando frutos apetitosos, de acordo com as predileções dos respectivos autores. Uma das variáveis bem exploradas é o protagonismo da mulher nesse universo historiográfico que Gertrude Robinson (1998) não hesitou em proclamar como território monopolizado pelo gênero masculino. Em sua argumentação, os contributos femininos ou feministas vem sendo minimizados, ignorados ou escamoteados. É o que também sugere A. Valdivia (2011).

Na verdade, a *scholar* canadense explicita com vigor sua discordância em relação à linha interpretativa defendida pelo trio Schramm/Rogers/Chaffee. Defendendo uma ancoragem distinta, ela privilegia a Escola de Chicago, que, no seu entendimento, precedeu o Grupo de Stanford e respectivos satélites, dentro do território americano (Robinson, 1988).

Foi justamente a partir dessas hipóteses que Aimee-Marie Dorsten esboçou um libelo contra a pretendida “dominação masculina” no desenvolvimento dos estudos de comunicação, contrapondo aos notáveis Harold Lasswell, Dallas Smythe e Paul Lazarsfeld um trio feminino que pesquisou e publicou dentro do mesmo círculo intelectual. Reivindicando “justiça” histórica, ela resgatou as contribuições de Hortense Powdermaker, Mae Huetting e Helen MagGill, esquecidas “matriarcas”, ocupantes, no campo da comunicação, de papéis equivalentes ao dos festejados “patriarcas” (Dorsten, 2012).

Nesse sentido é que os jovens dedicados à pesquisa histórica podem corresponder ao desafio lançado pela autora do instigante artigo da revista *Communication Theory* (fevereiro de 2012), publicada sob a égide da International Communication Association, ICA. Para ser fiel à “magia do rejuvenescimento” que me atribui Antonio Hohlfeldt (2010, p. 10), suscitando “perspectivas de estudos absolutamente inusitadas”, atrevo-me a

propor um roteiro de pesquisas biográficas, visando ampliar o quadro analítico das ciências da comunicação e projetar um seleto grupo de “matriarcas” que figuram no panorama internacional da nossa área de estudos.

14.2. ASCENSÃO FEMININA

Dentre essas lideranças femininas, a de maior densidade intelectual é sem dúvida a alemã Elizabeth Noelle Neuman, autora da teoria mundialmente conhecida como “espiral do silêncio”. Apesar disso, ela tem sido pouco valorizada pela vanguarda situada à esquerda na academia germânica (Loblich & Scheu, 2011).

Aliás, a teoria da “espiral do silêncio” é a única que tem assinatura feminina num universo cognitivo monopolizado pelo gênero masculino, como pode ser aferido através de consulta aos manuais de teoria da comunicação vigentes na Inglaterra (Mcquail, 2000), Itália (Wolf, 1987), Espanha (Moragas, 1981), França (Mattelart e Mattelart, 1997), Portugal (Sousa, 2006), Argentina (Entel, 1996), Chile (Otero, 1998) ou Brasil (Hohlfedt e outros, 2001).

São da mesma estatura acadêmica a polonesa Irena Tetelowska e a francesa Anne Marie Thibault-Laulan, ambas militando, em diferentes conjunturas, no âmbito da UNESCO e da IAMCR, International Association for Media and Communication Studies.

Tetelowska foi discípula de Jacques Kayser, fundando em Cracóvia um centro de pesquisas e uma revista científica voltados para o estudo da imprensa. Falecida precocemente, num desastre de aviação, em 1969, foi sucedida como diretora do centro polonês e como presidente do Comitê de Pesquisa Bibliográfica da IAMCR pelo prof. Valery Pisarek. Este lhe fez justiça, preservando a memória de sua trajetória acadêmica através da edição especial em inglês da revista também por ela criada *Zeszyty Prasoznawcze* (Cracóvia, 1971). Primeira mulher a galgar posição de realce nos quadros dirigentes da referida associação mundial, ela sem dúvida inspirou a luta tenaz que foi ali travada por Gertrude Robinson e suas companheiras de geração.

Thibault-Laulan foi discípula de Robert Escarpit, o fundador do campo acadêmico da comunicação na França, acompanhando-o a Bordeaux, em cuja

universidade instalou um arrojado núcleo de pesquisa da comunicação vocacionado para a cooperação franco-africana. Coube a Anne-Marie dirigir a Seção de Filmologia da instituição, estimulando-a a organizar a antologia *Imagem e Comunicação*, aqui publicada pela Editora Melhoramentos (1976). Atuando no *front* da UNESCO, ela teve papel relevante na cooperação da França com a América Latina.

Esse quadro fica completo com o acréscimo da filipina Gloria Feliciano, responsável pela implantação de um centro internacional de estudos de comunicação que a UNESCO concebeu para fomentar a pesquisa da área nos países asiáticos. Graduada na Universidade das Filipinas (1950), Gloria conquistou o Doutorado em Comunicação de Massa na Universidade de Wisconsin (1962), retornando ao seu país para ocupar funções-chave na estrutura universitária e no aparato governamental, desde 1965. Sua atuação voltou-se para o treinamento e a produção de conhecimento sobre comunicação rural na região asiática, tendo publicado obra significativa, desde o lançamento da coletânea *Philippine Mass Media in Perspective* (1967) (Dziki, Maczuga e Pisarek, 1990, p. 44).

No território americano, destacam-se três matriarcas ao norte, Gertrude Robinson (Canadá), Brenda Dervin (USA) e Fátima Fernandez (México), e um sexteto ao sul, as pioneiras Matilde Perez Palacios (Peru) e Adisia Sá (Brasil), as inovadoras Marta Colomina de Rivera (Venezuela) e Patrícia Anzola (Colômbia), além da chilena Lucia Castellon e da brasileira Margarida Kunsch, essas últimas pertencentes à geração “fin de siècle”.

Alemaã radicada desde jovem na América do Norte, G. Robinson estudou com Robert Park em Chicago, mas fez carreira acadêmica na McGill University, em Montreal, desempenhando papel decisivo para a conquista do espaço feminino no âmbito da IAMCR.

Ela transgrediu os cânones politicamente corretos da academia norte-americana, dedicando-se ao estudo das políticas de comunicação vigentes no bloco dos países comunistas, particularmente a experiência de cogestão da mídia iugoslava nos tempos de Tito (Robinson, 1977).

Além das contribuições substantivas ao nosso campo, Brenda Dervin e Fátima Fernandez ocuparam funções de liderança destinadas a fortalecer respectivamente a ICA e a AMIC.

Brenda pertence à geração formada em East Lansing, Michigan, por

discípulos de Wilbur Schramm, como Berlo, Kumata e Rogers, conquistando posição de liderança na International Communication Association, ICA, cuja presidência exerceu no biênio 1985-1986. Participou ativamente também da IAMCR, integrando e liderando o seu conselho internacional, e atuou como editora de periódicos que fizeram a cabeça da geração dos anos 1980 e 90, como *Human Communication Research* e *Communication Yearbook*. Permanece em atividade na Universidade de Ohio, dedicando-se ao binômio “informação e desenvolvimento” (Dziki, Maczuga e Pisarek, 1990, p. 34).

Por sua vez, a mexicana Fátima Fernandez cumpriu missão importante ao fundar a AMIC, Asociación Mexicana de Investigadores de la Comunicación, superando o estigma de “comunidad desapercibida” denotada por Fuentes Navarro (1991, p. 77). Em sua revisão histórica sobre “pesquisa e pesquisadores de comunicação no México”, o referido autor diz que Fernández representa a geração pós-68, comprometida com a promoção de mudanças políticas e culturais, para tanto estribando-se no legado das ciências sociais. Trata-se de uma “decisão bem consciente”, conforme explica em nota introdutória ao seu emblemático livro sobre *Los medios de difusión masiva en México* (Fernández, 1982, p. 9). Coube-lhe o encargo de integrar o México aos organismos internacionais da área comunicológica, principalmente à ALAIC e à IAMCR.

O sexteto sulista é formado por três pares homogêneos.

As veteranas Matilde Perez e Adisia Sá “fizeram escola”, nos anos 1960, como fundadoras de carreiras emblemáticas do segmento do jornalismo.

Matilde dirigiu a Faculdade de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Peru, onde montou um arrojado centro de pesquisa que fez inúmeros trabalhos para atender às demandas do episcopado latino-americano. Por isso mesmo, exerceu a liderança natural da emergente comunidade católica que se dedicou ao estudo da comunicação em nosso continente, animada pelas diretrizes constantes do Decreto Inter Mirifica, sancionado pelo Concílio Vaticano II. Promoveu em Lima o primeiro seminário de escolas católicas de Jornalismo. Mesmo sendo a única mulher integrante de um grêmio predominantemente masculino, foi eleita para exercer a presidência da recém-fundada Federação Católica Latino-americana de Escolas de Jornalismo (Periodistas Católicos, 1968).

Adisia Sá foi a primeira mulher a militar profissionalmente no jornalismo

cearense, tomando a frente do movimento para criar o curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. Sua combatividade sensibilizou as autoridades universitárias que acolheram seu projeto pedagógico, no qual estava incluída uma revista científica e a produção de livros-texto para suprir a deficiência da bibliografia nacional de comunicação. Culminando uma brilhante trajetória acadêmica, paralelamente a um importante itinerário sindical, recebeu em 2006 o Prêmio Luiz Beltrão de Maturidade Acadêmica (Lima e Kneipp, 2010).

Tanto à venezuelana Marta Colomina quanto à colombiana Patricia Anzola coube arrojado vanguardismo investigativo na América Latina.

Colomina transgrediu os cânones metodológicos dominantes na pesquisa de comunicação, aplicando referencial althusseriano para explicar a função das telenovelas na sociedade latino-americana em seu livro de estreia *El huésped alienante* (1968). Mereceu comentário legitimador de Antonio Pasquali: “Uma pesquisa fundamental”, pois até então a comunidade acadêmica não dispunha de qualquer conhecimento sobre o comportamento das audiências de rádio e televisão. Além de emular a pesquisa entre os seus colegas de universidade, Colomina liderou em Maracaibo um “tipo de pesquisa com maior sentido regional”. A essa peculiaridade, agrega-se outra, a do “gênero dos pesquisadores”, pois a maior parte dos entrevistadores que colheram informações no campo era formada por estudantes do “sexo feminino” (Aguirre, 1996, p. 68). Aposentada da função universitária, reincorporou-se ao trabalho midiático, ancorando programas no rádio e na televisão de Caracas, cuja linha editorial foi considerada negativa pelo presidente Hugo Chávez, enfrentando resistência implacável por parte das instâncias governamentais. Apesar de perseguida pelo poder venezuelano, Marta Colomina não transigiu e não se intimidou, encontrando-se atualmente em situação de quarentena comunicacional.

Anzola desencadeou uma ofensiva para resgatar a memória da pesquisa em comunicação num bloco formado pela Argentina, Brasil, Chile, Colômbia e Peru, além de haver nutrido a nascente comunidade latino-americana de ciências da comunicação, aglutinada em torno da ALAIC. Não é sem razão que Luis Ramiro Beltrán (2008, p. 65) lhe presta justíssima homenagem na edição da revista da ALAIC, dedicada aos 30 anos da entidade, anotando: “Patrícia Anzola será lembrada como dirigente exemplar dos comunicadores

latino-americanos e como uma das grandes damas da profissão em âmbito mundial”.

Sua continuadora mais próxima foi a brasileira Margarida Kunsch, que teve papel relevante na reconstituição da própria ALAIC e na sua transformação institucional, deixando de ser uma “amigocracia” (como certa vez a definiu Robert White) para se tornar uma autêntica “comunidade” intelectual. Mesmo apartada da diretoria da ALAIC, a professora Kunsch permanece editando a “Revista Latino-Americana de Ciências da Comunicação”. Ela própria transparece tal dimensão, declarando: “A ALAIC, após sua reconstrução, tem se estabelecido como uma entidade científica representativa dos pesquisadores de comunicação na América Latina” (Kunsch, 2008, p. 21).

Completa esse conjunto a chilena Lucia Castellon, que revitalizou o ensino de comunicação em seu país, contribuindo para aglutinar os pesquisadores e profissionais da área, antes separados pelos traumas legados pela era Pinochet, estimulando sucessivamente como decana de comunicação nas universidades Diego Portales e Mayor de Chile sua inserção na comunidade internacional da área. Decorrência dessa postura cooperativa foram os congressos de ciências da comunicação ali realizados na passagem do século (latino-americano, ibero-americano e pan-americano).

14.3. OLHAR BRASILEIRO

A propósito da singularidade latino-americana na questão de gênero, escrevi o ensaio “Artilharia feminina” (2002), fazendo o seguinte diagnóstico:

Para quem acompanha com argúcia a comunidade internacional das Ciências da Comunicação não fica surpreso ao saber que as posições conquistadas pelas mulheres-pesquisadoras, na estrutura do poder acadêmico, são frutos da luta incessante que as lideranças femininas desenvolveram durante anos (Marques de Melo, 2008, p. 234).

Tive oportunidade de privilegiar o tema numa edição dos Colóquios Internacionais da Escola Latino-Americana de Comunicação, CELACOM, em 2002. Ali enfatizei a similaridade do nosso panorama com o europeu ou norte-americano, no início do século, quando era ostensiva a prevalência masculina. Mas essa realidade foi mudando naturalmente, sem necessidade de alimentar conflitos entre gêneros, na medida em que as mulheres passaram

a ocupar espaço em todas as latitudes do campo comunicacional.

As relações de gênero na comunidade latino-americana das ciências da comunicação não parecem muito tensas como aquelas observadas na arena internacional. [...] Tanto assim que mulheres-pesquisadoras como Patrícia Anzola e Margarida Kunsch ocuparam a presidência da ALAIC em momentos cruciais da história da entidade, contribuindo para superar impasses que garantiram a própria continuidade institucional. [...] Elas ganharam legitimidade sem ter que protagonizar cenas explícitas de lutas pelo poder. Foram escolhidas pelos próprios méritos... (Marques de Melo, 2003, p. 30-31).

Voltei a me defrontar com essa temática quando motivei meus alunos de pós-graduação a produzir histórias de vida de pesquisadores brasileiros da comunicação.

Planejada inicialmente como antologia biobibliográfica dos pesquisadores de comunicação reconhecidos pela academia brasileira, ela terminou restrita a sete mulheres. A amostra inicial incluía homens e mulheres em igualdade de participação. Mas no processo de realização dos perfis, os textos que demonstraram consistência metodológica e relevância histórica focalizavam exclusivamente as mulheres (Marques de Melo, 2010, p. 26-27).

Diante dessa contingência, e contando com a colaboração do doutorando Francisco de Assis, organizei a antologia denominada *Valquírias Midiáticas*, onde introduzi o conceito de “matriarcas da comunicação”, evidentemente numa perspectiva brasileira. Vale a pena reproduzir o meu argumento, correlacionando as “valquírias” (termo criado por Ana Arruda Callado, 1996) com as “matriarcas” (expressão revitalizada por Dorsten, 2012), no campo da comunicação.

As sete mulheres cujas histórias de vida dão forma e conteúdo a este livro representam tendências vitais para a construção do campo acadêmico no Brasil. [...] Todas elas ocupam espaços consideráveis nos meios de comunicação, sendo entrevistadas ou noticiadas pelos jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, portais da internet etc. Nesse sentido, são autênticas valquírias midiáticas, atuando como fontes de informação, ou figurando como emissoras de mensagens de interesse coletivo. Algumas são *musas* intelectuais, despertando paixões que forjam discípulos; ou *modelos* acadêmicos, inspirando as novas gerações a produzir conhecimento relevante. Outras figuram como *mestras*, desempenhando papéis fundamentais no ensino e na práxis, quando não atuam como *madrinhas*, acolhendo e protegendo seus pupilos para avançar acadêmica ou profissionalmente. Não olvidemos as possíveis *matriarcas*, vocacionadas para liderar correntes de opinião nos meios de comunicação ou desempenhar papéis de mediadoras, formando clãs intelectuais (Marques de Melo, 2010, p. 39-40).

Trata-se de um perfil multifacético, constituído por cinco tipos: musas, modelos, mestras, madrinhas e matriarcas. Quando foi feito o lançamento do livro no auditório da Cinemateca Brasileira, em 2010, logramos reunir as 7 valquírias: Adisia Sá, Anamaria Fadul, Cremilda Medina, Lucia Santella, Maria Immacolata Lopes, Sonia Virginia Moreira e Zelia Leal Adghirni. A única que assumiu claramente a postura de matriarca foi Adisia Sá, não apenas por uma razão etária – pois ela assumiu com tranquilidade a condição de octogenária –, mas pelo estilo cênico. Ao lhe ser concedido o microfone pelo mestre de cerimônias para fazer uma saudação aos participantes, e mesmo sendo a de menor estatura física, ela se agigantou, através do uso da palavra, para seduzir a plateia e monopolizar a atenção coletiva. Sua capacidade de comunicação oral foi aplaudida pelas demais homenageadas, que não deixaram de revelar, na sequência, suas próprias aptidões discursivas.

Deixando à margem esta nota impressionista, não hesito em formular a hipótese de que todas elas preenchem as duas características que proponho como requisitos para o reconhecimento de uma pesquisadora da comunicação na categoria de matriarca do campo.

Neutralizei conscientemente a variável idade – sempre difícil de discernir no gênero feminino – para considerar duas circunstâncias comportamentais: liderança de opinião e formação de clãs intelectuais.

Não tenho dúvida, como observador participante da história em processo do nosso campo do conhecimento, de que todas preenchem o primeiro quesito.

Contudo, essa evidência precisaria ser demonstrada empiricamente. Da mesma forma, torna-se necessário verificar se todas, ou quais delas, formaram clãs que se encarregam de dar continuidade aos seus projetos cognitivos e concretizar os sonhos irrealizados.

Esta é a lição de casa que lanço como desafio aos jovens historiadores do campo comunicacional brasileiro interessados em estudar as relações de gênero. Trata-se de uma proposta ambiciosa que pretende partir dessa tipologia para mapear as matriarcas em ação no vasto território nacional. Afinal de contas, o século XXI sinaliza a hegemonia da mulher no campo da comunicação. Por isso, não fujo à tentação de reproduzir, sobretudo visando os que insistem em considerar irrelevante a questão de gênero na

historiografia comunicacional, o alerta que fiz em 2002, em outro lugar e outra situação:

A ascensão da mulher no mercado de trabalho comunicacional apresenta-se como uma tendência cristalina do mundo contemporâneo. Cresce o contingente feminino que atua nas empresas jornalísticas, agências de publicidade, escritórios de relações públicas, indústrias audiovisuais. As mulheres representam hoje maioria esmagadora do corpo discente nas faculdades de comunicação social. Há indícios de que elas já ocupam posição predominante também no corpo docente dessas instituições acadêmicas (Marques de Melo, 2003, p. 49).

Assim sendo, torna-se importante, para manter o clima de cordialidade vigente na academia, avançando na produção de conhecimento, conhecer e compreender a natureza do espaço ocupado pelas matriarcas, na mesma proporção e intensidade que analisamos até agora o desempenho dos nossos patriarcas.

VALQUÍRIAS MIDIÁTICAS

W*alkyrias* são divindades que, na mitologia nórdica, atuam como “mensageiras” do deus da “guerra e da sabedoria”. Pois foram exatamente essas representações forâneas, e não as figuras nativas das *amazonas*, as escolhidas como símbolo da revista que “deu voz” às mulheres brasileiras. Quem fez a escolha foi a sua fundadora, jornalista empresária que lutou titanicamente para mantê-la em circulação dos anos 1930 até 1960.

Contemplada com o “direito de voto” pela Constituição de 1934, a mulher brasileira começava a tomar consciência do seu papel de cidadã. Mas Jenny Pimentel de Borba, diretora de *Walkyrias*, pagou preço elevado pela ousadia, apesar da impostação escandinava. Ela permaneceu no ostracismo, durante quase meio século, até que Ana Arruda Callado¹ publicou sua biografia, em certo sentido abasileirando-a para restaurar sua inequívoca valentia ameríndia e retirá-la do esquecimento nacional.

É, portanto, na acepção amazônica que as Valquírias da era digital ganham vida nova neste livro, protagonizando papéis como mensageiras dos meios de comunicação e/ou perfilando ações como mediadoras entre eles e a academia.

Ainda que não me tenha dedicado ao estudo específico das relações de gênero na comunicação, o binômio mulher–mídia, fortuitamente interposto em minha carreira acadêmica, evoca lembranças conjunturais, suscitando o resgate de uma dimensão singular da nossa intelectualidade.

A ideia subjacente é potencializar o seu interesse para as novas gerações que ingressam no campo midiático.

15.1. O SEGUNDO SEXO

Agendada na sociedade brasileira, na década de 1960, a questão da mulher

foi inspirada pela obra antológica *O segundo sexo*, escrita por Simone de Beauvoir. A autora visitara o Brasil, no retorno de uma viagem a Cuba, acompanhada pelo companheiro Jean Paul Sartre, suscitando cobertura inusitada da imprensa.

No período pós-64, a revista *Realidade* voltou a ventilar a questão de modo não preconceituoso, assumindo postura progressista. Essa linha editorial esbarrou na mentalidade conservadora dos donos do poder. Acompanhei o incidente, na condição de observador privilegiado, como integrante da equipe de pesquisadores do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, INESE, dirigida pelo antropólogo Octavio da Costa Eduardo.

Foi a essa agência que a Editora Abril confiou a realização da pesquisa para delinear o perfil do seu leitor (1966) e para subsidiar a pauta da edição especial sobre a mulher (1967). Censurada e apreendida judicialmente, no momento em que os distribuidores levavam os exemplares às bancas em São Paulo e no Rio de Janeiro, os leitores nem sequer tomaram conhecimento da radiografia que a pesquisa do INESE fez sobre o comportamento da mulher brasileira e os editores da revista transformaram em matérias jornalísticas.

15.2. FALÁCIA DESCONSTRUÍDA

Pertencendo ao restrito núcleo de estudiosos da mídia, ilhados nas agências de pesquisa de opinião pública e mercado, identifiquei uma das controvérsias discutidas amplamente nesse círculo profissional. Admitia-se que o público feminino detinha o monopólio de certos programas de televisão, entre estes as telenovelas.

Tendo em vista a escassez de evidências empíricas, ensejando conclusões quase sempre dedutivas, quis desatar o nó que envolvia a embalagem de tal esfinge midiática. Procurei compreender as razões pelas quais as mulheres constituíam o sustentáculo da audiência das telenovelas. E levei a questão ao gueto universitário, então refratário a temas midiáticos.

Com a colaboração dos meus alunos da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, empreendi uma pesquisa por amostragem na cidade de São Paulo. Produzidas como entretenimento feminino, as telenovelas galvanizavam as atenções das revistas semanais, suscitando reportagens bombásticas sobre o impacto da trama escrita pelo cubano Felix Caignet *O direito de nascer*.

Entrevistando as mulheres paulistanas e cruzando as respostas, foi possível

desconstruir uma falácia: “só mulher vê telenovela”. Aplicamos testes projetivos, flagrando a indiscrição feminina: “os homens também se interessam pelos melodramas”.

As mulheres confessaram que os maridos, filhos e parentes assistiam furtivamente aos capítulos do folhetim eletrônico. Mas não ousavam admitir publicamente. Esse padrão de comportamento durou até que o costume caiu em desuso, deixando de envergonhar os homens assumidos como telenovelistas.

15.3. MULHER-OBJETO

Recordação pouco confortável advém da situação enfrentada nessa mesma ocasião. Circulava no país a tradução do livro de Violette Morin *Erotismo, um mito moderno* (Rio de Janeiro, Bloch, 1967), no qual a autora explicita, através da publicidade, o conceito de mulher-objeto. Atuando como professor, na Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, propus aos meus alunos de Teoria da Comunicação que, ancorados nas ideias da socióloga francesa, promovessem um seminário sobre o tema.

Tanto êxito teve o seminário que uma das estudantes mais talentosas, Claudia Bozzo, escreveu um texto-síntese justificando sua inclusão na série de opúsculos publicados pelo Centro de Pesquisas em Comunicação Social que eu fundara na faculdade. Já então mantida pela Fundação Cásper Líbero, mas vinculada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, essa escola estava sendo comandada por uma turma de professores vinculados ao movimento conservador Tradição, Família e Propriedade, TFP.

Não deu outra: o diretor Clovis Lema Garcia me convoca ao seu gabinete. Sem qualquer sutileza comunica a sentença fatal: a publicação sobre erotismo e publicidade, que corria o risco de ser considerada “pornográfica”, seria retirada de circulação. Essa medida arbitrária causou estupor nos alunos, que não reagiram ostensivamente, temerosos de represália, tendo em vista a vigência do Decreto-lei 477, já aplicado a alunos da casa; mas o episódio correu de boca em boca, enriquecendo o elenco do FEBEAPA, Festival da Besteira que Assola o País, caricatura criada pelo humorista Stanislaw Ponte Preta, no jornal *Última Hora*, para ironizar o retrocesso cultural vivido nacionalmente a partir do golpe militar de 1964.

Ao final do período letivo, fui convidado a me retirar da instituição...

Certamente, da minha ficha, nos órgãos de segurança, deve constar a pecha de pornográfico, associada ao rótulo de subversivo.

15.4. MULHER DE PAPEL

Depois disso, a questão surgiu nas teses de doutorado de Dulcília Buitoni e Ana Arruda Callado, das quais participei como examinador, e em relação às quais escrevi glosas publicadas em revistas e livros.

Dulcília projetou a “mulher de papel”, reconstituindo com leveza e sensibilidade, a trajetória da imprensa feminina no Brasil. Ana resgatou a saga da jornalista que ousou exercer o “papel de mulher empresária” num espaço jornalístico hegemonicamente masculino. Por isso mesmo, ficou esquecida pelos historiadores da imprensa.

Trata-se de protagonista que agiu no “adiantado da hora”, como diria o poeta Drummond. Pois, na sequência, o país legitimaria as mulheres empresárias ungidas pelo direito de sucessão. Aquelas conduzidas ao comando de empresas midiáticas desfalcadas pela morte de varões que legaram o patrimônio familiar a herdeiras do sexo feminino.

15.5. MULHER-CONSUMIDORA

Contudo, a mais profunda imersão que tive no universo da mulher, principalmente da consumidora, brotou da pesquisa realizada pela minha aluna Jacqueline Rios dos Santos a propósito da natureza jornalística da revista *Cláudia*, publicada mensalmente pela Editora Abril.

Para poder orientar Jacqueline sobre as estratégias editoriais da revista, vi-me na contingência de, com ela, aprender paulofreirianamente as nuances do movimento feminista. Só assim pude dialogar com Jacqueline a propósito dos gêneros e formatos jornalísticos cultivados pela principal revista feminina do país.

15.6. MULHER-ACADÊMICA

Tais aproximações limitavam-se ao meio profissional, dimensionando a mulher como produtora e consumidora de bens jornalísticos. Só recentemente fui atraído pela análise da “questão de gênero” no âmbito da comunidade acadêmica.

A atração decorreu da condição de observador participante da batalha que

as mulheres travavam para ocupar espaço na vanguarda da comunidade internacional de ciências da comunicação. Essa experiência está relatada no ensaio que apresentei ao Colóquio Internacional de Estudos sobre a Escola Latino-americana de Comunicação, CELACOM, realizado na Universidade de Marília, sendo incluído nos anais do evento: *Comunicação Latino-americana: o protagonismo feminino* (São Bernardo do Campo, Metodista, 2003).

Nele exponho o contraste entre a luta tenaz das acadêmicas dos países metropolitanos para figurar na direção das respectivas associações e a conquista pacífica das pesquisadoras latino-americanas.

[...] as posições conquistadas pelas mulheres-pesquisadoras na estrutura do poder acadêmico representam o fruto da luta incessante que as lideranças femininas desenvolveram durante os anos 90. [...] No âmbito da mais importante associação mundial da área [...] a conquista não se fez pacificamente. [...] Foi necessário que renomadas comunicólogas [...] empunhassem armas retóricas para convencer a comunidade a aceitar a repartição do poder associativo. [...] Mas o que realmente diferencia a liderança das comunicólogas latino-americanas em relação às suas colegas do primeiro mundo é a ausência de conflito no processo de ascensão corporativa (Marques de Melo, 2003, p. 50-51).

A primeira mulher a ocupar a presidência da Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación foi a colombiana Patrícia Anzola (1984), enquanto na International Association for Mass Communication Research, IAMCR, só vinte anos depois a canadense Robin Mansell chegava ao comando da associação.

O caso brasileiro é peculiar, havendo rotatividade por gênero na presidência da INTERCOM. Desde 1983, quando Anamaria Fadul foi eleita sucessora do presidente fundador da entidade, quatro outras mulheres ocuparam a função, intercaladamente.

No capítulo das relações de gênero, a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, INTERCOM, tem escrito uma história emblemática. Trata-se da sociedade científica em que a participação da mulher tem sido natural e afirmativa. A contribuição feminina mostra-se particularmente decisiva na liderança da entidade (Marques de Melo, 2003, p. 52).

A predominância quantitativa da mulher no mercado de trabalho midiático mostra-se crescente, inclusive nas universidades, onde o alunado feminino é majoritário, no campo dos estudos de mídia, desde o fim do século XX.

Reflexo disso é o conteúdo desta obra. Planejada inicialmente como

antologia biobibliográfica dos pesquisadores de comunicação reconhecidos pela academia brasileira, ela terminou restrita a sete mulheres. A amostra inicial incluía homens e mulheres em igualdade de participação. Mas no processo de realização dos perfis, os textos que demonstraram consistência metodológica e relevância histórica focalizavam exclusivamente as mulheres.

15.7. ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

A entrevista foi o recurso processual que sugeri aos meus alunos para esclarecer nuances opacas das respectivas trajetórias individuais. Os trabalhos que deram origem aos perfis aqui reunidos enfocaram as ideias construídas e as matrizes cognitivas dos intelectuais pesquisados. Entretanto, para a edição do livro, recomendei que ampliassem as histórias de vida, motivando o interesse pelo melhor entendimento dos seres humanos e de suas circunstâncias existenciais. Os intelectuais exibem uma face que não raro contrasta com a postura cotidiana. Na vida privada, agem naturalmente, mas em público comportam-se de modo artificial. Daí a importância do contato pessoal entre biógrafo e biografado para explorar eventuais dissonâncias.

Vale a pena advertir que esse viés, em certo sentido intimista, desvendando o universo doméstico das pensadoras midiáticas, não ofuscou o cerne da proposta que originou os perfis. Todos preservam o equilíbrio entre o autor e a obra, na expectativa de satisfazer a curiosidade dos leitores, sem descuidar da tarefa de expor ideias, estimulando a reflexão sobre elas.

15.8. MULHERES DE CARNE E OSSO

A maioria das entrevistadas demonstrou conforto e satisfação no contato mantido com os jovens pesquisadores, que narraram ou reconstituíram suas histórias de vida, apresentando-se como mulheres de carne e osso, sensíveis, participativas e, se necessário, contundentes.

Adisia Sá avaliou positivamente o texto de Maria Isabel Amphilo, declarando: “É um trabalho sólido, denso – no âmbito da análise do meu pensamento –, ao mesmo tempo leve e humano, quando pincela traços pessoais da autora”. E concluiu: “[...] eu me sinto envaidecida, engrandecida pelo trabalho de Isabel”.

Cremilda Medina empatizou imediatamente com André Mazini tão logo se encontraram para dialogar:

[...] não diria que o entrevistador vinha de outro mundo, mas quase. Nunca estivera em São Paulo. Sul-matogrossense, veio de Campo Grande para São Bernardo, no ABC Paulista, cursar mestrado em jornalismo na Universidade Metodista. Fazia um trabalho [...] sobre meus livros. [...] O jornalista chegou à minha sala com a delicadeza impregnada nas palavras introdutórias. [...] Não trazia a arrogância do crítico da indústria cultural, partilhava as contradições do processo da comunicação social, buscava a cumplicidade na ética, técnica e estética do jornalismo. A conversa, atravessada por atalhos, em que sujeitos frente a frente dão passagem às palavras, aos silêncios e reticências, fluiu em boa parte daquela tarde.

Sonia Virgínia interagiu memorialisticamente com Marcelo Volpatto:

[...] a forma com que conduziu a entrevista deu-me a chance de trazer para o tempo presente momentos e experiências que estavam guardados em algum canto. São coisas que às vezes não percebermos, mas que de alguma forma nos acompanham pela vida e tantas vezes nos induzem em escolhas que pensávamos ter feito de modo racional e planejado.

Mas não abdicou da responsabilidade pedagógica, avaliando o desempenho do interlocutor e da entrevistada:

Para o entrevistador, a condução de entrevistas desse tipo constitui a base sobre a qual será construído o texto, é a apuração em estado bruto. Para quem é entrevistado, as respostas surgem como ritos. A infância, os estudos, o início da carreira, o trabalho e, no meu caso, a passagem do mundo profissional para o da academia. Tudo passando como um filme na minha frente.

Finalmente, Zélia Leal Adghirni mostrou forte identificação com o seu mediador, Francisco de Assis:

Durante nossa entrevista, bastante longa, percebi que o jovem pesquisador era, ao mesmo tempo, incisivo e delicado ao formular as perguntas para redigir seu texto. Como minha tendência era esgaravatar a memória da jornalista que habita em mim, puxando o assunto para este lado, confesso que dei um pouco de trabalho a Francisco. Mas ele nunca perdeu a paciência. Aos poucos, foi reunindo, selecionando e elaborando a complexidade de um itinerário que compreendia quase vinte anos de exercício profissional no Brasil, na França e no Marrocos e que se completava na maturidade acadêmica iniciada tardiamente.

Na sequência, fez uma reflexão sobre seu itinerário profissional, motivada pelas indagações do pesquisador.

Embora meu título de doutora em comunicação seja dos anos 1980, foi apenas no final dos 90, quando me tornei professora na UnB, que me tornei uma verdadeira pesquisadora. Esta profunda imersão na vida profissional durante minha juventude, esta espécie de engajamento social através do jornalismo, influência de meus mestres franceses, talvez explique a opção pelos estudos do jornalismo como campo de conhecimento nas ciências sociais. Graças às perguntas de Francisco de Assis,

pude refletir melhor sobre as relações entre mídia e sociedade e sobre as transformações no mundo do jornalismo aceleradas pelas tecnologias contemporâneas de comunicação. Se minhas reflexões puderem contribuir para a construção do pensamento crítico e para a consolidação do campo da comunicação no Brasil, já posso me sentir gratificada.

15.9. MULHERES DIALOGANTES

Impõe-se, aqui, uma explicação processual: como e por que foram escolhidas essas e não outras valquírias?

O ponto de partida é o panorama do pensamento comunicacional brasileiro, objeto dos cursos de pós-graduação que venho ministrando, na Universidade de São Paulo e na Universidade Metodista de São Paulo.

Os pensadores ganham relevância à medida que desvendamos períodos, correntes ou grupos comunicacionais. Listas de autores são construídas consensualmente, a partir dos inventários de obras publicadas em determinados intervalos. Nesse universo, os alunos escolhem os pensadores com os quais estão mais identificados, buscando desvendar incógnitas intelectuais, explorar lacunas cognitivas ou acrescentar interpretações contextuais.

É inevitável que, escolhido o autor, o aluno indague a minha proximidade com ele ou ela. Geralmente, evito respostas subjetivas, na tentativa de evitar induções. Trato simplesmente de completar o quadro, valendo-me da memória, ou seja, das reminiscências preservadas. Vou reconstituir essas lembranças, privilegiando os meus primeiros contatos com as autoras aqui perfiladas.

Adisia Sá

Minhas lembranças dessa legenda cearense datam dos tempos em que estudava jornalismo no Recife, quando Luiz Beltrão falava aos seus alunos sobre os progressos do estudo do jornalismo no Brasil, destacando o pioneirismo de Adisia Sá. Eram frequentes as menções à luta que a líder sindical, também filósofa, empreendia no Ceará para criar um curso de jornalismo.

Aplainando o caminho, ela fundou um curso livre no sindicato ou na associação de imprensa, como embrião do projeto que acabaria sendo acolhido pelo reitor da universidade pública. Esses relatos foram depois confirmados no livro que ela dedicou à história cearense do ensino de

jornalismo.

Encontrei-me com Adisia pela primeira vez em 1970, quando, estando eu já em São Paulo, publicava o livro de estreia, *Comunicação social: teoria e pesquisa*. Minha editora, a Vozes de Petrópolis, programou um périplo pelo território nacional para o lançamento da obra. Em Fortaleza, fui recebido por Adisia Sá, que me apresentou à comunidade acadêmica e à vanguarda jornalística. Desse encontro, resultou amizade, respeito e admiração, preservados mutuamente.

Folheando meu livro, Adisia revelou que sua equipe vinha explorando os mesmos conceitos ali esboçados. Imediatamente encomendei um manual sobre a matéria, com a intenção de criar alternativas nacionais aos textos importados.

Dois anos depois recebi os originais, publicados na coleção Meios de Comunicação Social, sob o título *Fundamentos científicos da comunicação* (Petrópolis, Vozes, 1973), quinto volume da série “Manuais”. Adotado como livro-texto nas universidades de todo o país, a obra esgotou-se rapidamente, demandando imediata reedição.

Singularidade do livro: seis coautores e só uma mulher, também coordenadora. Segunda autora incluída nessa coleção, Adisia Sá foi precedida por Ecléa Bosi, que inaugurou a série “Pesquisas” com o *best-seller Leituras de operárias* (Petrópolis, Vozes, 1972).

Desde então, venho mantendo contatos periódicos com Adisia, que se agigantou intelectualmente, mantendo intensa atividade midiática aos oitenta anos de idade. Sua obra memorável a credenciou, em 2006, para a conquista do Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação, na categoria Maturidade Acadêmica.

Anamaria Fadul

A difusão do conhecimento filosófico na Escola de Comunicações Culturais da USP sofreu inúmeros percalços na fase inicial da instituição. Coube a Lupe Cotrim a responsabilidade de embasar esteticamente a formação humanística dos futuros jornalistas, cineastas, relações públicas, radialistas e dramaturgos. Mas a jovem poeta, que se aperfeiçoava no domínio filosófico, faleceu inesperadamente, sendo substituída pelo professor de filosofia veterano Livio Teixeira, cuja atuação docente foi meteórica, acometido por insuficiência cardíaca. Em seu lugar, tomou posse a mestrand

Olgária Mattos, que não se adaptou ao espírito da conturbada ECA, Escola de Comunicações e Artes, solicitando transferência para a escola de origem. Foi então que a chefe do departamento de filosofia da FFLCH, Maria Sylvia de Carvalho Franco, indicou sua orientanda Anamaria Fadul para assumir o posto.

Conheci Anamaria Fadul nessa circunstância. Ocupava, então, a chefia do Departamento de Jornalismo, e a nova professora de filosofia me procurou para discutir o programa que deveria ministrar aos alunos do ciclo básico. A estratégia então vigente era oferecer aos estudantes de comunicação uma visão retrospectiva da filosofia, estimulando-os a aprofundar conhecimentos da matéria como autodidatas. Depois de conversar com os chefes dos outros departamentos profissionais, Fadul apresentou uma proposta inovadora. Em vez de ensinar filosofia cronologicamente, adotaria o método da aprendizagem problematizadora. Logo, os estudantes não deveriam se perder no cipoal das correntes filosóficas, revisando-as superficialmente, mas dar prevalência à reflexão filosófica pautada pelos problemas da contemporaneidade.

Dessa maneira, a formatação do programa da disciplina demandaria um elenco realista de problemas ligados ao jornalismo e outros segmentos midiáticos. Foi assim que a filosofia deixou de ser um problema pedagógico para se tornar metodologicamente problematizadora. Isso agradou o alunado, ansioso pela compreensão das ideias de Marx, Sartre, Dewey, Mounier, Marcuse e outros pensadores da atualidade.

O ambiente docente na ECA-USP era então marcado por uma nítida fronteira entre a primeira geração, dos fundadores ou dos professores mais titulados, e a segunda geração, constituída pelos jovens mestres, engajados em suas teses de doutorado ou mestrado. Não obstante estivesse organicamente situado no primeiro bloco, sentia-me ideológica e emocionalmente mais familiarizado com a segunda turma. Veio daí a minha sintonia intelectual com Anamaria Fadul, Cremilda Medina e outros colegas adventícios.

Nessa conjuntura, Anamaria Fadul estava concluindo a dissertação de mestrado sobre Locke, mas logo depois ela decolou voo em direção ao universo midiático, dedicando suas teses de doutorado e livre docência a questões da nova área de conhecimento, que ela assimilou efetiva e

afetivamente.

A segunda metade dos anos 1970 foi tumultuada, pela minha cassação na USP e pelo agravamento da saúde de Anamaria, que teve de buscar assistência médica fora do país. Preservamos, contudo, os laços de amizade, inclusive familiares.

Voltei a trabalhar conjuntamente com Fadul na sedimentação da INTERCOM, desafio que ela encarou, no início dos anos 1980, substituindo-me na presidência da entidade para abrir frentes ousadas, como a transformação do primitivo boletim informativo em revista acadêmica.

Cremilda Medina

Certo dia, irrompeu em minha sala, no Departamento de Jornalismo da ECA-USP, uma jovem professora gaúcha, interessada em fazer pós-graduação em jornalismo. Contou-me sua experiência na UFRGS e na Revista do Globo. Explicando que pretendia ampliar seu horizonte, disse como a pós-graduação cogitada por nossa escola surgia como alternativa oportuna.

Ouvi com atenção o relato da jovem colega, sentindo firmeza em seus propósitos. Expliquei que a pós-graduação passava por um período de transição. O sistema europeu (doutorado por defesa de tese) estava sendo substituído pelo sistema norte-americano (doutorado por créditos e defesa de tese, tendo como pré-requisito o mestrado). A última turma de doutorado fora inscrita em 1967 e os candidatos que cumpriram os requisitos estatutários estavam concluindo o prazo de cinco anos para depositar as respectivas teses.

De certo modo desapontada com a morosidade do processo, ela declarou que retornaria no momento aprazado. Mas, impressionado com a sua clareza e entusiasmo, perguntei se ela não gostaria de ingressar como docente da ECA, ali esperando o mestrado, em fase de tramitação nos escalões superiores da universidade. Esclareci que a disciplina de Jornalismo Comparado necessitava de um colaborador. Dessa maneira, ela poderia aliviar minha carga de trabalho, ampliada pelas múltiplas responsabilidades como chefe de departamento.

Foi assim que conheci Cremilda Medina, apostando no escuro em sua competência, mas confiando na sua potencialidade. Ela prometeu voltar a Porto Alegre e pensar no assunto, mas adiantou que seria difícil tomar uma decisão imediata. Tinha marido e filhos, além de outros condicionamentos

familiares. Tomei a liberdade de perguntar o que fazia seu marido, e ela explicou que Sinval Medina atuava no campo editorial. Dei então o cheque mate: se o casal viesse para São Paulo, seria possível contratar os dois, ela para o curso de jornalismo e ele para o curso de editoração, recém-criado.

Despedimo-nos sem estabelecer prazo certo. Mas a colega sabia que as oportunidades existentes eram imediatas, pois as contratações deviam ser feitas antes do fim do ano letivo. Ficamos sem nos comunicar durante algum tempo. Até que inesperadamente minha secretária ligou para minha casa (onde eu repousava, por ordem médica), dizendo que a professora gaúcha insistia em falar comigo com urgência. Autorizei a vinda de Cremilda a minha casa; ela disse que aceitava a proposta e já estava arrumando as malas.

Honrei naturalmente o compromisso assumido e em pouco tempo Cremilda e Sinval se integravam ao corpo docente do Departamento de Jornalismo e Editoração. Ela assumindo a dinamização da Agência Universitária de Notícias (AUN) e ele desafiado a transformar a Editoria de Textos que servia a toda a comunidade e publicava textos de apoio ao ensino em todas as áreas de comunicação. Convertida em laboratório didático do emergente curso de editoração, ela deu origem à COM-ARTE (Editora Comunicações e Artes).

Nunca me arrependi da decisão tomada, tendo em vista a integração satisfatória do casal de professores no espírito inovador dos cursos sob a minha liderança.

Não durou muito a nossa convivência. Processado pelo Decreto-lei 477 e afastado da chefia do departamento, logo depois saí do país, com bolsa de pós-doutorado da FAPESP, para pesquisar na Universidade de Wisconsin, EUA. Ao retornar, em 1974, fui surpreendido com a minha demissão sumária e arbitrária do quadro docente da USP. Nessa conjuntura, vários outros colegas da instituição sofreram constrangimento, sendo perseguidos pelo “interventor”, pessoa de confiança do regime militar, entre eles Cremilda e Sinval.

Tomamos rumos diferentes, embora mantivéssemos contato periódico, até que retornamos à USP, beneficiados pela lei da anistia de 1979. Mas Cremilda permaneceu fora da universidade, pois seu desligamento da USP se formalizara como ato unilateral de resistência ao autoritarismo.

Na primeira oportunidade que surgiu, incentivei Cremilda a retomar a carreira acadêmica, interrompida logo depois da defesa da dissertação de

mestrado, publicada em livro que repercutiu em todo o país pela ousadia analítica. Senti-me gratificado em conduzir Cremilda de volta ao seu posto na ECA-USP, onde ela permanece até hoje realizando um trabalho emblemático, principalmente através do projeto “São Paulo de Perfil”.

Mas este é um assunto sobre o qual o perfil escrito por André Mazini esclarece suficientemente.

Lúcia Santaella

Quem me apresentou Lúcia Santaella foi um amigo em comum: Xavier Cortez, fundador da editora que leva o seu nome, Cortez Editora. Não foi uma apresentação pessoal, mas literária. Ele acabava de lançar um livro dela, *Produção de linguagem e ideologia* (1980), e disse que a obra me interessaria pela proximidade temática. Eu organizara, em coautoria com Anamaria Fadul e Carlos Eduardo Lins da Silva, a coletânea *Ideologia e poder no ensino de comunicação* (1979). O traço comum entre as duas obras estava, segundo Cortez, na palavra ideologia.

Confesso que a leitura do livro de Santaella interessou-me menos pelos postulados contidos no capítulo sobre literatura e ideologia e mais pela discussão feita no capítulo final, focalizando “uma nova classificação da linguagem escrita”, inspirada no pragmatismo peirceano.

Mais adiante, tomei contato com a revisão crítica do marxismo ortodoxo que Santaella empreende com desassombro no seu livro *(Arte) & (Cultura), equívocos do elitismo* (1982), publicado pela Cortez, numa coedição da Editora UNIMEP.

Nessa época, encontrei-me pela primeira vez com Santaella, exatamente no campus da UNIMEP, em Piracicaba, onde ela coordenava um programa de Mestrado em Comunicação e Linguagens, propondo a interlocução entre Arte, Literatura e Mídia.

Compartilhamos o carro numa viagem entre Piracicaba e São Paulo, depois de proferir palestras num evento promovido pela UNIMEP. Conversamos tranquilamente sobre questões relacionadas aos destinos da pós-graduação em comunicação no Brasil, colóquio que motivou o convite para sua participação no IV Congresso da INTERCOM, onde coordenei um simpósio sobre as linhas de pesquisa dos cursos de pós-graduação em comunicação. Ela aceitou de bom grado, apresentando uma comunicação sobre “literatura, arte e meios de reprodução técnica”, que publiquei no livro *Pesquisa em*

comunicação no Brasil (São Paulo, Cortez, 1984).

Por algum tempo, perdi o contato com Lucia Santaella, sendo informado que o programa da UNIMEP fora descontinuado, tendo ela decidido completar seus estudos pós-graduados, beneficiada por bolsas de estudos que permitiram fazer pós-doutorado na Universidade de Indiana (EUA) e na Universidade Livre de Berlim (Alemanha).

Ao retornar ao país, ela assume efetivamente a coordenação do programa de pós-graduação em que obtivera o doutorado na PUC-SP, transformado em Programa de Semiótica e Comunicação. Nessa conjuntura, eu me encontrava na Espanha, desenvolvendo o segundo pós-doutorado, agora na Universidade Complutense de Madri.

Assumindo a diretoria da ECA, em 1989, estive em contato permanente com Santaella e outros coordenadores de pós-graduação credenciados pela CAPES, na tentativa de aglutinar esforços para lograr mais recursos e autonomia decisória para o campo da comunicação. Ouvi, também, e sempre com interesse, os programas sobre arte que ela produzia para a Rádio Cultura, difundidos nas tardes de domingo.

Não lembro exatamente quando, mas já estava perto de concluir meu mandato como diretor da ECA, quando Santaella me procura para saber quais as garantias dadas aos docentes vinculados a outras universidades, como candidatos ao título de livre docente. Deixei claro que se tratava de concursos regidos pelo mérito acadêmico, o que a tranquilizou para se inscrever, submeter-se às provas e ao final receber o diploma de livre docente em ciências da comunicação.

Maria Immacolata V. Lopes

Quando perdi minha cátedra na USP, por decisão arbitrária da reitoria, a mando dos comandantes do sistema autoritário, encontrei refúgio seguro na Metodista, um instituto de ensino superior que aspirava converter-se em universidade. Muitos professores titulados pela USP davam aulas em São Bernardo. A sala dos professores do edifício Delta, no campus Rudge Ramos, era o ponto de encontro de todos os docentes.

Nessa sala, deparei-me pela primeira vez com Maria Immacolata V. Lopes, professora de sociologia, que iniciava seu mestrado na ECA, sob a supervisão de Nelly de Camargo. Conversa vai, conversa vem, fiquei sabendo que ela pesquisava os programas radiofônicos dirigidos ao povão. De repente,

Immacolata desapareceu.

Voltamos a dialogar, depois da anistia, quando fui reintegrado à USP, encontrando-a como docente do Departamento de Comunicações e Artes, terminando a dissertação de mestrado, mais tarde transformada em livro: *O rádio dos pobres* (Loyola, 1988).

Também tivemos oportunidade de cruzar caminhos na INTERCOM, de cujos congressos ela participava assiduamente, sempre acompanhada pelo marido, João Aloísio Lopes, mais tarde admitido como docente da ECA. Concitei-os a colaborar comigo em dois projetos que propusera à diretoria da INTERCOM e pretendia emplacar no congresso de 1986, celebrado no campus da USP. João Aloísio cuidou do encontro latino-americano de revistas de comunicação, embrião de uma rede internacional hoje pilotada pela FELAFACS, e Maria Immacolata do colóquio ibero-americano de pesquisadores da comunicação, que se desdobrou posteriormente no IBERCOM.

Ao assumir a diretoria da ECA, tive mais proximidade com Immacolata, contando com a sua colaboração no Núcleo de Pesquisa sobre o Mercado de Trabalho em Comunicações e Artes, financiado pelo BID, gerando um estudo longitudinal sobre a inserção dos egressos da ECA no mercado de trabalho. Mais adiante, essa pesquisa-piloto serviu de parâmetro para o estudo nacional que Immacolata liderou.

Acompanhei e incentivei sua ascensão na INTERCOM, cuja presidência ocupou na década de 1990, bem como sua projeção na comunidade acadêmica de ciências da comunicação. E continuo prestando atenção ao seu trabalho hercúleo para recuperar o prestígio institucional da pós-graduação em comunicação da ECA-USP.

Sonia Virginia Moreira

Jovens pesquisadores, quase todos oriundos da iniciação científica ou da monitoria, acorriam aos congressos da INTERCOM, buscando oportunidades de inclusão precoce na comunidade acadêmica. Não obstante colegas impacientes os julgassem inoportunos, minha atitude foi sempre a de acolhê-los e avaliá-los, incentivando os talentosos.

Foi nessas circunstâncias que encontrei Sonia Virgínia Moreira. Não lembro exatamente quando nem onde. Recordo vagamente que sua potencialidade como pesquisadora me foi despertada ao tomar conhecimento

da sua premiação por fundações de incentivo à cultura. Vencedora do concurso de monografia promovido pela FUNARTE, ela recebeu o prêmio Lúcio Rangel (1983), resultando no livro sobre a Rádio Nacional em parceria com Luis Carlos Saroldi. O prêmio Torquato Neto (1984) foi conquistado com a monografia sobre a imprensa alternativa pós-64, publicada na Antologia 2 da RIOARTE.

A paixão de Sonia pelo rádio é antiga, mas se consolidou durante a experiência como estagiária na Rádio Jornal do Brasil. Recém-formada em Jornalismo, ela pediu afastamento da empresa para fazer mestrado nos EUA, onde pesquisou a problemática do correspondente estrangeiro. De volta ao país, continuou suas pesquisas e ampliou a participação nas atividades da INTERCOM.

Com certeza, nossa colaboração intelectual firmou-se durante o projeto Brasil/México, no final dos anos 1980. Dentre os sócios ou simpatizantes da INTERCOM que eu convidei para assumir a pesquisa das variáveis brasileiras daquele estudo comparado, entendi que Sonia era a mais indicada para focalizar o rádio. Mesmo não conhecendo sua familiaridade com trabalhos coletivos, fiz a opção certa, porque Sonia revelou não apenas grande motivação e aderência ao espírito de grupo, mas também disciplina, seriedade e bom humor.

Sua parceria com a mexicana Cristina Romo foi bastante eficaz, originando belo inventário comparativo do conhecimento radiofônico no Brasil e no México, publicado sob a forma de livros em cada um dos países.

Esse mesmo espírito de cooperação e dedicação, compromisso com o interesse coletivo e preservação do bom humor tem se mantido constantes em sua carreira acadêmica, inclusive na INTERCOM, onde Sonia atuou como editora da Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, depois presidente da entidade e agora membro do seu Conselho Curador.

Zélia Leal Adghirni

Minha mais recente descoberta no grupo foi Zélia Leal Adghirni. É possível que tenha lido alguma das matérias que publicou no *Coojournal*, em Porto Alegre, sobre temas midiáticos. Afinal de contas, sou parte de uma geração que, sufocada pelo autoritarismo e com a grande imprensa arrolhada, buscou nutrir-se nas fontes alternativas existentes.

Mas só lembro de havê-la conhecido pessoalmente em 1995, durante o

colóquio Brasil-França que César Bolaño coordenou em Aracaju. Seu trabalho sobre as “antenas parabólicas de Casablanca” descortinou o mundo árabe em meu referencial cognitivo, ampliando o interesse pela comunicação marroquina.

Sem contar os encontros fortuitos com que nos brinda a vida atribulada de uma universidade à procura do seu referencial, confesso que nossa amizade se consolidou num encontro casuístico, em Portugal. Durante colóquio internacional de jornalismo, ali conversamos, estabelecendo sintonias e descobrindo afinidades que nos enriquecem mutuamente.

15.10. PERFIS COMPARADOS

Vale ressaltar que três dessas mulheres serviram como presidentes da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, INTERCOM: Anamaria, Immacolata e Sonia. As outras desempenharam funções igualmente relevantes: Lúcia coordenou o GT de Semiótica, e Zélia, o colóquio Brasil-França; Adisia recebeu o prêmio Luiz Beltrão e Cremilda vem proferindo palestras e participando de simpósios.

Todas ocuparam posições de comando em associações, empresas e na universidade: Cremilda dirigiu o complexo midiático da USP até recentemente; Santaella presidiu a associação nacional de semiótica e o curso de pós-graduação da PUC-SP; Adisia fundou o curso de jornalismo da Universidade Federal do Ceará, tornando-se posteriormente a primeira *ombudsman* da imprensa nordestina; Zélia dirigiu o programa de pós-graduação da UnB, além de haver coordenado projetos estratégicos no Marrocos; Immacolata foi representante da área de comunicação no CNPq e coordena o programa de pós-graduação da ECA-USP; Anamaria fundou e dirigiu o núcleo de pesquisas em telenovelas da USP; Sonia integra a comissão de ensino de jornalismo do MEC.

Todas elas exerceram funções de conselheiras ou assessoras nas agências de fomento ao ensino e à pesquisa – CNPq, CAPES, FINEP, INEP, FAPESP, FAPERJ e congêneres.

Quatro transitam em linha reta da mídia à academia e vice-versa – Adisia, Cremilda, Sonia, Zélia. Três contemplam a mídia pelas curvas das arcadas – Anamaria, Santaella, Immacolata.

Três pertencem a troncos luso-brasileiros – Adisia, Lúcia e Sonia – e

quatro possuem raízes em outras culturas – Anamaria, Zélia –, sendo que duas nasceram em terras mediterrâneas – Cremilda e Immacolata.

Cinco atuam no sudeste, uma no nordeste (Adisia) e uma no centro-oeste (Zélia). Três migraram regionalmente: Cremilda, do sul para o sudeste; Zélia, do sul para o centro-oeste; Sonia, do centro-oeste para o sudeste. Duas vieram do interior para a capital paulista – Anamaria e Lúcia.

Mais importante: todas são conhecidas nacionalmente, circulando na comunidade científica mundial, emulando os jovens que pretendem seguir carreira acadêmica e que nelas encontram modelos a seguir.

15.11. MULHERES DA IDADE MÍDIA

As sete mulheres cujas histórias de vida dão forma e conteúdo a este livro representam tendências vitais para a constituição do campo acadêmico da comunicação no Brasil. Sete mulheres fortes, com a mesma fibra, garra e paixão daquelas que Letícia Wierrzchowski imaginou literariamente e Maria Adelaide Amaral recriou na televisão, na minissérie *A casa das 7 mulheres*.

Por isso mesmo, todas elas ocupam espaços consideráveis nos meios de comunicação, sendo entrevistadas ou noticiadas pelos jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, portais da internet etc. Nesse sentido são autênticas *valquírias midiáticas*, atuando como fontes de informação, ou figurando como emissoras das mensagens de interesse coletivo.

Algumas são *musas* intelectuais, despertando paixões que forjam discípulos; ou *modelos* acadêmicos, inspirando as novas gerações a produzir conhecimento relevante. Outras figuram como *mestras*, desempenhando papéis fundamentais no ensino e na práxis, quando não atuam como *madrinhas*, acolhendo e protegendo seus pupilos para avançar acadêmica ou profissionalmente. Não olvidemos as possíveis *matriarcas*, vocacionadas para liderar correntes de opinião nos *meios* de comunicação ou desempenhar papéis de *mediadoras*, formando clãs intelectuais.

¹. Ana Arruda Callado, Jenny, amazona, valquíria e vitória-régia, Rio de Janeiro, DLBrasil, 1996.

IDEIAS QUE ABALARAM O PENSAMENTO HEGEMÔNICO

Marca registrada na certidão de nascimento da ECA, fundada em 1966, a USP é uma universidade europeísta, que se fortaleceu na conjuntura da Segunda Guerra Mundial, acolhendo vários intelectuais que fugiram das agruras sofridas nos países de origem, sobretudo espanhóis e portugueses.

Sintonizada com o “espírito do tempo”, a nova unidade de ensino e pesquisa da universidade pública paulista assimilou matrizes cognitivas enraizadas na península ibérica durante o período da “guerra fria”.

Catedrático de Língua Espanhola e Literatura Hispano-americana da USP, nosso primeiro diretor, Julio Garcia Morejón, se formou intelectualmente de acordo com a tradição universitária de Salamanca. Era natural que a ECA refletisse suas ideias e métodos de trabalho. Ele estudou o pensamento de Miguel de Unamuno, aproximando-se também das ideias de Garcia Lorca e de Ortega y Gasset. Entusiasta da cooperação ibero-americana, o jovem catedrático se fez acompanhar por auxiliares docentes da sua equipe, interessados em atuar no espaço comunicacional.

Concepções científicas e estilos artísticos circularam entre os nossos alunos, como aqueles cultivados, por exemplo, pelo artista espanhol Velasquez ou pelo educador mexicano Amando Nervo, bem como as ideias trazidas por autores da época, como Juan Beneyto, Manuel Calvo Hernando, Luis Pico Estrada, Andrés Guevara, quando visitaram os nossos departamentos, fazendo palestras e publicando artigos em nossas revistas.

Uma vez que os estudos de comunicação em Portugal ainda estavam ausentes da universidade, o que só ocorreria após a Revolução dos Cravos de 1975, a influência portuguesa deu-se indiretamente, através da Cátedra de

Língua Portuguesa e Literatura Luso-Brasileira da USP, então ocupada por Antonio Soares Amora e seu colaborador Rolando Morel Pinto.

Mesmo com a renúncia de Julio Garcia Morejón, na esteira dos acontecimentos que se agravaram com as rebeliões estudantis de 1968, persistiram os intercâmbios com a Península Ibérica e com a América Latina. Estes, mais intensos, fluíram principalmente através do CIESPAL, com o qual mantivemos uma relação amiúde, desde o início da ECA, intercambiando professores e publicações.

O cerne da cooperação latino-americana dar-se-ia no final dos anos 1980, quando a ECA-USP liderou o processo de reconstituição da ALAIC, no período 1988-1992. Consolidada, a entidade foi acolhida por instituições mexicanas e peruanas, para retornar depois ao campus da USP, onde sempre esteve a sua sede jurídica e onde se edita, até hoje, a *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*.

São estas as circunstâncias que conduziram à ideia de publicação deste livro. Trata-se de uma contribuição da CONFIBERCOM e da SOCICOM no sentido de oferecer subsídios para o conhecimento das origens ibero-americanas da entidade que vem atuando como anfitriã deste evento. Por um lado, tem função histórica, na medida em que resgata o pensamento fundador da ECA. A obra pretende demonstrar a sua importância como dínamo dos estudos comunicacionais no Brasil, na segunda metade do século XX. Mas, por outro lado, sua publicação é útil aos participantes do congresso mundial, explicando em que território acadêmico estão posicionados. Ela se torna oportuna, inclusive, para esclarecer a atual geração que habita os espaços da ECA em relação a sua gênese ibero-americana e ao legado acadêmico dos seus pioneiros institucionais e daqueles que o vêm renovando periodicamente.

Sua organização é fruto de uma parceira intelectual bem sucedida que venho mantendo, desde o tempo em que dirigi a ECA-USP, com a professora Margarida Kunsch, uma de suas líderes atuais. Combinando duas visões do tempo e uma uníssona compreensão do espaço, sua intenção implícita é, na verdade, justificar a formação de uma comunidade capaz de potencializar a nossa participação geocultural no tempo presente.

A ousadia de hastear a bandeira ibero-americana no topo de uma comunidade cada vez mais enviesada pela hegemonia anglófona pode parecer

uma questão meramente linguística. Trata-se, na verdade, de uma estratégia claramente política. Não se pretende absolutamente recusar o inglês como língua franca da comunidade acadêmica internacional. A intenção é resistir à agenda investigativa estabelecida pelos países que monopolizam as estruturas do poder acadêmico, marginalizando as comunidades regionais ou nacionais que não se enquadram no seu figurino teórico-metodológico.

É preciso reiterar que as ciências sociais não possuem universalidade de objetos, pois estes estão enraizados nos contextos locais, regionais ou nacionais que os geram, condicionando os instrumentos de observação empírica e consequentemente seus resultados. Logo, não é possível transplantá-los mecanicamente de uma realidade para outra, sendo plausível compará-los no contexto dos chamados “países parentes”, ou seja, aqueles que possuem afinidades culturais.

A intenção da emergente comunidade ibero-americana é simplesmente a de instituir mecanismos de socialização do conhecimento produzido, de modo a construir referentes teóricos e testar parâmetros metodológicos capazes de corresponder às demandas das nossas sociedades, fugindo à tentação de elaborar trabalhos que mimetizem os paradigmas vigentes nas sociedades hegemônicas, como se o conhecimento comunicacional tivesse validade globalizada.

A expressiva adesão que recebemos dos países ibero-americanos, estimada pela inscrição de quase novecentas *ponencias*, sinaliza que estamos no rumo correto. Pavimentando o caminho para que, trienal ou bienalmente, possamos nos comunicar academicamente, estaremos aferindo sua utilidade para melhorar os padrões de comunicação dos novos povos e comunidades.

Como esta coletânea foi organizada? Ela se compõe de duas partes. A primeira reunindo textos da equipe que esteve na liderança do processo de instalação da ECA-USP (1966-1972). A segunda acrescentando os textos dos docentes que foram protagonizando papéis relevantes, durante os anos 1973-2011.

Os dois primeiros volumes da série, dedicada ao pensamento comunicacional uspiano, privilegiaram as ideias seminais da Escola de Comunicações Culturais (1966-1972) e o pensamento corrente na história intelectual da Escola de Comunicações e Artes (1973-2011) da Universidade de São Paulo. Tanto num caso quanto no outro, prevaleceram as ideias

endógenas, ou seja, aquelas produzidas e difundidas pelo seu próprio corpo docente.

O panorama ficaria incompleto se não incorporasse as principais contribuições forâneas, ou seja, aquelas disseminadas pelas personalidades convidadas para ministrar cursos, proferir conferências, fazer palestras ou dar aulas sobre temas não corriqueiros, ventilando os nossos espaços didáticos ou problematizando as conjunturas pedagógicas e abalando as estruturas curriculares.

No entanto, para a melhor compreensão dos leitores, julgo indispensável contextualizar os textos selecionados. Isso feito por blocos, ano a ano. Desta maneira, será possível saber a motivação dos convites e o ambiente em que transcorreram as interlocuções.

16.1. DESCORTINANDO HORIZONTES: 1967

Em 1966, o Conselho Universitário da USP, Universidade de São Paulo, tomou a decisão de criar uma nova unidade de ensino e pesquisa, dedicada aos campos de Comunicação e Cultura. A recomendação foi feita por uma comissão especial designada em 1965, que fez consultas à sociedade, ouvindo também diferentes instâncias da própria universidade. Mas, em se tratando de autarquia estadual, mantida pelo Estado de São Paulo, a legislação vigente determinava sua homologação pelo Governador do Estado.

Isso ocorreu no dia 15 de junho de 1966, quando o Reitor Luis Antonio da Gama e Silva submeteu a decisão colegiada ao Governador Lauro Natel, que a endossou plenamente, mandando publicar o ato respectivo no Diário Oficial do Estado que circulou no dia seguinte.

Mas as atividades didáticas só começaram efetivamente em 1967, quando se realizou o primeiro vestibular. Preenchidas as cem vagas disponíveis, figurava na lista de aprovados igual número de candidatos classificados. Esses excedentes não se iludiram com a esperança de preencher os lugares abertos por colegas desistentes.

Amplamente difundida através da imprensa, inclusive em reportagem ilustrada da revista *O Cruzeiro*, a nova escola criou muita expectativa. Destinada a formar profissionais para a florescente indústria cultural – jornalistas, cineastas, radialistas, dramaturgos etc. –, os jovens preteridos sentiram-se motivados a desencadear movimento reivindicatório, visando

duplicar o número de vagas. A campanha sensibilizou os alunos matriculados, que se declararam em greve, solidários com os excedentes. Assim sendo, as aulas, que deveriam iniciar-se em março, só foram efetivamente ministradas a partir de maio, com a vitória do movimento e a criação de um novo turno didático.

Assim sendo, as atividades da escola foram completamente tumultuadas por acontecimentos imprevistos. A nova unidade sequer possuía instalações próprias. As salas de aulas foram improvisadas em espaços cedidos por órgãos integrantes da estrutura da Reitoria. Nem mesmo a aula inaugural se realizou. Esta deveria ter sido ministrada pelo reitor da USP, sendo cancelada na última hora. Explicação: o professor Gama e Silva fora convocado repentinamente para uma audiência com o presidente da república.

O primeiro semestre foi prorrogado até as férias de inverno. Para compensar os dias de greve, o reajuste do calendário não comportava atividades extracurriculares. Até mesmo os sábados estavam ocupados por aulas regulares.

Mas o diretor e os professores queriam planejar uma dinâmica diferente para o segundo semestre. Isso foi concretizado através de um ciclo de conferências, no período vespertino, para atender a todos os estudantes. Tanto os do turno matutino quanto aqueles matriculados no período noturno. A grande dificuldade estava na indisponibilidade de um anfiteatro, dentro do *campus*, capaz de acolher público numeroso. Solução: buscar um salão no centro da cidade. Foi escolhido o auditório da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, situada na praça Dom José Gaspar.

Assumindo a responsabilidade que foi atribuída para coordenar o ciclo, o Prof. Dr. Rolando Morel Pinto pediu sugestões de nomes a todo o corpo docente. Fez-se uma lista de possíveis convidados, cabendo a decisão da ordem de precedência ao diretor Julio Garcia Morejón. Este acabou por escolher como primeiro conferencista o professor Luiz Beltrão, da Universidade de Brasília.

Aureolado como a figura de maior expressão acadêmica no campo comunicacional brasileiro, naquela conjuntura, ele deu a primeira aula magna da instituição, na tarde de 10 de agosto de 1967. Focalizou as perspectivas que as conquistas tecnológicas abriam ao jornalismo pelo rádio e pela televisão.

Fundador do Instituto de Ciências da Informação da Universidade Católica de Pernambuco, o professor Luiz Beltrão dirigira a Faculdade de Comunicação da UnB durante o período compreendido entre 1965-1967. Destacava-se como o primeiro docente da universidade a defender tese de doutorado em comunicação. Apesar de possuir invejável currículo como jornalista, o que a academia consagrava como “notório saber”, ele quis dar o bom exemplo aos seus colegas, conquistando o título de doutor por defesa de tese. Julgada por uma banca examinadora composta por eminentes pesquisadores internacionais, entre eles o norte-americano Hod Horton e o espanhol Juan Beneyto, sua pesquisa foi acolhida com muito entusiasmo, o que contribuiu para sedimentar o prestígio intelectual do autor.

Essa foi sem dúvida a avaliação feita pelo primeiro diretor da ECA-USP para convidá-lo a iniciar os colóquios dos nossos alunos e professores com personalidades nacionais. Também influíram a fama conquistada por Luiz Beltrão como renovador do ensino de jornalismo no Brasil e como autor de uma das mais densas obras sobre a teoria do jornalismo. O livro *Iniciação à filosofia do jornalismo* (Rio de Janeiro, Agir, 1960) tinha sido agraciado com o Prêmio Orlando Dantas de 1959. Seus livros de ficção – romance e contos – também receberam láureas de entidades literárias pernambucanas. Dirigente sindical, representara o Brasil em várias conferências internacionais de jornalistas. A convite do governo chinês, visitou o país, publicando o livro de reportagens *Itinerário da China* (Recife, Imprensa Oficial, 1959).

A aula magna proferida na Biblioteca Mário de Andrade comprovou inteiramente sua erudição e brilhantismo. Ele analisou as transformações que o jornalismo experimentava em plano mundial, como consequência das possibilidades de codificação das mensagens propiciadas ao rádio e à televisão. Sua argumentação denunciava a lentidão do jornalismo audiovisual brasileiro para se libertar das tradições gutenbergianas. Persistindo no uso de gêneros e formatos oriundos da imprensa, os nossos profissionais empregavam recursos inadequados. Deixavam de potencializar o som ambiente e a imagem em movimento na emissão do noticiário cotidiano.

Tamanho foi o interesse despertado pela conferência que o professor Morel Pinto decidiu reproduzi-lo no primeiro número da *Revista da Escola de Comunicações Culturais*.

Nesse mesmo ano, Luiz Beltrão retornou duas vezes a São Paulo. A convite

da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, participou do Simpósio Internacional de Pesquisa sobre Difusão de Inovações e Adoção de Práticas Agrícolas. A pioneira Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero também o distinguiu com o convite para ser conferencista do ciclo comemorativo dos vinte anos de sua fundação.

Desde esse momento, criou-se uma interlocução permanente da ECA-USP com o professor Luiz Beltrão. Várias vezes convidado, ministrou cursos, proferiu palestras, assessorou pesquisas.

Uma de suas últimas visitas deu-se em 1984, durante a celebração do cinquentenário da USP, justamente quando a ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, lhe entregou a medalha de pioneiro do ensino de jornalismo, também atribuída a Pompeu de Souza e Vitorino Prata Castelo Branco. O depoimento proferido nessa ocasião foi publicado pelos *Cadernos de Jornalismo e Editoração*, n. 18, em novembro de 1986, poucos dias após seu falecimento em Brasília.

16.2. VISLUMBRANDO TEMPESTADES: 1968

Se eram locais os acontecimentos que tumultuaram a rotina da ECA-USP no ano de sua instalação, tinham caráter global os que atropelaram a universidade e a escola neste ano letivo. As manifestações estudantis eclodiram na França, alastrando-se pelo mundo inteiro, inclusive em São Paulo.

O início das aulas ocorreu em clima de tensão. A ECA prosseguia “sem teto”. Ocupava espaços improvisados no prédio da reitoria. As turmas básicas se abrigaram num auditório adaptado, no andar térreo do edifício, antes ocupado pelo almoxarifado. Era um salão envidraçado, ainda sem cortinas, cujo movimento, visível pelos dois lados, causava sensação de desconforto. Os estudantes do primeiro ano sentiram-se incomodados, porque expostos à curiosidade dos transeuntes. Imediatamente, batizaram o local com o nome de “aquário”, da mesma forma que chamariam sarcasticamente de “piscina” o anfiteatro disponibilizado no Pavilhão B-9. Originalmente preparado como laboratório da Faculdade de Medicina Veterinária, nele foram concentradas as aulas do segundo ano. Adaptado para servir como auditório, o declive do local previsto para alojar animais de grande porte dava a impressão de ser reserva hídrica.

A promessa de “casa própria” continuava postergada. Optou-se por um paliativo: ceder à ECA o anexo que estava sendo construído para a burocracia reitoral. Ali a escola ficaria instalada provisoriamente... (embora ali permanecessem até hoje). Contudo, as obras ainda estavam em andamento.

Levou algum tempo até que o edifício destinado ao Arquivo Morto da Reitoria fosse ajeitado para abrigar todos os departamentos da ECA-USP. Da mesma forma, os equipamentos didáticos enfrentavam sérios problemas de aquisição, porque dependiam de importações sempre lentas, hierarquizadas. As insatisfações do alunado pairavam no ar. Qual rastilho de pólvora, elas foram se intensificando, durante os movimentos de protesto desencadeados pela UNE contra as arbitrariedades do governo militar. E chegariam, em maio, ao seu grau mais elevado, estimuladas pelas rebeliões juvenis que explodiram em Paris, Berkeley, Frankfurt, Caracas ou Buenos Aires.

Estigmatizada como escola rebelde, a ECA confirmou sua identidade. Através de sua liderança estudantil, teve participação de vanguarda no movimento que, em maio de 68, sacudiu o campus da USP. Os estudantes invadiram a reitoria, desalojando o reitor, bem como vários edifícios do *campus*. Entre eles, o Pavilhão B-9, que concentrava os nossos departamentos profissionais.

Ali foi prevista a primeira atividade internacional promovida pela escola. Tratava-se de um simpósio internacional organizado pela UNESCO sobre a pesquisa em cinema e televisão. Acolhida pela USP, a pedido do Ministério das Relações Exteriores, a iniciativa contava também com o respaldo de professores que haviam estudado na França, como Paulo Emílio Salles Gomes e Freitas Nobre.

As invasões setoriais ocorreram no fim de semana, pegando desprevenidos professores e funcionários que chegavam para trabalhar na segunda-feira. Como o evento da UNESCO estava agendado para a “piscina”, ou seja, o anfiteatro do B-9, os visitantes estrangeiros foram impedidos de entrar no edifício.

Para solucionar o impasse, o poeta Francisco Alvim, diplomata designado pelo Itamarati para acompanhar a missão da UNESCO, pediu a mediação de sua amiga, a professora Lupe Cotrim, que negociou uma trégua junto ao comando de greve. Ela usou dois argumentos. Primeiro: o seminário da UNESCO não configurava aula, porém atividade extracurricular, o que não

significava a capitulação precoce do movimento. Segundo: havia figuras notáveis entre os conferencistas que ficariam com má impressão do Brasil se fossem enxotados liminarmente. Prevaleceu o bom senso e a cordialidade brasileira.

Foi graças à competência persuasiva de Lupe Cotrim que os dirigentes do centro acadêmico da ECA autorizaram o ingresso dos visitantes ao B-9, bem como permitiram que os estudantes de jornalismo evidenciassem suas habilidades profissionais, editando diariamente boletins que abasteciam a imprensa de noticiário sobre o evento, implicitamente confirmando que a “ocupação” prosseguia.

Estavam entre os expositores e debatedores figuras famosas, principalmente cineastas: o italiano Roberto Rossellini (acompanhado por sua filha Isabella), o cubano Andrés Guevara e o brasileiro Glauber Rocha. Mas ali se encontravam também pesquisadores sociais e culturais, que começavam a despontar no estrelato acadêmico, com destaque para o sociólogo francês Edgar Morin, cujo livro *Cultura de massa no século XX* (Rio de Janeiro, Forense, 1967) começava a aparecer nas listas de *best-sellers*.

Infelizmente as circunstâncias não permitiram o resgate e a documentação das intervenções de todos os participantes. Somente dois textos foram recuperados – um projeto de pesquisa apresentado por Edgar Morin e um ensaio histórico escrito pelo argentino Luis Pico Estrada. Salvaram-se também algumas notas das exposições feitas pelos cineastas brasileiros, entre elas a de Glauber Rocha. Cotejando posteriormente a obra do cineasta baiano, tive oportunidade de verificar que as ideias ali expostas e debatidas serviram posteriormente como roteiro para o alentado ensaio que ele publicou no livro *O cinema novo*. Sintomaticamente, Glauber dedica o texto ao seu amigo Zuenir Ventura, nada mais, nada menos que o jornalista intérprete daquele momento histórico, posteriormente consagrado no livro *1968, o ano que não terminou*.

São esses os principais textos reunidos nesse bloco da presente coletânea, refletindo sem dúvida alguma o “espírito do tempo”, neuróticos anos embalados pelo ritmo da emergente indústria cultural.

Como contraponto a essa nuance colorida, caracterizada pelas insígnias fortes dos generais De Gaulle, Perón ou Castelo Branco, inclui o texto de Juan Beneyto, representativo do ambiente cinza ainda vivido pela Espanha nos

estertores do regime capitaneado pelo Generalíssimo Franco. Seu autor visitou a ECA e dialogou com membros do corpo docente. Perfilava como uma espécie de emissário, prenunciando a transição franquista para um regime mais aberto e receptivo à colaboração internacional. As teses aqui reproduzidas foram retiradas do roteiro que o nosso convidado usou para o colóquio mantido com professores no pequeno salão de leitura do Instituto de Cultura Hispânica, no centro da cidade de São Paulo.

Assim sendo, três textos reproduzem artigos publicados pela *Revista da Escola de Comunicações Culturais* da USP e o quarto, de autoria de Glauber Rocha, está composto por trechos selecionados da fonte já referida, naturalmente procurando ser fiel à intervenção do cineasta no simpósio da UNESCO, 1968.

Quem são os autores aqui enfeixados? Vamos tentar mostrar seus perfis intelectuais.

Glauber Rocha é o abre-alas do cinema novo brasileiro, diretor de filmes emblemáticos: *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964) e *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (1968). Considerado o “cineasta brasileiro de maior prestígio internacional” (*Quem é quem na história do Brasil*, São Paulo, Abril, 2000, p. 410), compareceu ao seminário aqui realizado num momento de grande popularidade, mas demonstrando lucidez e perspicácia no seu veloz raciocínio. Participou ativamente do encontro, intervindo nos debates e conversando com os jovens nos jardins da Cidade Universitária. Rivalizou com Roberto Rossellini na atração exercida junto aos acadêmicos ali reunidos. É pena que as ideias do diretor italiano não se tenham registrado.

Em compensação, foi possível descortinar o panorama do cinema argentino, através do texto preparado pelo historiador Luis Pico Estrada, especialmente a fase pós-peronista, aqui privilegiada. Trata-se de um relato mais sóbrio, se comparado ao de Glauber Rocha, porém igualmente crítico, instigante e motivador.

O texto assinado por Edgar Morin não tem caráter autoral, sendo mais uma peça coletiva, resultante do projeto de pesquisa que o sociólogo francês dirigia, a convite da UNESCO, em torno do qual girou sua contribuição. Sua presença na ECA causou sensação aos estudiosos da área, especialmente aos leitores do seu livro *Cultura de massa no século XX* (Rio de Janeiro, Forense, 1967). Confesso que meu conhecimento de suas ideias germinou ainda no

Recife, quando fui a elas apresentado por seu colega de universidade, Joffre Dumazedier, também integrante da equipe liderada por Georges Friedman, aglutinada pelo Centre d'Études des Communication de Masse (CECMAS) e divulgada através da revista *Communications* (Paris, Seuil). Aproveitei brechas do evento para comentar a boa receptividade encontrada no país pelo seu artigo publicado no primeiro número da referida revista, sobre o conceito de indústria cultural, amplamente desenvolvido no livro recentemente traduzido para o português. Morin era bem menos assediado pelos jovens do que os famosos diretores de cinema, situação que se alteraria no correr dos anos, quando seus novos livros circularam em nosso país e ele virou guru intelectual, festejado em prosa e em verso. Condição que segue vigente, apesar de sua idade avançada.

Juan Beneyto é o único autor deste bloco que não participou do seminário da UNESCO, tendo visitado a ECA separadamente. Ele aqui esteve logo no início do ano, quando ainda era diretor da escola o professor Julio Garcia Morejón. Antes, portanto, da eclosão dos distúrbios estudantis que se arrastaram até a edição do AI-5 (o golpe dentro do golpe). Beneyto interagiu principalmente com docentes e monitores do Departamento de Jornalismo.

Catedrático da Universidade Complutense de Madri, esse jornalista valenciano exercia, então, o cargo de presidente do Conselho Nacional de Imprensa, integrante da equipe do ministro Fraga, galego nomeado por Franco para pilotar o Ministério da Informação e Turismo, na tentativa de abertura política ancorada na liberalização econômica concebida pelos assessores da Opus Dei. Em sua passagem pelo Brasil, Beneyto buscou difundir o processo de mudança ali iniciado, tendo como sustentáculo a Lei Fraga, que acenava com o fim da censura.

Mas durou pouco a gestão Fraga, sendo Juan Beneyto encarregado de mediar as negociações com as universidades públicas (Madri e Barcelona) para abrigar o acervo oriundo das franquistas *Escuelas oficiales* agregadas aos ministérios correspondentes (Jornalismo, Propaganda, Cinema, Rádio-Televisão). Essa missão decorria do prestígio por ele granjeado junto à comunidade acadêmica internacional – em reconhecimento à obra que vinha elaborando desde jovem, tendo sido o primeiro comunicólogo espanhol a compreender o fenômeno holístico das *Mass Communications*.

Quase paralisada pela agitação popular que floresceu em todo o país, a

escola enfrentou a noite negra decretada no dia 13 de dezembro de 1968. Começava a tempestade.

16.3. VIVENCIANDO CONFLITOS: 1969

O reinício dos trabalhos didáticos foi traumático. Motivo: o impacto causado pelo editorial “Instituições em frangalho”, publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, no apagar das luzes de 1968. Dele resultou a intervenção federal na redação e a imposição da censura prévia.

A ECA se recuperava da transição ocorrida na diretoria, com a renúncia do professor Julio Garcia Morejón, ainda em 1968. Substituído pelo vice-diretor, Antonio Guimarães Ferri, houve continuidade da administração. Com muita habilidade, o novo diretor procurava conduzir a instituição, sem causar grandes atropelos. Mas a comunidade acadêmica procurou ajustar-se ao seu estilo de trabalho, pois se tratava de docente vinculado ao campo das ciências biológicas.

Entretanto, o mais difícil era o clima político do país, pois o AI-5 teve o significado de uma mudança traumática na política nacional, com o recrudescimento da repressão e naturalmente a intensificação da violência.

O conflito era o signo reinante. Talvez por isso mesmo, os departamentos que constituíam a ECA não se sentiam motivados a promover o diálogo forâneo.

O Departamento de Jornalismo tomou a dianteira, buscando oxigenar as ideias circulantes no *campus*. Programou uma série de palestras e conferências, embora priorizasse os próprios integrantes do seu corpo docente.

Mas uma inovação prosperou: a ideia de realizar uma semana anual de estudos de jornalismo, mobilizando pensantes de fora e de dentro. O tema consensual para o primeiro debate foi a questão do sensacionalismo. Esse fenômeno intrigava os jornalistas ali atuantes, abarcando desde o noticiário escandaloso dos vespertinos europeus à metafórica exacerbação praticada pela imprensa nacional, estimulando iniciativas do tipo “espremeu o jornal, jorrou sangue”.

Organizou-se um fórum qualificado para examinar a problemática sob diferentes ângulos. Juristas, psicólogos, educadores e pastoralistas foram convidados a trazer sua contribuição.

Aqui estão enfeixadas três visões diferenciadas, uma representativa da corporação jornalística, outra procedente do ambiente judiciário e uma terceira produzida por alguém que palmilhando a esfera religiosa fosse sensível a outros polos da equação: leitores, informantes e vítimas.

O texto de Alberto Dines é claro, direto, esquemático. Catalisa o ponto de vista de um jornalista não preconceituoso, buscando entender o fenômeno em suas diferentes acepções. Essa largueza analítica bem reflete a própria trajetória profissional de alguém que militou nas duas frentes – a da imprensa popular e a da imprensa de elite.

Jornalista que atingia o ápice da sua carreira, ocupando então o posto de editor do *Jornal do Brasil*, veículo de referência nacional, o autor tomara a iniciativa de criar um canal de interlocução entre as redações e a sociedade. Publicando a revista mensal *Cadernos de Jornalismo* ecoava as principais transformações ocorridas nos EUA e na Europa, não fechando os olhos às experiências latino-americanas. Essa revista serviu, durante algum tempo, como ponte de interação entre a academia e o mercado.

A seguir, vem a contribuição do jurista Darcy de Arruda Miranda, convergindo a experiência do magistrado ao acervo pedagógico lastreado no magistério superior, não faltando a vivência cidadã. Isso o tornou apto a perceber a complexidade da vida cotidiana. Trata-se de um exercício de interpretação plural do binômio imprensa–sensacionalismo, pensando a responsabilidade dos agentes estratégicos. O resultado denota legalismo explícito, conotando uma espécie de benevolência com os detentores do poder constituído.

A conjugação da prática judiciária no Tribunal de Alçada de São Paulo e o exercício docente na Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie fortaleceram sua aptidão discursiva. Isso ficou demonstrado através da publicação de meia dúzia de livros sobre a regulação da vida cotidiana. Destaca-se a exegese feita sobre a lei do divórcio, como também o denso tratado em que comenta, quase didaticamente, a lei de imprensa. Esse estatuto, datado de 1967, vigorou até pouco tempo atrás. Revogado abruptamente por decisão histórica do Supremo Tribunal Federal, o vácuo legal vem deixando atônitos os sujeitos da engrenagem jornalística. Temerosos, os empresários e os profissionais apontam os casuísmos embutidos em sentenças emanadas dos juízes de primeira instância.

O terceiro testemunho desse ciclo tem como autor uma personalidade que dominaria a cena política brasileira, nas últimas décadas do século XX. Refiro-me ao frei Evaristo, franciscano responsável pela pastoral carcerária de São Paulo, residente nas proximidades da Penitenciária do Carandiru. Ele foi convidado para expor suas experiências com os presos comuns, leitores contumazes de jornais como *Notícias Populares*, editado pela mesma empresa proprietária da matutina *Folha de S. Paulo*.

Embora escalado para falar na sessão de encerramento do evento, o religioso compareceu anonimamente a todas as sessões programadas. Ouviu com atenção os argumentos apresentados pelos intelectuais que o precederam. Ao se pronunciar, o fez com humildade e firmeza, alinhavando comentários pertinentes. Surpreendeu pela atitude corajosa, ponderando os prós e contras da imprensa sensacionalista.

Pois bem, quando estive na ECA, o coordenador da pastoral carcerária do Carandiru já era bispo auxiliar de São Paulo, mas nenhum sinal o identificava como tal. Só adquiri consciência disso ao ver sua fotografia na televisão, quando foi nomeado pelo papa para substituir D. Agnelo Rossi. Logo depois, fui por ele recebido no Palácio Episcopal, sendo acolhido fraternalmente, desculpando-se por não ter enviado o texto a ser incluído nos anais da semana de jornalismo. Dom Paulo Evaristo me pediu tempo, explicando que tinha assumido novas responsabilidades no Vaticano. Mas propôs uma solução eficaz: por que o senhor não pede a sua equipe para transcrever a fita gravada e faz um copidesque no texto final? Pacto feito, eu providenciei o texto e voltei ao Palácio, entregando-o em mãos. Ele me pediu para esperar, leu cuidadosamente a transcrição copidescada, fez duas ou três mudanças estilísticas, autorizando a publicar imediatamente.

Esta explicação é necessária para contextualizar o ambiente em que se produziu o texto aqui reproduzido, cujo conteúdo sinalizava uma maneira não dogmática de interpretar os acontecimentos do presente. O mais importante na sua contribuição é o reconhecimento de valores positivos em produtos jornalísticos que a nossa elite estava acostumada a desdenhar, condenar, recusar.

O ambiente conflituoso que vivenciamos em 1969 não se restringia ao território nacional. O noticiário da época estava ocupado pela guerra do Vietnã, cuja escalada aumentava significativamente. Foi nesse contexto que o

jornalista José Hamilton Ribeiro lançou o seu livro *O gosto da guerra*, relatando os episódios que marcaram sua tragédia na cobertura bélica. Quase terminada sua missão, ele insistiu com os assessores de imprensa do Exército dos EUA para ver a guerra de perto. Conduzido a uma zona beligerante, nas proximidades de Saigon, teve a infelicidade de pisar numa mina plantada pelos *vietcongs*, sem poder terminar a reportagem originalmente pautada pela revista *Realidade*.

Mas o faro do repórter não o abandonou completamente. Mesmo frustrado pelo incidente que o vitimou, Zé Hamilton propõe uma compensação à revista: inverter a situação, convertendo o repórter em foco da notícia. Escreveu um texto que reconstituía seu diário de campo. Com esmero invejável, emociona e sensibiliza os leitores. Em verdade, em vez de uma reportagem, ele produziu uma sensível história de interesse humano. Publicada em *Realidade*, a matéria obteve grande sucesso editorial, o que o induziu a ampliá-la para se tornar livro reportagem.

Nossos alunos leram previamente a matéria da revista e sabatinaram o repórter quando ele aceitou o convite para vir à ECA.

Deu uma lição de cobertura de guerra, estimulando jovens que se preparavam para o exercício da profissão, baseado na reportagem da revista *Realidade* e na grande reportagem contida no livro lançado pela Editora Brasiliense.

16.4. RESISTINDO AO ARBITRÁRIO: 1970

A temperatura política continuou a subir. No front uspiano, dois fatores contribuíram para exacerbar os ânimos: o impacto da cassação de vários docentes, entre eles Jean Claude Bernadet; e a reforma universitária, aprovada verticalmente, alterando a estrutura da universidade e ampliando a escola, que passou a ser denominada Escola de Comunicações e Artes.

O fato mais grave foi sem dúvida a censura aos livros, medida que estremeceu os escritores, mobilizou os editores, desencadeando uma campanha nacional, com a finalidade de evitar a aplicação desse estatuto draconiano.

Sensibilizados pela reação contundente da sociedade civil, os estudantes da ECA radicalizaram seu discurso e práticas, fechando questão em torno da segunda semana de estudos de jornalismo. Tema escolhido: censura e

liberdade de imprensa. A proposta sofreu reveses, sendo vetada pelas autoridades superiores. Mas os estudantes ficaram de pé firme, com apoio de grande parte do corpo docente.

As instâncias superiores lavaram as mãos, deixando a decisão a cargo do órgão proponente. O Departamento de Jornalismo manteve a iniciativa e a semana foi realizada. Nem o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, nem o reitor da USP, Miguel Reale, mesmo sendo juristas, aceitaram debater o assunto com a comunidade acadêmica. Mas os representantes do empresariado e das associações profissionais compareceram. E o evento foi um sucesso, apesar de restrito ao *campus*, pois a imprensa censurada manteve-se distante.

Esse bloco da coletânea enfeixa as mais singulares contribuições, algumas combativas, outras ponderadas. O jornalista Danton Jobim e a escritora Ligia Fagundes Telles foram incisivos no repúdio à censura. O empresário Júlio de Mesquita Neto e o psicanalista Chaim Samuel Katz, apesar de comungarem o mesmo ponto de vista, foram mais abrangentes, matizando a questão.

Completam o quadro das ideias circulantes na escola três instigantes reflexões, não relacionadas com o tema da censura.

Roberto Benjamin tratou de folkcomunicação, argumentando que os poetas populares refletem a opinião pública nacional. Manuel Calvo Hernando alarga o conceito de jornalismo científico, vinculando-o ao universo da divulgação da ciência e tecnologia. Gabriel Cohn apresenta sua visão da sociologia da comunicação, sinalizando o desenvolvimento do estudo científico desse fenômeno.

Elas indicam até onde os interlocutores podiam chegar, ou melhor, retratam a estreiteza da margem de manobra possível numa conjuntura arbitrária.

Quem são os nossos interlocutores? De que modo eles agiam como porta-vozes de ideias que podiam reforçar, contrariar, problematizar os nossos pontos de vista ou até mesmo dar-lhes novos rumos?

O psicanalista Chaim Katz fazia parte de um grupo de intelectuais que tinha como plataforma de difusão a revista *Tempo Brasileiro*, dirigida por Eduardo Portela. Juntamente com Luiz Costa Lima e Francisco Dória, havia editado o *Dicionário crítico da comunicação* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1971), de natureza transdisciplinar e caráter problematizador, sem pretensões consensuais ou normativas. Aliás, sua intervenção no seminário da ECA

confirmou inteiramente essa postura, explicando amplamente as implicações da censura, sem pontificar ou persuadir.

Sua mais arguta interlocutora foi a ficcionista Ligia Fagundes Telles, que examinou a censura como escritora e como cidadã, não fugindo ao comportamento típico da sua geração. Como egressa da Faculdade de Direito da USP, ela fez a defesa da liberdade de pensamento e expressão acima de qualquer outro fator societário.

Na mesma linha de pensamento perfilou o presidente da Associação de Imprensa, Danton Jobim, fazendo uma erudita revisão histórica da escalada da censura, mas não deixando de expressar seu inconformismo com os fatos que prenunciaram o embate entre o governo militar e a corporação jornalística na vigência dos discricionários atos institucionais emanados da junta militar que sucedeu o presidente Costa e Silva.

Apesar de vitimado em sua empresa pela tesoura da censura oficial, o herdeiro principal do império erigido pelo patriarca fundador do jornal *O Estado de S. Paulo*, Julio de Mesquita Neto agiu com sobriedade política, mas não se furtou a hastear a bandeira que ostenta o ideário da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), cuja presidência estava então exercendo.

Os três outros intelectuais que passaram pela ECA naquele ano emblemático denotaram atitudes mais sintonizadas com a vida acadêmica, refluindo ao debate político dominante no cenário nacional.

Benjamin, intelectual pernambucano, tornou-se herdeiro do legado folkcomunicação de Luiz Beltrão. Tendo permanecido na cidade do Recife, com atenção voltada para as expressões típicas da cultura popular, trouxe aos nossos alunos relatos sobre o avanço das suas pesquisas a respeito das expressões poéticas como sinalizadoras da opinião pública em nosso país.

Gabriel Cohn, cuja tese de doutorado em sociologia privilegiara o universo da sociedade de massa, considerando “anomalia” o homem distanciado da moderna indústria midiática. Assim sendo, foi instado pelos nossos alunos a discernir o futuro dos estudos nessa área emergente do conhecimento. A resposta sumária foi veiculada na revista laboratório denominada K. Aqui transcrita integralmente, vislumbramos.

Por sua vez, o espanhol Manuel Calvo Hernando marcou seu primeiro contato com a ECA, lançando a ideia de fazer avançar a popularização da ciência e da tecnologia. Através da cooperação e não da competição entre

jornalistas de distintos jornais e entre estes e a comunidade científica. Sua mediação diplomática teve resultados a curto e médio prazo, resultando na fundação da Associação Brasileira de Jornalismo Científico e posteriormente na constituição de vários subgrupos que integram hoje a nossa comunidade de pesquisadores em divulgação científica.

16.5. EXPLORANDO VEREDAS: 1971

Se deu sinais aparentes de recuo, tal o clamor que se fez ecoar em todo o país, deixando de aplicar a portaria da censura aos livros, o governo militar também não tomou a iniciativa de revogar aquele estatuto castrador. A censura bibliográfica permaneceu em banho-maria, ameaçando veladamente autores e editores.

O ambiente na escola tampouco era tranquilizador. Suspeitas de vigilância em salas de aula por policiais disfarçados de estudantes atemorizavam os professores. Ninguém queria se comprometer, até mesmo porque circulavam boatos de docentes indicados pelos conselhos departamentais que haviam sido vetados pela assessoria de segurança instalada na reitoria e tolerada pelo reitor. Renovações de contratos de professores e funcionários também encontravam barreiras nesse órgão misterioso.

Além de tudo isso, processava-se uma movimentação silenciosa, nas sombras da burocracia, destinada a implantar a “reforma universitária”. A primitiva Escola de Comunicações Culturais preparava-se para ser um amálgama entre as Comunicações e Artes.

Diante desse panorama, poucos órgãos ou lideranças queriam se expor e sofrer represálias. O Departamento de Jornalismo continuava afoito, realizando sua movimentada semana de estudos, que começava a atrair as atenções das universidades de todo o país. Estudantes e professores de diferentes regiões agendavam o evento e acorriam a São Paulo.

Depois da prova de fogo vivenciada no ano anterior, as lideranças estudantis amainaram o ímpeto rebelde, aceitando tranquilamente o tema proposto pelos docentes para o debate do fórum anual de jornalismo. Como toda a escola participava do evento, buscou-se um tema abrangente – imprensa e desenvolvimento –, sintonizado com a pauta dominante no cenário nacional, ou seja, o chamado “milagre econômico”.

A literatura importada, principalmente dos EUA, privilegiava o

“desenvolvimento” como variável correlacionada com a “modernização” dos meios de comunicação, o que influenciou na escolha do temário.

Mas a posição dos organizadores do seminário transpareceu na escolha dos interlocutores convidados, cuja figura principal foi o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, nacionalista firme e destemido. Articulista do *Jornal do Brasil*, o ex-presidente da ABI exerceu funções públicas no executivo (governador de Pernambuco) e legislativo (deputado federal), desfrutando de prestígio nacional. Coube-lhe dar o tom da discussão. Fazendo contraponto, convidamos duas figuras oriundas de linhagens intelectuais diferenciadas.

Pertencente à corrente crítica europeia, perfilou Muniz Sodré, jovem professor da UFRJ, então engajado no projeto de difusão comunicacional da Editora Bloch. Também participava da equipe de articulistas que movimentavam as edições mensais da *Revista de Cultura Vozes*. Ele antecipa em grande parte as ideias contidas no seu livro de estreia sobre a “comunicação do grotesco”, lançado no ano seguinte.

Vinculado ao contingente mais influenciado pelo pragmatismo inovador de matiz norte-americano, aceitou comparecer o enigmático jornalista Calazans Fernandes. Então assessorando a modernização empresarial da *Folha de S. Paulo*, capitalizava a fama conquistada como planejador estratégico, bem-sucedido em projetos realizados no setor público nordestino. Um episódio pouco divulgado da sua biografia comprova a singularidade dessa figura. Refiro-me à ousadia que teve enquanto secretário de educação do Rio Grande do Norte. Convenceu Paulo Freire, logo após o rompimento com o Movimento de Cultura Popular, a testar seu método de alfabetização de adultos na cidade potiguar de Angicos, com financiamento proveniente da USAID, United States Agency for Aid Development. Trata-se de fato documentado no livro *40 horas de esperança – o método Paulo Freire* (São Paulo, Ática, 1994), escrito por Calazans Fernandes, em coautoria com Antonia Terra.

Vários docentes da própria USP participaram do seminário, trazendo as contribuições das ciências humanas, principalmente a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, diretora científica do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), que antecipou dados importantes do livro em preparação sobre *O campesinato brasileiro* (Petrópolis, Vozes, 1973) e o psicólogo Samuel Pfromm Neto, autor do livro *Comunicação de massa* (São Paulo, Pioneira,

1971), aduzindo argumentos ou problematizando o uso dos meios de comunicação de massa como suportes desenvolvimentistas.

Entrementes, a escola começava a se tornar alvo do interesse mundial, recebendo visitantes que desejavam conhecer as inovações experimentadas no ensino, na pesquisa e na extensão.

Duas personalidades relevantes do cenário americano compartilharam ideias e aspirações que estavam em curso no cenário continental, tendo como marco diferenciador o mítico Rio Grande. Aquele que separa o colosso do Norte próspero, colonizado por britânicos e franceses, do empobrecido mosaico que espanhóis e portugueses erigiram ao Sul, depois da pilhagem do ouro, transferindo o espólio fragmentado às elites *criollas*.

Compartilhou conosco sua visão do desenvolvimento da pesquisa em comunicação coletiva o diretor-geral do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina, CIESPAL, Gonzalo Córdova, acenando com perspectivas ao mesmo tempo desafiadoras e imobilizadoras. Tanto assim que, dois anos depois, o CIESPAL convocaria a histórica reunião de San José (Costa Rica) para dar uma reviravolta na pesquisa latino-americana da comunicação.

Contudo, a interlocução mais instigante foi provocada por Raymond Nixon, ex-vice presidente da IAMCR, International Association for Mass Communication Research, e editor da pioneira revista *Journalism Quarterly*, descortinando o “lado obscuro” do desenvolvimento impetuoso e nem sempre autossustentável do ensino de Jornalismo na América Latina. Que fazer para neutralizar a crise que inevitavelmente nos afetaria? Este foi o desafio lançado, motivando as reações ou inércias que marcariam nosso desempenho no ano seguinte.

16.6. ENFRENTANDO MUDANÇAS: 1972

Raymond Nixon foi indiretamente o inspirador do debate agendado para o ano em que mudavam as estruturas da universidade. A escola passava a abrigar novos cursos de graduação – Editoração e Publicidade –, criando também o mestrado em Ciências da Comunicação.

Chegando ao seu quinto ano de funcionamento, o Departamento de Jornalismo se reestruturava para dar conta dos desafios emergentes, sem perder sua identidade empreendedora e desafiadora.

Por sua vez, o Departamento de Relações Públicas ampliava as relações com a sociedade, promovendo fóruns de debates sobre a profissão, contando com a participação de representantes do setor público, como é o caso de Ney Peixoto do Vale, então vinculado a uma empresa de economia mista, com bastante credibilidade no mercado. Igual estatura possuía Hernani Donato, que atuava como representante corporativo da Editora Abril.

Ambos militavam também na ABRP, Associação Brasileira de Relações Públicas. Esse alinhamento associativo renovou o ânimo da equipe de professores e do alunado, sob a liderança de Cândido Teobaldo de Souza Andrade, chefe do departamento.

Além desses eminentes intelectuais orgânicos do sistema hegemônico, a escola contou com a colaboração de um visitante estrangeiro, o professor francês Raymond Cantel. Dedicado ao estudo da literatura popular ibérica, esse pesquisador da Universidade de Poitiers retornava ao nosso país para ensinar à nossa juventude qual o valor da literatura de cordel. Tanto para formar a mentalidade do homem rural brasileiro quanto para reforçar nos migrantes nordestinos chegados à metrópole bandeirante o sentimento regional que os alentava na terra de adoção, facilitando sua fixação ao novo habitat.

Mas o grande acontecimento da instituição foi, sem dúvida, a semana de estudos de jornalismo, acima referida, cuja afluência externa deixou os agentes da segurança nacional com a pulga atrás da orelha. A inscrição de mais de mil participantes, provenientes de todo o território nacional, bem como de várias delegações estrangeiras, aguçou o apetite repressivo dos ocupantes do gabinete anexo ao do reitor da USP, que os ocultava dissimuladamente.

Vários convidados nacionais deixaram de viajar, impedidos por estranhos telegramas expedidos por autoridades sediadas em Brasília, que aconselhavam os reitores de universidades públicas a retirar todo o apoio previamente negociado. Nem assim o encontro fracassou.

Nessa ocasião, os professores se reuniram nos intervalos de trabalho, fundando a ABPEC, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação, uma entidade nacional para reivindicar melhores condições de ensino e pesquisa. Os estudantes, sentindo-se acuados, promoveram reuniões noturnas com a intenção de reativar os diretórios e grêmios discentes,

praticamente inativos.

Terminado o evento, surgem represálias, retaliações, perseguições. O diretor do departamento de jornalismo foi processado com base no Decreto-lei 477 e afastado do cargo. Várias outras providências sinalizavam punições a docentes e alunos.

Tudo isso era o prenúncio da intervenção ostensiva da “linha dura” do regime militar na condução da vida cotidiana da ECA. Ao final do ano, terminado o mandato do nosso segundo diretor, foi nomeado para substituí-lo um professor que se apresentou como agente da ordem instituída.

Era o início do grande retrocesso institucional, cujas consequências perduraram durante muito tempo... Só nos anos 1980, com a anistia política e a transição para o governo civil, a situação iria mudar.

Se a administração guindada à ECA-USP em 1973 pautava-se pela truculência e obscurantismo, a semente pluralista e democrática, plantada no período 1967-1972, deixou resíduos que, irrigados posteriormente, voltaram a florescer e a frutificar.

Dentre as sementes estavam algumas ideias plantadas nas primeiras teses de doutorado em comunicação, depositadas pelos autores em fins de 1972 e defendidas nos anos seguintes.

A conjuntura que marcou a primeira fase da instituição onde comunicação e cultura coexistiram dialeticamente chegava ao fim. Em lugar da tolerância e da coexistência pacífica entre segmentos intelectuais que não se distinguiam por estratos sociais, surgiu uma estrutura complexa e por vezes conflituosa.

Comunicações e Artes se organizaram para ocupar espaços diferenciados por critérios nem sempre explícitos, dando lugar ao cultivo de preconceitos que alimentam o espírito do separatismo sazonal, mas nunca levado às últimas consequências.

A seleção dos textos integrantes daquela coletânea buscou implicitamente demonstrar que a postura assumida pelos fundadores da nossa escola pode servir como referência para tornar mais produtiva e mais criativa a cooperação acadêmica.

Afinal de contas, ao celebrar o seu cinquentenário, a ECA tem o compromisso de preservar a memória das gerações, para não correr o risco de estar sempre recomeçando da estaca zero.

OUSADIAS QUE NUTRIRAM O PENSAMENTO ALTERNATIVO

E espaço e tempo são variáveis fundamentais para compreender a natureza das opções feitas historicamente pela Universidade Metodista de São Paulo para desenvolver estudos avançados na área de comunicação social.

Em seus trinta anos de existência, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PÓSCOM/UMESP, também conhecido como Grupo Comunicacional de São Bernardo, assumiu identidades peculiares que o distinguiram espacialmente dos seus congêneres, embora sintonizadas com as demandas cognitivas do seu tempo.¹

A primeira fase (1978-1994), circunscrita ao mestrado, foi caracterizada pela hegemonia da *comunicação popular* nas atividades cotidianas de ensino e pesquisa.

Na segunda fase (1995-2008), integrando mestrado e doutorado, o foco investigativo tem sido canalizado para o desvendamento dos processos comunicacionais acionados pela *indústria midiática*.

Neste momento, o colegiado acadêmico está empenhado em redefinir nossas linhas de pesquisa, prevalecendo a tendência de atualização histórica. Sem renunciar às identidades conjunturais, estamos em busca de convergências temáticas, de modo a garantir o pluralismo teórico e a diversidade metodológica, conscientes da nossa vocação vanguardista para ousar intelectualmente, mesmo situados na periferia do capitalismo.

17.1. FATORES CONJUNTURAIS

Quando surgiu, em 1978, o PÓSCOM defrontava-se com dois cenários

acadêmicos, incrustados num panorama político singular. Sua personalidade foi moldada em função desses fatores conjunturais.

Cenário 1: a pós-graduação em comunicação encontrava-se em processo embrionário. A reforma universitária instituída pelo regime militar (Oliveira, 1995) introduziu o *mestrado* como grau intermediário entre o *bacharelado* e o *doutorado*. Assim sendo, os pioneiros programas de *doutorado* criados pelas universidades de Brasília (1964) e São Paulo (1967) nas respectivas faculdades de comunicação deram lugar a programas novos, inicialmente restritos ao mestrado – USP (1972) e UnB (1974) – que se agregaram aos congêneres fundados na UFRJ (1972) e PUC-SP (1980).² Todos os cursos precedentes tinham fisionomia interdisciplinar, embora privilegiassem interações reconhecíveis (a USP com as ciências sociais, a UFRJ com as ciências cognitivas, a UnB com as ciências do comportamento e a PUC com as ciências da linguagem). A Metodista de São Paulo buscou ancoragem nas ciências aplicadas ao desenvolvimento, especialmente local e comunitário.³

Cenário 2: a área de comunicação social expandia-se velozmente em todo o país, necessitando professores qualificados para a graduação, demanda não priorizada pelos cursos de pós já existentes, mais preocupados com a formação de pesquisadores ou profissionais de ponta. Foi natural que a Metodista optasse pela ênfase em “metodologia da comunicação”, entendida duplamente como “ensino” (reprodução do saber instituído) e “extensão” (divulgação do conhecimento novo).

Panorama: a intervenção que os militares desencadearam em 1964 para controlar o aparato estatal radicalizou-se em 1968. Com o “golpe dentro do golpe”, simbolizado pela edição do AI-5, a nação brasileira padecia danos irreversíveis.

O sufoco da vida política paralisou a sociedade civil. Pouco a pouco, porém, os movimentos populares produziram reações em cadeia (Skidmore, 1988). A liderança coube aos sindicatos representativos do setor moderno da economia nacional, como é o caso da indústria automotiva.

Abriando o sindicato dos metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo converteu-se em polo de atenção midiática, principalmente no contexto das greves operárias que abalaram a estrutura cambaleante do regime militar (Silva, 1981).

Foi nesse ambiente politicamente fértil que se instalou, em 1978, o segundo programa de pós-graduação em comunicação do estado de São Paulo. Precedido pelo pioneiro programa da USP, fundado em 1967 (doutorado concebido segundo o velho modelo europeu) e reformulado em 1972 (quando foi assimilado o novo modelo americano, instituindo o mestrado como requisito prévio ao doutorado), o curso da Metodista buscou construir sua própria identidade acadêmica. Adotou linha distinta do curso da USP (cuja matriz interdisciplinar o atrelava ao universo da pesquisa básica), bem como do emergente curso da PUC (que, ao instituir o doutorado, em 1978, abandona sua vinculação histórica aos estudos literários, adotando a semiótica como método de análise dos fenômenos culturais, inclusive aqueles situados no âmbito da cultura de massas).

Sob o signo da República de São Bernardo, a Metodista procurou inovar, enveredando pelo caminho da pesquisa aplicada.⁴ O momento era propício às ousadias vanguardistas, mesmo tendo consciência da localização geopolítica na periferia do capitalismo (Ratner, 1979).

17.2. CAPITAL – TRABALHO

A estrutura do mestrado em Comunicação Social refletiu a filosofia vigente na instituição, cuja natureza duplamente confessional e comunitária a estimulava a assumir explícito compromisso com a região onde estava localizada. Naquela conjuntura, as evidências socioculturais legitimavam demandas comunicacionais de dupla face.

De um lado, a comunicação empresarial, capacitando os gestores industriais a lograr maior interação com os trabalhadores, no sentido de prevenir paralisações na linha de produção, com efeitos inevitáveis na economia. Do outro lado, a comunicação sindical, demandando novas formas de mobilização do operariado, consciente do seu poder de barganha, mas temeroso da repressão patronal, usualmente amparada pelo poder judiciário e executada pelo braço policial do estado burguês.

Na tentativa de manter sintonia com as necessidades cognitivas da comunidade regional, a instituição promoveu uma “Semana de Cultura Operária” em 1978 e um “Colóquio sobre Comunicação e Cultura Operária” em 1979, dialogando pedagogicamente com as lideranças empresariais e sindicais. Tais encontros motivaram reflexões críticas sobre o conhecimento

acumulado pela academia a propósito das relações capital-trabalho na sociedade brasileira, ensejando também o inventário das alternativas comunicacionais vivenciadas pelas sociedades latino-americanas.

Foi a partir desses diagnósticos que orientamos o nosso intercâmbio internacional. A área de concentração em comunicação empresarial beneficiou-se com as ideias trazidas pelo norte-americano John Wicklein (Boston University), que aqui esteve, em 1979, lecionando sobre as novas tecnologias de comunicação. Por sua vez, a área de comunicação popular ganhou fôlego quando Armand Mattelart e Francisco Gutierrez nos visitaram em 1981, ministrando concorridos seminários sobre a democratização da comunicação no terceiro mundo e a pedagogia da comunicação libertadora.

As primeiras dissertações defendidas pelos mestrandos refletem o dualismo temático que esteve na gênese do nosso programa. Enquanto Cicília Peruzzo (1981) analisava as relações públicas no modo de produção capitalista, sob a ótica do trabalho,⁵ Helga Schulten (1982) privilegiava a gênese das relações públicas no capitalismo selvagem, adotando o ponto de vista do capital.⁶ A mesma comparação pode ser feita através do contraste ensejado pelas perspectivas investigativas de Gerson Moreira Lima (1982), que observou criticamente a “releasmania” como estratégia empresarial destinada à construção de imagem pública,⁷ e de Antonio de Andrade (1982), que pesquisou empaticamente o efeito das campanhas ambientais numa comunidade regional, comportando-se de acordo com os interesses da cidadania.⁸

17.3. ABERTURA LENTA E GRADUAL

A anistia política de 1979 sinalizou o esgotamento do ciclo militar (Fernandes, 1982) e a consequente retomada da normalidade democrática (Cardoso, 1975). Apesar de “lenta e gradual”, a abertura política ensejou mudanças no cenário nacional (Moisés, 1982) que afetariam sensivelmente a fisionomia do nosso programa.

Se foi possível diversificar o corpo docente, majoritariamente composto por docentes titulados no país, contratando pesquisadores motivados a retornar ao país, como, por exemplo, Fernando Perrone (França), Paulo José Krischke (Estados Unidos) e Onésimo de Oliveira Cardoso (Alemanha),

também ocorreu o retorno à universidade pública daqueles docentes perseguidos pelo regime militar. Esse caminho de volta foi percorrido por pesquisadores originários da USP, como Egon Schaden e José Marques de Melo.

O alunado mudou completamente. O número de candidatos da própria região estacionou ou regrediu, sendo compensado pela afluência de jovens recém-formados, aspirantes à carreira docente, e de profissionais vinculados ao setor público, que desejavam atuar como comunicadores especializados. Diante dessa contingência, o programa atualizou suas áreas de concentração, dando ênfase à “pedagogia da comunicação” e à “popularização do saber”. A primeira foi organizada para atender aos bolsistas do PICD, Programa Institucional de Capacitação Docente, do Ministério da Educação. A segunda resultou dos acordos de cooperação assinados com a EMBRAPA e o CNPq.

A revista Comunicação & Sociedade, circulando semestralmente, espelha com nitidez essa transição de conteúdos lecionados e de objetos pesquisados.⁹ Na primeira fase predominam os artigos sobre comunicação alternativa e cultura popular, ambientados no espaço latino-americano. A segunda fase reflete a ênfase atribuída aos processos comunicacionais protagonizados em território brasileiro, valorizando a ciência e a tecnologia, o meio ambiente, a ética e a cultura, dentro de um quadro emoldurado pela globalização.

17.4. SALTO QUALITATIVO

Embora desfrutando prestígio nacional e reconhecimento internacional, o que se refletia na composição do alunado, incluindo estudantes de todo o país e de países lusófonos e latino-americanos, o programa da Metodista enfrenta no início dos anos 1990 a ampliação da rede nacional de pós-graduação. O aparecimento de cursos congêneres no sul e nordeste, bem como no interior de São Paulo, induz a uma revisão das estratégias de ensino e pesquisa.

A comunicação contra-hegemônica ganha intensidade nos planos de estudos dos novos programas, cessando o fluxo de candidatos forâneos. Da mesma forma, os pretendentes a vagas no mestrado já não mais priorizam a atuação no terceiro setor, buscando oportunidades de reciclagem para disputar o mercado de trabalho nas empresas midiáticas.

Durante o processo de transformação da Metodista em universidade

(Bittencourt, 1999), a equipe dirigente toma a decisão política de fomentar o doutorado,¹⁰ respaldando o salto qualitativo do programa de Comunicação.

Sinais eficazes para expressar a opção pela mudança se materializam na regularização da periodicidade da revista *Comunicação & Sociedade*, contando inicialmente com o apoio da FAPESP, bem como na instalação da Cátedra UNESCO de Comunicação.

O ano de 1994 constitui um divisor de águas, significando a busca de uma nova identidade, sem recusar a trajetória percorrida até aquele momento. Dois indicadores evidenciam a construção do novo projeto, dando continuidade à linha de pensamento que distinguia o nosso programa dos similares existentes no país, porém redirecionando o foco dos estudos para o campo midiático, numa perspectiva glocalizada.¹¹

As edições monográficas da revista *Comunicação & Sociedade* referentes ao primeiro biênio da fase de ajuste – 1994-1995 – dão conta do segundo aspecto, ou seja, a reativação investigativa: novas tecnologias, indústria audiovisual, televisão e inter-relações geopolíticas.

O primeiro aspecto, melhor dizendo, a fidelidade à linha de pensamento que constituiu a razão de ser programa, encontra-se bem enunciada nos temas que galvanizam as edições correspondentes ao biênio seguinte ao funcionamento do doutorado – 1995-1996: pensamento latino-americano em comunicação, jornalismo e memória, comunicação política e mídia eletrônica.

As duas vertentes confluem dialeticamente na celebração dos vinte anos do programa (1998), quando as primeiras turmas de doutorandos assumem publicamente o orgulho intelectual de pertencer ao Grupo de São Bernardo. Evidência disso é a contribuição oferecida para resgatar a memória das ideias disseminadas pelas duas gerações docentes aqui atuantes: os germinadores e os atualizadores.¹² A antologia “Pensamento Comunicacional Brasileiro: o Grupo de São Bernardo” contém farto documentário da nossa linha teórica.

No plano empírico, o Grupo de São Bernardo deu mostra suficiente da sua vitalidade e do seu entusiasmo ao participar voluntariamente dos projetos de pesquisa que deram credibilidade institucional à Cátedra UNESCO de Comunicação, atuando como unidade de pesquisa capaz de catalisar o potencial acadêmico dos alunos e ex-alunos do nosso programa de pós-

graduação.¹³ Refiro-me às pesquisas de campo realizadas no apagar das luzes do século XX, cujos resultados foram enfeixados em livros comemorativos do vigésimo aniversário do nosso programa: “Identidade da imprensa brasileira no final do século” e “De Belém a Bagé: imagens midiáticas do Natal brasileiro”.

Naquele momento, os docentes permanentes do programa socializaram seus projetos de pesquisa para o triênio 1998-2001, agrupados em duas linhas de pesquisa: estudos midiáticos e comunicação científica. Esses relatos estão disponíveis para consulta na edição n. 30 da revista *Comunicação & Sociedade*.

Finalizando, vale a pena reproduzir o perfil acadêmico do nosso corpo docente nessa conjuntura (Marques de Melo & Castelo Branco, 1998, p. 626-627):

Sua origem acadêmica reflete a tendência nacional observada na composição da comunidade [...] das Ciências da Comunicação. A maioria revela identidade comunicacional, tendo buscado formação progressiva na própria área [...], embora tenha mantido o diálogo interdisciplinar com outras áreas do conhecimento.

Destaca-se como uma equipe intelectualmente motivada, com significativo índice de produtividade acadêmica. Nos últimos cinco anos, a média anual do grupo tem sido 11,8 publicações por pesquisador. O grupo atua, simultaneamente, em duas áreas de difusão científica.

Por um lado, dissemina os resultados da sua pesquisa através dos veículos convencionais em que se nutrem os professores e pesquisadores para se manter atualizados em relação aos avanços da ciência, arte ou tecnologia, ou seja, livros, periódicos e anais de congressos. Nesse segmento, sua produção é de 23 artigos/ano, o que corresponde a 2 artigos/pesquisador publicados anualmente em revistas científicas; 14 trabalhos/ano publicados em anais de congressos, o que corresponde a 1,2 comunicação científica que cada pesquisador logra inscrever em reuniões as quais comparecem seus pares acadêmicos; e 8 livros/ano [...], representando a média de 0,6 livro/docente.

Por outro lado, está fortemente empenhado em divulgar o conhecimento novo, transformando-o em artigos veiculados por jornais e revistas [...]. Essa produção totaliza 196 artigos/ano, distribuídos pelo conjunto dos pesquisadores, cada um deles responsável pela publicação anual de 8 artigos.

A tendência dessa produção é crescer no próximo quinquênio, tendo em vista as melhores condições em que trabalham na Universidade: 11 dos 13 professores estão contratados em regime de tempo integral. Isso lhes permite desenvolver projetos de pesquisa que se converterão naturalmente em produtos a serem difundidos, inicialmente em periódicos científicos e depois reescritos em linguagem comum para divulgação na mídia massiva ou segmentada.

Esse clima de produtividade e cooperação intelectual permaneceu vigente até 2001,¹⁴ quando entra em vigor a nova estrutura que a reitoria da UMESP estabeleceu para a área de comunicação, criando três faculdades autônomas e vinculando o programa de pós-graduação à Faculdade de Comunicação Multimídia (Pecoraro, 2000).

O nosso colegiado docente iniciou imediata reflexão sobre os desafios do novo século.

Mas essa tentativa de encontrar rumos a seguir lhes será explicada pelo professor Sebastião Squirra, que vem conduzindo, desde então, o processo de atualização histórica do Programa da Metodista.

1. “Em hipótese alguma pretendemos nos transformar num grupo sectário [...] não acreditamos que o melhor caminho para a formação de uma consciência brasileira da comunicação social seja a ignorância do que se passa em outras partes do mundo. Vai enorme distância entre copiar e tomar conhecimento do que se faz, pensa e diz alhures” (C&S, n. 1, p. 3).

2. “O curso da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo”, existente como mestrado desde 1970, mas “tido no início como de teoria literária [...] foi, em 1980, arrolado entre os cursos de Comunicação Social”, quando instituiu o doutorado, “por determinação dos consultores da Capes” (CNPq, 1982, p. 428).

3. Essa opção ancorou-se em parte na recomendação feita pela Capes, que, no ano anterior, promovera um encontro dedicado ao tema “Pós-Graduação em Comunicação: definições, prioridades e critérios”, indicando a “comunicação para o desenvolvimento” como linha de pesquisa a ser incentivada no país (CNPq, 1982, p. 429).

4. “A identidade do curso emergiu espontaneamente e foi se delineando na rica interação entre docentes e discentes, afetados sem dúvida pelo momento histórico que vive o Brasil nessa expectativa de reencontrar a democracia [...] Os acontecimentos protagonizados pelo povo brasileiro tiveram atores especiais e palcos privilegiados, como foi o caso dos operários e sindicatos metalúrgicos do ABC” (Marques de Melo, 1983, p. 141).

5. Cicilia Peruzzo (1983 e 2003).

6. Helga Schulten (1983).

7. Moreira Lima (1983).

8. Andrade (1983).

9. Kunsch (2003) inventaria historicamente o papel desempenhado pela revista C&S para o fortalecimento do programa de pós-graduação da Metodista.

10. Pessinatti (2003).

11. “Com a mudança ocorrida no cenário mundial, o programa, durante os anos 1990, buscou ajustar-se às novas necessidades globais. Para tanto, tornou-se necessário repensar a identidade do curso, em vista dessa moldura inovadora, dos personagens diversificados e também em função das demandas da própria sociedade” (Gonçalves, 2003, p. 114).

[12.](#) Gobbi (2003), Santos (2003) e Gonçalves (2003).

[13.](#) O balanço crítico dessas iniciativas da Cátedra UNESCO foi realizado por Queiroz (2003), destacando as contribuições no plano internacional.

[14.](#) Para compreender esse período de transição, torna-se elucidativo o estudo sobre as teses de doutorado e as dissertações de mestrado defendidas no quinquênio 1989-1992 feito por Fadul (2003), p. 95-108.

A REGIÃO NA SOCIEDADE GLOCALIZADA

18.1. DEFASAGEM

O conhecimento oriundo da geografia da comunicação vem se tornando fator crucial para a tomada de decisão dos estrategistas da mídia na sociedade globalizada.

Apesar disso, houve uma defasagem no agendamento da questão em âmbito nacional. Ela só foi reconhecida institucionalmente em 1991, durante o congresso “O Novo Mapa do Mundo”, promovido pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, sob a liderança dos geógrafos Milton Santos e Maria Adélia de Souza (SCARLATO, SANTOS e SOUZA, 1993).

Hoje, o IBGE vem fazendo a coleta regular de dados sobre a geografia das comunicações em todo o país, mas nem sempre eles despertam interesse nos pesquisadores acadêmicos. Uma das poucas e excelentes exceções advém de uma parceria franco-brasileira, reunindo o geógrafo francês Hervé Théry e a ambientalista brasileira Neli Aparecida de Mello, autores do denso e bem ilustrado atlas do território brasileiro. Eles analisam os fenômenos do movimento (bens, mercadorias, pessoas, cultura e informação) nos capítulos sobre as dinâmicas populacionais (migrações) e urbanas (atrações culturais) e sobre as redes de transportes, energia e informação (THÉRY e MELLO, 2005).

Contudo, existem vestígios de incursões bem anteriores nesse território-fronteira, configurando uma espécie de geografia precoce da comunicação brasileira. Seus agentes são os intelectuais Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Fernando de Azevedo, que pertenceram ao quadro de pioneiros da Universidade de São Paulo (MARQUES MELO, 2007).

Para reconstituir o itinerário brasileiro dessa interdisciplina, torna-se indispensável focalizar a contribuição crítica do geógrafo Manuel Correia de Andrade para entender a dinâmica das relações entre espaço, tempo e movimento em nossa sociedade.

18.2. DESENCONTRO

Quando a INTERCOM agendou o seu primeiro congresso nacional na região Nordeste, em 1995, na cidade de Aracaju (SE), tendo como tema central “Globalização e regionalização das comunicações”, foi natural a escolha de Manuel Correia de Andrade para fazer uma das conferências principais. Ungido como um dos principais geógrafos brasileiros, herdeiro das utopias acalentadas por dois outros companheiros de geração (Josué de Castro e Milton Santos), sua presença era indispensável, até mesmo em função da nordestinidade, ativa, efusiva e afetiva, que o distinguia intelectualmente.

Feito o convite, ele aceitou com entusiasmo, mas pouco depois escreveu ao professor Cesar Bolaño, coordenador do congresso, lamentando cancelar a participação. Antes de declinar o convite, o professor me procurou para justificar sua atitude. Senti seu constrangimento, acostumado que era a respeitar compromissos. Ele me explicou que fora convocado antecipadamente para realizar uma missão no exterior, sem contudo haver sido notificado do período que deveria reservar em sua agenda. Havendo coincidência de datas, não havia alternativa, senão desculpar-se com os dirigentes da INTERCOM. Tranquilei-o, dizendo que todos entenderiam a situação, aliviando sua angústia. Argumentei que o programa do congresso não havia sido divulgado, portanto ninguém poderia estigmatizar sua ausência.

A nossa amizade principiou na sala de aula. No início dos anos 1960, MCA lecionava Geografia Econômica aos alunos do Curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco. Beneficiei-me dos conhecimentos por ele transmitidos e me tornei assíduo leitor dos seus livros e artigos. Sempre que tinha oportunidade, eu comentava tais escritos com o autor, sentindo que a interlocução o gratificava. Além disso, tínhamos afinidade ideológica, vindo a integrar a equipe de governo de Miguel Arraes. Nosso último encontro, nessa fase, ocorreu nos corredores do DOPS pernambucano, onde

ficamos confinados para averiguações logo depois do golpe militar de 1964. Posteriormente nos reencontramos, tanto em Recife quanto em São Paulo, compartilhando ideias geográficas com os amigos comuns, Milton Santos e Maria Adélia de Souza.

Quando a memória do congresso de Aracaju foi divulgada sob a forma de livro organizado por César Bolaño (1999), encontrei casualmente o professor Manuel Correia, percebendo que o episódio deixara sequelas. Ele me disse que perdera a oportunidade de compartilhar suas ideias com intelectuais do porte de Octavio Ianni, Renato Ortiz, Márcio Wohlers e outros. Mas a verdade é que ele investira tempo e coletara dados para expressar seus pontos de vista sobre a globalização. Felizmente, tais reflexões ensejaram debates em outros espaços, sendo reunidas no livro *Globalização e identidade nacional* (Recife, Bagaço, 2002).

18.3. DIFICULDADE

Se esta é a principal fonte para se entender o pensamento andradeano sobre os fenômenos da comunicação, ela representa a convergência de impressões, deduções e opiniões que ele foi acumulando em sua trajetória intelectual.

Entretanto, a maior dificuldade do exegeta reside na pequena incidência dessas variáveis em sua narrativa geográfica. Considerando sua linha de raciocínio, em parte influenciada pelo marxismo – o que explica o privilégio atribuído aos fatores econômicos em sua obra –, MCA dialoga criticamente com algumas correntes dessa escola de pensamento.

É o que se mostra explícito na sua compreensão da “questão nordestina”, que alguns seguidores de Gramsci refugam, argumentando que se trata de uma “questão sociocultural que o capitalismo dissolve”. Seu ponto de vista é bem diverso: o “avanço” das relações capitalistas provoca transformações nas “exterioridades” da questão regional, agravando-a, em vez de eliminá-la (ANDRADE, 1993, p. 60).

De qualquer maneira, para melhor ordenar sua contribuição ao avanço dos estudos sobre a geografia da comunicação, torna-se necessário fazer uma distinção entre o divulgador consciente e o pensador coerente.

Divulgador

Como outros intelectuais de sua geração, Manuel Correia de Andrade (1922-2007) encontrou na militância política exercida durante a juventude a

motivação para atuar como divulgador cultural.

A análise retrospectiva da sua biografia oferece evidências da labuta em frentes simultâneas: científica (escrevendo livros, artigos e apresentando comunicações acadêmicas em congressos nacionais e internacionais, compartilhando com os pares os resultados das pesquisas realizadas); pedagógica (escrevendo textos esquemáticos, dando aulas, proferindo palestras); e popular (publicando artigos em linguagem simplificada, escrevendo livros destinados ao grande público e concedendo entrevistas à mídia para explicar o avanço do conhecimento, estabelecendo conexões com a realidade).

Para atuar nas duas primeiras frentes, focalizando os temas da sua predileção, MCA buscou formação específica, diplomando-se em Geografia e História (1947) pela Universidade Católica de Pernambuco. O trabalho de popularização do saber é resultante da sua inserção no espaço buliçoso e desafiador da Faculdade de Direito do Recife, hoje integrada à Universidade Federal de Pernambuco. A comprovação dessas suas três faces aparece com nitidez nos depoimentos coletados no livro *Manuel Correia de Andrade, um homem chamado Nordeste* (CAVALCANTI, RIBEMBOIM e RIVAS, Recife, Bagaço, 2008), publicado um ano depois de sua morte.

O divulgador pedagógico emerge logo no início da sua carreira, quando ocupa funções de professor do ensino médio nos tradicionais colégios recifenses: Vera Cruz, Padre Felix e Americano Batista. Dois relatos permitem identificar os traços peculiares dessa atuação, permanecendo indelével na memória de Roberto Mota e de Lucivânio Jatobá.

O antropólogo Roberto Mota lembra o seu desempenho como professor:

Conheci-o em 1955, no Colégio Padre Felix. Eu fazia o primeiro ano clássico e ele era meu professor de História Geral [...] O programa tratava de História Antiga e Dr. Manuel nunca esqueceu – e sempre me fazia elogios pelo que considerou generosamente como indício de argúcia – de uma pergunta que fiz (CAVALCANTI, RIBEMBOIM e RIVAS, p. 148).

O geógrafo Lucivânio Jatobá recorda o autor de livros didáticos:

Os livros de M. C. de Andrade faziam-me ver esses elementos paisagísticos não mais como um mero amontoado de coisas desconexas, mas como um cenário de uma grande peça [...] Após a leitura [...] passei a identificar as complexas relações entre a litologia da Serra de Pacas, a tectônica local e o fluxo das águas que acabavam por desembocar no leito do rio Tapacurá... (CAVALCANTI, RIBEMBOIM e RIVAS, p. 112-113).

Seu desempenho como divulgador científico pode ser mensurado pela vastidão da obra publicada: mais de 100 livros e aproximadamente 250 artigos em periódicos do país e o exterior. Outro detalhe, anotado por José Lacerda Alves Felipe, diretor de inovação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN), é a amplitude e prontidão da sua competência cognitiva:

[...] o prof. Manuel não se eximiu de nenhum debate dos temas que marcaram o Brasil e o mundo nas últimas quatro décadas. Refletiu sobre o Brasil, a América Latina, o meio ambiente, a geopolítica, o imperialismo, a África. Foi crítico severo do quantitativismo na Geografia e soube se antecipar ao debate sobre a globalização e os seus reflexos em determinadas sociedades e suas economias (CAVALCANTI, RIBEMBOIM & RIVAS, p. 67).

Clovis Cavalcanti, pesquisador *senior* da Fundação Joaquim Nabuco, não hesita em qualificá-lo como “um dos mais insignes intelectuais” brasileiros “de todos os tempos”, argumentando que sua obra mais importante constitui “a prova disso”. *A terra e o homem no Nordeste* (São Paulo, Brasiliense, 1963) “figurou na lista [...] dos cem livros mais importantes publicados no Brasil no século XX”. E arremata: “Que pernambucano vivo pode exibir tal galardão? Essa é uma riqueza que não se corrói, riqueza verdadeira, e não de papel ou resultante da reiteração de um valor fruxo pelos meios de comunicação” (CAVALCANTI, RIBEMBOIM & RIVAS, p. 38).

Contudo, sua mais profícua atuação foi sem dúvida a difusão popular do saber científico que assimilou e formatou ao longo da sua vida na academia. Sua filha, a geógrafa Thais de Lourdes Correia de Andrade sugere que essa foi a sua ocupação predileta nos últimos anos de vida. Escrevendo, desde 1995, artigos semanais para a página nobre do *Jornal do Comércio*, ficava atento à circulação do diário “tal era a sua ansiedade em ver se o artigo que encaminhara havia sido publicado” (CAVALCANTI, RIBEMBOIM e RIVAS, p. 152).

Foi exatamente essa atividade de educação supletiva que o consagraria como “um dos líderes intelectuais de Pernambuco”, como bem ressaltou Roberto Mota, justificando que nos “artigos semanais” ele “discutia os problemas do Brasil e do mundo” (CAVALCANTI, RIBEMBOIM e RIVAS, p. 150).

O respeito que MCA granjeou junto à opinião pública estava alicerçado não apenas em sua autoridade acadêmica, mas em sua coragem cívica.

Lucivânio Jatobá endossa plenamente essa tese.

Um artigo de Manuel Correia, denunciando a corrupção estruturadíssima, as traições de princípios por alguns políticos de esquerda e outras coisas mais do mesmo gênero, que criaram a maior crise ética da história da república, teria um efeito devastador, sobretudo nos meios intelectuais (CAVALCANTI, RIBEMBOIM e RIVAS, p. 117).

Para coroar essa função de divulgador popular, MCA produz um livro-síntese da sua obra acadêmica. Lançado no mesmo ano da sua morte, esse livro parece ter sido pensado como uma espécie de gratificação cognitiva, expressando o sentimento de “dever cumprido”. Trata-se do compêndio *Formação territorial e econômica do Brasil* (Recife, Bagaço, 2007).

O autor deixa claro, no texto introdutório, que sua intenção teve dupla finalidade: formativa e informativa. O alvo principal é o “grande público”, na esperança de que o livro possa servir como “instrumental crítico” para equacionar os “problemas de cada dia” (p. 13).

MCA diz que “o livro é um convite à reflexão sobre a realidade brasileira e, conseqüentemente, tem a pretensão de contribuir para a solução dos seus problemas” (p. 14). Na verdade, ele dá o bom exemplo para os outros intelectuais, insistindo no apelo feito anteriormente: “Devemos pensar no Brasil e procurar soluções brasileiras para os seus problemas”. Não esquece de fazer uma advertência concreta: “Os intelectuais e técnicos devem colocar o seu saber a serviço do povo e não de grupos dominantes que estão conduzindo o país à difícil situação em que se encontra” (ANDRADE, 1989, p. 11).

18.4. PENSADOR

A coerência teórica é um dos traços marcantes da produção científica de MCA. Para melhor apreender sua linha de raciocínio, determinante da observação dos fenômenos que descreve e analisa sob o prisma da geografia, vamos tomar como fonte de referência seu manual de *Geografia econômica* (São Paulo, Atlas, 1973), resultado das experiências vivenciadas pelo autor como docente de cursos universitários de Geografia, Economia, Jornalismo e Ciências Sociais.

O objeto da Geografia compreende as “formas pelas quais o homem vem ocupando o espaço terrestre” e os modos de utilização dos “recursos disponíveis”. Assim sendo, o conhecimento geográfico explica e verifica as

“implicações de ordem econômico-social que estruturam e comandam a produção do espaço e o preço pago pela sociedade”. MCA proclama com todas as letras que a Geografia, como outras disciplinas científicas, não é neutra, nem alienada. Daí a adoção de uma postura ética claramente identificada com a “preservação de um patrimônio construído através dos séculos”, correndo o perigo de “dilapidação” (ANDRADE, 1989, p. 9-10).

Por isso mesmo, ele se distancia da corrente tecnocrática que converte a disciplina em mera “engenharia do espaço”, para produzir modelos e teorias com o “conhecimento da realidade”, entendendo que o espaço é o resultado da “ação do homem” que o transforma em “função de suas necessidades”, buscando o equilíbrio entre o “meio natural” e as demandas “civilizatórias” (ANDRADE, 1989, p. 17).

A racionalidade do espaço pressupõe a integração dos meios de transportes e dos meios de comunicação cultural, gerando uma “grande rede de comunicação”, otimizando tecnologia e capital “em benefício do homem e não com fins de dominação e conquista” (ANDRADE, 1989, p. 120).

Consentânea com a postura teórica que reconhece o primado da economia na sociedade, a questão da comunicação, como de resto o universo cultural, tem pouca incidência na obra de MCA, quando não se converte em elemento residual. Não obstante tenha recorrido à mídia para potencializar suas ideias, especialmente através da imprensa, a atitude do autor diante do sistema midiático mostra-se reservada, desconfiada, chegando em alguns episódios a ser negativamente estigmatizada.

A análise de conteúdo, valendo-se da metodologia descrita por DUVERGER (1962) e adaptando a unidade de medida testada por MORIN (1974), foi realizada em uma dúzia de livros selecionados por sua identidade geográfica, permitindo observar a incidência de dois eixos temáticos: a) a comunicação como variável independente na estrutura do espaço geográfico, ou seja, como fator que pesa na economia espacial; b) a comunicação como variável dependente na política de construção do espaço geográfico.

18.5. PENSAMENTO

No eixo estruturante, MCA focaliza o processo integrador dos transportes, das tecnologias e dos símbolos numa perspectiva diacrônica. No eixo dinâmico, sua análise é de natureza conjuntural, privilegiando

sincronicamente as ideias que afetam os fluxos espaciais de natureza centrípeta (regionalização) e centrífuga (globalização).

O eixo estruturante aparece na conceituação do espaço geográfico e na descrição dos seus elementos configuradores.

MCA acompanha a orientação do geógrafo francês Elisée Reclus, que usa a metáfora dos vasos comunicantes para demonstrar a interdependência dos fenômenos históricos e geográficos. “A Geografia é a História do *tempo* e a História é Geografia do *espaço*” (ANDRADE, 1996, p. 8).

Mas a dinâmica do processo se faz através do *movimento*, ou seja, da circulação desses conhecimentos, objeto das Ciências da Comunicação. Essa concepção está implícita no discurso geocomunicacional de MCA, como demonstraremos a seguir.

Dentre os elementos constituintes do espaço geográfico, o binômio “proximidade-afastamento” ocupa função crucial (ANDRADE, 1987, p. 25). Em sendo a organização do espaço feita pelo “homem”, cabe-lhe também atenuar as “dificuldades de comunicação” (ANDRADE, 1996, p. 60). Nesse sentido é que o “processo de apropriação do território e de produção do espaço pelas classes dominantes” pressupõe a elaboração de leis que regulam os conflitos e a disseminação de uma ideologia que facilita o convencimento da sociedade, prevenindo a eclosão dos conflitos. “Transmitida aos dominados por todos os meios de comunicação”, essa ideologia é simplificada por “slogans como o de que o brasileiro é essencialmente cordial, de que a nossa evolução histórica se processou sem violência e de que domina o país uma democracia racial e de que há uma grande mobilidade no país” (ANDRADE, 1984, p. 9).

Esse movimento no interior do espaço geográfico é operado por uma “grande rede de comunicações”, composta por “meios de transporte” (responsáveis pela circulação de pessoas e mercadorias) e por “meios de comunicação” (transportando conteúdos afetivos, culturais ou comerciais). Trata-se de uma operação complexa e problemática, dependente do “desenvolvimento da tecnologia e acumulação do capital” (ANDRADE, 1989b, p. 120-121).

Enquanto os “meios de transporte” são privilegiados através de uma farta descrição das vias e dos instrumentos marítimos, fluviais e lacustres, territoriais ou aéreos, os “meios de comunicação” figuram brevemente,

agrupados em duas categorias: a) “comunicações individuais ou de empresas” (telégrafo, telex, rádio, satélite), “fazendo com que as pessoas se comuniquem diretamente a grande distância”; b) “meios de comunicação de ordem cultural”, responsáveis pela circulação das ideias e das notícias junto ao grande público – jornais, revistas, cinema, rádio, televisão, vídeo, internet etc.

A articulação entre os dois sistemas é feita pelas organizações que transportam mercadorias, pelas agências que locomovem os viajantes, pelas empresas que fornecem energia ou pelos serviços dos correios, portando mensagens ou encomendas de interesse individual ou institucional. MCA encerra esse capítulo fazendo uma peroração sobre o uso desses instrumentos e augurando que “sejam utilizados em benefício do homem e não com fins de dominação e conquista”. Ele acredita que isso corresponde a “um desejo da maioria absoluta da humanidade” (ANDRADE, 1989b, p. 120-121).

O eixo dinâmico transparece nas observações feitas a propósito do papel desempenhado pelos meios de comunicação na difusão das ideias que nutrem os processos de globalização e regionalização.

O contexto em que se dá a articulação espaço-tempo-movimento constitui o pano de fundo do esforço que MCA desenvolveu para escrever seu livro póstumo. “O livro é um convite à reflexão sobre a realidade brasileira”, suscitando a “necessidade de compreender e conhecer o processo evolutivo da economia para aquilatarmos os equilíbrios e desequilíbrios estruturais e conjunturais” e avaliar “como tentamos, nos dias que correm, participar do comércio internacional [...], enfrentando os problemas, as vicissitudes de uma verdadeira guerra por mercados” (ANDRADE, 2007, p. 14-15).

Bem no início dos anos 1990, MCA denotava compreensão nítida de que o nosso futuro dependia não somente da interpretação do movimento diacrônico, sobretudo de episódios que causaram “grande impacto”, como o Descobrimento e a Independência, mas da compreensão do movimento sincrônico, responsável pelo fluxo dos “acontecimentos que vão se suceder e que são, em grande parte, de difícil previsão” (ANDRADE, 1994, p. 79).

Quando discute a “questão regional”, sua avaliação do papel desempenhado pela mídia é francamente negativa.

Do ponto de vista cultural, a televisão e o rádio, controlados por empresas que atuam em escala nacional, contribuem para a divulgação de padrões nacionais [...] desvalorizando e considerando fora de moda as manifestações culturais tradicionais,

regionais e locais (ANDRADE, 1993, p. 60).

Pouco depois, ele reiterava: “Vivemos um momento de grandes mudanças no mundo, mudanças estas consequentes do desenvolvimento das comunicações e da tecnologia”. O diagnóstico que faz sobre as “desigualdades regionais e sociais” do país contém sinais capazes de alarmar os tomadores de decisão. Expressa também a sua perplexidade perante a globalização, temeroso de que venha a “contribuir para um grande retrocesso na civilização, com impactos fortes sobre o social e o ecológico” (ANDRADE, 1997, p. 17-40).

MCA receia também que “grandes grupos econômicos”, para defender seus interesses, possam “provocar a desagregação do país”, através da “difusão de ideias separatistas”. Seu argumento é o de que “estudos recentes indicam que a ideologia separatista, no Brasil, embora apresentada com muito cuidado, é mais acentuada em certas áreas, como na região meridional, onde é forte o impacto das colonizações europeia e asiática”. O autor relembra igualmente o antagonismo que pode se travar, no interior de “quistos sociais”, onde nativos aculturados podem se confrontar com adventícios desenraizados (ANDRADE, 1999, p. 31-39).

Nessa mesma linha de preocupação, MCA registra a modificação que se amplia no espaço brasileiro, com as “transferências de população”, reforçando a diáspora verde-amarela que migra para os Estados Unidos, Canadá, Portugal e outros países. Isso afeta não apenas a “fisionomia territorial”, ampliando as nossas fronteiras étnicas, mas ampliando o raio de audiência da nossa televisão, que passa a atender as demandas culturais desses brasileiros desgarrados do espaço geográfico, mas integrados pelo espaço geocomunicacional.

Todas estas observações e constatações vão desaguar no livro *Globalização e identidade nacional* (2002), onde o geógrafo pernambucano expressa o seu ponto de vista sobre os fenômenos midiáticos, não omitindo seu desconforto e responsabilizando as empresas do ramo por endossarem a “farsa” da globalização.

Antevendo perspectivas “sombrias” para o século XXI, o autor constata uma mudança substantiva no mapa *mundi*. O velho “imperialismo” que, nos séculos XIX e XX, loteava a Terra em “áreas de influência de grandes potências, de nações ricas e industrializadas”, é substituído, neste novo

século, pelo domínio de uma “única e grande potência”.

Nesse contexto, a mídia joga papel decisivo, encurtando o espaço e otimizando o tempo. “A mundialização da difusão das técnicas em diversas áreas, sobretudo na de comunicações, aproxima os vários lugares e faz com que se tome conhecimento do que acontece em um ponto da Terra, imediatamente em toda a sua superfície ou em quase toda”. No entanto, essa “facilidade e intensificação das comunicações exercem um impacto cultural de tal ordem, que não só tende a unificar grupos locais e nacionais, como a provocar impactos sobre valores sociais e sobre os costumes” (ANDRADE, 2002, p. 17-18).

Embora não afirme categoricamente, MCA admite que a mídia tem culpa no cartório ao endossar a “farsa” da globalização. Argumentando que “o século XXI começa muito mais violento e trágico do que terminou o século XX”, o autor lamenta que “em lugar de se caminhar para um período de paz e de harmonia entre as nações”, como pretendia Dom Helder Câmara, caminha-se “em direção contrária, no sentido de uma grande competitividade, de individualismo, de aprofundamento das discriminações raciais, sociais e ideológicas e no empobrecimento da população” (ANDRADE, 2002, p. 10).

Que fazer? Recuar? Avançar? Resistir?

18.6. COERÊNCIA

A força denotada na postura de Manuel Correia de Andrade está embutida na sua coerência intelectual.

Consciente da gravidade da situação que emoldura o quadro sociopolítico e econômico-cultural do Brasil, na geografia do mundo unipolar, ele convida seus interlocutores a “compartilhar” reflexões “sem compromissos com as dominações externas e internas”. E não perde a esperança de alcançar um “mundo melhor e mais justo” (ANDRADE, 2002, p. 15).

Mas onde está o combustível que forja a têmpera de intelectuais como Manuel Correia de Andrade?

Ele deu sinais dessa fonte de energia ao escrever o livro que o consagrou intelectualmente.

A chave que explica a grandeza prospectiva de *A terra e o homem no Nordeste* (1963) está na sua simplicidade cognitiva, nutrida pela sabedoria popular, como assinalou Paulo Teixeira Iumatti (CAVALCANTI,

RIBEMBOIM e RIVAS, 2008, p. 133-141): “Buscando o ponto de vista *dos de baixo*”, o pesquisador realizou “imersão profunda nos universos das classes subalternas”.

Vislumbrando seus “anseios de liberdade”, produziu um clássico do pensamento brasileiro no século XX.

IDADE MÍDIA: CIDADANIA E UTOPIA

Vivemos numa sociedade em que a comunicação se desenvolve em múltiplas redes, embora a mídia prevaleça como instituição hegemônica. Respiramos mídia por todos os poros. A cada passo que damos, cotidianamente, esbarramos em artefatos midiáticos: livros, jornais, rádios, televisores, anúncios, panfletos, discos, vídeos, celulares.

Por isso vale a pena explicar o significado daquilo que se convencionou rotular como “idade média”.

19.1. IDEÁRIO REPUBLICANO

No caso brasileiro, esse fenômeno adquiriu intensidade na segunda metade do século XX. Em 1950 ingressávamos definitivamente na fase do audiovisual, com o nascimento da televisão. Acentuava-se o declínio da imprensa, cujas tiragens diminuíram sob o impacto da censura instituída pelo regime militar pós-64.

Amparada em certo sentido pela expansão da classe média (decorrência do chamado “milagre econômico”), mas também beneficiada pelo desenvolvimento da rede nacional de telecomunicações, a TV amplia sua audiência.

Passado meio século, o panorama modificou-se radicalmente. A indústria midiática assumiu proporções imensas, não apenas no território brasileiro, mas também na geografia mundializada.

O reflexo natural dessa transformação foi o dinamismo da sociedade, cujo referencial informativo ancora-se hoje em suportes digitais. Por isso mesmo, as instituições midiáticas são desafiadas a assimilar completamente o novo “espírito do tempo”, qual seja a transnacionalização cultural. Trata-se de uma revolução contracultural perfilada no Brasil e em outros países “periféricos”.

Exportando produtos simbólicos adaptados para o consumo internacional, as indústrias midiáticas neles podem embutir valores intelectuais que aspiram traduzir a nossa identidade como potência emergente.

O que é mídia?

Do ponto de vista etimológico, trata-se de uma expressão latina. *Media* é o plural de *medium*. No singular, significa meio, veículo, canal.

O vocábulo foi incluído na língua portuguesa por intermédio do Tio Sam importado diretamente dos Estados Unidos. Chegando ao Brasil, fizemos seu imediato aportuguesamento. Na verdade, abrasileiramos.

Os norte-americanos escrevem a palavra tal qual foi assimilada do latim – “media”. Mas alteram a pronúncia – “mídia” (o *e* tem o som de *i*). Aqui, nós efetivamente a nacionalizamos, substituindo o *e* por *i*, tanto ao falar quanto ao escrever.¹

A palavra mídia é hoje popularíssima, com direito a verbete nos dicionários. Se consultarmos o *Aurélio* ou qualquer outro glossário contemporâneo, vamos constatar a sua inclusão.

Mais do que dicionarizar, os brasileiros estabelecem com a mídia uma relação macunaímica. Qualquer pessoa do povo se refere a esse tipo de fenômeno com bastante familiaridade, cordialidade, intimidade.

Sistema

A mídia tem a ver com a indústria dos bens simbólicos. Corresponde a um sistema complexo de produção, circulação e consumo de bens culturais. Seu foco está orientado para fabricar artefatos que se materializam através de palavras, sons, imagens. Seja no plano real, seja no plano imaginário.

Tal sistema é acionado por redes tecnológicas – as rotativas do tempo da imprensa, os transmissores da idade do rádio, os satélites da era televisiva, os computadores do planeta digital. Toda uma parafernália tecnológica movimenta essa indústria cultural.

Mas ela pertence à esfera pública. Trata-se de um direito de todos, configurando aquilo que rotulamos como “oxigênio democrático”.

No entanto, a mídia funciona sob gestão privada. Quer dizer, está na esfera pública, mas é gerida segundo a rotina das empresas privadas. Tem o suporte da engrenagem comercial, industrial, que na verdade vem a ser o sustentáculo da sua independência editorial. Em que sentido? Como a mídia se financia

com anúncios classificados, anúncios dos cidadãos ou da empresa privada, ela não precisa ficar subordinada ao poder público.

Poder

Mas não esqueçamos que a mídia é, ao mesmo tempo, uma fonte de poder. O poder aí pode ser contemplado de duas maneiras. Em primeiro lugar, o poder que aciona a indústria, que a mantém. Em segundo lugar, o poder que nutre suas próprias entranhas, influenciando sobre a opinião pública.

A dependência do poder público pode ser neutralizada, na medida em que a mídia equilibra o subsídio público com o financiamento privado. Ela veicula tanto os editais do governo quanto os anúncios das empresas, além dos avisos da sociedade civil. Dessa maneira, tem possibilidade de barganhar a sua independência editorial.

Por outro lado, a sua força enquanto poder político, que afeta a cena coletiva, geralmente costuma ser neutralizada pelo equilíbrio das forças sociais que afetam sua vida cotidiana. Aí também se inclui o poder dissimulado dos produtores de conteúdo que povoam o seu interior, agindo com força maior ou menor na medida em que atuam corporativamente.

19.2. IMPRENSA TARDIA

Vamos dar agora um passeio no tempo, fazer uma retrospectiva histórica. A mídia chega ao Brasil com muito atraso. Considerada a partir da imprensa, da tipografia, ela só vai aparecer no início do século XIX.

Mas a mídia surge no mundo ocidental durante o século XV, com Gutenberg. A imprensa se espalha pelo continente europeu durante um século. É a invenção que mais rapidamente foi disseminada nesse espaço geopolítico. E, no entanto, só chegou ao Brasil três séculos mais tarde.

A primeira tipografia a funcionar regularmente no Brasil data de 1808, quando Dom João VI chegou à frente da Corte portuguesa, fugindo das tropas de Napoleão.

No Rio de Janeiro, dia 13 de maio, foi criada a Imprensa Régia, e em 10 de setembro circula a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal aqui publicado.

Vale a pena fazer a pergunta: por que a imprensa chega tardiamente ao território brasileiro? Quais os fatores que determinaram esse retardamento do nosso sistema midiático?

A literatura convencional e a exegese oficialista cultivaram a tese de que a

imprensa não prosperou no Brasil porque os portugueses agiram como os vilões da História, impedindo o seu funcionamento. Nós poderíamos dizer que isso é verdade, mas só em parte. Pois havia toda uma legislação restritiva, proibindo o funcionamento da imprensa nos territórios coloniais.

Contudo há uma série de fatores socioculturais que vão explicar o retardamento. Quem quiser mais detalhes poderá encontrá-los no livro de Marques de Melo, *História social da imprensa* (Porto Alegre, Edipucrs, 2003).

A história da mídia no Brasil começa efetivamente em 1808, quando foi implantada a imprensa. Esse início se dá através de dois marcos.

No dia 10 de setembro, circula o primeiro jornal editado em terras brasileiras. Mas o primeiro jornal impresso em língua portuguesa nas Américas, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, nasce sob o signo da censura. É um jornal produzido pela corte de Dom João VI, naturalmente controlado pelos censores reais.

Ao mesmo tempo, circula no país um outro veículo, chamado *Correio Braziliense*, que aqui entra clandestinamente. Assim sendo, a história da mídia no Brasil está correlacionada com a história do contrabando. São exemplares pirateados. Esse jornal, mais uma revista que um jornal, era produzido em Londres por Hipólito José da Costa. Trata-se de um brasileiro que estava refugiado na Europa, contando com o beneplácito da maçonaria inglesa. Seu jornal é exportado para o Brasil e aqui circula na penumbra. Ou melhor, ele era tolerado, constituindo preciosa fonte de informação para os membros da corte sobre o que acontecia no território europeu.

Nesses primeiros tempos, a mídia tem um desenvolvimento raquítico. Porque muitos daqueles fatores socioculturais referidos anteriormente, persistiam como obstáculos poderosos dentro do território nacional.

Cinema e rádio

Um novo meio de comunicação só vai existir quase no final do século XIX. Nós pulamos de 1808 para 1896.

Então, aparece o cinema. Esse invento já existia na Europa. Os primeiros filmes foram exibidos no Rio de Janeiro. Dois anos depois, nós já começávamos a produzir filmes no país. As pessoas bem aquinhoadas da época compravam suas maquininhas de filmar e faziam os primeiros filmes produzidos em território nacional.

Portanto, são quase noventa anos de distância entre os veículos impressos e os audiovisuais.

No século XX, o desenvolvimento da mídia já se torna mais acelerado. De 1919 a 1922 nós temos a introdução do rádio.

Sem dúvida nenhuma a primeira emissora de rádio a funcionar no Brasil é a Rádio Clube de Pernambuco, em 1919, ainda num sistema de rádio primitiva. Só em 1922 é que nós vamos ter a primeira rádio funcionando com tecnologia moderna, no Rio de Janeiro.

A RCA Victor, no primeiro centenário da Independência do Brasil, faz transmissões experimentais, do morro do Corcovado para o local onde hoje funciona o Jockey Clube do Rio de Janeiro.

Em 1923, é fundada a primeira emissora a funcionar regularmente no Brasil. Trata-se da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada por Roquette-Pinto, que pretende fazer uma rádio cultural e educativa. Mas, num país com poucas pessoas letradas, é difícil manter uma rádio educativa para um público muito grande.

Tanto assim que, poucos anos depois, ele termina pedindo que a rádio seja encampada pelo Ministério da Educação. A Rádio MEC é caudatária dessa experiência de Roquette-Pinto nos anos 20.

Aldeia global

Trinta anos depois, nós temos a fase revolucionária da mídia, com a chegada da televisão. Ela começa em São Paulo, por iniciativa de Assis Chateaubriand.

Os Estados Unidos já haviam implantado, pouco tempo antes, a sua primeira estação de televisão. O Brasil é o terceiro país do mundo a ter televisão, graças ao empreendedorismo do timoneiro da cadeia Associada. Chateaubriand quis marcar a sua biografia como introdutor da televisão na América Latina.

Nos anos 1950, funciona a TV Tupi, inicialmente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Trata-se de uma televisão improvisada, que importa equipamentos e treina seus técnicos nos Estados Unidos. Chateaubriand também compra televisores e os coloca, estrategicamente, nas residências de alguns dos seus amigos. Então, a burguesia paulista é beneficiária dessas primeiras emissões televisivas.

Ainda hoje, encontramos no vídeo, atuando profissionalmente, Lolita

Rodrigues, que protagonizou com Hebe Camargo, os primeiros programas, transmitidos ao vivo.

Em 1965, registramos a entrada do Brasil na aldeia global. Com a modernização das telecomunicações, em pleno regime militar, cria-se a Embratel, viabilizando a integração do país ao sistema mundial de satélites, através do Intelsat.

Finalmente, em 1985, nós ingressamos na era da cibercomunicação, com o Brasilsat 1. Alcançamos a era dos computadores.

Temos um intervalo que não perfaz duzentos anos da mídia impressa para a mídia digital. Outros países têm muito mais tradição.

Dilemas

Quando consideramos a mídia do século XXI, devemos esboçar algumas questões para reflexão.

Em primeiro lugar, estamos diante de um dilema histórico. Esse dilema ancora-se na hipótese de que a mídia funciona como um quarto poder, além de Legislativo, Executivo e Judiciário.

A mídia, em verdade, deixou de ser o quarto poder, transformando-se num suprapoder, assumindo o papel de instância que influencia a população, passando por cima de Legislativo, Executivo e Judiciário. Por isso mesmo, reivindica-se que ela venha a ser monitorada pelos poderes constituídos, na tentativa de evitar que se converta num poder paralelo.

É importante retomar essa discussão, porque a Carta Constitucional Brasileira, a Constituição Cidadã de 1988, veda a censura à mídia.

Cenários

Vamos considerar alguns cenários para o desenvolvimento da mídia no século XXI. O mais interessante é aquele que denominamos “hibridismo estrutural”. Trata-se de uma indústria, marcada por um sistema complexo, de natureza empresarial, dependendo de financiamento. Mas, ao mesmo tempo, é um artesanato, fazendo improvisações.

Tendo uma estrutura complexa, ao mesmo tempo padronizada e segmentada, rege-se pelos princípios da produção em série. Mas abriga espaços que pressupõem uma intervenção artística, estética, não comportando regras de produção muito rígidas.

Portanto, a dimensão artística faz com que esse artesanato esteja presente o

tempo todo, seja difícil de controlar. É talvez muito mais fácil produzir um programa pré-gravado do que conduzir um programa ao vivo, que não pode ser totalmente monitorado. No programa ao vivo cabem improvisações que muitas vezes escapam ao controle dos produtores.

Ao mesmo tempo a mídia é um sistema de elite, no sentido de controlada pelas forças do poder econômico, pelo governo ou por uma auditoria cívica, embora ela se destine à massa. A grande quantidade de pessoas que escuta rádio ou liga a televisão, assiste filmes ou lê revistas constitui uma massa. Portanto, ela tem duas caras: um meio da elite dirigido às massas.

Por outro lado, ela está num terreno situado no âmbito da modernidade. Trabalha com tecnologia sofisticada, assimilando as tendências internacionais da área. Contudo, ela não pode perder de perspectiva as tradições nacionais. Esse conflito entre tradição e modernidade está presente o tempo todo na sua fisionomia.

Do ponto de vista geográfico, é uma mídia que tem hoje expressão global, através dos satélites, das redes de computadores, das agências de notícias, das agências de propaganda. São padrões midiáticos internacionais, globais, mundiais, mas ao mesmo tempo o consumo de tudo isso é feito na cidade, no bairro, nas localidades, nos subúrbios, nos prédios em que as pessoas vivem.

Em suma, ela tem dupla face: do local e do global, o mundo e a comunidade, o planeta e a aldeia. E finalmente a outra interface que tem é da mídia nacional e da mídia regional. É nacional porque usa a língua corrente em todo o país, sendo regulamentada pelas leis nacionais. Mas ela tem também um sistema de organização que corresponde à natureza regional da ecologia. Não só do ponto de vista dos bens materiais, mas também dos bens simbólicos. Já dizia Manuel Diegues Júnior, um dos maiores sociólogos brasileiros, que o Brasil é um arquipélago cultural, e continua sendo. Culturalmente, nós vivemos em regiões, a região dos nordestinos, a região dos mineiros, gaúchos, nortistas. Tudo isso marca a dimensão da mídia. Perfila-se aí indiscutivelmente o seu hibridismo cultural. A mídia tem a fisionomia de um sistema complexo e contraditório.

Contradições

Agora vamos tratar daquilo que identificamos como sua natureza problemática. Onde é que estão essas contradições?

A mídia possui uma vocação socializadora. Ela tem o poder de disseminar

bens culturais, símbolos, imagens e sons, tornando tudo isso comum a toda a população. Mas nada disso pode ser feito se ela claudicar em sua função econômica. Ou seja, na medida em que ela não estiver atenta aos mecanismos de financiamento da produção. Não se faz socialização cultural sem ter por trás quem pague a conta.

Em muitos países a mídia é financiada pelo governo. No nosso caso, corresponde a um sistema financiado de modo duplo, principalmente pela iniciativa privada.

No Brasil, sem dúvida nenhuma ela reflete um pouco aquilo que chamamos distorção oligárquica. Quer dizer, a nossa mídia é mais ou menos constituída à imagem e semelhança das capitanias hereditárias. Quem possui um jornal, emissora de rádio ou televisão, produtora de cinema ou vídeo, está lastreado pelo capital.

E, de um modo geral, a distribuição desses veículos foi feita historicamente segundo as oligarquias que predominam no Brasil. Quando você faz uma análise da televisão ou dos grandes jornais, você vai ver que pertencem a grupos familiares, grupos oligárquicos, que exercem um poder muito grande sobre o seu conteúdo. Em outros casos, seus proprietários fazem também da mídia um trampolim para o exercício da função política. Hoje deputado federal quase que é sinônimo de dono de mídia. Você vai ao Congresso Nacional, e, se fizer uma análise exaustiva, vai verificar que, dentre os deputados ou senadores, vários deles são donos de mídia. Ou então contaram com o apoio da mídia regional para se eleger.

Também há um outro fator que precisa ser considerado nesse perfil contraditório da mídia. Ela comporta privilégios corporativos. As pessoas que trabalham na mídia se organizam em corporações. Jornalistas, publicitários, produtores de conteúdos, artistas, locutores, *cameramen*. São pequenas corporações que defendem seus interesses. Muitas vezes são privilégios que se contrapõem às especificidades da sua função econômica. Privilégios bem negociados pelos proprietários, justamente para não ocasionar curto-circuito nas relações da empresa com o seu público.

Não é incomum observar que o poder midiático se distribui conjunturalmente entre o poder conotativo dos proprietários e o poder denotativo dos seus profissionais arrematados em corporações.

19.3. VIGILÂNCIA CIDADÃ

Existe, porém, outro fator que cada vez mais se agiganta no Brasil. Trata-se da vigilância midiática exercitada pela cidadania. Aquela ideia de que o povo não é bobo.

Cada dia mais ela se dissemina. O cidadão sabe que tem certo poder. Ele pode, em certas circunstâncias, calar a boca da mídia. Quanto mais as pessoas têm educação e assumem esse comportamento crítico, mais elas influem no conteúdo da mídia.

Quem lê jornal sabe muito bem do que estou falando. Vamos lembrar, por exemplo, o caso da novela “Mulheres Apaixonadas”, da Rede Globo de Televisão. Quantos episódios foram atravessados pela vigilância de categorias organizadas da nossa sociedade? Tem o rapazinho que é virgem e pretende transar com a empregada, mas o sindicato das domésticas fez campanha para evitar que isso acontecesse. Por outro lado, os moradores do Leblon, no Rio de Janeiro, fizeram pressão junto ao autor da novela para que a garota de programa não fosse assassinada com bala perdida.

Percebemos, então, como a vigilância da cidadania é importante. Às vezes, ela consegue despertar interesse, às vezes, não obtém sucesso. Mas pelo menos levanta o problema.

Com isso encerramos esse quadro da natureza contraditória da mídia. Ele não é tão branco e preto assim, como parece à primeira vista. Quando a gente contempla detidamente o semblante midiático, fica impressionado ao constatar que se trata de um retrato multicolorido, uma espécie de obra aberta, permeável à interferência e ao controle da audiência. Ela começa pelo ibope, passa pelas pesquisas qualitativas e finalmente se agiganta quando os movimentos sociais exercitam seu poder de barganha, atuando como instâncias críticas da sociedade.

Raízes históricas

Quando, a partir do século XVI, o território brasileiro começou a ser disputado pelos colonizadores europeus (portugueses, franceses e holandeses), o instrumento de comunicação vigente em todo o litoral era o tupi-guarani. Essa “língua franca” predominou até o século XVIII, tendo sido codificada, para fins pedagógicos, pelos missionários jesuítas.

Durante o ciclo do ouro, os governantes portugueses interiorizam o povoamento, intensificando o fluxo populacional, através da importação de mão de obra. Colonos brancos procedentes da Península Ibérica, ou

recrutados nas colônias asiáticas, bem como escravos negros oriundos da África se misturam com os mestiços resultantes do caldeamento entre lusos e nativos.

Para neutralizar os ruídos causados pelo confronto linguístico entre os nativos aculturados e os novos adventícios, os colonizadores lusitanos determinam tardiamente a obrigatoriedade da língua portuguesa nas relações sociais.

Esse processo desencadeia tensões, acarretando a transformação do idioma do império, que incorpora palavras ou expressões dos dialetos africanos ou das línguas americanas. O resultado é a constituição de um código de comunicação oral, empregado pelos contingentes subalternos, que se distancia do código escrito, preservado pelas elites.

O processo de comunicação das classes trabalhadoras preservou laços estreitos com a oralidade, cultivada no interior da Colônia, enquanto as classes ociosas permaneceram sintonizadas com o beletismo típico da Corte Imperial.

Encontra-se nessa dissonância retórica a raiz da bipolarização dos fluxos comunicacionais, configurando o sistema midiático vigente no Brasil contemporâneo.

Arquipélago cultural

O diagnóstico exhibe maior complexidade quando constatamos que o espaço geográfico brasileiro, por sua natureza continental e sua geografia descontínua e acidentada, inibiu durante vários séculos a interiorização dos fluxos comunicacionais. Estes privilegiavam a via marítima, principalmente em direção à Corte Portuguesa, mantendo incomunicadas as comunidades nacionais.

Foi inevitável a germinação de padrões culturais diferenciados, de região para região, amalgamados tão somente pelo código linguístico imposto pelo colonizador, mas diferenciados pelos usos e costumes locais.

Esse “arquipélago cultural” permaneceu praticamente imutável até o século XX, quando as comunicações por via fluvial foram otimizadas; construídas as rodovias e as ferrovias; desenvolvidas as aerovias, removendo as barreiras que obstaculizavam a circulação de mercadorias ou de bens simbólicos.

Por outro lado, é indispensável mencionar o obscurantismo cultural praticado pela Coroa Portuguesa durante todo o período colonial. A ausência

de escola, universidade, imprensa, biblioteca, correio e a falta de outros aparatos culturais persistiram até as vésperas da independência nacional, no início do século XIX.

Polarização

A natureza continental e a topografia acidentada do espaço brasileiro inibiram durante vários séculos a interiorização dos fluxos comunicacionais. Foi inevitável a constituição de culturas regionais, unificadas pelo mesmo código linguístico, mas diferenciadas pelos usos e costumes locais.

O maior contingente da nossa sociedade era constituído por escravos negros, miseráveis e analfabetos. Sua libertação somente ocorreu no final do século XIX. Abandonados à própria sorte, os remanescentes da escravidão agravaram o êxodo rural, engrossando as comunidades marginais que deram origem às favelas hoje espalhadas pelos cinturões metropolitanos.

Nesses guetos, eles se comunicam de forma rudimentar. Valendo-se de expressões folkcomunicaconais, enraizadas nas tradições étnicas, vão se adaptando às cidades. E defrontam-se empaticamente com as expressões culturais geradas pelos fluxos massivos (cinema, disco, rádio, televisão).

Esses dois Brasis confrontam-se e interagem continuamente. As manifestações folkcomunicacionais decodificam e reinterpretam as expressões da indústria cultural e esta procura retroalimenta-se nas fontes inesgotáveis da cultura popular. O fosso entre as duas correntes reduziu-se muito lentamente, durante o século XX, traduzindo a vacilação das nossas elites no sentido de eliminar as desigualdades sociais.

A integração ou ao menos o diálogo entre esses dois sistemas constitui o maior desafio das vanguardas nacionais.

Hegemonia televisiva²

Na verdade, a televisão abocanha a maior fatia (62,9%). Alcançando a totalidade dos 5.565 municípios e atingindo 95,1% dos domicílios, a TV constitui o principal elo dos cidadãos com o mundo. Seu impacto sobre a sociedade nacional é incomensurável. Dela se apoderam os vendedores de bens e serviços, bem como os mercadores da fé e da política.

Constituído por 9 redes nacionais, o sistema de TV aberta inclui 387 emissoras, sendo 365 privadas e 22 estatais, sintonizadas por 55 milhões de domicílios. A Rede Globo catalisa 45% dos telespectadores, figurando como

campeã de audiência há vários anos. A outra metade da audiência é disputada pelas 8 redes concorrentes: *Record* (18%), *SBT* (13%), *Bandeirantes* (5%), *Rede TV* (2%), outras (18%).

A programação dessas emissoras é majoritariamente nacional, predominando os conteúdos de entretenimento (ficção, esportes e humorismo), secundados pela informação (telejornalismo).

Se tomarmos como indicador a programação diária da hegemônica *Rede Globo* veremos que o bloco principal é ocupado pelas telenovelas (45%), filmes e séries (8%), shows musicais e humorísticos (15%), telejornais (25%), esportes (9%).

A indústria brasileira de televisão caracterizou-se inicialmente (anos 1950-60) como importadora de programas estrangeiros, sobretudo norte-americanos, mas foi pouco a pouco reduzindo a dependência externa. Nas duas últimas décadas do século XX passou à condição de exportadora. A Rede Globo, empresa líder do setor, exporta regularmente telenovelas, musicais e programas esportivos para mais de uma centena de países. Recentemente, outras empresas ingressaram no mercado audiovisual, inclusive a *Rede Record*, cujas telenovelas começam a fazer sucesso nos vizinhos países latino-americanos.

*Rádio, o patinho feio*³

Apesar de atingir 91,4% das residências e de ser a fonte preferencial de diversão, informação e educação das classes trabalhadoras, o rádio capta apenas 4,4% dos investimentos publicitários.

Integrado por 4.018 emissoras comerciais, sendo 1.707 AM e 2.311 FM, o segmento radiofônico cresceu sob o signo da regionalização, mas ultimamente vem sendo nacionalizado através de redes conectadas via satélite, cujas emissoras líderes estão localizadas nas duas metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Janeiro).

Em contrapartida, tem crescido vertiginosamente o universo das rádios comunitárias. São emissoras de pequeno alcance, cuja maioria ainda funciona clandestinamente, sob o comando dos movimentos sociais. Não existindo estatísticas confiáveis, calcula-se que correspondam ao triplo das emissoras autorizadas pelo governo. Mais de 10 mil pedidos de legalização tramitam no Ministério das Comunicações. Mesmo assim a cifra não é suficiente para cobrir as demandas de rádios comunitárias em todos os municípios

brasileiros.

A radiodifusão é o setor em que a presença do Estado adquire maior visibilidade. Ou por intermédio da cadeia *Radiobrás*, operada diretamente de Brasília, sede do governo federal, ou através do programa “Voz do Brasil”, difundido diariamente em rede nacional, por todas as emissoras AM e FM, durante uma hora, para divulgar ações dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

*Formadores de opinião*⁴

Circunscritos aos segmentos privilegiados da sociedade, o jornal e a internet atuam como formadores de opinião pública. Seus usuários fazem parte da elite que participa dos núcleos de poder, no âmbito do governo, sociedade civil ou na própria indústria midiática.

O número de jornais totaliza 4.057, sendo diários apenas 652, mesmo assim concentrados nas regiões mais desenvolvidas. No sudeste e sul circulam 75,5% dos títulos.

A rigor, o Brasil não possui jornal diário de circulação nacional. Há jornais de “prestígio nacional” que dão ampla cobertura aos temas de interesse público, porém o maior contingente do público leitor localiza-se na região em que o periódico se edita.

Suas tiragens são pequenas se compararmos aos veículos congêneres em outros países. Estima-se uma tiragem diária de 8 milhões de exemplares englobando todos os jornais. Admitindo que cada exemplar é lido, em média, por 3 pessoas, estimaríamos um público leitor da ordem de 24 milhões de pessoas. Para uma população de 190 milhões de habitantes, constata-se que 2/3 continuam excluídos desse benefício.

Os jornais de maior tiragem são exatamente os que detêm “prestígio nacional”: *Folha de S. Paulo* (294 mil), *O Globo* (262 mil) e *O Estado de S. Paulo* (236 mil).

Mas sua liderança começa a ser ameaçada pelos “jornais populares”. Por isso as grandes empresas estão lançando novos títulos, com o propósito de corresponder às demandas dos trabalhadores urbanos. É o caso do *Super Notícia* (BH) e do *Extra* (RJ), que já vendem, respectivamente, 295 e 238 mil exemplares, a cada dia, recorrendo ao estilo coloquial e pautando temas do cotidiano periférico.

*Internet*⁵

Ascensão vertiginosa experimenta a internet. Em pouco mais de dez anos de difusão regular, essa nova mídia vem conquistando maior audiência. Estimada em 76 milhões de usuários, dispõe de um conteúdo abrangente e variado. É possível que esse contingente se amplie nos próximos anos.

Os usuários atuais já não mais pertencem aos extratos superiores da nossa pirâmide social, como ocorria recentemente, pois 49% situavam-se na classe abastada, 40% na classe média e só 11% na classe trabalhadora. Quase metade (48%) se incluía no segmento jovem, oscilando entre 10 e 24 anos. Em relação ao gênero, o segmento masculino (51%) era ligeiramente maior que o feminino (49%).

O que buscam os internautas brasileiros? A grande maioria acessa a internet para fins utilitários, embora seja expressivo o universo dos que dizem buscar entretenimento.

O portal de maior abrangência no espaço lusófono – Universo on Lime (UOL) – conta hoje com audiência superior a 1,5 milhão de assinantes, provendo acesso em mais de 3.000 localidades brasileiras e oferecendo também locais de conexão em mais de 14 mil cidades no exterior. Reunindo o mais extenso conteúdo midiático do mundo em língua portuguesa, está organizado em 42 estações temáticas, com mais de mil diferentes canais de notícias, informação, entretenimento e serviços, somando mais de 7 milhões de páginas. Com uma média de 8,894 milhões de visitantes mensais, o que representa mais de 65% de alcance nesse mercado, teve média mensal de 1,329 bilhão de páginas vistas em domicílios. O tempo médio de navegação por pessoa foi de 1 hora e 16 minutos. (Ibope NetRatings, 2006).

Mídia cidadã

Distantes da imprensa e da internet, as comunidades empobrecidas que habitam as periferias urbanas se valem de meios rudimentares de expressão, seja para reinterpretar as mensagens recebidas diretamente da mídia massiva, seja para disseminar alternativamente suas informações, opiniões ou atitudes.

Desprovidas de suportes midiáticos e destituídas de referentes simbólicos que habilitassem o ingresso na Galáxia de Gutenberg, as classes subalternas foram criando sua própria mídia (artesanal, artilosa, criativa). Trata-se do embrião da mídia cidadã, que ganharia densidade, mas não necessariamente

legitimidade, na fase posterior à independência nacional. Conformando o sistema de folkcomunicação, essas manifestações populares permanecem vivas até os dias atuais, coexistindo dialeticamente com a mídia massiva.

Na verdade, o sistema folk mantém autonomia em relação ao sistema massivo, com ele se articulando de modo pendular. Ora exercita uma espécie de mediação simbólica, filtrando significados e atuando como correia de transmissão, ora funciona como agente retroalimentador, preenchendo brechas ao incluir suas próprias demandas na agenda das emissões massivas.

Identificando-o como mídia dos “marginalizados”, Luiz Beltrão inventariou as formas rudimentares através das quais as camadas populares expressam sua inconformidade em relação à sociedade instituída pelos estamentos superiores. Coletando evidências em várias regiões do país, compôs um panorama unificado pela universalidade que advém do folclore, cujas “raízes, tronco e ramos” estão profundamente arraigados na “natureza humana”.

A tipologia dessa comunicação rústica engloba quatro gêneros folkmediáticos: oral, visual, icônico e cinético. Para melhor compreensão da sua natureza simbólica, convém descrever alguns tipos emblemáticos.

Folkmídia oral: cantoria – improvisações poéticas de artistas andarilhos que revivem os jograis ibéricos, percorrendo as comunidades rurais ou as periferias urbanas.

Folkmídia visual: literatura de cordel – folhetos impressos em tipografias rudimentares, narrando em versos os feitos dos heróis populares ou recontando em linguagem coloquial os romances canonizados pela literatura erudita.

Folkmídia icônica: ex-voto – conhecido como “milagre ou promessa”, o ex-voto corresponde a ação de graças por um “favor alcançado do céu”.

Folkmídia cinética: forró – baile ou festa de gente humilde. Essas casas de dança surgiram com a migração nordestina para o Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Transição lenta e gradual

Esses dois Brasis se confrontam, interagem, complementam. As manifestações folkcomunicacionais do Brasil tradicional recodificam e reinterpretam as expressões massivas do Brasil moderno.

O fosso entre os dois fluxos se foi reduzindo lentamente, no correr do

século XX, traduzindo a pouca apetência das elites brasileiras no sentido de eliminar as desigualdades sociais. A chegada dos imigrantes estrangeiros no início do século passado acelerou, por exemplo, a expansão da imprensa, cuja leitura era demandada pelas comunidades letradas oriundas da Europa.

Mais recentemente, o incremento das oportunidades educacionais para os trabalhadores urbanos acarretou o crescimento das tiragens dos jornais e das revistas. A elevação do nível cultural das classes médias influenciou na melhoria dos conteúdos da televisão, como foi o caso das telenovelas.

Mas enquanto perdurar o impasse institucional, sem alterar-se o quadro da exclusão social e da indigência educacional, os dois sistemas comunicacionais permanecerão ativos, correspondendo às demandas culturais de audiências estanques ou segregadas.

19.4. DESAFIOS INVESTIGATIVOS

As relações entre a comunicação e a educação historicamente tem sido decisivas para configurar a fisionomia das sociedades democráticas. Tanto assim que Daniel Lerner (1958), tomando como paradigma as modernas sociedades europeias, identificava a universalização das oportunidades educacionais como requisito indispensável ao processo de modernização das sociedades tradicionais.

Sem educação a sociedade permanece manietada pela exclusão cognitiva, inibindo em consequência o desenvolvimento da imprensa, fator civilizatório por excelência (Marques de Melo, 2003). Sem educação e sem imprensa, alavancas da participação cidadã, as sociedades permanecem estancadas, porque seu povo, no dizer de Paulo Freire (1967), é silencioso, mudo, inapetente à participação. É justamente esse o quadro de cultura que alimenta os regimes autoritários, antípodas da democracia e da modernidade.

Nos seus quinhentos anos de trajetória, as sociedades ibero-americanas têm sido testemunhas oculares da persistência de mecanismos inibidores do desenvolvimento democrático. A falta de sintonia entre o desenvolvimento educacional e o desenvolvimento comunicacional vem retardando, principalmente nas Américas, o trânsito para a constituição de democracias estáveis e autorreferentes. Não é sem razão que os populismos continuam a vicejar e os retrocessos institucionais se repetem, nutrindo democracias de fachada, através das quais as velhas e as novas oligarquias se perpetuam no

poder.

Desde que se constituíram como estados politicamente autônomos, no início do século XIX, as nações latino-americanas foram se desenvolvendo intelectualmente sob o estigma da exclusão educacional. Tal situação reproduzia em grande estilo o modelo de sociedade cultivado pelo regime colonial, tanto sob a égide dos castelhanos quanto dos lusitanos, tendo continuidade durante o regime independente, sob o comando das *oligarquias crioulas* (Marques de Melo, 2004).

Não obstante contassem com meios impressos de comunicação, as repúblicas hispano-americanas e o império luso-brasileiro consolidaram modelos educomunicacionais erigidos como *privilégio das elites*. Considerando que os grandes contingentes das populações nacionais eram formados pelos trabalhadores iletrados, livres ou escravos, vivendo no campo ou nas cidades, a mídia impressa se converteu historicamente em espaço desfrutado apenas pelas classes superiores, incluindo as camadas médias beneficiadas pelos conhecimentos adquiridos na escola.

A situação intelectual das nações latino-americanas começaria a ser modificada somente no século XX, através das políticas públicas destinadas à universalização do sistema educacional. Adotadas em poucos países, mesmo assim elas abrangeriam preferencialmente as populações residentes nos centros metropolitanos. O processo de redução da marginalidade comunicacional das grandes massas sul-americanas somente seria alterado com o incremento das tecnologias eletrônicas de difusão simbólica, agora potencializadas pela revolução digital.

A expansão do rádio (a partir dos anos 1930) e o desenvolvimento da televisão (a partir dos anos 1950) ensejam oportunidades para a melhoria do apetite cognitivo das populações economicamente ativas. Até mesmo os contingentes analfabetos seriam promovidos à condição de consumidores culturais dos produtos sonoros ou audiovisuais disseminados pelas redes abertas, porque acessíveis a baixo custo.

Estamos ingressando no século XXI, podendo celebrar, na geografia americana, cinco séculos de institucionalização midiática. Contudo, o mapa da exclusão, duplamente educacional e comunicacional, permanece inalterado ao sul do Rio Grande. Do México à Patagônia, continuam a vigorar panoramas caracterizados pelo pauperismo cultural das grandes

massas. Elas estão geralmente distanciadas ou foram precocemente expulsas das redes educativas formais.

Os maiores contingentes humanos da América Latina são nutridos por conhecimentos efêmeros, fragmentados e superficiais, somente propiciados pelas “escolas paralelas” que brotam das redes midiáticas. Engrossando a categoria dos cidadãos de segunda classe, eles se tornam ineficazes ou inapetentes no sentido de atuar democraticamente como sujeitos da sua própria História.

Transformar essa realidade injusta constitui o maior desafio das nossas vanguardas, neste limiar da era digital. Certamente as recentes experiências das matrizes ibéricas, que saldaram o déficit educacional, durante a contingência da europeização acelerada, possam servir como referente histórico. Elas podem embasar ou sinalizar aquele processo tão almejado pelas nações hispânicas e lusófonas que integram o vasto continente denominado América Latina, que Darcy Ribeiro (1970) chamava simbolicamente de “atualização histórica”.

Urge fomentar a pesquisa, suscitando ideias e propostas para a superação do impasse histórico das sociedades ibéricas: o descompasso entre educação e comunicação, gerando exclusão cognitiva e reforçando estruturas aparentemente democráticas. Na medida em que a participação cidadã se reduz ao consumo dos bens essenciais à sobrevivência, o poder permanece como monopólio de elites hábeis, ágeis, sagazes, que se reproduzem ciclicamente ou se alternam estrategicamente.

Anotamos, aqui, dois desafios cruciais que devem ser priorizadas na agenda investigativa dos jovens educadores: a exclusão cognitiva e a cultura do silêncio.

Exclusão cognitiva

O conceito de *comunicação de massa*,⁶ fenômeno popularmente abraçado pelo termo *mídia*, foi estabelecido pela sociologia norte-americana para caracterizar o sistema de difusão cultural gerido pelas modernas empresas que comercializam informação e entretenimento.

Trata-se de processo historicamente configurado pela emergência da imprensa gutenberiana, quando o *livro* se converte em bem de consumo portátil.⁷ No entanto, sua dimensão massiva só se afirmaria em meados do

século passado, quando o *jornal* deixava de ser um produto circunscrito às minorias de assinantes e conquistava as multidões de leitores que circulavam pelas ruas das grandes cidades.⁸

Dois fatores são decisivos para essa mudança: a ampliação das *oportunidades educacionais*, multiplicando o contingente de leitores; e a elevação da *capacidade aquisitiva*, permitindo aos trabalhadores da indústria o consumo de bens simbólicos. O pano de fundo dessa *revolução cultural* é a pujança da democracia representativa, que se estriba no desejo de participação política dos cidadãos.⁹

Se o *jornal* e a *revista* democratizam a informação, possibilitando o acompanhamento do desempenho dos governantes e potencializando oportunidades econômicas, o *cinema* cria condições para suavizar a rotina da produção em série, descerrando as portas da fantasia e da diversão para o cidadão comum. Esse benefício já vinha sendo usufruído, através da literatura e da música, pelos reduzidos segmentos possuidores de renda suficiente para adquirir *livros* e *discos* (setores industriais que não haviam ingressado ainda na fase da economia de escala).

O *rádio* e posteriormente a *televisão* otimizariam as duas dimensões culturais da vida cotidiana – o real e o imaginário –, integrando-as em produtos sincréticos,¹⁰ ao mesmo tempo tornando-os acessíveis àqueles bolsões populacionais desprovidos de escolaridade básica ou estacionários no patamar da alfabetização funcional. A expansão de tais veículos alcança índices surpreendentes, sobretudo pelas vantagens econômicas proporcionadas aos seus usuários. O subsídio que as empresas de comunicação recebem dos anunciantes publicitários reduz o dispêndio dos rádio-ouvintes e dos telespectadores. Estes necessitam tão somente fazer um investimento inicial com a aquisição dos *aparelhos receptores*, podendo sintonizar mensagens culturais gratuitas (evidentemente recheadas de *anúncios*).

Mas o impacto dos veículos sonoros e audiovisuais iria adquirir enormes proporções nas sociedades periféricas – os outrora chamados países do *terceiro mundo*, hoje rotulados como sociedades *emergentes*, melhor denominados nações/regiões *em desenvolvimento* –, onde os elevados índices de analfabetismo e de escolarização incompleta funcionam como aceleradores de distância entre as massas urbanas e o conhecimento

sistematizado.

Pessoas que haviam permanecido à margem da contemporaneidade adquirem a chance de saber o que se passa ao seu redor, através da *mídia eletrônica*. A radiodifusão abre-lhes uma janela para o mundo. Muito mais que isso: oferece um lenitivo para as agruras do dia a dia, superando o isolamento em que viviam no passado, além de proporcionar alternativas de lazer a baixo custo.¹¹

Nas comunidades em que esse *desenvolvimento da mídia* ocorre paralelamente à *socialização das oportunidades educacionais e culturais* – escolas, bibliotecas, museus, centros desportivos etc. – verifica-se uma gradativa influência do comportamento coletivo sobre a qualidade dos bens disseminados pela indústria da informação e da diversão. Cidadãos instruídos, que cultivam padrões de sociabilidade mais elevados, tendem naturalmente a reivindicar melhores e renovados produtos da mídia. A própria indústria midiática, estruturada segundo as regras da *economia de mercado*, procura captar os anseios dos consumidores, atuando em consonância com as suas expectativas. E quanto maior for a competição entre os produtores mais benefícios terão os consumidores, pela variedade de opções existente.

Tal dinâmica mercadológica suscita um efeito cascata na relação oferta-demanda, que se traduz pela “lei-de-todos-ou-nenhum”. Trata-se de uma tendência observada mundialmente. Os consumidores da mídia geralmente não se restringem a um único veículo ou produto. Manifestam o desejo de se abastecer de conhecimento e lazer em múltiplos canais. Ora para aprofundar ou completar a babagem informacional, ora para prolongar ou refinar o prazer estético.

Assim sendo, uma notícia de jornal conduz a um filme, um seriado na televisão estimula a leitura de um livro, um programa de rádio incita à audição de um disco, um filme motiva a compra de um fascículo ou uma revista.¹²

Em termos quantitativos, há um veículo que monopoliza hoje as atenções dos consumidores: a *televisão*. Sua vantagem reside no apelo multisensorial (combinando visão e audição, mas também despertando o tato e o olfato pelos efeitos da imagem em movimento). Além disso, cativa os contingentes não letrados (das crianças em idade pré-escolar aos jovens e adultos que

fracassaram cognitivamente ou foram excluídos da escola). Estes podem dispensar o domínio do código alfabético para ter acesso às mensagens ali disseminadas.

No caso brasileiro, as crianças consomem 4,12 horas diárias de televisão, os jovens, 3,01 horas, e os adultos, 3,27 horas. O hábito de ver televisão está diretamente associado a quanto tempo as pessoas permanecem em casa. Da mesma forma que as crianças, as mulheres (3,54 horas) assistem mais televisão, se comparadas aos homens (3,10 horas). Sua função diversional é preponderante em relação aos efeitos informativos e educativos. Aqueles contingentes que dispõem das facilidades do lazer fora de casa geralmente dedicam menos tempo à audiência da TV: as classes AB ficam 3,02 horas diárias diante do televisor, enquanto as classes DE permanecem 3,44 horas.¹³

Sob a liderança da TV, os meios de comunicação de massa desempenham um papel decisivo na formação da população brasileira. Eles atuam verdadeiramente como educadores coletivos.

Esse papel ampliou-se, ultimamente, como decorrência da melhoria das condições de vida que os programas assistencialistas acarretaram a bolsões da sociedade antes circunscritos ao território da pobreza. Eliminado o “imposto inflacionário”, uma parcela da sociedade conquistou o direito à poupança. Satisfeitas as necessidades básicas de subsistência (principalmente os insumos alimentícios), os neoconsumidores priorizam o universo do lazer massivo, acarretando o incremento da venda de televisores. Esse fator influenciou decisivamente no nivelamento por baixo dos padrões da televisão aberta, considerando que a parcela privilegiada da audiência refugiou-se na televisão fechada (canais por assinatura).

Supondo que o tempo dedicado ao consumo da mídia é superior àquele preenchido pela escola, no conjunto da população em idade escolar, vale a pena refletir sobre a natureza da educação coletiva implícita nesse espaço que McLuhan chamou apropriadamente de “aula sem paredes”.¹⁴ Tornando mais complexa a equação, é necessário admitir que se a qualidade do ensino formal proporcionado às novas gerações for deficiente, inegavelmente a cultura de massa tem mais chances de exercer atração e influência sobre as crianças e os adolescentes.

Nesse contexto, convém introduzir a questão da *leitura*. Seu conceito hoje não se restringe à decodificação da mensagem alfabética, geralmente

associado ao livro. Possui uma conotação mais abrangente, pressupondo a *compreensão do mundo*.¹⁵ E por tabela inclui todos os suportes da difusão cultural. Da imprensa à radiodifusão e aos modernos equipamentos multimídia ensejados pela telemática.

Evidentemente a leitura dos signos disseminados pela tecnologia da reprodução cultural se alicerça na leitura do mundo proporcionada pela educação.¹⁶ Quanto maior o domínio dos códigos, mais oportunidades tem o cidadão de entender o mundo em que vive. Naturalmente, a própria vida ensina mecanismos de apreensão do significado da cultura que nos rodeia. Mas é inegável que a sistematização do conhecimento proporcionado pela escola amplia as chances de participação na sociedade e do usufruto dos benefícios disponíveis. Quanto mais escolarização, mais opções de intervenção no cotidiano. E melhores expectativas de bem-estar.

O alicerce para essa *leitura contextual* está na leitura da palavra. O domínio do código alfabético amplia as fronteiras da abstração. E municia o indivíduo para comportar-se empaticamente, tonando-o capaz de enfrentar situações distintas daquelas peculiares à aprendizagem informal do seu meio ambiente. Não basta a prontidão para decifrar o que está escrito. É indispensável o exercício permanente dessa habilidade linguística. Até mesmo porque ela inspira muitas das operações comunicacionais que se estruturam de acordo com o código sonoro ou o código icônico.¹⁷

Nas sociedades que presenciaram a socialização da leitura da imprensa (livro, jornal, revista) antes do aparecimento dos meios audiovisuais (cinema, rádio, televisão), verificou-se uma forte dependência qualitativa desses novos veículos em relação aos precedentes. E sua leitura foi determinada pelos mecanismos intelectuais forjados pela cultura alfabética. Populações letradas possuíam exigências culturais que conformavam os produtos audiovisuais a padrões estéticos ou conteudísticos bem mais elaborados. Da mesma forma, a disponibilidade de um acervo cultural erudito (literatura, teatro, música, dança, pintura, fotografia etc.) permitiu que essas obras fossem vulgarizadas para fruição pelas massas que não dominavam os códigos peculiares à elite. Tal fenômeno foi reconhecido como a *segunda revolução industrial*, porque transformou bens culturais, antes privilégio das minorias, em produtos acessíveis a toda a sociedade.

A economia de escala barateou o preço unitário das mercadorias culturais,

democratizando o seu consumo. Livros, fascículos, revistas especializadas, discos, fitas, disquetes, CD-Roms e outros suportes inovadores permitiram retirar das prateleiras das bibliotecas (e dos centros de documentação artística ou científica) todo o legado cultural estocado pela civilização. Esse mercado de bens portáteis desenvolveu-se na esteira da indústria cultural iniciada pela imprensa e fortalecida pela mídia eletrônica.

Sem dúvida, o *livro* foi o maior beneficiário dessa operação em cadeia. Considerando que as massas detentoras de um nível mediano de escolarização não adquiriram hábitos permanentes de leitura, elas se sentem motivadas a recuperar essa habilidade cada vez que o cinema e a televisão reconstituem obras literárias ou científicas.

As evidências disponíveis demonstram, por exemplo, o estímulo positivo que as telenovelas e os seriados exercem sobre o consumo de livros literários que serviram de fonte para os roteiros das suas histórias. Da mesma maneira, os filmes e os quadrinhos de ficção científica influem na busca de livros acadêmicos que inspiraram as leis ou teorias ali descritas de forma simplificada.

Nesse sentido é possível afirmar que a leitura da palavra impressa se beneficia enormemente do prévio contato que os consumidores culturais tiveram com as suas versões audiovisuais. Principalmente nas sociedades em que a maioria dos cidadãos não foi cativada para o prazer estético da leitura literária ou o desafio reflexivo da leitura científica.

Retornamos aqui à relação entre a *base educacional* e os *hábitos de leitura*. Como outras formas de comportamento cultural, a leitura depende fundamentalmente da assimilação de padrões socialmente legitimados. A escola desempenha função crucial no desenvolvimento dos hábitos de leitura. A expansão das oportunidades escolares básicas tem ampliado o contingente de cidadãos aptos à leitura em nosso país.

Tal reflexo pode ser percebido claramente no incremento da leitura de jornais entre os jovens de 15 a 24 anos. Esse contingente decresceu nos anos 1970 e 80, influenciando nas baixas tiragens dos jornais diários editados nas metrópoles nacionais. Os investimentos públicos feitos na educação de primeiro e segundo graus, nesta década, fizeram crescer o hábito de leitura de jornais entre os adolescentes brasileiros. Hoje configura-se um quadro otimista, em que 55% dos jovens exercitam a leitura diária dos jornais

impressos. Trata-se de um panorama alentador, embora ainda distante daqueles países que investem pesadamente em educação básica. É o caso, por exemplo, das nações historicamente engajadas na inversão educacional, como a Áustria, onde 74% dos jovens entre 15 e 24 anos leem jornal todo dia. Situação impressionante é a de Portugal, hoje beneficiado pela integração à Comunidade Europeia, onde existe uma correlação positiva entre o recente investimento educativo e incremento da leitura de jornal. Atualmente, 79% dos jovens entre 15 e 17 anos e 83% dos situados na faixa etária entre 18 e 24 anos leem jornal diariamente.¹⁸

No entanto, apesar das mudanças constatadas no cenário brasileiro, a manutenção da habilidade de leitura nas novas gerações encontra obstáculos significativos: a ausência de uma cultura letrada nas famílias a que pertencem os jovens leitores; a reduzida capacidade aquisitiva das classes trabalhadoras, o que mantém o livro, o jornal e a revista na categoria dos produtos de consumo da elite; a insuficiência e a fragilidade das agências disseminadoras da cultura impressa, como é o caso das bibliotecas e dos centros de documentação.

Tais fatores exercem um papel inibidor na disseminação da leitura da palavra impressa, bem mais influente do que aquele atribuído à mídia eletrônica, principalmente a televisão. Ampliar a leitura das obras singulares da cultura alfabética é muito mais um desafio político-econômico e sociopsicológico do que comunicacional.

Isso não significa desconhecer ou minimizar a forte atração que as obras audiovisuais, difundidas pela mídia eletrônica, exercem sobre a sociedade como um todo.¹⁹ Trata-se, antes de tudo, de reconhecer a inegável contingência do avanço tecnológico, com o qual é preciso conviver de forma inexorável, e que, por outro lado, tem sido responsável pelo incremento da leitura *on-line*,²⁰ ou seja, a leitura exercitada nas telas dos computadores pelas minorias que tiveram o privilégio da boa educação e da concentração de renda.

O mais é saudosismo. Ou elitismo?

19.5. CULTURA DO SILÊNCIO

Não obstante o Brasil inicie o novo século vivendo um dos mais vigorosos

estágios da liberdade de imprensa, infelizmente devemos reconhecer que ela constitui um privilégio das elites nacionais. Os grandes contingentes da nossa população permanecem à margem dessa liberdade constitucional. Deixam de usufruir tanto da prerrogativa da livre expressão quanto do direito de ter acesso à informação que os habilita à plena cidadania e consequentemente à participação integral na vida democrática.

Testemunhamos a continuidade do fenômeno caracterizado como *exclusão comunicacional*. Não se trata de situação peculiar ao Brasil, sendo perceptível num grande número de países, justamente aqueles que ainda não lograram construir democracias estáveis, onde todos os cidadãos possam usufruir os benefícios da modernidade.

Trata-se da persistência daquela *cultura do silêncio* a que se referiu Paulo Freire quando diagnosticava o *mutismo* da população brasileira durante o período colonial.²¹ Situação que se projetaria sobre o Brasil independente, prolongando-se até meados do século passado, agravando-se pela chaga do analfabetismo.

Sem dominar o código alfabético, sem saber ler, contar e escrever, a maioria da nossa população permaneceu quase muda, pela carência educacional e pela inibição cultural a que foi condenada por nossas elites dirigentes.

Ao ingressar no século XXI, o Brasil sofre de mal endêmico. Sua imprensa permanece restrita a uma fatia minoritária da sociedade. É reduzido o número de brasileiros que são leitores regulares de livros, revistas ou jornais, quando comparados aos estadunidenses, canadenses, ingleses, franceses, argentinos ou chilenos.

Assume característica singular a crise nacional da leitura de jornais. A expansão das tiragens diárias mostra-se absolutamente descompassada com o ritmo do incremento demográfico.

Na década de 1950 do século XX tínhamos um volume diário de 5,7 milhões de exemplares de jornais para uma população de 52 milhões de habitantes. Chegamos ao século XXI com uma tiragem diária de 7,8 milhões de jornais para uma população estimada em mais de 170 milhões de pessoas.

A população brasileira cresceu mais de 300%, enquanto a tiragem diária de jornais ampliou-se apenas 40%, na última metade do século XX.

O mais grave em tal confronto estatístico está no fato de que, no mesmo

período, ampliou-se a escolarização em todo o país, reduzindo-se a taxa de analfabetismo.²² Concomitantemente, ocorreu elevação da renda nacional, crescendo também a capacidade aquisitiva das camadas médias da nossa população. Mas as tiragens da mídia impressa diária vegetam em patamares inexpressivos.

Esta é a outra face da liberdade de imprensa no Brasil. Ela constitui um privilégio das elites que podem se expressar livremente através de modernos suportes midiáticos. Representa também um privilégio das classes médias que foram educadas para ler, adquirindo capacidade de abstração para participar do banquete intelectual da humanidade.

Ainda que tenham acesso a informações rápidas, condensadas e simplificadas que fluem através da mídia eletrônica, os contingentes majoritários da nossa sociedade não assimilaram os conteúdos culturais que lhes permitissem apreender integralmente os sentidos disseminados pelos produtos da indústria cultural.

Encontram-se privados da *liberdade de imprensa* na medida em que não têm competência cognitiva. Marginalizados da cultura letrada, não participam equitativamente das oportunidades de ascensão social que a sociedade democrática lhes oferece. Excluídos da educação avançada, ficam inferiorizados no acesso aos postos de trabalhos qualificados que emergem no bojo da economia de mercado.

Todo o esforço que vem fazendo o governo brasileiro para ampliar as fronteiras da *sociedade da informação* em território nacional²³ esbarra justamente no fenômeno da *exclusão comunicacional*.

Recente pesquisa do IBOPE estima que o universo da internet no Brasil alcança o patamar dos dez milhões de usuários. Essa cifra é comparável à dos leitores de jornais diários. Trata-se de contingentes superpostos. Os internautas correspondem aproximadamente aos cidadãos que têm o hábito de informar-se através da imprensa.

É possível que a população usuária da *web* venha duplicar ou triplicar no correr desta primeira década do século XXI. Mas é provável também que esse crescimento não esteja relacionado com o mundo da informação, fortalecendo a cidadania. A deduzir pelos hábitos preferenciais dos internautas desse primeiro ciclo histórico da *web*, que se guiam pelo imediatismo utilitarista ou hedonista, trabalharemos com a hipótese de que a liberdade de imprensa não

tende a alargar-se no país. Justamente pela incapacidade ou inapetência dos novos cidadãos em relação à informação cotidiana ou contextual.

Dessa maneira, a nossa democracia deixará de ser fortalecida pela fragilidade da sociedade civil, pelo raquitismo da cidadania.

A vida democrática ancora-se na liberdade de imprensa, entendida como a expressão plural das correntes de pensamento que atuam na sociedade. Mas ela só se robustece quando o conjunto da sociedade usufrui dos benefícios da informação pública.

A exclusão comunicacional constitui sério risco para a estabilidade democrática e, conseqüentemente, para a governabilidade.

Esse é o dilema principal com que nos defrontamos no limiar do novo século. Vale a pena refletir sobre ele para não repetirmos os erros históricos que puseram a liberdade de imprensa numa gangorra política, alternando momentos de vigência plena nos ciclos democráticos com instantes dramáticos marcados pela restauração da censura nos ciclos autoritários.

Quando uma sociedade preserva o direito de expressão das suas elites, mas garante, ao mesmo tempo, o direito de informação ao conjunto dos seus cidadãos, ela está fortalecendo sua experiência democrática e prevenindo-se contra os retrocessos constitucionais. Só um povo bem informado é capaz de escolher governantes capazes de converter a liberdade de imprensa em peça-chave do constante aperfeiçoamento democrático.

1. Os lusitanos não foram tão ousados. Em Portugal, a expressão foi dicionarizada respeitando sua grafia latina.

2. Dados disponíveis em: https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_panoramadacomunica

3. Ibid.

4. Ibid.

5. Ibid.

6. Charles WRIGHT, Comunicação de Massa, Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1968.

7. Marshall McLuhan, A Galáxia de Gutenberg, São Paulo, Nacional, 1972.

8. Horman JACOBS (ed.), Culture for the millions?, Boston, Beacon, 1961.

9. Daniel LERNER, The Passing of Traditional Society, Nova York, The Free Press, 1964.

10. Edgar MORIN, Cultura de Massas no século XX: o espírito do tempo, Rio de Janeiro, Forense, 1967.

11. Daniel LERNER e Wilbur SCHRAMM (eds.), Comunicação e Mudança nos Países em Desenvolvimento, São Paulo, Melhoramentos, 1973.

- [12.](#) José MARQUES DE MELO, Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos, Petrópolis, Vozes, 1998.
- [13.](#) GRUPO DE MÍDIA, Mídia Dados, 1990, São Paulo, 1991.
- [14.](#) Marshall McLUHAN, Aula sem paredes, em CARPENTER e McLUHAN, Revolução na Comunicação, Rio de Janeiro, Zahar, 1968, p. 17-20.
- [15.](#) José MARQUES DE MELO, Para uma leitura crítica da comunicação, São Paulo, Edições Paulinas, 1985.
- [16.](#) Regina ZILBERMAN e Ezequiel Theodoro SILVA (orgs.), Leitura: perspectivas interdisciplinares, 5ª ed., São Paulo, Ática, 1999.
- [17.](#) Umberto ECO, Apocalípticos e integrados, São Paulo, Perspectiva, 1976.
- [18.](#) Maurício THUSWOHL, “Em todo o mundo, jovens leem cada vez mais”, Jornal da ANJ, 138, Brasília, Junho de 1999, p. 9.
- [19.](#) Jack LILE e Douglas McLeod, Communication, Media and Change, Mountain View, California, Mayfield, 1993.
- [20.](#) Francis BALLE, Médias et Sociétés – de Gutenberg à Internet, 8ª ed., Paris, Montchrestien, 1997.
- [21.](#) José MARQUES DE MELO, “A comunicação na pedagogia de Paulo Freire”, em MARQUES DE MELO & CASTELO BRANCO (orgs.), Pensamento Comunicacional Brasileiro: o grupo de São Bernardo, São Bernardo do Campo, Editora UMESP, 1999, p. 225-246.
- [22.](#) Fazendo um balanço da conjuntura, a contabilidade pública registra mudanças significativas. “No caso da educação, o avanço foi notável. A proporção de crianças entre 7 e 14 anos que não frequentavam a escola caiu de 13,4% para 3,1%, e houve queda expressiva em todos os demais grupos de idade considerados. É de notar o aumento da escolarização das mulheres, dos mais pobres e dos negros. A taxa de analfabetismo caiu de 16,4% para 11,5%, em dez anos, e não voltará a crescer porque agora as crianças estão frequentando as escolas”, Fernando Henrique CARDOSO, “Sobre décadas e heranças”, O Estado de S. Paulo, 2/11/2003, p. 2.
- [23.](#) “O que se sabia com menos clareza era quanto o nível educacional e o acesso aos meios modernos de comunicação e conhecimento haviam aumentado. Os telefones, presentes em 19% das casas em 1992, existiam em 61,6% em 2002! É o primeiro passo para uma expansão ainda maior do acesso à internet. De um ano para o outro, de 2001 para 2002, os únicos para os quais há dados disponíveis, as residências que dispunham de microcomputadores passaram de 12,6% para 14,2%, das quais 10,3% ligadas à internet”, Fernando Henrique CARDOSO, Sobre décadas e heranças, O Estado de S. Paulo, 2/11/2003, p. 2.

PARTE

IV

VARIÁVEIS EMBLEMÁTICAS

KARL MARX: MANIFESTO COMUNISTA

Filósofo alemão nascido em 1818, Karl Marx tem ascendência judaica, mas escapou aos rigores da doutrinação habitual das famílias israelitas. Graduado em Direito, sua formação acadêmica foi realizada na Universidade de Berlim, numa época em que o hegelianismo se convertera em filosofia oficial.

Sem refluir à corrente dominante, que proclamava a racionalidade do Estado moderno como ideal civilizatório, Marx alinha-se à esquerda hegeliana, defendendo a transformação do próprio Estado para melhor servir o bem comum. Ele entende que a crítica de Hegel não ultrapassa o plano abstrato do discurso, reivindicando ação concreta, capaz de fortalecer a luta contra a opressão dos povos modernos, no sentido de emancipar a humanidade e livrá-la de todas as formas de alienação.

Sua meta era fazer carreira universitária, mas logo se desilude dessa pretensão, trabalhando como articulista na imprensa regional, onde defende ideias contra-hegemônicas, inclusive combatendo a censura à imprensa. Mas a escalada da censura prussiana motiva o exílio da vanguarda hegeliana de esquerda em Paris, projetando lançar uma revista política, denominada *Anais Franco-alemães*.

Convidado a coeditar essa revista, Karl Marx migra para a França, onde se encontra com Friedrich Engels, com o qual estabelece uma duradoura parceria intelectual. Dela resulta a publicação do *Manifesto comunista*, símbolo de uma profícua obra filosófica que seduziria discípulos em todo o mundo. Aí está a matriz da corrente de pensamento rotulada como marxismo, abarcando exegeses as mais singulares que refletem o interesse suscitado pelas ideias seminais dos seus fundadores, no tempo e no espaço.

O *Dicionário de Política* de Norberto Bobbio (Brasília, Editora UnB, 2008, v. 2, p. 738) define o marxismo da seguinte forma:

Entende-se por marxismo o conjunto das ideias, dos conceitos, das teses, das teorias, das propostas de metodologia científica e da estratégia política e, em geral, a concepção do mundo, da vida social e política, consideradas como um corpo homogêneo de proposições até constituir uma verdadeira e autêntica doutrina, que se podem deduzir das obras de Karl Marx e de Friedrich Engels.

20.1. AS IDEIAS E AS FONTES

Para situar o marxismo no contexto brasileiro, temos hoje um acervo de fontes genuínas, disponível aos estudiosos da comunicação. Vale a pena tomar como ponto de referência o livro de Leandro Konder, *Marx, vida e obra* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974) e a antologia selecionada por José Arthur Gianotti (São Paulo, Abril Cultural, 1974). A inserção do marxismo no panorama do pensamento brasileiro está dimensionada historicamente na obra mais abrangente de Cruz Costa, *Contribuição à história das ideias no Brasil* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966) e no ensaio específico de Vamireh Chacon *História das ideias socialistas no Brasil* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965).

A teoria foi publicada fartamente na bibliografia brasileira, em traduções feitas pelos intelectuais alinhados a essa corrente de pensamento. Para um contato preliminar dos jovens ainda não familiarizados com essa fortuna crítica, são recomendáveis duas fontes complementares: a seletiva coletânea sociológica organizada por Octavio Ianni, *Marx* (São Paulo, Ática, 1979) e a alentada antologia histórica preparada por Florestan Fernandes, *Marx, Engels* (São Paulo, Ática, 1983).

Como o marxismo assumiu fisionomia multifacetada, torna-se indispensável, para o seu conhecimento, percorrer a trajetória dos dois segmentos mais representativos: o histórico (soviético) e o ocidental (europeu). O primeiro está documentado nos livros compilados por Nelson Werneck Sodré, *Fundamentos do materialismo histórico* e *Fundamentos do materialismo dialético*, ambos publicados no Rio de Janeiro em 1968. O segundo foi resgatado por José Guilherme Merquior em texto instigante, escrito originalmente para leitores ingleses (1985) e traduzido para o português, sendo editado pela Nova Fronteira (Rio de Janeiro, 1987).

O diálogo de pensadores brasileiros com os exegetas contemporâneos de Marx demonstra pluralidade, oferecendo pistas surpreendentes, como, por exemplo, a contenda anotada por Caio Prado Júnior, *O estruturalismo de*

Lévi-Strauss e o marxismo de Louis Althusser (São Paulo, Brasiliense, 1971), e os devaneios sugeridos por Roberto Romano em *Corpo e cristal: Marx romântico* (Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1985).

Após a ruína do socialismo real, tem sido recorrente a proclamação da morte do Marxismo. Afinal de contas, por que tem sentido continuar debatendo o legado de Marx e Engels?, perguntaram Konder, Cerqueira Filho e Figueiredo. As respostas dos que aceitaram intervir nesse debate foram reunidas no volume *Por que Marx?* (Rio de Janeiro, Graal, 1983). Entretanto, a mais erudita contribuição a essa polêmica adveio de J. A. Gianotti, *Certa herança marxista* (São Paulo, Companhia das Letras, 2000). Trata-se de fonte essencial para quem pretende aprofundar o conhecimento do marxismo no século XXI.

20.2. A DIFUSÃO E A TEORIZAÇÃO

Karl Marx esboçou suas ideias sobre o Estado, a propriedade e as classes sociais em 1843, mas só as tornou públicas em 1859, quando circulou seu prefácio a *Para uma crítica da economia política*, em que relata toda a sua trajetória intelectual, explicitando sua crítica ao pensamento de Hegel. Pois bem, não demorou muito que aquelas teses chegassem ao Brasil.

Quem teve o mérito de conhecê-las e difundi-las foi Tobias Barreto, que já em 1871 fazia referência aos estudos de autoria do filósofo alemão. Contudo, somente em 1877, em seu “Discurso em mangas de camisa”, proferido na fundação do Clube Popular de Escada, o filósofo sergipano explica o conceito de “luta de classes”, enunciado por Marx na reflexão dedicada à “miséria da filosofia”.

Em sua memória da saga protagonizada por *Anarquistas e comunistas no Brasil* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p. 21-22), o historiador John Foster Dulles Jr. contextualiza a repercussão desse pioneirismo.

Quase ninguém discute que o primeiro artigo publicado sobre o marxismo estampado na imprensa brasileira apareceu em 1871, na cidade do Recife, famosa por sua importante Faculdade de Direito e pela longa tradição de estreitos laços com a Europa. [...] Em 1883, Tobias Barreto, catedrático da Faculdade de Direito do Recife, interessado sempre nas ideias propagadas na Alemanha, fez um discurso – de colação de grau – que se costuma citar como a primeira oportunidade em que um brasileiro se referiu a Karl Marx e sua obra *O capital*. Quatro anos mais tarde, escrevendo em Estudos Alemães, Barreto declarava ser Marx o mais ousado pensador do século XIX, no domínio da ciência econômica.

O itinerário das ideias marxistas no Brasil foi reconstituído minuciosamente por Vamireh Chacon, em sua clássica *História das ideias socialistas no Brasil* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p. 265-293).

Esses “primeiros ecos do marxismo” correspondem na teoria da comunicação científica àquela etapa da “disseminação”, o que significa que ficaram restritas à elite culta. Somente em 1902, quando circulou a versão definitiva do manifesto socialista que mobilizou o movimento proletário em nosso país, seus autores vão parafrasear Marx e Engels, terminando com: “Proletários de todo o Brasil, uni-vos!”.

Começa justamente aí a nova etapa brasileira da difusão do marxismo, ou seja, a sua “divulgação”. Coube ao também sergipano Silvério Fontes, médico radicado em Santos (SP), a iniciativa de popularizar em território nacional o ideário de Marx, Engels e seus continuadores.

Quem leva a cabo essa missão é o farmacêutico alagoano Octavio Brandão, fundador do Partido Comunista do Brasil, em 1922. Ele traduz e publica, em 1923, o *Manifesto comunista*, e logo depois sintetiza os postulados do marxismo em seu livro *Agrarismo e industrialismo* (1926). Mas a tarefa de maior envergadura seria realizada pela imprensa proletária, capitaneada pelo partido liderado por Astrogildo Pereira. Sua pujança e suas fragilidades merecem o seguinte comentário de Fosterr Dulles Junior na fonte já citada (p. 23): “Para auxiliar a convencer os trabalhadores, existia a imprensa proletária – uma enorme quantidade de periódicos [...] Eram particularmente numerosos no Rio de Janeiro e em São Paulo, as duas cidades a apresentar maior índice de desenvolvimento industrial no país”.

Tem sido rica e diversificada a contribuição do marxismo às ciências da comunicação. Resgatei essa corrente de pensamento quando discuti no meu livro *Comunicação social: teoria e pesquisa* (1970) o conceito marxista de comunicação. Demonstrei ali que a compreensão do fenômeno comunicacional, pela ótica do materialismo dialético, fundamenta-se na relação entre trabalho e linguagem, variável essencial para o entendimento dos atos humanos de interação simbólica. Consultei, nessa ocasião, as fontes disponíveis, particularmente os escritos seminais de Marx e Engels e as exegeses feitas por marxistas de linhas distintas, desde os russos (Lênin e Afanassiev), até os pensadores ocidentais como Adam Schaff e Leônicio

Basbaum.

Esse último, brasileiro, legou uma instigante reflexão que fundamenta o conceito histórico de comunicação. Em seu livro *História e consciência social* (São Paulo, Fulgor, 1967), Basbaum defende a tese de que a comunicação representa um fator de equilíbrio da vida em sociedade, neutralizando o ímpeto bélico dos homens, na medida em que instaura o diálogo e pode conduzir ao entendimento entre comunidades ou nações em conflito.

Mas quem aplicou sistematicamente as categorias do marxismo para compreender os fenômenos comunicacionais no Brasil foi o historiador Nelson Werneck Sodré, como evidenciei inicialmente no meu livro *História social da imprensa* (2003), documentando-os de modo amplo no recente livro *História política das ciências da comunicação* (2008).

De qualquer maneira, para os interessados em avançar no tratamento que os marxismos vem dando ao processo comunicacional, não existe melhor fonte de referência que o inventário feito por Armand Mattelart e Seth Siegelaub, *Communication and class struggle* (Nova York, IG/Paris, IMMRC, 1979). Essa exaustiva e competente revisão da literatura sobre a questão tem a vantagem de incluir excertos dos textos e adotar uma visão sintonizada com a perspectiva mundial do conhecimento, evitando a convencional redução ao “modelo ocidental”. Quero dizer que os autores incluem não apenas obras de pensadores anglófonos, teutos, franco-italianos, mas adicionam textos de outras geografias, não esquecendo as contribuições da periferia, tanto africana quanto latino-americana.

Trata-se de antologia fundamentada no exaustivo inventário das fontes realizado por Seth Siegelaub na série *Marxism and the mass media: towards a basic bibliography*, 3 vols., publicado sob a forma de fascículos no período 1972-1979, pelo International Media Research Center, em Nova York. A obra cobre o período de 1842-1974, com propósito nitidamente *político*, considerando a “importância crescente da comunicação na definição dos conteúdos e nos rumos das lutas futuras”.

Outra fonte de estudos, não propriamente marxista, mas naquele sentido ecumênico que o “pensamento crítico” (Miége, 2000) vem incorporando pouco a pouco é a *Antologia de comunicación para el cambio social* (La Paz, Plural Editores, 2008), originalmente publicada em inglês, tendo como

organizadores intelectuais o boliviano Alfonso Gomúcio e o dinamarquês Thomas Tufte. Foram selecionados textos oriundos principalmente de países de terceiro mundo, entre eles os brasileiros Paulo Freire, Luiz Beltrão, Augusto Boal, José Marques de Melo e Cicília Peruzzo.

Da bibliografia brasileira, pode também ser útil a consulta ao livro de Albino Rubim, *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil* (Salvador, UFBA, 1995), onde existem referências às questões comunicacionais no bojo das políticas culturais do histórico PCB, Partido Comunista Brasileiro. Igual consulta pode ser feita também a livro de Leandro Konder, *Intelectuais brasileiros e marxismo* (Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1991).

20.3. A INICIAÇÃO

Quem me introduziu ao marxismo foi o intelectual que, muito cedo, integrou a diáspora caeté nos centros metropolitanos deste país. Banido do território alagoano por “delito” ideológico, o jovem Octavio Brandão exerceu uma influência inestimável na juventude da primeira metade do século XX. Sua ausência involuntária estimulava os jovens de então, criando um fascínio e um interesse inusitado pelas suas ideias progressistas.

Nosso primeiro contato se deu através do seu livro mítico *Canais e Lagoas*, publicado em 1919, no Rio de Janeiro. Essa obra arrebatou corações e mentes dos alagoanos convictos da nossa identidade, cujos brios foram enaltecidos pelo jovem cientista ao comprovar a existência do petróleo em Alagoas.

Sua leitura me deixou com água na boca. Vasculhando alfarrábios, defrontei-me com um exemplar do romance épico *O caminho*, publicado também no Rio de Janeiro, em 1950. Li sofregamente o itinerário novelesco percorrido pela humanidade até o despertar das massas. Trata-se de uma reconstituição da própria experiência do autor como militante político, que descobre o ideário marxista, abraçando-o de corpo e alma.

Chegando a Recife, em 1960, procurei abastecer-me de conhecimento sobre a matéria nas bibliotecas públicas. Concomitantemente, integrei-me ao movimento estudantil, fonte inesgotável de dados e valores sobre o cenário nacional e internacional.

Não escapei das aulas de doutrinação propiciadas pela juventude comunista, daquela época, valendo-me dos manuais de filosofia de Georges Politzer e de economia da Academia de Ciências da URSS.

Mas me senti gratificado, logo a seguir, com os cursos de introdução ao marxismo ministrados pelo militante Apolônio de Carvalho e pelo teórico Jacob Gorender. Comecei a desvendar melhor o cipoal cognitivo tecido pelos exegetas de Karl Marx.

Mas foi na universidade que avaliei melhor os conteúdos – imanente e transcendente – do marxismo. Quem me deu pistas essenciais para suprir minhas lacunas teóricas foi Vamireh Chacon, meu professor de Economia Política na Faculdade de Direito, cujas aulas acompanhei com interesse durante todo o ano de 1961.

Quando me iniciava na pesquisa em comunicação, Vamireh me apresentou a dois economistas situados no universo marxista – Paul Baran e Paulo Sweezy –, motivando-me para traduzir o clássico ensaio “Comentários sobre o tema da propaganda”, texto acolhido por Luiz Beltrão e publicado na revista *Comunicações & Problemas* (1968).

Nesse período, influenciado pelos economistas da SUDENE e da CEPAL, defronto-me com as teorias da dependência, que ofereceram bom pretexto para o estudo da comunicação no contexto socioeconômico, hoje reconhecido como “pensamento crítico”, para a constituição do qual a INTERCOM jogou papel decisivo no Brasil.

20.4. A INICIAÇÃO E AS MATRIZES

Esse rico filão de estudo, valorizando a importância da Economia para a compreensão e a gestão dos processos comunicacionais, não configura, entretanto, um campo acadêmico com a mesma identidade que assume a linha de pesquisa aglutinada sob a liderança de Dallas Smythe no âmbito da International Association for Media and Communication Research, IAMCR. Esse grupo lança uma plataforma investigativa a partir da crítica de Karl Marx à economia política no capitalismo, formulando hipóteses e desvendando problemas vigentes na promissora indústria de bens simbólicos, cujo traço mais evidente é a face transnacional e cujo enigma desafiador continua a ser a vocação imperialista.

Trata-se de questões exploradas de forma paradigmática pelo belga Armand Mattelart e pelo estadunidense Herbert Schiller, cujas teses chegam cedo ao Brasil, ainda nos anos 1970-80, mas que só iriam motivar pesquisas avançadas na década de 90, quando César Bolaño funda o Grupo de Trabalho

de Economia Política da Comunicação no âmbito da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, INTERCOM.

Mesmo ainda não reivindicando o monopólio da “crítica”, a Economia Política da Comunicação começa a despontar entre nós naquele exato momento em que circulou o clássico ensaio de Paul Baran e Paul Sweezy – “Comentários sobre o tema da propaganda” – traduzido e publicado na revista *Comunicações & Problemas* (Recife, ICINFORM). Essas teses seriam retomadas mais tarde e discutidas, na essência, por César Bolaño, em artigo sobre “A questão da publicidade de televisão no Brasil” (Revista Brasileira de Comunicação, 1987).

O campo só germina com a matriz marxista, quando aparece no mercado o livro de Herbert Schiller, *O império norte-americano das comunicações* (Petrópolis, Vozes, 1976), no qual o autor deu sequência às ideias esboçadas por Dallas Smythe, com quem conviveu durante breve período na Universidade de Illinois, nos anos 60. Tanto assim que o canadense foi convidado a prefaciar essa obra de estreia do autor, lançada em inglês em 1971 e depois traduzida concomitantemente para o português e o espanhol. Aqui, sua tradução foi feita competentemente por Tereza Lucia Halliday.¹

Marco mais abrangente seria fincado por Armand Mattelart, depois da profícua jornada latino-americana.² Naquela ocasião, ainda sob inspiração althusseriana, ele realiza instigante observação sobre a ideologia do imperialismo cultural. Mas no retorno ao espaço europeu, desenvolve ampla investigação sobre as entranhas do capitalismo midiático, revisando e aprofundando algumas premissas sugeridas por Smythe e Schiller. Evidências dessa inserção no território da economia política da comunicação, na idade da mundialização, estão contidas nos livros sobre a internacional publicitária, que precedem seu diálogo com a vanguarda acadêmica brasileira, iniciado em 1981, durante o ciclo de estudos sobre “hegemonia e contrainformação”.

César Bolaño³ tem sido um dos interlocutores mais lúcidos desses autores. Sua dissertação de mestrado sobre a trilha econômica que a televisão percorre no tardio capitalismo brasileiro ofereceu evidências do tirocínio cultivado para entender criticamente a transição do veículo. Percebe-se, nessa produção embrionária, que Bolaño não se restringe aos conceitos-chave difundidos por Smythe, Schiller, Mattelart e outros pensadores. Ao publicar, no ano 2000, sua tese de doutorado, “Indústria cultural, informação e capitalismo” (São

Paulo, Hucitec), César exibe atestado de maturidade intelectual, formando uma rede internacional sob o título de União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, ULEPICC.

O fortalecimento meteórico dessa microcomunidade acadêmica se explica pela adoção de duas estratégias institucionais: 1) a publicação de uma revista eletrônica, onde os seus integrantes publicam os resultados das pesquisas realizadas, debatendo temas relevantes da atualidade; 2) a manutenção de uma coleção de livros, em formatos impresso e digital, constituindo a Biblioteca Eptic, à qual pertence a coletânea *Comunicação e a crítica da economia política* (Aracaju, Editora da UFS, 2008).

Pretendendo fomentar o diálogo entre a Economia Política e outras áreas de conhecimento que transitam pelo campo comunicacional, o referido livro foi concebido para iluminar as controvérsias e imprecisões que assolam essa disciplina-fronteira, ou melhor, esclarecer o verdadeiro objeto da EPC.

Para tanto, César Bolaño convida representantes de áreas situadas no mesmo universo cognitivo para participar da “luta epistemológica pela reconstrução do campo crítico da comunicação”. A convocatória reúne desde os estudos culturais até a exegese da mídia alternativa, passando pela ciência da informação e pelas tecnologias da comunicação, até chegar à educomunicação e ao direito de propriedade intelectual.

Como estímulo a esse colóquio, César propõe o resgate das ideias esboçadas por Raymond Williams no primeiro capítulo de *Marxismo e literatura*, tendo como cenário a obra clássica de Antonio Gramsci, *Os intelectuais e a organização da cultura*.

Contribuindo para o debate, tomo a liberdade de sugerir que tal releitura se faça de modo cruzado, incluindo as teses contidas em obras de intelectuais “mestiços”, sobretudo *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, de José Carlos Mariátegui, *Crítica impura*, do brasileiro Astrojildo Pereira, ou *Os intelectuais progressistas*, do também brasileiro Octavio Brandão.

[1.](#) Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, que se especializou em análise de discurso, naquela época realizando estudos de mestrado na Universidade de Wisconsin.

[2.](#) Armand Mattelart começou a despontar no cenário internacional no início dos anos 1970, quando trabalhou em universidades chilenas, na conjuntura marcada pela ascensão e queda de Salvador Allende. Ele adquire notoriedade através do livro escrito em parceria com Ariel Dorfman – *Para ler o Tio Patinhas*, uma denúncia vibrante do “colonialismo cultural” praticado

pelos EUA na América Latina. Logo após o golpe militar liderado por Pinochet, ele retorna à Europa, radicando-se na França.

3. Descendente de imigrantes galegos e diplomado em Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, César Bolaño migra para o campo da Economia, fazendo mestrado e doutorado na UNICAMP no instituto liderado academicamente por João Manuel Cardoso de Mello, Luiz Gonzaga Beluzzo e Maria da Conceição Tavares. Posteriormente, incorpora--se ao corpo docente da Universidade Federal de Sergipe, onde cria o Observatório de Economia e Comunicação.

MARSHALL MCLUHAN: ALDEIA GLOBAL

Transcorreu, no dia 21 de julho de 2011, o centenário de nascimento de Marshall McLuhan, o teórico da comunicação que mais controvérsias criou no século XX. Canadense, nascido na cidade de Edmonton, Alberta, estudou Humanidades na Universidade de Manitoba, Canadá, fazendo mestrado e doutorado em Cambridge, Inglaterra, na área de Letras. Iniciou sua carreira docente lecionando na Universidade de Wisconsin, EUA, retornando depois ao Canadá; passou por Windsor para ficar em Toronto.

Sua estreia como escritor deu-se em 1951, publicando uma obra instigante: *The mechanical bride* [A noiva mecânica]. Mas sua consagração intelectual só se daria em 1962, com o aparecimento do impressionante *The Gutenberg Galaxy*, atingindo o auge quando circula em 1964 o intrigante *Understanding man – The extensions of man*. Integram sua bibliografia de referência dois livros produzidos em parceria intelectual; o primeiro com Edmund Carpentier, *Explorations in communications* (1960) e o segundo com Quentin Fiore, *The medium is the message* (1969).

Muito mais divulgadas do que entendidas ou assimiladas, as ideias de McLuhan ganham repercussão mundial, conduzindo-o ao *hall* da fama. Ungido pela mídia como “profeta da comunicação”, recebe do Vaticano uma espécie de indulgência beatificadora, quando é nomeado pelo Papa Paulo VI para integrar a Pontifícia Comissão de Comunicação Social. Ele se torna consultor de empresas e de instituições, cobrando cachês altíssimos, revertidos para a constituição de fundo destinado a manter o Instituto McLuhan. Transformada em meca dos comunicólogos, Toronto vem sendo alvo de atenção pelos jornalistas da aldeia global, neste ano de romaria, para comemorar o centenário do mestre.

A primeira obra de McLuhan, fruto do seu amadurecimento cognitivo, trata do folclore da era industrial, valendo-se de fontes selecionadas em jornais, revistas, quadrinhos, campanhas publicitárias, além de outros veículos de comunicação de massa.

Embora faça a defesa da cultura resultante do “noivado” entre o homem e a tipografia, não se pode deixar de reconhecer que se trata de obra precursora da Folkcomunicação, disciplina que Luiz Beltrão desbravou, na década de 1960, em nosso país. A tese de McLuhan ancorava-se na evidência de que a emergente “cultura de massa” era filha legítima da “cultura popular” ianque. Tratava-se de uma mescla de símbolos amalgamados pelos colonos ingleses e de ícones introduzidos pelos imigrantes que aportaram nos territórios situados “acima do Rio Grande”, procedentes de todas as partes do mundo, durante o período de industrialização.

Identificando uma nova fase do processo civilizatório, o intelectual canadense confronta as tradições rurais (folk) conservadas pelos descendentes dos colonos ingleses, no meio-oeste norte-americano, por ele vivenciadas, quando deu início à sua vida acadêmica em Wisconsin, com a empiria existencial da cultura urbana (pop) da fabril cidade de Toronto, onde se fixou em definitivo. Esse cruzamento foi naturalmente purificado através da aculturação compulsória resultante do sistema educativo formal instituído pelas nações emergentes das guerras da independência (EUA e Canadá), cujos laços com a matriz inglesa foram taticamente mantidos. Tanto assim que McLuhan refinou-se intelectualmente com a erudita formação britânica (cult) que assimilou em Cambridge, aplicando-a na análise desta e de outras questões.

O rótulo inicial com que ele batiza o fenômeno é “folk-lore of the industrial man”, para mais tarde adotar a etiqueta “global village”, vislumbrando o complexo pós-industrial gerado pela exportação dessa cultura híbrida *made in USA* para todo o planeta (Marques de Melo, 2008, p. 39-45). Na visão de Mattelart (1995, p. 108), ele renega sua crítica benevolente à cultura de massa para adotar uma espécie de “determinismo otimista” embutido na ideia da “aldeia global”.

Fundamentadas nas ideias de Harold Innis sobre a centralidade da comunicação na dinâmica histórica, as hipóteses construídas pelo pensador de Toronto ganham corpo e conquistam difusão mundial através das obras

posteriores. Desde o livro que focaliza a “galáxia de Gutenberg” (1962), matizado pelo volume dedicado às “extensões do homem” (1964), McLuhan formula sua provocante metáfora: “o meio é a mensagem” (1967).

21.1. APIPUCOS

No Brasil, a inventividade de McLuhan, proclamada estrategicamente, pelo viés metodológico, teve como arauto precoce o sociólogo Gilberto Freyre, antes mesmo da sua “descoberta” pelos acadêmicos do “sul maravilha”, como diriam os poetas do cancionário popular nordestino. Impressionado com a sua ousadia, ao privilegiar “anúncios de jornal” como embasamento empírico das suas “explorações” teóricas, não é sem razão que o “solitário de Apipucos”¹ o caracteriza, já em 1961, como praticante de uma técnica de pesquisa social que ele vinha testando, no espaço pernambucano, desde os anos 30, inspirado no modelo que Pereira da Costa introduziu na historiografia brasileira, desde o final do século XIX.

Seduzido pela façanha inovadora que lograra McLuhan, sem provocar o patrulhamento que ele sofrera aqui no país, no princípio de sua trajetória intelectual, o já consagrado Gilberto Freyre tem a chance de compartilhar a precedência da exploração metodológica com seu colega de fama durante congresso internacional em que os dois escritores se encontram, em Paris. Numa espécie de estratégia legitimadora, fruto do clima empático iniciado em solo francês, no início dos anos 1970, mas certamente cultivado pela via epistolar, o “solitário de Apipucos” não deixa de alçar o “viajante de Toronto” à vanguarda da Anunciologia, disciplina científica que ele dizia haver fundado pioneiramente na década de 30.²

Tais fatos estão devidamente documentados nos textos introdutórios que Gilberto Freyre escreveu para a primeira edição (a obra foi concluída em 1961, mas lançada somente em 1963, pela Imprensa Universitária do Recife) e revisou para a terceira edição (lançada em São Paulo pela Editora Nacional, 1979) do livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*.

21.2. RUA DO PRÍNCIPE

Influenciada por Gilberto Freyre, a difusão das ideias de McLuhan ganhou força em Pernambuco logo no início dos anos 1960. Recordo que as

primeiras referências anotadas em aula circularam no curso de Jornalismo da Universidade de Pernambuco, graças ao cosmopolitismo do seu fundador, Luiz Beltrão.

Certamente, na palestra que Gilberto Freyre proferiu em 1963, na abertura do I Curso Nacional de Ciências da Informação, tratando do uso das matérias jornalísticas como fonte de pesquisa científica, a questão foi ventilada. Sua desinibida atitude de reivindicar publicamente o vanguardismo intelectual o impulsionava a reiterar aquela proclamação. Só mesmo uma acurada investigação documental pode confirmar essa hipótese.

O fato é que McLuhan já constituía objeto de polêmica no Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina, em Quito, Equador, onde fiz pós-graduação em jornalismo (1965). Tomei parte nessas tertúlias andinas municiado pelos fragmentos discursivos disseminados nas salas de aula da rua do Príncipe.³

Luiz Beltrão só documentou sua familiaridade com a obra de McLuhan em 1967, quando escreveu o artigo “A galáxia de Gutenberg e de McLuhan” para a edição n. 2-3 da revista *Comunicações & Problemas*, que só veio a circular no ano seguinte, por razões institucionais. Ali o mestre revela seu conhecimento das ideias de McLuhan, enfeixadas no livro sobre a galáxia gutenberiana, bem como sobre as antecipações contidas na obra anterior, tratando da noiva mecânica.

Ele assim contextualiza sua visão do legado mcluhaniano.

As ideias de McLuhan não provocam tantos debates na Europa como nos Estados Unidos, talvez devido ao fato de que há poucas versões dos seus livros, conhecendo-se apenas excertos e conceitos básicos. Pelo menos em espanhol e português, não nos consta tradução, seja da *Galáxia* (único que conhecemos no original [...]), seja de *Understanding media*” ou *The medium is the message*. [...] Negado por uns, para os quais depois de resistir às seduções da “Noiva Mecânica” (a Tipografia) deixou-se apaixonar pelas “perversidades da sua progênie eletrônica”, esquecendo a moral em favor da técnica, a sua obra é, contudo, reconhecida por outros como um autêntico filósofo da nova era, um restaurador até da verdadeira cultura que a revolução tipográfica liquidara. [...] A tese de McLuhan é a de que as mudanças nas interações humanas e na estrutura social que delas se origina foram e vem sendo promovidas e precipitadas pela evolução dos meios de comunicação (Beltrão, 1968, p. 5-6).

21.3. IMPACTO MIDIÁTICO

Prova cabal do impacto causado pelas ideias de McLuhan na vida

pernambucana é a reportagem de página inteira que Tereza Lúcia Halliday, discípula de Luiz Beltrão, publica no caderno dominical de cultura do *Diário de Pernambuco*, no dia 14 de janeiro de 1968.

A matéria é intitulada “Marshall McLuhan estuda um vilarejo chamado mundo”. Seu objetivo é socializar o pensamento do escritor canadense, já então rotulado como “escandaloso tagarela”, e por isso mesmo promovido a “Freud das ciências sociais”, “Platão do pop” ou “Splenger da era eletrônica”.

Halliday faz exercício idêntico ao do mestre Beltrão no artigo já referido, procurando trocar em miúdo suas ideias para o público jovem, através de sínteses lineares da espiral dos conceitos esboçados em cada livro publicado. Em nota de rodapé, ela inclui tópico pitoresco, noticiando a morte anunciada de McLuhan.

Vale a pena reproduzi-lo, pela menção que faz ao autor deste artigo.

Esta reportagem já estava composta quando tivemos notícia, através do prof. José Marques de Melo, de São Paulo, de que McLuhan havia morrido. O próprio professor Marques não sabe de que fonte veio a informação. “Soube de boca, em Brasília”, disse-me. Se é verdade, não pudemos constatar porque nosso Nordeste ainda está na Galáxia de Gutenberg e muita coisa do acervo de informações da Humanidade não nos chega, apesar dos teletipos e “tapes” de TV. Se é boato, torna-se matéria de estudo do próprio McLuhan, que constatará o vilarejo chamado Mundo é mesmo um povoado fofoqueiro. Seja como for, a mensagem de McLuhan tornou-se um meio de pensar nessas coisas, e sendo *cool* não será a morte de seu autor que a fará desaparecer.

A verdade é que o “boato” brasiliense não passou de uma “barriga” jornalística. Nem sim, nem não, antes pelo contrário. A “fofoca” que circulou em todo o planeta fora motivada pela hospitalização imprevista de Marshall McLuhan, depois de receber um diagnóstico médico indicando que ele era portador de um tumor no cérebro. Submetido a cirurgia de emergência, recuperou-se lentamente, tendo uma sobrevida de mais de dez anos.

Seu óbito só viria a acontecer no último dia do ano de 1980, convertendo-se em notícia na mídia de todo o planeta. Nunca um intelectual merecera necrológio tão extensivo quanto o “profeta de Toronto”. Talvez esse acontecimento midiático globalizado possa ser comparado, embora em dimensão nacional, ao necrológio do seu “descobridor” brasileiro, Gilberto Freyre, falecido em Apipucos vinte anos depois. A diferença é que o mago canadense “dobrou o cabo das tormentas” na passagem do ano, depois de uma luta tenaz para superar o derrame cerebral que o imobilizava havia um

ano. Por sua vez, o sociólogo pernambucano “atravessou o cabo da boa esperança” no ano 2000, ou seja, no “fim do século”, como diriam os megalômanos radialistas que outrora “falavam diretamente para o mundo” ou no “fim do milênio”, como anunciariam os exegetas locais portadores do “complexo da pitomba”.⁴

Embora nunca tenha proclamado, Luiz Beltrão teve um papel importante na difusão nacional das ideias de McLuhan. Trocando o marítimo porto recifense para viver no entroncamento aeroviário em que se converteu Brasília, ele deu continuidade às explorações em torno da fortuna cognitiva de McLuhan nos livros e artigos publicados e nas conferências proferidas. Tomando como referência dois livros dos anos 1970, teremos indicadores suficientes para comprovar.

Em *Sociedade de massa, comunicação e literatura* (Petrópolis, Vozes, 1972, p. 50), Luiz Beltrão faz uma erudita revisão do conceito de sociedade de massa, nela destacando o papel crucial desempenhado pelos meios de comunicação de massa como aceleradores do desenvolvimento industrial. Nesse contexto, situa a contribuição de McLuhan, especialmente sua “teoria da transformação do mundo numa aldeia global”, considerada uma “realidade incontestada”.

De certo modo contagiado pelas novas ideias que circulavam na comunidade acadêmica, naquela época, Beltrão dá um passo adiante na ideia de um mundo integrado pela mídia, vislumbrando três sistemas de comunicação na sociedade que se avizinha. Além do sistema de comunicação social (*mass communication*) e do sistema de comunicação popular (*folk communication*), interagindo organicamente no espaço da “aldeia global”, ele “profetiza” uma esfera comunicacional interplanetária. Exercitando a mesma ousadia intelectual de McLuhan, o mestre pernambucano vislumbra a integração desses sistemas “terrenos” a um sistema “galático”, denominado exobiocomunicação (Beltrão, 1977, p. 130-137).

Em que consiste esse megasistema? Beltrão adverte que não está navegando em águas oníricas da ficção científica, tampouco enveredando pelo território mediúnico da psicografia, mas ancorado em evidências catalogadas pela astronomia. Apesar de fragmentados e episódicos, os dados acumulados sinalizam a existência de seres interplanetários, inteligentes, tentando comunicar-se com os habitantes do planeta terra.

Entretanto, Luiz Beltrão ficou sem perceber a natureza folkmediática do livro sobre a noiva mecânica, justamente por não ter tido acesso ao original em inglês. Conhecendo-o pela leitura de terceiros, dimensionou tão somente o entorno cultural do processo, sem atentar para os fluxos constitutivos. O foco da pesquisa de McLuhan está na retroalimentação (*feedback*) dos conteúdos midiáticos pelos movimentos sociais, enquanto Beltrão se interessou pela estudo da decodificação das mensagens midiáticas pelos líderes de opinião, traduzindo seu significado para a linguagem própria das comunidades de usuários periféricos dos meios.

Mesmo antes de conhecer *The mechanical bride* (o que só tive a possibilidade de fazer em 1973, durante o programa de pós-doutorado na Universidade de Wisconsin, onde McLuhan principiara sua carreira docente nos idos de 1936), a compreensão que tinha do processo de folkcomunicação dimensionava múltiplos fluxos interativos – intra (folclórica), inter (folkcomunicacional), retro (folkmediática) e trans (folkliterária). Por isso, ao organizar, em 1971, a antologia *Folkcomunicação*, publicada pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, selecionei textos que exemplificavam todas essas categorias: intra (“Cem ditados rurais paulistas”, Hernani Donato), inter (“O ex-voto como veículo jornalístico”, Luiz Beltrão), retro (“Papai Noel Supliciado”, Claude Lévi-Strauss) e trans (“A arte popular no Brasil”, Ariano Suassuna).

Confesso que só me senti seguro para desenvolver essa compreensão alargada do processo folkcomunicacional depois de ler a obra seminal do pensamento mcluhaniano, nos EUA, em 1973. Pouco antes, sob o impacto das suas ideias sobre Gutenberg, em várias ocasiões mediadas por Luiz Beltrão, escrevi minha tese de doutorado sobre os fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. Meu livro *Sociologia da imprensa brasileira* (Petrópolis, Vozes, 1973) registra esse gratificante diálogo.

Mas só tive oportunidade de explicitar o âmbito territorial da folkcomunicação na arena globalizada no recente livro *Mídia e cultura popular* (São Paulo, Paulus, 2008). Ali, demonstro empiricamente como os agentes folkmediáticos rompem os grilhões que os acorrentavam à aldeia primitiva e conquistam espaço na ciberaldeia preconizada por Marshall McLuhan.

Se Gilberto Freyre e Luiz Beltrão tiveram o privilégio de introduzir as ideias de McLuhan em Pernambuco, esse papel foi desempenhado no Brasil por Anísio Teixeira, Lauro de Oliveira Lima, Sérgio Augusto e Décio Pignatari. Várias outras pessoas se encarregariam da etapa seguinte.

A obra de McLuhan começa a circular em nosso país com a tradução da coletânea *Revolução na comunicação* (Rio de Janeiro, Zahar, 1968), que inclui três textos de sua autoria, o primeiro dos quais suscitou muito interesse pela crítica contundente que faz à escola, cujas paredes separam aprendizagem e diversão, ou melhor, a transformam numa instituição ineficaz. No ano seguinte, aparece *Os meios de comunicação como extensões do homem* (São Paulo, Cultrix, 1969), livro conhecido como revolucionário e desmistificador, traduzido por Décio Pignatari. Mas seu livro-chave, *A Galáxia de Gutenberg* (São Paulo, Nacional, 1972), veio apadrinhado por Anísio Teixeira. Finalmente, foi lançado *O meio são as mensagens*, escrito em parceria com Quentin Fiore (Rio de Janeiro, Record, s/d).

O jornalista Sérgio Augusto abasteceu a vanguarda intelectual do país de informações sobre as ideias e a obra de McLuhan, tanto publicando matérias nos cadernos dominicais e revistas culturais quanto colaborando em projetos destinados ao mundo acadêmico. O artigo e o verbete que ele publicou na edição da revista *Tempo Brasileiro* dedicados ao tema “comunicação e cultura” atestam o conhecimento que ele acumulara sobre o profeta de Toronto (AUGUSTO, 1969, p. 90 e 172).

Décio Pignatari (1971, p. 64) diz que o livro por ele traduzido “tem o condão de irritar [...] os intelectuais e artistas de *linha francesa* e os ansiosos do chamado *conteúdo*”, porque escrito por um “estruturalista pragmático”. Por sua vez, Anísio Teixeira (1972, p. 13) atribui ao autor a virtude de ser “um dos mais autorizados videntes da nova era”.

Na verdade, o maior entusiasta das ideias de Marshall McLuhan foi o educador Lauro de Oliveira Lima, autor do ensaio didático *Mutações em educação segundo McLuhan* (Petrópolis, Vozes, 1971), várias vezes reeditado e que “fez a cabeça” de toda uma geração de professores, sem conseguir abalar os alicerces da escola brasileira.

Consciente disso, Lauro questionava seus interlocutores: “Mas terá sentido, num país subdesenvolvido, tomar como meta a reflexão vinda (McLuhan) de uma civilização pós-industrial como a americana?”. Ele perguntava por dever

de ofício; porém, não se iludia: “Mas até que estas novas dimensões do fenômeno educativo se tornem a matriz reflexiva dos responsáveis pela educação da juventude, muito tempo ainda se passará” (Oliveira Lima, 1971).

1. Apipucos é o bucólico bairro onde viveu o sociólogo Gilberto Freyre, porto seguro em que se refugiava depois de suas incursões forâneas, isolando-se da comunidade que o circundava para escrever seus livros.

2 O prefácio à 2ª edição, datado de 1978, refere-se à Anunciologia como “microantropologia” ou “microssociologia”, lembrando que “mereceria a especialíssima atenção de um discípulo de [...] um McLuhan a quem, em recente contato em Paris, aludi ao assunto, tendo ele se interessado pelos estudos brasileiros a esse respeito” (p. XXX).

3. Rua do bairro da Boa Vista, na cidade do Recife, onde vem funcionando, há 50 anos, o Curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco.

4. Sentimento de pernambucanidade radical que alimenta atitudes extremas, como aquela do cidadão que recebeu um telefonema anunciando que estava próximo o fim do mundo. Ele prontamente reagiu: só acredito quando a notícia for publicada no Diário de Pernambuco.

OTTO GROTH: RELAÇÕES FUNCIONAIS

O livro de Otto Groth, *O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais* (Petrópolis, Vozes, 2011), que a pós-doutoranda Liriam Sponholz (Universidade de Erfurt, Alemanha) organizou e traduziu por inspiração do professor Eduardo Meditsch, da Universidade Federal de Santa Catarina, constitui um marco na vida acadêmica do país. Preenche uma lacuna bibliográfica que perdurou quase meio século. Embora o pensamento grothiano tenha sido explicado de forma enciclopédica, composto por vários tomos, maturado durante trinta anos, mas escrito num período de quinze, na verdade o sétimo volume é o mais elucidativo. Por isso mesmo foi escolhido para integrar a coleção “Clássicos da Comunicação Social” da Editora Vozes.

Sua circulação em língua portuguesa permite o conhecimento da essência do legado teórico desse autor alemão, suscitando naturalmente algumas questões de natureza epistemológica e historiográfica. Vou me limitar, neste breve comentário, à conjuntura e às circunstâncias que caracterizaram a recepção das ideias de Otto Groth no Brasil.

22.1. ATRASO DE MEIO SÉCULO

Em seu estimulante prefácio, Sponholz e Meditsch resgatam a chegada dessas teses em nosso país, situando-as no início dos anos 1970. Eles partem concretamente de duas evidências: 1) a publicação do opúsculo escrito por Wilson da Costa Bueno, *O jornalismo como disciplina científica: a contribuição de Otto Groth* (São Paulo, ECA-USP, 1972); e 2) a circulação no país do ensaio de Angel Faus Belau, *La ciencia periodística de Otto Groth* (Pamplona, Universidad de Navarra, 1966), texto que serviu de referência para a versão resumida do autor brasileiro.

Além disso, os prefaciadores levantam hipóteses sobre a acolhida das ideias do teórico alemão pelos seus pares brasileiros. Dois ícones da contemporânea bibliografia do jornalismo são arrolados: Adelmo Genro Filho, que faz referência explícita a Otto Groth em seu livro *O segredo da pirâmide* (Porto Alegre, Tchê, 1987) e Luiz Beltrão, autor do clássico *Iniciação à filosofia do jornalismo* (Rio, Agir, 1960). Neste, supõem que os “caracteres” beltranianos do jornalismo embutem influências grothianas.

Trata-se de problemas investigativos a exigir análise mais aprofundada, através de um cotejo textual. Confesso que incursionei brevemente pelas fontes sugeridas (Kayser e La Suarée), sem encontrar pistas claras e referências explícitas. Creio que o fluxo esboçado – Alemanha/França/Espanha/Cuba/Brasil – talvez seja menos elucidativo do que o triângulo Alemanha/EUA/Brasil, cuja primeira etapa encontra-se bem documentada no mesmo prefácio.

Assim sendo, gostaria de fazer algumas observações que podem ser úteis a quem enveredar por essa brecha historiográfica, decifrando o enigma enunciado.

No caso de Adelmo Genro Filho, o percurso é mais simples porque o autor gaúcho, naturalizado catarinense, atesta na abertura da sua dissertação de mestrado que foi motivado a esboçar uma “teoria marxista do jornalismo” pela proposta de Otto Groth de estudar o jornalismo como “objeto autônomo” (p. 19), embora dela se distancie por considerar “genérico e abstrato” seu fundamento “estrutural” do fenômeno jornalístico (p. 21).

Quanto a Luiz Beltrão, a dificuldade reside na ausência de registros concretos a propósito de Otto Groth. Por isso mesmo, quero dar o meu testemunho sobre o conhecimento das ideias de Otto Groth por Luiz Beltrão. Durante suas aulas e por ocasião de nossos colóquios intelectuais no curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, jamais ouvi ou li qualquer referência do fundador do ICINFORM ao legado grothiano. É possível que, mais adiante, Beltrão tenha compartilhado com seus colegas europeus eventuais comentários a esse respeito, especialmente com Otto Roegle, seu companheiro de jornadas no âmbito do jornalismo internacional.

22.2. MEDIADORES PRIVILEGIADOS

O arcabouço teórico-conceitual do Jornalismo, segundo Otto Groth, só me

chegou em 1965, quando realizava estudos de pós-graduação no CIESPAL, Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina, em Quito, no Equador. A bolsa de estudos que recebi da UNESCO continha um suplemento destinado à aquisição de livros. Apliquei-a inteiramente na compra da coleção editada pelo CIESPAL, que me abriu as portas ao conhecimento plural sobre os fenômenos da comunicação em geral e ao jornalismo em particular. Ali iniciei a preparação das duas teses que me habilitaram ao ingresso posterior no doutorado da USP.

Foi exatamente nessas fontes que cheguei a Otto Groth, guiado principalmente por Raymond Nixon, então editor da revista *Journalism Quarterly*, canal de difusão dos teóricos alemães nas universidades norte-americanas. Esse fluxo começa em 1930, através do artigo de autoria de Emil Dovifat (volume 7, n. 3), intensificando-se nos anos 1960 (v. 38, n. 1, v. 39, n. 1), tendo como porta-voz o professor Ralph Nazfiger, “um dos poucos *journalism scholars* que lia alemão”, como anotam diligentemente Sponholz e Meditsch no já referido prefácio intitulado “Bases para uma Teoria do Jornalismo 2.0” (p. 11).

Fascinado pelas leis grothianas das “relações funcionais”, peregrinei por bibliotecas e livrarias em busca de subsídios para arquitetar a minha classificação das ciências da comunicação, especialmente para conceituar a disciplina Jornalismo. A única referência então disponível foi o tratado escrito por Emil Dovifat – *Zeitungslehre* – publicado nos anos 1950 e logo traduzido para o espanhol na coleção Ciências Sociais da editora mexicana Uthea (1959-1960). O volume 2 dessa obra publicado em 1960 resgata no capítulo V um fragmento da fortuna crítica de Otto Groth, particularmente sua “lei do financiamento do jornal” para fundamentar a tese do autor a propósito da “economia jornalística” (p. 152-154).

Julguei insuficiente o recorte exemplificado por Dovifat, limitando-me, na primeira versão da monografia “Ciências da informação: classificação e conceitos” (publicada pela revista *Comunicações & Problemas*, n. 5, Recife, ICINFORM, 1966, p. 71-91), a conceituar o Jornalismo, fundamentado nas obras de Fraser Bond (*Introdução ao jornalismo*, Rio, Agir, 1959) e Luiz Beltrão (*Iniciação à filosofia do jornalismo*, Rio, Agir, 1960).

Quando me chegou às mãos o ensaio de Angel Faus Belau, *La ciencia periodística de Otto Groth* (Pamplona, Universidade de Navarra, 1966), tive

maior clareza sobre o pensamento do teórico alemão. Senti mais firmeza lendo o endosso dado pelo diretor do Instituto de Ciência Jornalística da Universidade de Munique, Otto Roegele, em conferência proferida no colóquio internacional “Ciencia y enseñanza del periodismo” (Cuadernos de Trabajo, n. 11, Pamplona, Universidade de Navarra, 1967, p. 37-56).

Nessa ocasião, o professor Roegele destacava a importância da obra de Otto Groth para a compreensão multidimensional do Jornalismo – como profissão, negócio, espaço público e disciplina científica. “A respeito disso, devo informar que acaba de ser publicado o quinto volume da nova obra de Otto Groth...” (Roegele, “A formação do jornalista na Alemanha”, em *Ciencia y enseñanza del periodismo*, Pamplona, Universidade de Navarra, 1967, p. 53).

22.3. INCLUSÃO NECESSÁRIA

Incorporei tais conhecimentos ao meu acervo teórico, revisando o conceito de Jornalismo divulgado na fonte antes mencionada e debatendo-o com os alunos das primeiras turmas do curso de Jornalismo da ECA-USP (anos 1967-1970). Esse conceito revisado e atualizado de Jornalismo figura explicitamente no segundo capítulo do meu livro de estreia no mundo acadêmico, *Comunicação social: teoria e pesquisa* (Petrópolis, Vozes, 1970, p. 68).

Defino ali o Jornalismo em função de 4 caracteres: atualidade (respaldado no pensamento beltraniano), oportunidade (fundamentado em Dovifat), universalidade (seguindo as pegadas de Otto Groth) e difusão (que Groth denomina “publicidade” – *Publizitat* – no sentido de acessibilidade). Mas, nesse caso, preferi buscar ancoragem nas ideias abrangentes de Marshall McLuhan, que extrapolavam o universo gutenberghiano (aquele em que viveu Groth, nele moldando suas concepções jornalísticas).

Meus alunos passaram a discutir regularmente a fortuna crítica grothiana, tanto assim que o texto de abertura da antologia *Jornalismo como disciplina científica* (São Paulo, ECA-USP, 1972), seu capítulo introdutório procede da única fonte acessível a leitores não germânicos, ou seja, o já mencionado livro de Faus Belau.

Apesar da atitude irônica de colegas que, encastelados em suas visões imediatistas e instrumentalistas da profissão, desdenhavam a cientificidade

possível do Jornalismo, ou daqueles sempre engajados em cruzadas antiweberianas, antilazarsfeldianas etc., prossegui difundindo o pensamento grothiano, sem descuidar de compará-lo com as demais correntes que circulavam na academia.

Foi nessas circunstâncias que motivei o meu aluno Wilson da Costa Bueno, então monitor (hoje corresponderia ao bolsista de iniciação científica) junto à cadeira de Jornalismo Comparado, a preparar uma síntese da síntese, que extrapolou o universo uspiano, circulando em todo o país.

O opúsculo “O Jornalismo como disciplina científica: a contribuição de Otto Groth”, assinado por Bueno, permaneceu como fonte exclusiva do pensamento de Otto Groth no Brasil até que este foi descoberto e valorizado por Christa Berger e Beatriz Marocco no volume 1 da coletânea *A era glacial do Jornalismo* (Porto Alegre, Sulina, 2006).

Agora com a publicação do texto-chave da teoria grothiana do Jornalismo, acolhido na coleção “Clássicos da Comunicação Social” (Editora Vozes), esse clássico alemão, discípulo de Max Weber, pode conquistar espaço na academia brasileira.

Justifica-se, portanto, a nota final escrita por Antonio Hohlfeldt para apresentar a edição brasileira desse livro: “De agora em diante não precisaremos mais de citações de terceira mão. Os leitores brasileiros [...] vão consultá-la em seu próprio idioma”.

O mais difícil, para lograr a inclusão das teses de Groth nas universidades nacionais, vai ser a ultrapassagem da barreira constituída pelos professores de teoria do jornalismo, que se sentem mais confortáveis trabalhando com os manuais disponíveis no mercado, onde o cientista alemão do jornalismo figura como grande ausente.

Quem sabe, até 2015, no cinquentenário da morte do autor, a situação mude e nessa ocasião seu pensamento possa circular em todos os segmentos da academia, provocando a reflexão crítica que permitirá saber em que medida suas teses permanecem vigentes, mesmo considerando o ocaso do jornalismo impresso, o que não corresponde à morte do jornalismo, como sugerem os mais pessimistas.

Mas essa é outra questão. Os interessados poderão encontrar mais elementos no meu novo livro *História do jornalismo* (São Paulo, Paulus, 2012).

JORGE FERNÁNDEZ: PENSAMENTO LATINO-AMERICANO

Gustavo Adolfo León Duarte (2007, p. 17) defende a tese de que entre 1960 e 1970 o maior estímulo à pesquisa acadêmica na América Latina tem origem no CIESPAL, onde “personalidades paradigmáticas” atuaram como “difusoras das ciências da comunicação”.

Trata-se de episódio histórico que não se deu por acaso. Ele resulta da estratégia aplicada por Jorge Fernández, intelectual visionário a quem foi confiada a direção do organismo estabelecido pela UNESCO na cidade de Quito (Equador), em convênio com o governo e instituições equatorianas, respaldados por importantes organismos internacionais.

O vanguardismo de Jorge Fernández equipara-se, no âmbito comunicacional, ao de Raul Prebisch no campo econômico. Não é mera coincidência que a sigla da nova entidade criada em Quito – CIESPAL – mimetize à do organismo econômico instalado em Santiago do Chile – CEPAL. Isso explica a aliança que se estabelece entre o jornalista equatoriano e o economista argentino, timoneiros dos dois projetos respaldados pela Organização das Nações Unidas. Eles conotam esse pacto ao promover conjuntamente, em Santiago do Chile, a emblemática “reunião de especialistas sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação na América Latina”. O evento contou com a adesão dos dois cientistas da comunicação mais importantes na época, o norte-americano Wilbur Schramm e o francês Fernand Terrou, além de representantes ilustres do aparato governamental, dos organismos empresariais e centrais sindicais (UNESCO, 1961, p. 43-47).

Quito, sede do CIESPAL, constituiu-se como o *lócus* do Pensamento

Comunicacional Latino-americano da mesma forma que Santiago do Chile vinha simbolizando o nosso pensamento econômico justamente por abrigar a CEPAL, Comisión Económica para América Latina.

23.1. ITINERÁRIO

Intellectual proeminente, Jorge Fernández destacou-se no Equador como ensaísta e romancista, mas foi sobretudo como jornalista que ganhou prestígio, escrevendo diariamente os editoriais do jornal *El Comercio* de Quito, o veículo mais importante da imprensa nacional, mantido pela família Mantilla. Tamaña confiança ele desfrutava junto aos proprietários da empresa que foi incumbido, por ocasião do seu cinquentenário, de escrever a biografia do referido periódico. Tarefa que ele cumpriu através do livro *Tránsito a la libertad* (Quito, Editorial El Comercio, 1956).

Na apresentação dessa obra, Humberto Toscano o caracteriza como diplomata e jornalista, sublinhando que tinha “uma pena irrigada pela inteligência clarividente e pelo profundo estudo das realidades. Enriqueceu a literatura equatoriana com um romance, *Los que viven por sus manos*, lido e comentado em todo o continente”. Anota também o referido escritor: “Jorge Fernandez soube narrar plenamente a história de *El Comercio*; soube contá-la como de fato transcorreu a vida do jornal: em íntima comunhão com a pátria”. E acrescentou; “Além de ser uma biografia [...] *Tránsito a la libertad* é um estupendo ensaio sobre a primeira metade do século XX equatoriano”.

Durante muitos anos, o fundador do CIESPAL contou com a adesão de equatorianos ilustres, dentre eles componentes do clã capitaneado por Don Carlos Mantilha, proprietário do jornal *Em Comércio*, empresa que deu aval público para as negociações entre o governo equatoriano e a administração da UNESCO (Leon, 1991).

Ao batalhar para Quito acolher a sede do centro internacional de estudos avançados de jornalismo cogitado pela Organização das Nações Unidas, Jorge Fernández assumia um autêntico compromisso patriótico. Para entendê-lo, nada mais elucidativo do que revisitar seu pensamento sobre o papel da comunicação naquele mundo conturbado.

O conceito da *informação*, como fenômeno sociológico, não existia antes das transformações provocadas pela sociedade industrial. Até então, os conhecimentos eram divulgados toscamente, através de causos, mexericos ou rumores; numa época em que tais narrativas não logravam influência no tecido social, não

interferiam no equilíbrio coletivo nem ameaçavam a estabilidade das instituições. A informação demandada pelo *cidadão* forjado na Independência Norte-Americana ou na Revolução Francesa, disseminada pelo jornalismo, adquire uma dinâmica consentânea com os novos poderes mecânicos e espirituais controlados pelo homem, pois a *notícia* se converte em instituição social. [...] {e} o jornalismo é o elo entre os acontecimentos e a comunidade; o canal ou sistema circulatório, indispensável à saúde do corpo coletivo; é o espelho da história que vive ou se fortalece em nome deste ser coletivo (Fernández, 1956, p. 14).

Nos seminários que a UNESCO promoveu em Quito (1958/1960), ele retoma essa ideia, desdobrando-a para fundamentar a filosofia do centro em cuja criação se empenhou decididamente. Entendendo o Jornalismo como forma de conhecimento, uma espécie de “espelho no caminho” que “projeta o futuro”, argumenta sobre seu impacto social, provendo os cidadãos de juízos de valor que o capacitam a compreender “a realidade social, a fisionomia política e a personalidade cultural”, bem como a participar do “mundo a que pertence”.

Daí a responsabilidade que ele atribui às escolas de jornalismo, cuja missão radical é o fortalecimento das “nacionalidades latino-americanas”, através da formação de profissionais capazes de intervir nos meios de comunicação como agentes de “mudança social” (Fernández, 1965, p. IV).

Consciente das lacunas teóricas vigentes nas universidades latino-americanas é que Jorge Fernández busca alinhar o CIESPAL com as teses desenvolvimentistas cultivadas pela CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina, em Santiago do Chile, berço da teoria da dependência.

Mais tarde, ao participar do mutirão convocado pela UNESCO, em 1965, para avaliar o seu programa de “formação profissional em matéria de informação”, Jorge Fernández destacava o “engajamento particular no campo da pesquisa científica”, tendo em vista que ela praticamente não existia no continente (CIESPAL, 1965, p. 17).

Essa defasagem científica mereceu sua reflexão contundente durante o seminário promovido em Quito, em 1966, para debater o impacto dos satélites de comunicação nos sistemas de rádio e televisão dos países latino-americanos. Bradando que o nosso continente sempre esteve atrasado em matéria de ciência e tecnologia, chegando ao seu domínio quando suas ferramentas já estavam obsoletas nos países donde as importamos, ele defende a necessidade de cooperação internacional. “Os problemas que nascem dos meios de comunicação são vitais.” E concita os participantes do

seminário a vislumbrar o que “nossa América Latina deveria fazer”. Sua peroração desafia os pensadores latino-americanos a repensar nosso “isolacionismo”, buscando formas de “integração universal” para definir nosso próprio “destino” perante a “civilização” (Fernandez, 1966, p. 8-9).

Quase ao final do primeiro decênio de atividades do CIESPAL, seu diretor defende, perante as lideranças reunidas pela IAMCR, International Association for Mass Communication Research, os avanços logrados, destacando uma “fenomenologia comum nas escolas latino-americanas”, o que sinaliza um passo adiante no esforço inicial de recolher e processar “os resultados da experiência disponível nos Estados Unidos e na Europa” (Fernández, 1968, p. 122).

Concluída sua missão no CIESPAL, Jorge Fernández foi convocado pelo Governo do Equador para assumir novos encargos, dentre eles o de Embaixador nos Estados Unidos.

23.2. GÊNESE

Assim sendo, coube ao seu parceiro e sucessor, Gonzalo Córdova, a tarefa de estimular a superação da dependência original que tivemos em relação às matrizes hegemônicas. Desde a fundação do CIESPAL, coube ao braço direito de Jorge Fernández a responsabilidade de implementar as ideias do amigo e chefe. Advogado conceituado, detinha grande prestígio na sociedade equatoriana, graças às relações familiares e à própria habilidade diplomática. Negociador incansável, movia a máquina operativa sem ausentar-se da vida intelectual, embora se mantivesse à distância dos programas acadêmicos. Participava cotidianamente dos processos decisórios, supervisionando publicações didáticas, relatórios científicos e documentos oficiais do CIESPAL. Enquanto Jorge Fernández peregrinava mundo afora, captando recursos internacionais e novos projetos científicos, Gonzalo Córdova tocava a máquina administrativa, fortalecendo a ossatura da instituição no plano nacional.

Portanto, não lhe foi difícil dar continuidade às utopias de Jorge Fernández porque eles as haviam arquitetado conjuntamente, dando novos rumos à pesquisa latino-americana ao consolidar um pensamento autóctone (Córdova, 1972).

Suas ideias-força estão resgatadas no livro *Jorge Fernandez, el artífice del*

Pensamiento Comunicacional Latinoamericano (Quito, CIESPAL, 2012). Ao mesmo tempo em que representa uma homenagem da comunidade acadêmica ibero-americana ao artífice do Pensamento Comunicacional Latino-americano, a organização desta coletânea significa também um estímulo aos jovens que ingressam na universidade neste novo século.

O conhecimento e o debate das ideias de Jorge Fernández, visionário que teve a ousadia de incluir a América Latina no mapa do saber comunicacional, abrindo o caminho para o itinerário percorrido por Beltrán, Kaplún, Barbero, Bordenave, pode significar um passo adiante na afirmação da nossa autoestima numa conjuntura em que as nossas sociedades se mobilizam para romper as amarras que nos atrelaram ao reboquismo intelectual.

23.3. CRONOLOGIA

1912

Nascimento em janeiro, na cidade de Quito, capital do Equador, onde inicia a formação intelectual, graduando-se em Direito e Ciências Sociais na Universidade Central do Equador. Completou sua educação universitária nos Estados Unidos, estudando Direito Internacional na George Washington University, Economia e Sociologia na Universidade do Chile.

1932

Estreia como escritor, publicando o livro de contos *Antonio ha sido una hipérbole*, saudado pelo crítico Benjamin Carrión como obra seminal da literatura equatoriana. Editada pelo Sindicato de Escritores e Artistas, a obra foi relançada em 2007 na coleção “Escritores de Quito” pela editora La Palabra, com o apoio da Prefeitura Municipal e do Fundo Nacional de Resgate do Patrimônio Cultural Equatoriano.

1948

Prossegue a atividade literária, publicando o livro *En torno a la cultura americana*, de cunho jornalístico-antropológico. Três anos depois, em 1951, vem a lume sua derradeira obra ficcional, o romance *Los que viven de sus manos*, onde o crítico Mariano Picón Salas vislumbrou um “pedaço de história universal, estritamente contemporânea, vista a partir de uma janela de Quito”.

1956

Publica *Transito a la libertad*, a biografia sociológica do jornal *El Comercio* de Quito, selecionando episódios emblemáticos do seu itinerário jornalístico. A obra figura como um clássico da literatura social equatoriana, focalizando a vida do jornal, mas em verdade compondo um mosaico elucidativo da trajetória histórica nacional.

1959

Aprovada pela X Assembleia Geral da UNESCO, reunida em Paris, em 1958, a decisão de instalar em Quito um dos centros internacionais destinados a formar e aperfeiçoar jornalistas, convocou-se para o ano seguinte um Seminário Internacional sobre a matéria, sendo Jorge Fernández designado para organizá-lo, por consenso da Comissão Nacional da UNESCO, Governo do Equador e jornal *El Comercio*. Na sequência, ele foi nomeado Diretor Geral do CIESPAL, cabendo-lhe a responsabilidade de instalar o órgão e preparar o I Curso Internacional de Aperfeiçoamento para Jornalistas da América Latina. Para tanto, foram convidados os principais especialistas do mundo desenvolvido, mas incluindo também estudiosos latino-americanos. Trata-se de um programa intensivo de pós-graduação, para o qual foram selecionados, a partir de 1962, jovens professores e experientes jornalistas, com bolsas de estudo subsidiadas pela UNESCO e OEA. Este foi o caldo de cultura que nutriu o Pensamento Comunicacional Latino-Americano, processado em Quito, mas disseminado em todo o continente.

1963

Agraciado com o Prêmio Maria Moor Cabot, outorgado pela Universidade de Columbia, Jorge Fernández começa a ter o seu papel de gestor acadêmico reconhecido e prestigiado.

1968

Completado um decênio de atividades no CIESPAL, cuja estrutura estava devidamente consolidada, Jorge Fernández considera terminada a sua missão educacional, naquele momento. Convocado pelo governo equatoriano, assume outros encargos diplomáticos, inclusive o posto de embaixador do Equador nos EUA e na OEA. Em 1970 foi designado embaixador da OEA encarregado de mediar o conflito armado entre Honduras e El Salvador. Outras missões ocuparam seu tempo de vida útil até que decidiu retornar a Quito, onde fundou a Universidade Internacional do Equador, hoje

capitaneada pelo filho, Marcelo Fernández.

PEDAGOGIA FREIREANA: DIALOGISMO CONSCIENTIZADOR

24.1. MUTISMO

Antonio Callado introduziu a expressão “tempo de Arraes” para simbolizar, na cronologia brasileira, o curto período histórico em que a região Nordeste sonhou com a possibilidade de quebrar o monopólio político exercido pelas classes opressoras (latifundiários decadentes e burgueses ascendentes) sobre as classes subalternas (camponeses, operários e biscateiros), vitimadas pela pobreza, estigmatizadas pela ignorância e alienadas pelo fatalismo.

Seu livro de reportagens documenta a “revolução sem violência” protagonizada por “padres e comunistas”, cujo epicentro foi a cidade do Recife (Callado, 1964). Ali Arraes foi prefeito de 1959 a 1962, tendo sido guindado pela população para governar o Estado de Pernambuco, cujo mandato exerceu, de 1 de janeiro de 1963 a 31 de março de 1964. Deposto pelo golpe militar que encerrou o conturbado período Jânio-Jango, preso e exilado, Arraes somente reintegrou-se à vida política nacional com a anistia de 1979.

A trajetória política de Miguel Arraes foi reconstituída, na sua fase radical, por Adirson de Barros em *Ascensão e queda de Miguel Arraes* (Rio de Janeiro, Equador, 1965), e Jocelyn Brasil em *Arraes, o fazedor de homens livres* (São Paulo, Fulgor, 1964). Suas ideias estão enfeixadas nos livros de sua autoria: *Palavras de Arraes* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964) e *O jogo do poder no Brasil* (São Paulo, Alfa-Omega, 1981).

Justamente nessa conjuntura, de 1960 a 1964, Pernambuco abrigou uma

revolução popular, usando a mídia como arma, tendo por alvo a escola e valendo-se da cultura popular como projétil.

Tal experiência transcorreu de forma paralela e sintonizada com o MEB, Movimento de Educação de Base. Além disso, testou ousados processos educomidiáticos que seriam posteriormente legitimados pela WEB, Rede Mundial de Cibernídia.

Para melhor entender a conjuntura, podem ser úteis as seguintes fontes: Paulo Cavalcante, *O caso eu conto como o caso foi – volume I – Da Coluna Prestes à Queda de Arraes* (São Paulo, Alfa-Omega, 1978); Mário Victor, *5 anos que abalaram o Brasil – de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965); e Joseph A. Page, *A Revolução que nunca houve – O Nordeste do Brasil, 1955-1964* (Rio de Janeiro, Record, 1972); e Manuel Correia de Andrade, *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?* (São Paulo, Contexto, 1989).

24.1.1. Ignorância e fatalismo

Na expectativa de contribuir para a elucidação do emaranhado histórico que caracteriza aquela aventura inconclusa, e apesar da condição privilegiada de observador participante, julguei indispensável, para não ser traído pela memória, consultar os documentos que resgatam os bastidores dos acontecimentos.

Na minha fase da juventude universitária, desempenhei, na cidade do Recife, funções privilegiadas que me permitiram ver por dentro e por fora as singularidades daquela revolução educomidiática. Além de atuar como repórter estagiário do jornal *Ultima Hora – Nordeste* e como funcionário da assessoria técnica da SUDENE, ocupei dois cargos de confiança no Governo Arraes: chefe de gabinete do Secretário da Educação, Germano Coelho, e diretor de administração do Movimento de Cultura Popular durante a gestão de Miguel Newton Arraes.

Como se trata de um capítulo integrado à trajetória da educação nacional, sua dimensão não pode ser avaliada senão como componente da revolução mundial capitaneada pela UNESCO. Sua intenção era acelerar o processo educativo, com o auxílio dos suportes midiáticos, para fortalecer a cidadania e robustecer a democracia. A verdade é que essa meta continua a ser perseguida, na alvorada da sociedade do conhecimento, neste planeta digitalizado, em pleno século XXI.

No prólogo do meu livro *Entre el saber y el poder* (Monterrey, México, 2007), o leitor encontrará mais elementos para entender a questão, especialmente nos itens em que reflito sobre o mapa da exclusão midiática e sobre as expectativas que se frustraram no século passado, impondo-se na agenda do novo milênio.

A ofensiva da UNESCO principia no final dos anos 40, fundamentada em ideias lançadas por pesquisadores belgas e franceses. Remontam a essa fase os livros de Roger Clausse, *L'éducation par la radio: radio scolaire* (1949), e Claude Merciere, *La reception radiofonique à bon marché* (1950). Assumindo caráter multimídia, esse projeto se encontra descrito em quatro publicações especiais: *La radio et l'éducation de base dans les regions insuffisamment développées* (1950), *Les periodiques pour nouveaux alphabetes* (1957), *L'influence di cinema sur les enfants et les adolescents* (1961) e *L'éducation social pour la télévision* (1963).

24.1.2. Batalha contra o analfabetismo

O uso educativo dos meios de comunicação de massa vinha sendo recomendado pela UNESCO, especialmente aos países do terceiro mundo, como estratégia para queimar etapas na batalha contra o analfabetismo. É nessa linha de ação que Arraes conquista uma equipe voluntária de intelectuais, educadores, estudantes, sindicalistas, pastoralistas e lideranças comunitárias, fundando em 1960 o Movimento de Cultura Popular (MCP).

Definido por seu ideólogo, Germano Coelho, como “órgão amplo, pluralista, segundo o modelo da UNESCO, porquanto não discrimina filosofia, credo ou convicção religiosa”, o MCP, da mesma forma que não exclui meios de difusão, não recusa metodologias. “Educando, através de escolas comuns [...], nas praças públicas e em plena rua [...], pelo rádio, pelo cinema, pela televisão, pela imprensa. [...] Experimentando, adequando, criando” (Coelho, 1986, p. 10-11).

O momento era propício. O quadro internacional refletia a ascensão dos movimentos terceiro-mundistas, encorajados pela Revolução Cubana e abençoados pelo Concílio Vaticano II. No âmbito nacional, transitávamos do arcaísmo para a modernidade. Sinais dessa mutação transpareciam nos fluxos da industrialização, urbanização e comunicação. O crescimento da mídia ampliava a circulação da informação, socializando as fontes de acesso ao divertimento coletivo e fomentando a educação a distância.

No plano regional, a criação da SUDENE, Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, liderada por Celso Furtado, deu novo alento aos projetos de mudança social (Furtado, *A operação Nordeste*, Rio de Janeiro, ISEB, 1959).

Como bem acentuou Celso Fávoro:

Os anos 1960-1964 foram particularmente críticos e criativos em quase tudo. Questionaram-se todos os modos de ser brasileiro, de viver um momento da história desse país, de participar de sua cultura. Pretendeu-se um projeto político que possibilitasse superar a dominação do capital sobre o trabalho e, em decorrência, reformular tudo o que dessa dominação decorre. Tudo isso – e muito mais – foi conversado e discutido em círculos cada vez mais amplos, das ligas camponesas às universidades (Fávoro, 1983, p. 8-9).

Tal motivação foi insuficiente para aplacar as contradições e os antagonismos que se manifestaram no debate “para saber qual a educação necessária ao tipo de desenvolvimento pretendido para o país, como alfabetizar as massas analfabetas, qual o conteúdo da ideologia nacional-desenvolvimentista” (Wanderley, 1984, p. 43).

24.1.3. Estratégias metodológicas

Tanto o MEB quanto o MCP se estruturaram com recursos provenientes do Estado. O primeiro teve alcance nacional, sendo financiado pelo governo federal, através de convênio com a CNBB, que transferia as verbas respectivas para as unidades regionais onde se desenvolviam os programas de alfabetização de adultos. O segundo contou com respaldo local, inicialmente através da Prefeitura da Cidade do Recife, mais tarde através do Governo do Estado de Pernambuco e só no período final foi contemplado com recursos provenientes dos cofres da União.

Em seu depoimento a Oserias Gouveia (2004), Aluizio Falcão, que foi secretário de Estado na Prefeitura do Recife e depois no Governo de Pernambuco, explica detalhadamente a origem do MCP.

Como prefeito do Recife, Arraes o chamou para atuar na criação do Movimento de Cultura Popular [...] Antes mesmo da posse, Arraes lhe falara sobre a ideia de criar um grande movimento de alfabetização. Esta foi a proposta embrionária do MCP, posteriormente ampliada pelos intelectuais e artistas que se incorporaram com o propósito de conscientizar as massas e elevar seu nível cultural.

Do ponto de vista metodológico, o MEB engajou-se, desde o começo, no programa de educação radiofônica criado pelo MEC, Ministério da Educação.

Na verdade, como anotou Luis Eduardo Wanderley, “o MEB constitui-se na sequência das atividades de educação pelo rádio, promovidas pelo episcopado nas arquidioceses de Aracaju e Natal” (p. 48).

Paulo Rosas confirma que “eleito prefeito da cidade do Recife em 1959, Miguel Arraes [...] em maio do mesmo ano fundou o Movimento de Cultura Popular (MCP) [...] Uma vez governador, Miguel Arraes proporcionou ao MCP os meios para sua expansão... (Rosas, 2003, p. LXXII-LXXIII).

Essa adesão incondicional à escola radiofônica decorria, por um lado, do interesse dos bispos brasileiros em receber concessões de canais radiofônicos para reforçar o trabalho de evangelização das massas rurais, assediadas pelos comunistas, e das massas urbanas, seduzidas pelos protestantes e espíritas. Mas, por outro lado, selava uma aliança entre o Estado e a Igreja, correspondendo aos “apelos da UNESCO para campanhas de alfabetização”, desejo compartilhado por educadores nacionais interessados em “conscientizar” os contingentes marginais da sociedade, impedidos de participar dos processos eleitorais pela condição de analfabetos (Wanderley, p. 50-52).

Em seu diagnóstico sobre a mídia católica no Brasil, o Frei Clarêncio Neotti, assessor da CNBB, esclarece “as razões pelas quais a Igreja entrou com representatividade no mundo da radiodifusão”. Entre elas, destaca a intenção pastoral de fazer do rádio um prolongamento do púlpito e de fazer concorrência aos espíritas e protestantes que “corriam para o rádio como meio próximo às classes populares tidas como mais facilmente persuasivas”. Mas havia também motivações de natureza econômica – “o baixo custo para a montagem de uma emissora” – e política – “a relativa facilidade de conseguir, junto do Governo, concessões” (Neotti, 1994, p. 70).

Pertencem a essa corrente de educadores progressistas os fundadores do MCP, Movimento de Cultura Popular, atraídos por Miguel Arraes, dentre lideranças católicas, evangélicas, socialistas e comunistas, para constituir o que o escultor Abelardo da Hora chamou de “universidade popular”, cuja vocação seria “democratizar a cultura” (Hora, 1986, p. 15), mas que a pedagoga Anita Paes Barreto enxergava como a “pedra fundamental” para a escolarização das crianças abandonadas na periferia da cidade do Recife, privadas de conhecimentos elementares (Barreto, 1986, p. 39).

A síntese de Manuel Correia de Andrade (1989, p. 46-47) permite

compreender melhor a natureza das propostas e dos conflitos ali existentes.

O MCP não só alfabetizava como mobilizava jovens estudantes para um trabalho de recuperação das manifestações da cultura popular, como a música, o teatro, as festividades do povo, a fim de garantir a permanência e a nacionalização da cultura. O ensino era feito de modo a utilizar a experiência do educando, fazendo a um só tempo alfabetização e conscientização. Essa política cultural foi combatida pela direita, que considerava a conscientização como uma verdadeira comunização, e pelos setores mais radicais da esquerda, que achavam que se deveria partir para a organização de milícias e não para a preservação da cultura, porque isto não teria uma influência direta na luta pelas reivindicações populares.

A propósito dos “riscos de uma nova Cuba na América do Sul”, Paulo Rosas anotou perplexo: “Não sei, àquela altura, se uma revolução armada que impusesse uma ditadura de esquerda, comunista ou não, mas ditadura, seria bem assimilada pelo povo. Penso que, psicologicamente, o povo se preparava para pensar, participar, encontrar saídas” (Rosas, 2003, p. LXXIII).

Ao avaliar, vinte anos depois, a experiência do MCP, tais contradições foram melhor explicitadas por Paulo Rosas, autor do projeto “meios informais de educação”, do qual resultou a rede de “praças de cultura” (concretizado por Silke Weber). Rosas foi o sucessor de Paulo Freire na chefia da divisão de pesquisas, onde, aliás, o exegeta da “pedagogia do oprimido” iniciou a concepção do seu “sistema” de educação de adultos, então fundamentado como exercício cognitivo para robustecer a “prática da liberdade”.

Esse diagnóstico aponta três evidências problematizantes:

- 1) A intenção conscientizadora exercida pelo MCP, em “sentido puro”, estimulando um “novo posicionamento” de seres humanos pauperizados pela baixa renda e pela nula escolaridade, para “reagir a um estado de coisas cuja tomada de consciência tornava sua manutenção insustentável”.
- 2) A crise enfrentada pelo MCP, ao tempo de sua extinção, em 1964, como resultado do “conflito entre os que objetivavam resultados políticos imediatos e os que pensavam em primeiro plano na elevação cultural do povo”.
- 3) O dilema enfrentado pelos que refletem hipoteticamente sobre o MCP, admitindo que o projeto não tivesse sido destruído pelos golpistas de 1964. Qual o papel que teria exercido na História do Brasil? A pergunta que paira no ar é a seguinte: perfilaria o MCP como agente de conscientização

questionadora ou conservadora das “estruturas que teria ajudado a erigir”? (Rosas, 1986, p. 32-33).

24.2. LIBERTAÇÃO

Os enigmas propostos por Paulo Rosas remetem a uma inquietação que está na raiz das divergências geradas durante o processo de construção do MCP, acarretando a fragmentação da equipe de fundadores. O distanciamento de Paulo Freire e seu refúgio no Serviço de Extensão Cultural da então Universidade do Recife, onde concluiu seu Sistema de Alfabetização de Adultos, é sinal dessa dissensão teórica.

Os interessados em conhecer pormenorizadamente os fundamentos teóricos do Sistema Paulo Freire devem consultar a revista de cultura *Estudos Universitários*, n. 4, Recife, Universidade do Recife, onde encontrarão artigos assinados por Paulo Freire e os principais integrantes da sua equipe: Abdias Moura, Aurenice Cardoso, Jarbas Maciel, Jomard Muniz de Britto, Juracy Andrade, Luis Costa Lima, Pierre Furter.

A recusa ao uso das tecnologias de educação a distância – rádio, livro, jornal, cinema, televisão – está na base dessa questão a um só tempo metodológica e ideológica. A esfinge de Paulo Rosas converge para o dilema: conscientizar é um ato de mão dupla (dialógico, aberto, criativo) ou um ato unidirecional (coercitivo, inibidor, castrante).

Paulo Freire foi coerente, até o fim da vida, com a sua postura dialogicizante, recusando o uso dos meios de comunicação – rádio e cartilha – motivo principal do seu afastamento do MCP, quando a instituição decidiu alfabetizar em massa, usando o *Livro de leitura de adultos*, cartilha produzida por Josina Godoy e Norma Coelho para subsidiar o processo de aprendizagem que se consubstanciava cotidianamente nas aulas gravadas e transmitidas pela Rádio Clube de Pernambuco.

Aliás, as ideias cultivadas por Paulo Freire a respeito dessa questão precedem seu engajamento e distanciamento do MCP. Elas estão argumentadas na tese de cátedra apresentada à Universidade do Recife, em 1959, que permaneceu inédita até recentemente. No primeiro capítulo ele desenvolve duas hipóteses: o mutismo congênito e a inexperiência democrática do povo brasileiro. Essas barreiras comunicacionais, ou melhor, “intransitivas” só podem ser eliminadas com a “dialogação” a ser construída

pela educação libertária. O perigo está justamente na tendência à “massificação”. Adotando conceitos esposados por Aldous Huxley (ação domesticadora), Gabriel Marcel (consciência fanatizada) e Peter Drucker (tendência desumanizante), ele teme um retrocesso que pode conduzir a uma espécie de “transitividade ingênua”, ou seja, “uma forma de vida de tal maneira rígida, passional, impermeável, que se fará impossível a dialogação democrática” (p. 41).

Embora reconheça que os meios de comunicação – rádio, cinema, caminhão e avião – produzem “influências renovadoras”, principalmente nos “centros menores e mais atrasados”, Paulo Freire continua a ter dúvidas sobre seu impacto na sociedade nacional (p. 39).

Quando, beneficiado pela anistia política de 1979, Paulo Freire retornou do exílio, entrevistei-o para a revista *Chasqui*, culminando com perguntas que focalizavam o uso educativo dos meios de comunicação. Sua resposta foi enfática, demonstrando que não arredara um milímetro das posições assumidas no Recife pré-64 (Freire, 1985, p. 185-199). “É interessante que toda a linguagem usada na teoria da comunicação, na cibernética, é uma linguagem puramente ideológica e castrante. [...] O transmissor é o sujeito que transmite a mensagem; a mensagem é o objeto seu, próprio, pessoal. Isso é profundamente perigoso”.

Provoquei-o, indagando sua compreensão das experiências africanas nos países lusófonos que se valem do rádio e da televisão para educar contingentes humanos distanciados pela geografia e pela etnia. A resposta de Paulo Freire foi explícita:

A passagem da sociedade velha para a sociedade nova não é mecânica, é histórica, é processual. [...] O que acontece é que os resíduos ideológicos correspondentes à velha infraestrutura da sociedade velha penetram no tempo da revolução e contradizem a nova infraestrutura que se começa a criar na busca da criação da nova sociedade. E aí estão os meios de comunicação. Para mim, um dos grandes desafios que uma liderança revolucionária tem nesse momento é saber se é ou não capaz de fugir à tentação de continuar usando os meios de comunicação tal qual os dominadores anteriormente usavam. [...] Ela está reproduzindo o velho poder, em lugar de criar um novo (Freire, 1985, p. 185-199).

Nos *Diálogos sobre educação* mantidos com Sérgio Guimarães (2003), percebe-se que Paulo Freire matiza a questão, admitindo que é um “homem do seu tempo”, reconhecendo que é impossível “resistir aos meios de comunicação”. Contudo, a postura reticente permanece indelével. “O

problema não está apenas em trazer os meios de comunicação para dentro das escolas, mas em saber a quem eles estão servindo.” A propósito dos computadores, sua manifestação é coerente com os receios precedentes. “Eu não sou contra o uso dos computadores.” Mas, em tom de advertência, perora: “O meu receio [...] é que a introdução desses meios mais sofisticados no campo educacional [...] vá trabalhar em favor dos que podem e contra os que menos podem” (p. 100-102).

24.2.1. Comunicabilidade

A concepção de Paulo Freire sobre a relação entre mídia, educação e cultura popular foi tornada pública durante o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado no Recife, de 15 a 21 de setembro de 1963.

Apesar da aura já então conquistada no país pela eficácia do “Método Paulo Freire” (alfabetização em 40 horas), as ideias do educador pernambucano sobre a questão da comunicabilidade não repercutiram positivamente, tanto assim que o documento final do evento dedica ao tema um capítulo especial, reiterando o uso da mídia em diferentes situações.

Na verdade, essa questão está enraizada no pensamento freireano sobre educação. Ela contempla duas dimensões – a dialogicidade (que procurei explicitar no meu ensaio “A comunicação na pedagogia de Paulo Freire”; vide Marques de Melo, 1998, p. 258-284) e a interatividade (devidamente exposta no artigo “Interatividade midiática: diálogos com Everett Rogers e Paulo Freire”; vide Marques de Melo, 2008, p. 125-130).

No que se refere particularmente ao rádio e à televisão, lamentam os educadores e animadores populares que “embora tenham uma vastíssima penetração popular, raramente são usados no sentido de maior atuação enquanto instrumento do povo. [...] alguns movimentos de cultura popular já conseguem ter acesso ao rádio, utilizando-o com alto poder de penetração no trabalho de alfabetização”. No caso da televisão, destacam a “experiência piloto de alfabetização e cultura popular” realizada pela Fundação João Batista do Amaral. Também resgatam a ação das praças de cultura, “ponto de convergência e intercâmbio de meios de comunicação e conscientização como: teatro, cinema, rádio, televisão, imprensa, música popular, livros e folhetos, artes plásticas, cartazes e outros”.

Desde a sua fundação, o MCP vale-se de todos os veículos e suportes para

“deflagrar, na comunidade, a paixão do saber”. Além de valorizar o “diversificado do folclore”, inclui outras manifestações de cultura: as artes plásticas, o artesanato, o teatro, a música, a dança, o canto, a literatura, a ciência, os esportes, as escolas, bibliotecas, centros de cultura, museus, galerias, cineclubes, discotecas, teleclubes, festas populares, festivais etc. “Víamos o processo educativo como o desenvolvimento do homem todo e de todos os homens para a realização da pessoa e promoção do bem comum” (Coelho, 1986, p. 11).

Portanto, o conceito de comunicação do MCP é bem mais abrangente e democratizante que o cultivado pela vanguarda do MEB.

A instituição pernambucana está aberta a todas as formas de expressão cultural da população, bem ao estilo do movimento francês *Peuple et Culture* (Dumazedier, 1956). Nessa linha, propõe-se a “desenvolver nas comunidades disposição para apreciar, crítica e adequadamente, a leitura, o cinema, o rádio, a televisão e demais meios de comunicação coletiva” (Rosas, 1986, p. 27).

O movimento capitaneado pela intelectualidade da igreja católica chama atenção para o problema da “comunicação entre os grupos desnivelados”, admitindo implicitamente que se trata de uma carência de “instrução”. O desnível cultural, ao acarretar um “tipo radical de marginalização”, vai tornar inviável a “própria comunicação entre os diversos grupos sociais. Preocupados, alertam os intelectuais orgânicos do MEB para o conflito potencial entre tais grupos, tendo em vista “o reconhecimento da situação por parte dos grupos culturalmente marginalizados”, sem que haja “plena consciência de todas as implicações dessa marginalização, no plano da pessoa humana” (MEB, 1986, p. 78-79).

Encontra-se nessa concepção de comunicação cultural a matriz que certamente influenciou na atualização da teoria da folkcomunicação de Luiz Beltrão, ao focalizar os “grupos culturalmente marginalizados”. Basta comparar seu livro inicial, *Comunicação e Folclore* (1968), com a obra de maturidade *Folkcomunicação, a comunicação dos marginalizados* (1980) para compreender a realidade assimilada pelo pioneiro das ciências da comunicação no Brasil.

Vale a pena consultar os ensaios enfileirados no livro *Luiz Beltrão, pioneiro das ciências da comunicação no Brasil*, organizado por José Marques de

Melo e Osvaldo Meira Trigueiro (João Pessoa, Editora da UFPB, 2007).

24.2.2. Conscientização

Ao conceituar cultura popular o MCP demonstra coerência com a ideia de “movimento”, configurando um “processo” de natureza política. “O movimento popular, ao atingir determinada etapa do seu processo de desenvolvimento, experimenta a necessidade de liquidar certos entraves de ordem cultural.”

Daí a demanda por uma “consciência popular adequada ao real e possuída pelo projeto de transformá-lo”, que se baseia em três pressupostos: 1) só o povo tem capacidade de resolver seus problemas; 2) a solução consiste na superação das causas radicadas nas estruturas sociais que as determinam; 3) a transformação depende da luta política guiada por ideias estribadas na realidade objetiva (MCP, 1986, p. 91).

Refluindo ao paternalismo típico das campanhas populares até então vigentes, o MCP educa o povo para assumir sua luta e balizar o seu destino. E o faz no próprio processo de alfabetização que tem como suporte decisivo o *Livro de leitura para adultos* (1962), que Josina Godoy e Norma Coelho organizaram com os pés no chão. Resultante das “experiências publicadas em revistas da UNESCO”, o livro catalisa sobretudo as “experiências de vários países com condições de desenvolvimento semelhantes às nossas”.

Anísio Teixeira considerou essa cartilha a “melhor” para “adultos analfabetos” que ele conheceu no Brasil. Ela contém eixos temáticos que se concatenam através de palavras-chave articuladas entre dois vetores – *povo* e *voto* – convergindo para uma utopia – *paz* – sustentada por dois fatores essenciais – *república* e *democracia*.

Em sua análise pedagógica do livro de leitura do MCP, Celso Beisiegel reconhece a competência das autoras e valoriza a sequência metodológica das palavras-chave.

Além da inegável associação de conceitos e temas arrolados no interior de cada uma destas sequências, havia também uma nítida associação entre as diversas sequências. Nas lições incluídas na primeira, a atenção dos educandos era orientada para o exame das dificuldades da existência popular. Na sequência seguinte, examinavam-se os recursos disponíveis para uma ação popular eficaz em defesa de melhores condições de vida. A ação pelo voto, desde que orientada, tendo em vista a escolha de governantes identificados com as necessidades do povo, era então privilegiada, enfatizando-se também a importância da união dos trabalhadores em

sindicatos, urbanos e rurais, e em cooperativas. Em seguida, examinavam-se as características do bom político e do bom governo, comprometidos com o bom combate em favor da emancipação popular. Depois, era possível verificar que o MCP atuava em várias frentes – na educação, no teatro, nas artes em geral –, exatamente com a intenção de promover a melhoria das condições de existência do povo. Nas demais sequências, possibilitava-se, afinal, a conjugação entre as dificuldades da vida popular, as virtualidades emancipadoras do voto, as características do bom agente político, a atividade então desenvolvida pelo MCP e a atuação da Prefeitura Municipal do Recife. Por último, na sequência final, encaminhavam-se as atenções para o exame das principais bandeiras de luta do projeto político da frente ampla do Recife: o nacionalismo; a promoção popular; as reformas de base, entre elas a reforma agrária; a ação popular pacífica em prol da construção de uma sociedade mais justa (Beisiegel, 1982, p. 136).

24.2.3. Diversidade

O mérito da cartilha do MCP é sem dúvida sua compreensão ampla da vida cotidiana, contemplando aquelas nuances de natureza política e econômica, sem excluir a dimensão cultural. Assim sendo, além de conscientizar os alfabetizando para discernir variáveis ligadas ao mundo da produção (capital e trabalho) e ao jogo do poder (política e governo), o MCP procurou forjar cidadãos conscientes da sua identidade cultural, também solidários no respeito à diversidade dos níveis de cultura que permeiam o tecido social.

Convertendo o MCP em vitrine do processo de alfabetização, Godoy e Coelho estimulam seus alunos a esbanjar autoestima, orgulhosos da tríplice inserção geopolítica – brasileiros, nordestinos e recifenses que, embora enraizados na cultura popular, não desprezam a cultura massiva, demonstrando apetência para assimilar a cultura erudita.

Daí a importância da instrução continuada e da aprendizagem sistemática que só a escola pode lhes oferecer, sendo o MCP a instituição que lhes abre as portas para desfrutar a fortuna cognitiva que os tornará cidadãos conscientes, partícipes e solidários.

Depois de suscitar a autoconfiança política capaz de motivar os adultos analfabetos a prosseguir na jornada pela libertação da ignorância, a cartilha valoriza a instituição que os convoca a sair da escuridão cognitiva.

Bradando que “a escola do MCP é do povo”, explica que, ali, “sim, ele ouve a aula pelo rádio” e “estuda num livro”. Trata-se de um “livro de leitura” que o fará “livre”. Pois, estudando, “ele será, em realidade, um cidadão”.

Que espécie de instituição é o MCP? Trata-se de uma “universidade popular”, que proporciona “cultura para todos” e cujas escolas são “gratuitas”, funcionando em “vários templos”. Sendo pluralista, suas ações respeitam a “fé e o rito” das religiões. Congregando homens de todas as “raças” e “opiniões”, seu principal compromisso é a “elevação cultural do povo”. Preservando as “tradições populares” e promovendo “festejos populares” e “teatro popular”, fomenta a “emancipação do povo”.

24.2.4. *Cultura popular*

Coerente com o respeito à *diversidade cultural*, a cartilha do MCP contém 36 referências à cultura popular, 22 à cultura erudita e 10 à cultura massiva.

A ênfase atribuída à cultura popular é consequência da sintonia que as duas educadoras estabeleceram em debates e reuniões com homens e mulheres “cansados da luta diária pela sua sobrevivência e a de seus filhos”. E a maneira mais adequada para minorar a fadiga do dia a dia sufocante desses trabalhadores é o engajamento, como brincantes, nos folguedos cultivados pela comunidade.

A valorização do folclore converge para os festejos coletivos cujo calendário tem como marcos o Carnaval, a festa de São João e o Natal. Expressando-se através do frevo, samba e batucada, dançando coco, ciranda, quadrilha, xerém, tocando zabumba, engrossando os cordões do bumba meu boi, maracatu, caboclinhos, escutando os acordes dos violeiros e os improvisos dos cantadores ou louvando seus deuses, como Exu, Xangô, pagando promessas aos santos através dos ex-votos, o povo se distrai, recuperando a energia necessária para continuar sua labuta.

Embora isso também possa ser realizado através dos meios de comunicação de massa, a meta principal está representada pelo acesso à cultura erudita, ensejada pela educação e possibilitada pelos professores que atuam na escola.

Partindo da ideia-força de que “o homem nordestino é um lutador” e reiterando que “os heróis pernambucanos venceram o invasor holandês”, Godoy e Coelho vão ao cerne da questão: “Para haver progresso no Brasil, não pode haver marginais (marginais são os homens sem trabalho)”. Por isso mesmo, “o progresso do Nordeste exige a instalação de fábricas”.

Mas a industrialização regional está nas mãos dos governantes situados em Brasília e dos industriais espalhados pelo sul. Numa profissão de fé nacionalista, a cartilha diz que “para o progresso da nossa Pátria é necessário

defender a indústria nacional”.

A cartilha do MCP em momento algum perde a perspectiva de que o povo é o senhor do seu próprio destino. “O Brasil só progredirá pelo trabalho consciente do seu povo”, sendo que a arma do povo é o voto. “O povo escolhe seus representantes na Câmara e no Senado [...] o povo escolhe também o Presidente”.

Diante disso, só a “elevação do nível de cultura do povo” possibilita “ao homem e à mulher uma ação mais consciente dentro da sociedade”.

A mensagem final da cartilha do MCP incute esperança: “Apesar das crises, o Brasil cresce”.

Sem alimentar ilusões, as autoras difundem a crença de que “o Nordeste só terá paz quando a raiz de seus males for atacada”. Isso constitui o pretexto para que os educadores da nova geração revisem criticamente aqueles projetos utópicos, contribuindo para erradicar os males persistentes.

Não é outra a pretensão deste breve exercício documental. Se dele resultarem estudos aprofundados a respeito da saga do MCP e instituições congêneres, sentir-me-ei gratificado pelo resgate memorialístico.

Já dizia Paulo Rosas (2003, p. LXXIV): “Aqueles anos não foram perdidos”. Porém, “é preciso pesquisar [...] para avaliar até que ponto valeu a pena a rica, mas difícil, experiência de intercâmbio e de trabalhos realizados por pessoas sensibilizadas pela consciência de ser preciso romper a secular relação entre opressores e oprimidos...”.

FOLKCOMUNICAÇÃO BELTRANIANA: METAMORFOSE REBELDE

25.1. MAIORIDADE

Enquanto disciplina acadêmica, a Folkcomunicação vivenciou alguns momentos cruciais: a exploração inicial do fenômeno por pesquisadores de renome internacional; a criação do objeto, em consonância com a ideia esboçada por Luiz Beltrão e a configuração do campo pela prática dos pesquisadores que endossaram sua proposta inovadora.

Em meu livro *Mídia e cultura popular: História, taxionomia e metodologia da folkcomunicação* (São Paulo, Paulus, 2008), anotei evidências desse processo, vislumbrando os desdobramentos perceptíveis.

Vale a pena rememorá-los para melhor compreender o processo histórico.

Em 1951, acontecem dois fatos isolados, mas que demonstram a oportunidade do estudo acadêmico da folkcomunicação. Ele foi descortinado por Marshall McLuhan, ao lançar *The mechanical bride*, tendo como objeto de análise o “folclore do homem industrial”. Não obstante seja um libelo contra a cultura de massa, esse livro de estreia especula a propósito do divórcio entre a sociedade ocidental (europeia) e sua “noiva mecânica” (a imprensa). Para tanto, o performático canadense argumenta paradoxalmente: pinçando símbolos *folk* no universo da indústria cultural, demonstra a eficácia operativa destes. Apropria-se de imagens peculiares ao mundo dos primitivos colonizadores britânicos, mesclados com os elementos típicos dos novos imigrantes, para gerar o tecido que veste o corpo do cidadão ianque.

Também em 1951, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss testemunhou um episódio singular, durante as comemorações natalinas na cidade de Dijon. Noticiado pelo diário *France Soir*, o incidente traduzia o descontentamento

da população local a respeito da paganização do Natal. O pomo de discórdia é a introdução do culto a Papai Noel, importado dos EUA, embora o mito esteja ancorado nas tradições nórdicas, particularmente dinamarquesas. Reconstituídos pelo cientista francês, então atuando como professor-visitante na Universidade de São Paulo, os fatos foram comentados judiciosamente em artigo publicado na revista cultural *Anhembi*, n. 6, v. 16, p. 12-26, que circularia em março do ano seguinte. Esse texto foi incluído na antologia *Folkcomunicação*, que organizei para a editora COM-ARTE, em período fundacional, no início de 1971, justamente para assinalar seu valor folkcomunicação.

25.1.1. Folclore do homem industrial

Já havia transcorrido uma década das fogueiras que destruíram os bonecos de Papai Noel em Dijon e da notoriedade de McLuhan, de braços dados com a “noiva mecânica”, quando Luiz Beltrão inicia o estudo sistemático da matéria, ao implantar o curso de jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco. As pistas históricas já estavam evidentes no seu livro *Iniciação à filosofia do jornalismo* (Rio, Agir, 1960). Mas ele procura disseminar entre os discípulos nordestinos as marcas do *folk journalism* que precede a Galáxia de Gutenberg. Ele as explicita melhor nas apostilas distribuídas aos alunos das turmas 1961-1964, com o selo do ICINFORM, Instituto de Ciências da Informação, posteriormente reunidas no livro *Teoria e prática do jornalismo* (Adamantina, Omnia, 2006).

Sintomaticamente, porém, Beltrão envereda por caminho distinto daquele percorrido por McLuhan e Lévi-Strauss, buscando um ângulo de observação explicitamente brasileiro. Focaliza não a apropriação da *folk culture* pela mídia e sim o uso da *mass culture* pelo folclore, recodificando e interpretando o conteúdo da mídia para a compreensão do povo.

Em 1967, quando defendeu sua tese de doutorado na Universidade de Brasília, Luiz Beltrão lançava as bases de uma interdisciplina que conquistaria adeptos em todas as partes do país, suscitando também o interesse de intelectuais do calibre de Umberto Eco, Jorge González e Luis da Câmara Cascudo, que com ele dialogam criticamente.

25.1.2. A dinâmica do folclore

Umberto Eco publica artigo em jornal de Milão (Itália), referindo-se ao

estudo de Beltrão sobre o folclore como cultura de resistência no Nordeste brasileiro. Jorge González faz menção às teorias das mediações (Barbero) e das intermediações (Beltrão), em seu livro sobre as culturas subalternas (Mexico), ressaltando que ambas se nivelam pela aderência aos esquemas funcionais de análise. Finalmente, o etnógrafo brasileiro Luis da Câmara Cascudo louva a ousadia do pesquisador de Pernambuco, ao dar nova dimensão à leitura do dinamismo do folclore, lançada por Édison Carneiro, mas potencializada pela releitura da mídia pelos agentes da cultura popular.

O sistema de comunicação cultivado pelos contingentes que permaneciam à margem da sociedade opulenta – aquela que entoava o hino “pra frente Brasil”, enfrentou a mesma quarentena vivida por Luiz Beltrão, no apogeu do regime militar, patrulhados pelas vanguardas intelectuais saudosas dos engajados movimentos de cultura popular pré-64, e vigiados pelos serviços de informação dos secretos órgãos de segurança instalados ostensivamente na administração universitária pós-64.

25.1.3. Comunicação popular

Por isso mesmo, os estudos de folkcomunicação só ganhariam impacto e teriam maior difusão a partir de 1998, quando se estrutura a Rede Folkcom, congregando os jovens pesquisadores da área. Além de se engajar plenamente nas Conferências Brasileiras de Folkcomunicação e de pesquisar os novos fenômenos emergentes do campo, a nova geração deu alento às teses de Luiz Beltrão. Renovou-as, sem cair na tentação de torná-las preceitos canônicos.

A nova geração que institucionaliza a disciplina defronta-se com a missão de atualizar o legado do fundador para dar continuidade ao seu projeto multifacético, de acordo com a natureza da sociedade que marca a fisionomia do século XXI.

Esse desafio foi enfrentado plenamente pela Rede Brasileira de Pesquisadores da Folkcomunicação, ao realizar sua XI Conferência Nacional, em Natal (RN), setembro de 2008. Depois de percorrer terrenos íngremes e ultrapassar curvas sinuosas, cobrindo universos que oscilam entre o abrangente – folkcomunicação e cultura brasileira, tema debatido em 1999 – e o específico – comunicação dos migrantes, tema palmilhado em 2007 –, os organizadores do encontro potiguar resgataram, em certo sentido, a problemática lançada em 1998. Naquela ocasião, o foco esteve concentrado na identidade da disciplina. Impunha-se, então, vencido o primeiro decênio

de pesquisas e reflexões, questionar os impasses teóricos e os desafios metodológicos, remanescentes ou adventícios.

Motivados a resgatar criticamente as raízes da disciplina e a mapear suas fronteiras, bem como inventariar os sujeitos, objetos e cenários que margeiam o espaço folkcomunicacional, nos dias presentes, os participantes da Rede Folkcom mobilizaram sinergias em todo o território nacional.

O resultado desse mutirão cognitivo está seletivamente demonstrado no livro *Território da folkcomunicação* (Natal, UFRN, 2011) que a professora Maria Érica de Oliveira Lima organizou com a participação de colegas e discípulos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ali se encontram os relatos de veteranos estudiosos do campo, a exemplo de Osvaldo Trigueiro e Cristina Schmidt, as observações feitas pela vanguarda atual, como Maria Cristina Gobbi, Betania Maciel ou Marcelo Pires, mas sobretudo as contribuições da nova geração de pesquisadores fascinados pela riqueza de objetos e variedade de contextos entreabertos por Luiz Beltrão.

Alguns iniciantes partilham com os seus orientadores a análise e a interpretação dos dados coletados no campo ou as evidências denotadas nas revisões de literatura. Outros antecipam seus próprios olhares sobre os objetos focalizados, ousando sugerir generalizações descritivas e até mesmo conclusões indicativas.

Merece atenção particular o ensaio firmado pela jovem professora de Brasília a propósito das andanças precursoras do folclorista Luis da Câmara Cascudo pelo território que viria a ser delineado por Luiz Beltrão como o universo da folkcomunicação. Também o inventário resenhado por Maria Cristina Gobbi, a propósito dos objetos que o fundador da Folkcomunicação definiu como integrantes do universo da disciplina e que são objeto de pesquisa pelos novos estudiosos da área.

Da mesma forma, suscita interesse o capítulo assinado por Karina Janz Woitowicz, escrito em formato jornalístico, resgatando o legado folclórico do catarinense Franklin Cascaes, a partir de suas incursões pelas veredas da bruxaria ou pelos becos da magia.

Se ainda não constitui um retrato panorâmico da pesquisa folkcomunicacional brasileira, o livro desvenda ângulos significativos, vislumbrando pistas que podem orientar as incursões exploratórias da crescente legião de aficcionados que descobre este campo potencialmente

identificado com o ethos cultural da sociedade pós-digitalizada.

25.1.4. Radicalismo inovador

O esforço rejuvenescedor e a ousadia revitalizadora da Rede Fokcom acabam de ser reconhecidos pelo Juri do Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação, mantido pela INTERCOM em parceria com o Programa Globo Universidade. Ao receber, das mãos do presidente da INTERCOM, Antonio Holfeldt, o troféu de “Grupo Inovador”, o professor Marcelo Pires de Oliveira (Bahia), presidente dessa rede acadêmica, seguramente vai destacar o mérito dos seus antecessores na liderança da nova geração, como é o caso das professoras Cristina Schmidt (São Paulo) e Betânia Maciel (Pernambuco), além de realçar a persistência e entusiasmo de Roberto Benjamin (Recife), Osvaldo Trigueiro (João Pessoa), Joseph Luyten (São Paulo), Sebastião Breguez (Belo Horizonte), Luis Custódio (Campina Grande), Sergio Gadini e Karina Woitowicz (Ponta Grossa), Cristina Gobbi (Bauru), Erica Oliveira Lima (Natal), Samantha Castelo Branco (Teresina), entre outros que vem amadurecendo a pesquisa folkcomunicação.

Antecipando-se ao veredito da INTERCOM, a Editora do Senado Federal tomou a iniciativa de lançar dois livros de autoria do professor Wolfgang Teske, pesquisador da Universidade Federal do Tocantins. Trata-se de estudos de caso de processos folkcomunicaionais quilombolas, expressando a resistência cultural das comunidades negras marginalizadas na região. No primeiro volume, o autor faz um estudo etnográfico da “roda de São Gonçalo” na comunidade da Lagoa da Pedra em Arraias (TO), datado de 2009. No segundo, lançado em 2010, ele amplia o espectro narrativo, dimensionando a “cultura quilombola” da região.

Segundo o autor, a “pesquisa realizada com base na teoria da folkcomunicação” adquiriu maior significação por causa do “momento histórico” vivido pela comunidade, especialmente no que “tange a sua cultura”. Trata-se em verdade da sua “mediatização”, instaurada pelos fluxos “bidirecionais” que provocam “hibridação simbólica”, acarretando a típica “mestiçagem cultural”, matriz inconfundível da cultura brasileira.

Não se pode esquecer que a Rede Folkcom tem o seu berço histórico ancorado na Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, que promove a I Conferência Brasileira de Folkcomunicação, em 1998, festejando o 80º aniversário de nascimento de

Luiz Beltrão.

Jovens pesquisadores aqui formados juntam-se aos seus colegas atuantes em outras instituições, formando o coletivo que volta a se encontrar em São João del Rei (MG), no ano seguinte, de modo a prosseguir sua caminhada por todo o país, percorrendo cidades estratégicas como João Pessoa (SP), Campo Grande (MS), Lageado (RS), Santos (SP), Campos (RJ), Teresina (PI), Taubaté (SP), Ilhéus (BA), Juiz de Fora (MG), Campina Grande (PB), Juazeiro do Norte (CE).

25.1.5. *Periferia ibero-americana*

Depois de sua transformação em sociedade civil, a Rede deixou de ter relação subordinada à Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação, gerindo seus próprios destinos. Sediada inicialmente em Bertioga (SP), transferiu-se depois para Recife (PE) e em seguida para Ilhéus (BA) e Natal (RN), onde residem seus presidentes. Mas está conquistando reconhecimento internacional, como bem atestam a *Revista Internacional de Folkcomunicação*, publicada eletronicamente pela Universidade Estadual de Ponto Grossa (PR) e a edição especial da revista mexicana *Razón y Palabra*, número 77^a, referente ao trimestre agosto-outubro de 2011, coordenado pela professora Betânia Maciel, atual coordenadora do Grupo de Pesquisa em Folkcomunicação e Comunicação Cultural da ALAIC, Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación.

A intenção dos Anuários 15 e 16, que deram continuidade ao esforço disseminador realizado no ano 2000 pela revista *Comunicação & Sociedade*, focalizando os avanços da pesquisa folkcomunicacional, foi celebrar a premiação da Rede Folkcom, em 2011, e de sua ex-presidente Betânia Maciel, em 2013, detentores do Prêmio Luiz Beltrão. Dessa maneira, homenageia seus fundadores e os participantes da nova geração, marcando a presença desses estudiosos da Folkcomunicação nos núcleos de pesquisa científica mantidos pela nossa universidade e por outras áreas e instituições congêneres.

O conjunto é completado pelo artigo que contém a síntese da tese de doutorado de Maria Isabel Amphilo, “Folkcomunicação, por uma teoria da comunicação cultural”, reunindo uma seleção de trabalhos apresentados na XIV Conferência Brasileira de Folkcomunicação, realizada em Juiz de Fora (MG), nos dias 4 a 7 de maio deste ano, bem como nos congressos

internacionais promovidos pela LUSOCOM e CONFIBERCOM, na metrópole de São Paulo, em agosto de 2011, e em Braga (Portugal) e Santiago de Compostela (Espanha), em abril de 2014. Assinados por pesquisadores de diferentes gerações, eles dão conta dos avanços da pesquisa folkcomunicacional em nosso país.

25.2. MATURIDADE

O entendimento das manifestações da cultura popular como processos comunicacionais pressupõe a elucidação da natureza taxonômica e do universo semântico que definem identidades e fronteiras entre o Folclore e a Folkcomunicação.

Desde sua fundação, em 1998, a Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas em Folkcomunicação vem promovendo estudos e fomentando debates sobre tais questões. Suas conferências anuais alternam ou mesclam temas holísticos – histórico-conceituais – e segmentados – geomorfológicos ou socioautorais.

Assim sendo, o artesanato constituiu o referente norteador da conferência de Juiz de Fora (2011), motivando as anotações contidas no texto que serviu de roteiro para a conferência inaugural do evento, posteriormente revisado para incluir indicadores contidos nos trabalhos apresentados pelos seus participantes.

25.2.1. *Comunicação subalterna*

A identidade do Folclore, enquanto fenômeno cultural e como processo comunicacional, fundamenta-se em três elementos básicos: tradição, anonimato e continuidade. Consiste, portanto, numa modalidade de sobrevivência simbólica legitimada e cultivada ininterruptamente pela sociedade.

Sua permanência na vida social requer a transmissão desse patrimônio coletivo de uma geração a outra, o que só pode ser compreendido pelo reconhecimento do papel crucial desempenhado pela comunicação em seu referencial fenomenológico.

Tanto é assim que, revisando a literatura contemporânea, Elliott Oring define o folclore como fenômeno resultante da vivência cotidiana de seres humanos, que se expressa primariamente através dos “canais de comunicação informal”, usualmente empregados pelo “povo”, entendido como “gente

simples” (*ordinary people*). Não se confunde, portanto, com as formas de expressão usuais nas relações humanas “institucionalizadas” pela escola, igreja e outras organizações comunitárias (Oring, 1992, p. 16).

Todavia, essa compartimentalização da sociedade vem se alterando gradativamente, como consequência da revolução tecnológica que encurtou o espaço e acelerou o tempo. A vida cotidiana primitivamente estabelecia fronteiras entre as formas primárias e secundárias de comunicação, isolando comunidades, separando classes sociais e distanciando povos e culturas. Pouco a pouco, as conversações familiares foram sendo contaminadas pelo conteúdo dos meios de comunicação de massa. Na sequência, o fenômeno comunicacional massificou-se, sem que os analistas sociais se dessem conta da mudança acelerada que afetou profundamente as relações culturais na sociedade pós-moderna. Esse torvelinho produziu uma cultura massiva e gerou uma espécie de folclore midiático.

No âmbito acadêmico, quem ampliou significativamente o papel da comunicação no domínio do folclore foi o canadense Marshall McLuhan, ao publicar seu livro de estreia, *The mechanical bride* (Boston, 1951), dedicado a estudar o folclore do “homem industrial”. Sua análise demonstra que o “segredo” da indústria cultural norte-americana e do seu êxito nacional reside na apropriação das “tradições populares” que forjaram o “homem industrial”, mesclando o “arsenal simbólico das comunidades edificadas pelos antigos colonizadores ingleses” ao “legado cultural introduzido pelos contingentes de imigrantes” (Marques de Melo, 2008, p. 45).

Enquanto isso, o entendimento histórico do folclore, na sociedade brasileira, elide a questão da comunicabilidade dessa cultura tradicional, anônima e permanente, reduzindo-a à “oralidade”, como o fizeram os pioneiros Silvio Romero ou José Veríssimo, ou então, a convertem em variável exógena, como consta da “Carta do Folclore Brasileiro” (1951), onde figura como componente do item “difusão”, desempenhando função mecanicamente reprodutiva (Tavares de Lima, 1972, p. 14).

Trilhando o caminho aberto por Marshall McLuhan, mas estribando-se na literatura nacionalista, Luiz Beltrão introduz novas perspectivas à compreensão das manifestações da cultura popular, identificando potencialidades comunicacionais em objetos folclóricos, como o “ex-voto”, e mais adiante reconhecendo a interação entre mídia e folclore, atribuindo a

este a função decodificadora de sentidos que as mensagens midiáticas ocultam ou tornam nebulosas.

Dessa maneira, coube ao pioneiro do nosso campo comunicacional instaurar um debate curioso entre folcloristas e comunicadores que permanece inconcluso quarenta anos depois da publicação do livro *Comunicação e Folclore* (São Paulo, Melhoramentos, 1971).

Argumentando que os agentes do folclore atuam como intermediários, nos processos de comunicação social, entre os grupos marginalizados da sociedade contemporânea e as lideranças comunitárias, Beltrão evidencia como decodificar em linguagem popular conteúdos incompreensíveis por cidadãos iletrados ou ignorantes que habitam as periferias metropolitanas ou as vilas situadas nas adjacências das zonas agroindustriais.

Dessa maneira, Luiz Beltrão introduz a questão da coexistência entre os meios de comunicação de massa e os canais de difusão da cultura popular, de natureza interpessoal ou grupal. Sua hipótese sinaliza em direção à complementaridade entre eles, esboçando a teoria da folkcomunicação para analisar os atos folclóricos que reinterpretem mensagens de interesse popular difundidos pela mídia massiva.

Desde sua constituição como campo de estudos, no século XIX, o folclore vinha sendo caracterizado como fenômeno social cuja dinâmica repousa no fator comunicação, entre outros fatores estruturais. Entretanto, a compreensão dominante concebia a oralidade como seu requisito exclusivo.

O passo adiante, ousado pela nova geração de estudiosos da área, abriu perspectivas para revisar o conceito de folclore, admitindo, no final do século XX, o modelo que inclui tanto os elementos da tradição oral, ancorados na ancestralidade, configurando a *folk society*, como aqueles laicos, enraizados na *modern society*, eventualmente dependentes das fontes escritas ou impressas (Oring, 1992, p. 11).

25.2.2. Conceitos e preconceitos

Compreensão abrangente do problema, sempre a teve Luis da Câmara Cascudo, por isso mesmo reconhecido como patrono do folclore no Brasil e principal animador da folkcomunicação. Trata-se de entendimento universal do fenômeno, não circunscrito ao tempo, ao espaço e às conjunturas.

Proclamando que o “folclore é uma cultura mantida pela mentalidade do homem e não determinado pelo material manejado”, ele argumenta

historicamente:

Houve um folclore em Babilônia e Nínive. O homem de Nínive e de Babilônia diluiu-se noutras raças e com ele o seu *lore*. O Padre Manuel da Nóbrega, em 1549, informava que o indígena na Bahia só saía à noite com um tição aceso na mão. Era uma defesa contra os fantasmas agressivos. No sertão do Rio Grande do Norte, em 1910, com 12 anos de idade, via meus primos obedecerem ao mesmo rito. Em 1963, viajando pela Zambézia, encontrava os negros agitando tições flamejantes. Os hindus contemporâneos empregam a mesma técnica. Os homens da Babilônia e de Nínive, há milênios, faziam exatamente a mesma coisa, afastando os entes maléficos que vivem nas trevas (Câmara Cascudo, 1972, p. 12).

Seu arremate didático é mais convincente:

Viajando num avião de jato, para a Europa, ia notando que muitas senhoras usavam, como joias caras, ornamentos em ouro que eram sobrevivências dos que foram deparados nos túmulos paleolíticos do Cro-Magnon. Os museus guardam os originais daquelas cópias artísticas que pendem dos bustos elegantes, numa continuidade inapelável de 250 séculos [...] O folclore, sendo uma cultura do povo, é uma cultura viva, útil, diária, natural. As raízes imóveis do passado podem ser evocadas como indagações da antiguidade. O folclore é o uso, o emprego imediato, o comum, embora antiquíssimo (Câmara Cascudo, 1972, p. 123).

Dentro desse espírito compreensivo, ele inclui o artesanato no universo do folclore brasileiro. “A cultura popular compreende o artesanato, as indústrias caseiras, tudo quanto acompanhar a tradição manufatureira, mesmo com modificações que não mutilem *la santa continuidad*, como dizia Eugenio D’Ors [...] O folclore é o popular, mas nem todo o popular é folclore” (Câmara Cascudo, 1972, p. 13).

No entanto, sua percepção atualizada, lúcida e abrangente do fenômeno não motivou setores da vanguarda dos estudos folclóricos. Aliás, essa comunidade foi muito ativa, nas décadas de 1940-50 e 60, fragmentou-se desordenadamente, estando hoje em franco declínio e desagregação. Esse processo, cujas raízes, fincadas no século XIX, foram dimensionadas criticamente por Renato Ortiz (1992), encontra-se bastante documentado, no século XX, por Luis Rodolfo Vilhena (1997).

Estigmatizada pelo “espírito de antiquário”, a meta dos “folcloristas” era buscar no “povo” aquelas “raízes autênticas e genuínas” capazes de definir a matriz “nacional” da cultura brasileira, que os “românticos” do século XIX, guiados pelo “espírito nacionalista”, haviam identificado no “indigenismo” (Vilhena, 1997, p. 15).

Essa “visão idealizada”, dando ênfase aos aspectos “autênticos” e às raízes

“comunitárias”, conduziu os “folcloristas” a se preocupar mais com a “instrumentalização” da cultura popular do que com a sua fenomenologia. Isso explica, segundo Vilhena (1997, p. 10), a “perda de legitimidade” do folclore no âmbito das ciências sociais.

Fator importante para esclarecer tal impasse é a minimização ou desqualificação da natureza comunicacional do processo folclórico, como ocorreu com a recepção silenciosa ou desconfiada dos “folcloristas” às ideias heterodoxas de Luiz Beltrão.

Segundo a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz (1969, p. 894) essa incompreensão dos pesquisadores do folclore em relação ao conceito de tradição decorre dos ruídos ocasionados pela incompreensão do fator transmissão. Para atingir o âmago do processo é indispensável que a tradição tenha sido “transmitida informalmente de uma geração para outra”.

Perante isso, mas sensibilizado pelas teses iconoclastas de McLuhan, o antropólogo Vicente Salles (1969, p. 886) recomenda atenção aos “progressos tecnológicos industriais”, englobando no “campo da cultura popular, inclusive rádio, anúncios de televisão, esportes, programas cômicos e anúncios do jornal, como se tais coisas representassem a mais importante arte contemporânea”, na linha de que o verdadeiro “meio de comunicação é a mensagem”.

Sem perder de vista a onda da “globalização”, o sociólogo Manuel Diégues Junior (1969, p. 910) advoga que o estudo do folclore urbano-industrial, no Brasil, seja “regionalizado”, não esquecendo de incluir, no seu repertório metodológico, a “influência exercida” pelo rádio e pela televisão, conduzindo a um “processo de rápidas mudanças [...] nas tradições folclóricas”.

Nesse sentido é que o artesanato figura em nossa literatura comunicacional, espelhando o empirismo cultivado por Mário de Andrade, cuja coleção de peças folclóricas integrou o acervo do Museu constituído pela Comissão do IV Centenário de São Paulo, que, durante muito tempo, permaneceu aberto à visitação pública no Parque do Ibirapuera de São Paulo (Tavares de Lima, 1972, p. 96).

Havia, ali, um seletivo repertório do artesanato brasileiro, distribuído pela fisionomia multidimensional das peças recolhidas pelos pesquisadores encarregados de organizar as seções de natureza instrumental – “técnica

popular” e “brinquedos populares” – ou funcional – “arte”, “ciência”, “religião”, “música” e “dança”.

25.2.3. Artesanato

Antes de explorar a natureza comunicacional do artesanato, vale a pena rever seu conceito na literatura brasileira das ciências humanas.

O senso comum consagra a polissemia do termo, apontando quatro significações cruzadas. Aurélio (1999, p. 205) registra inicialmente sua dimensão processual: técnica e arte, bem como sua identidade funcional: categoria ou profissão; anotando, finalmente, o sentido operacional: produto manufaturado; e a localização espacial: lugar onde foi produzido.

Por sua vez, os repertórios especializados são mais estritos semanticamente.

Cunha (2003, p. 74), por exemplo, separa o “joio do trigo”, no campo estético, privilegiando o *modus faciendi* – “produção manual e específica de objetos utilitários ou simbólicos” – ou tipificando os produtos resultantes de tal operação laboral – cerâmica, tecelagem, tapeçaria e ourivesaria. Mas não deixa de considerar implicitamente suas marcas identitárias: ancestralidade, anonimato, popularidade. Corresponde a “manufatura criada por operários anônimos, na qual se aplicam técnicas ancestrais, transmitidas por famílias ou grupos comunitários, e cujo consumo ocorre, majoritariamente, nos grupos populares”.

Larousse (1988, p. 61) flagra o sentido cultural, situando-o no âmbito “folclórico” e caracterizando-o como trabalho fisicamente “manual”, funcionalmente “utilitário”, ecologicamente “localizado”, produzindo peças originais ou recicladas.

Trata-se, portanto, de manufatura, combinando arte, técnica e habilidade manual. “As mãos são o verdadeiro instrumento de trabalho do artesão, com frequência auxiliadas por máquinas e ferramentas, elas próprias de produção artesanal”.

Constituem “exemplos de artesanato com função lúdica”: “as peças em cerâmica de Caruaru (PE)”, cuja produção ocupa hoje “centenas de famílias de artesãos”, sendo pintadas com “tintas industriais”, reproduzindo “tipos populares”.

Objeto pouco explorado na literatura brasileira, o artesanato figura residualmente na obra dos folcloristas, como revisaremos a seguir nos

estudos de Edison Carneiro, Alceu Maynard de Araújo, Renato Almeida, Vicente Salles e Câmara Cascudo.

Na classificação decimal do folclore brasileiro proposta por Edison Carneiro (1957, p. 129-138), pertence à categoria cinco – artes e técnicas –, que o autor considera “um dos capítulos mais pobres da bibliografia brasileira”.

Aparece ali de forma plural – artesanatos –, mas também de modo singular, tipificando o suporte – cerâmica –, a função – decoração – ou os objetos – ex-votos, vestimenta, adornos, brinquedos etc.

Esse raquitismo cognitivo transparece em obras panorâmicas como as de Alceu Maynard Araújo (1967, 1973). Classificados como “fatos da cultura material”, os processos artesanais são enfocados descritivamente nos itens: rendas e rendeiras, labirinto, rede de dormir, cestaria, cerâmica e modelagem, xilogravura.

Renato Almeida (1965, p. 185-197) confere maior sistematização, em seu manual de coleta folclórica. Dedicando um capítulo especial às artes populares e aos artesanatos, focaliza a cerâmica, a fiação e tecelagem, cestaria, bem como os objetos produzidos em couro, pedra e penas.

Vicente Salles (1973, p. 173) define o “trabalho artesanal” como um processo caracterizado pela conjugação dos seguintes fatores: Manual: “tudo que é feito a mão pelo homem”; Rústico: empregando “técnicas elementares”; Ecológico: em sintonia com o meio ambiente, porque destinado ao consumo “doméstico” ou “regional”, refletindo os “estilos de vida” dos destinatários.

Coexistindo, paradoxalmente, com a “era industrial”, o artesanato ocupa braços ociosos não assimilados pelas fábricas, produzindo peças “utilitárias” e “ornamentais”, geralmente consumidas pelos usuários dos pacotes turísticos.

Como “sobrevivência cultural”, trata-se de fenômeno monitorado politicamente por organizações comunitárias, como as cooperativas – servindo os trabalhadores – e por instituições públicas como os museus – preservando a memória social.

Apesar de não incluir o artesanato no *Dicionário do folclore brasileiro* (Rio de Janeiro, INL, 1962), também Câmara Cascudo (1967) valorizou esse fenômeno, situando-o no campo “ergológico” e anotando que “o povo conserva o seu patrimônio tradicional [...] nos formatos antiquados que muito

lentamente vão sendo mudados”. Sua tipologia inclui: móveis e utensílios, redes de dormir, aparelhagem de caça e pesca, cerâmica, cestaria, indumentária, culinária.

No conjunto da sua obra, o cientista potiguar dedica estudos etnográficos a algumas dessas formas de expressão popular: o traje do vaqueiro (1955), a rede de dormir (1959) e a culinária (1977).

25.2.4. *Paredes do povo*

Quando Luiz Beltrão animou o ambiente cultural nordestino, no início dos anos 60, lançando sua hipótese da folkcomunicação, sua argumentação estava fundamentada num objeto do artesanato religioso, o ex-voto. Sugerindo sua função informativa, independente da motivação mística dos seus agentes, ele dava continuidade ao debate sobre a “dinâmica do folclore” lançada nacionalmente por Edison Carneiro (1959, 1965), no qual intervieram outros interlocutores emblemáticos como Florestan Fernandes (1978), Carlos Estevão Martins (1963), Ferreira Gullar (1965).

Desse debate, que Luiz Antonio Barreto (2005, p. 61) depois avaliaria como politicamente eivado de uma “esterilidade sem precedentes”, resultaram algumas ações afirmativas, como as que foram resgatadas por Edenio Valle e José Queiroz (1979) sobre a cultura do povo, por Manoel Berlinck (1984) sobre os centros populares de cultura, e por Carlos Rodrigues Brandão (1985), a respeito dos movimentos de educação e cultura popular.

Inclui-se nesse contexto a antologia organizada por Marques de Melo (1971), sob o título *Folkcomunicação*, documentando as incursões que precederam Luiz Beltrão (1971) na demonstração da sua teoria da folkcomunicação: entre os autores selecionados estão Lévi-Strauss, Hernani Donato, Mauro Mota, Roberto Pontual, Ariano Suassuna e Clarival do Prado Valadares. Em síntese, a intenção era justificar a oportunidade do “campo de estudos” aberto pelo mestre pernambucano, então radicado em Brasília, focalizando o estudo das “formas de comunicação intragrupal e interpessoal dominantes nas regiões [...] onde o desenvolvimento ainda não penetrou, e onde também não penetraram o rádio, a TV, o jornal, o cinema” (Marques de Melo, 1971, p. 6).

Configura-se aí a inclusão do artesanato no campo dos estudos folkcomunicacionais, respaldado pelos textos de Roberto Pontual sobre a xilogravura popular e de Clarivaldo do Prado Valadares sobre objetos

artesanais que as elites julgavam “pseudoartísticos”. Nem por isso, Luiz Beltrão se esquivou de estudá-los, ainda que de modo referencial, na tese de doutorado defendida em 1967 na Universidade de Brasília, parcialmente convertida em livro – *Comunicação e folclore* (1971) –, cuja versão integral só viria a circular no livro *Folkcomunicação* (2001).

Na verdade, os objetos artesanais perderam transparência no conjunto dos estudos folkcomunicacionais porque tem sido diagnosticados em função dos conteúdos imateriais (valores) que disseminam (religiosos, políticos ou artísticos), ficando à sombra os formatos que melhor os definiriam como arrefatos manufaturados.

Uma exaustiva lista de tais objetos encontra-se indicada aos pesquisadores potenciais dos “sistemas de comunicação” (Marques de Melo, 1978, p. 211-239).

No entanto, sua abrangência foi caracterizada pelo próprio Luiz Beltrão (1980, p. 53), ao tratar dos mutirões constituídos pelos “grupos rurais marginalizados” que se reuniram em “núcleos mais ou menos homogêneos” para fortalecer os “trabalhadores do artesanato”:

- as rendeiras e fiandeiras do Ceará e de Alagoas
- os ceramistas de Caruaru (PE), de Maragogipe (BA), de São José (SC), do Vale do Paraíba do Sul (SP);
- os escultores de pedra sabão nas cidades históricas de Minas Gerais;
- os joalheiros que lapidam ametistas, topázios e águas marinhas em Cristalina (GO) etc.

Em sua peroração, Beltrão concita os pesquisadores da área a resgatar as raízes medievais dessas ações contemporâneas.

Os artesãos do campo, segundo as tradições dos seus ancestrais medievos, têm não as suas ruas, mas os seus bairros e arruados, em cujos limites encontram com mais facilidade a matéria-prima de que se valem, sob a orientação dos mais velhos e experimentados, para elaborar e veicular, nas peças que criam, utilitárias ou artísticas, as mensagens icônicas entranhadas em linhas e fios dos bordados e rendas, nas formas e figuras de barro, pedra, madeira ou metais, nos signos fulgurantes e multicoloridos das joias e objetos de material semiprecioso que, nos colos, nos pulsos ou nas casas de famílias mais afortunadas *gritam*, silenciosa, despercebida, mas constantemente, o conteúdo filosófico e social do discurso do mundo rural distante (Beltrão, 1980, p. 53).

Da mesma forma, o criador da Folkcomunicação concita os jovens engajados nos projetos de iniciação científica a desvendar o universo

simbólico contido nos grafitos pornográficos e político-filosóficos inscritos nos banheiros públicos ou nas paredes das praças, representando uma espécie de “feedback hipotético” de natureza “subversiva” daqueles contingentes excluídos de participar ativa e legalmente da vida nacional.

Essa generalizada simplificação do sentido da mensagem em grafitos, simplificação que, de resto, ocorre com as demais manifestações do pensamento popular, é que nos leva a apreciá-los, em seguida, através de três das mais frequentes modalidades, fundamentadas nos locais-suportes que lhes servem de veículo:

- a) As inscrições nas vias públicas
- b) Os grafitos de sanitários
- c) As legendas de para-choques e os desenhos de lameiros de caminhões.

Ainda ecoa na lembrança dos seus discípulos a justificativa dessa atitude rebelde e contestatória.

Como a praça celebrada pelo poeta, a parede é do povo. Tal como os muros e tapumes, enquanto protegem a intimidade dos que vivem e labutam nos espaços interiores limitados, permitem quase sempre a contragosto a utilização pública de suas superfícies externas, em mensagens inscritas que proclamam ideias, lavram protestos, exprimem anseios e sugerem soluções, zombam do sistema e dos seus mentores e administradores, desafiam, estimulam, excitam e incitam os transeuntes à ação. São o mural dos emissores livres e anônimos, sem acesso a outros meios gráficos mais sofisticados (Beltrão, 1980, p. 227).

25.2.5. Ecos da rebeldia

Os participantes da XIV Conferência Brasileira de Folkcomunicação, reunidos no espaço universitário de Juiz de Fora (MG), de 4 a 7 de maio de 2011, foram desafiados a dar continuidade aos anseios utópicos de Luiz Beltrão. Ampliando e ajustando o foco dos estudos folkcomunicacionais, foi possível diagnosticar a natureza do artesanato nacional, regional e local, vislumbrando nuances particulares dessa expressão da cultura popular.

Da mesma forma que Luiz Beltrão, em 1964, animou a comunidade de estudos comunicacionais que se instalava ousadamente em Juiz de Fora, seus sucessores na Rede Folkcom mobilizam, em 2011, todos os pares e discípulos para o exercício da rebeldia investigativa (Lopes Filho, Fernandes, Coutinho, Mendes e Oliveira – *A Folkcomunicação no limiar do século XXI*, Juiz de Fora, EdUFJF, 2012). Ao praticar a “imaginação folkcomunicacional” para explorar a agenda temática da atualidade, a nova geração segue o passo do fundador da disciplina. Ele temia seu congelamento dogmático e sua hipertrofia conservadora, evitando a miopia dos folcloristas tradicionais que

transformaram a cultura popular em peça de museu, destituída do dinamismo que lhe é peculiar.

Examinando uma amostra intencional, selecionada pelo conteúdo e pela metodologia, daqueles trabalhos inscritos e debatidos na XIV Conferência, torna-se evidente a sintonia da vanguarda dos estudos folkcomunicacionais com os apelos beltranianos.

No patamar teórico, verifica-se que seus ecos repercutiram diretamente nas comunicações inscritas por Cristina Schmidt, Maria José Oliveira e Guilherme Fernandes. São peças representativas de três gerações da comunidade folkcomunicacional.

Schmidt, com a sua experiência de pesquisadora sênior, argumenta que o artesanato constitui uma forma recorrente de “representação do cotidiano”, enfeixando “fragmentos” que remetem ao “passado” e ao “presente” para ensinar uma nova identidade “glocal”.

Nessa linha, também raciocina Maria José Oliveira, embora denotando o distanciamento típico da geração do meio. Ela procura graduar o foco identitário para demonstrar sua regionalidade explícita, justificando tratar-se de “expressão cultural” cuja “embalagem surge não apenas como invólucro, mas como um meio de desnudar peculiaridades regionais”.

Por sua vez, Guilherme Fernandes, conotando a ousadia teórica da nova geração, reflete sobre o conceito de “ativista midiático”, sustentado por Trigueiro, remetendo-o às noções de “mediação social” (Martín-Barbero) e de “hibridismo cultural” (Garcia Canclini) para concluir que elas não são discrepantes do conceito de “intermediação comunicacional” formulado pioneiramente por Luiz Beltrão.

Mas é no território empírico que existe uma expressiva sintonia entre a postura rebelde de Luiz Beltrão e a ousadia investigativa dos jovens pesquisadores. Vamos examinar três casos singulares.

Thifani Postali reconhece o potencial folkcomunicativo do *blues* e do *hip hop*, expressões musicais *made in USA*, porém aculturadas em nossas periferias metropolitanas. Suas metas são elucidativas: ao “refletir” sobre os “bluesmen e rappers” como “líderescomunicadores”, ele pretende, na verdade, “pensar a música como meio de comunicação específico de grupo”.

Renan Simões aprofunda o conhecimento sobre as *tatuagens*, tipo de folkcomunicação icônica que galvaniza o interesse da juventude contestatária

no espaço “transfronteiras”. Confirmando a tendência anotada por Marques de Melo (2008) em seu estudo sobre a folkcomunicação na internet, ele escutou “tatuadores e tatuados” para aferir o grau de “consciência” comunicativa de autores e usuários. Seu interesse é “descobrir” se as imagens tatuadas na “pele” são feitas com a intenção de expressar “pontos de vista” ou se refletem apenas o “modismo” juvenil.

Marcelo Sabbatini envereda de forma destemida pelas sendas da folkcomunicação erótico-pornográfica, resgatando a persistência do erotismo peculiar ao artesanato de povos indo-americanos, euro-mediterrâneos e afro-asiáticos. Sua análise histórica confronta os hábitos culturais eruditos – arte erótica preservada nos museus –, os costumes das massas – apropriações turísticas da pornografia disfarçadas em *souvenir*, *gadget*, *regalo* ou lembrancinha – ou as práticas das classes populares – objetos rusticamente erótico-pornográficos. A intenção é sensibilizar os “ativistas midiáticos” para a defesa do “patrimônio cultural” embutido nos “significados de gênero” que são difundidos por tais objetos.

Além desses, foram identificadas outras contribuições relevantes para a construção de uma fotografia multidimensional das apropriações dos fenômenos típicos da folkcomunicação pela indústria midiática e pelos movimentos sociais.

No primeiro caso, destacam-se as pesquisas feitas em parceria por Iluska Coutinho & Gilze Bara – a propósito das narrativas telejornalísticas das “festas juninas”; por Paulo Roberto Leal e Bianca Alvin – sobre os usos do futebol nas emissões teleesportivas; por Eliana Ramos e Betania Maciel – sobre a “reconversão” turística do artesanato dos “papangus” pernambucanos; por Maria Cristina Gobbi e Lana Santos – a respeito das “aplicações” folkcomunicacionais na publicidade.

No segundo caso, mostram-se expressivas as incursões feitas por Isabella Martins e Igor Arantes, descortinando a subcultura dos “góticos”, grupos culturalmente marginalizados que formam tribos juvenis caracterizadas pelo vestuário (roupas escuras), cor dos cabelos (negro ou tons chocantes) e pela estética (culto ao horror e à decadência); por Júnior Pinheiro, que estudou os “pontos de cultura” como “centros de produção do vídeo popular”, incentivados pelo governo federal como “alternativa à grande mídia”; ou por Romerito Pontes, cujas reflexões sobre “idealismo na prática do movimento

estudantil” estabelecem conexões estratégicas entre propaganda e cultura popular.

Finalmente, despertam atenção os trabalhos que focalizam os “objetos ou suportes” folkcomunicaçãois.

Em verdade, predominam os objetos “convencionais”, como o cordel, pesquisado por Franklin Almeida, Jeffesron Duarte e Sonia Xavier; o bordado, que Raruza Gonçalves e Christina Musse analisam como prática artesanal convertida em “instrumento de afirmação de identidades”; a gastronomia, que Jamile Pontes redimensiona como “patrimônio imaterial de uma cultura”; as bonecas artesanais como canais de projeção das “representações femininas”, pesquisadas por Karina Woitowicz e Ana Carolina Miola; ou ainda os ex-votos, cujos “elementos folkcomunicaçãois” foram interpretados por Jacqueline Dourado e Renan Marques num santuário piauiense.

Mas começam a surgir trabalhos que valorizam objetos ou suportes inovativos. As contribuições que denotam curiosidade são aquelas provenientes de comunidades atípicas, como por exemplo o estudo do design solidário numa comunidade artesã de Goiás ou a pesquisa que Livia Machado desenvolveu a respeito da festa alemã de um bairro de Juiz de Fora (MG).

Contudo, os relatos dotados de maior expressividade comunicacional foram realizados sob a tutela intelectual de Sergio Gadini. Em parceria com Isadora Camargo, ele estuda as “embalagens como dispositivos folkcomunicaçãois estratégicos”, veiculando mensagens regionais, políticas, religiosas ou promocionais. Com a participação de Gisele Barão da Silva, o professor paranaense examina o “vestuário regionalizado e identitário”. Trata-se de um estudo diferenciado sobre as camisetas promocionais. Nesse caso, o usuário procede como um “agente folkcomunicaçãois”, dialogando com as manifestações regionais ou de outra natureza.

25.2.6. Espírito do tempo

Enquanto disciplina acadêmica, a folkcomunicação vivenciou dois momentos cruciais: a criação do objeto, em consonância com a ideia esboçada por Luiz Beltrão, e a configuração do campo pela prática dos pesquisadores que endossaram sua proposta inovadora.

A nova geração que institucionaliza a disciplina defronta-se com a missão de atualizar o legado do fundador para dar continuidade ao seu projeto

multifacético, de acordo com a natureza da sociedade que marca a fisionomia do século XXI.

A circulação de obras de referência, como *Território da folkcomunicação* (Natal, 2011), *A folkcomunicação no limiar do século XXI* (Juiz de Fora, 2012) e *Metamorfose da folkcomunicação* (São Paulo, 2011) sinaliza positivamente, ensejando o fortalecimento da disciplina em função da agenda do novo tempo e das motivações de sua comunidade acadêmica.

Em processo de maturidade acadêmica, a folkcomunicação tem se mantido em constante sintonia com o espírito do tempo. Sem perder de perspectiva sua vocação popular, seu compromisso com a superação da marginalidade social, vem buscando desenvolver estudos de interesse da grande área de comunicação. A metamorfose tem sido, portanto, uma característica permanente da sua trajetória.

Nesse sentido, a própria configuração do objeto mostrou-se porosa. Desde a sua gênese no pensamento beltraniano, busca compreender a realidade, em constante transformação, sem querer aprisioná-la ou desfigurá-la.

Se tomarmos como marco fundacional a publicação do emblemático artigo de Luiz Beltrão sobre o ex-voto e fizermos um retrospecto de sua obra jornalística, veremos que tal objeto vai se tornando perceptível bem antes. Ele está delineado no livro *Iniciação à filosofia do jornalismo* (Rio, Agir, 1960, p. 24-32), quando o autor faz sua estreia universitária e precisa demonstrar erudição, revisando criticamente a literatura da área. Ao focalizar a pré-história do jornalismo, Beltrão descreve algumas manifestações que precederam o “puro jornalismo”, como, por exemplo, os pasquins, os pregões e os poemas satíricos que preencheram as demandas informativas da época.

Esse quadro retrospectivo aparece bem mais nítido no livro-texto *Teoria e prática do jornalismo* que precede sua trilogia sobre os gêneros jornalísticos – informativo, opinativo e interpretativo –, obra que circulou em fascículos no período 1961-1963 e foi reeditada, num só tomo, em 2006 pela Cátedra Unesco/Umesp de Comunicação, em parceria com as Faculdades Adamantinenses Integradas, FAI. Seu primeiro capítulo sobre o jornalismo como atividade humana e social contém uma ampla descrição daquelas formas “rústicas” de jornalismo que antecederam a imprensa. No caso brasileiro, elas florescem durante todo o período colonial e subsistem nas zonas marginais da sociedade, onde a civilização ainda não chegou.

Ainda que não explicitasse o conceito de folkcomunicação, Luiz Beltrão incluiu naturalmente esse fenômeno no elenco de atividades investigativas previstas para o Instituto de Ciências da Informação, ICINFORM, entidade que ele fundou no dia 13 de dezembro de 1963, em convênio com a Universidade Católica de Pernambuco. O programa de ação investigativa no plano folkcomunicacional só tomaria corpo em 1965, quando ele publica o artigo sobre o ex-voto como veículo jornalístico. Trata-se de roteiro que seria testado posteriormente na pesquisa de campo realizada para subsidiar sua tese sobre folkcomunicação, defendida na Universidade de Brasília, em 1967.

Luiz Beltrão tinha consciência da amplitude do campo, explorando inicialmente o território que lhe parecia mais descortinável, porque mais próximo. Esse reducionismo “nordestino” me chamou atenção e fiz questão de torná-lo público na resenha que publiquei em 1968 na edição n. 14 dos *Cadernos de jornalismo e comunicação* do Jornal do Brasil. Outro reducionismo que destaquei foi justamente o de natureza “jornalística”, pois o pesquisador pernambucano limitou-se à função informativa da folkcomunicação, deixando de lado as funções educativas, persuasivas, diversionais e utilitárias.

Convencido dos meus argumentos e de outras observações feitas por terceiros, Beltrão ampliou o seu universo de pesquisa, focalizando todas as nuances funcionais dos processos de folkcomunicação. Tanto assim que ele faz uma reviravolta surpreendente em sua agenda de pesquisas, cujos resultados só irão aparecer no livro *Folkcomunicação, a comunicação dos marginalizados* (São Paulo, Cortez, 1980). Certamente ele incorporou depois várias contribuições, aberto sempre para dialogar e aceitar críticas construtivas.

Essa metamorfose de uma disciplina ainda em formação reflete o clima de liberdade que se tornaria hegemônico na comunidade acadêmica embrionária. Ao fazer um balanço das tendências da pesquisa brasileira em folkcomunicação, ele anota que, “apesar das restrições impostas pelo momento político”, diversas universidades e centros de pesquisa desenvolvem estudos dessa natureza (Beltrão, 1983, p. 71).

Essa difusão intensiva contribuiu para legitimar a pesquisa na área. Em 1987, Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Barbosa publicam a segunda edição, revista, do “Dicionário de Comunicação” (São Paulo, Editora Ática),

incluindo verbete dedicado a Luiz Beltrão (p. 611), onde este é reconhecido como o criador da folkcomunicação, “ampla área de estudos [...] dos públicos marginalizados urbanos e rurais”.

Trata-se de reconhecimento lastreado sobretudo pela repercussão internacional de seus estudos inovadores, como bem o registrei em texto anterior.

Umberto Eco publica artigo em jornal de Milão (Itália), referindo-se ao estudo de Beltrão sobre o folclore como cultura de resistência no Nordeste brasileiro. Jorge González faz menção às teorias das mediações (Barbero) e das intermediações (Beltrão), em seu livro sobre as culturas urbanas (México), ressaltando que ambas se nivelam pela aderência aos esquemas funcionais de análise (Marques de Melo, 2011).

Marco decisivo para a conversão da rede de estudos em comunidade acadêmica foi a realização, em 1995, do “Seminário Internacional Identidades Culturais Latino-americanas em Tempo de Comunicação Global”, organizado pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), com patrocínio da Unesco. Resultante desse seminário, a Unesco cria na Umesp a Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, que, entre suas ações, promoveu a Conferência Brasileira de Folkcomunicação (Folkcom), estimulando a Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação (Rede Folkcom).

Nessas quase duas décadas de funcionamento da comunidade dos pesquisadores de folkcomunicação, os avanços são constantes. Espalhados pelo território nacional, esses núcleos acadêmicos possuem dinamismo próprio, reunindo-se anualmente para disseminar o conhecimento novo e para avaliar o saber acumulado.

É bastante alvissareiro o balanço que faz Cristina Schmidt a propósito do desenvolvimento da folkcomunicação.

Essa disciplina vem ganhando destaque, a cada dia, e conquista sintomaticamente um número crescente de adeptos – pesquisadores e professores que trabalham com a temática à luz da teoria da folkcomunicação e de metodologias próprias. [...] Ainda conseguiu reconhecimento nos campos das pesquisas da Lusofonia, como em Portugal, e objeto de estudos em centros de pesquisa de vários países da América Latina e da Europa (Schmidt, 2011, p. 256-275).

A proposta da antologia *Metamorfose da folkcomunicação* (São Paulo, EDITAE, 2013), publicada graças ao meritório esforço e ao talento transparente de Guilherme Fernandes, é justamente oferecer subsídios para

que novos espaços se organizem e novos grupos dinamizem a pesquisa, sempre fiéis ao espírito de abertura para incluir novos fenômenos nos seus estudos, mas também sem perder de perspectiva a realidade em que vivemos ou sobrevivemos.

CAMINHOS CRUZADOS: PAULO FREIRE E LUIZ BELTRÃO

O Pensamento Comunicacional Latino-americano distingue-se de suas matrizes referenciais, europeias ou norte-americanas, pelo compromisso que assume em relação ao bem comum, ou seja, ao interesse público e às aspirações coletivas.

Em suas reflexões da maturidade, Luis Ramiro Beltrán (2000) situa a questão dos direitos humanos no cerne daquele ideário construído pelos pioneiros da Escola Latino-Americana de Comunicação. Eles queriam efetivamente intervir na cena comunicacional dos respectivos países, contribuindo para corrigir distorções e melhorar o desempenho das organizações produtoras de bens simbólicos. Estavam mais comprometidos com o interesse público e menos sensibilizados pelos interesses corporativos dos capitães do sistema produtivo. Ou daqueles militantes políticos, encastelados na burocracia estatal-sindical.

Foi justamente esse engajamento público que fortaleceu a embrionária comunidade acadêmica latino-americana, dando-lhe projeção mundializada no campo comunicacional.

Lamentavelmente, essa legitimidade internacional não encontraria acolhida no interior da sociedade política do nosso continente, justamente pela ideias heterodoxas dos seus protagonistas. Por um lado, eles defendiam o planejamento estatal para evitar o caos midiático. Por outro, reivindicavam a liberdade de expressão para neutralizar o monopólio informativo.

Os integrantes da promissora Escola Latino-Americana de Comunicação (Duarte, 2007) foram combatidos no interior de cada país da região. Eles enfrentaram reações dos falsos capitalistas que temiam a livre competição,

afeitos que estavam ao controle da engrenagem estatal para se beneficiar autarquicamente, recusando o arbítrio do Estado, a partir de regras democraticamente instituídas.

Também foram patrulhados pelos falsos democratas, políticos acantonados nos aparelhos burocráticos do Estado. Defensores de interesses corporativos, tais agentes partidários estavam obcecados pelo monopólio das informações, visando beneficiar os respectivos agrupamentos ideológico, em detrimento da abertura do espectro comunicacional para o uso responsável de toda a coletividade (Marques de Melo, 2009).

São questões que não se esgotaram completamente. Continuam vigentes do ponto de vista histórico. Sem dúvida alguma, elas vão ressurgir, sob novas aparências. Na esteira da complexa sociedade em processo de ascensão mundial, não surpreende a explosão comunicacional que se dá no campo acadêmico (Marques de Melo, 2011).

26.1. PATRULHAS IDEOLÓGICAS

Intensifica-se conjunturalmente a atração exercida pelo campo da comunicação sobre a juventude no interior da academia. Wolfgang Donsbach (2006, p. 437), editor da *International Encyclopedia of Communications*, verificou que nenhum campo do conhecimento cresceu tanto quanto o nosso, nos últimos trinta anos.

Expandiram-se os cursos superiores, ampliando-se as matrículas na graduação e na pós-graduação; multiplicaram-se as revistas científicas e profissionais, como também as edições de livros, tanto impressas quanto eletrônicas; aumentou o volume dos recursos aplicados em pesquisa científica, seja no setor público, seja no setor privado; cresceram os fluxos nacionais e internacionais de intercâmbio cognitivo, através de congressos, seminários e colóquios.

Não precisamos ir muito longe para confirmar esse fenômeno. O caso brasileiro é paradigmático. Trata-se de um crescimento em escala. Vejamos os indicadores do segmento universitário. Nos primeiros 50 anos, 1940-1980, tivemos um elastecimento exponencial, quintuplicando o número de instituições dedicadas a formar profissionais de comunicação. Passamos de 2 no final dos anos 1940 para 23 no final dos anos 60, atingindo 163 no final dos anos 80. Nos últimos 30 anos, nossa curva de crescimento manteve-se

ascendente, embora em ritmo menor, duplicando periodicamente. Os dados disponíveis registravam, por exemplo, o funcionamento de 525 cursos de graduação no ano 2001, cifra hoje superior a 1.000, segundo estimativas do Ministério da Educação (Marques de Melo, 2006, p. 2).

Justifica-se, portanto, a curiosidade de pesquisadores jovens, interessados em aquilatar a razão dessa tendência e desvendar os processos constitutivos da área, seu desenvolvimento, suas ramificações.

Para entender melhor o fenômeno torna-se indispensável inventariar o perfil do campo, identificando instituições, agentes cognitivos, linhas de pensamento, bem como seus contextos, especificidades e perspectivas.

26.2. INCLUSÃO, EXCLUSÃO

Contribuindo para esse processo analítico-interpretativo, escrevi o ensaio “Memória do campo acadêmico da comunicação”, publicado na coletânea que circulou no recente congresso da INTERCOM (Barbosa e Moraes, 2011, p. 19-76).

No entanto, para quem se inicia no campo, creio útil saber quem esteve na vanguarda desse movimento intelectual. Daí a decisão de focalizar dois pioneiros nacionais que conquistaram legitimidade internacional, figurando nos repertórios históricos das ciências da comunicação.

Trata-se de Paulo Freire e Luiz Beltrão, personalidades marcantes do cenário brasileiro em meados do século XX, cuja trajetória já foi resgatada comparativamente por Antonio Hohlfeldt num ensaio destinado ao X Colóquio Internacional da Escola Latino-americana de Comunicação, realizado em Pelotas (RS) em 2007 (Marques de Melo, Gobbi e Heberlê, 2008, p. 155-164).

Pretende-se, aqui, dar sequência a essa comparação, focalizando sua contribuição para os direitos humanos. O pensamento comunicacional de ambos está fundamentado nos processos de inclusão e exclusão peculiares às sociedades ibero-americanas. “[...] Luiz Beltrão e Paulo Freire, cada um a seu modo, mas complementarmente, deram passos importantes no sentido da integração dessas populações marginalizadas, reconhecendo-lhes meios de autoafirmação, de diálogo e de reconhecimento junto aos segmentos de elite letrada, econômica e cultural” (Hohlfeldt, 2007, p. 164).

A confirmação dessa evidência transparece na antologia recentemente

publicada, em inglês e espanhol, pelo Communication for Social Change Consortium, CSCC, sob a direção de Alfonso Gumucio e Thomas Tufte, servindo como fonte de referência sobre o pensamento comunicacional do terceiro mundo:

Ali figuram, dentre os pioneiros, os dois brasileiros – Luiz Beltrão Andrade e Paulo Freire – autores de obra amadurecida, sistemática e relevante.

Esses dois intelectuais brasileiros passaram à história do campo comunicacional como autores de ideias inovadoras e temáticas singulares. Ambos introduziram conceitos fundamentais para se identificar a natureza da sociedade de classes que permeia o panorama da América Latina. Nessas formações sociais, as classes subalternas assumiram protagonismo especial, desde as lutas pela independência nacional, no século XIX, e durante todo o processo de reconstrução cultural, no século XX, prosseguindo no fortalecimento do sistema democrático, vigente neste limiar do século XXI.

São intelectuais enraizados nas classes populares, e por isso mesmo identificados com a questão dos direitos humanos.

Paulo Freire introduziu o conceito de *comunicação dos oprimidos*.

Luiz Beltrão preferiu a noção de *comunicação dos marginalizados*.

As duas ideias estão enraizadas nos princípios do *nacionalismo desenvolvimentista* cultivado no Brasil pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, nos anos 1950. Enquanto Paulo Freire estriba-se no ideário filosófico de Álvaro Vieira Pinto – fundado no existencialismo-dialético –, do qual emergem as categorias “consciência crítica” e “país oprimido”, Luiz Beltrão ancora-se na “dinâmica do folclore”, caudatária do marxismo gramsciano que caracteriza a prática etnográfica de Édison Carneiro.

Paulo Freire esboça inicialmente a proposta de uma “educação como prática da liberdade”, evoluindo na fase de asilado político para defender a tese da “comunicação libertadora” como requisito para estancar a “educação bancária”, geradora da “pedagogia do oprimido”.

Luiz Beltrão vislumbra a “folkcomunicação” como instância recodificadora, no plano comunitário, durante a segunda fase do processo da comunicação de massa. Incorpora depois a noção de “contrainformação”, como estratégia para superar a “comunicação dos marginalizados”, a partir da sua observação do entrelaçamento do folclore com os processos de

“resistência cultural” nas periferias urbanas das grandes metrópoles. Seus discípulos, como Roberto Benjamin, Joseph Luyten e Severino Lucena, atualizariam a teoria folkcomunicação para dar conta dos processos contemporâneos de “ressignificação” do folclore, quando a folkcomunicação se transforma em “folkmídia”, ou em folkmarketing”, quando apropriada pelo turismo, pela publicidade ou pela indústria cultural (Marques de Melo, 2008a).

26.3. MARGINALIZADO, OPRIMIDO

Para conhecer a tese beltraniana da folkcomunicação recomenda-se partir do livro *Folkcomunicação* (Porto Alegre, EdiPuc, 2001), onde está reproduzida a versão integral da tese de doutorado defendida na Universidade de Brasília, 1966-1967. A edição lançada inicialmente – *Comunicação e folclore* (São Paulo, Melhoramentos, 1971) – foi mutilada pela supressão do capítulo teórico.

O passo seguinte é a leitura da obra de maturidade – *Folkcomunicação, a comunicação dos marginalizados* (São Paulo, Cortez, 1980), incorporando as atualizações e inovações introduzidas no pensamento folkcomunicação, um quarto de século após a fundação da disciplina.

Para os que desejarem encurtar o caminho, a alternativa é a obra seleta *Folkcomunicação, teoria e metodologia* (São Bernardo do Campo, Metodista, 2004).

O legado freireano é mais complexo. Seu filão principal é composto de obras que dão conta das suas observações e reflexões sobre os processos comunicacionais como instâncias educativas. Ou melhor, onde a comunicação desempenha função secundária ou derivada.

Todavia, a fonte seminal do pensamento de Paulo Freire no campo da comunicação é inquestionavelmente *Educação como prática da liberdade* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967), versão revista da tese apresentada à Universidade Federal de Pernambuco para ocupar a cátedra de História da Educação.

Embora classificado no concurso, a vaga não lhe foi atribuída, justificando a recomendação da banca examinadora de conceder-lhe os diplomas de doutor e livre-docente, como uma espécie de “prêmio de consolação”.

Esse episódio está documentado no livro *Educação e realidade brasileira*

(São Paulo, Cortez, 2001), lançado pela Cortez Editora, incluindo não apenas a tese original, mas artigos e depoimentos de pessoas que acompanharam o desfecho.

A seguir, vem *Extensão ou comunicação?*, escrito em espanhol e publicado em 1969 pelo Instituto de Capacitación e Investigación en Reforma Agrária – mais conhecido pela sigla INCIRA. A edição brasileira contém a tradução para o português feita por Rosiska Darcy de Oliveira e tem o selo da Paz e Terra (Rio de Janeiro, 1971), constituindo-se como fonte essencial para compreender a radicalização do pensamento freireano e sua aproximação ao marxismo, sem, contudo, a ele se converter ordinariamente.

É sintomático que depois do tom indignado contido na *Pedagogia do oprimido*, obra concluída no Chile, em 1967, mas só completada em 1968, (assimilando em certo sentido o “espírito do tempo”, matizado pelas rebeliões juvenis que sacudiram o mundo inteiro), Paulo Freire reassuma sua postura crítico-reflexiva, como evidencia, por exemplo, na coletânea *Ação cultural para a liberdade* (Rio, Paz e Terra, 1976).

Tornando-se o carro-chefe do seu projeto editorial, *Pedagogia do oprimido* teve a seu favor não apenas a circunstância do seu lançamento em língua inglesa (1970), mas sobretudo o clima de radicalização política instaurado pela “guerra fria”, fomentando os conflitos ideológicos e as tensões internacionais.

O retorno ao Brasil, depois da anistia política de 1979, contribui para o reencontro com suas raízes, tanto culturais quanto ideológicas. Isso transparece nos títulos lançados em seu ocaso intelectual, dos quais o mais significativo é sem dúvida *Pedagogia da esperança* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992), onde ele faz o seu “acerto de contas” com a “pedagogia do oprimido”.

Os seus inéditos permitem verificar que os últimos tempos de sua produção intelectual foram marcados pela alternância entre a “pedagogia da indignação” e a “pedagogia da tolerância”, como procura demonstrar sua herdeira afetiva e cognitiva, Ana Maria Araújo Freire, nas obras póstumas que vem lançando com o selo da Editora UNESP.

Mas o pensamento comunicacional de Paulo Freire não pode ser compreendido inteiramente sem consulta aos *Diálogos sobre educação* (Rio de Janeiro, Paz e Terra), que o educador pernambucano manteve com Sérgio

Guimarães, especialmente o volume 2 (2003), no qual é possível perceber sua “indignação” perante a tecnologia midiática, temperada por alguns momentos de “tolerância” em relação aos educadores, como é o caso do seu próprio interlocutor na obra referida.

26.4. BIOGRAFIAS COMPARADAS

Na tentativa de melhor apresentar Beltrão e Freire aos jovens graduandos e pós-graduandos e de reapresentá-los aos seus professores, vou adotar uma metodologia menos formal, explicando em linguagem coloquial seus perfis intelectuais e suas dimensões humanas.

Nenhum modelo mais apropriado que o de Plutarco, o historiador grego que exercitou com maestria o método das biografias comparadas.

Beltrão (1918) e Freire (1921) pertencem à geração do pós-guerra mundial (a primeira, que durou entre 1914-1918), integrando-se à vida social em tempo de crise.

Em compensação, cresceram sob o impacto das transformações no espectro comunicacional, usufruindo as inovações advindas do cinema e do rádio.

Luiz Beltrão tem consciência dessas transformações, lembrando o impacto provocado em sua juventude:

Mas aquela década não admitia a marginalização e o silêncio: o cinema adquiria fala, o rádio começava a invadir os mais cerrados redutos, levando o mundo para o interior das casas, sem respeitar paredes ou distâncias, sem necessitar de caminhos terrestres ou marítimos, num desafio irresistível aos censores (Beltrão, 1998, p. 47).

Possuindo comum naturalidade pernambucana – Beltrão nasceu em Olinda; Freire, em Recife, mas viveu parte da infância em Jaboatão –, suas famílias viveram em condições sociais intermitentes

Como integrantes da classe média, os padrões de vida oscilavam de acordo com as conjunturas. Tanto assim que Paulo Freire confessa momentos de penúria em sua casa, dizendo que aprendeu quão amarga é a fome. “Fome real, concreta, sem data marcada para partir... [que] foi chegando sem pedir licença, que se instala e vai ficando sem ter para quem se despedir, [...] vai tomando o corpo da gente... [...] vai afinando as pernas, os braços, os dedos...” (Freire, 2006, p. 44).

Compartiram também a mesma religiosidade, sendo católicos praticantes. Beltrão chegou a experimentar a vida eclesial, matriculando-se no Seminário

de Olinda, mas desistiu pouco tempo depois. “Não era uma sementeira de ideias novas, não estava engajado [...] em campanhas políticas e libertárias... [...] Ainda perduravam ali, decerto, as medidas e as normas adotadas havia mais de vinte anos para isolar [os alunos] do mundo...” (Beltrão, 1998, p. 44).

Outra identidade peculiar aos dois é a formação acadêmica. São ambos egressos da Faculdade de Direito do Recife, onde buscaram fundamentação jurídica, mas não perseveraram na profissão.

“O curso de Direito, mais do que um curso jurídico, era voltado para o humanismo...” (Araújo Freire, 2006, p. 55).

Na vida privada tiveram perfis semelhantes. Tanto um como o outro casaram-se com mulher forte e solidária. D. Zita Beltrão e D. Elza Freire atuaram como professoras, donas de casa e conselheiras. E geraram prole hoje considerada numerosa: cada família se constituiu com cinco filhos, bem alimentados, educados e prontos para enfrentar adversidades ou saborear calmarias.

Luiz foi um amigo muito querido e um excelente companheiro, muito inteligente, cartesiano, um pouco (pouco?) irônico, orador brilhante, conquistava o público assim que começava a falar, dono de grande sensibilidade, alegre, afável, prudente [...] adorava a vida, odiava a injustiça, a burrice e a violência; cultivava as amizades... (Beltrão, Zita, 1998, p. 236).

A evocação de D. Elza, com quem Paulo Freire foi casado durante 42 anos, foi feita por Nita, sua sucessora.

Elza teve papel importante na vida de Paulo, dando amor e cuidando dele com afeto, acompanhando-o em seus trabalhos com o povo desde o início das atividades dele na Paróquia de Casa Amarela e no SESI-PE. Foi uma mulher forte, mas ao mesmo tempo calma, mansa e solidária, fortalecendo as ideias de Paulo... [...] Elza observava atentamente as ações de Paulo e alertava para o que ela considerava alguma falha ou algo inovador... [...] Elza o chamava para por os pés no chão... (Ana Maria Araújo Freire, 2006, p. 544).

Alguns cruzamentos convergentes podem ser notados entre os dois. Tornaram-se migrantes por contingências ocupacionais, saindo de Recife para residir em Brasília, onde ocuparam funções de comando no governo federal. Paulo Freire aceitou a direção do Programa Nacional de Alfabetização no Governo João Goulart e Luiz Beltrão atendeu ao apelo do Presidente Castelo Branco para dirigir a Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Também trilharam caminhos semelhantes quando se projetaram

internacionalmente. Paulo Freire seguiu para o Chile e Luiz Beltrão para o Equador. O primeiro para assessorar o ministro Jacques Chonchol na formulação de estratégias educacionais para a reforma agrária. O segundo para reger a Cátedra de Pedagogia do Jornalismo no Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina.

A diferença é que Beltrão não fixou residência em Quito, ali ficando temporariamente, enquanto lecionava, mas retornando sempre a Brasília, onde permaneceu sua família.

[...] numa visão crítica e clarividente, solícito em unir o pensamento universitário naquele momento... Isso lhe custou pressões, acusações e inverídicas histórias. [...] Fiz-lhe uma carta apresentando [...] e dizendo-lhe de suas qualidades de liderança etc. Esta carta foi captada e modificada de tal modo que na versão que me chegou às mãos, através de um amigo, lia-se jovem inteligente, capaz de liderar um movimento revolucionário e assim por diante. Graças a Deus, havia ficado com a cópia [...] Mas isso custou a Beltrão e a mim também, muitas vezes, vexames. Tive que ir várias vezes no IV Exército... (Armia Escobar, 1998, p. 130).

Paulo Freire, sendo asilado político, trouxe a família para Santiago, com ela prosseguindo depois em sua jornada de expatriado, primeiro em direção a Stanford depois a Genebra.

No plano bibliográfico percebemos que os dois pensadores seguem rotas autônomas. Beltrão tem uma produção multitemática, incluindo Literatura, Jornalismo, Pedagogia e Teoria da Comunicação; Freire revela perfil multifacetado: Educação de Adultos, Comunicação Dialógica, Pedagogia do Cidadão.

A obra inédita de Beltrão ficou dispersa, enquanto a de Freire mostra-se orgânica. Por isso mesmo, a primeira permanece sem difusão ampla, enquanto a segunda já está sendo socializada para satisfazer a curiosidade dos leitores potencialmente interessados.

Com a chegada da ditadura, Paulo Freire e Luiz Beltrão experimentaram a perseguição, a demissão e a prisão. Paulo Freire terminou seguindo para o exílio. Primeiro Bolívia, logo depois Chile, Estados Unidos, Suíça e depois o mundo... [...] Luiz Beltrão, por seu lado, permaneceu no Brasil. [...] Do mesmo modo que Paulo Freire sua obra traduzia [...] profunda preocupação pela sorte dos desvalidos e dos que ele chamou de marginalizados (Hohlfeldt, 2008, p. 156).

Os dois sofreram revezes inomináveis no transcurso da carreira acadêmica. Beltrão inscreveu-se no programa de estudos doutorais na Universidade de Brasília. Como candidato, é sabatinado e aprovado por renomados

acadêmicos, do país e do exterior, mas foi-lhe sonegada misteriosamente a expedição do diploma comprobatório. Freire participou de um concurso de cátedra na Universidade Federal de Pernambuco, obtendo classificação, mas não nomeação. Mesmo assim, teve direito ao diploma de doutor.

Só depois da anistia política, em 1979, por via judicial, o diploma de doutor foi outorgado a Luiz Beltrão, sem direito a ressarcimento financeiro. Como tivesse recebido esse documento, na época do concurso, Paulo Freire anexou-o ao processo administrativo que lhe garantiu aposentadoria do serviço público, ao retornar do exílio.

O esgotamento do ciclo militar que vitimou a sociedade brasileira, no século XX, permitiu aos intelectuais “malditos” recuperar prestígio, mobilidade e tranquilidade. Além de produzir academicamente, tanto Beltrão quanto Freire se dedicaram a atividades literárias, de certo modo empreendendo uma volta às origens, através do memorialismo.

Beltrão deixou de lado o realismo jornalístico, retornando oniricamente ao berço nativo para escrever uma série de crônicas pitorescas enfeixadas no livro *Memória de Olinda* (1996) e uma obra ficcional denominada *Contos de Olinda* (1989), publicados depois de sua morte.

Freire não se afastou do itinerário pedagógico, mas abrandou o estilo, optando pelo dialogismo epistolar, dirigindo a uma sobrinha distante as *Cartas a Cristina* (1994) e repartindo suas lembranças da infância pernambucana com leitores imaginários, *À sombra das mangueiras* (1993) existentes na casa de Jaboatão.

Infelizmente esses dois brasileiros que se tornaram cidadãos do mundo são hoje ilustres desconhecidos da nova geração pernambucana, confirmando a profecia: “santo de casa não faz milagre”.

Mas, em vida, eles foram recompensados com honrarias e distinções que fizeram justiça aos seus méritos intelectuais. Luiz Beltrão vem sendo reverenciado como pioneiro, patrono e emblema das ciências da comunicação. Paulo Freire consagrou-se como paradigma, modelo e guru das ciências da educação.

26.5. IDENTIDADES INTELECTUAIS

Convém realçar, ainda, suas principais identidades intelectuais. Elas podem ser encontradas na gênese fenomenológica, pois ambos foram desafiados pela

natureza injusta e preconceituosa da sociedade brasileira. Mas também estão explícitas na terapêutica inclusiva. Beltrão e Freire entendem que a superação da marginalidade e do mutismo, em nossa sociedade, depende fundamentalmente da ampliação do capital cognitivo da população excluída. Ou seja, mais e melhores escolas – educação de qualidade para todos os cidadãos.

Discrepâncias táticas entre eles explicam algumas divergências estratégicas. Beltrão encara a mídia como suporte dotado de eficácia potencialmente transformadora, mas Freire percebe a mídia como alavanca de reprodução da inércia. Isso conduz inevitavelmente a divergências estratégicas. Enquanto Beltrão vislumbra a mídia como difusora cultural, Freire, sob o argumento da inibição dialógica, refugou o uso do rádio ou da televisão em campanhas de alfabetização.

Trata-se de um paradoxo, a ser desvendado, o que pressupõe a superação da aura apologética que contamina seus discípulos. A adoção de postura crítica pode evitar o dogmatismo com que são interpretadas suas obras. Um melhor entendimento contextual faz-se necessário, no sentido de avançar a produção dos conhecimentos por ambos semeados.

Tal providência é necessária e urgente até mesmo em função dos vetores – horizontalidade e reciprocidade – que Hohlfeldt (2008, p. 161-162) chamou de comuns nos conceitos que embasam as teorias da comunicação de Beltrão – folkcomunicação – e de Paulo Freire – comunicação dialógica. Eles estão enraizados no direito de comunicar que a Declaração Universal dos Direitos Humanos assegura a qualquer cidadão, mas que pressupõe a garantia do direito de informar, por sua vez ancorado no direito de cognição que só a educação de boa qualidade pode oferecer (Marques de Melo e Sathler, 2005).

PARTE

V

INDICADORES PARADIGMÁTICOS

CAMPO ACADÊMICO

SAGA BRASILEIRA: CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, ANO 50

Não obstante os estudos sobre os processos de comunicação tenham tradição, em nosso país, desde 1846, quando a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publica o artigo de Francisco Souza Martins sobre o “Progresso do Jornalismo no Brasil” (Marques de Melo, 2009, p. 120), na verdade a noção de “campo”, naquela acepção corrente na sociologia cognitiva, data dos anos 1960-1970.

Até então, as práticas sociais e os estudos correlatos, produzidos pela academia, eram segmentados pelas disciplinas que compõem o universo das ciências da comunicação, não formando um espaço orgânico.

Como campo ao mesmo tempo empresarial, profissional e universitário, a comunicação emerge na sociedade brasileira na década de 1960, mas só ganha legitimidade no período seguinte. Vários fatores convergem para essa nova forma de organização do trabalho e do conhecimento.

O processo conquista reconhecimento nacional, consolidando-se a partir de evidências remotas e recentes, como está esboçado a seguir:

Remotas:

a) fundação, na cidade do Recife, do ICINFORM, Instituto de Ciências da Informação (1963), por iniciativa de Luiz Beltrão, logo após retornar de Quito (Equador), onde atuou como catedrático de Pedagogia do Jornalismo, a convite da UNESCO; instalação do Departamento de Investigação Científica do ICINFORM, para sistematizar o conjunto de pesquisas empíricas efetuadas no ano anterior (1964); promoção do I Curso Nacional de Ciências da Informação (1964); lançamento da revista *Comunicações & Problemas*, primeiro periódico científico do campo comunicacional publicado no país;

b) criação, na cidade de Brasília, da FACUNB, Faculdade de Comunicação de Massa da Universidade de Brasília (1964), cujo projeto foi elaborado pelo jornalista Pompeu de Souza, que se demite da instituição no ano seguinte, juntamente com a equipe de docentes fundadores; a direção da FACUNB é confiada a Luiz Beltrão, que ali permanece no triênio 1965-1967, mantendo o projeto original, aperfeiçoado com as experiências testadas em Pernambuco; em 1967, Beltrão defende sua tese de doutorado sobre folkcomunicação, tornando-se o primeiro docente brasileiro a conquistar o título no âmbito das ciências da comunicação;

c) fundação, na cidade de São Paulo, da ECA-USP, Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo (1966), a primeira universidade pública do país a contratar uma equipe docente para trabalhar em regime de dedicação exclusiva ao ensino e à pesquisa, induzindo o grupo de professores fundadores a matricular-se no Programa de Doutorado, desenvolvendo projetos de pesquisa nos departamentos criados (1967), com prazo de cinco anos para concluir as teses respectivas, cujas defesas foram realizadas no início do ano subsequente (1973);

d) fundação do Centro de Pesquisas da Comunicação Social (1967) na Facasper, então vinculada à PUC de São Paulo. Nesse departamento foram realizadas as pesquisas pioneiras sobre quadrinhos, telenovelas, imprensa de imigrantes, jornalismo comparado, erotismo na propaganda, comunicação eclesial, pedagogia do jornalismo, estudos que suscitaram impacto nas instituições congêneres de todo o país;

e) fundação da UCBC, União Cristã Brasileira de Comunicação Social (São Paulo, 1969), contando com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, que financiou a realização de uma consulta nacional na cidade do Recife (1970) para definir temas e metodologias de pesquisa destinadas a subsidiar as políticas eclesiais de comunicação emanadas do Concílio Vaticano II (Decreto *Inter Mirifica*, 1963);

f) realização do I Congresso Nacional de Comunicação, promovido pela ABI, Associação Brasileira de Imprensa (Rio de Janeiro, 1971), com apoio governamental e empresarial, reunindo empresários, profissionais, gestores públicos e professores universitários; trata-se de evento dotado de grande transcendência porque reúne todos os segmentos do campo da comunicação e demanda do Estado o estabelecimento de políticas públicas em nossa área;

g) Realização do I Congresso Brasileiro de Ensino e Pesquisa da Comunicação (Belo Horizonte, 1973), em grande parte decorrente dos debates feitos durante o congresso da ABI, buscando definir estratégias para o mundo acadêmico;

h) fundação da INTERCOM (São Paulo, 1977), catalisando todas as experiências acumuladas nesse período fundacional e instituindo uma autêntica comunidade científica num campo emergente, através de parcerias com o estado (Capes, CNPq, Fapesp) e a sociedade civil (SBPC), buscando inserir o país na comunidade científica mundial (ALAIC, IAMCR, ICA) etc.

Recentes:

i) fundação da COMPÓS (Belo Horizonte, 1991);

j) fundação de sociedades científicas em diferentes disciplinas que compõem o universo das ciências da comunicação: Cinema e Audiovisual (SOCINE, 1996; FORCINE, 2000), História da Mídia (ALCAR, 2001), Semiótica (ABES, 2001), Jornalismo (FNPIJ, 1995; SBPJOR, 2003), Economia Política da Comunicação (ULEPIC, 2004), Folkcomunicação (FOLKCOM, 2004), Relações Públicas (ABPCORP, 2006), Cibercultura (ABCiber, 2006);

k) fundação da SOCICOM, Federação Brasileira das Associações Acadêmicas e Sociedades Científicas de Comunicação (Natal, 2007);

l) realização da I CONFECOM, Conferência Nacional de Comunicação, convocada pela presidência da república (Brasília, 2009);

Como resultado das políticas públicas instituídas pelo governo atual (2011-2014), o Ministério de Assuntos Estratégicos da Presidência da República estabelece parceria com a SOCICOM para edição do anuário *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil*, através do IPEA, mantendo a periodicidade regular nos anos de 2011, 2012, 2013.

Assim sendo, o momento é oportuno para se fazer um balanço do caminho percorrido, historicizando seus acontecimentos paradigmáticos, resgatando o protagonismo de pessoas ou instituições, de modo a favorecer sua consolidação e sedimentação em todo o país.

Foi justamente perseguindo esse objetivo que a SOCICOM estimulou ou induziu uma série de ações para celebrar os 50 anos das Ciências da Comunicação:

1) publicação de um volume da série *Panorama da Comunicação e das*

Telecomunicações no Brasil, ano 2012/2013, editado em parceria do IPEA com ALCAR, Associação Brasileira de História da Mídia, dedicado à memória do campo comunicacional brasileiro;

- 2) apoio à edição da série “Fortuna Crítica da INTERCOM, inventariando a produção acadêmica da sua vanguarda intelectual;
- 3) estímulo à FOLKCOM para a publicação da antologia *Metamorfose da Folkcomunicação*, disponibilizando às novas gerações textos emblemáticos da História dessa interdisciplina;
- 4) colaboração com a Cátedra UNESCO/UMESP de Comunicação para o lançamento da coleção PENSEA-COM BRASIL constituída por *Dicionários Histórico Bio-Bibliográficos de Pensadores Comunicacionais Brasileiros*, cujos volumes iniciais abrangem o PENSEA-COM Alagoas e PENSEA-COM Piauí;
- 5) parceria da INTERCOM e da FAPESP para a realização do Ciclo de Palestras “50 anos de ciências da comunicação no Brasil: a contribuição de São Paulo”.

Essa efeméride ganhou dimensão internacional com a inauguração da Mostra Digital sobre o Cinquentenário do Campo Comunicacional no Brasil, no dia 29 de maio de 2013, no Museu Nacional da Imprensa (Porto, Portugal, 2013), na abertura do II Forum da CONFIBERCOM.

A ideia era respaldar a realização de um colóquio internacional em Manaus (Amazonas), durante o XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, do qual participaram os presidentes da IAMCR, ICA, ECREA, AJMC, CONFIBERCOM, ALAIC e os representantes das 15 associações nacionais que integram a SOCICOM, com a finalidade de debater e implementar uma estratégia de ação multicultural, visando um maior equilíbrio mundial no âmbito das ciências da comunicação.

27.1. FRONTEIRAS

Sinalizando a convergência de acontecimentos decisivos para sedimentar o estudo dos processos comunicacionais na sociedade brasileira, o ano de 1963 constitui marco decisivo entre duas fases (Marques de Melo, 2001, p. 13-34).

A *práxis* vigente nas indústrias midiáticas e nos serviços públicos de comunicação converte-se em objeto de análise *acadêmica*, configurando, portanto, um “campo científico” (Bourdieu, 1980, p. 122).

O marco histórico consensual é a fundação do Instituto de Ciências da Informação (ICINFORM) na Universidade Católica de Pernambuco, em 13 de dezembro de 1963, primeiro espaço acadêmico brasileiro dedicado especificamente à pesquisa *científica* da comunicação (Hohlfeldt e Gobbi, 2004; Barbosa, Machado e Sacramento, 2012).

Na verdade, os fenômenos da comunicação já vinham sendo estudados no Brasil, desde muito antes, mas essas incursões, além de efêmeras ou utilitárias, não tinham motivação cumulativa e raramente eram publicizadas ou criticizadas (Marques de Melo, 1998).

Tais limitações vão sendo neutralizadas a partir do momento em que a universidade deixa de ser mero espaço para a formação de recursos humanos e decide produzir conhecimento.

No campo da comunicação, a iniciativa pioneira coube evidentemente ao ICINFORM, repercutindo em todo o país e sendo continuada, aperfeiçoada, dinamizada em outras universidades.

Por que esse processo emerge no espaço brasileiro, naquele momento, tendo a região nordestina como *cenário* referencial e a cidade do Recife como *locus* cognitivo?

No fim da Segunda Guerra Mundial, a derrota do nazifascismo, longe de significar o ingresso da humanidade numa era de paz e convivência fraterna, entre povos e nações, na verdade se desdobra em outro tipo de conflito.

As armas da destruição material que vitimaram pessoas, comunidades e países foram substituídas por artefatos simbólicos, letais para consciências, culturas e ideias.

As duas superpotências responsáveis pela vitória contra o obscurantismo do eixo nipo-italo-germânico cultivam espaços diferenciados no plano socioeconômico, polarizando os sistemas vigentes: comunista e capitalista. Para ganhar terreno junto às sociedades periféricas, nutrem uma competição de natureza ideológica, valendo-se da *informação* e da *comunicação* como armas de conquista. Esse período histórico ficou conhecido como *guerra fria*, estendendo-se de 1945 a 1989.

Seus limites fronteiriços encontram-se na criação da ONU, quando os países constituídos se agrupam numa instituição legitimada mundialmente, e na queda do Muro de Berlim, quando cai por terra a disputa bipolar. A *perestroika* de Gorbachev dá passagem a uma era que se pretende multipolar,

mas na realidade assume feição unipolar, sob a hegemonia da superpotência capitalista (Arbex Jr., 1997).

Essa primazia parecia tranquila, até que em 11/09/2001 a destruição das Torres Gêmeas sinaliza a transição para uma fase híbrida, em que guerra fria e guerra quente se entrelaçam, contudo sem adquirir dimensão totalizante. A ameaça de guerra nuclear mostra-se contida, depois das invasões do Afeganistão e do Iraque, embora fatores aleatórios – Irã, Tibete, Coreia do Norte – sejam veiculados pelas redes de difusão que cobrem todo o planeta, podendo gerar pânico.

Nesse panorama não se pode minimizar o papel desempenhado no mundo ocidental pela Igreja Católica, buscando uma terceira via.

Sua projeção tem sido marcante no Brasil, onde persistem “condições de injustiça” não equacionadas pelo “reformismo”, cuja meta é alterar gradualmente as “relações de vida” das periferias (Mendes, 1966, p. 13).

Não é sem razão que o papa Francisco volta a erguer a bandeira dos pobres neste desabrochar do século XXI, conquistando simpatia e credibilidade.

Na avaliação do jornal *O Globo* (27/06/2013, p. 1) “o papa Francisco virou uma unanimidade por sua empatia e comunicação com o público [...] E lembrou do hábito dos brasileiros de colocar mais água no feijão para partilhar comida...”.

No início dos anos 60, o Brasil tinha o *status* de nação emergente, integrando o bloco internacional dos países não alinhados. Era, portanto, assediado pelos governos de Washington e de Moscou para engrossar as fileiras do capitalismo ou do comunismo.

Em 1963, o vice-presidente João Goulart recuperava o poder de gestão republicana, depois de manietado pelos generais que ocuparam o poder logo após a renúncia do presidente Janio Quadros. Só foi empossado, mesmo assim com desconfiança, depois de sua viagem à China, quando instituído o regime parlamentarista. Na sequência, Goulart promove o plebiscito que iria restaurar o presidencialismo (Callado, 1964).

Vacilando entre forças políticas antagônicas, opta inicialmente pelo Plano Trienal elaborado por Celso Furtado e aceito pelo Fundo Monetário Internacional, mas decide endossar a tese das reformas de base, patrocinada pelas centrais sindicais. Isso atemoriza as classes médias, justificando a intervenção das forças armadas, que desencadeiam o golpe constitucional,

empurrando-o para o exílio, juntamente com figuras eminentes da sociedade civil brasileira, entre elas o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (Callado, 1979; Arraes, 1981).

Eleito pelo povo, que aspirava melhores condições de vida, Arraes toma posse no início de 1963, justamente quando a Universidade Católica de Pernambuco diplomava sua primeira turma de jornalistas formados numa mentalidade que privilegiava a pesquisa como atividade essencial.

Luiz Beltrão, coordenador do novo curso, foi duplamente influenciado a criar o primeiro núcleo brasileiro dedicado ao estudo científico da comunicação. De um lado, pelas ideias circulantes no entorno político e de outro pelo pensamento eclesial. Capitalizando toda a sua experiência internacional, como líder trabalhista da categoria dos jornalistas, formulou uma estratégia que atingiu o ápice em 1963, esbarrando em 1964 nas circunstâncias decorrentes do golpe militar, mas retemperado pela conduta assumida pela Igreja Católica, designando D. Helder Câmara para ocupar a arquidiocese do Recife.

Antenado nos acontecimentos em progressão naquela cidade no primeiro ano de gestão do governador Miguel Arraes, Beltrão sensibiliza seus alunos para desenvolver vários projetos de pesquisa. Inicialmente, estuda a greve dos gráficos que privou Pernambuco de jornais diários durante vinte dias.

A seguir, investigou a morfologia, o conteúdo e a dinâmica do noticiário policial nos jornais de Recife, dando início a um programa de estímulo à iniciação científica (Feliciano, 2003).

Diagnosticou ainda o comportamento da imprensa local diante de um episódio inusitado: o *lock out* promovido pelas lideranças empresariais da cidade e do campo para resistir às medidas legais que o governo Arraes tomava para garantir o cumprimento da nova legislação trabalhista. Tal estatuto retirava o campesinato do regime semiescravista em que se encontrava secularmente a região onde se produzia açúcar para abastecer o mercado internacional (Brasil, 1964; Page, 1972).

No ano seguinte, quando o governador Miguel Arraes já havia sido apeado do poder, ele promove uma pesquisa de opinião para saber o que a população do Recife esperava do novo arcebispo católico.

Todo esse cabedal de conhecimento significou o avanço na formação dos novos jornalistas, culminando no fim de 1963 com a fundação do

ICINFORM. É necessário registrar que Luiz Beltrão vinha se articulando com a instituição que difundiu na América Latina a mentalidade da pesquisa científica no campo comunicacional. Ele próprio atuou como professor visitante no Centro Internacional do Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina, CIESPAL, divulgando suas experiências vanguardistas no Brasil e assimilando outras ideias pedagógicas que vinham sendo nutridas pela UNESCO.

Concomitantemente, tomariam corpo, em todo o país, ofensivas desencadeadas pelas potências hegemônicas do mundo capitalista no sentido de valorizar a comunicação e a informação. O pano de fundo desse movimento é a adesão de Cuba ao bloco comunista, depois do triunfo dos “barbudos” comandados por Fidel Castro e a perspectiva da transição pacífica do Chile ao socialismo, sob a liderança de Salvador Allende.

Tanto a diplomacia norte-americana quanto a missão francesa promovem a tradução para a língua portuguesa de obras seminais nesse campo. Em julho de 1963, a Aliança para o Progresso publica o emblemático livro de David Berlo, *O processo da comunicação*, que “faz a cabeça” da vanguarda atuante na área.

Sintonizado com a nova “onda” intelectual, Gilberto Freyre lança pela Imprensa Universitária de Pernambuco o seu clássico livro *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, deslanchando uma linha metodológica que o próprio sociólogo de Apipucos denominaria “anunciologia”.

No mesmo diapasão, o jornalista Mauro de Almeida emplacaria seu instigante ensaio *Filosofia dos para-choques*, antecipando uma corrente investigativa que depois assumiria a fisionomia de *folkcomunicação*.

Tampouco se pode esquecer que nessa mesma ocasião vem a público a fundamentação do sistema Paulo Freire, cuja estratégia educacional ancora-se numa ousada pedagogia da comunicação, enfeixada numa edição especial da revista *Estudos Universitários* (n. 4, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, abril-junho de 1963), projetando intelectuais como o próprio Paulo Freire, bem como outros ainda não reconhecidos nacionalmente: Abdias Moura, Aurenice Cardoso, Jarbas Maciel, Jomard Muniz de Brito, Juracy Andrade e Luis Costa Lima.

Pertencem também a essa ofensiva editorial dois livros que circulam no

ano seguinte, simbolizando as ofensivas francesa e norte-americana para disseminar as ideias dos pesos-pesados da nascente área das ciências da comunicação: Fenand Terrou, *A informação* (São Paulo, Difel, 1964) e Wilbur Schramm, *Panorama da comunicação coletiva* (Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964).

Esse ambiente propício ao aparecimento do campo *científico* da comunicação é nutrido, durante todo o ano de 1963, pela repercussão do Concílio Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII e instalado no final do ano anterior, mas repercutindo sensivelmente no âmbito acadêmico através da edição de dois documentos paradigmáticos. A encíclica *Pacem in Terris* cataliza o pensamento do pontífice para fortalecer a “terceira via” no terreno ideológico, da mesma maneira que o decreto conciliar *Inter Mirifica* postula uma nova atitude para os agentes eclesiais, encerrando o período de desconfiança em relação aos meios de comunicação que estigmatizou a postura da Igreja Católica desde os tempos inquisitoriais (Dale, 1974).

Também nessa ocasião, o Brasil desponta como vanguarda do novo campo científico, através do magistério exercido por dois eminentes jornalistas brasileiros no CIESPAL, em Quito, Equador. Suas aulas são convertidas em livros-texto que circulam em todo o continente latino-americano: *Métodos en la enseñanza de la técnica del periodismo* (Luiz Beltrão) é lançado em 1963, e *Pedagogia del Periodismo* (Danton Jobim) tem sua segunda edição publicada em 1964.

Ambas disseminam as ideias que os autores partilharam com diretores e professores das escolas de comunicação da região inscritos em 1963 no IV Curso Internacional de Aperfeiçoamento em Ciências da Informação Coletiva. Entre eles, se encontravam quatro brasileiros que atuaram como multiplicadores dessas teses, fomentando a pesquisa em nossas universidades: Apio Campos (Pará), Sanelva de Vasconcelos (Pernambuco), Luis Carvalho (Goiás) e José Salomão David Amorim (Minas Gerais) (Vasconcelos, 1965).

Além da Universidade Católica de Pernambuco, doze outras instituições acadêmicas abrigavam cursos de graduação em jornalismo, assim distribuídas: três no sul (Porto Alegre e Curitiba), quatro no nordeste e seis no sudeste (São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Uberaba). Desse contingente, seis eram vinculadas a universidades federais e

sete funcionavam em universidades católicas (Beltrão, 2012, p. 163-164).

Atividades orgânicas de pesquisa, desenvolvidas por docentes e discentes, em 1963, só prosperaram em Recife, por iniciativa de Luiz Beltrão. Tentativas precedentes feitas por Danton Jobim na Universidade do Brasil (hoje UFRJ) fracassaram, por falta de apoio institucional (Jobim, 1960). Por sua vez, a pioneira Casper Líbero (SP) só ingressaria no âmbito da pesquisa em 1967, quando funda o Centro de Pesquisas de Comunicação Social (Marques de Melo, 1974).

Esse panorama só mudaria, no período 1964-1966, com a existência das faculdades de comunicação na UnB e na USP, onde também seriam desenvolvidas atividades de pós-graduação e pesquisa.

27.2. RECONHECIMENTO

Relativamente jovem, o campo da comunicação floresceu na constelação acadêmica em meados do século XX. Trata-se, portanto, de espaço ainda débil, lutando pela inclusão no universo científico e pela legitimação no âmbito da sociedade, o que significa passar pelo crivo da academia e pelo reconhecimento da opinião pública.

Se a descrição do processo constituinte do campo da comunicação pode ser feita como uma sequência natural de fatos harmonicamente articulados, isso é só a aparência. Na realidade, tudo ocorreu em ritmo de guerra, ostensiva ou declarada. O que não configura fato excepcional na vida universitária, tradicionalmente concebida como espaço do conflito, controvérsia, contradição (Marques de Melo, 2008).

Nesse sentido é que as novas áreas do conhecimento protagonizam verdadeiras batalhas para existir, progredir, subsistir, dentro do *campus*. Conflito que se alastra para as agências de fomento acadêmico, cujos recursos ordinários alimentam os programas de ensino e cujas dotações complementares nutrem os grupos de pesquisa. Nessas instâncias, quem monopoliza corporativamente as decisões “puxa a brasa para a própria sardinha”. O que impõe a permanente vigilância das áreas novas e dos segmentos emergentes, sob o risco de “morrer na praia”.

Por isso mesmo a História das Ciências da Comunicação representa uma autêntica “batalha”, travada em várias frentes, mobiliza contingentes diversificados, contabiliza vitórias e derrotas, demandando estratégias a

médio e longo prazo e requer táticas de luta adequadas às circunstâncias porventura configuradas. Trata-se de uma jornada inconclusa, pois a simples ocupação do território nem sempre basta ao exercício rotineiro das tarefas usuais da vida universitária. A luta continua, exigindo prontidão de todo o contingente para enfrentar os adversários externos e neutralizar os “quinta coluna”, quase sempre conspirando para recuperar os troféus perdidos e minar o “moral da tropa” (Marques de Melo, 2008, p. 275-301).

Para facilitar a compreensão dos fatos, julgo indispensável situá-los nesse roteiro histórico, subdividido em 5 fases – remota, antiga, moderna, contemporânea e recente, esclarecendo o contexto que caracterizou tais ocorrências (Marques de Melo, 2010, p. 15-21).

As duas primeiras fases – remota e antiga – se caracterizam pelo conhecimento do processo básico da comunicação e se configuram no espaço greco-romano (entre os séculos IV a.C. e I d.C.), culminando com o seu reconhecimento intelectual no espaço público britânico (século XVII). A seguir, a comunicação é incorporada ao espaço universitário germânico (fim do século XVII) e francês (fim do século XIX).

Mas o campo científico da comunicação só se legitima, na fase moderna, com a formação de comunidades acadêmicas nacionais (USA, 1912-1914) e internacionais: ICA, Internacional Communication Association (USA, 1948) e IAMCR, International Association for Media and Communication Research (Paris, 1957).

Comparado aos EUA, o Brasil demorou quase um século e meio para inserir o campo comunicacional na universidade; é plausível que a pesquisa científica dos fenômenos midiáticos também tenha se convertido tardiamente em atividade regular, contínua e independente.

Seus marcos norteadores estão contidos na seguinte cronologia, como foram registrados anteriormente.

1963: fundação do ICINFORM, Instituto de Ciências da Informação, o primeiro centro de pesquisa universitária sobre comunicação na América Lusófona.

1964: fundação da FACUNB, Faculdade de Comunicação de Massa da Universidade de Brasília, a primeira reunindo diversas áreas da comunicação (jornalismo, publicidade, rádio-televisão e cinema), além de estimular a pesquisa e a pós-graduação.

Num primeiro momento, o campo mostra-se fragmentado, sem a necessária correlação entre as disciplinas que o integram organicamente. Esse processo de integração inicia-se em 1971, com a realização do I Congresso Brasileiro de Comunicação, promovido pela ABI, reunindo profissionais, empresários e acadêmicos de todo o campo.

Como consequência, funda-se em 1972 a ABEPEC, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação, a primeira sociedade acadêmica do campo, desativada no início da década de 80.

Atravessando dificuldades políticas e conflitos corporativos, a ABEPEC perde a legitimidade inicialmente conquistada no congresso de Belo Horizonte (1973), dissolvendo-se paulatinamente. Fundada em 1977, a INTERCOM, passa a congregar todos os pesquisadores do campo e a organizar a comunidade acadêmica nacional.

Fortalecida internamente, a INTERCOM buscou integrar-se à comunidade acadêmica internacional. Na fundação da ALAIC, Asociación Latino-americana de Investigadores de la Comunicación, entidade que reuniu as associações nacionais de pesquisadores da área, o Brasil foi inicialmente representado pela ABEPEC, vindo a ser substituída posteriormente pela INTERCOM.

A História recente do campo configura verdadeira batalha pela hegemonia internacional. O Brasil ganha espaço nessa vanguarda somente em 1989, quando se dá a refundação da ALAIC, entidade que havia sido atingida pela crise política dos anos 80, vindo a ter sede na Universidade de São Paulo. Essa iniciativa reflete o consenso das comunidades nacionais operantes, no sentido de fortalecer a identidade latino-americana, projetando-a na arena mundial.

Só em 1992, o Brasil daria o passo decisivo para figurar no cenário internacional do campo. Isso transparece através da realização do XVII Congresso Internacional de Estudos de Mídia e Comunicação, promovido pela IAMCR, International Association for Media and Communication Research, e do I Congresso Latino-americano de Ciências da Comunicação, com o apoio da INTERCOM, provendo o primeiro diálogo das comunidades nacional, regional e internacional do campo. Essa foi a oportunidade estrategicamente engendrada para fortalecer a projeção latino-americana no âmbito internacional.

São evidências dessa ofensiva os seguintes episódios, em que o Brasil desempenhou papel vanguardista:

França, 1995: fundação da ORBICOM, World Network of UNESCO Communication Chairs, com a finalidade de desenvolver programas de cooperação internacional, incentivando os países mais avançados a contribuir para a melhoria dos recursos humanos e da capacidade investigativa dos países em processo de crescimento.

México, 1998: realização do congresso comemorativo do cinquentenário da Internacional Communication Association (ICA), em Acapulco, oportunidade buscada pela organização norte-americana para firmar uma espécie de armistício cooperativo com a América Latina, superando as tensões ocorridas durante a conjuntura da “guerra fria”.

A realização do XXIV Congresso Internacional de Estudos de Mídia e Comunicação, promovido pela IAMCR, em Porto Alegre (2004), tornou ostensiva a hegemonia anglófona nessa associação, refletida na criação de guetos hispânicos, denunciados publicamente pela vanguarda da ALAIC.

Com a assinatura do Protocolo de Guadalajara (México, 2007), as principais associações da Europa ibérica e da América Latina se comprometem a constituir uma confederação internacional destinada a fortalecer a comunidade ibero-americana das ciências da comunicação, visando ocupar espaço próprio na comunidade internacional da área.

Confirma-se no XXVI Congresso Internacional da IAMCR (Suécia, 2008) a ostensiva hegemonia anglófona, refletida na ausência latina na programação substantiva do evento e na presença quase residual na composição da nova diretoria da entidade. A participação brasileira é meramente simbólica.

Por isso mesmo, a realização da assembleia fundacional da Confederação Ibero-America de Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação, CONFIBERICOM, com a proposta de realizar em 2010 o I Congresso Mundial de Comunicação Ibero-Americana, teve a intenção de fomentar o intercâmbio entre os países da mega-região cultural, visando estrategicamente nossa inserção afirmativa na comunidade internacional da área.

27.3. AVANÇOS E RECUOS

Tendo em vista o papel de vanguarda que o Brasil vem ocupando nesse panorama, torna-se indispensável descrever inicialmente o processo de

constituição do “campo social” (Bourdieu, 1980), antes de explicitar a natureza do segmento acadêmico.

O campo social da comunicação no Brasil evidencia-se organicamente na década de 70 do século XX. Justamente quando cessa a fragmentação dos espaços empresariais, profissionais e acadêmicos relacionados com a produção de bens culturais. Criam-se instâncias de “poder simbólico” (Bourdieu) na academia, que denotam a busca de convergência no âmbito daquele espaço rotulado como “indústria cultural” (Teixeira Coelho, 1980).

Até então, o setor produtivo encontrava-se disperso, compreendendo distintos segmentos. Na base industrial, empresas de artes gráficas, fábricas de papel, empresas de telecomunicações. No âmbito da veiculação: empresas jornalísticas, de rádio-televisão, cinematográficas, editoriais. No setor de serviços: agências noticiosas, de propaganda e pesquisa de mercado. Na rede de distribuição: livrarias, bancas de jornais e revistas, salas de cinemas, lojas para vendas de televisores etc.

Essa divisão manufatureira refletia-se no mundo profissional, compreendendo sindicatos de jornalistas e radialistas, associações de publicitários, coletivos de produtores de cinema e vídeo, câmaras de editores e sociedades de escritores ou grêmios de quadrinistas.

Igual projeção se daria no espaço universitário, onde funcionavam cursos de jornalismo, cinema, publicidade, relações públicas, muitas vezes de forma estanque, sem qualquer diálogo ou cooperação.

Já nos anos 60 surgem as primeiras tentativas de aproximação entre carreiras acadêmicas ou empresas do ramo, compelidas a interagir e a superar a atomização profissional ou industrial. Naquela conjuntura, o conceito de comunicação restringia-se aos processos de interação humana, pouco extrapolando para o mundo dos negócios (e da política).

Mas sem dúvida o divisor de águas, o marco decisivo para estabelecer o campo em gestação, foi o Congresso Nacional de Comunicação, convocado pela ABI, por inspiração de Danton Jobim. Tal evento transcorreu na semana de 10 a 16 de setembro de 1971, no Rio de Janeiro. Pela primeira vez, reuniam-se para debater ideias e confrontar pontos de vista representantes de todas as áreas empresariais, sindicais, profissionais e acadêmicas. Ao final, o congresso demandou perante o Estado e a Sociedade a constituição de “uma política nacional de comunicação no Brasil”.

Tornava-se evidente que a fragmentação da área causava prejuízos ao desenvolvimento dos processos socioculturais neles contidos, tendo em vista a forte tendência à concentração econômica no setor produtivo e o temor ante a escala autoritária no plano político, além da angústia que a imagem da “aldeia global” trazia aos intelectuais progressistas.

O setor acadêmico, talvez como estratégia de sobrevivência, foi mais veloz na construção de pontes entre as áreas de conhecimento ou disciplinas legitimadas pela sociedade. O protótipo da Faculdade de Comunicação de Massa (1963), arquitetado por Pompeu de Souza, acabou por prevalecer, resistindo aos trancos e barrancos.

Duas outras instituições foram decisivas, nessa conjuntura, para sedimentar o campo acadêmico da comunicação no país.

Primeiro, a Faculdade dos Meios de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1965), ampliação da primitiva Escola de Jornalismo. Assimilou as diretrizes eclesiais emanadas do Concílio Vaticano II, inclusive a noção de campo da Comunicação, adjetivado como social. Contudo ela se ancorou no equívoco pedagógico de Celso Kelly que instituiu a figura do “jornalista polivalente” como se fosse sinônimo de “comunicador social”. Mais adiante, a FAMECOS se desfez dessa “herança maldita”.

Na sequência, a Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo (1966) tornou-se a primeira instituição nacional a manter uma gama de carreiras de comunicação: jornalismo, relações públicas, rádio-televisão, cinema. Além disso, fomentou a pesquisa e criou laboratórios didáticos nos quais os estudantes podiam experimentar os processos descritos na sala de aula.

Tais avanços acadêmicos ocorreram concomitantemente à reciclagem das indústrias de comunicação. Na medida em que o país foi se modernizando, sob o signo do “milagre econômico”, a mídia foi se articulando organicamente, em função das novas demandas simbólicas que a sociedade brasileira, em fase de urbanização acelerada, engendrava cotidianamente.

Portanto, os anos setenta foram emblemáticos, para delinear a fisionomia do nosso campo comunicacional. Não apenas pelo crescimento e diversificação do setor produtivo, mas sobretudo pela acumulação de conhecimentos que, a partir de então, as emergentes faculdades de

comunicação passaram a produzir, sistematizar e socializar.

A revisão do espaço ocupado pelo Brasil na comunidade acadêmica da comunicação fez-se oportuna no momento em que celebramos trinta anos de fundação da ALAIC, resgatando o papel vanguardista desempenhado nesse contexto pela INTERCOM.

O setor da pesquisa em comunicação existe na sociedade brasileira desde que foram criados os pioneiros institutos de pesquisa de audiência da mídia e instalados os primeiros cursos superiores de jornalismo.

Seus principais marcos são a fundação do IBOPE, Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (1942) e o início das atividades didáticas da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero (1947).

Sua ampliação, para incorporar novos segmentos comunicacionais (cinema, editoração, relações públicas, rádio-teledifusão, lazer, divulgação científica, extensão rural), somente ocorreu a partir dos anos 1960, quando se fortalece a indústria midiática em território nacional.

Verifica-se ao mesmo tempo uma mudança nos espaços de geração de conhecimentos novos: as emergentes escolas de comunicação iniciam atividades regulares de pesquisa. A instituição pioneira foi a Universidade Católica de Pernambuco, onde Luiz Beltrão funda o ICINFORM (1963), vindo logo a seguir a Universidade de Brasília (1965) e a Universidade de São Paulo (1967), cujas faculdades de comunicação instituem programas de doutorado na área.

Nesse momento, uma comunidade acadêmica constituída por professores-pesquisadores começa a se configurar. Os cursos de pós-graduação em comunicação, enclavados nas universidades, absorvem os primeiros doutores diplomados em instituições estrangeiras ou titulados no próprio país.

Constitui-se, portanto, uma rede de cientistas da comunicação, dotada de perfil híbrido. Alguns pertencem aos diferentes setores da comunicação de massa (com hegemonia do jornalismo), outros procedem das disciplinas conexas (humanidades e ciências sociais). Pouco a pouco, essa comunidade vai adquirindo visibilidade social (Lopes, 2000).

A vanguarda da comunidade acadêmica do campo comunicacional é constituída por uma constelação de quinze sociedades científicas e associações educacionais distribuídas em dois grupos:

Entidades polidisciplinares (sete):

INTERCOM (1977), Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação;
COMPOS (1990), Associação Nacional dos Programas de Pos-graduação em Comunicação;
FOLKCOM (1998), Rede Brasileira de Pesquisa em Folkcomunicação;
REDEALCAR (2001), Rede Alfredo de Carvalho para o Resgate da Memória da Imprensa a Construção da História da Mídia, embrião da atual Associação Brasileira de História da Mídia;
ULEPIC-Brasil (2002), União Latina de Economia Política da Informação e da Comunicação;
COMPOLITICA (2006), Associação Nacional de Comunicação Política;
ABCiber (2007), Associação Brasileira de Cibercultura.

Entidades monodisciplinares (sete):

ABJC (1977), Associação Brasileira de Jornalismo Científico;
SOCINE (1996), Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual;
FORCINE (2000), Fórum Nacional de Ensino de Cinema e Audiovisual;
FNPJ (1997), Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo; e
SBPJor (2005), Sociedade Brasileira de Pesquisadores do Jornalismo;
ABRAPCORP (2007), Associação Brasileira de Pesquisa em Relações Públicas e Comunicação Organizacional;
POLITICOM (2008), Associação Brasileira de Pesquisadores de Propaganda e Marketing Político;
ABP2 (2010), Associação Brasileira dos Pesquisadores em Publicidade.

27.4. COMPLEXO DE INFERIORIDADE

Essa comunidade brasileira no âmbito das ciências da comunicação avançou significativamente desde que Luiz Beltrão, o fundador do nosso campo, criou, há meio século, o primeiro instituto de pesquisa acadêmica sobre os fenômenos sociais da informação coletiva. Todavia, a ausência de uma interlocução com o Estado ensejou o desenvolvimento de estudos nem sempre afinados com as demandas da sociedade.

Padecendo do “complexo do colonizado”, a nossa vanguarda acadêmica comportou-se mimeticamente, reproduzindo, de forma acrítica, modelos teóricos forâneos, carentes de sintonia com o *ethos* brasileiro. Por isso mesmo, entre as metas constituintes de uma federação representativa do

campo comunicacional estava implícita a de superar a dependência paradigmática que nos atrela historicamente ao pensamento metropolitano.

Idealizada como instância abrangente da nossa comunidade acadêmica, a SOCICOM procurou estimular a pesquisa, sem esquecer de emular também os pesquisadores.

Articulada politicamente em Santos (SP), em setembro de 2007, pelas lideranças da área, mas legalmente constituída em Natal(RN), no dia 2 de setembro de 2008, a meta principal da SOCICOM é fortalecer a comunicação como campo do saber, desenvolvendo ações destinadas à sua consolidação como grande área de conhecimento.

Sua vocação estatutária é claramente representativa e necessariamente agregadora. Desempenhando papel estratégico no diálogo com os gestores de C&T, mantém fluxos contínuos e transparentes na interlocução com o Estado. Para tanto vem construindo alternativas para identificar as demandas de interesse comum, nelas concentrando atenção, no intuito de convencer financiadores e planejadores a dar-lhes prioridade orçamentária.

Anualmente, a SOCICOM realiza, em março, um seminário de integração institucional, com a finalidade de definir ações imediatas, promovendo em setembro um fórum temático, agendando o diálogo da comunidade acadêmica com a sociedade civil.

Hoje, a comunidade acadêmica brasileira começa a dar passos decisivos para superar a fragmentação que a vem debilitando politicamente. Existem no país quase duas dezenas de sociedades científicas que agrupam pesquisadores e professores nas áreas de comunicação.

Mas na luta silenciosa pelas fatias do orçamento estatal destinado a ciência e tecnologia, cada entidade defende seus próprios interesses. E se contenta com a alocação de migalhas, deixando de perceber que a divisão do nosso campo só favorece os polos hegemônicos. Bem estruturados e muito bem articulados, contam com vanguardas atuantes, capazes de apresentar projetos holísticos, utilizando argumentos apropriados para influir na decisão dos gestores públicos situados nas agências de fomento.

Embora a pesquisa em comunicação cresça, ano a ano, nas universidades brasileiras, as cotas de bolsas para iniciação científica, mestrado e doutorado permanecem reduzidas, quase não abrindo oportunidades para a nova geração de pesquisadores. Da mesma forma, as verbas reservadas à pesquisa de

campo ou de laboratório são recortadas ou contingenciadas, por falta de projetos temáticos relevantes ou compartilhados.

Assim sendo, o Brasil possui uma grande comunidade acadêmica no âmbito das ciências da comunicação, mas se comporta como satélite do pensamento anglófono ou francófono, muitas vezes reciclado nos entrepostos latinos que ainda nos causam fascinação.

É bem verdade que não constituímos um corpo cognitivo homogêneo. Por isso, cabe às nossas lideranças estabelecer pontes que comuniquem o saber acumulado em cada disciplina – jornalismo, cinema, publicidade, relações públicas, semiótica, cibercultura, midiologia, comunicologia etc. – sem deixar de nutrir-se nos conteúdos gerados pelas humanidades para engendrar ações consentâneas com as tecnologias de ponta.

Portanto, muito temos a fazer, ultrapassado o paroquialismo tático e superado o reboquismo estratégico, construindo a unidade necessária para legitimar a comunicação como grande área do conhecimento. Nesse sentido, precisamos superar o complexo de inferioridade que nos atrela à legião dos deslumbrados com os modismos do “primeiro mundo”.

A iniciativa mais ousada da SOCICOM para atingir essa meta foi alavancada, em abril de 2009, na Ilha da Madeira, Portugal, através de um pacto endossado pelas lideranças nacionais da Espanha, Portugal, Brasil, México, Argentina, Bolívia, Venezuela e de outros países hispano-americanos onde as ciências da comunicação conquistaram legitimidade nacional.

Preservando e robustecendo nossa identidade cultural, cogita-se potencializar a presença ibero-americana na comunidade internacional da área, respaldada pelo fortalecimento de uma rede megarregional, destinada a cimentar os avanços investigativos em nosso espaço geopolítico. Dessa maneira, poderemos neutralizar a tendência vigente que mantém nossos países na órbita dos importadores de *know how*, quando muitas vezes dispomos de *saber aplicado*, mais adequado para nossas próprias realidades.

Esse processo adquiriu consistência através do convênio celebrado pela SOCICOM com o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas, órgão vinculado ao Ministério de Assuntos Estratégicos da presidência da república.

Braço cognitivo do governo federal no sentido de estabelecer diretrizes

para o novo ciclo do desenvolvimento brasileiro, ancorado na construção de um país soberano e solidário, o IPEA legitimou a relação comunicação-desenvolvimento. Ensejando a criação de um observatório das políticas públicas nesse campo, planeja realizar séries históricas destinadas a pensar sistemas democráticos de difusão coletiva.

Nesse sentido, o *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil*, publicado desde 2011, representa um passo decisivo nessa direção, coletando indicadores nacionais do campo em matéria de ensino, pesquisa, produção e consumo, delineando tendências e sugerindo debates.

O passo seguinte é sem dúvida a criação do observatório das políticas públicas, subsidiando o planejamento de ações transformadoras. Mas sempre lembrando que elas se destinam a uma sociedade cruel no setor da inclusão cognitiva, que ainda marginaliza grandes contingentes da população, sonogando o conhecimento cotidiano sobre que acontece no planeta, no país e na própria comunidade.

Nessa empreitada, convém admitir que a transformação do campo comunicacional em espaço anglófono vem se dando principalmente pela inércia dos países pertencentes a outros agrupamentos geoculturais, que assimilam e reproduzem as matrizes do conhecimento hegemônico, pouco a pouco legitimado como “pensamento único”.

Iniciativas como a dos países nórdicos, aglutinados pelo NORDICOM, mostram-se positivas, suscitando o lançamento de ofensivas do gênero. Inspirando-se nessa bem sucedida experiência, as lideranças ibero-americanas do nosso campo assinaram o Protocolo de Guadalajara, em 2007, comemorado com uma rodada de *tequila*. O documento criou condições para o Pacto do Funchal, celebrado em 2009, e brindado com vinho *madeira*.

Trata-se de etapa decisiva para a criação de uma comunidade internacional que pode fincar a bandeira ibero-americana no espaço mundial das ciências da comunicação. Nesse sentido, o Congresso Mundial realizado na cidade de São Paulo em agosto de 2011 conotou perspectivas bastante alvissareiras.

A adesão de quinhentos participantes, autores de trabalhos previamente selecionados pelos pares, em cada disciplina, num universo de quase mil resumos inscritos, demonstrou que vale a pena fortalecer nossa soberania intelectual, para evitar a dissolução gradativa da identidade cultural ibero-americana nas malhas da globalização.

É indispensável ressaltar que o megaevento sedimentou o papel de vanguarda assumido pela comunidade brasileira de ciências da comunicação. Superando a competição suicida travada por segmentos disciplinares que lutam por um lugar ao sol na árvore do saber universal. Nesse sentido, o campo das ciências da comunicação demonstra sinais de maturidade, encetando um diálogo construtivo com o aparato do Estado, embora continue pendente a nossa interação criativa com a Sociedade.

Fiéis ao espírito da universalidade dentro da diversidade, mas conscientes de que a conquista da multipolaridade cultural depende fundamentalmente do fortalecimento da nossa autoestima intelectual, precisamos ter coragem suficiente para superar o reboquismo que nos atrela secularmente aos paradigmas construídos pelo bloco dominante da chamada “ciência ocidental”.

Não se trata absolutamente de uma incitação à xenofobia, mas de uma compreensão contextual da natureza das ciências sociais, cujas evidências empíricas não podem ser transferidas automaticamente para outras realidades. Sem prévia validação dos respectivos axiomas por estudos de campo e outros procedimentos metodológicos, é temerária sua assimilação por ambientes geoculturais diferentes e contrastantes.

Tampouco se pretende fomentar o nosso isolamento da comunidade acadêmica mundial, instituindo um gueto linguístico ou uma fraternidade parental. O que se almeja legitimamente é superar a nossa subordinação a um modelo de produção acadêmica enraizado no regime colonial e cultivado pela inércia das nações que se tornaram politicamente independentes, mas academicamente alienadas, para não dizer subservientes.

O ponto de partida para romper essa dependência histórica é sem dúvida o estreitamento das nossas relações culturais. O intercâmbio de nossas experiências investigativas significa agir estrategicamente nos fóruns internacionais, levando à compreensão crítica dos fenômenos socioculturais.

Para tanto, a INTERCOM atraiu para o seu XXXVI Congresso nacional, a se realizar em Manaus, na semana de 2 a 7 de setembro de 2013, os presidentes das principais associações mundiais de comunicação na tentativa de criar canais de diálogo acadêmico em que se pratique um multiculturalismo autêntico e se estabeleçam pontes duradouras de intercâmbio científico.

Independente disso, a expectativa existente, no plano interno, é a de acumular, processar e socializar conhecimentos que permitam a geração de outras ideias, destinadas a fortalecer o sistema democrático, preservando as identidades nacionais e correspondendo às aspirações coletivas.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Mauro. *Filosofia dos pára-choques*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco, 1963.
- Arbex Jr., José. *Guerra fria*. São Paulo: Moderna, 1997.
- Arraes, Miguel. *O jogo do poder no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1981.
- Assis, Francisco de. *Anuário Brasileiro de Ciências da Comunicação*. SOCICOM, 2012.
- Barbosa, Marialva; Machado, Maria Berenice; Sacramento, Igor. “Memória das Ciências da Comunicação”. *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil*. V. III. Brasília: IPEA/SOCICOM, 2012.
- Beltrão, Luiz. *Métodos en la enseñanza de la técnica del periodismo*. Quito: Ciespal, 1963.
- _____. *Metodologia do ensino de Jornalismo*. Uberlândia: EdUFU/Intercom, 2012.
- Bourdieu, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- _____. “Aprendizagem das ciências da comunicação em Pernambuco”. *Comunicações & Problemas*, v. 1, n. 1. Recife: ICINFORM, 1965, 6-8p.
- _____. *Metodologia do ensino de jornalismo*. São Paulo: Intercom, 2013.
- Berlo, David. *O processo da comunicação*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.
- Bourdieu, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.
- Brasil, Jocelyn. Arraes, o fazedor de homens livres. São Paulo: Fulgor, 1964.
- Callado, Antonio. “Jango ou o suicídio sem sangue”. In: *Os idos de março e a queda de abril*. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1964, p. 247-276.
- _____. *Tempo de Arraes*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- Dale, Romeu. *Igreja e Comunicação Social*. São Paulo: Paulinas, 1974.
- Feliciano, Fátima. “Iniciação científica em jornalismo”. In: *Idade Mídia*, n. 3, São Paulo: UniFIAM, 2003, p. 137-156.
- Freyre, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa Universitária, 1963.
- Hohlfeldt, Antonio; Gobbi, Cristina. *Teoria da Comunicação: antologia de pesquisadores brasileiros*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- Jobim, Danton. *Espírito do Jornalismo*. Rio de Janeiro: São José, 1960.
- _____. *Pedagogia del Periodismo*. 2ª ed. Quito: Ciespal, 1964.
- Lopes, Maria Immacolata V. “A institucionalização dos estudos de comunicação no Brasil”. In: Lopes, Maria Immacolata; Buonanno, Milly. *Comunicação no plural – estudos de comunicação no Brasil e na Itália*. São Paulo: EDUC/INTERCOM, 2000, p. 49-68.
- Marques de Melo, José. *Contribuições para uma pedagogia da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1974.
- _____. *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *Pedagogia da comunicação: matrizes brasileiras*. São Paulo: Angellara, 2006.
- _____. *História Política das Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008a.
- _____. *A batalha da comunicação*. Sorocaba: Eduniso, 2008b.
- _____. “Praxis, memória e cognição no Jornalismo”. In: *Matrizes*, v. 2, n. 2, p. 117-132. São Paulo: ECA-USP, 2009.

- _____. *Os caminhos cruzados da comunicação*. São Paulo: Paulus, 2010.
- Mendes, Candido. *Memento dos vivos – a esquerda católica no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.
- Page, Joseph. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro: Record, 1972.
- Schramm, Wilbur. *Panorama da comunicação coletiva*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- Teixeira Coelho. *O que é indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- Terrou, Fernand. *A informação*. São Paulo: Difel, 1964.
- Vasconcelos, Sanelva de. “O IV Curso Internacional de Aperfeiçoamento do Ciespal”. *Comunicações & Problemas*, v. 1, n. 1. Recife: ICINFORM, 1965, p. 27-29.

CAMPO SOCIAL

28.1 MINHAS CIRCUNSTÂNCIAS: ITINERÁRIO MIDIÁTICO

Entrevista concedida ao doutorando Alfredo Dias D'Almeida (ADD'A), para ensaio curricular sobre o estado do conhecimento no campo comunicacional (São Paulo, 2006)

28.1.1. Interesse pela comunicação

ADD'A: Como e quando surgiu o seu interesse pela Comunicação Social?

JMM: Meu interesse pela Comunicação Social é parte natural do processo de socialização vivenciado na infância e na adolescência, projetando-se na maturidade. Nasci e cresci no sertão nordestino, em comunidades castigadas pela escassez de oportunidades educacionais, onde as práticas culturais eram rústicas.

Embora pertencendo a uma família que reconhecia o valor da educação formal, minhas raízes simbólicas foram impregnadas pela folkcomunicação. Somente ao ingressar na escola, meu repertório cognitivo foi sendo moldado, pouco a pouco, pela cultura impressa. Assim sendo, inseri-me no universo midiático, inicialmente pela leitura e depois pela escrita.

Mais tarde, essas duas atividades foram mescladas, ensejando a atuação como produtor de conteúdos. E finalmente como analista de uma nova área do conhecimento, dando aulas, fazendo pesquisas, escrevendo livros, proferindo palestras.

É claro que antes de apreender as mensagens alfabéticas, meu imaginário esteve povoado por fantasias que os contadores de histórias difundiam cotidianamente junto às crianças, no ambiente familiar e na vizinhança. E também pelos signos dos folguedos infanto-juvenis, das práticas religiosas e dos estereótipos políticos.

Esse universo embutia valores tradicionais disseminados através dos pastoris, reisados, cheganças e marujadas. Dos zé pereiras, micaremes, quadrilhas, repentes e toadas. Das novenas, incelenças, penitências, romarias. Do queima de judas, serra velhos e outras formas de expressão. Todas ancestralmente preservadas, mas constantemente atualizadas para traduzir os sentimentos populares. Através desses canais folkmediáticos estoquei uma bagagem simbólica que me caracterizaria como sujeito culturalmente mestiço.

Depois de alfabetizado, fui cultivando, pouco a pouco, o hábito da leitura. A escola e os familiares o legitimavam como passaporte para atingir o topo da pirâmide social.

Vivendo numa cidade sem muitas opções de lazer, passei a frequentar a biblioteca pública, na adolescência. Fiz ali profunda imersão na cultura erudita. Mas também assimilei os fragmentos da cultura de massa, que começava a invadir o território matuto. Eles foram agregados às matrizes da cultura popular que continuavam a nutrir substancialmente toda a região.

Devorando a literatura juvenil e as coleções adultas (nesse caso, foi preciso escapar à vigilância da bibliotecária municipal), tornei-me leitor eclético. Mesclava as narrativas de Monteiro Lobato com obras paradidáticas da Companhia Editora Nacional. As biografias dos santos católicos publicadas pelas Edições Paulinas com as imagens sedutoras das histórias em quadrinhos lançadas pela Editora Brasil-América. A poesia popular dos folhetos editados em Juazeiro do Norte ou Caruaru com as reportagens sensacionais da revista *O Cruzeiro*. Apenas ocasionalmente folheava os jornais diários do Recife ou do Rio de Janeiro.

Como consequência, desenvolvi a habilidade de escrever. Incentivado pelos professores do ginásio e do colégio, passei a caprichar nas redações escolares, onde tentava reproduzir o estilo dos autores consagrados. Fui aconselhado a desfazer-me das muletas estilísticas. E induzido a redigir de forma natural, com simplicidade e altivez. Em face das boas notas que obtinha nos exames escolares, meus colegas me desafiavam a falar em atos públicos, representado a turma. Discursos que eu escrevia previamente, não apenas por timidez, mas para imitar a prosa rebuscada, do tipo Rui Barbosa, hegemônica na região.

Antes disso, eu já me incluía no universo dos meios audiovisuais de

comunicação. Na casa dos meus pais, lia os jornais de Maceió, sobretudo as notícias de interesse local.

Ouvia a programação radiofônica, em ondas curtas. Éramos uma espécie de comunidade auditiva, onde os familiares se misturavam aos vizinhos e agregados. A audição era silenciosa, para compensar as deficiências da sintonia. Mas a sequência das discussões era ruidosa e interminável. Quais os conteúdos preferidos? Os boletins do Repórter Esso (através dos quais meu pai seguia os acontecimentos políticos da conjuntura pós-guerra), as radionovelas (lembro particularmente de “O Direito de Nascer”, escrita pelo cubano Felix Caignet, preferida da minha mãe, tias e primas), os programas de auditório da Rádio Nacional (especialmente os cantores que estavam na moda: Chico Alves, Dalva de Oliveira, Dick Farney, Linda Batista) e o humor das duplas sertanejas como Jararaca e Ratinho.

Também perfilei como cinéfilo precoce. Não perdia os seriados americanos (protagonizados por Roy Rogers, Allan Ladd) que eram exibidos nas tardes de domingo; os filmes de aventuras (Tarzan) e de guerra (antagonizando vilões nazistas e heróis ianques); os melodramas mexicanos (estrelados por Maria Felix, Ninon Sevilla, Libertad Lamarque, Pedro Armendariz); os musicais hollywoodianos (projetando Fred Astaire, Ginger Rogers, Carmen Miranda, Frank Sinatra); o neorrealismo (em estilo francês ou versão italiana); mas também as películas brasileiras (das chanchadas da Atlântida aos dramas produzidos pela Vera Cruz).

E sempre que havia teatro na comunidade, eu ali estava, desfrutando o repertório dos amadores (locais) ou dos grupos que vinham de cidades vizinhas (quase sempre encenando peças religiosas) e da capital (geralmente monólogos, como os de Pedro Bloch).

Não deixava de ouvir as emissões vespertinas do Serviço Municipal de Alto Falante, para saber o que ocorria na vida comunitária (nascimentos, batizados, aniversários, casamentos, bodas, velórios ou enterros, festas, visitas ilustres, partidas de futebol) e desfrutar os sucessos musicais da época (os frevos carnavalescos, as marchas juninas, os hinos da festa da padroeira, os cânticos natalinos).

Nutria-me, portanto, dos referentes culturais necessários para intervir nas conversações da vizinhança ou nos grupos etários e familiares em que me integrava. Vez ou outra comparecia a exposições de artistas que estavam de

passagem (preservo na memória uma apresentação relâmpago de Luis Gonzaga na praça da matriz e um espetáculo armado por impostores, anunciados como se fossem a dupla Nora Ney e Jorge Goulart, cujas vozes eles imitavam com perfeição).

Sazonalmente, em contendas eleitorais, frequentava os “comícios” organizados pelos partidos políticos, decifrando os discursos dos candidatos a postos eletivos ou as cantilenas dos seus cabos eleitorais, colecionando santinhos e bótons. Da mesma forma, frequentava a missa dominical ou as missões periódicas, assistindo (mas nem sempre compreendendo) o “sermão” do vigário ou dos pregadores, que surtiavam efeitos eminentemente teatrais. Os significados geralmente eram traduzidos por líderes de opinião, dotados de credibilidade em matéria de céu e inferno. Estes induziam os interlocutores a livrar-se dos pecados, fazendo terapia no confessionário da matriz. Amiúde, participava das retretas (concertos da banda de música) ou engrossava as fileiras que prestigiavam seus desfiles pelas ruas da cidade, tocando dobrados, galopes e marchinhas.

Também era fã do circo, não faltando aos espetáculos noturnos exibidos no picadeiro (das palhaçadas às vaquejadas, das rumbeiras e sambistas aos mágicos e atletas) ou no palco (dramas e comédias improvisados por atores laçados à última hora). Fascinavam-me igualmente os mambembes que faziam performances nas feiras semanais: os homens da cobra (camelôs apregoando remédios milagrosos); os menestréis caboclos (poetas entoando versos entrelidos nos folhetos de cordel); os tipos esdrúxulos que inspiravam espanto, piedade ou repugnância (mulher barbada, anão galego, corcunda infeliz, faquir do sertão).

Os contatos com o mercado livreiro eram muito raros, a não ser quando as missionárias paulinas ou os frades franciscanos passavam pela cidade, organizando feiras de livros religiosos. Mais tarde, a prefeitura municipal tomaria a iniciativa de instituir feiras anuais de livros literários, atraindo os editores da capital.

Quando comecei a escrever textos para a imprensa, foi natural converter tudo isso em temas de artigos, reportagens e crônicas que passei a publicar nos jornais de Maceió. Nessa condição, eu ultrapassava o papel de usuário da mídia para atuar como artífice de mensagens destinadas à minha comunidade. Mas o processo não terminava no ato da escrita. Ele se completava ou se

prolongava, em função do impacto provocado junto aos interlocutores. Alguns escreviam, outros telefonavam ou transmitiam pessoalmente suas impressões, reforçando, contestando, matizando o que eu relatara ou comentara.

Na sequência, visitei compulsoriamente a escrita enigmática de Camões e Euclides da Cunha, para descobrir os sujeitos, verbos e predicados. E prossegui deliciosamente pelo universo polissêmico de Machado de Assis, Eça de Queiroz, José de Alencar, Érico Veríssimo, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, José Lins do Rego e do conterrâneo Graciliano Ramos, sem esquecer os autores nativos: Breno Acioly, Oscar Silva e Tadeu Rocha. Mais tarde enveredei pela prosa de Victor Hugo, Balzac, Proust, Hemingway, bem como dos filósofos Ortega y Gasset e José Ingenieros, dos críticos Tristão de Athayde e Gustavo Corção e dos tribunos Rui Barbosa ou Guedes de Miranda.

Fiquei perplexo e ao mesmo tempo fascinado ao descobrir as ideias progressistas dos pensadores greco-romanos e indo-europeus, além dos conceitos dialéticos (hegeliano-marxistas), sedutoramente divulgados pelo escritor alagoano Octávio Brandão. Desterrado do ambiente nativo, o autor amargava cruel exílio no Rio de Janeiro e Moscou, mas suas obras passavam de mão em mão, lidas e discutidas pela juventude alagoana do meu tempo.

Dessa forma, foi possível compreender o verdadeiro sentido da Comunicação Social. Ou seja, um processo cuja eficácia depende da interação entre os sujeitos emissores e receptores, desde que as mensagens sejam adequadamente mediadas, em função dos respectivos contextos. Tanto através dos suportes tecnológicos responsáveis pela difusão quanto dos filtros acionados por instituições existentes no entorno cultural. Aquele em que os conteúdos são produzidos, difundidos, recuperados, reaproveitados ou refugados.

28.1.2 Formação acadêmica

ADD'A: Como foi seu ingresso na Universidade como discente?

JMM: Quando ingressei na universidade já exercia o jornalismo. Comecei a escrever regularmente na imprensa estudantil, tanto em periódicos escolares, como o *CBA*, órgão de divulgação cultural do Colégio Batista Alagoano, quanto em jornais do movimento estudantil, como a *Tribuna do*

Secundarista, editada pela União dos Estudantes Secundários de Alagoas. Depois atuei profissionalmente nos jornais diários de Maceió, capital do estado de Alagoas, como correspondente do interior. Publicava reportagens, artigos e comentários sobre os fatos relevantes da comunidade sertaneja em que vivia, Santana do Ipanema. Colaborei inicialmente com o jornal *Gazeta de Alagoas*, empresa local de propriedade do ex-governador Arnon de Mello, mas logo em seguida fui convidado a integrar a equipe do *Jornal de Alagoas*, pertencente à cadeia nacional dos Diários Associados, comandada por Assis Chateaubriand. Aproximando-se o término do curso secundário, mudei-me para Recife, a metrópole regional, em busca de melhores oportunidades acadêmicas. Meu desejo era fazer vestibular para o curso de Jornalismo. Apesar de já conhecer a prática profissional, sentia carência de embasamento teórico. Eu sabia fazer jornalismo, mas não tinha conhecimento suficiente sobre os seus fundamentos éticos ou as rotinas profissionais. Naquela época (fim dos anos 1950), ainda não havia cursos de jornalismo no Nordeste. Estes se restringiam a cidades como São Paulo, Rio de Janeiro ou Porto Alegre. E minha família não tinha condições de bancar estudos fora do âmbito regional. Conformado, decidi fazer vestibular para uma carreira humanística. Optei pelo curso de Ciências Jurídicas e Sociais, oferecido pela tradicional Faculdade de Direito da Universidade do Recife, depois transformada em Universidade Federal de Pernambuco. Estudei bravamente para passar no vestibular, pois frequentara no ensino secundário o curso científico, não dominando suficientemente conhecimentos de latim e francês (língua e literatura) para enfrentar os exames orais, então vigentes. Fui bem sucedido nessa etapa. Classificado no topo da lista, conquistei uma vaga para estudar nessa instituição pública no turno diurno, tão disputado em toda a região. Coincidentemente, no mesmo dia em que me matriculei na Faculdade de Direito, li uma notícia alvissareira no *Diário de Pernambuco*: a Universidade Católica decidira criar um curso noturno de Jornalismo. Não perdi tempo. Fui ao *campus* e me informei sobre o programa do vestibular. Constatei que boa parte do conteúdo dos exames previstos fazia parte do repertório cognitivo que acumulara no ginásio e no colégio, mas também nas minhas diatribes intelectuais como autodidata. Não hesitei em me inscrever para o vestibular, previsto para a semana seguinte. A ênfase dos exames estava nas ciências humanas (especialmente História, Geografia, Língua Portuguesa e respectivas

Literaturas). No entanto, minha preparação anterior fora dirigida para as ciências físicas e naturais. Quando iniciara o colegial, tinha sido pressionado pela família a fazer vestibular para Engenharia. Mas desisti no meio do curso, preferindo seguir a voz do coração em detrimento dos apelos da razão. Passei noites sem dormir, revisando toda a matéria. O esforço valeu a pena, pois fui aprovado, garantindo uma vaga para a primeira turma do curso de Jornalismo, a ser iniciado no primeiro semestre de 1961. O problema a enfrentar era de ordem financeira. O curso de Direito era gratuito, mas o de Jornalismo pertencia a uma universidade particular. Encontrava-me numa encruzilhada, pois decidira estudar simultaneamente as duas carreiras. Entendi que elas eram complementares, especialmente numa época em que a profissão de jornalista ainda não estava regulamentada, carecendo de legitimidade social. A solução era trabalhar, pagando meus estudos. Dessa maneira, aliviaria o orçamento familiar, viabilizando a educação dos meus irmãos em colégios da capital. A conjuntura era favorável. O Nordeste vivia a euforia desenvolvimentista legada pelo governo Kubitschek, que criara recentemente a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE. Dirigida pelo economista Celso Furtado, nordestino de nascimento, naturalizado como cidadão do mundo, essa autarquia federal estava justamente recrutando jovens interessados em participar do processo de desenvolvimento regional. Em vez de recorrer às nomeações de funcionários por indicação dos chefes políticos, a equipe liderada por Celso Furtado inovou o processo de agregação ao serviço público. Foram democratizadas as oportunidades ocupacionais, instituindo critérios de seleção pelo mérito. Os candidatos passavam por duas etapas. Concorriam a uma pré-seleção, finda a qual um contingente amplo era desafiado a submeter-se a um período de treinamento intensivo. A permanência no grupo a ser aproveitado dependia do sucesso nos exames periódicos, realizados durante o curso. Ministrado por docentes oriundos de outros países ou de outras regiões brasileiras, evitou-se que o processo fosse contaminado pelo nepotismo e clientelismo dominantes na região. Os que chegassem ao fim do treinamento, obtendo notas elevadas, tinham emprego garantido. Não hesitei em me inscrever num concurso para Oficial Administrativo. Fui aprovado na primeira etapa e participei do treinamento intensivo, logrando classificação suficiente para ser imediatamente contratado. Tinha resolvido o problema da

sobrevivência econômica, mas defrontava-me com outro obstáculo. Como compatibilizar as três jornadas de atividades? Estudar direito pela manhã, trabalhar na SUDENE durante o período da tarde e estudar jornalismo à noite. Felizmente, consegui atravessar o rubicão da minha jornada universitária, conquistando os dois diplomas. Para tanto, sacrifiquei horas diárias de sono, otimizando o tempo restante nos fins de semanas e correndo atrás do prejuízo nos feriados e recessos escolares. Depois de formado, pouco me beneficieei da formação jurídica, a não ser para subsidiar ações e decisões da vida cotidiana. Minha paixão sempre fora o jornalismo, atividade a que me dediquei inteiramente. Durante a fase estudantil, fiz estágios em jornais e emissoras de rádio (a televisão ainda engatinhava na região), tendo a sorte de encontrar espaço na SUDENE para desempenhar funções relacionadas ao universo comunicacional. Ali descortinei o campo da divulgação científica, popularizando conteúdos de natureza econômica ou tecnológica para difusão em segmentos distintos da sociedade nordestina.

ADD'A: Que disciplinas e quais professores mais influenciaram suas decisões de pesquisa?

JMM: Como fiz simultaneamente dois cursos, devo separar as influências gerais (processadas na Faculdade de Direito) daquelas específicas (disseminadas pelo curso de Jornalismo).

Na primeira, sedimentei meu conhecimento a respeito da superestrutura da sociedade, sabendo como funcionam as instituições sociais, como se fazem as normas que regulam as relações privadas e como atua a infraestrutura pública responsável pelo equacionamento dos conflitos individuais ou coletivos. Trata-se de uma visão que me ajudou efetivamente a discernir as fontes donde emanam os fluxos noticiosos que alimentam a curiosidade ancestral dos cidadãos dispersos nas audiências midiáticas. Ali também fortaleci minha bagagem teórica, aprofundando os estudos filosóficos e ampliando meu referencial no âmbito da economia política. Tive o privilégio de ser aluno de professores jovens, recém-titulados em universidades europeias, que nutriram a minha geração com ensinamentos extrajurídicos. Vamireh Chacon e Germano Coelho nos guiaram criticamente pelas sendas do marxismo. O primeiro disseminando o legado matricial da Escola de Frankfurt e dos exegetas do pensamento liberal que conduziram à reconstrução europeia no pós-guerra. O segundo iluminando os avanços do socialismo através das

lentes do humanismo cristão, irrigado pelas ideias do Padre Lebrete e seus discípulos da Escola Francesa. Mas também usufruí a erudição de mestres bem sucedidos academicamente, mas ancorados em correntes teóricas polifônicas. A dupla Almeida, pai e filho, abrindo o leque das ideologias que desafiam a constituição da ciência jurídica; Lourival Vilanova, navegando placidamente pelas águas, ora transparentes, ora turvas, da ciência política; Mário Batista, desvendando os cenários históricos da sociedade romana, onde situava as raízes do direito luso-brasileiro; Pinto Ferreira, enunciando os postulados contraditórios do direito constitucional; Djacir Falcão, percorrendo minuciosamente as veredas da ciência dos costumes, traduzidas pelas filigranas normativas do Código Civil; Mário Pessoa, tentando destrinchar o complicado xadrez da jurisprudência internacional em plena Guerra Fria, denotando inclinações autoritárias; Rui Antunes, ousando descortinar as entranhas da criminalidade e das sanções penais como reflexo das desigualdades econômicas e das injustiças sociais numa sociedade de classes. Contudo, as influências mais importantes do ambiente intelectual vivenciado na “Casa de Tobias Barreto e Castro Alves” foram propiciadas pelas “tertúlias literárias” nos alpendres da biblioteca (onde se destacavam colegas pertencentes a diferentes gerações, como Luis Costa Lima, João Alexandre Barbosa, Ana Mae Tavares Bastos, Walter Costa Porto, Marcos Vinícius Villaça) e pela “militância política” desenvolvida à luz do dia, nos primeiros anos, e clandestinamente, na esteira do golpe militar de 1964 (dela participavam, em lugares nem sempre convergentes, porém coexistindo de forma civilizada: Marco Antonio Maciel, Roberto Freire, Jarbas de Holanda, Silke Weber, Gildo Rios, José de Mello Gomes, Marcílio Domingues, Pedro Mota de Barros, Éride Silveira, Roberto Benjamin, Antonio Carneiro Leão, José Geraldo e Nazareh Wanderley).

Na segunda, construí o referencial teórico e metodológico que embasaria meu percurso jornalístico, completando a bagagem cultural indispensável para transitar autonomamente pelo universo comunicacional. Refiro-me ao curso de Jornalismo da Universidade Católica de Pernambuco, onde recebi, desde o início, lições magistrais de teoria e prática do jornalismo, repartidas pelo mestre Luiz Beltrão. Devo a ele também haver estimulado minha consciência para palmilhar o conhecimento teórico da comunicação e aguçado minha sensibilidade para dominar o arsenal incomensurável da

metodologia da pesquisa nessa área. Incentivado por Beltrão, fiz a minha iniciação científica e o meu aprendizado didático (como pesquisador voluntário e depois como monitor de classe ou professor assistente) e aprofundei minha formação acadêmica (frequentando o curso de pós-graduação mantido pela UNESCO na Universidade Central do Equador, onde funcionava o CIESPAL). Mas recebi influências notáveis de outros professores. Sanelva de Vasconcelos é o responsável pelo meu entusiasmo em relação à pesquisa histórica, área em que também fui nutrido pelos conhecimentos enciclopédicos de Amaro Quintas (história universal) e de Costa Porto (história regional). Humberto Sodré Pinto escancarou as portas da radiodifusão, dando ênfase ao resgate do pioneirismo pernambucano. No terreno da pesquisa sociocultural, aprendi imensamente com Manuel Correia de Andrade (que me deu balizas duradouras para discernir os espaços socioeconômicos e geoculturais), Nelson Saldanha (que me fascinou com o modelo da pesquisa interdisciplinar, sinalizado através da obra heterodoxa de Gilberto Freyre) e João Alexandre Barbosa (que me iniciou na leitura crítica de textos esteticamente consagrados). Não posso esquecer as lições éticas do Padre Aloísio Mosca de Carvalho, que me habilitou ao entendimento da doutrina social da Igreja, basilar para incursões posteriores no terreno da comunicação eclesial.

28.1.3. Influências teóricas

ADD'A: Quais os autores clássicos que mais influenciaram as suas escolhas teóricas?

JMM: Minha geração, educada no pós-guerra, defrontou-se com um mundo bipolar, em que as escolhas teóricas nem sempre foram tranquilas. Filosoficamente, sempre hesitei em engrossar as fileiras das correntes que disputavam a hegemonia intelectual. Aprendera, desde cedo, que devemos ponderar as ideias em circulação, retendo os postulados que mais nos parecem válidos para a tomada de decisões cotidianas. Por isso mesmo, sempre busquei conhecer os argumentos que dão sentido às teorias, compreendendo as razões e as circunstâncias responsáveis por sua configuração. Nessa linha de raciocínio, e desafiado a elucidar a natureza dos fenômenos comunicacionais, no tempo e no espaço, recorri inicialmente a fontes teóricas que remontam ao academicismo grego (Aristóteles) e ao iluminismo francês (Diderot). Mais adiante, ao me deparar com opções de

natureza pedagógica, e influenciado pelo ideário progressista, assimilei o pragmatismo norte-americano (Dewey), abasileirado por Anísio Teixeira. Posteriormente, sensibilizado pela conjuntura autoritária em que viveu a universidade brasileira nos anos 1960-80, matizei a minha atuação didática ao incorporar a dialogicidade redimensionada por Paulo Freire, que se inspirou duplamente no transcendentalismo de Karl Jasper e na dialética de Karl Marx. Quando tive que construir o referencial da minha tese de doutorado, amparei-me em dois cientistas sociais brasileiros para fazer escolhas. Darcy Ribeiro conduziu-me à teoria sociocultural, motivando a mestiçagem paradigmática em que fundamentei meus argumentos (transitando entre os clássicos legitimados pelas ciências sociais: Karl Marx, Max Weber, Ruth Benedict, Georges Gurdoff, Fernand Braudel, sem esquecer os clássicos emergentes no âmbito das ciências da comunicação: Marshall McLuhan, Wilbur Schramm, Daniel Lerner, Robert Escarpit, Fernand Terrou, além dos latino-americanos José Toribio Medina, Carlos Rizzini, Luiz Beltrão). Por sua vez, Florestan Fernandes convenceu-me a adotar o método de interpretação funcionalista. Estribado em seus estudos antropológicos sobre os processos de dominação social na organização tribal dos tupinambás, resgatei os ensinamentos de pesquisa social enraizados em Durkheim, Malinowsky e Merton, enriquecidos pelos procedimentos adotados por Otto Groth (discípulo de Weber) para discernir a natureza dos fenômenos jornalísticos nas sociedades modernas.

ADD'A: Como foi seu encaminhamento para o mestrado? E para o doutorado?

JMM: Quando concluí o curso de graduação, o Brasil ainda adotava o modelo europeu de ensino superior, habilitando o acesso direto dos bacharéis ao doutorado, através da defesa de tese. Em instituições como a Universidade de São Paulo, o doutorado era regulamentado, exigindo-se dos candidatos o cumprimento de exigências prévias, como a realização de estudos supervisionados em pelo menos duas disciplinas correlacionadas com o objeto da tese a ser defendida. Ao se instalar em 1967, a Escola de Comunicações Culturais, hoje denominada Escola de Comunicações e Artes, abriu inscrições para o vestibular nos diferentes cursos de bacharelado – Jornalismo, Relações Públicas, Rádio e Televisão, Cinema –, bem como para o doutorado em qualquer dessas áreas de conhecimento. A contratação dos

docentes selecionados para lecionar em regime de tempo integral foi condicionada à inscrição compulsória no curso de doutorado. Foi o que ocorreu no meu caso e dos demais colegas fundadores da Escola. Tínhamos um prazo de cinco anos para fazer a pesquisa e redigir a tese, desde que fossem concluídos os estudos complementares acima referidos. Inscrito no doutorado em Jornalismo, eu escolhi duas disciplinas do currículo para realizar os estudos complementares – Introdução às Ciências e Técnicas da Comunicação e Jornalismo Comparado. Todavia, meu orientador de tese, Prof. Dr. Rolando Morel Pinto, isentou-me da realização dos estudos complementares, tendo em vista que eu realizara no biênio 1965-1967 um curso de pós-graduação em ciências da informação coletiva na Universidade Central do Equador, sob a tutela do Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina. As monografias que me habilitaram à outorga do título de Especialista em Ciências da Informação Coletiva acabavam de ser publicadas em revistas acadêmicas brasileiras – “Ciências da Informação: classificação e conceitos” (*Comunicações & Problemas*, ano II, n. 5, Recife, Instituto de Ciências da Informação, 1967, p. 71-91) e “Um dia na imprensa brasileira” (*Cadernos de Jornalismo*, n. 8, Rio de Janeiro, Editora Jornal do Brasil, 1967, p. 18-29) – sendo consideradas suficientes para atender ao requisito constante do regulamento de pós-graduação da USP. O Conselho Técnico Administrativo da então Escola de Comunicações Culturais acolheu o parecer do meu orientador, dispensando-me dessa obrigação curricular. Tive, portanto, o meu tempo ampliado para fazer a pesquisa destinada à redação da tese. O problema que me propus elucidar foi a natureza tardia da imprensa brasileira, demorando três séculos para funcionar na colônia portuguesa. Esse fato era contrastante com relação às colônias espanhola e inglesa, que instalaram prelos logo depois da ocupação dos territórios americanos. Tal enigma histórico havia sido realçado por autores como Carlos Rizzini, Danton Jobim, Luiz do Nascimento, permanecendo inexplicável. As interpretações propostas por historiadores da nossa imprensa, como Nelson Werneck Sodré e Juarez Bahia, eram insuficientes e polarizadas. Fiz, portanto, uma ampla revisão da literatura disponível sobre a imprensa nos territórios coloniais. Coletei dados exaustivos sobre as tentativas de implantação da imprensa no espaço colonial brasileiro. Ancorado na teoria sociocultural de Darcy Ribeiro, adotei a

metodologia funcional testada por Florestan Fernandes. O resultado dessa árdua peregrinação pelas fontes secundárias que embasam a trajetória histórica da imprensa foi consubstanciado na tese “Fatores socioculturais que retardaram a imprensa no Brasil”. Concluída no final de 1972, ela foi defendida e aprovada em fevereiro de 1973. Tornei-me, assim, o primeiro Doutor em Jornalismo, diplomado em universidade brasileira. Outros colegas como Francisco Gaudêncio Torquato do Rego e Thomas Farkas, pertencentes à mesma turma de doutorado, lograram conquistar títulos idênticos logo em seguida.

ADD’A: Como foi seu ingresso na área de comunicação como docente e pesquisador? Qual foi a área escolhida?

JMM: Minha atividade docente foi precedida por um estágio probatório, como monitor pedagógico. Desde o meu ingresso no curso de Jornalismo, fui desafiado pelo Professor Luiz Beltrão a enveredar pela carreira acadêmica. O primeiro passo foi o desenvolvimento de um projeto de iniciação científica, denominado “A crônica policial na imprensa do Recife”, tutelado pelo professor Beltrão, que me confiou a supervisão da pesquisa de campo e depois me atribuiu a responsabilidade de escrever o relatório final. Realizado em 1963, esse trabalho foi publicado em 1965, na revista *Comunicações & Problemas*, ano I, n. 2, Recife, ICINFORM, p. 121-132. Satisfeito com o meu desempenho como pesquisador, Luiz Beltrão me designou, no último ano do curso, para exercer a função de monitor da disciplina Técnica e Prática de Jornalismo. O que fiz com prazer e diligência durante o exercício letivo de 1964. Subsidiei e avaliei os trabalhos práticos dos meus colegas das turmas iniciais. Diplomado no final desse ano, concorri a bolsa de estudos da UNESCO para fazer pós-graduação no Centro Internacional de Estudos Superiores em Jornalismo para a América Latina, em Quito, Equador. Selecionado, viajei ao país andino, ali permanecendo durante um trimestre, como participante do VI Curso Internacional de Ciências da Informação Coletiva. Cumpri, em regime de tempo integral, um currículo composto por uma dezena de disciplinas, ministradas por docentes europeus (Jacques Leauté, Joffre Dumazedier, Marurice Hankard, Edmond Janssens, Manuel Calvo Hernando), norte-americanos (Bruce Westley, Malcolm MacLean Jr., Wayne Danielson, Harry Goodman) e latino-americanos (Jorge Fernandez, Ramiro Samaniego, Antonio Garcia e Felipe Sanfuentes). Obtive aprovação

destacada em todas as matérias e logo me inscrevi para cumprir os requisitos destinados à obtenção do título de especialista. Minha tarefa era realizar pesquisa bibliográfica e produzir um ensaio teórico, além de desenvolver estudo empírico, escrevendo um artigo científico. Cumpri a primeira tarefa ainda em 1965, fazendo pesquisas em bibliotecas equatorianas, peruanas, chilenas, argentinas, uruguaias e brasileiras, sob a orientação do professor francês Joffre Dumazedier e do equatoriano Jorge Fernández. A segunda foi realizada no Brasil, durante o primeiro semestre de 1966, consistindo numa análise de morfologia e conteúdo de três jornais brasileiros (nacional, regional e local). Ao final do semestre, submeti o relatório aos meus orientadores: o norte-americano Wayne Danielson e o equatoriano Ramiro Samaniego, que o endossaram plenamente. Estava imerso no processo de planejamento dessa pesquisa, quando fui convidado pelo professor Luiz Beltrão para um encontro em sua residência. Ele me avisou que fora convidado pelo presidente Castelo Branco para ocupar o cargo de diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília e me indicara para substituí-lo na regência da cadeira de Técnica e Prática do Jornalismo na Universidade Católica de Pernambuco. Não tive alternativa senão aceitar a convocação, num gesto de fidelidade e reconhecimento a quem me incentivara incondicionalmente durante todo o curso de graduação. Esse foi o meu batismo de fogo na docência, tendo que substituir um “monstro sagrado” que era Luiz Beltrão em Pernambuco. Terminado o semestre, fui obrigado, por razões de natureza política, a migrar para São Paulo. Aqui chegando, fui trabalhar como pesquisador midiático, mas estava mordido pela “mosca azul” da docência e logo tratei de conseguir oportunidades no ensino superior paulista. Imediatamente fui convidado a ingressar no corpo docente da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, onde deveria ocupar, no ano letivo seguinte, a cadeira de Teoria da Informação, recém-instituída pelo Conselho Federal de Educação. Concomitantemente, inscrevi-me no concurso aberto pela nova Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo para a constituição do seu corpo docente fundador. Aprovado nesse concurso público, passei a colaborar gratuitamente com a instituição, ainda em 1966. Recebi do diretor Júlio Garcia Morejón o encargo de reestruturar o currículo do curso de Jornalismo, no sentido de adaptá-lo às novas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação. Assim sendo, em março de

1967 passei a lecionar na pioneira Cáspes Líbero, onde instalei imediatamente o Centro de Pesquisas em Comunicação Social, um laboratório destinado à aplicação dos conceitos teóricos disseminados em sala de aula. Meu curso de Teoria da Informação foi organizado de modo a situar os alunos diante das distintas correntes de pensamento, abrangendo as tendências europeias, norte-americanas e incluindo também as primeiras incursões latino-americanas. Fiz, com a participação da minha primeira turma, um conjunto de pesquisas de campo sobre a indústria midiática brasileira – focalizando objetos como imprensa diária, telenovelas, histórias em quadrinhos, jornais de imigrantes etc. Tais estudos foram posteriormente incluídos no meu livro de estreia na literatura acadêmica – *Comunicação social: teoria e pesquisa* (Petrópolis, Vozes, 1970). Já o início das atividades didáticas na Escola de Comunicações da USP foi retardado em função do movimento dos “excedentes” (candidatos aprovados no vestibular, mas não classificados). Recusando-se a assistir às aulas, os alunos ingressantes fortaleceram a luta dos colegas que não haviam sido matriculados. O movimento foi, afinal, vitorioso, conseguiu o aumento do número de vagas, duplicando-se praticamente a primeira turma. As aulas começaram já em meio ao semestre. Designado para lecionar a disciplina Introdução ao Jornalismo, encarreguei-me do módulo teórico, repartindo as aulas com dois outros colegas: Flavio Galvão e Freitas Nobre. Minhas aulas focalizaram os conceitos básicos do Jornalismo, resgatando as contribuições de Otto Groth e Emil Dovifat, Jacques Kayser e Bernard Voyenne, Domenico de Gregório e Juan Beneyto, Walter Lippmann e Raymond Nixon, Octávio de la Suarée e Hector Mujica, Danton Jobim, Luiz Beltrão e Barbosa Lima Sobrinho. Dediquei-me também à elaboração das diretrizes pedagógicas para o jornal-laboratório, a ser implantado no ano seguinte. Mais adiante, assumi o cargo de Diretor do recém-criado Departamento de Jornalismo.

28.1.4. Vivência forânea

ADD’A: Quais foram suas experiências mais marcantes com as universidades no exterior? Quantos anos viveu no estrangeiro, em cada país no qual desenvolveu pesquisas? Lá, era docente ou apenas pesquisador?

JMM: Tive várias experiências em universidades estrangeiras. Vou tentar reconstituir cada episódio no seu contexto.

A primeira experiência ocorreu em 1966, quando fiz pós-graduação na Universidade Central do Equador. Ali funcionava o Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina, CIESPAL, mantido em convênio com a UNESCO e a OEA, Organização dos Estados Americanos. Convivi, nessa conjuntura, com jovens professores e pesquisadores, alguns dos quais estariam na vanguarda da difusão das ideias da emergente Escola Latino-Americana de Comunicação. Destaco o argentino Alberto Verga, o venezuelano Carlos Delgado, o equatoriano Jorge Merino, o uruguaio Manuel Olareaga e o colombiano Antonio Cacia Prada. Beneficiei-me também dos conhecimentos disseminados pelos professores Bruce Westley, Jacques Leauté, Joffre Dumazedier e Jorge Fernandez (com quem dei os primeiros passos no campo das teorias da comunicação), Malcolm MacLean, Wayne Danielson e Ramiro Samaniego (que me ensinaram a aplicar a metodologia da pesquisa científica ao conhecimento dos fenômenos comunicacionais), Maurice Hankard, Manuel Calvo Hernando e Felipe Sanfuentes (cujas lições sobre mídia e jornalismo enriqueceram minha formação profissional). Contudo, o maior benefício intelectual adquirido nesse curto, mas intenso período de especialização foi a descoberta da bibliografia internacional das ciências da comunicação. Tornei-me usuário permanente da biblioteca do CIESPAL, discernindo as principais fontes dessa nova área do conhecimento. Adquiri toda a Coleção CIESPAL, constituída por obras traduzidas de vários idiomas para o espanhol, representando as principais correntes do pensamento comunicacional hegemônico. Descortinei o referencial construído pela Escola Francesa, através de Jacques Kayser, Jacques Leauté e Joffre Dumazedier. Adentrei o território acadêmico erigido pela Escola Norte-Americana, por intermédio de Paul Lazarsfeld, Wilbur Schramm, Raymond Nixon, Wayne Danielson, David Berlo. Identifiquei as correntes emergentes em países europeus como a Alemanha (através de Maletzke), Itália (através de Rovigati), Espanha (através de Beneyto) e Rússia (através de Kachaturrov). Vislumbrei também os pensadores que despontavam na América Latina (Jobim, Beltrão e Freire, no Brasil; Rangel, Mujica e Pasquali, na Venezuela; Bordenave, no Paraguai; Beltrán, na Bolívia; Verón, na Argentina). Terminado o curso em Quito, percorri alguns países latino-americanos, fazendo escalas em Lima, Santiago, Buenos Aires e Montevideo, onde fui recebido por colegas, estabelecendo

contatos acadêmicos, que se mostraram duradouros. O mais significativo ocorreu, porém, em Santiago do Chile, onde visitei Paulo Freire. Com ele convivera no Movimento de Cultura Popular, integrando a equipe liderada por Josina Godoy e Norma Coelho, responsáveis pela campanha de educação de adultos em Pernambuco durante o Governo Miguel Arraes. Paulo me recebeu com o mesmo carinho e atenção dos tempos do Recife, querendo conhecer minhas andanças latino-americanas e repartindo suas experiências chilenas. Pediu-me para reler trechos da versão revista da sua tese de cátedra, que seria publicada no ano seguinte pela Editora Civilização Brasileira, com o título “Educação como prática da liberdade”. Demonstrou igualmente seu ceticismo em relação às teorias da comunicação massiva, pois estava convencido de que as tecnologias de difusão coletiva constituíam barreiras intransponíveis para o diálogo, ou melhor, inibindo a essência do processo da comunicação. Anotei sua reflexão, incorporando-a posteriormente ao meu livro de estreia, *Comunicação social: teoria e pesquisa* (1970). Ao explicitar o conceito antropológico de comunicação, tomei como fonte de referência um texto de Jarbas Maciel, membro da equipe que reconstituía a gênese do Método Paulo Freire, em edição monográfica da revista *Estudos Universitários* (Recife, 1963). A permanência no CIESPAL foi também muito importante para reforçar os laços intelectuais com Joffre Dumazedier, que eu conhecera também no Recife, por intermédio de Violetta Arraes Gervaiseaux. Ele ministrara um seminário sobre animação cultural, revisando criticamente o projeto francês das “praças de cultura”. Tratava-se do embrião metodológico daquilo que posteriormente denominaríamos “leitura crítica da comunicação”. O reencontro com Dumazedier em Quito foi muito gratificante. Através dele estabeleci uma linha de comunicação direta com o CECMASS, Centro de Estudos da Cultura de Massas da Universidade de Paris, cuja equipe ele integrava, juntamente com Georges Friedmann, Edgar e Violette Morin, Umberto Eco, Roland Barthes. Meus caminhos se cruzariam com alguns desses teóricos, quando me instalei em São Paulo, sedimentando minha carreira como pesquisador da comunicação. Em 1966, por exemplo, fiquei fascinado pelas ideias que Umberto Eco difundiu através de palestras feitas na USP e na Universidade Mackenzie. Nelas me inspirei para montar o curso de teoria de comunicação e a série de pesquisas sobre cultura de massas que desenvolvi no ano seguinte na Faculdade Cásper Líbero. Em 1968, recebi

Edgar Morin na Escola de Comunicações Culturais da USP, com ele dialogando durante um simpósio internacional sobre a pesquisa em cinema, rádio e televisão, promovido pela UNESCO.

A segunda experiência acadêmica no exterior configurou-se em 1970. Como tinha sido bolsista da UNESCO no sexto curso internacional de ciências da informação coletiva por ela patrocinado no Equador e me destacado como pesquisador na área, recebi um convite para participar do simpósio internacional sobre o impacto da violência na mídia. Agendado para o final de junho, em Paris, o evento me permitiria ficar na Europa, durante todo o mês de julho. Foi uma excelente oportunidade para estreitar os laços acadêmicos com personalidades e instituições do velho continente. Apresentei ao simpósio um estudo sobre a violência nos jornais diários brasileiros, incorporado depois ao meu livro *Estudos de jornalismo comparado* (Pioneira, 1972). Durante o simpósio, mantive frutíferos contatos com lideranças importantes do campo comunicacional: o inglês James Halloran (logo em seguida eleito presidente da International Association for Mass Communication Research, com o qual mantive vínculos estreitos, que culminaram com o seu aval para a realização do congresso mundial da IAMCR no Brasil), o norte-americano Bradley Greenberg (vinculado à Universidade de Michigan, onde voltaria a encontrá-lo em várias ocasiões, recebendo-o também na ECA-USP em 1992), o israelense Elihu Katz (coautor do paradigma do “two-step-flow of communication” e criador da teoria dos “usos e gratificações”, que cooperaria com o Brasil logo depois, liderando a equipe que avaliou a nossa experiência embrionária de televisão educativa), além do meu mestre Jacques Leauté (que facilitou sempre o intercâmbio brasileiro com o centro internacional por ele fundado em Estrasburgo). Depois do simpósio, empreendi uma série de contatos institucionais. Em Paris, fui recebido por Fernand Terrou, diretor do Instituto Francês de Imprensa, e por Bernard Voyenne, diretor do Centro de Formação de Jornalistas, com os quais mantive intenso contato, beneficiando os estudantes brasileiros que demandavam estudos pós-graduados ou pesquisas na França. Em retribuição, divulguei suas obras no Brasil e ajudei a projetar a IAMCR, cujo primeiro presidente fora Terrou. Visitei também o Centro de Estudos de Cultura de Massas, CECMASS, tecendo mecanismos de intercâmbio, que se materializaram na tradução de vários artigos de autoria

dos seus pesquisadores, úteis para formar a primeira geração de profissionais diplomados pela ECA-USP. Na Bélgica, concentrei o meu contato na Universidade Livre de Bruxelas, onde estabeleci conexões com Roger Clausse, teórico do jornalismo, e com seu discípulo predileto, Gabriel Thoveron, que se tornaria um renomado especialmente em teoria da televisão. Reencontrei na Rádio e Televisão Belga o meu professor Maurice Hankard, que me induziu a estabelecer intercâmbio com o INBEL, Instituto Belga de Difusão Coletiva, através de J. M. van Bol. Finalmente, visitei a Espanha, onde fui acolhido carinhosamente pelo meu professor Manuel Calvo Hernando, então diretor do Departamento de Informação do Instituto de Cultura Hispânica, aceitando o meu convite para visitar o Brasil. Isso efetivamente ocorreu, logo em seguida, quando ele ministrou o primeiro curso nacional de jornalismo científico na ECA-USP, convertido em publicação que serviu de fonte aos jornalistas que fundariam mais adiante a Associação Brasileira de Jornalismo Científico. Em Madri, também fui recebido por Juan Beneyto, presidente do Conselho Nacional de Imprensa e catedrático de Jornalismo na Universidade Complutense de Madri. Por seu intermédio, tive a chance de conhecer o processo de reestruturação do ensino de comunicação na Espanha, que transitava de um modelo em que a formação se dava em institutos vinculados diretamente ao Ministério da Informação – Escola Oficial de Jornalismo, Escola Oficial de Publicidade, Escola Oficial de Rádio-Televisão – para ser incluída na estrutura universitária. Estavam em fase embrionária as primeiras Faculdades de Ciências da Informação, tanto em Madri quanto em Barcelona. Outros contatos relevantes foram mantidos com Salustiano del Campo, diretor da “Revista Española de la Opinión Pública” e Alejandro Muñoz Alonso, diretor da revista “Estudios de Información”. A primeira havia publicado, em 1968, meu artigo “Estudio comparativo de três diários brasileiros”, e a segunda publicara, em 1969, meu artigo “Ciencias de la información: clasificación y conceptos”, ambos resultantes das monografias de pós-graduação apresentadas ao CIESPAL. Desses contatos pessoais com os dois editores resultaram a solicitação de novos artigos de minha autoria e a permissão para reproduzir na ECA-USP quaisquer matérias publicadas em cada uma das revistas. Foi uma temporada curta, mas bastante proveitosa. Rendeu frutos a perder de vista.

Minha terceira incursão em território estrangeiro foi a mais longa, com duração de um ano. Ela se concretizou em julho de 1973, como programa de estudos de pós-doutorado, prolongando-se até julho de 1974. Depois de defendida minha tese de doutorado, e considerando que me havia dedicado integralmente, durante 5 anos, a construir o Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP, entendi que era o momento de ampliar minha bagagem cognitiva. Apresentei projeto de pesquisa pós-doutoral à FAPESP com a finalidade de estudar o sistema norte-americano de pós-graduação em jornalismo. Para tanto, solicitei o apoio do Prof. Dr. Raymond Nixon, ex-presidente da IAMCR e diretor da mais importante revista da nossa área de conhecimento, *Journalism Quarterly*, com o qual vinha colaborando em projetos de pesquisa desde 1969. Ele me abriu as portas da AEJ, Association for Education in Journalism, facilitando a coleta de dados institucionais, tendo em vista a amplitude da minha pesquisa. Além disso, solicitou que o MWUCIA, Mid West University Consortium for International Activities, me fornecesse a carta de aceite, permitindo o conhecimento em profundidade dos programas de pós-graduação mantidos por cinco universidades de ponta: Illinois, Indiana, Minnesota, Michigan State e Wisconsin, garantido recursos para o meu deslocamento *intercampi*. A FAPESP aprovou o projeto, mas condicionou a concessão da bolsa à minha fixação numa universidade, sem prejuízo do meu deslocamento para as universidades vizinhas. Terminei optando por fixar-me na Universidade de Wisconsin, no *campus* de Madison, por uma razão bem pragmática. Ali estava concentrada boa parte da documentação sobre os estudos comunicacionais que os pesquisadores norte-americanos haviam feito no Brasil. Na verdade, meu interesse acadêmico extrapolava o propósito claramente encaminhado à FAPESP. Eu pretendia construir um repertório bibliográfico sobre o conhecimento que os *scholars* norte-americanos haviam acumulado sobre os fenômenos comunicacionais brasileiros, mas que eram ignorados pelos estudiosos do nosso país. Fui gentilmente acolhido por John Fett, professor do Agricultural Journalism Department, unidade de pesquisa internacionalmente reconhecida por sua excelência no campo da divulgação científica, onde era notória a simpatia pelo pensamento comunicacional latino-americano. Seus pesquisadores mantinham estudos simultâneos no Brasil, Chile, Colômbia e outros países da região. Ali tive oportunidade de recarregar minhas baterias teóricas,

revisando toda a literatura comunicacional sobre modernização, desenvolvimento e difusão de inovações. Li ou reli textos de Lasswell, Lazarsfeld, Lippmann, Gallup, Park, Lerner, Schramm, Berlo, Nixon, Emery, Katz, Gerbner, Schiller, Hachten, Merrill, prestando atenção especial aos que haviam focalizado os fenômenos latino-americanos: Rogers, McNelly, Gardner, Grunig, Deutschmann, Bostian, Fett, Lane, Skidmore, Stepan, Pierce etc. Convivi com pesquisadores da nova geração, como Marion Brown e Patricia Chain, que haviam estado recentemente na América Latina e mostravam-se solidários com a resistência crítica esboçada na própria região às teorias forâneas (Freire, Mattelart, Pasquali, Beltrán, Faraone, Schmucler, Ordoñez). Ao mesmo tempo que eu resgatava a trajetória dos estudos comunicacionais dentro dos Estados Unidos para identificar as estruturas de ensino e pesquisa de pós-graduação, fazia incursões pelas veredas dos estudos latino-americanos ali refletidos ou ali gerados. O resultado da primeira atividade foi consubstanciado na monografia “O ensino de pós-graduação em Jornalismo nos Estados Unidos: tentativa de análise crítica, com vistas à identificação de experiências aplicáveis à realidade brasileira”, apresentada à FAPESP. O produto decorrente da segunda atividade materializou-se no livro *Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil*, publicado pela Editora Vozes (Petrópolis, 1978, 252 p.). Guardo, desse período de reabastecimento intelectual, algumas lembranças. A generosidade de Raymond Nixon, disponível para dialogar comigo, ao mesmo tempo que me encorajou a fazer uma comunicação sobre as tendências do estudo do jornalismo no Brasil, durante o congresso anual da Association for Education in Journalism (New Orleans, 1974), texto publicado na revista *Journalism Educator*, vol. 31, n. 1, abril de 1976. A calorosa acolhida que recebi na School of Journalism and Mass Communication da University of Wisconsin, ensejando profícuos debates com William Hachten, John McNelly, Jack McLoyd, Scott Cutlip e James Grunig. O interesse e a cordialidade com que fui recepcionado nas universidades do meio-oeste por *scholars* do porte de Edwin Emery e Robert Lidsay (Minnesota), David Berlo e Mary Gardner (Michigan), Watson Dunn e Eleanor Blum (Illinois), John Fett, Richard Powers e Lloyd Bostian (Wisconsin) ou Philip Meyer (Indiana) me sensibilizaram, reforçando a convicção de que se tornava indispensável ampliar a cooperação brasileira com as universidades de todo o mundo.

Cultivar o isolamento em que havíamos permanecido até então poderia ser danoso para o futuro da nossa comunidade acadêmica.

Por isso mesmo, empenhei-me em estimular esse intercâmbio quando ajudei a fundar a INTERCOM, atraindo pensadores de outros países para com eles dialogar e ao mesmo tempo submeter ao debate os resultados da nossa pesquisa. Numa primeira fase, atraímos somente os pensadores que se identificavam com a linha de ação contra-hegemônica: Armand Mattelart (França), Emile McAnany (Estados Unidos), Giuseppe Richeri (Itália), Javier Esteinou Madrid (México), Rafael Roncagliolo (Peru), Robert White (Inglaterra), Jesus Martín-Barbero (Colômbia), José Benitez (Cuba), Washington Uranga (Argentina). Mas, terminado o regime militar e restaurado o estado de direito, julgamos que era fundamental estabelecer fluxos em dois sentidos, sem filtros seletivos. Por um lado, deveríamos incrementar a presença brasileira nos fóruns mundiais da IAMCR (participamos amplamente dos congressos de Barcelona, 1988, e Bled, 1990). Por outro lado, deveríamos atrair a comunidade internacional para se reunir em território nacional, possibilitando uma troca de conhecimentos ampla e recíproca (isso ocorreu adequadamente em 1992, quando o congresso bienal da IAMCR se realizou no Guarujá). A partir de então, a INTERCOM passou a organizar colóquios binacionais, destinados a incrementar a interface com as comunidades estruturadas de países como a França, Espanha, Itália, Estados Unidos e Canadá.

Tenho estado presente em quase todas essas conexões, potencializando a minha vocação para o diálogo internacional, que me parece indispensável ao revigoramento intelectual de qualquer pesquisador.

Mas convém anotar, ainda, algumas experiências de cooperação internacional na fase de maturidade. No final dos anos 1980, tive a oportunidade de receber bolsa de estudos do CNPq para desenvolver estudos avançados na Espanha. Ali permaneci durante todo o ano letivo de 1988, vinculado à Universidade Complutense de Madri. Foi um período muito rico, que permitiu desvendar o pensamento comunicacional espanhol. Procurei dialogar com representantes da geração desbravadora do campo, desde Angel Benito (história e taxonomia) a Martinez Albertos (teoria e linguagem jornalística) e Pedro Orive Riva (sistemas de comunicação). Mas não deixei de entender a renovação processada pela vanguarda que aspira a hegemonia,

como Martin Serrano (teoria crítica das mediações), Timoteo Alvarez (história comparada) e Enrique Bustamente (economia política da comunicação). Essa tensão geracional está de algum modo resgatada na descrição panorâmica que compõe o meu livro *Espanha: sociedade e comunicação* (São Paulo, Summus, 1990) e na coletânea *Comunicação comparada: Brasil/Espanha* (São Paulo, Loyola, 1990).

Como Madri reflete apenas uma dimensão do mosaico espanhol, aceitei convite da UNESCO para ocupar, no final de 1991, a Cátedra UNESCO de Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona. Foi uma oportunidade singular, pois, vivendo no *campus* de Bellaterra, tive a chance de aprofundar diálogos gratificantes com Miquel de Moragas, sem dúvida a principal figura da Escola Catalã de Comunicação, bem como outros proeminentes estudiosos: Manuel Pares i Maicas (comunicação política), Lorenzo Gomis (teoria do jornalismo), Román Gubern (teoria do audiovisual), Josep Maria Casasús (linguagem jornalística), Marcial Murciano (comunicação internacional), Daniel Jovens (biblio-hemerografia comunicacional) ou Rodrigo Alsina (discursos midiáticos).

Na década de 1990, atuei como professor visitante ou conferencista em universidades como Grenoble, França (onde retomei o diálogo sobre a natureza do pensamento comunicacional com Bernard Miège), Melbourne, Austrália (onde intercambiei pontos de vista sobre as políticas de comunicação com John Sinclair e Bill Mellody), Cidade do México (onde retomei debates *calientes* sobre a sociedade da informação com Delia Covi, Trejo Delarbre, Fátima Fernandez e Octávio Islãs) etc.

Minha última experiência internacional duradoura foi protagonizada na Universidade do Texas. Ali permaneci um quadrimestre como Thinker Professor, convivendo com o colega finlandês Kaarle Nordestreng, com o qual mantivera permanente diálogo sobre comunicação internacional, tanto no âmbito da UNESCO quanto nos congressos da IAMCR. Da convivência com a equipe local, foram profícuas as “tertúlias” promovidas por Ellen Wartella (então dedicada a um amplo estudo sobre o impacto da mídia na vida cotidiana das crianças), Maxwell McComb (teoria da agenda-setting), Federixo Subervi (mídia das minorias), Emile McAnany (fluxos internacionais de comunicação) e Foster Dulles Jr. (história da imprensa brasileira).

28.1.5. Campo da comunicação

ADD'A: Qual a sua participação na construção do curso de Comunicação Social nas diversas instituições das quais participou como docente?

JMM: Participei ativamente da construção de duas unidades de ensino e pesquisa em comunicação.

No quinquênio 1967-1972, trabalhei em tempo integral para implantar os Cursos de Jornalismo e de Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Eles se tornaram modelos nacionais, ensejando a reprodução de suas estruturas em todo o território brasileiro. Evidências disso podem ser encontradas nas seguintes publicações: *Boletim do Departamento de Jornalismo* (1967-1969) e nos *Cadernos de jornalismo e editoração* (1970-1990). Voltei a dirigir esses cursos na década de 1980, logo após a anistia política, quando desenvolvi uma ação de natureza restauradora, pois os programas haviam sofrido mutilações pedagógicas durante o ocaso do regime militar. Foi um trabalho muito árduo, mas que obteve resultados positivos, destacando-se nessa fase a construção da área de concentração em Jornalismo no programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA. Seu coração intelectual localiza-se no eixo constituído pelos Núcleos de Pesquisa, que perduraram durante mais de dez anos. Informações sobre a sua estrutura matricial estão contidas nas duas edições do *Anuário Brasileiro da Pesquisa em Jornalismo* (1992-1993).

Durante o período 1978-1983, construí o programa de pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. Voltada para o estudo dos processos comunicacionais contra-hegemônicos, essa unidade de ensino e pesquisa logo adquiriu relevância nacional, ao obter conceito excelente nas avaliações da CAPES. O resgate dessa fase do programa pode ser feito através de consulta à coleção da primeira fase da revista *Comunicação & Sociedade*. Retomei a direção desse programa em 1993, aceitando o desafio de implantar ali o curso de doutorado. Realizei essa tarefa no triênio 1993-1995, quando o novo segmento de estudos estava em pleno funcionamento, merecendo o credenciamento da CAPES. Ali estive na coordenação até 2001, atuando agora como docente e orientador de teses. A revista *Comunicação & Sociedade*, em sua terceira fase, documenta fartamente a construção do doutorado e o fortalecimento do programa no panorama nacional.

ADD'A: Como avalia os atuais cursos de graduação em Comunicação? E os de pós-graduação?

JMM: Vivemos um período caracterizado pelo refluxo acadêmico na área de comunicação. Os últimos anos testemunharam um crescimento vertiginoso, tanto na graduação quanto na pós, ocasionando uma queda de qualidade. Essa situação agrava-se com a existência de um fosso entre os dois níveis de ensino. Em algumas instituições começam a ocorrer conflitos entre a natureza abstrata ou descontextualizada da pesquisa (desenvolvida na pós) e as demandas de conhecimento aplicado (graduação).

ADD'A: Como avalia os estudos realizados dos anos 1980 para cá sobre a Comunicação no Brasil, em relação aos realizados nos demais países da América Latina?

JMM: O Brasil vem assumindo desde os anos 1970 a vanguarda do ensino e da pesquisa em comunicação na América Latina. Além de haver refluído à tendência polivalente do ensino de graduação dominante na maioria dos países hispano-americanos, os programas brasileiros nesse nível foram fortalecidos pela disponibilidade de laboratórios para aplicação dos conhecimentos disseminados em sala de aula. Esse experimentalismo cultivado pela nossa graduação tem representado fator positivo para manter sintonia entre as escolas de comunicação e as empresas que demandam profissionais para o planejamento, produção e gestão de conteúdos. Por isso mesmo, os estudos brasileiros de comunicação são mais abrangentes, incluindo todas as facetas e etapas do processo produtivo. Talvez o país que possui maior identidade com o modelo brasileiro seja o Chile. Nos demais, predomina uma tendência voltada para a análise exclusiva dos discursos midiáticos ou das suas mediações socioculturais, ignorando a complexidade dos processos ou minimizando as rotinas profissionais. Em consequência, seus resultados permanecem circunscritos ao gueto acadêmico. Como esse distanciamento da realidade começa a caracterizar o perfil dos nossos estudos de pós-graduação, teme-se que a tendência se projete negativamente na graduação.

ADD'A: Qual o papel social e político da Comunicação? E o do comunicador? Em relação à geração imediatamente anterior, em sua opinião, os comunicadores de hoje adotam posturas diferentes sobre a questão do seu

papel social?

JMM: O papel da Comunicação na sociedade é o estabelecimento de pontes duradouras entre as demandas comunitárias e as ofertas empresariais. Em se tratando de setor industrial, que produz conteúdos informativos, educativos ou diversionais, os seus produtos não podem estar descolados dos anseios populares. Cabe aos profissionais da área compreender a natureza e a motivação dessas demandas e produzir bens simbólicos que satisfaçam os desejos elementares dos cidadãos, ajudando-os a avançar cognitivamente. No tocante ao *gap* geracional, a diferença está no amadorismo da geração anterior às faculdades de comunicação, embora ela tenha preservado a sensibilidade de não avançar desnecessariamente. A nova geração, diplomada pelas universidades, tem formação sistemática e portanto capacidade para planejar produtos e conteúdos em consonância com as demandas coletivas. Se não tiver consciência plena dessa função mediadora, a nova geração pode cair no equívoco do voluntarismo “culturalista” ou no autoritarismo “educativo”, distanciando a indústria midiática das necessidades imediatas dos cidadãos. Se isso vier a ocorrer, aquelas indústrias correm o risco de serem ultrapassadas pelos fatos, perdendo fatias do mercado para as concorrentes que produzem em sintonia com a “lei da oferta e da procura”.

ADD’A: Quais são as perspectivas para os cursos de Comunicação? E para os pesquisadores da comunicação?

JMM: As perspectivas são alvissareiras. Vivemos o limiar de uma sociedade da informação que aspira o *status* de sociedade do conhecimento.

Para viabilizar esse transito de uma etapa civilizatória a outra, torna-se indispensável proceder com agilidade, habilidade e sensibilidade. O que significa dizer que os profissionais demandarão conhecimentos a serem gerados pelos pesquisadores. Profissionais competentemente formados pelos cursos terão consciência de que não devem enfrentar riscos desnecessários, tendo em vista a natureza competitiva da sociedade capitalista. Logo, não tomarão decisões sem buscar indicadores confiáveis. Isso implica que os pesquisadores da comunicação, que supostamente devem ser formados pela pós-graduação, devem dar respostas concretas e satisfatórias aos produtores e aos gestores. Em outras palavras, a pós-graduação encontra-se numa encruzilhada. Ou muda a postura acadêmica, focalizando a pesquisa aplicada, ou corre o risco de ser substituída por programas afins (administração,

psicologia, engenharia) que podem vir a incluir tais demandas em suas metas acadêmicas. O exemplo norte-americano está disponível para quem quiser entender a conjuntura histórica. Dizendo de outro modo: compete aos pesquisadores da comunicação “decifrar a esfinge midiática”. Para melhor entender a equação, sugiro a leitura dos capítulos iniciais do meu livro *A esfinge midiática* (São Paulo, Paulus, 2004).

28.1.6. Teoria e metodologia

ADD’A: Como surgiu seu interesse pelas questões epistemológicas e metodológicas da Comunicação?

JMM: As questões epistemológicas e metodológicas fazem parte da gênese do meu trabalho acadêmico no campo da comunicação. Minha monografia de pós-graduação, apresentada ao Centro Internacional de Estudos Superiores em Jornalismo para a América Latina (1965) tem como objeto a “classificação” e a “conceituação” das emergentes “ciências da informação”. Esse exercício de reflexão epistemológica, resgatando as matrizes aristotélicas e as atualizações feitas pelos enciclopedistas franceses, dimensionava o contexto peculiar ao momento em que o novo campo científico adquiria legitimidade. As questões metodológicas estavam implícitas nos meus primeiros trabalhos empíricos, sendo reconhecíveis nas opções feitas durante a iniciação científica (estudo sobre a cobertura policial da imprensa recifense) e a pós-graduação (estudo comparativo da imprensa diária brasileira). Mas elas ganham fôlego no ensaio que escrevi para o simpósio comemorativo dos vinte anos de fundação da Faculdade Cásper Líbero (1967), inventariando e catalogando as metodologias usuais nas pesquisas de comunicação, tanto na academia quanto no mercado. Desde então, venho questionando tais aspectos da produção cognitiva em nossa área de conhecimento. Basta fazer uma retrospectiva em minha produção bibliográfica para identificar esse tipo de preocupação, que somente agora começa a conquistar interesse coletivo.

ADD’A: Quais foram os teóricos que mais influenciaram suas opções teóricas e metodológicas?

JMM: Tais influências estão suficientemente descritas em tópicos anteriores deste diálogo. Contudo, vale a pena destacar que venho explorando arqueologicamente os escritos de Aristóteles e de Quintiliano, sem dúvida as

fontes seminais da epistemologia da comunicação. No plano metodológico, tenho procurado, através da releitura dos ensaios de Robert Park, identificar de que forma os métodos do conhecimento jornalístico embasaram as matrizes sedimentadas pela pesquisa em ciências sociais, realimentando hoje a metodologia da pesquisa em comunicação. Minha percepção é a de que, ao gravitar servilmente em torno dos métodos e técnicas da sociologia e disciplinas conexas, as ciências da comunicação na verdade reproduzem procedimentos de segunda mão, geralmente fora do tempo e do espaço. Por isso mesmo, o nosso campo permanece estacionário, pouco avançando metodologicamente.

ADD'A: Que temas/objetos de pesquisa o senhor privilegia em suas abordagens teóricas (o discurso político, a educação, a cultura de massa/culta, a arte, a imprensa, os meios)?

JMM: Os temas/objetos dos meus trabalhos teóricos são amplos, pela contingência de haver desvendado territórios inexplorados, em tempos que demandavam ousadia e persistência. Ao fazer o inventário da pesquisa em comunicação no Brasil (1883-1983), deparei-me com um universo polifacético, confirmando a sensação anotada em 1976, quando tornei público o manancial cognitivo que a comunidade norte-americana das ciências da comunicação havia acumulado sobre os fenômenos brasileiros de comunicação. Perante isso, procurei delinear e refletir sobre as correntes teóricas existentes em nosso país, confrontando-as com as vigentes em países metropolitanos. A mudança que vem ocorrendo em minha trajetória é a de haver palmilhado inicialmente aquele universo que Wilbur Schramm não hesitaria em denominar “comunicologia”, como faz hoje, recorrendo a argumentos distintos, o mexicano Jesus Galindo, para focalizar com maior nitidez o segmento que se convencionou chamar de “midiologia”. A semente midiológica foi plantada por Tobias Peucer (1690), produzindo uma árvore reconhecida por seus pósteros, como é o caso de Otto Groth (início do século XX), mas que somente passou a ser irrigada pelos fundadores da IAMCR (1957), tendo na linha de frente o francês Jacques Kayser e o norte-americano Raymond Nixon. Para melhor compreender o trânsito de um patamar a outro, vale a pena comparar os ensaios contidos em dois livros de minha autoria: *Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos* (1998) e *A esfinge midiática* (2003).

ADD'A: Em sua obra, existe uma clara preocupação em discutir o sentido do sujeito como agente da história, e não como um mero objeto passivo diante dos meios de comunicação. Dado esse viés inovador, queremos saber como ele surgiu. Qual foi o seu percurso para compreender a singularidade e a participação da Comunicação na construção do popular como objeto de estudo, nas pesquisas e propostas teóricas?

JMM: Paradoxalmente, essa preocupação emerge da leitura de um filósofo como Ortega y Gasset, considerado apocalíptico por uns e profeta por outros. Desafiou-me sempre sua ideia de que é impossível compreender o homem sem entender sua circunstância. Trata-se de discernir o mundo que o homem constrói para viver cotidianamente. Isso corresponde a reconhecer que o homem é sujeito da sua história. Redimensionei posteriormente essa questão através da dialética marxista-leninista, que edifica uma espécie de homem coletivo. Deformado na versão stalinista e em edições sucedâneas, o homem sem rosto protagonizava aquele tipo de personagem que tanto amedrontara Gasset e seus contemporâneos. O homem massa, presa fácil das artimanhas engendradas por “vanguardas” que usurparam sua legítima representação. Recuperando a premissa ortegiana de que o homem faz a sua circunstância, sempre admiti que os meios de comunicação desempenham papel crucial nas sociedades democráticas, atuando como espelhos denotadores do meio ambiente. Mas entendendo que eles funcionam, ao mesmo tempo, como alavancas para gerar ações coletivas. Sempre que seus produtos tenham sido gerados pela consciência individual, alimentados por conotações institucionais e oxigenados pelos filtros comunitários que os assimilam ou refugam. É nesse sentido que os agentes populares participam ativamente da comunicação social, ainda que pareçam alienados, dentro dos limites da “consciência possível” em “circunstâncias” determinadas.

ADD'A: Como essa questão se desdobrou na discussão da interdisciplinaridade?

JMM: Discernir as circunstâncias que o homem precisa driblar para fazer a sua história cotidiana é o desafio permanente dos sujeitos midiáticos. Cabe-lhes produzir conteúdos capazes de corresponder às aspirações das coletividades humanas a que servem as indústrias em que trabalham. Para tanto, necessitam de conhecimento sobre os cenários que noticiam, as demandas de conteúdos, as reações provocadas, as aspirações decorrentes.

Tais elementos fazem parte da agenda investigativa de disciplinas como História, Sociologia, Antropologia, Psicologia. Se bem tecidos e aplicados, eles se convertem em instrumentos decisivos para o bom funcionamento das indústrias midiáticas. Contudo, as demandas dessas empresas não se esgotam nas circunstâncias que demarcam a vivência cotidiana dos cidadãos. Elas vão mais além, pressupondo gêneros, formatos, estilos, estratégias que sinalizam o contencioso propriamente midiológico. Sem dispor desses ingredientes substantivos (comunicacionais), as instituições midiáticas correm o risco de fazer constantes improvisações, estimuladas por nutrientes adjetivos (socioculturais ou psicolinguísticos). Consequentemente, a interdisciplinaridade torna-se uma quimera, porque elimina o cerne do processo (produção + difusão), reduzindo-se aos cenários e às mediações.

ADD'A: Por que a preocupação em buscar os fundamentos epistemológicos da comunicação, na medida em que se afirma comumente que a Comunicação é a expressão dessa interdisciplinaridade?

JMM: A interdisciplinaridade não constitui privilégio do campo da comunicação. Trata-se de peculiaridade inerente às ciências sociais aplicadas. Tais campos científicos – direito, comunicação, educação, serviço social, turismo – se caracterizam pelo acionamento de engrenagens da vida cotidiana, através de tecnologias, linguagens, instituições. Essa aplicação social – norma jurídica, informação/entretenimento, formação escolar, bem-estar, lazer – pode render mais dividendos, se fundamentada em pesquisas das áreas conexas. A essência do processo comunicacional continua a ser a utilidade pública. Portanto, a expressão da comunicação está na sua identidade enquanto produtora de bens simbólicos. Os aportes das disciplinas conexas ajudam a melhorar o seu desempenho. Avulta, portanto, a importância da epistemologia, numa conjuntura em que a ocupação dos espaços científicos constitui um imperativo de sobrevivência para as novas áreas do conhecimento.

ADD'A: Alguns autores afirmam que a Comunicação está cada vez mais descolada de áreas como a Sociologia, a Antropologia e as Teorias Literárias e que, por isso mesmo, deve encontrar seu *locus* específico. Isso não representa um risco, a saber, o de os estudos virem a limitar-se à adoção de uma concepção positivista, definindo a Comunicação como uma especialidade? Buscar seu campo, seu objeto, como especificidade de uma

disciplina científica não seria então um paradoxo à sua proposta de interdisciplinaridade? Como o senhor avalia a complexidade desse conflito entre a tendência à definição de um campo e objeto próprios e a abordagem da multidisciplinaridade para o estudo das manifestações populares? Quais são as qualidades e problemas de cada posição?

JMM: A interdisciplinaridade pressupõe a existência de disciplinas, ou seja, de campos científicos com fronteiras explícitas, mas não intransponíveis. Portanto, com *locus* definido, *objetos* claros e *métodos* apropriados. A colaboração entre as disciplinas ajuda a fortalecê-las, contanto que prevaleça o espírito da interdependência. Como poderia a Medicina avançar, aplicando novas terapias, senão observando a reação dos pacientes e se valendo de novas descobertas da Farmácia ou até da Engenharia? Da mesma forma, o Jornalismo, enquanto ciência social aplicada, não pode refugar os dados da Economia sobre o mercado ou os indicadores da Demografia a respeito das transformações populacionais. Mas não basta fazer diagnósticos. É preciso corresponder às demandas. Se cresce a capacidade aquisitiva de um segmento populacional e este tem condições para ingressar no público leitor de um jornal, compete à equipe de jornalistas descobrir novos gêneros, ou formatos, capazes de preencher essas aspirações. Como obter tudo isso? Experimentando linguagens e tecnologias, convertidas em produtos pré-testados ou pós-testados. No que concerne às relações entre as disciplinas das ciências da comunicação – Jornalismo, Propaganda, Radialismo, Cinematografia, Videologia etc. - com as ciências sociais – Sociologia, Antropologia, Política – ou as ciências da linguagem – Semiótica ou Teoria Literária –, a realidade, no caso brasileiro, indica que raramente tais disciplinas estão preocupadas com o estudo de inovações jornalísticas, fenômenos publicitários ou rotinas televisivas. Quando muito, elas se limitam a tomar os jornais, revistas, anúncios, campanhas publicitárias, novelas, seriados etc. como “objetos” para identificar os vieses ideológicos, os estereótipos raciais, as matrizes estéticas, os padrões de linguagem, e assim por diante, ignorando completamente os processos comunicacionais. Tais aproximações podem ser úteis aos profissionais da mídia, mas quase sempre se limitam a estudos de “casos”, sem possibilidades de generalização. Não podemos confundir essas incursões com o fruto da interdisciplinaridade. Esta se viabiliza sempre que uma pesquisa jornalística, por exemplo, contempla

uma variável sociológica como elemento para a tomada de decisões e que um sociólogo seja chamado a participar do projeto, explorando aquela dimensão. Cabe aos jornalistas-pesquisadores assimilar o aporte sociológico, de acordo com suas metas investigativas, sendo os resultados obtidos relevantes e que contribuam para gerar novos “produtos” jornalísticos.

ADD’A: Em que medida as suas pesquisas podem ser entendidas como uma extensão dos estudos de Martín-Barbero sobre a função da comunicação na contemporaneidade ou como um contraponto ao discurso das mediações deste?

JMM: Apesar da convivência intelectual que venho mantendo, há mais de duas décadas, com Martín-Barbero, nossas trajetórias, pressupostos e projetos são bem distintos. Isso elimina a possibilidade de tomar as pesquisas de um como extensão das pesquisas do outro. Da mesma forma, não considero que existam contrapontos intencionais. Pertencemos a uma mesma comunidade acadêmica que se configura pela identidade latino-americana. Trata-se de uma confluência estratégica e não de um paralelismo tático. Preservamos um diálogo respeitoso, conhecendo os pontos que nos aproximam e que nos separam, sem convertê-los em alavancas para o conflito. Tenho particularmente grande admiração pela obra de Martín-Barbero. Tanto assim que tomei a iniciativa de promover um simpósio para discutir criticamente seu pensamento. Os resultados estão publicados sob a forma de livro: *Comunicação, cultura, mediações: o percurso intelectual de Jesús Martín-Barbero* (1999). Valorizo especialmente a adaptação crítica que ele fez do paradigma das mediações, ancorado em matrizes esboçadas por autores como Elihu Katz e Martin Serrano, dialogando com variáveis cultivadas por Garcia Canclini (culturas híbridas), Jorge González (frentes culturais), José Joaquín Brunner (democratização) ou Renato Ortiz (mundialização). Martín-Barbero fez, com originalidade, sabedoria e competência, a leitura “latino-americana” dessas “mediações”. Interpretou-as no contexto mestiço de culturas ancestrais, modernas e pós-modernas que coexistem paradoxalmente em toda a América Latina. Ele ofereceu um contraponto culturalista à compreensão crítica dos processos comunicacionais latino-americanos, antes polarizados entre a economia política e a teoria crítica ou entre a sociologia funcional e a linguística estrutural. As ideias postas em debate pelo autor demonstram sensibilidade conjuntural, sempre buscando renovar-se ou atualizar-se. Tanto

assim que ele transita galhardamente da semiótica à antropologia cultural, incorporando referentes da história social e resgatando em tempos recentes o legado da filosofia política. Tudo isso sem renegar as raízes europeias do humanismo cristão que o converteram em cidadão autenticamente latino-americano, solidário com as maiorias excluídas do banquete civilizatório.

ADD'A: Sua obra é uma referência basilar para os estudos da Comunicação no Brasil. Em que medida o senhor considera que se pode afirmar que ela apresenta uma nova teoria da comunicação para se pensar o Brasil da perspectiva da cultura?

JMM: Minha obra é produto das minhas circunstâncias. Ela foi sendo gestada como consequência das demandas que me foram desafiando neste meio século de labuta intelectual. Como diria o compositor popular, “a vida foi me levando”. Por isso mesmo, não creio que tenha ensejado uma “nova teoria da comunicação”. Os brasileiros que fizeram contribuições dessa natureza são, a meu ver, Paulo Freire (através da comunicação dialógica) e Luiz Beltrão (através da folkcomunicação).

Confesso que muitas vezes tive que renunciar a projetos individuais, conjunturalmente sedutores, para me dedicar a trabalhos inadiáveis, que julgava de interesse coletivo. Isso ocorreu inicialmente quando estava fascinado pela taxonomia da comunicação, logo depois da minha monografia de pós-graduação. Naquele instante, fui conduzido de volta ao empirismo jornalístico, quando Luiz Beltrão me convocou para reger sua cátedra na universidade pernambucana. Chegando a São Paulo, defrontei-me com uma encruzilhada. Retomar os estudos teóricos da comunicação, ensejados pela pioneira Faculdade Cásper Líbero, ou prosseguir no território pragmático do jornalismo, entreaberto pela novíssima Escola de Comunicações Culturais da USP? Tentei conciliar essas duas possibilidades. Mas houve um momento em que tive de fazer opção. Quando a Universidade de São Paulo me ofereceu a chance de construir um espaço acadêmico de vanguarda na área específica do Jornalismo, não hesitei. Justamente pela consciência de que a pesquisa teórica em comunicação ocupava patamar que poderia ser postergado. São testemunhos eloquentes dessa primeira fase meus livros *Comunicação social: teoria e pesquisa* (1970), *Comunicação, opinião, desenvolvimento* (1971) e *Reflexões sobre temas de comunicação* (1972). Havia urgência em sistematizar e fazer avançar o conhecimento jornalístico demandado pela

sociedade brasileira, na conjuntura marcada pela ascensão da indústria cultural. A essa empreitada dediquei o primeiro quinquênio da minha jornada acadêmica, legitimando o jornalismo enquanto ciência aplicada e formando estrategistas para atuar ao mesmo tempo no sistema produtivo (empresas jornalísticas) e no espaço acadêmico (universidades e institutos de pesquisa). Trata-se de um segmento da minha produção intelectual que ficou disperso, fragmentado nos programas de ensino que elaborei para aplicação pelos docentes em fase de treinamento e nos projetos de pesquisa que esbocei para desenvolvimento por pesquisadores em estágio probatório. É bem verdade que todo esse esforço ficou documentado nos relatórios, boletins, cadernos, apostilas, bibliografias, coleções de opúsculos, editados pelo Departamento de Jornalismo da ECA-USP. Essas publicações circularam amplamente, servindo como padrão de referência para os programas congêneres de muitas universidades brasileiras, em fase de estruturação curricular ou de renovação pedagógica. Mas como não me contentava a atuação exclusiva como gestor acadêmico, procurei desenvolver atividades de pesquisa. Privilegiei estudos particulares, onde combinava o foco empírico (jornalismo) com a ótica teórica (taxonômica). Os resultados dessa incursão ao mesmo tempo conceitual e metodológica estão contidos nos meus livros *Estudos de jornalismo comparado* (1972), *Sociologia da imprensa brasileira* (1973) e *Contribuições para uma pedagogia da comunicação* (1974). Porém como o homem nem sempre controla o seu caminho, fui surpreendido pela “caça às bruxas” que atingiu a USP na primeira metade da década de 1970, culminando com o episódio do assassinato de Herzog (1975). Obrigado a interromper o que estava fazendo, precisei repensar os caminhos a prosseguir. Fiz um intervalo, durante o pós-doutorado nos Estados Unidos, onde deveria concentrar-me no foco “jornalístico”. A monografia “O ensino de pós-graduação em jornalismo nos Estados Unidos” (FAPESP, 1974) documenta o cumprimento dessa tarefa. Aliás, esse relatório permaneceu à margem do cenário acadêmico, não apenas pelo ineditismo, mas porque seu autor passou à “lista negra” dos intelectuais brasileiros, refugado pelo “sistema”. Entretanto, como não me limitara à problemática jornalística, durante a estância norte-americana, retomei o filão teórico. Inventariei o conhecimento acumulado por ianques e por brasileiros americanizados sobre os fenômenos comunicacionais do Brasil moderno e contemporâneo. O livro *Comunicação*,

modernização e difusão de inovações (1978) enfeixa o roteiro dessa minha peregrinação (bibliografia comentada) e ilustra as tendências evidentes (antologia seletiva). De certo modo, esse “intermezzo” está refletido também no livro *Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação* (1976) e na coletânea *Comunicação/incomunicação no Brasil* (1976). Excluído da comunidade uspiana, imediatamente após o estágio pós-doutoral, enfrentei as novas “circunstâncias”, percorrendo caminhos possíveis. Por um lado, mergulhei de cabeça no manancial teórico, agarrando a única oportunidade que me apareceu no país. Tinha chances de migrar, mas decidi permanecer exilado em minha própria terra. Assumi a regência da cadeira de “Teoria da Comunicação” na Federação de Escolas Superiores do ABC, que depois se converteria em Universidade Metodista de São Paulo. Recuperei a experiência interrompida na Cásper Líbero, atualizando-a epistemologicamente, através da bagagem enriquecida nos Estados Unidos. Foi necessário, também, um “aggiornamento” metodológico, tendo em vista a mudança de interlocutores: meus novos alunos não mais integravam os pequenos grupos da elite matriculada na Cásper ou na USP. O contingente numeroso que frequentava minhas aulas era constituído por jovens de “colarinho branco” ou “operários-padrão”, legítimos representantes das classes “subalternas”. A universidade significava um degrau para a ascensão social. Eles pretendiam um lugar ao sol no mercado de trabalho midiático, que parecia promissor. Esse comportamento imediatista dos alunos, ora cético, ora hostil, convenceu-me da assertiva paulofreiriana de que o “bom educador é aquele que primeiro se educa com seus educandos para melhor educá-los”. Em se tratando de jovens que trabalhavam pesado durante o dia, restava-lhes pouco tempo para as tarefas extraclasse. Era necessário engendrar estratégias pedagógicas capazes de motivá-los à aprendizagem numa disciplina de fundamentação teórica. Organizei programas de ensino diferenciados por carreiras profissionais, estabelecendo claras vinculações entre a teoria da comunicação e as rotinas produtivas. Isso implicava escolher conceitos e paradigmas aplicáveis a cada subárea. Essa tarefa me exauriu completamente, roubando o tempo necessário à produção teórica. Somente voltei à reflexão e conseqüentemente à produção de ensaios quando foi criada a pós-graduação em comunicação social na Metodista. Dedicando-me à estruturação do programa, encontrei tempo livre (e motivação) para escrever

artigos, depois reunidos em livros: *Comunicação & libertação* (1981) e *Telemania, anestésico social* (1981). A primeira fase da revista *Comunicação & Sociedade*, editada sob a minha direção, também reflete esse período.

O estágio seguinte da minha produção acadêmica define-se por uma postura de intervenção no espaço público. O esgotamento do regime militar e o fortalecimento da sociedade civil abriam oportunidades para suscitar a democratização do sistema nacional de comunicação, influenciando nas políticas a serem adotadas pelo governo de transição. Mais uma vez as “circunstâncias” monitoravam minha ação intelectual. Ela está de certo modo contida nos livros *Comunicação: teoria e política* (1985), *Para uma leitura crítica da comunicação* (1985) e *Comunicação: direito à informação* (1986).

Percebi que a legitimação social da comunicação, naquela conjuntura, dependia essencialmente da constituição de uma comunidade acadêmica. Sua missão destinava-se a enfrentar resistências e convencer os tomadores de decisão a propósito da legitimidade da nova área de conhecimento. Correspondi à convocação dos meus pares, assumindo a liderança do movimento que desembocou na fundação da INTERCOM. Sua fase constitutiva foi marcada pela organização de uma agenda pública, ancorada no conhecimento teórico disponível. Mas também destinada a produzir avanços cognitivos, pautando o trabalho investigativo das novas gerações e contribuindo para consolidar a nossa transição democrática. Minha produção, nessa conjuntura, assume dimensão coletiva, tendo sido compartilhada com dois colegas que se mantiveram, anos a fio, como meus interlocutores mais lúcidos: Anamaria Fadul e Carlos Eduardo Lins da Silva. São testemunhos desse momento tão rico as coletâneas: *Ideologia e poder no ensino da comunicação* (1979), *Comunicação e classes subalternas* (1980), *Populismo e comunicação* (1981), *Comunicação e transição democrática* (1985), bem como a série inicial do *Boletim Intercom* (1978-1984), embrião da *Revista Brasileira de Comunicação* (1985-1997), afinal denominada *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação* (1998).

Com a anistia política (1979), reassumi a cátedra que me havia sido usurpada na Universidade de São Paulo. Distanciei-me pouco a pouco do trabalho desenvolvido na Metodista, reassumindo a liderança do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes. Diante das novas “circunstâncias”, retomei a linha de trabalho

interrompida no âmbito do conhecimento jornalístico, dedicando-me ao estudo dos gêneros jornalísticos e objetos correlatos. Daí resultou minha tese de livre-docência, publicada em livro com título *A opinião no jornalismo brasileiro* (1985), e a coletânea organizada com a participação de um grupo de alunos de pós-graduação *Gêneros jornalísticos na Folha de São Paulo* (1987). Distintas motivações justificaram outras coletâneas, organizadas nesse período, em coautoria, denotando em certo sentido a “busca do tempo perdido”: *Jornalismo no Brasil contemporâneo* (1984), *Censura e liberdade de imprensa* (1984), *Imprensa e desenvolvimento* (1984), *Direito à informação, direito de opinião* (1990), *Perfis de jornalistas* (1991). A última etapa dessa empreitada foi a estruturação de um programa de pós-graduação em Jornalismo, cuja memória está contida nas edições do *Anuário brasileiro da pesquisa em jornalismo* (1992-1993).

Dando continuidade ao trabalho iniciado na INTERCOM, entendi que a conjuntura era favorável à conquista da autonomia da área de ciências da comunicação no sistema nacional de ciência e tecnologia. A meta coletiva era superar a nossa condição de apêndice da Sociologia. Essa situação perdurou de 1973, quando solicitei bolsa de pós-doutorado junto à FAPESP, até o final dos anos 1980, quando passei a integrar o Comitê Assessor e depois o Conselho Deliberativo do CNPq, por indicação dos meus pares de todo o país. Influí na criação de uma área de Comunicação dentro da grande área de Ciências Sociais Aplicadas, na Tabela das Áreas de Conhecimento editada pelo CNPq, mas adotada também pela CAPES, FINEP e finalmente pela própria FAPESP. Contribuíram para essa vitória institucional as coletâneas publicadas pela INTERCOM, sob a minha supervisão: *Pesquisa em comunicação no Brasil: tendências e perspectivas* (1983), *Teoria e pesquisa em comunicação: panorama latino-americano* (1983) e *Inventário da pesquisa em comunicação no Brasil* (1984).

A abertura política e a redemocratização nacional criaram condições para a inserção brasileira na comunidade acadêmica internacional. Demandado pelos meus pares, fui guindado à liderança da comunidade acadêmica latino-americana da nossa área de conhecimento. Foi inevitável que minha produção científica refletisse a agenda internacional de que participei em fóruns da UNESCO, IAMCR, ICA, IBERCOM, ALAIC, FELAFACS etc. Dela fazem parte os livros *As telenovelas da Globo: produção e exportação* (1988),

Espanha: sociedade e comunicação de massa (1989) e as coletâneas *Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise* (1989), *Comunicação comparada: Brasil/Espanha* (1990), *Ibero-América: integração e comunicação* (1990), *Desafios da pesquisa latino-americana de comunicação* (1990), *Communication and democracy* (1991), *Comunicación latinoamericana* (1992) e *Communication for a new world* (1993). Aí também se incluem os volumes do *Brazilian communication research yearbook* (1992-1993).

Independentemente dessa conexão internacional, mantive o meu trabalho acadêmico na ECA-USP. Como ali as “circunstâncias” me conduziram ao cargo de diretor da Escola, tratei de sintonizar minha produção intelectual com essa responsabilidade, em certo sentido histórica, pois fui o primeiro gestor da ECA-USP que tinha formação comunicacional. A função praticamente exigia meu afastamento da docência e da pesquisa. Resisti, porém, a essa contingência, buscando capitalizar o conhecimento estratégico que acumulei no planejamento e na gestão acadêmica. Abri na pós-graduação uma linha de trabalho sobre pedagogia da comunicação, propondo forjar intelectualmente uma nova geração de líderes universitários. Foram meus alunos nessa disciplina colegas hoje ocupando papéis de liderança nacional: Isaac Epstein, Margarida Kunsch, Maria Immacolata Vassalo de Lopes, Aníbal Bragança, Eduardo Meditsch, Ruth Vianna etc. O resultado dessa experiência didática pode ser encontrado no meu livro *Comunicação e modernidade: o ensino e a pesquisa nas escolas de comunicação* (1991) e nas coletâneas *Ensino de comunicação: impasses e desafios* (1988), *Formação de jornalistas na universidade* (1990), *O ensino de comunicação: os desafios da modernidade* (1991), *ECA-USP: transição para a modernidade* (1992).

Concluído o meu mandato como diretor da ECA-USP, tomei as rédeas do meu destino acadêmico, optando pela aposentadoria, após 34 anos de serviço público. Corria o perigo de criar raízes na burocracia universitária. Minha intenção era dar prioridade ao trabalho como docente e pesquisador.

O que fazer? Diante de várias propostas, aceitei dois convites: o Reitor Carlos Vogt, da UNICAMP, me convocava para integrar a equipe fundadora do LABJOR, Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, ali desenvolvendo uma linha de pesquisa sobre jornalismo brasileiro; o diretor

do Instituto Metodista de Ensino, IMS, me desafiava a implantar o curso de doutorado em Comunicação Social, atualizando o projeto que ali deixara em meados dos anos 1980 para me dedicar integralmente à USP.

A proposta da UNICAMP era sedutora, porque permitiria a conclusão da pesquisa iniciada na USP. Ali eu estava começando a explorar o território da memória jornalística, na tentativa de compreender as transformações operadas na imprensa brasileira durante o século XX. A meta era discernir como se constituía a identidade do jornalismo brasileiro. Trabalhei nessa direção durante o período em que permaneci na UNICAMP, avançando no conhecimento dos cenários e personagens que povoaram o nosso jornalismo no século XX, alguns deles enraizados no século XIX. Como era muito ambicioso o roteiro traçado inicialmente nessa pesquisa, fiz alguns recortes que me permitissem chegar a bom termo. Produzi um conjunto de monografias diacrônicas, resgatando histórias de vida de jornalistas, e um punhado de ensaios e artigos que focalizavam sincronicamente fenômenos do jornalismo contemporâneo. Essa tentativa de aproximação à identidade jornalística que o Brasil revela no limiar do novo século está enfeixada no meu livro “Jornalismo Brasileiro” (Porto Alegre, Sulina, 2003).

Concomitantemente, reintegrei-me ao corpo docente da Metodista. O ambiente era propício ao que pretendia fazer. O Instituto Metodista vivia a última fase do trânsito para converter-se em Universidade. E justamente uma de suas lacunas era a institucionalização da pesquisa, no sentido de atender aos requisitos estabelecidos pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. Encontrei, portanto, apoio institucional para otimizar a pesquisa já existente, inclusive o meu projeto particular. Mas, logo em seguida, surge a oportunidade de ali implantar a Cátedra UNESCO de Comunicação, o que fortaleceria sem dúvida a pesquisa na instituição. Procurei, assim, adequar o meu projeto de pesquisa ao novo cenário.

Esbocei um megaprojeto, com duração inicial de dez anos, destinado a reconstituir a memória das ciências da comunicação. Meu pressuposto era o de que o campo acadêmico da comunicação, apesar de enraizado nacionalmente em passado longínquo (Leipzig, 1690) ou próximo (Missouri, 1908), somente adquire legitimidade internacional quando a UNESCO estimula a constituição de uma comunidade de cientistas da mídia, o que se materializa através da fundação da IAMCR (Paris, 1957). Como se trata de

um período recente, incluindo a participação das regiões periféricas (como era o caso latino-americano no pós-guerra), planejei um inventário crítico do conhecimento midiológico acumulado na região, durante os últimos cinquenta anos. Eu tinha consciência de que era trabalho ambicioso, cuja execução demandava equipes, mas cujo desenvolvimento poderia ser alavancado por minhas próprias investigações. Como ele permitia conjugar os meus interesses acadêmicos, endossados pela Metodista, com as metas da UNESCO ao aprovar a instalação da Cátedra de Comunicação no *campus* de São Bernardo do Campo, arregacei as mangas e comecei a trabalhar, mobilizando equipes e buscando parcerias, dentro e fora da universidade.

Esse trabalho foi dimensionado a partir do Brasil, comportando duas frentes espaciais. O cerne da pesquisa está localizado na memória brasileira das ciências da comunicação. Seu entorno corresponde à memória acadêmica da comunicação na América Latina. Estando o pensamento comunicacional brasileiro historicamente enraizado no espaço político-cultural latino-americano, seria impossível compreendê-lo integralmente, sem dispor dos indicadores capazes de discernir o perfil da Escola Latino-Americana de Comunicação.

Desde 1994, venho me dedicando inteiramente a esse megaprojeto, para o êxito do qual foi decisivo o período em que permaneci na Universidade do Texas (1996), consultando a Benson Collection, sem dúvida o melhor acervo documental sobre comunicação na América Latina.

A pesquisa ainda se encontra em processo, demandando pelo menos mais um decênio para ser completada. Seu desenvolvimento depende naturalmente de recursos humanos e financeiros que esbarram nas dificuldades conjunturais. Seja a de um país comprometido com a superação do seu “deficit primário”. Seja a de instituições cujas estratégias de ação experimentam mutações sazonais, como é o caso da UNESCO e da Metodista. De qualquer maneira, os resultados obtidos são expressivos e animadores. Eles nos encorajam a dar continuidade ao esforço iniciado, na certeza de que podem ser decisivos para nutrir o conhecimento das novas gerações sobre a natureza, a identidade e o porvir do campo acadêmico a que pertencem.

Os principais resultados dos estudos que venho realizando individualmente podem ser encontrados em três livros recém-publicados: *História do*

pensamento comunicacional (São Paulo, Paulus, 2003), *A esfinge midiática* (São Paulo, Paulus, 2004) e *Midiologia para iniciantes* (Caxias do Sul, UCS, 2005). E em algumas antologias: *Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos* (Petrópolis, Vozes, 1998) e *Comunicação eclesial: utopia e realidade* (nas quais reuni estudos anteriores, fundamentais para embasar as decisões epistemológicas dos colaboradores que se engajaram no megaprojeto).

Por sua vez, os trabalhos coletivos, em que atuei como orientador teórico ou supervisor metodológico, estão organizados em duas séries: a memória latino-americana consta dos *Anais da Escola Latino-americana de Comunicação*, editados com a inestimável colaboração de Maria Cristina Gobbi, pela Editora da Metodista, com apoio da UNESCO, contabilizando oito volumes publicados e dois no prelo; a memória brasileira está registrada até agora em três volumes: *Memórias das ciências da comunicação no Brasil: o grupo gaúcho* (em coautoria com Maria Beatriz Rahde, 1997), *Pensamento comunicacional brasileiro: o grupo de São Bernardo* (em coautoria com Samantha Castelo Branco, 1998), *Memória das ciências da comunicação no Brasil: os grupos do centro-oeste* (em coautoria com Jorge Duarte, Brasília, 2001).

Compõem ainda tal acervo várias coletâneas, resultantes de atividades monográficas ou de pesquisas de campo desenvolvidas dentro do escopo do megaprojeto. Algumas pretendem descortinar cenários: *Identidades culturais latino-americanas* (São Bernardo do Campo, 1996), *Comunicação, regionalismo e cultura* (Passo Fundo, 2003), *São Paulo na Idade Mídia* (São Paulo, 2004), *Comunicação, região e desenvolvimento* (Campo Grande, 2004), *Imprensa brasileira: personagens que fizeram história* (São Paulo, 2005-2006). Outras buscam focalizar objetos singulares: *De Belém a Bagé: imagens midiáticas do Natal brasileiro* (São Bernardo do Campo, 1998), *Mídia e folclore* (Maringá, 2001), *Mídia e saúde* (Adamantina, 2001), *Regionalização midiática* (Taubaté, 2006) e *Mídia cidadã* (São Bernardo do Campo, 2006).

O repertório complementar das incursões feitas e das picadas abertas no terreno complexo dessa empreitada investigativa pode ser encontrado no *Anuário UNESCO/UMESP de Comunicação Regional* (1997-2006, 10 volumes) e na *Enciclopédia do pensamento comunicacional na América*

Latina, obra de divulgação científica disponível para consulta no endereço: <www.metodista.br/unesco/encipecom>.

ADD'A: Entre as várias obras que escreveu, qual destacaria como a mais importante para a pesquisa da comunicação no Brasil?

JMM: Como venho atuando em duas frentes simultâneas, a do conhecimento jornalístico e a do pensamento comunicacional, creio que o mais relevante da minha produção bibliográfica está contido em dois conjuntos de livros.

No segmento do Jornalismo, destaco o núcleo constituído pelas teses defendidas na Universidade de São Paulo, que se destinaram a esboçar a “identidade do jornalismo brasileiro”. Na tese de doutorado, construí uma perspectiva diacrônica, recuperada no livro *História social da imprensa* (Porto Alegre, Edipucrs, 2003) e na tese de livre-docência testei uma aproximação sincrônica, explicitada no livro *Jornalismo opinativo* (Campos do Jordão, Mantiqueira, 2003).

No âmbito do pensamento comunicacional, creio que o mais relevante da minha contribuição está enfeixado em dois livros: *Teoria da comunicação: paradigmas latino-americanos* (Petrópolis, Vozes, 1998), coletânea da minha produção inicial; e *História do pensamento comunicacional* (São Paulo, Paulus, 2003), que reúne as minhas observações e reflexões recentes.

BIBLIOGRAFIA

- AB'SABER, Aziz N. "Fundamentos geográficos da história brasileira". In: Buarque de Holanda (org.). *História da Civilização Brasileira*, vol. I. São Paulo: DIFEL, 1968, p. 55-71.
- ABERCROMBIE, Nicholas; LONGHURST, Brian. *Dictionary of media studies*. Londres: Penguin, 2007.
- ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: s/e, 1930.
- _____. *Capítulos de História Colonial*. 5ª ed. Brasília: UNB, 1963.
- ACADEMIA DE CIÊNCIAS DA URSS. Instituto de Economia. *Manual de Economia Política*. (Tradução de Jacob Gorender e Josué Almeida.) Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- AGUIAR, Wilson. *Introdução à TV: produção e direção de programas*. São Paulo: Habitat, 1967.
- AGUIRRE, José Maria. *De la Práctica Periodística a la Investigación Comunicacional*. Caracas: UCAB, 1996.
- ALMEIDA, J. Canuto Mendes de. *Cinema contra cinema*. São Paulo: Nacional, 1931.
- ALMEIDA, Candido José Mendes de. O que é vídeo. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Dois textos alagoanos exemplares*. Maceió, FUNESA, 2004.
- ALVES, Castro. *Espumas flutuantes*. Salvador: s/e, 1870.
- AMARAL VIEIRA, R. A. Disponibilidade gráfico-editorial da imprensa especializada. Rio de Janeiro: FGV, 1969.
- AMORIM, José Salomão David. "Panorama da cultura de massa no Brasil". In: WRIGHT, Charles. *Comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Bloch, 1968, p. 123-174.
- ANDERSON, James A. et al. "Philosophies and philosophic issues in communication, 1995-2004". In: *Journal of Communication*, vol. 54, nº 4, 2004, p. 589-615.
- ANDRADE, Antonio de. "Imprensa e poluição do ar". In: *Cadernos de Pós-Graduação: Comunicação Social*, n. 2. São Bernardo do Campo: IMS, 1983, p. 39-44.
- ANDRADE, Manuel Correia. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- _____. *Poder político e produção do espaço*. Recife: Massangana, 1984.
- _____. *Formação territorial e econômica do Brasil*. Recife: Massangana, 2007.
- _____. *Globalização e identidade nacional*. Recife: Bagaço, 2002.
- _____. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: Edunesp, 1999.
- _____. *A geografia e a questão social*. Maceió/Recife: Edufal/Edufpe, 1997.
- _____. *O Brasil e a América Latina*. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *Uma Geografia para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1994.
- _____. *O Nordeste e a questão regional*. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. *Geografia Econômica*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- _____. *Espaço, polarização & desenvolvimento*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- ANDRADE, Teobaldo de. Para entender Relações Públicas. São Paulo: Biblios, 1962.
- ARAÚJO FREIRE, Ana Maria (Nita). *Paulo Freire, uma história de vida*. Indaiatuba: Villa das Letras, 2006.
- ARRUDA CALLADO, Ana. *Jenny, amazona, Valquíria e vitória-régia*. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1996.
- ARRUDA CALLADO, Ana; ESTRADA, Maria Ignez Duque. *Como se faz um jornal comunitário*. Petrópolis: Vozes, 1985.

- ASA BERGER, Arthur. *Media and communication research methods*. Thousand Oaks: Sage, 2000.
- ASSMANN, Hugo et al. *Comunicación y cultura*. Buenos Aires: Galerna, 1974.
- AVERBECK, S. "Comparative History of communication studies: France and Germany". In: *Open Communication Journal*, vol. 2, n. 1, 2008, p. 1-13.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira – Introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4^a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.
- _____. *Um trem corre para o oeste*. São Paulo: Melhoramentos, 1950.
- _____. *História de minha vida*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.
- BACELAR, Saravasti; IUMATI, Paulo. *A cidade de São Paulo em Caio Prado Jr.* São Paulo: IEB-USP, 2007.
- BALDESSAR, Maria José. *A mudança anunciada*. Florianópolis: Insular, 2003.
- BALLE, Francis. *Médias et sociétés*. Paris: Montchrestein, 1997.
- _____. *Dictionary des medias*. Paris: Larousse, 1998.
- BALLE, Francis et al. "Mass media research in France: An emerging discipline". In: *Ferment in the Field – Communications Scholars Address critical issues and research tasks of the discipline*, 1983, p. 146-156.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. "Comentários sobre o tema da propaganda". In: *Comunicações & Problemas*, vol. III, n. 2/3. Recife: ICINFORM, 1968, p. 67-76.
- BARBOSA, André; CASTRO, Cosette; TOME, Takashi. *Mídias digitais*. São Paulo: Paulinas, 2005.
- BARBOSA, Marialva. *Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memórias*. Niterói: Editora da UFF, 2007.
- _____. *Intercom 2011 – Programa*. Recife: UNICAP, 2011.
- _____. "A pesquisa em Comunicação no Brasil: não precisamos ter mais medo do contágio". In: BARBOSA; Moraes. *Quem tem medo da pesquisa empírica ?* São Paulo: Intercom, 2011b, p. 77-90.
- BARBOSA, Marialva (org.). *Vanguarda do Pensamento Comunicacional Brasileiro: as Contribuições da Intercom (1997-2007)*. São Paulo: Intercom, 2007.
- _____. "Memória". *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil*, v. 3, Brasília: IPEA, 2012.
- BARBOSA, Marialva; MORAES, Osvando (orgs.). *Quem tem medo da pesquisa empírica?* São Paulo: INTERCOM, 2011.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. *O problema da imprensa*. Rio de Janeiro: Alvaro Pinto, 1923. (2^a ed. EDUSP, 1988.)
- _____. "Imprensa, nacionalismo e desenvolvimento". In: MARQUES DE MELO (org.). *Imprensa & Desenvolvimento*. São Paulo: ECA-USP, 1984, p. 181-193.
- BARNOW, Eric; GERBNER, George. *International Encyclopedia of Communications*, 4 v. Nova York: Oxford, 1989.
- BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. *ABC de Alagoas*, v. 1. Brasília: Edições do Senado Federal, 2005, p. 184-185.
- BASBAUM, Leôncio. *História e consciência social*. São Paulo: Fulgor, 1967.
- BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: DIFEL, 1959.
- BAUTIER, Roger; CAZENAVE, Elisabeth. *Les origines d'une conception moderne de la communication*. Grenoble: PUG, 2000.
- BAZI, Rogério. *TV Regional*. Campinas: Alínea, 2001.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. São Paulo: DIFEL, 1960.
- BECELLONI, Giovanni. *Giornalismo e post-giornalismo: studi per pensare Il modello italiano*. Napoli: Liguori Editore, 1995.

- BECHELLONI, Giovanni; VASSALO DE LOPES, Maria Imacolata. *Dal Controllo Allá condivisione*. Roma: Mediascape, 2002.
- BELAU, Angel Faus. *La ciência periodística de Otto Groth*. Pamplona: Arte Gráfica, 1966.
- BELTRÁN, Luis Ramiro. *Communication in Latin America: persuasion for status quo or for national development?* (PhD Thesis.) Ann Arbor: University Microfilms, 1972.
- _____. *Investigación sobre Comunicación en Latinoamérica – início, transcendencia y proyección*. La Paz: Plural, 2000.
- BELTRÁN, Luis Ramiro; FOX, Elizabeth. *Comunicación dominada - Estados Unidos en los medios de América Latina*, 1980. (Edição brasileira: *Comunicação dominada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.)
- _____. “Homenaje a Patricia Anzola”. In: *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, vol. 5, n. 8/9, 2008, p. 63-68.
- BELTRÃO, Luiz. “A pesquisa dos meios de comunicação e a universidade”. In: MARQUES DE MELO (org.). *Panorama atual da pesquisa em comunicação*. São Paulo: Faculdade de Jornalismo Cásper Libero, 1968, p. 19-28.
- _____. *Iniciação à filosofia do jornalismo*. Rio de Janeiro: Agir, 1960.
- _____. *Comunicação e folclore*. São Paulo: Melhoramento, 1971.
- _____. *Folkcomunicação, a comunicação dos marginalizados*. São Paulo: Cortez, 1980.
- _____. *Folkcomunicação*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- _____. “La investigación científica de los medios de información”. In: FERNANDEZ, Jorge (org.). *La investigación de periodismo y medios de información colectiva*. Quito: Ciespal, 1965, p. 339-358.
- _____. “O interesse pela folkcomunicação”. In: MARQUES DE MELO (org.). *A pesquisa em comunicação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1983, p. 189-194.
- _____. “Tempos de seminário”. In: BENJAMIN, Roberto. *Itinerário de Luiz Beltrão*. Recife: AIP/UNICAP, 1998, p. 41-51.
- BELTRÃO, Luiz; QUIRINO, Newton. *Subsídios para uma teoria da comunicação*. São Paulo: Summus, 1986.
- BELTRÃO, Zita. “A companheira muito querida”. In: BENJAMIN, Roberto. *Itinerário de Luiz Beltrão*. Recife: AIP/UNICAP, 1998b, p. 231-244.
- BENJAMIN, Roberto. *Itinerário de Luiz Beltrão*. Recife: AIP/UNICAP, 1998.
- _____. *Folkcomunicação no contexto de massa*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2000.
- _____. *Folkcomunicação na sociedade contemporânea*. Porto Alegre: Comissão Gaúcha de Folclore, 2004.
- BENEYTO, Juan. *Mass communications*. Madri: IEPM, 1957.
- _____. “La formation des journalistes: Espagne”. In: Desmond, Robert (org.). *La formation des journalistes*. Paris: Unesco, 1958, p. 184-188.
- _____. *Conocimiento de la información*. Madri: Alianza, 1973.
- BENITO, Ángel. *Fundamentos de Teoría geral de la información*. Madri: Ediciones Pirámide, 1982.
- BENITO, Angel et al. *Ciencia y enseñanza del periodismo*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1967.
- _____. *Los profesores de periodismo*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1970.
- BENOIT, William (org.). “The state of art in Communication Theory and Research – I”. In: *Journal of Communication*, vol. 54, n. 4. Nova York: Oxford, 2004.
- _____. “The state of art in Communication Theory and Research – II”. In: *Journal of Communication*, v. 55, n. 3. New York: Oxford, 2005.
- BERNARDO, Gustavo et al. *Vilém Flusser, uma Introdução*. São Paulo: Annablume, 2008.
- BERTOLETTI, Esther. – Nota Prévia, *Periódicos Brasileiros em Microforma, Catálogo Coletivo*. Rio

- de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1985.
- BETH, Hanno; PROSS, Harry. *Introducción a la Ciencia de la Comunicación*. Barcelona: Antrophos, 1987.
- BITTENCOURT, B. P. *As origens da Umesp*. São Bernardo do Campo: Metodista, 1999.
- BLACKWELL, Wiley. *Communication theory*. St. Germantown: JICA, 2011.
- BOCZKOWSKI, Pablo. *Digitilizing the news*. Cambridge: MIT Press, 2004.
- BOLAÑO, César. “A questão da publicidade de televisão no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, ano X, n. 56. São Paulo: INTERCOM, 1987, p. 52-68.
- _____. “O enfoque neoschumpeteriano da concorrência e o mercado da televisão”. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, ano XIV, n. 65. São Paulo: INTERCOM, 1991, p. 38-48.
- _____. *Globalização e regionalização das comunicações*. São Paulo: EDUC, 1999.
- _____. *Indústria cultural, informação e capitalismo*, 2ª ed. São Paulo: Hucitec/Polis, 2004.
- _____. “Apresentação”. In: *Mercado Brasileiro de Televisão*. São Paulo/Aracaju: Educ/Editora UFS, 2004, p. 19-27.
- _____. *A televisão brasileira na era digital*. São Paulo: Paulus, 2006.
- _____. “Desafios da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura frente às inovações tecnológicas e à mudança social: a atual batalha epistemológica do pensamento crítico latino-americano”. México: VI Congresso da União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (ULEPICC), 2007.
- _____. *Taxonomia das indústrias culturais: notas sobre a gênese e a história da Economia Política da Comunicação e da Cultura*. Brasília: s/e, 2007 (inédito).
- BOLAÑO, César (org.). *Economia Política das Telecomunicações, da Informação e da Comunicação*. São Paulo: INTERCOM, 1995.
- _____. *Privatização das Telecomunicações na Europa e na América Latina*. Aracaju: EDUFS, 1997.
- _____. *Economia política da internet*. Aracaju: EDUFS, 2007.
- BOLAÑO, César; MASTRINI, Guillermo (org.). *Globalización y monopolios de la comunicación en América Latina*. Buenos Aires: Biblos, 1999.
- BOLAÑO, César; MASTRINI, Guillermo; SIERRA, Francisco (orgs.). *Economia política, comunicación y conocimiento*. Buenos Aires: La Crujia, 2005.
- BOLAÑO, César; BRITTOS, Valério. *Economia política da internet*. Aracaju: Editora UFS, 2007.
- BOSI, Ecléa. *Culturas de massa e cultura popular, leitura de operárias*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BOUGNOUX, Daniel. *Sciences de l'information et de la communication*. Grenoble: Larousse, 1993.
- _____. *Introduction aux sciences de la communication*. Paris: Repères, 1998.
- BOURDON, Jérôme. *Introduction aux médias*. Paris: Montchrestein, 2000.
- BOURE, Robert; PAILLART, Isabelle. *Les théories de la communication*. Paris: Colet-Telerame, 1992.
- BOURQUIN, Jacques. “La formation des journalistes en Europe”. In: Desmond, Robert (org.). *La formation des journalistes*. Paris: Unesco, 1958, p. 156-180.
- _____. *AIERI: documents historiques*. Praga: IJI, 1967.
- _____. “AIERI: chronique generale”. In: *Cuadernos de Trabajo*, 13. Pamplona: Universidad de Navarra, 1970, p. 9-18.
- BRAUDEL, Fernand. *Gramática das civilizações*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BRAGA, José Luiz et al. *Pesquisa empírica em comunicação*. São Paulo: Compós/Paulus, 2010.
- BRAGA, José Luiz; LOPES, Maria Immacolata Vassallo; MARTINO, Luiz Cláudio (orgs.). *Pesquisa empírica em comunicação*. São Paulo: Paulus, 2010.
- BRANDÃO, Octavio. *Os intelectuais progressistas*. Rio de Janeiro: Simões, 1956.
- _____. *Canais e lagoas*. 3ª ed. Maceió: EDUFAL, 2001.

- _____. *O caminho*. 2ª ed. Maceió: EDUFAL, 2007.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BRITTOS, Valério. "Prefácio". In: BOLAÑOS, Cesar. *Mercado Brasileiro de Televisão*. São Paulo/Aracaju: Educ/Editora UFS, 2004, p. 9-14.
- _____. *TV digital, economia política e democracia*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.
- BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César. *Rede Globo, 40 anos de poder*. São Paulo: Paulus, 2005.
- BROKEMAN, Cristopher. *American culture and society since the 1930s*. Nova York: Schocken books, 1984.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sergio (org.). *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- _____. *História da Civilização Brasileira*, vol. I. São Paulo: DIFEL, 1968.
- BUITONI, Dulcilia. *Mulher de papel*. São Paulo: Loyola, 1981.
- Burke, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg à Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. "Quase memória". In: *Folha de S. Paulo, Mais*. São Paulo, 28/09/2008.
- BUSTAMANTE, Enrique. *Comunicación y cultura en la era digital*. Barcelona: Gedisa, 2002.
- BUZZANELL, Patrice M. "Resilience: talking, resisting, and imagining new normalcies into being". In: *Journal of communication*, vol. 60, n. 1, 2010, p. 1-14.
- CABIN, Philippe. *La communication*. Paris: Édition Sciences Humanes, 1998.
- CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. *Paulo Emilio, Um intelectual na linha de frente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CALLADO, Ana Arruda. *Jenny, amazona, valquíria e vitória-régia*. Rio de Janeiro: DLBrasil, 1996.
- CÂMARA CASCUDO, Luis da. *Civilização e cultura*. São Paulo: Global
- Camargo, J. F., 2004.
- _____. *A cidade e o campo*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1968.
- CAMPOS, Ernesto de Souza. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- CAPARELLI, Sérgio. *Comunicação de massa sem massa*. São Paulo: Cortez, 1980.
- _____. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1982.
- _____. *Ditaduras e indústrias culturais no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguay*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Ruth (org.). *A aventura antropológica*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- CARDOSO, Ciro; BRIGNOLI, Hector. *Os métodos da história*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CAREY, James. *Communications as culture: essays on media and society*. Winchester: Unwin Hyman, Inc., 1989.
- CARVALHO, Alfredo. "Da introdução da imprensa em Pernambuco pelos holandeses". In: *Revista do Instituto Arquelógico e Geográfico Pernambucano*, 53, 1989.
- _____. "Gênese e progressos da imprensa periódica no Brasil". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo I, Edição comemorativa. Rio de Janeiro, 1908, p. 17-18.
- CARVALHO, Ernani Macedo de. *Publicidade e propaganda*. São Paulo: Editora Nacional, 1940.
- CASCAIS, Fernando. *Dicionário de jornalismo*. Lisboa: Verbo, 2001.
- CASASSUS, Joseph Maria. *La primera tesi doctoral sobre periodisme*. Barcelona: Societat Catalana de Comunicació, 1990.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CASTRO, Cosette. *Porque os Reality shows conquistam audiências?* São Paulo: Paulus, 2006.

- CAVALCANTI, Clovis; RIBEMBOIM, Jacques; RIVAS, Leda (orgs.). *Manuel Correia de Andrade, um homem chamado Nordeste*. Recife: Bagaço, 2007.
- CASTRO, Daniel (org.). *Reflexão sobre as Políticas Nacionais de Comunicação*. Brasília: Ipea, 2010.
- CASTRO, Daniel; MARQUES DE MELO, José; CASTRO, Cosette (orgs.). *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil*, 3 vols. Brasília: IPEA, 2010.
- CAZENEUVE, Jean. "Communications et Média: France". *Les cahiers de la communication*, v. 2, n. 4-5. Paris: Dunod, 1982, p. 369-384.
- CHAFFEE, Steven; ROGERS, Everett. *The beginnings of communication study in America*. Londres: Sage, 1997.
- CHESNAIS, Robert. *Histoires de médias*. Paris: Natilus, 2001.
- CHACON, Vamireh. *O poço do passado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CIESPAL. *La enseñanza de Periodismo y medios de comunicación colectiva*. Quito: Ciespal, 1965.
- _____. *Dos semanas en la prensa de América Latina*. Quito: Ciespal, 1967.
- CIMADEVILLA, Gustavo; CARNIGLIA, Edgardo; CANTÚ, Ariadne. *La bocina que parla*. Rio Cuarto: UNRC, 1997.
- CNPq. *Avaliação & perspectivas*. Brasília: SEPLAN, 1982.
- Comunicação & Sociedade*. Edição n. 1. São Bernardo do Campo: Metodista, 1979
- _____. Edição n. 30. São Bernardo do Campo: Metodista, 1998.
- _____. Edição n. 40. São Bernardo do Campo: Metodista, 2003.
- CIRNE, Moacy. *A explosão criativa dos quadrinhos*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- COHN, Gabriel. *Comunicação e indústria cultural*. São Paulo: Nacional, 1971.
- _____. *Sociologia da comunicação, teoria e ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- COLOMINA, Marta. *El huésped alienante*. Maracaibo: Universidad de Zulia, 1968.
- CORDOVA, Gonzalo. "La investigación de la comunicación". In: *Chasqui*, n. 1. Quito: Ciespal, 1972, p. 23-30.
- CÓRDOVA, Víctor. *Hacia una Sociología de lo Vivido*. Caracas: UCV, 1985.
- _____. *Historias de vida*. Caracas: UCV, 1990.
- CORNER, John. *International Media Research*. Londres: Routledge, 1997.
- COSTA LIMA, Luiz. "Comunicação e cultura de massa: uma abordagem histórica". In: *Tempo brasileiro*, 19/20, p. 3-41. Rio de Janeiro: Editora TB, 1969.
- COSTA REGO, Pedro. *Na terra nata (1924-1928)*. Maceió: Imprensa Oficial, 1928.
- _____. *Como foi que persegui a imprensa*. Rio de Janeiro: edição particular, 1930.
- _____. *Águas passadas*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1952.
- CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã – o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CRUZ, Daisy da Silva. *Memórias de um geógrafo*. São Paulo: UFRN, 2007.
- DALE, Frei Romeu. *Igreja e comunicação social*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1973.
- D'AZEVEDO, Marcelo C. *Teoria da informação*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- DEBRAY, Roger. *Cours de médiologie générale*, 1991. (Edição brasileira: *Midiologia Geral*. Petrópolis: Vozes, 1993.)
- _____. *Manifestes médiologiques*, 1994. (Edição brasileira: *Manifestos Midiológicos*. Petrópolis: Vozes, 1995.)
- DELAMEA, Amalia; MARRO, Mabel. *La comuniación social*. Buenos Aires: Hernandarias, 1993.
- DENCKER, Ada de Freitas Manetti. "Subsídios para uma reflexão sobre comunicação e meio ambiente". In: DENCKER; KUNSCH (orgs.). *Comunicação e meio ambiente*. São Paulo: Intercom, 1996, p. 21.
- DENCKER, Ada de Freitas; CHUCID DA VIÁ, Sarah. *Pesquisa empírica em ciências humanas*. São

- Paulo: Futura, 2001.
- DENIS, Everette; WARTELLA, Ellen. *American communication Research*. New Jersey: Lea, 1996.
- DESMOND, Robert. *La formation professionnelle des journalistes*. Paris: Unesco, 1949.
- DE GREGORIO, Domenico. *Metodologia del periodismo*. Madri: Ediciones Rialp, 1966.
- DIAS, Paulo da Rocha. *O amigo do rei, Carlos Rizzini, Chatô e os Diários Associados*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- DIAZ RANGEL, Eleazar. *La información internacional en Venezuela, 1808-1985*. Caracas: UCV, 1987.
- _____. *La información internacional en América Latina*. Caracas: Monte Ávila, 1991.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro: MEC, 1960.
- _____. *Ocupação humana e definição territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971.
- DIZARD JR., Wilson. *A nova mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- DOMINGUES, Caio. *Elementos de propaganda*. Rio de Janeiro: Edições PN, 1959.
- DORNELLES, Beatriz. *Jornalismo "comunitário" em cidades do interior*. Porto Alegre: Sagra-Lusatto, 2004.
- DORSTEN, Anne-Marie. "Thinking Dirty: Digging up the three founding 'Matriarchs' of communication studies". In: *Communication Theory*, v. 22, n. 1, 2012, p. 25-47.
- DONSBACH, Wolfgang. "Communication et Médias: Allemagne Fédérale". In: *Les Cahiers de la Communication*, v. 2, n. 4-5, 1982, p. 301-325.
- _____. "The identity of communication research". In: *Journal of communication*, v. 56, n. 3, 2006, p. 437-448.
- DOWBOR, Ladislav et al. (orgs.). *Desafios da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DOWNING, John. *Internationalizing media theory*. Londres: Sage, 1996.
- DUARTE, Gustavo León. *Escola Latinoamericana de comunicação, a nova hegemonia*. São Bernardo do Campo: UESP, 2007.
- _____. *La nueva hegemonia em el Pensamiento Latinoamericano de la Comunicación*. Hermosilla: Universidad de Sonora, 2007.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). – *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- DUQUELSKY, Maximiliano. "Latinoamerica y la Escuela de Frankfurt". In: *Revista Argentina de Comunicación*, v. 1, n. 1. Rio Cuarto: Fadecos, 2006, p. 161-186.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Vers une civilisation du loisir*, 1964 (edição espanhola: *Hacia una civilización del ocio*, Barcelona, Estrela, 1968).
- DUVERGER, Maurice. *Métodos de las ciencias sociales*. Barcelona: Ariel, 1962.
- DZIKI, Sylvester, MACZUGA, Janina; PISAREK (orgs.). *Who's Who in Mass Communication*. Munchen: K. G. Saur, 1990.
- ECO, Umberto et al. *Los efectos de las comunicaciones de masas*. Buenos Aires: Jorge Alvarez, 1969.
- _____. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- Ellmore, R. Terry. *NTC's Mass Media Dictionary*. Lincolnwood: NTC Publishing, 1996.
- ENTEL, Alicia. *Teorias de la comunicación*. Buenos Aires: Hernandarias, 1996.
- ERBOLATO, Mário. *Dicionário de Propaganda e Jornalismo*. Campinas: Papyrus, 1985.
- ESCOBAR, Armia. "'Organizando' a contrarevolução". In: BENJAMIN, Roberto. *Itinerário de Luiz Beltrão*. Recife: AIP/UNICAP, 1998, p. 130.
- ESTEVES REI, José. *Retórica e sociedade*. Lisboa: IIE (Instituto de inovação educacional), 1998.
- FADUL, Anamaria. *Novas tecnologias da comunicação*. São Paulo: Summus, 1986.
- _____. "Matrizes comunicacionais: taxionomia de teses e dissertações, 1998-2002". In: *Comunicação*

- & *Sociedade*, n. 40. São Bernardo do Campo: Metodista, 2003, p. 95-108.
- FARO, José Salvador. *A universidade fora de si: A Intercom e a organização dos Estudos de Comunicação no Brasil*. São Paulo: Intercom, 1992.
- _____. *Revista Realidade 1966-1968*. Canoas: ULBRA, 1999.
- FATORELLO, Francesco. “Síntesis crítica de la enseñanza del periodismo em el mundo”. In: BENITO, Angel (org.). *Ciencia y enseñanza del periodismo*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1967, p. 151-173.
- _____. *Introducción a la técnica social de la información*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1969.
- _____. “Lección Introductoria”. In: BENITO, Angel (org.). *Los profesores de Periodismo*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1970, p. 49-62.
- FELDMANN, Erich. *Teoría de los medios masivos de comunicación*. Buenos Aires: Kapelusz, 1977.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- _____. *A ditadura em questão*. São Paulo: TAQ, 1982.
- FERNANDEZ, Fatima. *Los medios de difusión masiva em México*. México: Juan Pablos, 1982.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FERNANDEZ, Fatima. *Los medios de difusión masiva em México*. México: Juan Pablos, 1982.
- FERNANDEZ, Jorge. *Transito a la libertad*. Quito: Editorial El Comercio, 1956.
- _____. *Los medios de información em América Latina*. Paris: Unesco, 1961.
- _____. “Preamble”. In: *Las Escuelas de Periodismo em América Latina*. 2ª ed. Quito: Ciespal, 1965.
- _____. “La radio y la televisión frente a la necesidad cultural de América Latina”. In: CIESPAL. *La radio y la televisión frente a la necesidad cultural de América Latina*. Quito: CIESPAL, 1966, p. 5-13.
- _____. “Tendências de la enseñanza del periodismo em América Latina”. In: IAMCR. *Los profesores de periodismo*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1968, p. 115-144.
- _____. “Tendencias de la enseñanza del Periodismo em América Latina”. In: BENITO, Angel (org.). *Los profesores de Periodismo*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1970, p. 115-144.
- FERNANDES, Mario Luiz. *A força do jornal do interior*. Itajaí: UNIVALI, 2003.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.
- FERREIRA, Maria Nazareth et al. *O impasse da comunicação sindical*. São Paulo: Cebela, 1995.
- FESTA, Regina; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1966.
- _____. Citação. In: ARAÚJO FREIRE, Ana Maria. *Paulo Freire, uma história de vida*. Indaiatuba: Villa das Letras, 2006.
- FLICHY, Patrice. *Histoire des sciences: Une histoire de la communication modern: Espace public et vie privée*. Paris: La Decouverte, 1991.
- FORD, Anibal. *Navegaciones: comunicación, cultura y crisis*. Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- FOX, Elizabeth. *Media and politics in Latin America*, 1988 (edição espanhola: *Medios de comunicación y política en América Latina*, Barcelona, Gustavo Gili, 1989).
- _____. *Días de baile: el fracaso de la reforma en la televisión de América Latina*. México: FELAFACS, 1990.
- _____. *Latin American Broadcasting – from tango to telenovela*. Luton: John Libbey Media, 1997.
- FUENTES, Raul. *La comunidad desapercibida*. Guadalajara: ITESO, 1991.
- FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. Recife: Imprensa

- Universitária, 1963.
- _____. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Recife: IJNPS, 1964.
- _____. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- FUENTES NAVARRO, Raul. *Um campo cargado de futuro – El estudio de la comunicación em América Latina*. México: CONEICC, 1992.
- GALLOIS, Cindy. “Reconciliation through communication in intercultural encounters: potencial or peril?”. In: *Journal of communication*, v. 53, n. 1, 2003, p. 5-15.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide, para uma teoria marxista do jornalismo*. Santa Maria: Pallotti, 1987.
- GERBNER, George (org.). “Ferment in the Field”. In: *Journal of Communication*, v. 33, n. 2. Austin: ICA, 1983.
- Giovannini, Giovani. *Evolução na comunicação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- GLANDER, Thimoty. *Origins of mass communications research during the American cold war*. New Jersey: Lea, 2000.
- GOULART RIBEIRO, Ana Paula; HERSCHMANN, Micael (orgs.). *Comunicação e história, interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: MauadX, 2008.
- GOBBI, Maria Cristina. “Ampliando fronteiras: cartografia dos ex-alunos do Grupo Comunicacional de São Bernardo do Campo”. In: *Comunicação & Sociedade*, n. 40. São Bernardo do Campo: Metodista, 2003, p. 55-72.
- _____. *A batalha pela hegemonia comunicacional na América Latina*. São Paulo: UESP, 2008a.
- _____. *Ciências da comunicação no Brasil democrático*. São Paulo: Intercom, 2008b.
- _____. *Teoria da comunicação: Antologia de pensadores brasileiros*. São Paulo: Intercom, 2010.
- GODOY, Antonio Checa. *Historia de la comunicación: De le crónica a la disciplina científica*. La Coruña: Netbioblo, 2008.
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.
- GOMES, Pedro Gilberto. *O jornalismo alternativo no projeto popular*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1990.
- _____. *A comunicação cristã em tempo de repressão*. São Leopoldo: Unisinos, 1995.
- GOMES, Pedro Gilberto; BULIK, Linda; PIVA, Márcia. *Comunicação, memória & resistência*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.
- GONÇALVES, Elizabeth Moraes. “Discípulos do Grupo de São Bernardo”. In: *Comunicação & Sociedade*, n. 36. São Bernardo do Campo: Metodista, 2001, p. 13-32.
- _____. “Pluralismo acadêmico: radiografia do discurso germinador do Grupo Comunicacional de São Bernardo do Campo”. In: *Comunicação & Sociedade*, n. 40. São Bernardo do Campo: Metodista, 2003, p. 11-20.
- GONTIJO, Silvana. *A voz do povo*. São Paulo: Objetiva, 1996.
- GRAÇA, Arnóbio. *Princípios de economia política*. São Paulo: Saraiva, 1949.
- _____. *Ciências econômicas e sociais*. São Paulo: Saraiva, 1953.
- Garnham, Nicholas. “Contribución a una economia política de la comunicación de masas”. In: MORAGAS, Miquel de. *Sociologia de la comunicación de masas, V. I, Escuelas y Autores*. Barcelona: Gustavo Gili, 1994, p. 108-140.
- GRANGER, Giles Gaston. *La science et las sciences*. Paris: PUF, 1993.
- GUMUCIO-DAGRON, Alfonso; TUFTE, Thomas. *Communication for social change: Anthology: historical and contemporary readings*. New Jersey: Communication for social change Consortium, 2006.
- _____. *Antologia de Comunicación para el cambio social*. La Paz: Plural Editores, 2008.
- HALLORAN, James. *Les moyens d’informations dans la société*. Paris: Unesco, 1970.

- _____. *Attitude formation and change*. Nova York: Leicester University, 1970.
- _____. *Los efectos de la television*. Madri: Panther Books, 1974.
- _____. *Demonstration and Communication: A case study*. Victoria: Penguin Books, 1979.
- _____. "Introduction". In: *Mass media and national cultures – a conference report and international bibliography*. Leicester: IAMCR, 1980, p. 5-7.
- _____. Introduction, *Social Communication and global problems: main papers from plenary sessions of the 1984 prague conference*. Leicester: IAMCR, 1984, p. 7-9.
- HENNEBELLE, Guy. *L'enseignement du cinema et de l'audiovisuel dans l'Europe dès Douze*. Paris: INRP Corlet-Télérama CEE, 1991
- HERBST, Susan. "Disciplines, Intersections and the future of communication research". In: *Journal of Communication*, v. 58, n. 4, 2008, p. 603-614.
- HERSCOVICI, Alain. "Televisão Brasileira: a realidade inacabada". In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, ano XV, n. 2. São Paulo: INTERCOM, 1992, p. 46-55.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- HOHLFELDT, Antonio. *Teorias da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- _____. "A imagem da política e dos políticos na perspectiva da Folkcomunicação". In: *Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional*, v. 8. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2004, p. 59-78.
- _____. "Prefácio". In: MARQUES DE MELO; ASSIS. *Valquírias midiáticas*. São Paulo: A&C, 2010, p. 11-14.
- HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina. *Teoria da comunicação, Antologia de pesquisadores brasileiro*. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- HOHLFELDT, Antonio. "Uma geração de pioneiros: a comunicação enquanto diálogo, em Paulo Freire e Luiz Beltrão". In: MARQUES DE MELO; GOBBI; HEBERLÊ. *A diáspora comunicacional que se fez Escola Latino-americana*. São Bernardo do Campo: Metodista, 2008, p. 155-164.
- _____. "É possível a pesquisa empírica num país preconceituoso e de tradição escravista?". In: Barbosa; Moraes. *Quem tem medo da pesquisa empírica?* São Paulo: Intercom, 2011, p. 91-104.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. "Prefácio". In: COSTA REGO. *Águas passadas*. Rio de Janeiro: José Olimpio, 1952.
- HONÓRIO RODRIGUES, José. *História viva*. São Paulo: Global, 1985.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: USP, 1973.
- IANNI, Octavio. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- INNIS, Harold. *Empire & communications*, 2ª ed. Toronto: University of Toronto Press, 1972.
- INTERCOM. *Jornalismo popular*. Cadernos Intercom, 1982.
- IPANEMA, Marcello e Cibelle. "O ensino de jornalismo e comunicação no Brasil". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 296. Rio de Janeiro: IHGB, 1972, p. 166-195.
- JACKS, Nilda. *Meios e audiências, A emergência dos estudos de recepção no Brasil*. Porto Alegre: Sulinas, 2008.
- JAMBEIRO, Othon; BOLAÑO, César; BRITTOS. *Comunicação, Informação e cultura: dinâmicas globais e estruturas de poder*. Salvador: Edufba, 2004
- JOBIM, Danton. *Intuduction au journalisme contemporain*. Paris: Librairie Nizet, 1957.
- _____. *Espírito do Jornalismo*. Rio de Janeiro: São José, 1960.
- _____. *Pedagogia del Periodismo*. Quito: Ciespal, 1964.
- _____. *Espírito do Jornalismo*, 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 1992.
- KAFEL, Mieczyslaw. "La formation des journalistes en Pologne". In: DESMOND, Robert (org.). *La formation des journalistes*. Paris: Unesco, 1958, p. 192-195.

- _____. *Teoria y práctica de la prensa*. Quito: Ciespal, 1961.
- _____. “La enseñanza del periodismo en las democracias populares”. In: BENITO, Angel (org.). *Ciencia y enseñanza del periodismo*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1967, p. 67-86.
- KAYSER, Jacques. *Une semaine dans le monde*. Paris: UNESCO, 1953.
- _____. *Mort d’une liberté*. Paris: Plon, 1955.
- _____. *Estudios de prensa comparada*. Quito: Ciespal, 1964.
- KATZ, Chaim; DORIA, Francisco; COSTA LIMA, Luiz. *Dicionário Crítico da Comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- KLIMES, Vladimir. “La enseñanza del periodismo en las democracias populares”. In: BENITO, Angel (org.). *Ciencia y enseñanza del periodismo*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1967, p. 37-56.
- _____. “La formación de profesores de Periodismo en la Europa Central y Oriental”. In: BENITO, Angel (org.). *Los profesores de Periodismo*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1970, p. 63-68.
- KONDER, Leandro. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- KUHN, Thomas. *La estructura de las revoluciones científicas*. México: Fondo de Cultura, 1971.
- KUNCZIK, Michal. *Communication and social change*. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1985.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Relações públicas e modernidade, novos paradigmas na comunicação organizacional*. São Paulo: Summus, 1997.
- Kunsch, Margarida. “ALAIC: Configuração como entidade científica e seus resultados”. In: *Revista Latino-americana de Ciências da Comunicação*, 5-8-9, 2008, p. 21-22.
- _____. (org.). *O ensino de comunicação, Análises, tendências e perspectivas*. São Paulo: ABECOM: ECA/USP, 1992.
- _____. *Ensino de comunicação|Qualidade na formação acadêmico-profissional*. São Paulo: ECA/USP Intercom, 2007.
- _____. *Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada*. São Paulo: Summus, 1986.
- _____. *Relações Públicas e modernidade: novos paradigmas da comunicação organizacional*. São Paulo: Summus, 1997.
- _____. *Produção científica brasileira em comunicação – década de 80*. São Paulo: PORTCOM/INTERCOM, 1997.
- Kunsch, Waldemar. “Comunicação & Sociedade: 25 anos”. In: *Comunicação & Sociedade*, n. 40. São Bernardo do Campo: Metodista, p. 147-186.
- LAGE, Nilson. “Pesquisa e Realidade Atual”. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 16, n. 1. São Paulo: INTERCOM, 1993, p. 162-170.
- _____. *Controle da opinião pública – um ensaio sobre a verdade conveniente*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LAKSHMANA RAO, Y. V. *The practice of mass communication: some lessons from research*. Paris: Unesco, 1972.
- LAUF, Edmund. “National diversity of Major International Journals in the Field of Communication”. In: *Journal of communication*, v. 55, n. 1, 2005, p. 139-151.
- LÉAUTÉ, Jacques. *La formation des Journalies*. Paris: UNESCO, 1958.
- _____. “Formación espontánea o enseñanza del periodismo?”. In: BENITO, Angel (org.). *Ciencia y enseñanza del periodismo*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1967, p. 37-56.
- LEMOS, André. *Cibercidade*. Rio de Janeiro: Epapers, 2004.
- LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos. *Janelas do ciberespaço*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- LEMOS, André; CUNHA, Paulo. *Olhares sobre a cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- LEON, Andres. *Homenaje a Jorge Fernandez*. Quito: Ciespal, 1991.
- LEVY, Mark; GUREVITCH, Michael. *Defining Media Studies*. Oxford: Oxford University Press,

- 1994.
- LIMA, Maria Érica; KNEIPP, Valquiria. “Adisia Sá: perfil intelectual”. In: GOBBI. *Teoria da Comunicação 2: Antologia de Pensadores Brasileiros*. São Paulo: INTERCOM, 2010, p. 119-138.
- LIMA, M. Fátima; PRIETO, Nelson; FERREIRA, Lucrecia. “Mídia digital e educação: tudo ao mesmo tempo agora o tempo o tempo todo”. In: BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cosette; TOME, Takashi. *Mídias digitais*. São Paulo: Paulinas, 2005, p. 225-256.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *Comunicação, Hegemonia e Contra-Informação*. São Paulo: Summus, 1981.
- _____. *Comunicação, hegemonia e contra-informação*. São Paulo: Cortez/Intercom, 1982.
- _____. *Mil dias – os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Editorial, 1985.
- _____. (org.). *Ecologia e sociedade, Uma introdução às implicações sociais da crise ambiental*. São Paulo: Loyola, 1978.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo; FESTA, Regina (orgs.). *Comunicação Popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1986.
- LOBLICH, Maria. “German ‘Publizistikwissenschaft’ and its shift from a humanistic to an empirical academic discipline”. In: *European Journal of Communication*, v. 22, n. 1, 2007, p. 69-88.
- LOBLICH, Maria; SCHEU, Andrean. “Writing the History of Communication Studies”. In: *Communication Theory*, v. 21, n. 1, 2011, p. 1-22.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo. *O rádio dos pobres, Comunicação de massa, ideologia e marginalidade social*. São Paulo: Loyola, 1988.
- _____. *Pesquisa em comunicação, Formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Loyola, 1990.
- _____. “A pesquisa e o ensino nas escolas de comunicação”. In: PERUZZO, Cicilia; BASTOS DA SILVA, Robson (orgs.). *Retrato do ensino de comunicação no Brasil*. Taubaté: UNITAU, 2003, p. 290.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo (org.). *Vinte anos de ciências da comunicação no Brasil*. São Paulo: Intercom e USC, 1999.
- _____. *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.
- LOPES, Maria Immacolata Vassalo; BUONANNO, Milly (orgs.). *Comunicação no plural, Estudos de comunicação no Brasil e na Itália*. São Paulo: Intercom/EDUC, 2000.
- LOPES, Maria Immacolata; MARQUES DE MELO, José. *Políticas regionais de comunicação*. Londrina: UEL, 1997.
- LOPES, Maria Immacolata et al. *Pensamento comunicacional brasileiro*. São Paulo: Intercom, 2005.
- LOPES FILHO, Banerges; FERNANDES, Guilherme; COUTINHO, Iluska; MENDES, Marise; OLIVEIRA, Maria José. *A Folkcomunicação no limiar do século XXI*. Juiz de Fora: EdUFJF, 2012.
- LÓPEZ, Enrique Martin. “Hacia una sociología de la prensa”. In: *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 57, 1992, p. 247-259.
- LOWERY; DE FLEUR. *Mass Communication Research Milestone*. Nova York: Longman, 1995.
- Luca, Tania Regina de. “História do, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-154.
- MACHADO, Arlindo. *O sujeito na tela*. São Paulo: Paulus, 2006.
- MACHADO, Elias. *O ciberespaço como fonte para os jornalistas*. Salvador: Calandra, 2003.
- MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos. *Modelos de jornalismo digital*. Salvador: Calandra, 2003.
- MACHADO, Maria Berenice da Costa. Sobre a Alcar, 2013. Disponível em: <http://www.jornalismo.ufop.br/historiadamidia/?page_id=172>.
- MANSELL, Robin; WEHN, Uta. *Knowledge Societies: information technology for sustainable*

- development. Nova York: Oxford University Press, 1998.
- MARANHÃO FILHO, Luiz. *Os efeitos da publicidade e a proteção do consumidor*. Recife: FMN, 2010.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *O discurso sufocado*. São Paulo: Loyola, 1982.
- MANNION, James. *O livro completo da filosofia*. São Paulo: Madras, 2004.
- MARQUES DE MELO, José. "Ciências da Informação: Classificação e Conceitos". In: *Comunicações e Problemas*, v. II, n. 2, 1966, p. 71-91.
- _____. *Comunicação Social: teoria e pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. *Estudos de Jornalismo Comparado*. São Paulo: LPE, 1972.
- _____. *Contribuições para uma Pedagogia da Comunicação*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1974.
- _____. *Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *Comunicação e classes subalternas*. São Paulo: Cortez, 1980.
- _____. *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981a.
- _____. *Comunicação & libertação*. Petrópolis: Vozes, 1981b.
- _____. "Políticas Nacionais de Comunicação". In: QUEIROZ, Roberto. *Temas básicos de comunicação*. São Paulo: Paulinas/Intercom, 1983, p. 193-196.
- _____. *Teoria e pesquisa em comunicação, panorama latino-americano*. São Paulo: Cortez, 1983.
- _____. *Pesquisa em comunicação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1983.
- _____. "Da comunicação popular à popularização da ciência". In: *Pesquisa em Comunicação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1983, p. 139-151.
- _____. *Para uma leitura crítica da comunicação*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.
- _____. *Comunicação na América Latina*. Campinas: Papirus, 1989.
- _____. "Communication, development and crisis in Latin América". In: CASMIR, Fred (org.). *Communication in development*. Norwood: Ablex, 1990, p. 203-226.
- _____. *Fontes para o estudo da comunicação*. São Paulo: INTERCOM, 1995.
- _____. "Difusão dos paradigmas da escola latinoamericana de comunicação nas universidades brasileiras". In: *Comunicação e Sociedade*, n. 25, 1996, p. 11-20.
- _____. *Identidades Culturais Latino-Americanas em tempo de comunicação global*. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 1996.
- _____. "Políticas de Comunicação no Brasil: transição sem mudança". In: *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 354-372.
- _____. *Teoria da Comunicação: paradigmas latino-americanos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. "O grupo comunicacional de São Bernardo : ideias hegemônicas e perfil sociográfico". In: *Revista Brasileira de ciências da Comunicação*, v. XXII, n. 1, 1999, p. 57-68.
- _____. *História do Pensamento Comunicacional*. São Paulo: Paulus, 2003.
- _____. "Intercom, masculino/feminina". In: MARQUES DE MELO; GOBBI; BARBOSA. *Comunicação Latino-americana: o protagonismo feminino*. São Bernardo do Campo: Metodista, 2003, p. 49-54.
- _____. "Grupos comunicacionais brasileiros: O grupo de São Bernardo". In: *História do Pensamento Comunicacional*. São Paulo: Paulus, 2003, p. 272-287.
- _____. *História Social da Imprensa*. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.
- _____. *A esfinge midiática*. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____. *São Paulo na Idade Mídia*. São Paulo: Arte e Ciência, 2004.
- _____. *Imprensa Brasileira: personagens que fizeram História*, v. I. São Paulo: Editora Metodista, 2005a.
- _____. *Imprensa Brasileira: personagens que fizeram História*, v. 2. São Paulo: Editora Metodista, 2005b.

- _____. *Regionalização Midiática*. Taubaté: UNITAU, 2006.
- _____. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Paulus, 2006.
- _____. *Os Bandeirantes da Idade Mídia*. São Paulo: Angellarra, 2007.
- _____. “James Halloran, o homem e o mito”. In: *Revista Argentina de comunicación*, ano 2, n. 2, 2007a, p. 229-238.
- _____. *História do Pensamento Comunicacional*, 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2007b.
- _____. *História política das ciências da comunicação*. Rio de Janeiro: MauadX, 2008a.
- _____. *Mídia e cultura popular, história, taxionomia e metodologia da folkcomunicação*. São Paulo: Paulus, 2008b.
- _____. *Imprensa Brasileira: personagens que fizeram História*, v. 4. São Paulo: Editora Metodista, 2008c.
- _____. “Artilharia feminina”. In: *A batalha da comunicação*. Sorocaba: Eduniso, 2008, p. 234-237.
- _____. “La comunicación en la pedagogia de Paulo Freire”. In: GUMÚCIO-DAGRÓN; TUFTE. *Antología de Comunicación para el cambio social*. La Paz: Plural Editores, 2008b, p. 278-281.
- _____. *Pensamiento Comunicacional Latinoamericano*. Sevilla: Comunicación Social, 2009.
- _____. “Ciências da Comunicação na América Latina: O papel histórico do CIESPAL (1959-2009)”. In: *Ciencias de la comunicación*, n. 11, ALAIC, 2009, p. 12-26.
- _____. *Os caminhos cruzados da comunicação, política, economia e cultura*. São Paulo: Paulus, 2010.
- _____. “Espaço, tempo e movimento: contribuições de Manuel Correia de Andrade para a Geografia da Comunicação”. In: *ALCEU Revista de Comunicação, Cultura e Política*, v. 10, n. 20, 2010, p. 82-99.
- _____. “Valquírias midiáticas”. In: MARQUES DE MELO; ASSIS. *Valquírias midiáticas*. São Paulo: A&C, 2010, p. 19-41.
- _____. “Arthur Ramos e a comunicação”. In: BARROS, Luitgarde (org.). *Arthur Ramos*. Rio de Janeiro: (no prelo), 2011.
- _____. *História do Jornalismo*. São Paulo: Paulus, 2012.
- _____. *Jorge Fernandez, artífice del Pensamiento Social Latinoamericano*. Quito: Ciespal, 2012.
- _____. *Alagoas na Idade Mídia*. Maceió: Viva, 2013.
- _____. *Pensamento Comunicacional Uspiano – Raízes das Comunicações Culturais*. São Paulo: ECA-USP, 2014.
- _____. *Vestígios da travessia*. São Paulo: Paulus, 2009.
- _____. *História do Jornalismo*. São Paulo: Paulus, 2012a.
- _____. *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil*, v. 3. Brasília: IPEA, 2012b.
- _____. “Contribuições de Douglas Apratto ao Pensamento Comunicacional Alagoano”. In: *Revista Brasileira de História da Mídia*, n. 2. Guarapuava, Rede Alcar: 2012c.
- _____. “Maturidade das ciências da comunicação no Brasil”. In: PERUZZO, Cicilia; BASTOS DA SILVA, Robson (orgs.). *Retrato do ensino de comunicação no Brasil*. Taubaté: UNITAU, 2003, p. 277
- MARQUES DE MELO; GOBBI; BARBOSA. *Comunicação Latinoamericana: o protagonismo feminino*. S. B. do Campo, Metodista/FAI, 2003.
- MARQUES DE MELO, José; QUEIROZ, Adolpho. *Unidade e diversidade na comunicação, Intercom, Brasil: 2005-2008*. São Paulo: INTERCOM, 2008a.
- _____. *Identidade da imprensa brasileira no final do século*. São Bernardo do Campo: Metodista, 1998.
- _____. *História Política das Ciências da Comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008b.
- MARQUES DE MELO, José; MORAIS, Osvando. *Mercado e Comunicação na Sociedade Digital*. São

- Paulo: INTERCOM, 2008.
- MARQUES DE MELO, José; TOSTA, Sandra. *Mídia & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008
- MARQUES DE MELO, José; CASTELO BRANCO, Samantha. *Pensamento comunicacional brasileiro, o grupo de São Bernardo*. São Paulo: UESP, 1998.
- MARQUES DE MELO, José; DENCKER, Ada. *Inventário da pesquisa em comunicação no Brasil*. São Paulo: PORT-COM, Intercom/ALAIC/CIID/CNPq, 1984.
- MARQUES DE MELO, José; DUARTE, Jorge. *Os grupos do centro oeste*. Brasília: UniCEUB, 2001.
- MARQUES DE MELO; GAIA. *Sertão Glocal*. Maceió: EDUFAL, 2010.
- MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina. *Pensamento comunicacional latinoamericano, da pesquisa-denúncia ao pragmatismo utópico*. São Bernardo do Campo: UESP/Cátedra UNESCO, 2004.
- _____. *Gênese do pensamento comunicacional latinoamericano, o protagonismo das instituições pioneiras CIESPAL, ICINFORM, ININCO*. São Bernardo do Campo: UESP/Cátedra UNESCO, 1999.
- MARQUES DE MELO, José; KUNSCH, Waldemar. *De Belém a Bagé: imagens midiáticas do Natal Brasileiro*. São Bernardo do Campo: Metodista, 1998.
- MARQUES DE MELO, José; RAHDE, Maria Beatriz F. *Memória das ciências da comunicação no Brasil, o grupo gaúcho*. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.
- MARQUES DE MELO, José; TRIGUEIRO, Osvaldo. *Luiz Beltrão, pioneiro das ciências da comunicação no Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB e Intercom, 2007.
- MARQUES DE MELO, José et al. *Comunicação/incomunicação no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1976
- _____. *Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Pesquisa em comunicação no Brasil, tendências e perspectivas*. São Paulo: Cortez e Intercom, 1983.
- _____. *Contribuições brasileiras, ao pensamento comunicacional latinoamericano*. São Paulo: Cátedra UNESCO e UESP, 2001.
- _____. *Comunicação latinoamericana, o protagonismo feminino*. São Bernardo do Campo: UESP/Adamantina e FAI, 2003.
- _____. *Educomídia alavanca da cidadania, o legado utópico de Mário Kaplún*. São Bernardo do Campo: UESP/Cátedra UNESCO, 2006a.
- _____. *Pedagogia da comunicação: matrizes brasileiras*. São Paulo: Angellara, 2006b.
- _____. *O campo da comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2008a.
- _____. *A diáspora comunicacional que se fez na escola latinoamericana, as ideias de Eliseo Verón*. São Bernardo do Campo: UESP, 2008b.
- _____. *Do jornalismo à comunicação, 50 anos de estudos midiáticos na América Latina*. São Bernardo do Campo: UESP, 2010.
- _____. *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil – volume 2 – Memória das associações científicas e acadêmicas da comunicação no Brasil*, 2010.
- MARANHÃO, Jorge. *Mídia e cidadania*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- MATTELART, Armand. *La invención de la comunicación: traducción, notas y aportaciones bibliográficas de Gilles Multigner*. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1995.
- MATTELART, Armand; SIEGELAUB, Seth. *Communication and class struggle: 1 – Capitalism, Imperialism*. Nova York: I.G Editions, 1979.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michéle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado. *A genealogia do virtual*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

- McLUHAN, Marshall. "95". In: *The Mechanical Bride*. Boston: Beacon Press, s/d.
- _____. *A Galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Nacional, 1972.
- MCQUAIL, Denis. *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- MELLO, José Guimarães. *Dicionário Multimídia*. São Paulo: Arte&Ciência, 2003.
- MENDONÇA, Nadir Domingues. *O uso dos conceitos*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MIÉGE, Bernard. *El pensamiento comunicacional*. Col. Lomas de Santa Fe, Universidad Iberoamericana/UNESCO, 1996.
- _____. *O pensamento comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *Línformation – communication, object de connaissance*. Bruxelas: De Boek, 2004.
- MOMESSO, Luiz. *Comunicação sindical: limites, contradições, perspectivas*. Recife: Editoras UFPE, 1997.
- MOISÉS, José Álvaro et al. *Alternativas populares da democracia: Brasil, anos 80*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MORAES, Dênis de. *O Velho Graça – Uma Biografia de Graciliano Ramos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1992.
- _____. *O concreto e o virtual*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MORAES, Osvando. *Procedimentos Intercom*. São Paulo: INTERCOM, 2010.
- _____. "A oportunidade da coleção Beltranianas". In: MARQUES DE MELO (org.). *Fortuna Crítica de Luiz Beltrão: Dicionário Bibliográfico*. São Paulo: INTERCOM, 2013, p. 11-12.
- MORAGAS SPÀ, Miquel. *Semiótica y comunicación de massas*. Barcelona: Península, 1976.
- _____. *Teorías de la comunicación*. Barcelona: MassMedia, 1981.
- _____. *Interpretar la comunicación*. Barcelona: Gedisa, 2012.
- MOREL, Marco. *Jornalismo popular nas favelas cariocas*. Rio de Janeiro: RioArte, 1986.
- MOREIRA LIMA, Gerson. "Releasmania". In: *Cadernos de Pós-Graduação: Comunicação Social*, n. 2. São Bernardo do Campo: IMS, 1983, p. 19-24.
- MOREIRA LEITE, Dante. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1971.
- MORIN, Edgar. *Cultura e comunicação*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- _____. *O espírito do tempo*, 2 vols. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- MORIN, Violette. *El tratamiento periodístico de la información*. Barcelona: ATE, 1974.
- _____. *Erotismo, um mito moderno*. Rio de Janeiro: Bloch, 1964.
- MOREIRA, Sonia Virginia. 2007 – Diálogo internacional: novos focos, antigos parceiros, In:
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1977.
- MUCCHIELLI, Alex. *Les sciences de l'information et de la communication*. Paris: Hachette, 1995.
- NEWCOMB, Horace. "Searching for Landmarks at the Forefront of the Media Research". In: CARLSON; ULLA. *Research at the Forefront of Media Science*. Goteborg, Sweeden: Nordicom, n. 21, n. 6, 2000.
- NIXON, Raymond. *Investigaciones sobre comunicación colectiva, rumbos y tendencias*. Quito: Ciespal, 1963.
- _____. "La enseñanza del periodismo en América Latina". In: *Comunicación y cultura*. Buenos Aires: Galerna, 1974, p. 197-212.
- NOELLE-NEWMAN, Elisabeth. *Encuestas em la sociedad de masas*. Madri: Alianza, 1963.
- NORDENSTRENG, Kaarle. *IAMCR Dossier*. Praga: IJI, 1989.
- _____. *Reports on journalism education in Europe*. Tapereen: UTDJMC, 1990.
- _____. "Institutional networking: the History of the International Association for Media and Communication Research". In: PARK; POOLEY. *The History of media and communication research: contested memories*. Nova York: Peter Lang Nosty, Bernardo, 2007.
- Nosty, Bernardo. *El déficit mediático*. Barcelona: Bosch, 2005.

- Noya Pinto, Virgílio. 1967 – História, Juventude e Comunicações, *Revista da Escola de Comunicações Culturais*, n. 1, São Paulo: USP, p. 173-182.
- _____. *História da Comunicação no Brasil – I e II*. São Paulo: ECA-USP, 1970.
- _____. *Comunicação e cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. “Escola de Comunicações e Artes”. In: *Revista USP*, 1994 (edição especial de aniversário da USP).
- _____. “História e imagem, metamorfoses”. In: *Comunicação & Educação*, v. 10. São Paulo: Moderna, 1997, p. 15-23.
- NUZZI, Erasmo de Freitas. *História da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero*. São Paulo: Ágil Gráfica Editora, 1997.
- OLIVEIRA, Fátima Bayma de. *Pós-Graduação: educação e mercado de trabalho*. Campinas: Papirus, 1995.
- OLIVESI, Stéphane. *Sciences de l’information et de la communication*. Grenoble: Presse universitaires de Grenoble, 2006.
- OROZCO, Guillermo. *La investigación de la comunicación dentro y fuera de América Latina*. La Plata: EPC, 1997.
- OTERO, Edison. *Teorias de la Comunicación*. Santiago: Universidad de Chile, 1998.
- ORTIZ, Renato. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.
- _____. *A moderna tradição brasileira, cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PAIVA, Raquel. “Pesquisa em Comunicação Comunitária: há lugar para a empiria?”. In: BARBOSA; MORAES. *Quem tem medo da pesquisa empírica?* São Paulo: Intercom, 2011, p. 105-122.
- PARK, D.; POOLEY, I. *The History of media and communication research: contested memories*. Nova York: Peter Lang, 2007.
- PERUZZO, Cicilia; MOREIRA, Sonia Virginia. *25 anos da Intercom*. São Paulo: INTERCOM, 2002.
- Pecoraro, Kátia Filippi. “Umesp reestrutura área de comunicação”. In: *Comunicação & Sociedade*, n. 33. São Bernardo do Campo: Metodista, 2000, p. 283.
- _____. *Comunicação na América Latina*. Campinas: Papirus, 1989.
- Pfau, Michael. “Epistemological and Disciplinary Intersections”. In: *Journal of Communication*, v. 58, n. 4, 2008, p. 597-602.
- Periodistas Católicos. *Positivos resultados del primer seminario de directores de escuelas de periodismo*. Montevideo: UCLAP, 1968, p. 18-21.
- Peruzzo, Cicilia. “Relações Públicas: da essência à aparência”. In: *Cadernos de Pós-Graduação: Comunicação Social*, n. 2. São Bernardo do Campo: IMS, 1983, p. 7-12.
- _____. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. “Tempo de ousadia: reminiscências da primeira mestre”. In: *Comunicação & Sociedade*, n. 40. São Bernardo do Campo: Metodista, 2003, p. 21-38.
- _____. *Vozes Cidadãs*. São Paulo: Angellara, 2004.
- PERUZZO, Cicilia; ALMEIDA, Fernando. *Comunicação para a Cidadania*. Salvador/São Paulo: UNEB/INTERCOM, 2003.
- Pessinatti, Nivaldo. “Inovações em processo: lembranças do primeiro doutor”. In: *Comunicação & Sociedade*, n. 40. São Bernardo do Campo: Metodista, 2003, p. 39-54.
- Pfromm Netto, Samuel. *Comunicação de massa*. São Paulo: Pioneira Editora da USP, 1972.
- _____. *Tecnologia da educação e comunicação de massa*. São Paulo: Pioneira Editora da USP, 1976.
- _____. *Telas que ensinam: mídia e aprendizagem do cinema*. Campinas: Editora Alínea, 1998.
- PIGNATARI, Décio. *Semiótica e literatura*. São Paulo: Perspectiva, 1974

- PINHO, J. B. *Publicidade e vendas na internet*. São Paulo: Summus, 2000.
- _____. *Jornalismo na internet*. São Paulo: Summus, 2003a.
- _____. *Relações Públicas na internet*. São Paulo: Summus, 2003b.
- PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PINTO, Virgílio Noya. “História, juventude e comunicações”. In: *Revista da Escola de Comunicações Culturais*, 1. São Paulo: ECC-USP, 1967, p. 173-182.
- _____. *Comunicação e cultura brasileira*. São Paulo: Áica, 1986.
- PISAREK, Walery (org.). *Zeszyty Prasoznawcze – Special Edition in English*. Cracow: The Press Research Center, 1971.
- POOLEY, Jefferson et al. “Further notes on why american sociology abandoned mass communication research”. In: *Journal of communication*, v. 58, n. 4, 2008, p. 767-786.
- PIZZOTTI, Ricardo. *Enciclopédia básica da mídia eletrônica*. São Paulo: Senac, 2003.
- PORTELLA, Eduardo. *Teoria da comunicação literária*. Rio de Janeiro: TB, 1970.
- PORTA, Frederico. *Dicionário de artes gráficas*. Porto Alegre: Globo, 1958.
- PORTO, Rubens. *O homem, o meio e a técnica na Imprensa Nacional – 1940*, 3 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- POYARES, Walter Ramos. *Conceituação de opinião pública e relações públicas*. Rio de Janeiro: PUC, 1967.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- _____. *A Cidade de São Paulo – Geografia e História*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PRAKKE, H. et al. *Comunicación social: introducción a la publicística funcional*. Madri: Artes gráficas Toledo, 1977.
- PROSS, Harry; BETH, Hanno. *Introducción a la ciencia de la comunicación*. Barcelona: Anthropos, 1987.
- PRIMO, Alex. *Interação mediada por computador*. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- PUTNAM, Linda M. “Shifting voices, oppositional discourse, and new visions for communication studies”. In: *Journal of communication*, v. 51, n. 1, 2001, p. 38-51.
- QUEIROZ, Adolpho. “Projeção internacional: ação da Cátedra Unesco/Umesp”. In: *Comunicação & Sociedade*, n. 40. São Bernardo do Campo: Metodista, p. 135-146.
- QUEIROZ, Adolpho; SILVA, Roberto. *Temas básicos em comunicação*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.
- QUINTILIANO, Marcos Tulio. *Instituciones Oratoria - Obra completa en el XIX Centenario de su muerte*, 5 vols. Salamanca: PUC, 1996.
- RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo. *Dicionário de Comunicação*. Rio de Janeiro: Codecri, 1978 (2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001).
- RABELO, Genival. *Os tempos heroicos da propaganda*. Rio de Janeiro: PN, 1956.
- RAMOS, Murilo César; BIANCO, Nelia. *Estado e Comunicação*. Brasília: Casa das Musas/INTERCOM/UnB, 2008, p. 21.
- RATTNER, Henrique. *Brasil 1990, caminhos alternativos do desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- RECTOR, Monica; NEIVA, Eduardo. *Comunicação na era pós-moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- REDONDO GARCIA, Emilio. *Educacion y comunicacion*. Madri: CSIC e Instituto San Jose de Calasanz, 1959.
- RESENDE, Otto Lara. Costa Rego. *Da imortalidade dos jornais*. In: *O príncipe e o sabiá (e outros perfis)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- Ribeiro, José Hamilton. *Jornalistas, 1937-1997*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998.
- RIBEIRO JÚNIOR, Jorge Cláudio Noel. *A festa do povo*. Petrópolis: Vozes, 1982.

- RIOS, Jacqueline. “Análise de morfologia e conteúdo da revista Claudia dos anos 80”. In: MARQUES DE MELO, José – *Transformações do jornalismo brasileiro – ética e técnica*. São Paulo: Intercom, 1994, p. 119-132.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. *Dicionário Breve da Informação e da Comunicação*. Lisboa: Presença, 2000.
- RODRIGUES, Honório José. *Vida e história*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.
- _____. *Teoria do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969a.
- _____. *A pesquisa histórica no Brasil*, 2ª ed. São Paulo: Nacional, 1969b.
- _____. *Teoria da História do Brasil*, 3ª ed. São Paulo: Nacional, 1969c.
- _____. *História e Historiografia*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- ROEGELE, Otto. “Instrucción y formación del periodista em Alemania”. In: BENITO, Angel (org.). *Ciencia y enseñanza del periodismo*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1967, p. 37-56.
- ROGERS, Everett. *A History of Communication Study*. Nova York: Macmillan Inc., 1994.
- _____. “Anatomy of the two subdisciplines of communication study”. In: *Human Communication Research*, v. 25, n. 4, 1999, p. 618-631.
- ROGERS, Everett; CHAFFEE, Steven. “Communication as na academic discipline”. In: *Journal of Coommunication*, v. 33, n. 3, 1983, p. 18-30.
- _____. *The beginnings of Communication study in America*. Londres: Sage, 1997.
- ROGERS, Everett M.; STEINFATT, Thomas M. *Intercultural Communication*. Illinois: Waveland Press, Inc., 1999.
- ROSSETTI, Regina. “A ruptura epistemológica com o empirismo ingênuo e inovação na pesquisa empírica em comunicação”. In: BRAGA; LOPES; MARTINO. *Pesquisa empírica em comunicação*. São Paulo: Paulus, 2010, p. 71-86.
- ROSENGREN, Karl Eric. *Communication, An Introduction*. Londres: Sage, 2000.
- RUBIM, Antonio Albino. *História e comunicação no capitalismo*. João Pessoa: Editora Universitária, 1980.
- _____. *Comunicação e capitalismo*. Salvador: Centro editorial e didático da UFBA, 1988.
- _____. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. Salvador: UFBA, 1995.
- RÜDIGER, Francisco. *Elementos para a crítica da cibercultura*. São Paulo: Hackers, 2002.
- _____. *Ciência social crítica e pesquisa em comunicação social*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.
- _____. *Introdução às teorias da cibercultura*. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- _____. “A trajetória da Publicística nos países de língua alemã”. *Comunicação & Sociedade*, v. 33, n. 57. São Bernardo do Campo: UESP, 2012, p. 103-128.
- SALLES GOMES, Paulo Emilio. *Jean Vigo*. Paris: Seuil, 1957 (Edição brasileira: *Jean Vigo*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984).
- SANTAELLA, Maria Lúcia. *Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez Editora, 1980.
- _____. *Cultura das mídias*. São Paulo: Razão Social, 1992.
- _____. *Navegar no ciberespaço*. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____. *Por que as comunicações e as artes estão convergindo?* São Paulo: Paulus, 2005.
- _____. *Linguagens líquidas na era da mobilidade*. São Paulo: Paulus, 2007.
- SANTAELLA, Maria Lúcia; VIEIRA, Jorge Albuquerque. *Metaciência: como guia da pesquisa, uma proposta semiótica e sistêmica*. São Paulo: Mérito, 2008.
- SANTIAGO, Claudia; GIANOTTI, Vito. *Comunicação sindical: falando para milhões*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SANTORO, Luiz Fernando. *A imagem nas mãos: o vídeo popular no Brasil*. São Paulo: Summus, 1989.

- SANTOS, Boaventura De Sousa. *Um discurso sobre as Ciências*. Porto: Afrontamento, 1996.
- SANTOS, Marli dos. "Otimizando competências: discípulos que se tornaram mestres". In: *Comunicação & Sociedade*, n. 40. São Bernardo do Campo, Metodista, 2003, p. 95-108.
- SAPUCAIA, Antonio. *Costa Rego, esse esquecido*. Maceió: Sergasa, 1989.
- SCARLATO, Francisco; SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. *Globalização e Espaço Latino-americano*, São Paulo: Hucitec, 1993.
- SCHADEN, Egon. "A antropologia da comunicação e a cultura eurotropical do Brasil". In: *Contribuição paulista à tropicologia: trabalhos apresentados ao Seminário de Tropicologia da UFPE*. São Paulo: Pioneira, 1974, p. 127-147.
- SCHAFF, Adam. *Introdução à semântica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- SCHILLER, Herbert. *O império norte-americano das comunicações*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SCHRAMM, Wilbur. *Panorama da comunicação coletiva*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- _____. The unique perspective of Communication: a retrospective view. In: *Journal of Communication*, v. 33, n. 3, 1983, p. 6-17.
- _____. *A personal memoir*. Londres: Sage, 1997.
- SCHMIDT, Cristina. "A reprodutibilidade digital na folkcomunicação". In: *Comunicação & Sociedade*, 47. S. B. do Campo: Metodista, 2007, p. 29-42.
- SCHULTEN, Helga. "Ivy Lee: o artífice das Relações Públicas". In: *Cadernos de Pós-Graduação: Comunicação Social*, n. 2. São Bernardo do Campo: IMS, 1093, p. 13-18.
- Siegelaub, Seth. *Marxism and the Mass Media: towards a basic bibliography*, n. 1-3, revised edition. Nova York: IMMRC, 1978.
- _____. *Marxism and the Mass Media: towards a basic bibliography*, n. 4-5. Nova York: IMMRC, 1979.
- _____. *Marxism and the Mass Media: towards a basic bibliography*, n. 6-7. Nova York: IMMRC, 1980.
- SILVA, Luis Inácio da. *Lula, entrevistas e discursos*. Guarulhos: Editora O Repórter, 1981.
- SILVA, Marcos (org.). *Câmara Cascudo e os saberes*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SIQUEIRA, Ethevaldo. *A sociedade inteligente*. São Paulo: Bandeirantes, 1987.
- SOARES, Ismar; PUNTEL, Joana; FLEURI, Reinaldo. *Direitos humanos: um desafio à comunicação*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.
- SODRÉ, Muniz. Por que uma escola de comunicação? In: *Revista de Cultura Vozes*, v. LXVI, n. 8, 1972, p. 21-26.
- _____. *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- _____. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- _____. *História da Imprensa no Brasil*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- SOMMERLAND, E. "La formation des journalistes en Australie et Nouvelle-Zélande". In: Desmond, Robert (org.). *La formation des journalistes*. Paris: Unesco, 1958, p. 224-225.
- _____. *La formation professionnelle em matière d'informattion*. Paris: Unesco, 1965.
- SOUZA, Jorge Pedro. *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Porto: UFP, 2006.
- _____. "Sociologia da comunicação: o trabalho pioneiro de José Júlio Gonçalves em Portugal". In: *Comunicação & Sociedade*, ano 31, n. 53, 2010, p. 123-144.
- SOUZA SILVA, Rafael. "20 anos de conquistas". In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 20, n. 2. São Paulo: INTERCOM, 1997, p. 179-182.

- SQUIRRA, Sebastião. *Jornalismo on-line*. São Paulo: Arte&Ciência, 1998
- STOREY, John. *What is cultural studies? A reader*. Nova York: St Martin Press, 1996.
- SZYMANIAK, Woodzimiertz. *Dicionário de Ciências da Comunicação*. Porto: Porto Editor, 2000.
- TAI, Zixue. "The structure of knowledge and dynamics of scholarly communication in agenda setting research, 1996-2005". In: *Journal of communication*, v. 59, n. 3, 2009, p. 481-513.
- Terrou, Fernand. "Formation professionnelle des journalistes et recherche de l'information". In: Desmond, Robert (org.). *La formation des journalistes*. Paris: UNESCO, 1958, p. 67-75.
- _____. *A informação*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- THIBAUT-LAULAN, Anne Marie. *Imagem e comunicação*. São Paulo: Melhoramentos, 1976.
- THOVERON, Gabriel. *Histoire des médias: Mémo*. Bruxelas: Seuil, 1997.
- TOLSON, Andrew. *Mediations: Text and Discourse in media studies*. Nova York: St. Martin Press, 1996.
- TOPUS, Hifzi. "La formación de profesores de Periodismo em Ásia y África". In: BENITO, Angel (org.). *Los profesores de Periodismo*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1970 p. 145-154
- TRIGUEIRO, Osvaldo. "O São João de Campina Grande na Mídia". In: *Anuário Unesco/Umesp de Comunicação Regional*, 5. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2001, p. 135-150.
- TRIVINHO, Eugenio. *A democracia cibercultural*. São Paulo: Paulus, 2006.
- UNESCO. *Recherches actuelles sur les moyens d'information*. Paris, 1957
- _____. *Los medios de información en América Latina: factor de desarrollo económico y social*. Paris, 1961.
- _____. *Les moyens d'information dans les pays en voie de développement*. Paris, 1962.
- _____. *L'éducation sociale par la television*. Paris, 1963.
- _____. *La formation professionnelle en matière d'information*. Paris, 1965.
- UMESP. "Comunicação alternativa e cultura popular". In: *Comunicação & Sociedade*, 6. São Bernardo do Campo, 1981.
- VAINSENER, Samira Adler. "Manoel Correia de Andrade". In: *Portal da Fundação Joaquim Nabuco*, 2004. Disponível em: <www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 05/01/2010.
- VALDIVIA, Angharad N. "Building a Feminist Trajectory". In: *Communication, Culture & Critique*, v. 4, n. 4, 2011, p. 355-360.
- VIANNA, Ruth Penha Alves. *Informatização da imprensa brasileira*. São Paulo: Loyola, 1992.
- WATSON, James; HILL, Anne. *Dictionary of Communication and Media Studies*. Londres: Edward Arnold, 1993.
- WEINER, Richard. *Dictionary of media and communications*. Nova York: Webster's, 1996.
- WAHL-JORGENSEN, Karin. "How not to found a field: new evidence on the origins of mass communication research". In: *Journal of communication*, v. 54, n. 3, 2004, p. 547-564.
- WEBER, Maria Helena et al. *Tensões e objetos: da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- Wilke, Jürgen. *Massenmedien in lateinamerika*. Frankfurt: Verveurt, 1992.
- WILLIAMS, Raymond. *Historia de la comunicacion: del lenguaje a la escritura – vol 1*. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1981.
- _____. *Historia de la comunicacion: de la imprenta a nuestros dias – vol 2*. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1992.
- WILLIAMS, Sara Lookwood. *Twenty years of education for journalism*. Missouri: University of Missouri, 1929.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- _____. "La investigació sobre mitjans de comunicació a Itàlia". In: *Anàlisi quaderns de comunicació i cultura*, n. 21, 1997, p. 211-220.

WOLTON, Dominique. *Pensar a comunicação*. São Paulo: Difel, 1999.

WRIGHT MILLS, C. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

XIFRA, Jordi. "Pioneros e ignorados: La escuela de París y la doctrina europea de las relaciones públicas". In: *Ámbitos Revista internacional de comunicación*, n. 15, 2006, p. 449-460.

ZELIZER, Barbie. "How communication, culture, and critique intersect in the study of journalism". In: *Communication, culture & critique*, v. 1, n. 1, 2008. p. 86-91.

COLEÇÃO **COMUNICAÇÃO**

- História do pensamento comunicacional – Cenários e personagens, José Marques de Melo
- Mídia e poder simbólico – Um ensaio sobre comunicação e campo religioso, Luís Mauro Sá Martino
- A produção social da loucura, Ciro Marcondes Filho
- Culturas e artes do pós-humano – Da cultura das mídias à cibercultura, Lucia Santaella
- Corpo e comunicação – Sintoma da cultura, Lucia Santaella
- Navegar no ciberespaço – O perfil cognitivo do leitor imersivo, Lucia Santaella
- Mídia controlada: A história da censura no Brasil e no mundo, Sérgio Mattos
- Comunicação e Cultura das minorias, Raquel Paiva / Alexandre Barbalho (orgs.)
- A realidade dos meios de comunicação, Niklas Luhmann
- A sociedade enfrenta sua mídia: Dispositivos sociais de crítica midiática, José Luiz Braga
- É preciso salvar a comunicação, Dominique Wolton
- Teoria do jornalismo: Identidades brasileiras, José Marques de Melo
- Comunicação e sociedade do espetáculo, Valdir José de Castro / Cláudio Novaes Coelho
- O signo da relação, Cremilda Celeste de Araújo Medina
- O sujeito na tela: Modos de enunciação no cinema e no ciberespaço, Arlindo Machado
- A dromocracia cibercultural – Lógica da vida humana na civilização mediática avançada, Eugênio Trivinho
- A televisão brasileira na era digital – Exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes, César Ricardo Siqueira Bolaño / Valério Cruz Brittos
- Ética e comunicação organizacional, Clóvis de Barros Filho (org.)
- Políticas de comunicação: Buscas teóricas e práticas, Murilo César Ramos / Suzy dos Santos (orgs.)
- Mídia e movimentos sociais: Linguagem e coletivos em ação, Jairo Ferreira / Eduardo Vizer (orgs.)
- Linguagens líquidas na era da mobilidade, Lucia Santaella
- Mídia e cultura popular: História, Taxionomia e Metodologia da Folkcomunicação, José Marques de Melo
- Comunicação e inovação: Reflexões contemporâneas, Mônica Pegurer Caprino (org.)
- Comunicação e democracia: Problemas & Perspectivas, Wilson Gomes / Rousiley C. M. Maia
- Midiatização e processos sociais na América Latina, Antônio Fausto Neto / Pedro Gilberto Gomes / José Luiz Braga / Jairo Ferreira (orgs.)
- Observatórios de mídia: olhares da cidadania, Rogério Christofolletti e Luiz Gonzaga Motta (orgs.)
- O escavador de silêncios – Formas de construir e de desconstruir sentidos na comunicação, Ciro Marcondes Filho
- Sistemas públicos de comunicação no mundo, Coletivo Brasil de Comunicação Social
- Vestígios da travessia: da imprensa à internet – 50 anos de jornalismo, José Marques de Melo
- Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria, Ciro Marcondes Filho
- Ser jornalista: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões, Ciro Marcondes Filho
- Interesses cruzados – A produção da cultura no jornalismo brasileiro, Sérgio Luiz Gadini
- A sociedade tecida pela comunicação: técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social, Bernard Miège
- Superciber: A civilização místico-tecnológica do século 21 – Sobrevivência e ações

estratégicas, Ciro Marcondes Filho

- A serpente, a maçã e o holograma, Norval Baitello Junior
- Os caminhos cruzados da comunicação – Política, economia e cultura, José Marques de Melo
- O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia, André Lemos e Pierre Lévy
- Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter, Lucia Santaella e Renata Lemos
- A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade e ubiquidade, Lucia Santaella
- Comunicação e identidade: quem você pensa que é?, Luís Mauro Sá Martino
- Regulação das comunicações: história, poder e direitos, Venício Artur de Lima
- O princípio da razão durante - comunicação para os antigos, a fenomenologia e o bergsonismo - Tomo I - Nova teoria da comunicação III, Ciro Marcondes Filho
- O princípio da razão durante - da Escola de Frankfurt à crítica alemã contemporânea - Tomo II - Nova Teoria da Comunicação III, Ciro Marcondes Filho
- O princípio da razão durante - O círculo Cibernético: o observador e a subjetividade - Tomo III - Nova Teoria da Comunicação III, Ciro Marcondes Filho
- O princípio da razão durante - Diálogo, poder e interfaces sociais da comunicação - Tomo IV - Nova Teoria da Comunicação III, Ciro Marcondes Filho
- O princípio da razão durante – O conceito de comunicação e a epistemologia metapórica – Tomo V – Nova teoria da comunicação III, Ciro Marcondes Filho
- História do jornalismo: Itinerário crítico, mosaico contextual, José Marques de Melo
- O explorador de abismos: Vilém Flusser e o pós-humanismo, Erick Felinto e Lucia Santaella
- O rosto e a máquina: o fenômeno da comunicação visto dos ângulos humano, medial e tecnológico – Nova Teoria da Comunicação vol. 1, Ciro Marcondes Filho
- Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação, Lucia Santaella
- Mutações no espaço público contemporâneo, Mauro Wilton / Elizabeth Saad Corrêa (orgs.)
- Teoria e metodologia da comunicação – tendências do século XXI, José Marques de Melo

Direção editorial
Claudiano Avelino dos Santos

Coordenação de desenvolvimento digital
Erivaldo Dantas

Coordenação editorial
Valdir José de Castro

Assistente editorial
Jacqueline Mendes Fontes

Revisão
Caio Pereira
Iorlando Rodrigues Fernandes
Manoel Gomes da Silva Filho

Capa
Marcelo Campanhã

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Melo, José Marques de
Teoria e metodologia da comunicação: (tendências do Século XXI) / José Marques de Melo.
— São Paulo: Paulus, 2014. — (Coleção Comunicação)

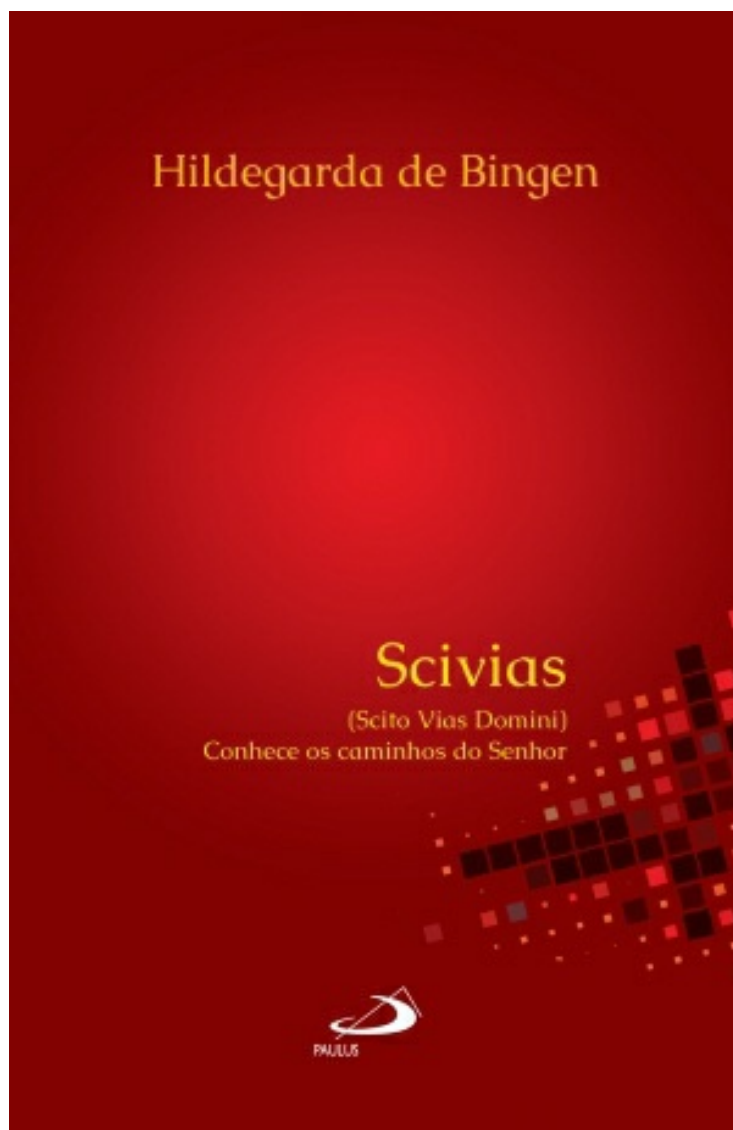
Bibliografia
eISBN 9788534939560
1. Comunicação I. Título. II. Série.

14-01599 CDD-302.2

Índices para catálogo sistemático:
1. Teoria da comunicação 302.2

1ª edição, 2014

© PAULUS – 2014
Rua Francisco Cruz, 229
04117-091 – São Paulo (Brasil)
Tel.: (11) 5087-3700 – Fax: (11) 5579-3627
www.paulus.com.br
editorial@paulus.com.br
eISBN 9788534939560



Scivias

de Bingen, Hildegarda

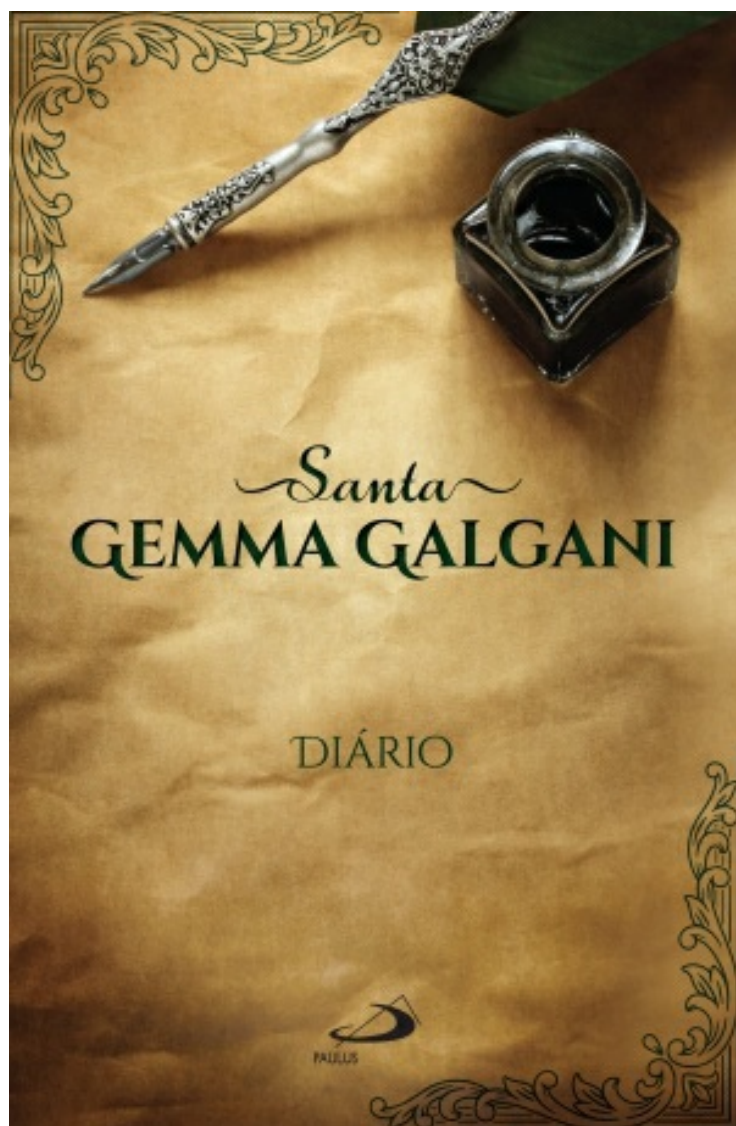
9788534946025

776 páginas

[Compre agora e leia](#)

Scivias, a obra religiosa mais importante da santa e doutora da Igreja Hildegarda de Bingen, compõe-se de vinte e seis visões, que são primeiramente escritas de maneira literal, tal como ela as teve, sendo, a seguir, explicadas exegeticamente. Alguns dos tópicos presentes nas visões são a caridade de Cristo, a natureza do universo, o reino de Deus, a queda do ser humano, a santificação e o fim do mundo. Ênfase especial é dada aos sacramentos do matrimônio e da eucaristia, em resposta à heresia cátara. Como grupo, as visões formam uma summa teológica da doutrina cristã. No final de Scivias, encontram-se hinos de louvor e uma peça curta, provavelmente um rascunho primitivo de Ordo virtutum, a primeira obra de moral conhecida. Hildegarda é notável por ser capaz de unir "visão com doutrina, religião com ciência, júbilo carismático com indignação profética, e anseio por ordem social com a busca por justiça social". Este livro é especialmente significativo para historiadores e teólogas feministas. Elucida a vida das mulheres medievais, e é um exemplo impressionante de certa forma especial de espiritualidade cristã.

[Compre agora e leia](#)



Santa Gemma Galgani - Diário

Galgani, Gemma

9788534945714

248 páginas

[Compre agora e leia](#)

Primeiro, ao vê-la, causou-me um pouco de medo; fiz de tudo para me assegurar de que era verdadeiramente a Mãe de Jesus: deu-me sinal para me orientar. Depois de um momento, fiquei toda contente; mas foi tamanha a comoção que me senti muito pequena diante dela, e tamanho o contentamento que não pude pronunciar palavra, senão dizer, repetidamente, o nome de 'Mãe'. [...] Enquanto juntas conversávamos, e me tinha sempre pela mão, deixou-me; eu não queria que fosse, estava quase chorando, e então me disse: 'Minha filha, agora basta; Jesus pede-lhe este sacrifício, por ora convém que a deixe'. A sua palavra deixou-me em paz; repousei tranquilamente: 'Pois bem, o sacrifício foi feito'. Deixou-me. Quem poderia descrever em detalhes quão bela, quão querida é a Mãe celeste? Não, certamente não existe comparação. Quando terei a felicidade de vê-la novamente?

[Compre agora e leia](#)



DOCAT

Vv.Aa.

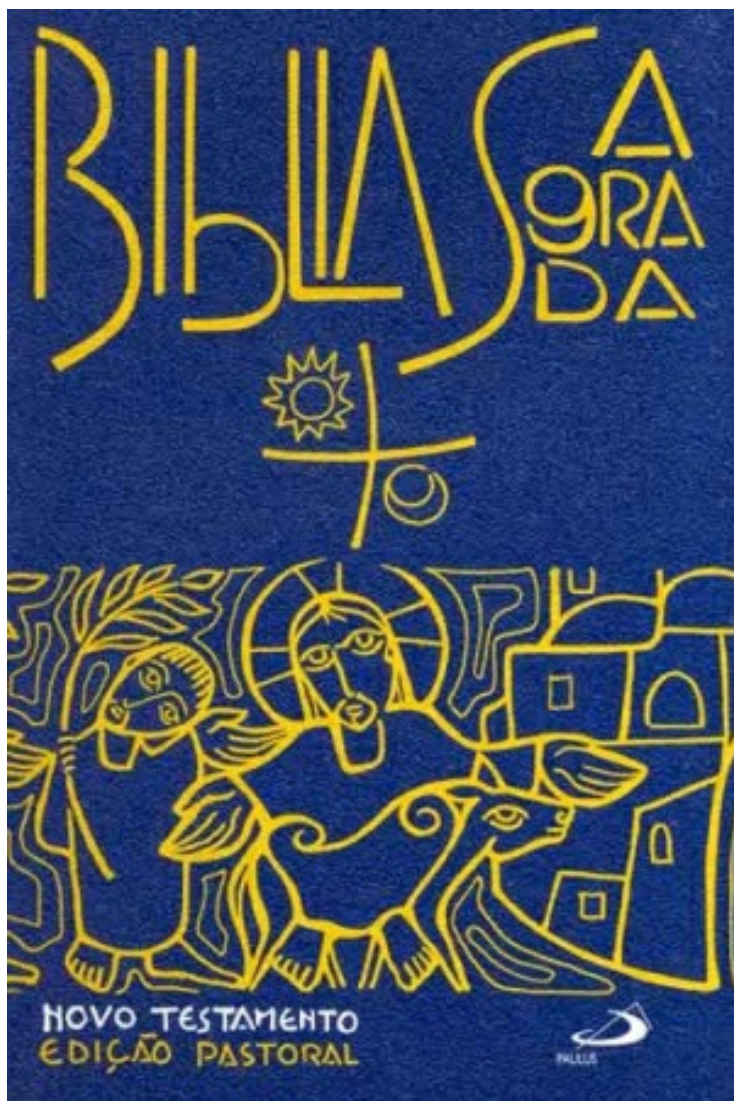
9788534945059

320 páginas

[Compre agora e leia](#)

Dando continuidade ao projeto do YOUCAT, o presente livro apresenta a Doutrina Social da Igreja numa linguagem jovem. Esta obra conta ainda com prefácio do Papa Francisco, que manifesta o sonho de ter um milhão de jovens leitores da Doutrina Social da Igreja, convidando-os a ser Doutrina Social em movimento.

[Compre agora e leia](#)



Bíblia Sagrada: Novo Testamento - Edição Pastoral

Vv.Aa.

9788534945226

576 páginas

[Compre agora e leia](#)

A Bíblia Sagrada: Novo Testamento - Edição Pastoral oferece um texto acessível, principalmente às comunidades de base, círculos bíblicos, catequese e celebrações. Com introdução para cada livro e notas explicativas, a proposta desta edição é renovar a vida cristã à luz da Palavra de Deus.

[Compre agora e leia](#)



A origem da Bíblia

McDonald, Lee Martin

9788534936583

264 páginas

[Compre agora e leia](#)

Este é um grandioso trabalho que oferece respostas e explica os caminhos percorridos pela Bíblia até os dias atuais. Em estilo acessível, o autor descreve como a Bíblia cristã teve seu início, desenvolveu-se e por fim, se fixou. Lee Martin McDonald analisa textos desde a Bíblia hebraica até a literatura patrística.

[Compre agora e leia](#)